REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP "B" AO Nº 156 SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONOMICOS - CAE
Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de agosto de 2015 6
Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2015 34
Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de setembro de 2015 78
1.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE
Ata da 38ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de agosto de 2015 94
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2015 116
Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de agosto de 2015 145
Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2015 170
1.3 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 192
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de julho de 2015 220
Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 228
Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de julho de 2015 232
1.4 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2015 241
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2015 268
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2015 301
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de setembro de 2015 315
Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de setembro de 2015 335
1.5 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de agosto de 2015 363

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de agosto do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Omar Aziz, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ataídes Oliveira, Dalirio Beber, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Eduardo Amorim, Elmano Férrer e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Reguffe, Ciro Nogueira e Romero Jucá, Raimundo Lira, Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares e Wellington Fagundes. O presidente declara aberta a reunião, submetendo à comissão a dispensa da leitura da ata da 26ª Reunião, que é dada como aprovada. A presidência inicia a apreciação dos itens constantes da pauta. **Item 1-** Projeto de Resolução do Senado nº 26 de 2015, não terminativo, de autoria da senadora Regina Sousa e outros, que "altera a Resolução nº 43 de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as estruturas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com base em recebíveis originados pelo parcelamento de dívida ativa, não sejam considerados e enquadrados como operação de crédito conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na hipótese que prevê", tendo como relator "ad hoc" o senador Walter Pinheiro. Anunciada a matéria, o relator "ad hoc" apresenta novo relatório, favorável ao projeto com duas emendas. Usam da palavra os(as) senadores(as) Ricardo Ferraço e Lúcia Vânia. Encerrada a discussão, colocado em votação a comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto e às Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Item 2-** Projeto de Lei do Senado nº 13 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Eduardo Braga, que "altera as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana para determinar a utilização de aportes tecnológicos no planejamento e na operação do trânsito de veículos e nos sistemas de mobilidade urbana", tendo como relator o senador Fernando Bezerra Coelho, que oferece relatório favorável ao projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **Item 3-** Projeto de Lei do Senado nº 689 de 2011, não terminativo, de autoria do senador Vital do Rêgo, que "acrescenta § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência", tendo como relator o senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. **Item 4-** Projeto de Lei do Senado nº 146 de 2014, não terminativo, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos", tendo como relator o senador Ricardo Ferraço, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati e Benedito de Lira. O presidente da comissão, senador Delcídio do Amaral, concede vista coletiva, nos termos regimentais. **Item 5-** Projeto de Lei do Senado nº 552 de 2011, não terminativo, de autoria do senador Marcelo Crivella, que "altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório favorável ao projeto com uma emenda que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CAE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. **Item 6-** Projeto de Lei do Senado nº 279 de 2013, terminativo, de autoria do senador Cícero Lucena, que "altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de

medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público", tendo como relator o senador Benedito de Lira, que oferece relatório pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **Item 7-** Projeto de Lei do Senado nº 518 de 2011, terminativo, de autoria do senador Benedito de Lira, que "altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo", tendo como relator o senador Alvaro Dias, que oferece relatório pela rejeição do projeto. A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator. **Item 8-** Projeto de Lei do Senado nº 524 de 2013, terminativo, de autoria do senador Alfredo Nascimento, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes", tendo como relator o senador Douglas Cintra, que oferece relatório pela rejeição do projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão rejeita o projeto, por treze votos contrários, um favorável e nenhuma abstenção. **Item 9-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 29 de 2015, de autoria do senador Hélio José e outros, que "requer, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 85 de 2014, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis aos titulares de autorização, permissão ou concessão do Poder Público para instalação de mobiliários urbanos do tipo quiosque, trailer ou feira, que utilizem o automóvel como instrumento de trabalho ou apoio", com a presença dos seguintes convidados: vice-governador do Distrito Federal; sec. do Desenvolvimento Econômico (SEDS); sec. da Micro e Pequena Empresa (SMPES); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); diretor da Agefis; e Luiz Ribeiro, presidente da Unitrailers. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 29 de 2015-CAE. **Item 10-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 30 de 2015, de autoria do senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 229 de 2009 - Complementar, que 'estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências' ", com a presença dos seguintes convidados: Tarcísio José Massote de Godoy, secretário executivo do Ministério da Fazenda; Dyogo Henrique de Oliveira, secretário executivo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; representante da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF do Senado Federal; José Roberto Afonso, economista e pesquisador do FGV/Ibre; e Hélio Tollini, economista. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 30 de 2015-CAE. **Item 11-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 31 de 2015, de autoria do senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a grave crise financeira que os estados brasileiros atravessam, bem como discutir possíveis medidas para reequilibrar as contas públicas estaduais", com a presença dos seguintes convidados: Marcelo Saintive, secretário do Tesouro Nacional; André Horta Melo, coordenador do Confaz e secretário de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte; José Roberto Afonso, pesquisador do Ibre-FGV; e Raul Velloso, consultor especializado em Contas Públicas. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 31 de 2015-CAE. **Item 12-** Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 32 de 2015, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, que "requer, nos termos do art. 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema 'Lei Emergencial de Controle Orçamentário' para que esta comissão, no exercício de sua competência, ouça a proposta do Movimento Brasil Eficiente para a superação das atuais dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro, em suas três esferas", com a presença do convidado Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento nº 32 de 2015-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os seguintes requerimentos: **Requerimento n° 33 de 2015**, de iniciativa do senador Ronaldo Caiado, que "requer seja convidado a comparecer perante o Plenário desta comissão o ministro de Estado de Minas e Energia, Carlos Eduardo de Souza Braga, para explicar a venda da Celg Distribuição S.A."; **Requerimento n° 34 de 2015**, de iniciativa do senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater a crise na construção civil, principalmente no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal", com a presença dos seguintes convidados: Gilberto Kassab, ministro das Cidades; José Carlos Rodrigues Martins, presidente da CBIC; Marcelo Gil Castelo Branco, presidente do Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (SINDUSCON - PA); representante do Banco do Brasil; e representante da Caixa Econômica. **Requerimento nº 35 de 2015**, de iniciativa do senador José Medeiros, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da

Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Serviços de Infraestrutura para que sejam discutidas as consequências econômicas e sociais, resultantes do incêndio que atingiu a empresa Ultra Cargo, localizada no terminal portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente", com a presença dos seguintes convidados: Paulo Alexandre Barbosa, prefeito da cidade de Santos; Magda Chambriard, diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP; Reginaldo Campos Repulho, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militares do Estado de São Paulo; superintendente regional da Polícia Rodoviária Federal do Estado de São Paulo; Ricardo Catran, presidente do Grupo Ultra Cargo; Angelino Caputo e Oliveira, presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); Antonio Carlos Duarte Sepúlveda, Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados - ABTRA; Claudinei Pelegrini, Associação Brasileira dos Caminhoneiros - ABCAM; e Felício Paschoal da C. Aguiar, Associação Nacional dos Exportadores de Cereais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico.

Senador DELCÍDIO DO AMARAL
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 26ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu gostaria de registrar, primeiramente, a solicitação do Senador Benedito de Lira, de retirada do Item nº 6, PLS nº 279, para reexame.

Portanto, não vamos abordar o Item nº 6.

Quanto ao Item nº 1 da pauta, o Senador Walter Pinheiro me pediu que nós o aguardássemos, porque ele está terminando de preparar o seu relatório. Daqui a pouco, portanto, S. Exª deve estar chegando à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em relação ao Item nº 1, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Em relação ao Item nº 1.

Portanto, vamos aguardar o Senador Walter Pinheiro chegar à Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes, só queria fazer alguns informes rápidos.

Está marcada para a próxima terça-feira, às 10h, a audiência pública com o Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público. Ele vai fazer uma exposição aqui sobre essa questão das contas de 2014 do Governo.

Entrei em contato com o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Aroldo Cedraz, que, reconhecendo o posicionamento dos Senadores, ponderou comigo a sua dificuldade de ele vir participar de uma audiência pública sobre esse tema, até porque ele vai julgar as contas. Ele estaria, de uma certa maneira, antecipando-se. Esse é um argumento bastante razoável, a despeito da legitimidade do posicionamento dos Senadores, porque, lá atrás, efetivamente, nós teríamos todas as condições de fazer, inclusive com os dois lados – os Ministros do Governo e o TCU –, o que, infelizmente, não aconteceu, e, com justa razão, os Senadores deixaram muito claro que o TCU é um órgão de fiscalização e controle a serviço do Congresso, a serviço do Senado e da Câmara, sendo inconcebível, tanto é que nós aprovamos um requerimento, convocando o Presidente, Ministro Aroldo Cedraz.

Então, queria ponderar às Senadoras e aos Senadores, porque acho pertinente o comentário do Presidente Aroldo Cedraz, mesmo reconhecendo a forma determinada como os Senadores se posicionaram aqui. E, havendo esse entendimento, já agendamos, para a próxima terça-feira, a vinda, para uma audiência pública, do Dr. Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Se todos estiverem de acordo... (*Pausa.*)

Assim, na terça-feira, teremos às 10 horas, o Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.

Por outro lado, nós vamos distribuir, conforme combinado, a agenda de reuniões, Senador Tasso Jereissati, para atender à demanda das audiências públicas, que são várias, muitas delas ligadas também a essa agenda que o Senado pretende implementar.

Então, vamos distribuir essa agenda, Senadores Benedito de Lira e Wilder Morais, mas, evidentemente, vamos alternando: numa semana, na terça-feira, teremos reunião deliberativa da CAE, e, normalmente, às quartas-feiras à tarde, faremos as audiências públicas; e vice-versa: na semana seguinte, na terça-feira, fazemos uma audiência pública e, na quarta-feira, faz-se a deliberativa, para que não tenhamos prejuízo das atividades da Comissão de Assuntos Econômicos, não só no que se refere às audiências públicas, mas também ao processo legislativo.

Portanto, esses eram os informes que eu gostaria de fazer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª vai apresentar esse calendário à Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim; já vou distribuí-lo, até para comentários das Senadoras e dos Senadores, para que tomemos as providências devidas, ainda porque várias dessas audiências sinalizam agendamento, e precisamos acertar também com os convidados ou, dependendo do cenário, os convocados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vamos começar pelo Item nº 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, de 2014
- Não terminativo -

Altera as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana para determinar a utilização de aportes tecnológicos no planejamento e na operação do trânsito de veículos e nos sistemas de mobilidade urbana.

Autoria: Senador Eduardo Braga.
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 13, de 2014, de autoria do Senador Eduardo Braga, que "altera as Leis nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para determinar a utilização de aportes tecnológicos no planejamento e na operação do trânsito de veículos e nos sistemas de mobilidade urbana".

O projeto contém três artigos. O primeiro altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro, e o segundo altera a Lei nº 12.587, de 2012. Em ambos os casos, buscam-se aportes tecnológicos ao planejamento e à operação do transporte e trânsito urbanos. Por fim, o terceiro artigo estabelece a cláusula de vigência, que seria imediata. SF/15809.96962-43.

Na justificação, o autor destaca a piora dos tempos de deslocamento nos grandes centros urbanos ao longo dos últimos anos. Para ele, a resposta para este fenômeno não pode ser centrada apenas na expansão da oferta de espaços viários, mas precisa envolver o uso mais racional da infraestrutura existente por meio da aplicação de novas tecnologias. Assim, salienta que "enquanto o 'hardware urbano' se preocupa em priorizar grandes obras (como pontes, metrôs, vias expressas), o 'software urbano' se preocupa em racionalizar as obras já existentes".

A proposição foi distribuída à CAE e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde colherá decisão de caráter terminativo. A Senadora Ana Amélia apresentou a esta comissão Relatório pela aprovação

da matéria em 10 de junho de 2014, que não chegou a ser apreciado. Apresento, com pequenas alterações, documento com similar conclusão.

Não há emendas a analisar.

Nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos da matéria. Além disso, como o projeto ainda tramitará na CCJ, deixaremos para aquela Comissão a análise de seus aspectos formais, como constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, são necessárias mudanças urgentes nos paradigmas que norteiam a ação dos governos locais no que concerne à mobilidade das pessoas. De fato, como resultado das políticas federais de ampliação da produção e de incentivo à venda de veículos de passeio, as cidades brasileiras têm observado uma crescente queda na qualidade de vida, em função de congestionamentos cada vez mais longos. Nesse sentido, tem razão o autor quando afirma que não faz sentido buscar apenas a expansão dos espaços viários para lidar com tão grande desafio.

De fato, a solução para a mobilidade urbana somente virá no momento em que as cidades colocarem o transporte coletivo como ponto central de suas ações, pois não é possível expandir as vias na mesma proporção do crescimento do transporte individual.

Assim, a utilização de recursos tecnológicos no gerenciamento da mobilidade urbana, como advoga o autor do projeto analisado, constitui um meio tanto para melhorar o trânsito com a infraestrutura que temos hoje, o que beneficiaria também os ônibus urbanos, quanto para gerenciar uma rede moderna de transportes coletivos, cuja implantação devemos ter como objetivo principal.

Em síntese, concordamos com o autor quanto à necessidade de mais investimento em tecnologia, de forma a melhorar a eficiência da aplicação dos recursos orçamentários disponíveis, tanto no modelo atual quanto em um modelo que priorize o transporte coletivo. Por esses motivos, expressamos nosso apoio à proposta aqui avaliada.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2014.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Fernando Bezerra, que apresentou seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Esse projeto é de autoria do Senador Eduardo Braga, nosso companheiro aqui, no Senado, um competente Ministro de Minas e Energia.

Quero parabenizá-lo, em nome da nossa querida Senadora Sandra Braga, também aqui, pela aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos.

O próximo é o item 3, que está com o Senador Walter Pinheiro. S. Exª está chegando e pediu que nós o esperássemos um pouco, porque ele está ultimando os seus relatórios para apresentá-los aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de Municípios na região do Semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.
Relatório: favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. a matéria será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à apreciação desta Comissão o projeto de lei de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares que "altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de Municípios na região do Semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos".

A proposição, em seu art. 1º, modifica a redação do art. 5º da Lei nº 7.827, definindo como Semiárido, para efeito de aplicação de recursos, "a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), definida em portaria atualizada a cada cinco anos daquela Autarquia, observando os critérios de precipitação pluviométrica média anual, índice de aridez e risco de seca".

Na justificação, o autor argumenta que a Lei nº 7.827 definia o Semiárido como a região inserida na área de atuação da Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros. Posteriormente, a Lei Complementar nº 125, de 2007, redefiniu os critérios de enquadramento no Semiárido simplesmente indicando que caberia à Sudene, por meio de portaria, estabelecer seus limites dentro da área de atuação daquela Superintendência. Em portaria de 2005, o Ministério da Integração Nacional usou como critérios para definição do Semiárido os indicadores de precipitação pluviométrica média anual, o índice de aridez e o risco de seca.

Assim, o autor da matéria propõe o uso dos mesmos critérios e mecanismos de enquadramento dos Municípios no Semiárido, bem como a revisão periódica de tais procedimentos visando à atualização dos limites da região, a partir desses métodos incorporados pelo Ministério da Integração Nacional.

O PLS nº 146, de 2014, foi encaminhado às Comissões de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram, no prazo regimental, apresentadas emendas à proposta.

O Regimento Interno do Senado Federal dispõe que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

O art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar 125/2007, estabelece que compete à Sudene definir a área do Semiárido por meio de portaria.

A atual Região do Semiárido foi definida pela Portaria Interministerial nº 1, de 9 de março de 2005, editada pelos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia.

De acordo com a referida portaria, pelo menos um dos seguintes critérios deveria ser observado, para que determinado Município integrasse a área:

> I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
> II. índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
> III. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Portanto, os critérios para enquadramento dos municípios na região semiárida foram definidos há mais de dez anos. Entretanto, é sabido que mudanças climáticas ocorrem ao longo do tempo – e isso tem se verificado de forma efetiva –, o que provoca a necessidade de revisão periódica dos critérios de delimitação do Semiárido para atualização da sua área.

Assim, apoiamos a alteração proposta pelo PLS nº 146/2014, no sentido de atualizar os procedimentos de delimitação do Semiárido a cada cinco anos. Todavia, acreditamos que os critérios devam ser estabelecidos em lei, para que possam ser discutidos amplamente no âmbito do Congresso Nacional e não somente no âmbito da Sudene.

Ademais, em função da maior irregularidade do regime de chuvas com as mudanças climáticas observadas no País, sugere-se alteração do critério relativo à precipitação pluviométrica de 800 milímetros, para que seja inferior a 1.100 milímetros de média anual.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2014, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CAE
> (ao PLS nº 146, de 2014)
> Dê-se a seguinte redação ao art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, nos termos do art. 1º do PLS nº 146, de 2014:

"Art. 5º .....

.....

IV – semiárido a região natural inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), definida em lei atualizada a cada cinco anos, observando os critérios de precipitação pluviométrica média anual inferior a 1.100 milímetros, índice de aridez e risco de seca."

É como Relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, na realidade, este é um debate importante de ser travado, sobretudo aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Gostaria apenas de trazer algumas informações, para saber o que é que nós vamos, de fato, aqui deliberar.

Na aprovação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), fundo que tem recursos, hoje, para o senhor ter uma ideia, da ordem de R$13 bilhões por ano de aplicações, através do Banco do Nordeste, existe uma disposição legal de que metade desses recursos devem ser investidos na região Semiárida do Nordeste. E por que têm de ser investidos metade dos recursos do Fundo Constitucional no Semiárido? Porque a região semiárida do Nordeste é a mais pobre região do País.

Para os senhores terem uma ideia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a renda *per capita* média do Nordeste corresponde a 47% da renda *per capita* média do brasileiro – do brasileiro! Só que a renda *per capita* do Semiárido nordestino corresponde a 25% da renda *per capita* média dos brasileiros.

A proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, que é meu companheiro do Partido Socialista Brasileiro, é meritória, porque na realidade existe o desejo de regiões mais úmidas do Nordeste – Brejo Paraibano, Zona da Mata pernambucana, Zona da Mata de Alagoas e de Sergipe, áreas úmidas do Maranhão – de que possam ser caracterizadas como semiárido. E a gente nota que a sugestão trazida pelo Senador de Sergipe é no sentido de que o critério de precipitação, que hoje é de 800 milímetros, para caracterizar a região semiárida seja elevado para 1.100 milímetros, por ano.

A pergunta é: estaremos fazendo justiça com os mais pobres? Estaremos fazendo justiça com as regiões mais carentes do ponto de vista do desenvolvimento, da geração do emprego?

Quero aqui deixar claro que o FNE pode aplicar em qualquer espaço do território do Nordeste, seja na região metropolitana, seja na região da Zona da Mata, na região de transição entre o Agreste e a Mata, não existe impedimento. O de que se trata é que, quando os recursos forem aplicados na região semiárida, terão de ser aplicados com juros mais reduzidos, porque é ali que existem as grandes dificuldades para a promoção do desenvolvimento regional.

Então, eu não poderia me calar quando uma matéria dessas chega para apreciação. Entendo a motivação; entendo que está por trás o espírito no sentido de alargar a caracterização da região semiárida, mas acho que, ao fazermos isso, nós não estamos fazendo justiça com os que mais precisam, com aqueles que são mais carentes, com a região que tem menos infraestrutura, com a região que tem os piores indicadores educacionais, que tem a pior infraestrutura de saúde. E se há alguma coisa que deu algum alívio a essa região, nos últimos 12 anos, foram os recursos do Pronaf, os recursos do Fundo Constitucional, o valor real do salário mínimo que se transferia para as aposentadorias rurais; enfim, foi esse conjunto de políticas públicas que fez com que a renda *per capita* média do Semiárido nordestino crescesse mais do que a média do Nordeste e do que a média do Brasil.

Eu sou do sertão de Pernambuco. Dois terços do meu Estado estão encravados no Semiárido nordestino; fiz toda a minha trajetória política recebendo a representação popular dessa região. Embora tenha o maior respeito pela iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares – sei que outros Senadores também desejam alterar –, quero aqui trazer a minha palavra, colocar a minha voz contra essa iniciativa.

Votarei contra, Sr. Presidente. Acho que o Semiárido do Nordeste brasileiro, tem características próprias, que não permitem ser diferenciadas ou ser conformadas com outro tipo de precipitação, porque aí já não se fala mais de Semiárido! Então não é mais Semiárido!

As mudanças climáticas reduziram a precipitação. A precipitação média no Semiárido nordestino, que chegava a 550, 600 milímetros, nesses últimos quatro anos de seca foi abaixo de 400 milímetros. A situação se agravou ainda mais na produção de leite, na caprinovinocultura, em uma série de atividades que estão precisando de apoio financeiro, sobretudo deste fundo para poder recuperar as atividades produtivas que foram castigadas pela seca.

Portanto, quero aqui, com a vênia do Relator Ricardo Ferraço, com o respeito que tenho pelo Senador Antonio Carlos Valadares, dizer que encaminho contra e apelo para que os membros desta Comissão de As-

suntos Econômicos possam fazer uma reflexão antes de darem o seu voto para que a gente impeça que essa alteração seja mais um instrumento de injustiça com os mais pobres da região mais pobre do Brasil.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso; depois Senador Benedito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Com devida vênia do Senador Ferraço, eu gostaria de pedir vista deste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, vista ao Senador Tasso.

Senador Benedito de Lira com a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente, na verdade este projeto desfigura, desqualifica a região.

Eu fiquei preocupado com os comentários apresentados pelo Senador Fernando Bezerra e aquilo que for possível fazer para que a gente possa ter projetos que possam trazer melhores condições para a região... Evidente que eu bem sei quanto tempo tramita um projeto aqui de autoria de qualquer Senador. Então, precisamos aproveitar alguma coisa e alterarmos o que for preciso alterar.

Como o Senador Tasso pediu vista – eu também iria pedir vista –, então, peço vista coletiva do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Então, vista coletiva.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para fazer justiça ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Senador Tasso Jereissati pediu vista, que foi concedida; portanto, teremos, oportunamente, espaço para esse debate. Mas, apenas para fazer justiça ao Senador Antonio Carlos Valadares, ressalto que o que deseja S. Exª é a inclusão de toda região da Sudene como área circunscrita o conceito de semiárido.

O Senador Fernando Bezerra me afirma que, possivelmente, algo em torno de 60% da região da Sudene já é considerada semiárida. Traz aqui a sua contribuição o Senador e ex-Governador Tasso Jereissati, que, no caso do Estado do Ceará, 80% do Estado já é semiárido e, no caso de Pernambuco, o rico depoimento do nosso querido Senador Fernando Coelho Bezerra, ex-Prefeito, ex-Ministro da Integração Nacional, que conhece com profundidade o tema.

O que pretendeu o Senador Valadares foi criar uma sinergia entre aquilo que é área da Sudene e aquilo que é Semiárido. Quem incorporou os 300 milímetros a mais – de 800 para 1.100 –, na verdade, fui eu, na condição de Relator. Apenas para fazer justiça ao nosso querido e estimado Senador Antonio Carlos Valadares.

Contudo, este debate poderá e deverá ser aprofundado numa outra reunião.

É apenas o depoimento que trago.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, feitos esses esclarecimentos pelo Senador Ricardo Ferraço, eu também quero aqui retificar, porque, de fato, agora estou lendo não o relatório do Senador Ricardo Ferraço, mas a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares. E S. Exª não propõe alterar o índice de precipitação de 800 para 1.100. Essa foi uma iniciativa do Senador Ricardo Ferraço. Portanto, toda crítica que fiz não é ao projeto do Senador Antonio Carlos Valadares, mas ao relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, concedida vista coletiva. Na próxima semana vamos deliberar sobre o item 4, Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2014.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2011
- Não terminativo -

"Altera o art. 136 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452, de 1° de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família."

Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Alvaro Dias.
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, antes de apresentar o parecer ao projeto, solicito a V. Exª a justificativa para a não inclusão do Projeto nº 147 na pauta desta reunião.

Já por duas reuniões consecutivas, solicitei a V. Exª. O projeto é do Senador Paulo Paim e atende pontualmente interesses dos aposentados e pensionistas do Aerus, que vivem verdadeiro calvário há vários anos, e não entendemos ainda a protelação.

Temos que deliberar sobre esta matéria, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Exª pudesse expor as razões, a fim de que aqueles interessados possam ter conhecimento da voz do Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Alvaro Dias, inclusive, continuamos com este tema na nossa agenda. Até V. Exª nos tem cobrado sistematicamente o agendamento deste projeto que trata especificamente do Aerus.

Quero registrar aqui também que estamos com a questão do Aerus no Congresso, aguardando sessão do Congresso, em função de um projeto semelhante que foi analisado pelo Governo e cujo veto foi encaminhado ao Congresso Nacional.

Essa seria uma outra iniciativa em cima do mesmo tema. E a avaliação que fizemos é a de que não pautássemos, até para conversar com V. Exª com mais detalhe, porque essa iniciativa pode levar a outras iniciativas de outros setores, para que, através de projetos do Senado, ajustássemos eventuais negociações de passivos ou mesmo, dependendo dos temas, pendengas que se vêm arrastando há muito tempo, sem uma avaliação maior, sob o ponto de vista do impacto fiscal disso e também de desdobramentos de decisões como essas.

Portanto, foi minha iniciativa retirá-lo de pauta, até para conversar com V. Exª com mais tranquilidade, para ver como encaminhamos esse projeto de que V. Exª é Relator.

Essa é a razão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, vou procurar o Senador Paulo Paim, que é o autor da proposição, para que, juntamente com V. Exª, possamos encontrar uma alternativa de resposta aos interessados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeito. E a ideia é realmente votar esse assunto, até porque também tenho sido procurado por muitos funcionários da Varig, que lamentavelmente foram vítimas não só do que aconteceu com esta companhia aérea, mas especificamente do fundo de pensão do Aerus.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias para relatar o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2011, de autoria do Senador Crivella.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O projeto do Senador Crivella objetiva alterar art. 136 do Projeto de Lei nº 552, de 2011,da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir o direito de empregados de uma mesma família gozarem férias no mesmo período, mesmo que trabalhem para empregadores diferentes, desde que, da medida, não resulte prejuízo para o empregador, que não haja definição do período em acordo ou convenção coletiva e que haja comprovação, pelo empregado, de concessão de férias ao familiar.

Apresentamos uma emenda de redação a esse projeto do Senador Crivella.

Não foram encontrados vícios em relação à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, não vemos óbices à aprovação da matéria, no que tange ao bom funcionamento da economia e do mercado de trabalho. Consideramos satisfatórias as restrições do projeto à concessão das férias, como quando houver prejuízo para o empregador, bem como a exigência de efetiva comprovação de concessão de férias do familiar para usufruto do direito.

Em verdade, a medida em tela tem potencial de estimular o setor de turismo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... e o setor de serviços da economia. Ainda, a proposta é defensável também pelos possíveis benefícios para a satisfação e a produtividade do trabalhador, conforme evidencia a moderna economia do trabalho e a economia comportamental.

Economistas especializados no estudo da felicidade enxergariam também o mérito da proposta em permitir a aquisição de experiências e o aumento do bem-estar.

Por fim, para adequar a redação da proposição à melhor técnica legislativa, propomos, em relação à redação original dada pelo art. 1º do presente projeto, emenda desmembrando em dois dispositivos o § 1º do art. 136, renumerando-se os demais.

Portanto, a proposta está lavrada nos seguintes termos:

§ 1º Os membros de uma mesma família terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disso não resultar prejuízo para o serviço na empresa ou nas empresas em que trabalharem.

§ 2º Havendo discordância quanto à definição do período em que serão usufruídas as férias de que trata o § 1º, ou havendo acordo ou convenção coletiva que disponha a respeito, caberá aos empregadores fixarem o seu período de gozo, fundamentando a decisão e dando ciência, por escrito, aos interessados.

Portanto, o voto é favorável, Sr. Presidente. Este é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com a Emenda de nº 1-CAE, de autoria do Senador Alvaro Dias.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Quanto ao item 6 da pauta (Projeto de Lei do Senado nº 279, de 2013), de autoria do Senador Cícero Lucena, o Relator, Senador Benedito de Lira, pediu a retirada de pauta para reexame da matéria.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 279, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para reduzir a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de medicamentos de uso humano e equipamentos hospitalares, sempre que aquisição se der por órgão do poder público.

Autoria: Senador Cícero Lucena.
Relatoria: Senador Benedito de Lira.
Relatório: Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CAS.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 1-CAS.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos ao item 1, Sr. Presidente. É uma matéria que está pautada, o Senador Walter Pinheiro já está presente, pronto para relatar e já existe um acordo para a deliberação...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria de pedir aos Senadores e Senadoras que se encontram em outras comissões ou que se encontrem em seus gabinetes que, por favor, venham à CAE, pois teremos duas votações em caráter terminativo: o PLS nº 518, de 2011, terminativo, cujo Relator é o Senador Alvaro Dias; e o PLS nº 524, de 2013, também terminativo, cujo Relator é o Senador Douglas Cintra.

Se o Senador Douglas Cintra...

O relatório do Senador Alvaro já foi lido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, o Senador Telmário pediu para retirar de pauta, para que ele possa participar da discussão na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, o item 7 foi retirado de pauta, em função do acordo do Senador Alvaro Dias com o Senador Telmário.

Então, teremos apenas um item terminativo, que é do Senador Douglas Cintra. Se ele não puder relatar, vou indicar um relator *ad hoc* lá de Pernambuco, chamado Senador Fernando Bezerra Coelho...

Mas ainda não chegamos lá, Senador. Vamos esperar um pouco.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências, para permitir que as estruturas de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com base em recebíveis originados pelo parcelamento de dívida ativa, não sejam considerados e enquadrados como operação de crédito conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), na hipótese que prevê.

Autoria: Senadora Regina Souza e outros.
Relatoria: Senador Walter Pinheiro.
Relatório: Favorável ao projeto.
Observações:
1. Em 18/8/2015, foi concedido vista ao Senador Reguffe.

O Relatório já foi lido pelo Relator, Senador Walter Pinheiro, na 26ª Reunião, realizada em 18 de agosto.

Pergunto se o Relator gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Está em silêncio absoluto. Portanto, não quer fazer nenhum comentário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Que é isso, Sr. Presidente? Claro que quero!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu vim voando! V. Exª mandou me buscar. Como é que V. Exª não quer que eu fale?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Há um relator-geral da República, há um "falador-geral" da República, mas, agora, "mudo-geral" da República, não dá, não é? Aí V. Exª quer que eu...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. *Fora do microfone.*) – V. Exª é o relator ou é o falador? (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu não! O relator-geral é outro; entendeu? (*Risos.*)

Sr. Presidente, da sessão passada, nós evoluímos para um processo que eu considero até de boas contribuições. Portanto, não vou me dirigir mais a essa questão dos fundos de investimentos em direitos creditórios, até porque eu acho que, na sessão passada, evidentemente, isso foi objeto de discussão aqui, nesta Comissão.

Sr. Presidente, a esta matéria, nós recebemos uma contribuição até muito importante do Senador Ricardo Ferraço, que havia feito, naquela sessão, as ponderações das suas preocupações e, ao mesmo tempo, o que nós poderíamos chamar de caminho de volta, ou seja, à medida que esses créditos pudessem ter uma conotação, na realidade, de um endividamento.

Na prática, o que o Senador Ferraço sugere, de forma, eu diria, muito correta, é evitar – e, ao mesmo tempo, solicitando – que esses créditos seja em definitivo, portanto, saneados ali no ato, ou seja, uma transferência de responsabilidade – se não for isso, Senador Ferraço, V. Exª até me corrija –, mas é debitar a quem efetivamente aceita assumir o risco, a responsabilidade, e não a Estados e Municípios.

Sendo assim, eu acatei a sugestão do Senador Ferraço e incluímos no art. 5º: "É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em relação aos créditos inscritos em dívida ativa, ceder o fluxo de recebimentos relativos a período posterior ao do mandato." Obviamente, isso é de suma importância.

"É vedado dar em garantia ou captar recursos a título de adiantamento", preocupação também levantada, na semana passada, aqui, por diversos Senadores. Essa matéria já constava.

Fiz questão de frisar o exemplo de Brasília, meu caro Hélio, nessa questão. Portanto, na medida em que você tem essa captação de recursos de títulos ou antecipação de recebimentos cujas obrigações contratuais ultrapassem o mandato do Chefe do Executivo – portanto, não há nenhuma dúvida –, acrescentamos a isso o terceiro item: "É vedado ceder créditos inscritos em dívida ativa que não sejam em definitivo", ou seja, de uma vez por todas, você fecha a conta. Não há o que nós poderíamos chamar de retorno.

Uma preocupação que o Senador Ferraço levanta – e agora terminei aquiescendo – é porque, se assim não fosse, Senador Ferraço, eu acho que os dois itens anteriores, o "a" e o "b", na realidade nós produziríamos uma burla. Eu não posso permitir que, no fim do mandato, alguém faça isso. Mas o retorno desse crédito se daria exatamente no fim dos mandatos. Portanto, não seria proibido.

E, se incluíssemos sem essa ponderação de V. Exª, nós estaríamos, inclusive, incorrendo num erro gravíssimo, que era permitir negar o item a e o item b, até porque o que se poderia aportar neste caso era dizer que os créditos foram assumidos antes do fim do mandato – é verdade! –, mas o retorno dos créditos, ou seja, a dívida, terminaria chegando exatamente depois dos mandatos encerrados. Então, portanto, seria um caminho de burla.

Assim, acrescento essa importante emenda e ótima correção feita pelo Senador Ferraço, o que dá segurança a Estados e Municípios, além dos pontos anteriores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para deixar claro, Sr. Presidente, do que estamos tratando aqui.

Primeiro, a Resolução nº 33, do Senado, já autoriza esse tipo de operação de crédito para que os Estados possam ter a antecipação dos recursos e, como contrapartida, entregarem sua dívida ativa, desde que não ultrapassem o tempo do seu mandato.

Ora, dívida ativa não é uma coisa líquida e certa. A dívida ativa não passa por uma espécie de diligência para se apurar o que, ao final, até juridicamente, vai ser recebido. Então, qualquer dos Estados poderá fazer antecipação dos seus recursos e, ao final do seu mandato, como disse aqui o Senador Walter Pinheiro, o banco pode dizer assim: "Não consegui receber isto aqui; tomem esses debêntures ou esses ativos, que eles pertencem a você, e me devolva o dinheiro". Isso caracteriza uma operação de crédito. Essa operação de crédito precisa ser devidamente esclarecida.

Portanto, o que nós estamos solicitando, Senador Walter Pinheiro, é que V. Exª reinsira *ipsis litteris* o que está inclusive no parecer da PGFN nº 1.579, de 2014, que assim considerou essa necessidade. Ou seja:

> As operações de cessão definitiva de direitos creditórios ou do fluxo financeiro decorrente de tais direitos, quando não implicar, direta ou indiretamente, qualquer compromisso de garantir o recebimento do valor do crédito cedido, em caso de inadimplemento por parte do devedor [...]

É isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – O. k.

Senador Ferraço, o item, inclusive, que versa sobre a posição da PGFN consta, inclusive, do relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Consta da justificativa, mas não consta do corpo da lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não consta do corpo da lei.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Então, a transposição feita agora é exatamente para permitir o cumprimento dessa disposição.

Além disso, Sr. Presidente, havia uma emenda de redação que, na reunião passada, até por conta da vista concedida, optei por não apresentar, mas o faço agora.

Na realidade, é só o objetivo de corrigir, de forma redacional, digamos assim, o §3º do art. 5º da Resolução nº 43, que, na realidade inclui o inciso VII ao art. 5º da Resolução nº 43, considerando que, nas operações de crédito, deverão ser observadas normas e competências da Previdência Social relativas à formação de fundos de Previdência.

Portanto, é só esse ajuste para não deixar nenhuma margem de dúvida sobre exatamente o papel da Previdência.

Então, acho que esse é o relatório. Não há nenhuma...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na prática, o banco que fizer a alteração e a antecipação ficará com o risco daquela dívida ativa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Claro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas, Senador, essa aqui agora é com relação à Previdência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Portanto, antes da consolidação, ele vai ter que fazer um *due diligence* para chegar à conclusão se aquela dívida ativa é líquida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É líquida ou não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É líquida e cetra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E certa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E aí assume o risco dele.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É para isso que nós estamos chamando a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Absolutamente pertinente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... para que não seja uma porta escancarada de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente, Senador Ferraço.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Feito isso, está entregue o relatório para que V. Exª coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pinheiro, há mais um item de que V. Exª é Relator.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas temos que discutir e votar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Não, Presidente; eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A Senadora Lúcia Vânia ainda gostaria de falar sobre esse tema, Pinheiro.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – É sobre esse tema, sim.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nada mais havendo a declarar, vamos votar.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Não; eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não; a Senadora Lúcia Vânia quer falar, Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, ele está perguntando de mim. Pelo amor de Deus!

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Depois de brigar com o Ferraço aqui... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu ponderaria aos Senadores e Senadoras que estão presentes aqui, nós temos duas votações nominais. Portanto, pediria...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... paciência dos Senadores e Senadoras para que a gente acelere aqui o processo de votação.

A Comissão de Assuntos Econômicos produzindo bastante, votando muitos projetos, Senador Tasso.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a V. Exª por ter sido ágil e ter colocado essa resolução em votação.

Eu procurei V. Exª há questão de 15 dias, para que a gente pudesse votar essa matéria, e hoje nós temos a grata satisfação de vê-la votada.

Quero aqui, também, me redimir com o Senador Ferraço, porque, em princípio, eu não concordei com a emenda dele, mas, agora, entendendo a sua preocupação, acho que ele tinha toda razão, e aproveito para pedir desculpas pela não compreensão num primeiro momento, mas eu acho que a emenda dele veio esclarecer e veio deixar muito clara a situação, fazendo com que essas operações não sejam consideradas operações de crédito.

Portanto, receba os meus comprimentos, Senador Ferraço, e as minhas desculpas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu agradeço a delicadeza e a generosidade dessas palavras, mas...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E olha que isso é muito raro, hein? (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Portanto, eu vou contabilizar e vou guardar no fundo do meu coração.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Obrigada.

Acontece que Goiás e Espírito Santo estão sempre brigando pela nossa receita e, às vezes, a gente fica um pouco estressado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, que sempre acompanha muito de perto esses temas federativos, especialmente quando se trata do seu Estado, Goiás.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as emendas apresentadas pelo Senador Pinheiro, num acordo com o Senador Ferraço, emenda essa lida, inclusive, de uma forma muito incisiva e clara no parecer da PGFN pelo Senador Ferraço.

Passamos, agora, ao item 4 da pauta, rapidamente. Projeto de Lei do Senado nº 146...

Eu quero até fazer uma ponderação: já que esse item não requer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ah, perdão! O item 3.

Já que esse item não é terminativo, nós vamos entrar nos terminativos para, só então, voltar para o item 3.

Então, vamos para os terminativos.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 518, de 2011
- Terminativo -

Altera o art. 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para destinar ao Ministério da Pesca e Aquicultura parte dos royalties decorrentes da produção do petróleo.

Autoria: Senador Benedito de Lira.
Relatoria: Senador Alvaro Dias.
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer contrário ao projeto.
2. Em 18/8/2015, foi concedida vista ao Senador Telmário Mota.

O relatório já foi lido.

Eu gostaria...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ah, não. Perdão! Esse é o item 7.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Exato, Presidente; esse é o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sim; esse é o item 7, cuja retirada o Senador Álvaro Dias havia solicitado.

O.k.?

Então, nós vamos pautar para a próxima semana.

Perdoem-me.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2013
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatoria: Senador Douglas Cintra.
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CMA.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, o Relator, Senador Douglas Cintra.

Antes, porém, eu quero só parabenizar o Senador Raupp pelo seu aniversário ontem. O Senador Raupp fez, ontem, 38 anos de idade. Os parabéns de todos os Senadores e Senadoras aqui, do Senado Federal.

Senador Douglas Cintra com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr.Presidente, na justificação, o autor relata as dificuldades para obtenção de informações necessárias pelos clientes que pretendem antecipar o pagamento de dívidas.

A matéria já passeou pela Meio Ambiente e foram aprovadas algumas emendas, mas em nossa análise, no mérito, a alteração da proposta visa garantir mais direitos ao consumidor, sendo, nesse sentido, louvável a intenção do autor.

Todavia, após análise mais cuidadosa do tema, consideramos que sua veiculação em lei engessa sobremaneira a operacionalização do sistema financeiro nacional e compromete os avanços tecnológicos em relação à disponibilidade da informação. Além disso, onera sem necessidade o fornecedor, desequilibrando a regulação de consumo sem meio adequado de defesa à instituição financeira.

Ademais, já existem normas regulando o assunto em análise. A Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.694, de 2009, que dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços, reza que as instituições financeiras devem assegurar, entre outras obrigações:

> a) a prestação das informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões por parte de clientes e usuários, explicitando, inclusive, direitos e deveres, responsabilidades, custos ou ônus, penalidades e eventuais riscos existentes na execução de operações e na prestação de serviços;
>
> b) o fornecimento tempestivo ao cliente ou usuário de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços;
>
> c) a utilização de redação clara, objetiva e adequada à natureza e à complexidade da operação ou do serviço, em contratos, recibos, extratos, comprovantes e documentos destinados ao público.

Como exposto pelo autor, a dinâmica do sistema deve ser acompanhada de mecanismos que resguardem as partes envolvidas nas operações, tanto na contratação como em sua execução.

Assim, veicular em lei regras sobre prestação de informações já contidas em norma infralegal, ainda que pretendam favorecer o consumidor, opõe-se à justificação da proposta. O processo legislativo demanda tempo para a deliberação, o que termina sendo, de alguma forma, não a favor do consumidor.

Por isso, quando a lei...

(Soa a campainha.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ... desce a detalhes pouco abstratos, embora possa proteger o consumidor durante algum tempo, há óbice à inovação, prejudicando o consumidor.

Seguindo essa lógica, a normatização da prestação de informações por meio de atos infralegais tem servido à proteção do consumidor financeiro. Em relação às informações de contrato de crédito ou arrendamento mercantil, atualmente, as instituições financeiras já disponibilizam aos clientes, no momento da contratação, a modalidade, a data de contratação, o dia do vencimento da parcela, o valor emprestado, o valor da prestação e a quantidade de parcelas a pagar, conforme a dita Resolução.

(Soa a campainha.)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Assim, Sr. Presidente, além disso, o cliente pode solicitar gratuitamente, a qualquer momento, um extrato contento as informações dessa operação de empréstimo. Muitas instituições financeiras ainda disponibilizam a opção de retirar o extrato na operação de empréstimo por meio de terminais de autoatendimento. Nesse caso, o nível de detalhamento é menor, mas não significa perdas para o cliente, pois as informações podem ser obtidas por outros meios disponibilizados pelas instituições.

Por outro lado, em relação à liquidação antecipada dos empréstimos, a Resolução nº 4.320, de 2014, que alterou a Resolução nº 3.516, de 2007, já prevê a obrigação de prestar informações sobre o valor presente da dívida.

Por essas razões, os excessos apontados pelo autor configuram, em verdade, o descumprimento das normas já existentes, não a necessidade de novas regras.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu pediria, aos assessores dos Senadores que, por favor, respeitem o Senador Douglas Cintra, que está apresentando o seu relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Por essas razões, os excessos apontados pelo autor configuram, em verdade, o descumprimento de normas já existentes, não a necessidade de editar novas regras. Portanto, a edição da futura lei seria desnecessária ou mesmo inócua, pois apenas elevaria o nível legal de obrigações jurídicas já existentes, ao passo que promoveria um fardo custoso e desnecessário aos fornecedores de serviço.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto, tendo em vista o exposto, é pela rejeição do PLS nº 524, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Douglas Cintra.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator Douglas Cintra vota "não" ao projeto.

Está aberta a votação aos Senadores e Senadoras.

Já podemos iniciar a votação pelos computadores.

Para proceder à votação eletrônica, basta os Senadores digitarem o código de sete dígitos, usado no plenário.

(Procede-se à votação.)

Está aberta a votação.

Estamos em processo de votação do item 8, Projeto de Lei do Senado nº 524, cuja relatoria é do Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, lembramos que quem vota com o Relator vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quem vota com o Senador Douglas Cintra vota "não". Quem vota com o parecer do Relator Douglas Cintra vota "não".

Estamos em processo de votação.

Quero aqui registrar que, evidentemente, se alguém, eventualmente, quiser mudar o seu voto até o encerramento da votação poderá fazê-lo.

Estamos em processo de votação.

Senadora Vanessa Grazziotin... (*Pausa.*)

A Senadora Vanessa já votou.

Senadora Sandra Braga. (*Pausa.*)

Senador Caiado. (*Pausa.*)

Senador Benedito de Lira também. (*Pausa.*)

O Senador Agripino já votou também. (*Pausa.*)

Senador Moka, também. Senador Moka, do nosso Mato Grosso do Sul.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, só lembrando, mais uma vez, que o voto do relatório foi "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Lembramos mais uma vez que quem vota com o Relator, Senador Douglas Cintra, vota "não".

Quem já votou, mas quer mudar o voto ainda pode fazê-lo, se for necessário.

Esta é a única votação nominal, uma vez que, no caso do outro, o Senador Telmário pediu ao Senador Alvaro que o assunto seja votado na próxima semana e o outro item terminativo foi retirado pelo Senador Benedito de Lira, que é o Relator do projeto.

O Senador Moka e o Senador Caiado, ainda.

O Senador Moka e o Senador Caiado. Parece que o Senador Caiado não votou ainda.

É a senha do plenário, Senador Caiado. (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação. Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Quórum de 15, com 13 votos "não" e um voto "sim".

Portanto, 13 votos NÃO, um voto SIM e nenhuma abstenção.

Rejeitado.

A Comissão rejeita o projeto, ficando prejudicadas as emendas.

Voltamos agora ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 689, de 2011
- Não terminativo -

Acrescenta o § 3º ao art. 84 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para prever a progressividade do valor da retribuição anual da patente, acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) integrará a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e dá outra providência.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto.
2. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, essa matéria, que eu espero também debater sob um prisma tecnológico lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, de que faço parte, na realidade, acrescenta o §3º do art. 84 da Lei 9.279, de 1996. A ideia é exatamente permitir, Sr. Presidente, um método progressivo de tempo para cálculo de retribuição pecuniária devida pelo depositante do pedido do titular da patente ao Instituto Nacional.

Portanto, o nobre autor, o ex-Senador Vital do Rêgo, hoje homem das contas da União, tem como seu principal argumento que o aumento progressivo dessa retribuição, devida pelo titular, se justifica pelo fato de que há, na sociedade, obviamente, uma crescente onda de benefício pela inovação, mas depara com menores benefícios ao longo do tempo, que é um resultado de custo e ociosidade, principalmente na medida em que a gente tem, Sr. Presidente, cada vez mais, uma disseminação menor do conhecimento do que, efetivamente, a longa proteção do tempo no que diz respeito a essa patente.

Então, essa majoração de forma acentuada, Sr. Presidente, ao valor da retribuição ao longo do tempo visa incentivar, é um elemento que busca fazer com que a redução de prazo possa estabelecer até a chamada competição entre os agentes econômicos. Esse é o espírito central dessa matéria.

Quanto à integração do INPI à Rede, o próprio autor também já sinaliza como medida auxiliar. Ela é uma medida importante para a desburocratização, pois simplifica esse processo do ponto de vista de registros e marcas, que, aliás, Sr. Presidente, é uma das grandes questões em que a gente ainda tem entraves no Brasil do ponto de vista do nosso... Há expectativa até de produção nessa escala, porque muita gente também entrou muito numa seara de desconfiança e de receios e, ao mesmo tempo, eu diria, até de punição àqueles que se dedicam a essa área de forma muito mais enfática.

Então, eu acho que uma definição importante e clássica de patente é exatamente a concessão pública conferida pelo Estado. Essa é uma defesa que faço, por exemplo, desde que cheguei ao Congresso Nacional. E, principalmente, Sr. Presidente, que seja dada ao titular a garantia a exclusividade de explorar comercialmente a sua invenção.

Quer dizer, o sujeito ter uma invenção e não ter a capacidade, não ter a possibilidade, inclusive, até de trabalhar essa parte comercial da sua invenção é, na minha opinião, um erro.

E, em contrapartida, é disponibilizado o acesso público sobre o conhecimento. Ou seja, é você publicizar uma patente, permitir que em diversos pontos essa patente possa ser utilizada, e, principalmente, o que eu chamaria de essência da patente, as reivindicações que caracterizam o que nós chamamos de novidade do invento.

Portanto, a proteção da patente faz-se necessária, Sr. Presidente, e eu quero dizer da minha grande satisfação de poder relatar essa matéria. Obviamente, as Srªs e os Srs. Senadores podem ler com mais detalhes algumas coisas que acrescento do ponto de vista até do histórico que nós temos nessa área, mas eu estou querendo, em rápidas palavras, passar para os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras exatamente qual é o espírito.

E aí, Sr. Presidente, eu fiz aqui algumas alterações para buscar contribuir um pouco com essa estrutura, já que o nobre autor dessa matéria não tratava muito de incorporar, como proposto, ao INPI e à própria Rede,

mas ao Comitê Gestor, porque, no *caput* do art. 2º da Lei nº 11.598, Sr. Presidente, de 3 de dezembro, o que se tem é a criação da Rede, da qual participam, obrigatoriamente, todos os órgãos federais com competências e atribuições vinculadas a assuntos inerentes à Rede.

Então, eu resolvi fazer isso para que essa administração seja produzida por um comitê gestor presidida pelo Ministro da Indústria e Comércio, nosso colega hoje em exercício no Ministério, e a composição dessa estrutura e seu funcionamento sejam definidos em regulamento. Portanto, embora isso possa ser um simples decreto presidencial, eu acho importante superar o problema resolvendo e promovendo essa alteração do decreto de junho de 2009 para incluir esse comitê gestor, dando a capacidade de acrescentar massa crítica e até contribuições inovadoras atualizadas, porque, senão, nós ficamos presos ao passado.

Por isso, eu recomendo, Sr. Presidente, do atual parágrafo único para o §1º, a introdução dessas alterações: O Instituto Nacional de Propriedade Industrial integrará o comitê gestor desse órgão, buscando, cada vez mais, contribuir para isso.

Diante do exposto, Sr. Presidente, eu me manifesto pela aprovação do projeto, com a emenda que vou ler aqui só para efetivo registro nesta Comissão.

> EMENDA Nº ... – CAE
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 689, de 2011, a seguinte redação:
> "Art. 2º Acrescente-se § 2º ao art. 2º da Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, com a seguinte redação, renomeando-se o atual parágrafo único para § 1º: [...]:

Portanto, a redação aqui alterada e já devidamente explicitada por esse nobre companheiro aqui que se faz passar muito bem aqui por esta Casa como Senador, mas que, ao mesmo tempo, deixa para a gente aqui o espaço para que a gente possa aprimorar a matéria dele, fazendo exatamente o reconhecimento da boa contribuição e o ajuste para que a ideia dele possa ter, permanentemente, a característica de inovar em uma das áreas mais caras para o nosso País.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Encerrada a pauta deliberativa, passamos para o item 9.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 29, de 2015
- Não terminativo -

Requer, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 85 de 2014, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de automóveis aos titulares de autorização, permissão ou concessão do Poder Público para instalação de mobiliários urbanos do tipo quiosque, trailer ou feira, que utilizem o automóvel como instrumento de trabalho ou apoio. Solicita-se, para tanto, que sejam convidados representantes das seguintes entidades: Vice-Governador do Distrito Federal; Sec. do Desenvolvimento Econômico (SEDS); Sec. da Micro e Pequena Empresa (SMPES); Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Diretor da Agefis; e Sr. Luiz Ribeiro, Presidente da Unitrailers.

Autoria: Senador Hélio José e outros

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A Comissão aprova o Requerimento nº 29, de 2015, da CAE.
Item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 30, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o PLS nº 229, de 2009 – Complementar, que "estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências". Para tanto, recomenda-se a presença dos seguintes convidados: Tarcísio José Massote de Godoy – Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Dyogo Henrique de Oliveira – Secretário Executivo do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; representante da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle - CONORF do Senado Federal; e José Roberto Afonso, economista e pesquisador do FGV/Ibre.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Vamos colocar em votação o requerimento.
Em votação o requerimento.
As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A Comissão aprova o Requerimento nº 30, de 2015, da CAE.
O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Presidente, por favor.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso Jereissati.
O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Há um requerimento, se não me engano, do Senador Ricardo Ferraço, para incluir nesse grupo de convidados o economista Hélio Tollini para participar dessa reunião.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O.k.
As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Então, acolhida a sugestão do Senador Tasso Jereissati.
Qual é esse item, Senador Tasso Jereissati? É o item que estávamos discutindo ou é o próximo item, o item 11?
O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – É o item 10.
O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Ah, item 10. O.k.
É para o item 10, que acabamos de aprovar.
Acatada a sugestão do Senador Tasso Jereissati.
Item 11.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 31, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a grave crise financeira que os estados brasileiros atravessam, bem como discutir possíveis medidas para reequilibrar as contas públicas estaduais. Considerando a motivação da audiência pública requerida, recomenda-se a presença dos seguintes convidados:

Marcelo Saintive, Secretário do Tesouro Nacional;
André Horta Melo, Coordenador do Confaz e Secretário de Estado da Tributação do Rio Grande do Norte;
José Roberto Afonso, Pesquisador do Ibre-FGV; e
Raul Velloso, Consultor Especializado em Contas Públicas.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A Comissão aprova o Requerimento nº 31, de 2015, da CAE.
Item 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 32, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema "Lei Emergencial de Controle Orçamentário" para que esta Comissão, no exercício de sua competência, ouça a proposta do Movimento Brasil Eficiente para a superação das atuais dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro, em suas três esferas. Sugere-se como convidado o senhor Paulo Rabello de Castro, coordenador do Movimento Brasil Eficiente.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Em votação o requerimento.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
A Comissão aprova o Requerimento nº 32, de 2015, da CAE.

Sobre a mesa também, para leitura, requerimento do Senador Caiado, que solicita a convocação do Ministro de Minas e Energia, Sr. Carlos Eduardo de Souza Braga, para explicar a venda da Celg Distribuição S.A., do Goiás.

Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso III, e o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a comparecer perante o Plenário desta Comissão o Ministro de Minas e Energia...

Que ele seja convidado, não é, meu querido Senador? O nosso Senador Eduardo Braga sempre estará presente aqui entre nós.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – o que eu espero é que ele realmente aceite o convite, porque toda vez que lhe é feito um convite ele quer mandar assessor. Ele, como Senador – não é verdade... Não tem porque eu discutir com o assessor dele esse assunto tão importante, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, vamos propor o convite.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Certo. Mas, se ele não aceitar o convite, aí V. Exª coloca em votação a convocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Portanto, requerimento de convite ao Ministro de Estado Eduardo Braga para explicar a venda da Celg Distribuição.

Esse requerimento do Senador Caiado será votado na próxima semana, segundo os atos...

Agora, mais dois requerimentos.

Requerimento do Senador Flexa para realização de audiência pública no âmbito da CAE para debater a crise na construção civil, sendo convidados o Ministro Kassab; o Presidente da CBIC, José Carlos Rodrigues Martins; o Presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Pará, Sinduscon, Marcelo Gil Castelo Branco; representante do Banco do Brasil; e representante da Caixa Econômica Federal.

Nós vamos votar esse requerimento do Senador Flexa na próxima semana, como determina o Ato nº1 da CAE.

Mais um requerimento, de autoria do Senador José Medeiros.

Nos termos do art. 58, requeiro a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de In-

fraestrutura para que sejam discutidas as consequências econômicas e sociais resultados do incêndio que atingiu a empresa Ultracargo, localizada no Terminal Portuário de Santos, Estado de São Paulo, e para que sejam apresentadas as propostas para solucionar o problema de infraestrutura do terminal portuário causado pelo acidente.

São convidados aqui o Prefeito de Santos, Paulo Alexandre Barbosa; a Diretora-Geral da ANP, Magda Chambriard; o Comandante dos Bombeiros de São Paulo, Reginaldo Campos Repulho; o Superintendente Regional da Polícia Rodoviária Federal de São Paulo; o Presidente do Grupo Ultracargo, Ricardo Catran; o Presidente da Companhia Docas do Estado São Paulo, Angelino Caputo e Oliveira; o Presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados, Antônio Carlos Duarte Sepúlveda; a Associação Brasileira dos Caminhoneiros, representada pelo Sr. Claudinei Pelegrini; e também a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais, aqui representada pelo Sr. Felício Paschoal Aguiar.

Também será votado na próxima semana.

Terminamos a pauta.

Eu gostaria só de fazer um registro, até porque há alguns Senadores aqui que têm participado ativamente dessas discussões, principalmente o Senador Tasso, que vem acompanhado muito de perto, o Senador Pinheiro, o Senador Flexa também, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Eduardo e também o Senador Medeiros também, só para dar duas notícias.

A primeira diz respeito ao projeto de regularização de ativos.

Conforme eu já havia dito inclusive a vários Líderes e aos Senadores e Senadoras, a minha previsão era já entregá-lo na sexta-feira. Mas todos os Srs. Senadores e Senadoras que estão acompanhando isso de perto sabem que esse é um texto difícil, porque ele interage, ele dialoga com o Ministério da Fazenda, ele dialoga com a Secretaria da Receita, com o Ministério Público, com todos os atores aí diretamente envolvidos. E nós, efetivamente, estamos concluindo o texto hoje. Portanto eu vou distribuir esse texto aos Senadores e às Senadoras para que todos analisem esse texto, principalmente aqueles que estão acompanhando mais de perto esse processo. Houve uma evolução grande no texto. Agora, evidentemente, como é uma matéria fundamental não só para o Senado, mas para o País, eu peço aos Senadores e Senadoras que...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – E orientadora e sustentadora...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E como ela é sustentadora, evidentemente, para o próximo assunto, peço que o olhem com esse rigor que sempre pauta a atuação dos Srs. Senadores e Senadoras, para que a gente vote essa matéria, que é delicada, difícil...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Tem que votar quando?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Tasso, tenho que ter bom-senso. Eu teria que ter distribuído essa matéria na sexta-feira, mas não foi possível. Agora, preciso consultar os Senadores e Senadoras para que façamos isso com tranquilidade. Não vou também, de forma nenhuma, querer votar uma matéria dessa importância no atropelo. Não vou fazer isso, até porque será sustentação para o projeto de ICMS que o Senador Walter Pinheiro está, agora, discutindo com o próprio Ministério da Fazenda. A resolução e a proposta de emenda constitucional, Senadora Lúcia Vânia, que também acompanha isso muito de perto e que é autora do projeto de convalidação, que já aprovamos aqui, no Senado, estão na Câmara dos Deputados. Então, estamos ultimando esses textos.

Esses dois projetos são imbricados, estão muito ligados um ao outro. Portanto, hoje, distribuo o projeto de regularização de ativos, e acho que o Senador Walter Pinheiro, como Relator, também distribui rapidamente o texto do ICMS. Agora, evidentemente, havendo tempo para os Senadores e Senadoras analisarem com tranquilidade e com cuidado...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Da resolução ou dos fundos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Resolução e fundos, os dois.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Pinheiro, V. Exª quereria fazer algum comentário sobre isso?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Acho que é importante o pedido de V. Exª para que tenhamos um pouco mais de olhar sobre essa proposta que todo mundo batizou aqui como de repatriação de recursos, até porque uma das nossas intenções, e essa é uma coisa que já expressamos desde o período passado – portanto, não é nem do primeiro semestre deste ano, mas da legislatura passada –, era exatamente constitucionalizar essa matéria. É importante até que tenhamos ideia disso, dos fundos, para, inclusive, termos a capacidade de enxergar, por exemplo, qual vai ser a capacidade de abastecer esses fundos, porque esse foi um dos problemas encontrados, talvez o maior, na primeira versão discutida em 2012 e 2013...

Em que pese o Governo ter mandado a medida provisória, em que vamos trabalhar, eu já comuniquei ao Governo que a nossa posição é, inclusive, de, em parte expressiva da medida provisória, promover a mesma coisa que da vez passada, ou seja, constitucionalizar.

Essa é uma matéria que não pode ficar à mercê de um processo de escolha de governantes. Portanto, isso é norteador até para as relações futuras e, mais ainda, consolidador para um processo de garantias de que vamos ter a substituição de uma linha de benefícios por algo que efetivamente se processe. Então, conversei bastante esta semana até com o próprio Ministro da Fazenda e o fiz ver que essa posição do Senador Delcídio do Amaral em relação ao PLS é importante para que se vá descortinando.

O outro aspecto é o da própria resolução, em relação ao qual, também desde o período passado, vimos insistindo em amarras e garantias. Antes do "recesso branco", colocamos ao Relator da resolução na CDR que o ideal seria que essa resolução também abrigasse as condicionantes que tínhamos colocado, de remeter para a criação dos fundos, da própria questão da convalidação dos benefícios, fazendo a vinculação com o projeto que foi apresentado pela Senadora Lúcia Vânia e com o Convênio 70, e, mais ainda, da amarração na emenda constitucional. Portanto, no texto da resolução, na nossa opinião, deve constar que esses fundos serão constitucionalizados. Portanto, vigorará a resolução a partir desses itens aprovados. Não estou fazendo isso como camisa de força, mas creio que essa é uma posição que não é uma posição que pode ser discutida como posição de governo. Essa, na minha opinião, é uma posição que tem que ser defendida como posição do Senado, como posição, inclusive, de defesa dos interesses de Estados e Municípios.

Portanto, não é nenhuma colisão, mas é algo que é perene, que é inerente, inclusive, a esse tipo de matéria, porque perpassa o governante da atualidade. Até porque estamos discutindo matéria para a qual teremos um prazo razoável para sua compensação e um prazo que, na realidade, se consagra enquanto fundo constitucional para abastecer Estados e Municípios, principalmente Norte, Nordeste e Centro-Oeste, numa política de desenvolvimento.

Isso não pode ser uma matéria que se encerre numa gestão e tampouco uma matéria que dependa do Ministro de Fazenda que se apresente a partir de cada momento na chamada situação de crise.

Volto a lembrar, Senador Delcídio, que isso é importante até porque, na semana passada, nós vivenciamos aqui um clima relativamente tenso com a introdução de uma matéria que mexia exatamente nos fundos constitucionais, e fundos constitucionalizados. Imagine se os fundos não forem constitucionalizados. Então, a fragilidade, Senador Caiado, é muito maior.

É por isso que acho que essa prudência é importante. E, mais que a prudência, é importante a fixação dos parâmetros nos termos do dispositivo constitucional e também nos termos da Resolução nº 1 do Senado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Mudar a PEC? A PEC prevalece? Tira os 30% dos fundos?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Governo vai retirar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu gostaria até de registrar, Senadora Lúcia Vânia, que ontem eu mesmo conversei com a Presidenta Dilma, que determinou essa história que surgiu na semana passada, lamentavelmente associada ao projeto da DRU. Como nós afirmamos na sessão deliberativa da semana passada, esse assunto não existe mais. Esse assunto está fora de qualquer cogitação.

Eu ia falar hoje no plenário, mas já que surgiu, até por iniciativa do Senador Walter Pinheiro, essa observação, eu não poderia deixar de registrar aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Medeiros primeiro. Depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Primeiro, Sr. Presidente, uma boa notícia. Começamos a semana com uma boa notícia. Isso estava preocupando muito os Estados do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte. Mas, com relação a essa questão dos fundos, Senador Walter Pinheiro, V. Exª citou um ponto importante. Eu penso que tem que ser camisa de força mesmo. Vou explicar o porquê.

Nós temos a questão do FEX, que se refere, por exemplo, a Mato Grosso do Sul, aos Estados exportadores, que estão a pão e água e com dinheiro de crédito, porque esse dinheiro não é um dinheiro da União, mas um dinheiro que pertence a esses Estados.

E, como não houve camisa de força, e obviamente o Governo apertado que está, e não tem, por lei, obrigação nenhuma de mandar, ele vai enrolando, vai levando. Era para ter pagado no primeiro semestre, mas já vai para o segundo e talvez nem pague. E, quando a gente fala de ter esses outros fundos, eu me preocupo muito, porque eu fico pensando se vai ter água para alimentar esse monjolo o tempo inteiro, porque penso que essa repatriação vai acontecer, mas pergunto: vai ter sempre para alimentar esses fundos?

Por isso, essa preocupação de fazer essa construção para que saia uma coisa benéfica para os Estados. E fico mais preocupado ainda porque tem a ver com a questão do ICMS.

Então, a gente fala "ah, vamos igualar as tarifas aí!" Mas esses fundos vão ser capazes de alimentar e de tirar o prejuízo daqueles Estados?

Aí eu cito o caso de Mato Grosso, por exemplo, que, no caso do FEX, já se arrebenta todo, porque a economia toda é baseada em exportação. Não pode cobrar ICMS por causa da Lei Kandir, e o FEX seria para compensar, mas não recebe. Aí vem outro fundo, vem a questão do ICMS. Se não receber, daqui a pouco nós vamos ter um Estado aí mendigando.

Essa é a nossa preocupação, e eu sei que V. Exª está com um desafio muito grande na mão, porque muitos Estados dependem dessa sua decisão e da decisão do Senado, obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Delcídio, Senador Walter Pinheiro, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Primeiro, eu quero parabenizar V. Exª porque, quando do encaminhamento da PEC nº 87 pelo Executivo ao Congresso Nacional, eu tive a oportunidade, no dia do encaminhamento, de fazer um pronunciamento no Senado, e V. Exª me confidenciou que uma assessora sua ouviu pela Rádio Senado e lhe informou, e V. Exª, imediatamente, entrou em campo para reverter, como foi revertida, essa situação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa, veja como V. Exª...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Está em sintonia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... está em sintonia. Eu não sabia dessa escorregada. Quem me alertou foi V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E eu fui alertado...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Tanto é que eu vou solicitar que V. Exª seja um dos meus vice-líderes, para me ajudar aqui na condução dos trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com muita honra. Pelo menos, eu vou ficar atento, para que não aconteçam coisas desse tipo, porque eu fui alertado pelos funcionários do Basa, que me passaram uma mensagem preocupadíssimos com o corte de 30% no FNO, no FNE e no FCO, em todos os fundos.

Mas eu quero parabenizar o Senador Walter Pinheiro, que tem sido um esteio para a autonomia dos Estados brasileiros. Primeiro, em relação ao projeto de convalidação dos incentivos, da Senadora Lúcia Vânia, que já aprovamos. E é importante, Senador Walter Pinheiro, que a Câmara possa também aprová-lo e que ele não caia lá na bacia dos mortos. E, depois, pela posição que V. Exª tomou, e V. Exª tem razão. A questão do ICMS dos Estados, das novas alíquotas, não é uma questão de governo, mas uma questão de Estado, uma política de Estado. Então, ela não pode ser a vontade do governo que está de plantão; ela tem que ser debatida pelos Senadores que representam aqui, no Congresso Nacional, os Estados que compõem a Federação brasileira.

É fundamental para o equilíbrio financeiro dos Estados que essa alteração das alíquotas do ICMS, Senador Tasso Jereissati, que está debruçado sobre esse projeto, atento às questões que dizem respeito ao seu Estado, que V. Exª tão competentemente representa aqui, no Senado Federal, independentemente do governo que lá está de plantão, que não reza pela cartilha do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida dos cearenses...

Mas, voltando à questão do ICMS, o Senador Walter Pinheiro tem sido um baluarte nisso. Não se pode aprovar a questão da alíquota de ICMS sem que se aprovem os fundos que compensarão as perdas dos Estados e que esses fundos sejam constitucionalizados. O Governo já, por várias vezes, quis atropelar o Senado no sentido de fazer aprovar o projeto, e o Senador Walter tem se mostrado contrário a isso, posicionando-se, mesmo como membro da Base do Governo, que só se deve aprovar a questão do ICMS depois de constitucionalizados os fundos, Senador Caiado, que compensarão os Estados pelas suas perdas.

E quero também, Senador Walter Pinheiro, agradecer a V. Exª pela defesa intransigente que V. Exª faz da intenção de isolar o Estado do Pará nesse projeto com uma alíquota dos demais Estados que compõem a Região Norte. É impossível. O Pará, hoje, é o único Estado da Amazônia Legal, Senador Tasso, que não possui nenhuma zona de livre comércio e nenhuma área de zona franca. Então, ele é uma ilha cercada de incentivo por todos os lados. E agora querem, neste projeto do ICMS, colocar o Estado do Pará com uma alíquota diferenciada da dos demais Estados do Norte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Cem tiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sem?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Cem tiros. Cem com "c", não com "s". E com cem tiros. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª nos defende bem.

O Senador Walter Pinheiro defende aquilo que nós defendemos. Ele assumiu a defesa do Estado do Pará, que tem que ter o mesmo tratamento dos outros Estados, porque, senão, nunca vamos ter uma indústria no Estado do Pará, porque, se temos uma alíquota de 7 e os Estados vizinhos têm uma alíquota de 4, que indústria vai se instalar no Estado do Pará? Não há como.

Então, quero agradecer, em nome dos paraenses, a posição do Senador Walter Pinheiro de defender, de forma intransigente, também que o Estado do Pará tenha o mesmo tratamento dos demais Estados do Norte em relação ao projeto que trata das novas alíquotas do ICMS.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Só para terminar, Presidente, eu gostaria de dois minutos, se o nobre autor da PEC...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Caiado, Senador Blairo e Senador Ferraço.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, este assunto é realmente complexo. Quando o Senador Walter Pinheiro coloca a necessidade de identificarmos a origem desse crédito que vai manter os fundos de investimentos de compensação, essa tese da repatriação perde totalmente a validade, porque é uma coisa que vai ocorrer num curto espaço de tempo, talvez com um interstício, no máximo, de um ano, nada mais do que isso. Quer dizer, é algo extremamente transitório, com toda dificuldade de ser avaliado.

Ontem mesmo, tive oportunidade de conversar com vários especialistas da área, que falaram da insegurança que as pessoas vão ter com esse percentual de 35%.

O outro assunto é que já se criou a tese da tal guerra fiscal. Acho que isso é uma grande injustiça. Temos na Presidência da Comissão um Senador do Mato Grosso do Sul, temos um da Bahia e eu, do Goiás. Eu acho que caracterizar o incentivo fiscal como guerra fiscal é uma maldade fora do comum, em primeiro lugar, porque nós poderemos, tranquilamente, regularizar o incentivo fiscal dentro de parâmetros de PIB, de IDH, mas, no entanto, querem simplesmente passar a régua e pronto, exigir aquilo que São Paulo pode receber com incentivo. Quantas operações incentivadas hoje realmente transitam para São Paulo? Quinze por cento. Qual o significado disso? Nenhum.

Quer dizer, quando você tem incentivo de BNDES, como mais 5 bilhões agora para as montadoras, mais isenção de IPI, mais taxa diferenciada... E, de repente, nós, que somos Senadores da República pelos Estados que são penalizados, estamos caindo nessa história de guerra fiscal em vez de regularizarmos o incentivo fiscal. Quer dizer, é inimaginável uma tese dessa. Fica complicado. Se a nossa função é defender os nossos Estados – "ah, mas é guerra..." –, por que não baixamos parâmetros? Qual é o parâmetro? É o PIB do Estado? É o IDH do Estado? Em que condições esse Estado poderá ter um incentivo fiscal? Agora, que isso seja regularizado. Não tem que ser guerra. Não tem que ter nada ilícito. Agora, tirar dos Estados, nós, Senadores, tirarmos dos Estados um instrumento que foi benéfico para tantos, sendo que vários Estados só se desenvolveram à custa dele...? Por que não fixar parâmetros? Por que nós temos que ir nessa tese? Por que o Governo central não acha bom isso? Então, nós temos que mudar. Vamos ser Senadores para defender a União, não para defender os Estados aqui mais. Essa é a verdade que está sendo colocada.

Sr. Presidente, é essa a queixa que eu tenho em relação a esse projeto. Está sendo dado toda uma prioridade a ele, enquanto o Ministro da Fazenda está quase caindo, neste momento de crise, até se ausentando do Brasil. De repente, a prioridade dele é tratar de ICMS. Onde é que já se viu isso? Nós estamos numa crise jamais vista, e, de repente, o objetivo número um do Ministro é o ICMS. Não há lógica! Se eu pegar um politraumatizado, Senador, não vou ficar preocupado, vamos dizer, com um cortezinho na testa que ele teve, com uma unha encravada. É a nossa realidade. Não há sentido, diante de um momento tão delicado quanto este, a prioridade na pauta ser resolução para votar a unificação de alíquotas de ICMS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu desejo um aparte, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não há lógica! É uma coisa que... O bom senso diz que nós temos que tomar outras providências no Senado Federal, não essa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª tem toda a razão. Falta ao Governo uma política industrial que defina exatamente as políticas de desenvolvimento das nossas regiões. Estamos aqui, coincidentemente, neste momento, no plenário da CAE, só os Senadores cujos Estados utilizaram os incentivos fiscais para se desenvolver. É o caso de todos que aqui estão.

E, por uma questão de justiça, Senador Tasso Jereissati, parece-me que foi no primeiro governo de V. Exª no Ceará que se iniciou a política de incentivo para atrair indústrias para o Estado de V. Exª. Estão lá as Alpargatas. Se não houvesse incentivos, elas não estariam lá gerando não sei quantos mil empregos.

Então, o Senador Ronaldo Caiado tem toda a razão: seria preciso uma política industrial do Governo para que os Estados das regiões ainda em desenvolvimento pudessem ter atrações diferenciadas para que as indústrias pudessem se instalar nesses Estados. Se não houver, elas não vão. O Brasil, para o Governo Federal, começa, parece-me, do Mato Grosso do Sul para baixo. Para cima, ele não existe.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu vou passar a palavra agora para o Senador Blairo Maggi e, depois, para o Senador Ferraço, para a gente concluir esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Nada contra. Cheguei antes de você.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antiguidade é posto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É posto, como no Exército.

Presidente, só para deixar registrado que, embora haja discordâncias, algumas coisas precisam ser aceleradas nessas votações que estamos fazendo, porque, como disse aqui o Senador Ronaldo Caiado, a crise é muito maior do que parece. E, de fato, é!

Eu quero trazer um relato da minha capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, sempre efervescente, não só na temperatura, pelo sol, mas na economia, pois é sempre uma cidade muito ativa, com um movimento correndo solto, com o trânsito sempre apressado. Enfim, é uma característica daquela cidade. Mas fiquei triste, nas últimas vezes em que estive em Cuiabá, nesse final de semana também – quero confessar isto aos senhores, aos colegas Senadores –, por ver o que está acontecendo na cidade. Até fiz uma ligação ao Governador Pedro Taques e perguntei a ele se ele está andando pela cidade, porque a cidade está parada. A cidade está parada! Parece que todo dia é domingo, Senador Ronaldo Caiado. Em Cuiabá, parece que todo dia é sábado ou domingo. Não há mais aquela movimentação na cidade, aquele corre-corre, aquele entusiasmo. E, certamente, isso, que se dá pela própria economia, vai refletir na arrecadação do Estado. Não tenho dúvida nenhuma disso.

Então, a crise que vivemos neste momento é muito grande. Eu não sei nem dar dimensão a ela.

Fico muito preocupado quando o Governo fica fazendo uma política de combate à inflação, pois não há inflação de demanda. Não há demanda das coisas, está tudo parado, a economia está de ré, está indo para trás. A inflação que temos é de preços administrados, de coisas que o Governo segurou anos atrás, sem fazer as recolocações, as reposições, no momento certo.

Portanto, o caminho que a economia está tomando, para o qual o Ministro Levy está levando a economia, na minha avaliação, é equivocado. Ele está na contramão. E, se o Governo não começar a pensar um pouquinho em soltar essas amarras que colocou e em se reposicionar, achando que a inflação que temos neste momento é uma inflação de demanda por produtos, ele estará absolutamente errado.

Como vamos sair desta situação com juros altíssimos, cada vez mais altos? O Banco Central está sinalizando que só vai mexer nisso no ano que vem. Até o ano que vem, metade da economia brasileira morreu.

Quando começamos a discutir a crise, no início deste ano, eu me lembro de que, um dia, assomei à tribuna e falei: "Olha, essa retração do PIB será de mais de 2%". E já passou, vai passar disso! Já se fala em 2,6%, até em 3%.

Então, quero chamar a atenção da nossa Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para o fato de que a situação que se vê por aí é muito grave. Como sugestão, acho que seria de grande importância se todos os colegas pudessem, nas suas andanças pelos Estados, também trazer o que está acontecendo no interior e nas capitais dos nossos Estados. Não sei como está o Pará, porque faz tempo que não vou lá, e não sei como está Goiânia, mas, em Mato Grosso, Cuiabá, que se sempre foi uma cidade, como eu disse, com uma economia pulsante, efervescente e entusiasmante, isso não é o que a gente vê neste momento. E olha que o agronegócio ainda não foi afetado nem de perto pela forma como foi afetado o restante da economia brasileira, principalmente nos Estados mais industrializados.

Então, eu queria só deixar registrado aqui o grau de preocupação que tenho neste momento. E qualquer saída que temos, Senador Caiado, independentemente de ser a mais importante ou não... Se tivermos uma alternativa, uma única alternativa, uma saída, que seja só para resolver o problema da face que está machucada, deveremos persegui-la, porque a situação é muito complicada mesmo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra, o Senador Ferraço, último orador a falar antes de encerrarmos a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, com base nos apropriados relatos que ouvimos aqui, a começar pelo do Senador Ronaldo Caiado, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Tasso, e, agora, com a conclusão do Senador Blairo Maggi, temos aqui, Senador Blairo Maggi, requerimento para trazer a esta Comissão o Ministro Joaquim Levy e a equipe econômica, para que nós possamos conhecer, a partir daqui, os desdobramentos.

Foi anunciado, em alto e bom som, na semana passada, após a votação da reoneração, contra o meu voto, naturalmente, que esse era o último capítulo ou o último projeto do ajuste fiscal. E aí? A partir daqui, quais são os horizontes que se apresentam para a realidade brasileira? A dívida pública anunciada ontem é da ordem de R$2,6 trilhões. Portanto, estamos avançando, a olhos claros, a olhos vistos, a olhos nus ou o que quer que seja, para alcançarmos 70% do nosso PIB em relação à nossa dívida bruta. Se isso acontecer, estaremos a um passo de perder o grau de investimento. Quais são as consequências disto para o nosso País?

Então, apelo a V. Exª para que V. Exª, com o prestígio que, notadamente, tem, traga aqui o Ministro Joaquim Levy para que possamos fazer uma avaliação sobre as medidas que foram adotadas e sobre aquilo que está por vir, para que possamos dialogar com ele sobretudo acerca das nossas percepções. Essa me parece uma audiência pública importante, assim como a audiência pública que acabamos de aprovar, para que possamos debater aqui a crise nos Estados brasileiros, com desdobramento nos nossos Municípios. Nesse fim de semana, o jornal *O Globo* trouxe uma densa matéria dando conta do nível de deterioração estrutural dos nossos Estados. Ora, vez por outra, estamos aqui, sistematicamente, discutindo os problemas da União, e precisamos também discutir os desafios de nossos Estados. Não é apenas o Rio Grande do Sul que padece de problemas estruturais. Isso fica evidente quando avaliamos que o conjunto dos Estados brasileiros está caminhando de maneira acelerada para um colapso. E a Comissão de Assuntos Econômicos pode e deve acelerar esse debate para que façamos uma discussão agregada sobre a conjuntura de nossos Estados.

Portanto, são dois temas que me parecem adequados para V. Exª priorizar.

Mas, ao fim e ao cabo, Sr. Presidente, o que desejo é solicitar a V. Exª que coloque em pauta o Projeto de Lei do Senado nº 280, de minha autoria, juntamente com o Senador Cristovam Buarque. Na reunião passada, o Senador Walter Pinheiro foi designado por V. Exª como relator *ad hoc*, foi dada vista coletiva ao Senador Walter Pinheiro, e ele está, segundo conheço sua competência, a postos para apresentar o seu parecer para que possamos ir adiante com o projeto.

A consulta que faço a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Ferraço, já conversei com o Senador Walter. Vamos pautar esse projeto na semana que vem. Temos uma sessão deliberativa na semana que vem e vamos pautá-lo. Não houve tempo para processar o relatório. Essa é única e exclusiva razão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas o Senador Walter Pinheiro poderia dá-lo como lido e dar fé pública a todos os Senadores para que eles possam conhecer esse projeto e, na próxima reunião...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Minha preocupação, Senador Ferraço, é a seguinte: a CAE sempre funcionou de uma maneira muito organizada. Ela é muito bem definida nas audiências públicas, é muito bem definida nas sessões deliberativas, nos requerimentos, no respeito ao Ato nº 1, que disciplina inclusive a aprovação de requerimentos, e eu tenho muita preocupação quanto a abrir precedentes. Ou seja, terminamos a reunião deliberativa, e, daqui a pouco, não o Senador Walter Pinheiro, que sei que é dedicado – só hoje ele apresentou dois projetos de relatoria; eu sei o quanto o Walter atua e a responsabilidade que ele tem –, mas, daqui a pouco, quando for terminar a reunião, aparecerão dez requerimentos para ler, um projeto que o Senador quer dar como lido para ganhar tempo para votar na semana que vem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não discordo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vira uma confusão terrível.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª está correto. Acho que nada melhor que regras claras, procedimentos, para que as coisas possam ser impessoais. Mas o fato em si é que a assessoria deveria ter colocado na pauta esse projeto, considerando que o Regimento determina que vista coletiva inclui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É porque não existiu o parecer.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas essa matéria estava na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Estava na pauta, mas não existia o parecer.

Só que nós só pautamos, Senador Ferraço...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Até por razões óbvias, só posso pautar um projeto se há parecer.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não tem problema. Se V. Exª está afirmando que fará parte da pauta da próxima sessão, estou de acordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas eu pautarei esse projeto de autoria de V. Exª. Inclusive, o Senador Walter Pinheiro está apresentando uma emenda, aliás, um substitutivo, melhor dizendo, muito compatível com a intenção de V. Exª, quando apresentou esse projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perfeitamente. Acho que a definição de V. Exª em compor a pauta com este projeto na próxima semana me satisfaz perfeitamente.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Está certo.

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Sr. Presidente, para encerrar, sem querer tomar mais tempo, faço uma sugestão a V. Exª.

Ouvi, aqui, hoje, uma série de requerimentos, diversos requerimentos, todos eles, sem dúvida nenhuma, de alguma importância, mas eu queria me aliar ao Senador Blairo Maggi no sentido de dizer o seguinte: a crise é muito grave e fica mais grave a cada dia que passa. Do jeito que estamos indo, na semana que vem a crise estará pior do que está hoje. Sugiro que possamos dar prioridade neste momento à discussão das questões relativas à crise. A presença do Ministro Levy é fundamental, a presença do Presidente do Banco Central é fundamental...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já está marcada para o dia 15 de setembro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Acho que está muito longe. Está perto, mas o que quero dizer é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Mas foi o encaminhamento, Senador Tasso, da reunião passada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Tudo bem, eu entendo. O que quero dizer é o seguinte: as coisas estão se agravando de tal maneira, que temos de nos concentrar na discussão desta crise nos próximos 15 ou 20 dias, porque o Governo, as autoridades monetárias e fazendárias, os Estados estão perdendo o controle da situação econômica e não devemos ficar discutindo questões secundárias neste momento. Estou chamando certas questões de secundárias neste momento, mas elas são relevantes num período normal. Mas estamos caindo no abismo. Então, temos de falar agora sobre o abismo e sobre como não cair nesse abismo.

É essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Tasso.

Nós, inclusive, fizemos aqui uma agenda com todos esses requerimentos, evidentemente priorizando aqueles que dizem respeito à macroeconomia. Aqueles outros requerimentos que, às vezes... Não estou questionando a legitimidade, mas alguns requerimentos foram apresentados até em função de uma circunstância ou de uma realidade de Estado. São coisas pontuais.

Na agenda que preparamos, estamos procurando analisar os temas mais importantes às terças-feiras. De certa maneira, estamos ajustando essas audiências mais importantes com as reuniões de terça-feira e com as reuniões deliberativas, porque temos de votar também uma série de projetos, e aqueles temas mais pontuais nós estamos jogando, por exemplo, para quarta-feira. Alguns deles, inclusive, são jogados para quinta-feira. Inclusive, nem é preciso fazer uma grande reunião com a CAE, porque, às vezes, são temas muito específicos. Por exemplo, o Senador Hélio José apresentou um tema aqui que faz uma leitura do Distrito Federal. Então, é ele que vai coordenar a audiência, é ele que vai fazer a audiência pública. Ele disse, inclusive, até entendendo que o tema é muito focado na nossa realidade de Brasília, que as audiências públicas dele poderiam ser feitas quinta-feira, porque ele mesmo as coordena.

Então, é essa linha que estamos adotando, exatamente para deixar os grandes debates para agora, até porque isso é absolutamente fundamental.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós vamos distribuir essa agenda para os senhores para vermos se convalidamos tudo isso, para que eu, rapidamente, convide as pessoas que estão listadas nos requerimentos apresentados.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra o Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Para finalizar, quero corroborar o pensamento dos Senadores Tasso e Ferraço. É que a presença aqui do Ministro da Fazenda e também do Ministro do Planejamento é importante, porque não me parece mais possível que o Brasil não perca o grau de investimento. Para mim, esse será uma coisa que acontecerá daqui a 30, 60, 90 dias. E o que fazer? Quais são os reflexos para a

economia brasileira da perda do grau de investimento? Acho que essa, sim, é uma discussão que se antecipa a um problema que é iminente, que vai acontecer. Não vejo nenhum milagre neste momento que permita ao Brasil escapar desse rebaixamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas me permita dizer que já é do conhecimento e do domínio público que o Governo não vai realizar a meta primária estabelecida há três ou quatro meses. Já é do conhecimento público que teremos um déficit. Então, é preciso fazermos um ajuste sobre esse plano, sobre suas consequências e sobre suas retificações no prazo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Já olhar um novo cenário, não é?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Exatamente!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Um novo cenário vai acontecer. Não vamos esperar que ele chegue para depois discutir o que fazer. É essa a proposta aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Perfeitamente! Está absolutamente compreendido, Senador Ferraço, Senador Tasso, Senador Blairo, Senador Flexa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na próxima terça-feira estará aqui o Dr. Júlio Marcelo. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Júlio Marcelo estará aqui na terça-feira, às 10h.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – E já há outras programações de audiências públicas marcadas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Já. Nós vamos encaminhar as agendas. Nós fizemos um conjunto de audiências públicas *vis-à-vis* com reuniões deliberativas. Estamos encaminhando isso aos gabinetes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está ótimo!

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, na nossa vida... Está aqui, ao nosso lado, um grande empresário. Todos sabem como é a vida: todos nós temos um plano A e um plano B, quando não um plano C e um plano D também, para as nossas atividades. Nós nunca entramos em alguma situação sem saber que alternativa temos para sair do problema que vai aparecer, que, muitas vezes, não aparece por vontade nossa ou por gerenciamento nosso. Mas isso acontece. Na economia, estamos neste momento, mas o passo seguinte da economia é certo que vai acontecer. Mas qual é o plano B para nós? Qual é o plano C? Nós não os temos. Acho que é isso que tem deixado a economia brasileira, os empresários, o cidadão comum, os trabalhadores, nessa situação. Qual é o passo que vamos dar para frente? Qual é o rumo que vamos tomar?

Acho que o Ministro tem que vir aqui e, com toda tranquilidade, com toda humildade, admitir "não, nosso próximo passo é esse e nossas próximas alternativas, B, C, D, são essas". É isso que eu pretendo que o Ministro faça aqui, na nossa Comissão e que eu acho que é obrigação nossa, do Senador, fazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Resumindo, na reunião de hoje nós aprovamos oito projetos e rejeitamos um, demos vista coletiva no caso de um e dois projetos foram retirados de pauta. Foram lidos três requerimentos, um deles do Senador Flexa, os quais nós votaremos na próxima semana.

Portanto, a sessão está encerrada.

Agradeço aos Senadores e Senadoras que participaram ativamente de mais esta reunião da CAE.

Na próxima terça-feira, às 10h da manhã, audiência pública para discutir as contas de 2014, com o Procurador do Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

Tenham uma boa-tarde.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia 1º de setembro do ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Delcídio do Amaral, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Telmário Mota, Benedito de Lira, José Pimentel, Humberto Costa, Cristovam Buarque, Waldemir Moka, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, Hélio José, José Agripino, Flexa Ribeiro, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Roberto Rocha, José Medeiros, Douglas Cintra, Marcelo Crivella, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Reguffe, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Raimundo Lira, Roberto Requião, Omar Aziz e Wilder Morais. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de debater os procedimentos adotados pelo governo federal no âmbito das contas públicas do ano de 2014, em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Assuntos Econômicos nºs 6, 12, 16 e 20 de 2015, de iniciativa dos senadores Tasso Jereissati, Cristovam Buarque, Acir Gurgacz, José Pimentel e outros, tendo como expositores os senhores Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MPTCU; Leonardo Rodrigues Albernaz, secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União - TCU; e Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União - TCU. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os(as) senadores(as) Fernando Bezerra Coelho, Tasso Jereissati, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, José Pimentel, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Ronaldo Caiado e Blario Maggi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Delcídio do Amaral
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta, assunto e finalidade: debater os procedimentos adotados pelo Governo Federal no âmbito das contas públicas do ano de 2014.

Requerimentos de realização da audiência:

- RQE 6/2015, Senador Tasso Jereissati;
- RQE 12/2015, Senador Cristovam Buarque;
- RQE 16/2015, Senador Acir Gurgacz;
- RQE 20/2015, Senador José Pimentel.

Convidados: Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União; Dr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, representando o Presidente Aroldo Cedraz; Dr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional, Tribunal de Contas da União, também aqui representando o Presidente Aroldo Cedraz, do TCU.

Os convidados já se encontram no plenário da Comissão. Peço que tomem seus lugares à mesa o Dr. Júlio Marcelo, Dr. Tiago Alves de Gouveia Dutra, Dr. Leonardo Rodrigues Albernaz, nossos convidados desta reunião, Senador Benedito Lira, da Comissão de Assuntos Econômicos. Muito bem-vindos!

De acordo com art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição pelo tempo de até 20 minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados. Portanto, é pergunta e resposta, três minutos cada um.

Vamos iniciar a nossa audiência pública no sentido de atender aos requerimentos que citei na abertura desta 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Passo a palavra ao Sr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional, do Tribunal de Contas da União, para fazer sua exposição. Terá até 20 minutos, Dr. Tiago.

Com a palavra, o Dr. Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra. Mais uma vez, muito bem-vindo à Comissão de Assuntos Econômicos!

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Exmo Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo Sr. Senador Raimundo Lira, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmo Sr. Procurador do Ministério Público junto ao TCU, Júlio Marcelo de Oliveira; meu colega Leonardo Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União; Exmas Sras Senadoras, Exmos Srs. Senadores, Sras e Srs, bom dia a todos.

É sempre uma honra vir ao Congresso Nacional apresentar informações sobre as fiscalizações e julgamentos do Tribunal de Contas da União. O tema que irei apresentar hoje a V. Exas se refere ao atraso nos repasses do Tesouro a bancos federais.

Essa fiscalização teve início no Processo 021643/2014-8, que resultou no Acórdão nº 825/2015-Plenário e tem como Relator o Ministro José Múcio Monteiro.

Trata-se de uma representação realizada pelo Ministério Público junto ao TCU, especificamente junto pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, tendo como objetivo analisar repasses do Governo Federal ás instituições financeiras federais com vistas a identificar eventuais irregularidades entre os exercícios de 2012 e 2014.

A representação foi realizada em agosto do ano passado, os trabalhos de campo realizados entre setembro e novembro e o relatório concluído ao final de dezembro. Em abril deste ano, o Plenário do Tribunal emitiu Acórdão nº 825. Logo em seguida, foram apresentados dois embargos de declaração: um por parte da Advocacia-Geral da União e outro por parte da Procuradoria Geral do Banco Central. Os dois foram rejeitados pelo Plenário, que emitiu um segundo acórdão no processo, de número 992;

Atualmente, há dois recursos em andamento, que, segundo as normas do Tribunal, devem ser analisados por uma unidade técnica específica e diferente daquela unidade que fez a análise, inicialmente, desse processo.

Além disso, o processo também possui relator diferente, segundo as regras do Tribunal. Após sorteio, foi definido como Relator o Ministro Vital do Rêgo.

Os recursos estão em análise de mérito. Caso, no mérito, não haja mudança de entendimento do Tribunal sobre as irregularidades, serão analisadas as defesas de 17 pessoas chamadas em audiência por meio do Acórdão nº 825.

Esses são os quatro principais achados do Acórdão nº 825, que irei detalhar mais adiante.

Em síntese, o primeiro trata das operações de crédito vedadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal; o segundo trata dos efeitos dessas operações nas estatísticas fiscais; o terceiro, em irregularidades orçamentárias no uso de recursos do FGTS para financiar o Programa Minha Casa, Minhas Vida; e o quarto, atraso no repasse de recursos relacionados a *royalties*, salário-educação e benefícios previdenciários.

Para cada um desses achados, eu vou detalhar aqui quatro componentes, que são aqueles exigidos pelas normas do Tribunal em suas auditorias, seguindo metodologias aceitas internacionalmente.

A regra aplicável representa a regra do jogo, a situação desejada, que, na maioria das vezes, está prevista na legislação,

Na situação encontrada, descrevemos as irregularidades detectadas, as evidências que fundamentam essa constatação e, por último, a decisão do Tribunal sobre esses achados.

Primeiro achado: operações de crédito irregulares com bancos federais.

Aqui são as regras aplicáveis: a Lei de Responsabilidade Fiscal, alguns dispositivos que foram utilizados para fundamentar esse achado, em especial o art. 36, que veda a realização de operação de crédito entre o ente controlador e a instituição financeira controlada.

Durante auditoria, a equipe identificou a utilização de recursos próprios de bancos federais para financiar políticas de governo. São três casos: o caso da Caixa Econômica Federal, do BNDES e do Banco do Brasil.

No caso da Caixa Econômica Federal, são três programas: Bolsa-Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial. No caso do BNDES, o Programa de Sustentação do Investimento. E, no do Bando do Brasil, o Safra Agrícola.

Esses são os valores acumulados até junho de 2014, obtidos durante auditoria.

As evidências nesses trabalhos são, principalmente, as demonstrações financeiras do Banco do Brasil, da Caixa e do BNDES; os extratos de repasses à Caixa, demonstrando os saldos negativos recorrentes e persistentes; e a conciliação entre estoque de equalizações e pagamentos realizados ao Banco do Brasil e ao BNDES – no caso das equalizações do Safra Agrícola e do PSI.

Agora, eu irei detalhar, caso a caso, com gráficos que ajudam a ilustrar a evolução desses saldos na conta de suprimento na Caixa Econômica.

Esse primeiro é o caso do Bolsa-Família.

A gente pode observar ali que, até outubro de 2013, os saldos são positivos no final do mês; e, a partir de novembro, começam os saldos negativos, o que vai até agosto de 2014, havendo apenas um saldo positi-

vo em janeiro de 2014. Esses saldos negativos vão aumentando até se chegar, em julho de 2014, a um valor superior a R$2 bilhões.

Agora, o caso do Abono Salarial.

O Abono Salarial começa, em agosto de 2013, com saldos negativos, e, até agosto de 2014, ele só apresenta três saldos positivos. Em todo o resto, apenas saldos negativos, chegando a R$1,5 bilhão no final de 2013.

Entre esses casos da Caixa Econômica Federal, o mais grave é o caso do Seguro-Desemprego, em que, durante um ano, nesse extrato, é possível observar saldos negativos recorrentes e sistemáticos, no período de julho de 2013 e agosto de 2014, chegando a mais de R$3 bilhões de déficit.

Aqui, nós só estamos olhando os saldos ao final do mês; porém, ao observar esse gráfico onde constam os saldos diários, é possível constatar que esses déficits ocorreram praticamente todos os dias durante um ano, tendo apenas alguns momentos de saldo positivo no início de 2014.

Bom, passada a descrição sobre a Caixa Econômica, vamos falar sobre os dois casos de equalização. No caso da equalização, é um pouco diferente a dinâmica. No caso dos contratos de repasse na Caixa Econômica Federal, as regras estão previstas nos próprios contratos, e há uma dinâmica praticamente diária. No caso das equalizações, a dinâmica é semestral e estabelecida em portarias do Ministério da Fazenda.

Nesse caso aqui, temos as colunas azuis, que são as equalizações realizadas, mês a mês, pelo Banco do Brasil; nas colunas em vermelho, os pagamentos realizados pelo Governo Federal ao Banco do Brasil. Pela regra da portaria do Ministério da Fazenda, a apuração dessas equalizações é feita ao final do semestre. Então, as equalizações são feitas mês a mês e, ao final de um semestre, no primeiro dia do semestre seguinte, esses valores são devidos. Por isso, é possível observar esse pagamento maior em janeiro de 2012.

É de se esperar que os pagamentos tenham certa sazonalidade. O que aconteceu no caso do Banco do Brasil? É possível observar ali que os pagamentos vão ficando cada vez mais escassos e as equalizações continuam na mesma dinâmica. Exatamente por isso, os saldos vão se acumulando ao longo do tempo, chegando a valores bilionários no final de junho de 2014.

O caso do BNDES talvez seja mais ilustrativo exatamente por ser o que tem a maior materialidade. Aqui foram analisados recursos PSI desde 2009. Então, temos ali que, em dezembro de 2009, na coluna amarela, a equalização que foi realizada e, na coluna vermelha, o pagamento feito ao Governo Federal pelo BNDES. E, aí, seguindo essa mesma dinâmica semestral, em junho de 2010, temos a equalização e, logo em seguida, o pagamento. A partir de dezembro de 2010, temos equalização, não temos pagamento, e começa a se acumular o saldo do Governo Federal junto ao BNDES.

Bom, então, a partir de 2010, esses saldos começam a acumular até junho de 2014. Por quê? Temos aí equalizações que são feitas a cada semestre, e não há pagamento. Esses saldos vão se acumulando. Em junho de 2014, segundo informações do próprio Tesouro, o valor a pagar pelo Governo Federal ao BNDES totalizava R$19,6 bilhões. São informações do próprio Tesouro Nacional.

A decisão do Tribunal nesse caso foi determinar a cobertura de saldos negativos a partir de um cronograma de pagamentos a ser apresentado pelo Tesouro Nacional. Além disso, encaminhamento ao Ministério Público Federal e audiência dos gestores envolvidos.

O segundo achado trata nas distorções nas estatísticas fiscais.

Então, temos aqui, neste primeiro eslaide, qual é a regra aplicável. A regra aplicável basicamente...Não vou detalhar caso a caso, mas é importante para compreendermos por que o Banco Central se tornou o órgão responsável pela apuração dos resultados fiscais. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Quando é que o TCU começou a cobrar o pagamento dos saldos dessas equalizações? Qual é o primeiro ofício cobrando os saldos? Quando o TCU começa a cobrar esses saldos?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – O Tribunal fez a determinação por meio do Acórdão nº 825, de abril de 2015.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, a primeira vez que o TCU cobrou foi em 2015?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Em relação a esse caso, sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Durante cinco anos, não cobrou nada, mesmo os saldos se acumulando?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Bom, então, voltando às estatísticas fiscais, a regra aplicável para a apuração das estatísticas fiscais atualmente é o Manual das Estatísticas Fiscais estabelecido

pelo Banco Central de acordo com o Projeto de Lei Orçamentária, que estabelece essa competência ao Banco Central, tendo em vista não haver ainda uma metodologia de apuração por parte do Senado Federal.

O Tribunal nunca questionou essa metodologia. Sempre consideramos a metodologia abaixo da linha, que é onde o resultado primário é igual à variação da dívida líquida no setor público. E para que sejam consideradas uma dívida, é necessário que as dívidas do Governo estejam registradas no ativo das instituições credoras e que as operações sejam intermediadas, sancionadas ou transitadas por instituições do Sistema Financeiro Nacional.

O que o Tribunal identificou? O Tribunal identificou que havia passivos da União junto a instituições financeiras federais e ao FGTS não registrados no Banco Central.

Aqui nós temos quatro casos.

Nesse primeiro caso, da Caixa Econômica Federal, o próprio Banco Central identificou, na sua área de supervisão, que um saldo de um ativo da Caixa junto ao Tesouro Nacional evoluiu de forma significativa e alcançou tal materialidade que ganhou relevância suficiente para ser registrado em estatísticas fiscais. Em agosto do ano passado, o próprio Banco Central fez o registro.

Portanto, o caso da Caixa, no âmbito das estatísticas fiscais, está regularizado.

Porém, ainda restam irregulares, no caso do FGTS, tanto no programa Minha Casa Minha Vida, quanto no da Lei Complementar nº 110, que trata das contribuições sociais que foram estabelecidas para fazer a recuperação financeira do FGTS, no Banco do Brasil, a equalização de taxas de juros de safra agrícola e também uma rubrica chamada "Títulos e Créditos a Receber", que constam nas demonstrações financeiras do Banco do Brasil e que não constam como dívida do Governo Federal, e no BNDES, mais uma vez, o Programa de Sustentação do Investimento.

Bom, esse gráfico ajuda a visualizar qual a materialidade da subavaliação da dívida líquida do setor público. No total, foram identificados R$40 bilhões que estavam fora da dívida líquida do setor público, sendo a maior parte no FGTS, uma parte no Banco do Brasil e R$12 bilhões do BNDES.

Um pouco antes, eu cheguei a mencionar R$19 bilhões do BNDES. Essa diferença é uma diferença que o Banco Central já está registrando. Então, tem aí R$7 bilhões – claro, isso em junho de 2014 – que já estão registrados nas estatísticas fiscais. Faltam R$12 bilhões no caso do BNDES.

E aqui nós temos a evolução de em quanto ficou superavaliado o resultado primário no período de 2010 a 2014 em razão dessas operações. Chegamos aí a mais de R$10 bilhões em 2013 e a mais de R$7 bilhões em 2014.

As evidências aqui são, basicamente, as mesmas: demonstrações financeiras dos bancos e do FGTS, as estatísticas fiscais e as solicitações de repasse, portarias do Ministério da Fazenda que regulam as equalizações tanto no caso do Banco do Brasil quanto no caso do BNDES.

A decisão do Tribunal foi no sentido de determinar ao Banco Central que registrasse na dívida líquida do setor público os passivos da União junto às instituições financeiras e ao FGTS e refizesse o cálculo do resultado primário de 2013 a 2014, além de publicar o impacto dos adiantamentos concedidos pela Caixa na dívida líquida do setor público e nos resultados primário e nominal de 2014, além das audiências do Presidente e do Chefe do Departamento Econômico do Banco Central.

O terceiro achado trata das irregularidades orçamentárias nos adiantamentos concedidos pelo FGTS. Aqui estamos falando do programa Minha Casa, Minha Vida.

A regra aplicável está prevista na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal. Na Constituição, vedando a realização de despesa ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, exigindo que todas as despesas relativas à dívida pública e às receitas que atenderão constem da lei orçamentária anual e também que sejam cumpridas as condições para a contratação de operação de crédito.

Então, aqui também há uma operação de crédito, mas ela não é vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo fato de o FGTS não ser uma instituição financeira. Porém, para que seja uma operação de crédito regular, ela tem que cumprir as condições previstas no art. 32 da LRF.

Bom, são dois casos que foram identificados, tanto o pagamento de dívidas junto ao FGTS no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida sem autorização orçamentária quanto a operação de crédito sem inclusão das receitas no Orçamento e sem verificação da regra de ouro.

Esse quadro ajuda a compreender como esses saldos vão se formando. Em 2009, naquela primeira coluna, temos ali o subsídio que foi aprovado no Orçamento Geral da União e, na coluna seguinte, nós temos os pagamentos.

Em 2010, um subsídio de R$1,2 bilhão, quase R$1,3 bilhão, e temos um pagamento de R$350 milhões; em 2011, há o subsídio e não há pagamento; em 2012, há subsídio e não há pagamento; em 2013, há o subsídio, e temos aí quatro pagamentos. Todos esses pagamentos se referem aos subsídios realizados em 2010. Em 2014, mais uma vem tem um subsídio de R$1 bilhão e não há pagamento.

Então, nos valores referentes a 2011, 2012, 2013 e 2014, temos subsídios nesses valores e não temos os respectivos pagamentos. Portanto, acumularam-se aí R$6 bilhões no valor a pagar do Governo Federal ao FGTS.

Qual foi a decisão do TCU?

Determinar ao Ministério das Cidades a inclusão na proposta orçamentária de fonte de recursos relativos aos adiantamentos concedidos pelo FGTS; alertar o Poder Executivo Federal a respeito da execução de despesa sem autorização orçamentária; encaminhamento ao Ministério Público e audiência de gestores do Ministério das Cidades.

O último achado trata dos atrasos nos repasses de recursos. São três os casos: os *royalties,* salário educação e dos benefícios previdenciários.

A regra aplicável aqui é uma regra para cada um desses casos. A legislação que orienta o prazo de pagamentos ou o calendário de pagamentos, conforme o caso.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Para encerrar, a situação encontrada aqui.

Nós identificamos, na auditoria, que as ordens bancárias estavam sendo atrasadas tanto nos horários quando nos dias, conforme o caso. Nós evidenciamos isso por meio das datas de solicitação dos repasses, que eram feitos pelos ministérios setoriais, esses ministérios setoriais continuaram fazendo essas solicitações nas datas usuais, e a emissão das ordens bancárias e os saques estavam sendo postergados, de modo a empurrar o efeito financeiro para o mês seguinte e, naturalmente, o efeito fiscal também.

Decisão do TCU: determinações à STN para que saques cumpram prazos legais relativos a *royalties* e salário educação; recomendação à STN para repasses tempestivos ao INSS, além das audiências dos responsáveis pelos repasses relacionados a *royalties* e salário educação.

Muito obrigado a todos.

Estou à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Dr. Tiago Dutra pelo obediência ao tempo.

Passo a palavra, imediatamente, ao Dr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU), para fazer a sua exposição, por 20 minutos.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Bom dia a todos!

Inicio cumprimentando o Exmº Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão; o Exmº Sr. Procurador junto ao Ministério Público do TCU, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira; meu colega, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União (TCU), Dr. Tiago Gouveia; as Exmªs Srªs Senadoras e os Exmºs Srs. Senadores; demais senhoras e senhores aqui presentes, bom dia a todos!

A minha missão nessa breve apresentação, tentarei ser o mais objetivo possível, é mostrar os indícios de irregularidades apontados no Acórdão nº 1.464, de 2015, emitido pelo Plenário do TCU, na sessão de apreciação das contas do Governo de 2014, no dia 17 de junho.

Além dos 13 pontos apontados no Acórdão nº 1.464, falar brevemente também sobre dois pontos que foram adicionados pelo Sr. Relator das contas de Governo, Ministro Augusto Nardes, que foram encaminhadas à Excelentíssima Senhora Presidente da República para emissão de contrarrazões sobre dois pontos adicionais que foram trazidos à tona inicialmente pelo Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas e depois encampado pelo Ministro Relator para que possa compor, então, a apreciação das contas de Governo.

Para falar sobre as contas de Governo é preciso deixar claro um pouco conteúdo dessas contas. Nós sabemos que a previsão da emissão do parecer prévio tem caráter constitucional, é reafirmada pela LRF, pela própria Lei Orgânica do Tribunal, que, por sua vez, define que o Regimento Interno, via resolução, vai estabelecer o conteúdo e a forma de apresentação dessas contas de Governo.

Essa resolução estabelece que o Tribunal tem que fazer duas manifestações ou emitir duas opiniões de auditoria. Uma primeira opinião sobre se as contas prestadas pelo Presidente da República apresentam adequadamente as posições financeiras, orçamentária, contábil e patrimonial ao final do exercício. E uma segunda opinião sobre se houve a observância dos princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública Federal na execução dos orçamentos e, de uma forma mais ampla, na gestão dos recursos públicos federais.

Em relação à primeira opinião, foram apontadas, no relatório preliminar, 18 distorções no balanço geral da União e, em relação a essas distorções, possivelmente na emissão do parecer conclusivo, ainda a ser feito pelo TCU, deverão ser consignadas ressalvas, recomendações e possíveis alertas para resolução desses problemas.

E vou me ater mais detidamente aos 13 indícios de irregularidades apontados em relação à observância de princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

Como os senhores verão, boa parte desses problemas ou desses indícios de irregularidades refere-se a afrontas à Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso também tem uma previsão regimental; no TCU existe uma resolução específica que afirma que toda auditoria relativa à LRF, ao cumprimento da LRF, deve fazer parte do relatório sobre as contas de governo e deve subsidiar a emissão do parecer prévio, ainda que os processos encontrem-se pendentes de julgamento, considerando a importância do cumprimento da lei para emissão do parecer prévio sobre as contas do Presidente da República.

Exatamente por isso, eu dividi as 13 irregularidades iniciais em três conjuntos para efeito de comunicação. No primeiro estão todos os problemas relativos ao Acórdão nº 825, de 2015, que o Secretário Tiago Dutra teve oportunidade de explicar agora.

Então, o meu objetivo em relação a esses seis problemas que vou mencionar agora é não entrar, de novo, nos detalhes, já que o Secretário Tiago já explicou bem, mas simplesmente mostrar quais são esses pontos que mereceram ser levados para apreciação das contas do Governo.

Os dois primeiros problemas dizem respeito a estatísticas fiscais, distorções nas estatísticas fiscais; ou seja, de um lado, omissão de passivos da União junto ao Banco do Brasil, ao BNDES, ao FGTS nas estatísticas da dívida pública, subestimando essa dívida em mais de R$40 bilhões no exercício. E ao mesmo tempo, da mesma forma e no mesmo sentido, a omissão de transações primárias deficitárias da União junto a essas mesmas instituições nas estatísticas de resultados fiscais de 2014. Isso não é só um problema de transparência, mas um problema de tomada de decisões erradas pelo Governo, pelos agentes econômicos por informações que não correspondiam à realidade dos fatos.

Também em relação ao Acórdão nº 825, nós temos as operações de crédito irregulares. Aí nós temos três situações também já descritas pelo Secretário Tiago. Nós temos os adiantamentos concedidos pela Caixa Econômica à União para cobertura de despesas no âmbito de três programas – Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Abono Salarial –; os adiantamentos concedidos pelo FGTS à União para cobertura de despesas do programa Minha Casa, Minha Vida; e as operações de crédito irregulares do BNDES em relação à União relativas ao Programa de Sustentação de Investimento, o chamado PSI. Ou seja, são três casos de operações de crédito que, como já dito, apresentam violações a dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não cumprindo todos os requisitos necessários a que se possa afirmar que houve, então, plena observância dos princípios legais na gestão dos recursos públicos em 2014.

E um último ponto relativo ao Acórdão nº 825, também descrito pelo Secretário Tiago, foi a execução de despesa com pagamento de dívida contratual junto ao FGTS sem a devida autorização orçamentária – um dos achados que o Secretário descreveu em detalhe.

Então, esse conjunto de elementos corresponde a pontos já apontados no Acórdão nº 825, de 2015, e que foram alçados, ou seja, por sua relevância, por sua materialidade, por seu impacto de uma forma global nas contas do Governo, à análise das contas enviadas pela Presidente da República.

De uma forma geral, para ajudar a entender por que isso consta das contas de 2014, apresento esses gráficos aos senhores que mostram a situação de saldos de três benefícios: Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro-Desemprego, em 2014 e nos dez anos anteriores.

As barras amarelas nesse gráfico representam o resultado primário acumulado a cada mês e a curva vermelha apresenta a variação desses saldos. Então, acredito que esse gráfico explica por que, nas contas de 2014, foi inevitável tratar dessa questão nas contas de governo; ou seja, existe um problema diferente do que existiu em anos anteriores, um problema de maior intensidade, de maior frequência e materialidade bastante relevante, impactando os resultados e a própria avaliação que se possa fazer desses resultados.

Passo, então, ao segundo conjunto de irregularidades, um segundo grupo que não provem do Acórdão nº 825 e que são irregularidades diversas relacionadas à execução dessas leis orçamentárias.

Vou iniciar com um ponto que, embora não esteja no Acórdão nº 825, decorre das operações de crédito irregulares em relação ao FGTS; ou seja, nós temos uma situação de inscrição irregular em Restos a Pagar no montante superior a R$1,3 bilhão em 2014, referente a despesas do Programa Minha Casa, Minha Vida no exercício.

O que acontece, Excelências, é que havia previsão de ações orçamentárias para custear subvenções econômicas no exercício. Essas ações foram pagas, utilizando-se recursos do FGTS. Por terem sido pagas, cumpriram todo o ciclo da despesa pública e, portanto, não se justifica a sua inscrição em Restos a Pagar, já que já foram quitadas; ou seja, elas não se enquadram em nenhum dos requisitos previstos no Decreto nº 93.872, de 1986, que regula as razões pelas quais se pode inscrever alguma despesa pública em restos a pagar. Então, de fato isso não existe.

O que houve, ao contrário, e persiste, é um débito da União para com o FGTS, um débito que posteriormente vai ter de ser reconhecido como uma dívida e tratado nos orçamentos seguintes da forma necessária para que isso possa ser definitivamente quitado.

Além disso, em relação ao orçamento de investimento, temos duas situações diferentes e complementares. No primeiro caso, temos a extrapolação do montante de recursos aprovados no orçamento de investimento para algumas fontes de financiamento para oito empresas estatais e, no segundo caso, a execução de despesas sem suficiente dotação no orçamento de investimento por treze empresas, essas que apresento na tela.

Nos dois casos, estamos falando de irregularidades que não são novas. Podemos dizer, pelo menos, que, dos últimos dez anos, esses pontos vêm sendo apontados nas contas do Governo em auditorias específicas, o que a nosso ver agrava a situação; ou seja, são vários e vários relatórios das contas de governo em que se tem reiterado a ocorrência desse problema, solicitada a solução desse problema. Algumas medidas têm sido tomadas, mas ainda sem efetividade; daí por que isso requer uma atenção especial tanto do órgão de controle quanto aqui do Parlamento.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Que empresas são essas? São empresas que têm participação do Estado?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Na verdade, elas são do Estado, mas são, no caso, empresas independentes, ou seja, não utilizam recursos do Orçamento Fiscal e de Seguridade Social; elas só aparecem no Orçamento de Investimento, que tem uma forma de execução ligeiramente diferente, mas obedece aos princípios da Constituição.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O controle é estatal?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – É, em todas elas.

E, no primeiro item, no 927, são oito empresas. Depois, a gente pode passar esse trecho do relatório aos senhores.

Continuando, existe também um problema em relação ao rol de prioridades da Administração Pública Federal, que, de acordo com a Constituição, deve integrar o PLDO, ou seja a Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano. Em 2014, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional um PLDO sem o anexo de metas e prioridades, concentrando no art. 4º como prioridades exclusivamente o PAC e o Brasil Sem Miséria, que são programas de uma natureza genérica e bastante ampla.

De fato, a esse respeito, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) emitiu, por ocasião da chegada do PLDO, um parecer afirmando que essa maneira de encaminhar o PLDO não atendia aos requisitos constitucionais, porque não seria capaz de orientar a execução dos orçamentos. De fato, o Congresso então aprovou um anexo de prioridades e metas, que foi posteriormente vetado pela Presidente da República, e, portanto, a LDO ficou somente com o PAC e o Brasil Sem Miséria como, digamos, prioridades e metas.

O problema disso, na verdade, são dois problemas: um é que fica dificultado o direcionamento da execução dos orçamentos, porque são programas extremamente amplos, no caso do PAC, por exemplo, com mais de 50 mil ações. Então, fica difícil tratar esse conjunto como prioridade. E o segundo problema é de dificultação do controle que o Parlamento exerce sobre o Executivo, porque tanto o PAC quanto o Brasil Sem Miséria podem ser alterados ao longo do exercício por ato próprio do Poder Executivo, sem submeter isso ao escrutínio do Parlamento; ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deveria dar ao Parlamento condição de controlar a execução do Orçamento e definir o cumprimento daquilo que é prioritário, da forma como foi estabelecida, se não impede, dificulta muito esse controle do Legislativo sobre o Executivo.

De forma semelhante, em relação às informações de desempenho do PPA, também encontramos pelo segundo ano seguido problemas bastante graves quando analisamos os indicadores, a qualidade das metas e a confiabilidade das informações relativas às metas prestadas na PCPR (Prestação de Contas do Presidente da República). De fato, nos dois anos, nós encontramos sempre um índice superior a 38% de indicadores que não foram considerados adequados para representar o alcance dos objetivos estabelecidos no PPA e aprovados aqui nesta Casa.

Da mesma forma, pelo menos um quinto das metas tinha informações incorretas na prestação de contas, ou seja, um quinto apresentava informações imperfeitas, portanto, não permitia o adequado direcionamento das ações e várias metas, com baixa qualidade do ponto de vista de demonstrar resultados. Isso é especialmente importante porque a prestação de contas de um governo não diz respeito simplesmente ao uso dos recursos públicos, mas ao resultado que é gerado com esses recursos públicos. E esses problemas de indicadores de dados, de informações de desempenho geral, essa baixa confiabilidade desses dados prejudica tanto o controle parlamentar quanto o controle social, uma vez que a sociedade não consegue ter certeza sobre o que foi produzido com o dinheiro que foi aplicado, com esses recursos públicos.

Com isso, encerro o segundo conjunto de irregularidades e passo ao terceiro e último conjunto, que são os atos de programação orçamentária e financeira.

Começo pelo caso da omissão de contingenciamento, um ponto que vai requerer um pouco mais de atenção para que eu possa explicar. Ele envolve, como foi descrito no relatório preliminar das contas de governo e no Acórdão nº 1464, pode ser descrito como ausência de contingenciamento de despesas discricionárias da União no montante de pelo menos R$28,5 bilhões quando da edição do Decreto nº 8.367, de 2014, já em novembro do ano passado. De fato, embora a afirmativa do Acórdão estivesse concentrada no quinto bimestre do ano passado, de fato, quando nós observamos os dados já do quarto bimestre, ou seja, do segundo quadrimestre, já era possível concluir pela necessidade de contingenciamento, porque já estavam dados os cenários de implausibilidade de cumprimento da meta fiscal estabelecida por esta Casa quando da aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no início do ano. Essa omissão é prevista, ou seja, é uma violação do art. 9º da LRF e do art. 51 da LDO.

Para ajudar a explicar essa situação, vale lembrar que, no relatório de avaliação do segundo quadrimestre do ano passado, o Governo Federal trabalhava com uma meta, para aquele período, de R$39,2 bilhões, e, naquele momento, o Governo tinha conseguido fazer apenas R$356 milhões. Ou seja, ele tinha conseguido, ao final de agosto, no relatório produzido em setembro, indicar que tinha conseguido cumprir apenas 0,01% da meta de resultado, o que significava que, nos quatro meses seguintes, ele teria que ser capaz de fazer um resultado primário de R$81 bilhões, num cenário de economia decrescente. Isso a gente pode evidenciar com alguns dados oficiais.

Nesse diagrama eu apresento, nas barras de cima, as estimativas oficiais de PIB ao longo de 2014. Embora essas estimativas tenham sido, ao longo do ano, correntemente, reiteradamente superiores às estimativas de mercado captadas pelo boletim Focus, do Banco Central, ainda assim, as estimativas oficiais apresentavam uma trajetória de decrescimento, principalmente na transição de janeiro para fevereiro, o que é muito razoável, e depois uma transição forte de junho para julho, e, posteriormente, uma nova transição forte, uma queda de 50% na previsão de agosto para setembro.

Não obstante isso, o único contingenciamento feito no exercício de 2014 foi por ocasião do decreto de programação financeira de fevereiro e, entre fevereiro e novembro, todas as avaliações do Governo afirmaram que não haveria necessidade de contingenciamento e que qualquer eventual queda de arrecadação seria compensada por redução de despesas, não evidenciando a necessidade de contingenciamento, o que, de novo, se considerarmos o relatório produzido em setembro do ano passado, quando se tinha cumprido apenas 0,01% da meta, ou seja, R$356 milhões de um total de mais de R$39 bilhões, e se tinha concluído que o PIB cresceria um quarto do que se tinha pensando no início do ano, é difícil entender por que não houve nenhuma sinalização de que havia um risco de cumprimento da meta, mas não houve.

A situação muda radicalmente em novembro, quando é emitido o PLN 36, de 2014, propondo o aumento do abatimento para redução da meta fiscal, isso na primeira quinzena de novembro e, logo em seguida, o relatório de avaliação do quinto Bimestre, mudando completamente as avaliações que vinham sendo feitas, ou seja, uma inflexão brutal das curvas de previsão de receitas e de despesas, uma redução de R$38 bilhões nas receitas líquidas e uma elevação de R$22 bilhões em despesas obrigatórias. Ou seja, uma virada de cerca de R$60 bilhões de um momento para o outro, sendo que o cenário anterior já apontava para essa necessidade. Daí porque o acórdão apontou então o indício de irregularidade que seria a omissão no decreto de contingenciamento para o cumprimento das metas.

Ainda em relação ao Decreto nº 8.367, de 2014, o Acórdão nº 1.464 consignou uma outra possível irregularidade, no caso, a inobservância do art. 118 da LDO 2014, uma vez que o projeto, na verdade, o Decreto nº 8.367 condicionou a liberação de R$10 bilhões à aprovação do PLN, invertendo uma situação tradicional.

Normalmente, espera-se que um decreto regulamente o que está em lei; neste caso, aconteceu o oposto, ou seja, o decreto surgiu antes que a lei fosse aprovada.

Por último, com esta, eu encerro as treze irregularidades previstas no Acórdão nº 1.464, mas acrescento duas outras irregularidades adicionais que, como eu disse, foram levantadas pelo Ministério Público e levadas ao conhecimento da Presidência da República para manifestação de contrarrazões, cujo prazo encerra-se no dia 11 de setembro.

Em relação a esses dois pontos, em primeiro lugar, o primeiro ponto faz uma referência ao que eu havia dito antes sobre o momento de contingenciamento. Os dados que tínhamos até então indicavam que, pelo menos, a partir do quarto bimestre, estava clara a necessidade de contingenciamento adicional. Contudo, a evidenciação de algumas trocas de informação entre o Ministério do Trabalho e a SOF – essas trocas de informações começaram já no primeiro bimestre do ano passado – indicam que, já naquela ocasião, o Governo estava desconsiderando informações sobre a elevação de despesas obrigatórias em montante superior a R$9

bilhões e, ao mesmo tempo, a frustração de receitas primárias do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) em cerca de R$5 bilhões.

Ao longo do ano, essas informações foram reiteradamente repassadas pelo Ministério do Trabalho à SOF e, ainda assim, isso não foi considerado em nenhum relatório de avaliação, exceto no quinto relatório de avaliação quando se reconheceu essa necessidade; ou seja, novamente, só em novembro foi reconhecida essa necessidade. Isso, então, chama a atenção e foi levantado como um motivo, uma possível irregularidade para ser verificada.

Por último, mas não menos importante, foi verificado também que, entre o envio do PLN a esta Casa e, finalmente, a sanção do projeto de lei pela Presidência da República, houve a abertura de créditos suplementares por meio de alguns decretos. De fato, nesse período, houve vários decretos de abertura de créditos, mas alguns deles não têm nenhum indício de problema – sete têm.

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Ou seja, para terminar, sete desses decretos utilizam fontes financeiras ou que colocavam em risco o cumprimento da meta fiscal e, por causa disso, eles têm o potencial de terem violado o art. 4º da Lei Orçamentária de 2014.

Então, são pontos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É possível ter decretos não numerados?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – É possível.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A legislação permite decretos não numerados.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Permite. É possível identificá-los por alguns códigos, mas são tratados como decretos não numerados. É possível identificá-los, é possível mostrar a publicação deles...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Qual a razão de se ter um decreto não numerado?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Sinceramente, não sei. Não sei se alguém... Não sei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas a legislação permite?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Permite. E é relativamente comum. Esses decretos são facilmente identificáveis: não são numerados, mas não estão escondidos; são facilmente identificáveis. É fácil ter acesso a eles. É possível encontrá-los, por exemplo, no *site* do Planalto, disponibilidade dos decretos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Falo por conta da transparência, da publicidade do decreto, que é um decreto de programação orçamentária. Então, é possível haver um decreto não numerado para não se dar a transparência a esse decreto?

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – É possível, é possível.

E esses decretos identificados apresentam esse problema, esse potencial problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu pergunto se o Dr. Leonardo Albernaz concluiu a exposição.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Concluí.

Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de saudar e agradecer o Presidente Delcídio Amaral por esta oportunidade de conversar aqui com V. Exªs, Senadores da República. Gostaria de saudar os Senadores de todos os Estados, de todos os partidos políticos, cumprimentar os colegas da Mesa, Dr. Tiago e Dr. Leonardo.

Enfim, é uma honra...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS. *Fora do microfone*.) – Fale um pouquinho mais alto, por favor.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Um pouco mais alto? Vou me esforçar.

É uma honra para o Ministério Público de Contas estar aqui na presença de V. Exªs para debater um tema tão importante para a nossa República, para a nossa democracia, para o desenvolvimento da economia do País.

Queria registrar a presença neste plenário de uma dezena de auditores do Tribunal de Contas da União, pessoas que participaram dessas auditorias, que estão participando da análise dessas contas e que são o esteio do Tribunal de Contas da União.

É em cima do trabalho técnico desses auditores que todo esse trabalho que está sendo aqui apresentado foi feito. E queria cumprimentá-los na pessoa do auditor Antônio d'Ávila, que coordenou os trabalhos de auditoria desse processo que deu origem ao Acórdão nº 825, e que é uma pessoa de reconhecida capacidade

técnica, premiado pelo Tesouro Nacional, já por duas vezes, por monografias sobre o tema. Só para ressaltar que é um trabalho que tem um lastro técnico sensacional, que dá segurança para aquilo que estamos debatendo.

Esse trabalho, essa questão, essa discussão de irregularidades fiscais, que popularmente foram denominadas "pedaladas fiscais", surge de uma representação do Ministério Público de Contas. Tive a honra de ser o autor dessa representação, a partir de discussões que surgiram, no meio acadêmico e na imprensa mesmo, sobre o que se chamou também de contabilidade criativa do Governo, que manobras que estariam permitindo a utilização de recursos aparentemente naquele momento além da capacidade de arrecadação do Governo e que estariam, naquele momento, supostamente violando dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fizemos, então, uma representação; solicitamos uma auditoria do tribunal. Essa auditoria foi conduzida no segundo semestre de 2014, pela Secretaria de Fiscalização da Fazenda, uma equipe coordenada pelo auditor Antônio d'Ávila. E essa auditoria, então, apontou esse conjunto de irregularidades de pagamentos que estavam sendo ou assumidos por instituições financeiras em nome da União, no caso do abono salarial, do seguro-desemprego ou postergamento de pagamentos que a União deveria estar fazendo a bancos oficiais, no montante que somou R$40 milhões.

O Tribunal pronunciou-se, no começo deste ano, com o Acórdão nº 825. Imediatamente, estabeleceu-se a necessidade de discutirem os reflexos desse achados de auditoria, no exame das contas do Governo de 2014. E já aproveito para responder a uma pergunta muito frequente: os gráficos demonstraram que esse comportamento discrepante do Governo surge no segundo semestre de 2013 e se agrava durante o exercício de 2014. Às vezes, pergunta-me por que, então, o tribunal não se pronunciou a respeito disso nas contas de 2013, por exemplo.

Então, é preciso aqui a gente registrar os momentos em que os fatos ocorreram. O julgamento das contas de 2013 ocorreu pelo Tribunal de Contas da União; o julgamento, não, a apreciação, a emissão do parecer prévio – porque o julgamento cabe ao Congresso – em junho de 2014. A auditoria foi realizada no segundo semestre 2014. Então, os fatos só foram identificados a partir do segundo semestre 2014.

E, como eles entraram 2014 adentro, começaram em 2013 e se agravaram em 2014, essa discussão está sendo feita nas contas de 2014. É um tema que diz diretamente à estabilidade da economia do País, à sustentabilidade do crescimento econômico, à confiabilidade dos números do País e à credibilidade da nossa Nação perante as outras nações do mundo.

A LRF surgiu como uma conquista da Nação brasileira, uma norma que veio coibir práticas enganosas, práticas deletérias que ocorriam no Brasil num passado não tão remoto – governos estaduais, municipais, inclusive o Governo Federal, que tinha uma prática de gasto ilimitado, especialmente em anos eleitorais. Esse gasto deformava o processo eleitoral, porque permitia ao governante eleger o seu sucessor ou inviabilizar a gestão do seu sucessor, no caso de um oponente político. E deixavam uma conta salgada para os contribuintes, uma conta que se traduzia em inflação, em descontrole das finanças públicas.

Era muito comum vermos Estados que não tinham recursos para pagar o décimo terceiro, que atrasavam salários de professores, de médicos por três, quatro meses.

E graças à LRF, depois de um processo de saneamento das finanças públicas, o Brasil adquiriu outro patamar de estabilidade fiscal e financeira. Por isso, nós, do Ministério Público de Contas e do Tribunal de Contas, temos uma preocupação extremada com a observância dos dispositivos legais da LRF. Não é uma questão de mero legalismo. Se fosse apenas a observância da lei, já seria motivo mais do que suficiente para que estivéssemos atuando.

Além disso, percebemos o risco para o futuro da Nação, esse risco que nós gostaríamos de compartilhar nesta discussão, se forem admitidas ou toleradas práticas que colocam em xeque os pilares da responsabilidade fiscal brasileira.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é que traz para a execução fiscal brasileira o realismo. No que se refere a nossa peça orçamentária, até o ano passado, talvez, para o ano que vem, tenhamos uma mudança de paradigma que se anuncia, alvissareira, mas até o Orçamento deste ano de 2015 houve uma prática costumeira de um otimismo, talvez exagerado, nas previsões de receita, que dão lastro à peça orçamentária. Então, estima-se que o PIB vai crescer 5%, que a arrecadação vai crescer, que vai dar conta de todo aquele conjunto de despesas que são incluídas no Orçamento.

A LRF é que traz a execução orçamentária para a realidade. A LRF exige que, já no segundo bimestre, o Governo tenha que editar um decreto de programação financeira e fazer um contingenciamento, se necessário, em que ele, confrontado com os dados da realidade, não mais de projeções otimistas, mas com dados da arrecadação, como ela vem se comportando, projeções que ele coleta dos diversos setores que realizam despesa pública, com esses dados oficiais, o Governo tem que fazer uma programação financeira que lhe permita

atravessar ao exercício para, ao final do exercício, encontrar a meta que foi fixada em lei. Essa meta, então, é que tem que condicionar o comportamento do Governo durante todo o exercício.

Esse realismo fiscal, e esse decreto de contingenciamento de programação financeira concretiza também um dever de lealdade que todo governante tem que ter com os governados, dever de, em documentos oficiais, ser fiel aos dados oficiais. Assim como não se admite que o Governo possa maquiar a inflação, o IBGE pode retirar um ou outro dado, porque ele levaria a um número inconveniente; assim como nós construímos uma cultura de que o cálculo da inflação pelo IBGE tem que ser fidedigno, sob pena de completa perda de credibilidade desse número, também nós construímos uma cultura de um decreto de programação financeira que espelha a realidade do que está acontecendo em termos de arrecadação e despesas.

As irregularidades que foram identificadas nesse processo, que se chamou o processo das "pedaladas", ao ver do Ministério Público, são de extrema gravidade, porque envolve valores vultosos, chegando a superar R$40 bilhões em termos de "pedaladas", afrontaram pontos centrais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse dispositivo que impede que o ente controlador se financie com o seu banco controlado é um dispositivo central da LRF. Essa era a farra fiscal que acontecia nos Estados brasileiros. Os governadores usavam os recursos dos bancos estaduais como se fossem uma caixa de emissão de moedas, para despesas ilimitadas. Essa limitação de impedir que o órgão, o ente controlador, não abuse do seu poder de controle perante o banco oficial, que é controlado, é um ponto central da LRF, da estabilidade fiscal.

Quando esses dados são trazidos para o exame das contas do Governo, os exames adicionais feitos pelos auditores do TCU e pelo Ministério Público de Contas permitiram verificar que não houve apenas as pedaladas fiscais apontadas pelo Dr. Tiago na sua apresentação, mas também fraudes orçamentárias que propiciaram a pedalada financeira.

Então, ao ver do Ministério Público, as pedaladas fiscais têm dois componentes: uma prévia manobra orçamentária e depois uma manobra financeira.

Qual foi a manobra orçamentária?

Justamente esta de o Governo não fazer um decreto de programação financeira fidedigno à realidade financeira, aos dados oficiais que ele estava recebendo. E aí, o caso do Ministério do Trabalho e Emprego é emblemático; quer dizer, há comunicações oficiais do Ministério do Trabalho dizendo: "Precisaremos de uma suplementação de R$9,2 bilhões para atender às despesas do seguro- desemprego e abono salarial. Estamos observando uma queda da arrecadação da fonte primária do FAT da ordem de R$5,2 bilhões." Só isso já implicaria uma necessidade de contingenciamento, já em fevereiro de 2014, de R$14,5 bilhões a mais do que foi feito. Ao não fazer esse contingenciamento, o Governo deixa livres para execução despesas não obrigatórias que ele teria de contingenciar se tivesse observado os dados oficiais de que tinha ciência. As despesas obrigatórias não podem ser contingenciadas. Então, o contingenciamento recai sobre despesas não obrigatórias.

Durante o exercício, o Governo... E aí, é preciso deixar claro que existe uma preocupação especial da LRF com os anos eleitorais. Quer dizer, uma das origens da LRF era justamente a farra fiscal que se via nos anos eleitorais. O que acontece em 2014 é que, apesar da arrecadação em queda, o Governo Federal aumenta programas não obrigatórios, despesas não obrigatórias que têm um forte impacto eleitoral junto à sociedade. Por exemplo, o Fies salta de R$5 bilhões em 2013 para mais de R$12 bilhões em 2014. A despesa é meritória, o Fies é um programa maravilhoso, mas ele precisa ter sustentação financeira para ser implementado. Ele não pode ser implementado apenas porque é ótimo na sua conceituação, mas precisa estar lastreado numa efetiva arrecadação de recursos.

Como o Governo consegue aumentar essas despesas num ano e um contexto de arrecadação em queda?

Justamente através das pedaladas financeiras. Então, primeiramente, a manobra orçamentária de não fazer o contingenciamento deu folga orçamentária para que ele pudesse empenhar a despesa, mas isso não garantiria o pagamento, porque a arrecadação estava em queda. Então, a maneira de ter dinheiro em caixa, disponibilidade para efetivamente fazer o pagamento, era colocar os bancos oficiais para assumirem despesas que seriam da União. Então, a Caixa Econômica passou a responder pela despesa do seguro-desemprego, pelo abono salarial; o Banco do Brasil deixou de receber os juros da equalização de juros; o BNDES também, vem uma portaria e joga para 24 meses o pagamento que a União deveria fazer para o BNDES.

Então, tudo isso criou essa possibilidade de, naquele momento, fazer esses pagamentos financeiros.

O que a gente observa hoje? Passado o momento eleitoral, vem o decreto do final de outubro, do relatório de avaliação de receitas e despesas, e há uma completa mudança de panorama da economia na ótica do Governo.

Quer dizer, até o relatório de agosto – o relatório é bimestral –, até o quarto relatório, o relatório de agosto, o Governo prometia cumprir um superávit de R$80 bilhões; já no relatório de outubro, ele admite que não só não vai cumprir, como vai haver um déficit de R$20 bilhões. E aí manda um projeto ao Congresso, de alterar a meta...

Enfim, significa dizer que, durante todo o período até agosto, o Governo não se comportou de maneira coerente com a realidade da arrecadação e da despesa pública. Até aquele momento, negou-se vigência à Lei de Responsabilidade Fiscal; viveu-se um momento de fantasia. Após as eleições, veio a realidade, e ajustou-se a meta ao que efetivamente estava acontecendo na economia do Brasil e na arrecadação federal.

Eu queria deixar claro porque, neste debate, já surgiram argumentos de que as pedaladas são coisas antigas, que acontecem desde o princípio da LRF. Isso, absolutamente, não é verdade. O gráfico que foi apresentado aqui pelo Dr. Léo mostra uma nítida mudança de comportamento do Governo e desses pagamentos a partir do segundo semestre de 2013.

Não é porque existe um contrato de prestação de serviço da Caixa com a União para pagar esses benefícios que o Governo está autorizado a deixar lá pendurados R$1 bilhão, R$2 bilhões ou R$3 bilhões de saldo negativo. O que o contrato prevê é que, havendo, no dia do pagamento dos benefícios, uma pequena flutuação, para mais ou para menos, essa flutuação é acertada imediatamente. Então, se o Governo repassar R$500 milhões para a Caixa pagar o seguro-desemprego este mês, e, no dia do saque, aparecerem beneficiários, e o saque representar R$510 milhões, esses R$10 milhões são pagos pela Caixa, comunica-se ao Tesouro, e, imediatamente, o Tesouro repassa esse valor.

E aí – vejam – que há nítida intenção de se cumprir um contrato, com suas variações normais que podem acontecer. O que aconteceu, a partir do segundo semestre de 2013, foi uma nítida intenção de o Governo financiar-se por meios desses bancos, obtendo um financiamento indireto, que ele não assumiu como financiamento, mas que é um financiamento, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, da ordem de R$40 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Então, para concluir, o TCU, em momento algum, chancelou pedaladas em anos anteriores. Não se trata de uma mudança de postura no entendimento do TCU. O que aconteceu é que, pela primeira vez, foi feita uma auditoria com esse foco. A primeira auditoria para examinar esses números, para examinar como estava se comportando esse relacionamento Governo/bancos federais, aconteceu no segundo semestre de 2014, e o que nós estamos vivendo hoje são os desdobramentos desses achados de auditoria.

Eu queria agradecer por esta oportunidade e colocar-me à disposição dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Dr. Júlio, também pela obediência ao tempo.

E eu começo agora com as interpelações, iniciando-as pelos autores dos requerimentos.

O Senador Tasso Jereissati será o primeiro; depois, o Senador Cristovam Buarque, o segundo; Senador Acir Gurgacz, o terceiro; Senador Pimentel, o quarto. Esclarecemos que nós estamos adotando a ordem, Senador Fernando Bezerra, de inscrição perante a Mesa. Depois dos autores dos requerimentos; Senadora Vanessa Grazziotin; depois, Senador Ferraço, Senador Moka, Senador Benedito de Lira, Senador Alvaro Dias, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Humberto Costa, Senador Flexa Ribeiro, Senador Fernando Bezerra e Senadora Lúcia Vânia.

Eu passo a palavra ao Senador Tasso e insisto em que as interpelações sejam feitas em três minutos, com igual tempo... No caso dos autores dos requerimentos, nós vamos conceder cinco minutos; depois, os outros terão três minutos de perguntas e respostas também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos fazer por bloco, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Podemos fazer por bloco.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Depois dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Depois dos autores, gostaria de sugerir aos Senadores e Senadoras que façamos blocos de cinco Senadores e Senadoras, para agilizar os trabalhos.

Portanto, com a palavra o Senador Tasso Jereissati, por cinco minutos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Senador Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão; Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz; Sr. Tiago Dutra; Sr.Júlio Marcelo de Oliveira, do TCU.

A explanação extremamente clara, técnica, aritmética que nós vimos aqui, de fatos, é extremamente grave. Acho que não fica nenhuma margem para dúvidas do que aconteceu. E me parece, falando numa linguagem mais coloquial, que há dois graves procedimentos do Governo Federal. Um, usar os seus bancos oficiais para fazer financiamento em interesse próprio, o que é absolutamente proibido, não só na relação do Governo Federal com seus bancos oficiais, mas, em qualquer outro banco privado, com eventuais controladores, isso é

considerado um desvio de procedimento gravíssimo. Por outro lado, o de mentir, de tentar falsear a realidade para o povo brasileiro e para o Congresso Nacional, para a Justiça, de uma maneira absolutamente inaceitável, em que se tentava demonstrar uma situação financeira do Governo Federal que não existia – e aqui eu vou dizer uma coisa que ficou bastante clara, principalmente nas palavras do Procurador, Sr. Júlio –, com efeitos eleitorais, porque todas as correções e as eventuais mudanças de rumo ou tentativas de mudança do rumo começaram a aparecer somente entre outubro e novembro de 2014.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece metas anuais relativas a receitas, a despesas.

Antes, eu vou pedir um esclarecimento aqui, até para deixar isso muito claro, que o meu querido Senador Fernando Bezerra colocou. Havia uma discussão entre nós dois, e eu queria deixar claro que ele acha que, em uma das curvas colocas pelo Sr. Tiago, num dos gráficos apresentados pelo Sr. Tiago, as tais pedaladas já começaram a acontecer antes de 2013. Eu dizia para ele que apareciam, eventualmente, picos de momentos negativos e não uma constância, como começou a acontecer a partir de 2013. Vou pedir que isso seja esclarecido logo, porque é um ponto fundamental da nossa discussão, e seria importante ficar bem esclarecido.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal também estabelece regras mais restritivas em ano eleitoral, de modo a impedir que o chefe de um Executivo use recursos públicos para desequilibrar o pleito. No entanto, o Governo Federal propôs a redução da meta estabelecida pela LDO para 2014 somente no mês de novembro de 2014.

(Soa a campainha.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Pergunto a V. Sª se isso não representa mais um flagrante descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que as diretrizes orçamentárias devem incluir um demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifique os resultados pretendidos.

Isso evidencia a preocupação da LRF em estabelecer metas realistas e devidamente fundamentadas com cálculos consistentes de trajetórias de receitas e despesas.

No entanto, no quinto relatório bimestral de novembro de 2014, logo após as eleições, a receita líquida de transferências a Estados e Municípios – repito, logo após as eleições – foi reduzida em R$38 bilhões, e as despesas primárias obrigatórias tiveram acréscimo de R$22 bilhões em relação ao quarto relatório; não à previsão do início do ano, mas ao quarto relatório bimestral de setembro. Isso mostra que, em apenas dois meses, o Governo mostrou uma queda de resultado primário esperado de R$60 bilhões.

Pergunta: o senhor considera que houve por parte do Governo Federal a intenção de não reconhecer a frustração de receitas e crescimento de despesa para não ter de contingenciar gastos antes das eleições? Isso caracteriza o uso indevido de execução orçamentária com a finalidade de influir nas eleições?

O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que, se verificada, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário, o Governo Federal deverá promover, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias. No entanto, novamente, após as eleições, no final de 2014 – ressalto, no final de novembro de 2014, logo após as eleições –, o Governo Federal emitiu o Decreto nº 8.367, que ampliou os limites de movimentação e empenho em cerca de R$10 bilhões, embora já estivesse claro que a meta de R$80 bilhões da LDO vigente não seria cumprida, apesar do fato de que a proposta de redução da meta por meio do PLN nº 36, de 2014, ainda não tinha sido aprovada na ocasião.

De um modo geral, um grave problema das contas do Governo Federal do ano passado foi que o Governo autorizou no final do ano abertura de crédito com recursos do aumento da dívida pública por decreto e não por lei. Pergunto a V. Sª se isso não representa um flagrante descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De 2007 a 2011, durante 60 meses – aí vai uma diferença, Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Tasso, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Estou concluindo, é rapidinho. O assunto é muito grave para ser tratado com superficialidade. Permita-me que possamos... É muito pouco, mas é um assunto muito grave.

De 2007 a 2011, durante 60 meses, o saldo da Caixa Econômica Federal para pagar o Bolsa Família ficou deficitário em apenas um mês, mas, a partir de 2012, os atrasos aumentaram, quatro meses de cada doze meses, e, em 2014, Senador Fernando Bezerra, esse saldo foi negativo em oito de nove meses analisados pelo TCU.

O senhor concorda que passou de atrasos esporádicos para um planejamento cuidadoso para maquiar – e a palavra é esta, maquiar – resultados fiscais do Governo central no ano passado? O Governo já conseguiu

pagar os R$40 bilhões identificados pelo TCU como créditos de bancos públicos para o Tesouro, para o pagamento de subsídios e programas sociais? Quanto ainda falta para que essas despesas sejam totalmente pagas?

Penúltima pergunta, muito curta. Os jornais recentemente divulgaram que as pedaladas fiscais ainda estavam ocorrendo. Isso é verdade?

Esta é uma pergunta para a qual eu gostaria de uma resposta técnica e objetiva. De quem é a responsabilidade pelas pedaladas fiscais, pelos empréstimos de bancos públicos para o seu controlador e pelo não contingenciamento das contas das eleições, os gestores ou o Presidente da República?

Essa é uma pergunta que eu gostaria que fosse respondida quanto ao aspecto técnico-jurídico da questão. É isso que eu tinha a perguntar.

Obrigado pela paciência, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Tasso.

Eu passo a palavra agora...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Ao Júlio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu não sei se os demais querem fazer algum comentário também. Ou, então, eventualmente um poderá responder pelos três. Um por todos, todos por um!

(Intervenção fora do microfone.)

Perfeito, o Dr. Júlio responde. E, se houver necessidade de complementação, aí, o Dr. Tiago e o Dr. Leonardo pediriam a palavra aqui, se entenderem necessário.

Dr. Júlio com a palavra.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Exmo Senador Tasso Jereissati.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, não seria bloco? Desculpe, Presidente, mas não seria em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Não, os autores de requerimentos perguntam, respondem, e aí entramos nos blocos. Isso foi o que encaminhamos.

Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Obrigado, Presidente.

Exmo Sr. Senador Tasso Jereissati, obrigado pelas perguntas. Vou tentar responder a todas.

Realmente, a premissa básica da Lei de Responsabilidade Fiscal é o realismo fiscal, é o Governo ser realista com aquilo que arrecada e com aquilo que pode gastar. E houve uma mudança drástica de panorama daquilo que o Governo anunciava como panorama fiscal, de agosto de 2014 para o período posterior às eleições – o relatório que foi feito, no início de novembro, referente ao quinto bimestre concluído.

Nas análises que fizemos – e demonstramos isso no memorial que apresentamos aos Ministros do Tribunal de Contas –, desde o primeiro decreto de programação financeira de 2014, o Governo falhou na sua obrigação de ser realista com dados oficiais que já eram disponíveis, que eram do conhecimento do Governo.

O Governo é o senhor desses dados. A arrecadação é acompanhada semanalmente, quinzenalmente, mensalmente pelos órgãos do Governo. Então, a meu ver, essa mudança de panorama repentina, de agosto para o fim de outubro, começo de novembro, revela, na minha opinião, na opinião do Ministério Público, um dolo evidente de manifestar uma situação fiscal irreal no período pré-eleitoral, e só trazer a realidade da Lei de Responsabilidade Fiscal após o período eleitoral.

Eu tive um professor de Direito Penal que dizia muito claramente assim: "O dolo grita nos autos. As circunstâncias dos fatos evidenciam qual é a intenção dos agentes." Quer dizer, não há uma justificativa plausível para se imaginar que o Governo pudesse desconhecer a realidade fiscal brasileira, de janeiro de 2014 até outubro de 2014, e apenas em novembro ser surpreendido por uma mudança de cenário da ordem desses números que o senhor apresentou, da ordem de R$100 bilhões. Então, desde o Decreto nº 8.127, de 20 de fevereiro de 2014, já havia uma violação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda quanto à questão da abertura de créditos suplementares, ao final do exercício – o que eu não tive tempo de abordar na minha apresentação anterior –, ao se utilizar de fontes não primárias, fontes de endividamento público, fontes não neutras, afetando o endividamento público, isso não poderia ter sido feito por decreto. Essa abertura só poderia ocorrer com autorização legislativa; só o Congresso Nacional poderia autorizar o Governo a fazer essa abertura de crédito. Então, essa abertura por decreto viola a Lei Orçamentária, viola a LRF e viola a Constituição da República.

Em relação aos saldos diários das contas de suprimento do Governo na Caixa, os dados que o senhor apresenta podem ser mais bem analisados se olharmos os saldos não mensais, porque essa estatística que o

senhor apresentou, se não me engano, foi uma que foi divulgada na mídia e considerava apenas o saldo do último dia do mês.

O gráfico que o Dr. Leonardo apresentou que leva em consideração os saldos diários– o Dr. Tiago também apresentou um gráfico nesse sentido – mostra nitidamente que, a partir do segundo semestre de 2013, praticamente todos os dias, essa conta suprimento teve saldo negativo.

O senhor perguntou se houve já o que seria a "despedalada"; se esse saldos devedores já foram resgatados e se estariam ocorrendo ainda em 2015.

Há cerca de uma semana, o Ministério Público de Contas enviou ofícios, requisitando informações de todos esses órgãos envolvidos, para que possamos ter números oficiais detalhados da situação de cada uma dessas contas. As informações, ainda não sistematizadas, mas de que nós já tivemos conhecimento, são de que, em alguns casos, houve pagamento; ao que parece, a situação na Caixa Econômica Federal estaria regularizada; a situação do FGTS não está regularizada; a questão junto ao BNDES, ao contrário, está agravada – o saldo devedor da União perante o BNDES é maior do que era ao final do ano passado.

O senhor pergunta de quem é a responsabilidade.

As contas que o Congresso Nacional tem a competência e a missão de julgar são as contas da Presidente da República; não são as contas dos ministros de Estado, nem do Secretário do Tesouro, nem do presidente do Banco Central; são as contas da Presidente da República. E os decretos presidenciais que nós questionamos e apontamos como fraudulentos, porque violaram os dados oficiais de que o próprio Governo dispunha e de que tinha conhecimento, e que ele, intencionalmente, ignora, são decretos que levam a assinatura da Presidente da República. Isso me leva à conclusão de que a responsabilidade é da Excelentíssima Senhora Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Tiago, gostaria de complementar alguma coisa?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Só em relação aos esclarecimentos que foram solicitados sobre quando começou.

Em relação à Caixa Econômica Federal, de fato, começa no segundo semestre de 2013; no Banco do Brasil, também em 2013. No caso do BNDES, nós vimos no gráfico que, em dezembro de 2010, já há equalização, não há o pagamento e começa a se acumular o saldo. E, no caso do FGTS, em 2011, também há o subsídio e não há o pagamento.

Em 2012, foi emitida a Portaria 122, de 2012, do Ministério da Fazenda, pela qual se mudou a sistemática de apuração do valor devido: o prazo de apuração, que era de seis meses, foi mudado para 24 meses, no caso do BNDES. Isso foi em março de 2012.

No caso do FGTS, foi emitida a Portaria 278, de 2012, também alterando a dinâmica do FGTS. Era um recurso que passava rapidamente pela Conta Única e já ia para o FGTS; a partir desse momento, ele começa a ir para a Conta Única e entrar na sistemática de programação financeira do Governo Federal. Mas os atrasos são anteriores à Portaria. De certa forma, a portaria oficializa a sistemática que estava sendo implementada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – No caso do BNDES, o Tesouro deu-nos uma informação, só que em reuniões; não há nenhum documento oficial, apenas uma Nota de Esclarecimento do Tesouro. Eles estão atendendo aos 24 meses. O saldo tem aumentado; segundo as demonstrações financeiras do BNDES do primeiro semestre deste ano, o saldo está em torno de R$27 bilhões, porém cumprindo o prazo de 24 meses. Essa é a informação na Nota de Esclarecimento do Tesouro Nacional, ainda não confirmada por nós.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu passo a palavra agora ao Senador Cristovam Buarque, outro autor de requerimento; depois, passo a palavra ao Senador José Pimentel.

Senador Cristovam, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, senhores que nos trazem as informações, em primeiro lugar, eu quero agarrar uma frase do Dr. Júlio, quando ele falou em "farra fiscal". Eu achei forte e correta. Eu acho que, de fato, nós vivemos um período de farra fiscal.

Mas eu quero avançar na sua metáfora e dizer que o que nós vivemos foi um Carnaval, em que a política econômica dava a bebida, e o *marketing* dava a fantasia.

Eram esses dois lados. Foi um período de fantasias e embriaguez, que o Orçamento, chegando aqui ontem, rasgou a fantasia e cortou o álcool. Nesse sentido, é verdade: é um Orçamento realista, embora alguns digam, eu consultei, que o déficit vai ser 130 e não 30. Mas, de qualquer maneira, rasgou-se a fantasia do *marketing*, ao longo de 2014, especialmente, e parou-se a bebida.

Mas, Senador, eu acho que nós, do Senado, precisamos fazer o nosso *mea-culpa*. Acho que não fizemos, com toda ênfase, a fiscalização que deveríamos ao longo dos últimos anos.

Dei entrada em uma proposta de resolução, para que a Comissão de Fiscalização e Meio Ambiente se transforme só em uma comissão só de fiscalização e controle. Não só contaminamos o meio ambiente, como também limitamos o trabalho da fiscalização. Ou criamos outra comissão para o meio ambiente, ou colocamos o meio ambiente com alguma comissão, mas precisamos superar essa ausência nossa na fiscalização, com mais ênfase.

Lembro-me de uma proposta minha, colocada na tentativa de não haver essa responsabilidade da omissão no Orçamento, creio de 2014, e que exigia do Governo mais responsabilidade na definição das fontes e dos seus projetos, que foi aprovada aqui, e a Presidente Dilma a vetou naquele momento. Até acho que, ultimamente, ela tem posto em prática isso.

Quero dizer também, ainda nesta introdução, que nós deveríamos ter o contraditório aqui. É a segunda audiência que temos sobre esse assunto. Da outra vez, acho que veio o Ministro Adams, e não me lembro mais quem, do mesmo lado esquerdo todos. Não havia lado esquerdo e direito. Agora, vem outra vez, do mesmo lado.

Deveríamos ter o contraditório aqui. E é em função desse contraditório que vou fazer a última pergunta. A impressão que eu tenho do que falou o Tiago é que nós tínhamos que mudar o nome "pedalada" para "cacetada" ou "marimbada". Isso que vimos é muito mais forte do que uma pura e simples pedalada que foi feita, porque houve uma consequência. Não foi apenas um gesto, foi um gesto consequente. É a minha primeira pergunta.

Sempre me incomodou, e eu tenho falado aqui, há muito tempo, a relação com o BNDES. O TCU faz ou não – não sei se é prerrogativa – a avaliação dos resultados da aplicação do dinheiro que o BNDES recebeu, de forma subsidiada, do Tesouro? Eu até entendo que alguns digam, embora não seja uma boa desculpa: houve pedalada, mas conseguimos fazer mais casas, e o povo está morando nessas casas do Minha Casa Minha "Gente". A outra é: nós colocamos dinheiro no BNDES. O que foi feito com isso?

A primeira pergunta é se nós temos uma avaliação das consequências positivas, se ocorreram, das pedaladas . Não que se justifiquem, mas pelo menos poderíamos analisar.

Segunda pergunta: na análise de vocês, como técnicos, na raiz desse déficit de R$30,5 bilhões que está no Orçamento que chegou para 2016, há alguma coisa das pedaladas ou das irresponsabilidades, ou nada a ver?

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ou seja, se o Governo tivesse feito corretamente o dever de casa sem cometer esses atos, hoje poderíamos dizer que o Orçamento estaria com um superávit primário, como sempre tivemos, ou pelo menos equilibrado?

Finalmente, é uma pergunta que o Dr. Júlio respondeu antes, mas vou insistir nela. Conversando aqui com um membro da Bancada de Apoio ao Governo, eu perguntei: "Como vocês deixaram a Presidente Dilma fazer tantos erros?". E me disseram: "Mas todos os presidentes o fizeram no passado".

O senhor, pela sua resposta, antes mesmo dessa pergunta, já deu a entender que não era igual. Mas eu quero insistir na pergunta: o que foi feito no Governo da Presidente Dilma tem antecedentes por presidentes anteriores a ela, especialmente Fernando Henrique Cardoso e Lula? Ou não tem antecedentes e é uma característica do Governo dela?

Essas são as minhas perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam. Agradeço também pela obediência ao tempo.

E, seguindo o mesmo critério de resposta ao Senador Tasso, o Dr. Júlio. E se o Dr. Tiago e o Dr. Leonardo quiserem fazer mais alguma complementação...

Então, Dr. Leonardo com a palavra. Depois, o Dr. Júlio. Cinco minutos.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Senador, em relação ao BNDES, as duas secretarias aqui representadas olham para o BNDES mais de acordo com o tema das finanças públicas.

De fato, temos alguns trabalhos. Temos um trabalho que começou em 2012, que foi realizado para apuração dos subsídios incorridos nas operações de crédito ao BNDES e ao PSI. Esse é um trabalho concluído. Por causa desse trabalho, temos hoje, todo ano, o envio do Tesouro Nacional ao TCU, para informação na prestação de contas à Presidente da República, de todos os subsídios incorridos a cada ano por causa dos empréstimos concedidos ao BNDES. Então, houve um primeiro esforço de garantir transparência a esses subsídios.

Existe um outro trabalho em curso neste momento, que diz respeito à avaliação do impacto das emissões de títulos nas curvas de juros do Tesouro, ou seja, para verificar de que forma um montante vultoso de títulos emitidos e enviados ao Tesouro Nacional pode impactar essas curvas de juros, gerando outros tipos de custos da dívida pública. Além disso, existe um outro trabalho também programado para este ano, a ser realizado pela

Secretaria da Fazenda junto com a Semag (Secretaria de Macroavaliação Governamental), para avaliar as operações de crédito em si, examinar aquelas operações de crédito que se iniciaram, pelo menos se avolumaram, de 2008 para cá. Ou seja, todas essas três auditorias de que estou falando têm menos foco em resultado em si de produção do BNDES e mais foco na transparência e na regularidade das transações de finanças públicas.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelas perguntas e pela oportunidade. Queria fazer um esclarecimento em relação ao adiamento de pagamentos devidos ao BNDES e ao FGTS.

Preciso dizer que a tradição, a boa prática, a norma anterior era o pagamento semestral, que ocorre com todos bancos oficiais de fomento: o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e o BNDES. Assistimos agora, neste último Governo, ao próprio Governo, discricionariamente, arbitrando quando ele vai pagar o que era devido semestralmente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas a portaria não é de 2012?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Qual foi a manifestação do TCU em relação a essas portarias.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Não houve. Está havendo agora a manifestação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Então, levaram três anos para se manifestarem contra essas portarias.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Presidente, quero registrar que o TCU homologou as contas de 2011, 2012 e 2013 no que dizem respeito ao subsídio do PSI, observando a Lei nº 12.096, de 2009 e as portarias da época, que são as atuais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Tem a palavra o Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Posso continuar?

Muito bem, continuando.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu gostaria que o senhor se manifestasse em respeito a essas... Nós estamos aqui para dirimir essas questões que, no meu entendimento, não são políticas; são técnicas.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Estou só tentando organizar o pensamento. Eu vou responder todas. Não vou evitar nenhuma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Seria importante.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Júlio com a palavra.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Por favor.

Ao ver do Ministério Público de Contas, o controlador, a União, em relação ao BNDES, abusa do seu poder de controlador ao postergar, ao seu alvedrio, o momento desse pagamento. Pode, por uma portaria dizer que é daqui a 48 meses, daqui a 100 meses, enfim. "Não tenho dinheiro, não pago e vou usando o banco de uma maneira que acho devida", de uma maneira que não é fiscalmente responsável, de acordo com as diretrizes da LRF.

Em relação ao Orçamento de 2016, Senador Cristovam, realmente parece que há uma introdução de realismo na proposta orçamentária. Eu acho que isso já é um efeito positivo dessa discussão, desse debate que se faz no Senado, em toda sociedade brasileira sobre as contas do Governo. Realmente, a sociedade brasileira está percebendo como as contas públicas são importantes para a estabilidade da economia, para a vida das pessoas, para o controle da inflação.

(Soa a campainha.)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Sobre auditorias no BNDES, queria registrar a imensa dificuldade que o TCU tem de fazer auditoria no BNDES, que a todo tempo ou se nega a fornecer informações sobre os financiamentos ou retarda esse envio ao Tribunal. Foi ao Supremo Tribunal tentar evitar o envio de informações sobre o financiamento do Grupo JBS-Friboi. Enfim, é muito difícil fazer auditoria no BNDES. Nós temos de construir uma cultura de transparência no BNDES, que ainda não temos.

O senhor pergunta se realmente outros governos fizeram o que foi identificado nessa auditoria.

Não, não há identificação em outras auditorias do Tribunal, anteriores, de forma de proceder como aconteceu a partir do segundo semestre de 2013, especialmente com a Caixa Econômica Federal, FGTS e Banco do Brasil.

Em relação ao questionamento do Senador José Pimentel, do Senador Fernando Bezerra... Houve mais algum que eu perdi? Acho que não...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Da Senadora Vanessa.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – A Senadora Vanessa pediu que se respondesse, não é?

Eu entendo que haja uma expectativa de que o TCU pudesse estar, a todo momento, no momento em que a ilegalidade ocorre. Seria o ideal: se o Governo cometesse uma falha, o administrador cometesse uma falha, e imediatamente o TCU pudesse estar lá. Nenhuma demora deveria ocorrer. Esse é o esperado. Esse seria o bom. Seria o melhor. Mas o correto mesmo, o melhor mesmo é que a lei seja respeitada e que a irregularidade nem ocorra. Não existe um controle que pode estar controlando tudo ao mesmo tempo.

O Ministério Público de Contas tem procurado focar nas questões que são mais importantes para o País. São as macroquestões que têm um impacto maior. O TCU também tem feito um movimento nesse sentido, mas ainda há um grande esforço do Tribunal julgando milhares de tomadas de contas especiais, de prefeitos de todo o País, por recursos que foram repassados dez anos atrás e que, infelizmente, não trazem o retorno que a sociedade espera do órgão de controle, porque o órgão de controle precisa ser presente no dia a dia; precisa estar vivo no momento atual.

Então, tendo em vista que uma auditoria com essa profundidade, que identificou essas irregularidades, aconteceu no segundo semestre de 2014 – e ali é que identificaram o que vinha acontecendo em profundidade –, eu entendo que este é o momento adequado para que essa discussão ganhe profundidade. Eu não posso imaginar que o TCU, por não ter feito uma auditoria mais profunda – como poderia ter feito antes –, não possa agora fazer essa auditoria e não possa dar o juízo às contas do Governo que as contas devem receber neste momento.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Senador Cristovam, foi lembrado aqui que existe um outro trabalho em curso, por solicitação do Congresso Nacional. Trata-se de uma apuração sobre as causas e consequências do endividamento público nos últimos anos. Então, a ideia é também analisar a relação das emissões de títulos do BNDES com o endividamento público – não só esse fato, mas outros fatos que possam ter dado origem a isso. O requerimento originalmente foi formulado pelo Senador Ronaldo Caiado, e já há uma auditoria em curso para trazer essas respostas. Então, há uma relação do endividamento do BNDES com a dívida pública e, de certa forma, com a situação da economia. A gente acredita que esse trabalho termine agora, no segundo semestre, e, tão logo termine, será encaminhado para esta Casa também.

Um segundo ponto que eu acho importante mencionar é sobre a apreciação das contas de governo. A gente tem visto isso ser levantado com alguma frequência, e existe sempre uma análise sobre o que foi feito nos anos anteriores em comparação com o que foi feito neste ano. E não existe ainda, ou seja, não se tem qual vai ser a apreciação das contas de governo. O que se tem é a identificação de um conjunto de indícios de irregularidades que estão sendo analisados. E esse conjunto, como disse o Dr. Júlio, é um conjunto peculiar. Ou seja, não é possível compará-lo exatamente – isso sem fazer um juízo de valoração dele – com o que aconteceu em outros anos, tanto do ponto de vista das chamadas "pedaladas" – das operações com os bancos – quanto também do ponto de vista da gestão da programação orçamentária financeira no exercício. Ou seja, é um ano peculiar, e não há jeito de não haver um tratamento peculiar, qualquer que venha a ser a causa de emissão do parecer conclusivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Dr. Leonardo.

Eu passo a palavra agora para o Senador Pimentel, outro autor de requerimento. Cinco minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, senhores convidados, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu quero começar registrando que a verdade depende do mundo de informações que um povo recebe. Por isso, nós tivemos, no final do primeiro semestre, um conjunto de matérias divulgadas pelo Tribunal de Contas da União, pela Procuradoria do Ministério Público da União, na imprensa brasileira... Tivemos aqui, no dia 14 de julho, uma audiência pública com o Ministro do Planejamento, o Ministro da Advocacia-Geral da União.

Os nobres convidados de hoje também eram convidados naquela data, juntamente com o Presidente do TCU. Infelizmente, mandaram-nos apenas um documento dizendo que não poderiam comparecer naquela data, porque estavam de férias. As férias eram mais importantes do que esclarecer ao Estado nacional, à sociedade brasileira, isso que hoje nós estamos complementando.

De lá para cá, o Governo Federal prestou um conjunto de informações ao Tribunal de Contas da União, que baixou em diligência novos dados que estão sendo também objeto de informação.

Portanto, eu aprendi, ao longo da minha vida, nunca receber uma tese como verdadeira, sempre confrontá-la com outras informações, para que a minha verdade seja mais consistente e eu possa ter um juízo de valor mais adequado.

Por isso, esta audiência de hoje faz parte desse processo. Não se esgota aqui, como também nós vamos ter, nos termos do art. 71 da Constituição Federal, que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que é o que nós estamos fazendo aqui hoje com os nossos valorosos funcionários do Tribunal de Contas da União, mas com uma clareza de que todos nós somos entes políticos. É importante que sejamos. Jamais devemos silenciar essa visão, porque, sem uma visão política, a nossa visão termina sendo parcial no mundo em que nós atuamos.

Por isso, eu recebo todas as informações e, em seguida, eu procuro analisá-las e procuro compreender melhor. E aquilo que eu tenho dúvida continuo estudando, pesquisando.

A primeira grande dúvida que surge em todo esse debate é: é possível ter um contrato de prestação de serviços que tenha juros sem ser empréstimo? Existem duas teses: existe a tese aqui esboçada, de que todo contrato que paga juros é contrato de empréstimo. Por isso, chega-se à conclusão de que, como os bancos públicos pagaram juros e receberam juros, nesses casos, é operação de empréstimo.

Há uma outra linha política muito consistente também, baseada no Código Civil vigente, de que nem todo contrato que gera juros é contrato de empréstimo. Então, essa é a primeira grande dúvida que paira em todo esse debate.

Superado isso, dependendo da tese que nós seguirmos, haverá determinados encaminhamentos. Até 2013, o entendimento do TCU, dos acórdãos e das prestações de contas que para cá vieram, dizia que isso não era contrato de empréstimo, ou pelo menos, não entrava nesse mérito, para ser mais sincero.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Tanto é verdade que a resposta feita pelo Governo Federal ao TCU demonstra que, de 1994 a 2014, entre os juros que o Governo pagou à Caixa Federal e os juros que a Caixa Federal pagou à União por ter depósito da União nesse tipo de conta, sempre foi favorável à União. Esta é a primeira pergunta que eu faço ao Dr. Tiago. Esse dado foi apresentado aqui no dia 14 de julho, foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União: já teve a oportunidade de analisar essas informações?

E isso diz respeito exatamente à parte do acórdão, em declaração do acórdão do Ministro Relator José Múcio, Acórdão nº 992/2015, que diz o seguinte:

> Todavia é preciso ressalvar, de fato, que não seria razoável classificar como operações de crédito meros atrasos de curtíssimo prazo no repasse de recursos do Tesouro, previstos e com condições estipuladas contratualmente, como no caso dos programas sociais pagos por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Esse trecho é parte do acórdão dos embargos de declaração do Ministro José Múcio.

E eu concluo dizendo aqui e indagando ao Dr. Tiago se os técnicos do TCU têm convicção de que esse tipo de contrato de prestação de serviço são contratos de empréstimos ou se acompanham a linha do Código Civil brasileiro e que foi aplicado de 1994 a 2013.

Isso porque, dependendo da linha que tivermos para interpretação desses contratos, o desate final será diferente.

Também, sobre a questão do PSI do BNDES, aprovamos aqui, no Congresso Nacional, a Lei nº 12.096, em 2009, criando o PSI. E, nessa lei, dissemos que uma portaria regulamentaria esse pagamento no prazo de até 24 meses. Até 2012, pagava-se em seis meses. Em 2012, esse prazo foi elastecido, e, à luz dessa lei, cuja declaração de inconstitucionalidade não foi pedida até hoje, o TCU aprovou as contas de 2011, 2012, 2013 do PSI, sem nenhuma ressalva.

Indago ao Dr. Júlio Marcelo o que o levou a mudar essa posição, já que a Lei nº 9.096 não foi declarada inconstitucional – a portaria foi alterada, é verdade – e o porquê dessa mudança com relação ao PSI.

E, por último, Sr. Presidente, o delator da UTC declarou, nas suas delações, que o filho de um ministro do TCU recebia o mensalinho de R$50 mil por mês para pescar informações dentro do TCU e repassar para benefício de terceiro.

Essas são as declarações do Sr. Ricardo Pessoa, que já foram homologadas pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal; por isso, ele foi beneficiado. É verdade que, nas delações dele, há um rosário de outras delações – desculpe chamar assim, para não dizer que são muitos itens, e são muitos itens. E pergunto ao Dr. Júlio, depois dessa grave denúncia, o que o Procurador do Tribunal de Contas da União, que tem como um dos seus papeis

exatamente cuidar dessas coisas, o que já foi feito com relação a esse lobista e as denúncias do Sr. Ricardo Pessoa na Lava Jato em delação premiada e homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sr. Senador, um segundo só para um esclarecimento. O Senador Pimentel falou que não se caracteriza empréstimos, mas disse que a Caixa pagou juros para o Governo. Não conheço pagamento de juros que não seja empréstimo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone*.) – Não...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Mas é empréstimo ou não é empréstimo?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Exatamente é esta a grande dúvida. Há uma linha teórica de quem entende que só pode haver juros em contrato de empréstimo, muito sólida. E há uma outra compreensão doutrinária que diz que é possível pagar juros em operações de prestação de serviços que não são empréstimos, e, assim, disciplina o Código Civil Brasileiro. Essa é a dúvida. Superado isso...

Pois não, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se fosse prestação de serviço, tinha de pagar ISS e Cofins, o que não acontece.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com relação a ISS, parece-me que toda agência bancária passou a pagar na sua unidade, dependendo do tipo de transação. Se for empréstimo, terá ISS – não tenha dúvida.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Oposição/PSDB - CE) – Se for prestação de serviço, teria que pagar ISS e Cofins.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E, no empréstimo, também, que tenha a parte da prestação de serviço; paga-se na parte do contrato, tanto que fizemos uma alteração na lei do ISS, para que se pagasse na unidade onde o serviço era prestado e não mais na sede do grupo controlador, porque estava se concentrando em algumas cidades no País.

Mas esse debate superado, se é possível pagar juros em contrato de prestação de serviços, a solução será uma; se entender-se que não é possível pagar juros em contrato de prestação de serviço, a solução será outra.

Essa é uma decisão que está em aberto e que tenho certeza de que o Tribunal de Contas vai debruçar-se sobre ela, e nós, aqui, no Congresso Nacional também, iremos estudar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, primeiro, o Dr. Tiago; depois, o Dr. Júlio.

Primeiro, Dr. Tiago; depois, Dr. Júlio e também o Dr. Leonardo. Cinco minutos.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Excelência, só uma preliminar, antes de passar o microfone de volta para o Secretário Tiago, sobre a audiência que já houve aqui. A forma como o senhor descreveu de buscar a verdade para a gente soa bastante comum, porque é exatamente o trabalho de um auditor, ou seja, receber os dados, confrontá-los com outras visões e tentar extrair dali as melhores conclusões possíveis.

Em relação àquela mencionada audiência, lamentamos muito. Parece que houve algum tipo de engano na nossa comunicação com esta Casa...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, veio por escrito. Nós já lemos, e por isso resultou...

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – O problema é esse. Havia alguns de nós disponíveis para vir naquela ocasião, e, na verdade, especialmente o trabalho das contas de Governo é feito para esta Casa, e, quantas vezes forem necessárias, estaremos aqui à disposição para esclarecer, sozinhos ou juntamente com os ministros, se quiserem fazer o contraponto numa mesma reunião, estamos totalmente disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Tem a palavra o Dr. Tiago; depois, o Dr. Júlio. Depois, nós já entraremos nos grupos de cinco Senadores, nos blocos.

V. Exª, depois da Senadora Vanessa e do Senador Ferraço, está com a palavra.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Bom, primeiramente, eu gostaria de abordar a questão das novas informações, como o Dr. Leonardo Albernaz já mencionou. O Tribunal tem essa obrigação de dar o acesso a todas as informações dos autos, garantir a ampla defesa e o contraditório. E, tanto no âmbito das contas de Governo quanto no âmbito do processo dos atrasos de repasses do Tesouro aos bancos federais...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É um princípio constitucional de 1988.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Sim, exatamente.

No exercício dessas competências constitucionais, nós buscamos garantir esses princípios da ampla defesa e do contraditório.

Portanto, neste momento, temos um acórdão relacionado a esses atrasos e também um relacionado às contas de Governo. Nos dois casos, estamos analisando com cuidado as respostas do Governo. No âmbito desse processo dos atrasos, o Acórdão nº 825, essa análise é feita por outra secretaria, uma secretaria de recursos, o que garante a imparcialidade, a isenção; é uma outra equipe. Então, vão ser analisados todos os aspectos, em especial os aspectos jurídicos que giram em torno da questão dos contratos de prestação de serviços. Que houve atraso é fato. Estão registrados os números. O atraso é um fato. A discussão jurídica sobre a natureza da operação de crédito ou não está acontecendo ainda.

Sobre os contratos: a gente não fez nenhuma análise sobre esses contratos. Não há nenhum questionamento por parte do Tribunal de Contas da União sobre a natureza dos contratos. São contratos de prestação de serviços, de fato. Porém, quando se fala em operação de crédito, estamos falando em operação de crédito segundo a definição da Lei de Responsabilidade Fiscal, e o art. 36 dá uma amplitude muito grande para o conceito de operação de crédito. Por quê? Porque ele busca evitar o abuso de poder do ente controlador em relação à instituição financeira controlada. Então, o objetivo ali é proteger a instituição financeira controlada e, ao mesmo tempo, evitar qualquer descontrole fiscal nesse processo de utilização da instituição financeira controlada por parte do ente controlador.

Então, é bom deixar claro o que é operação de crédito segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. O que caracteriza os atrasos como operação de crédito é a conceituação trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre os atrasos esporádicos: é exatamente o que foi dito.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Para concluir. É possível ter a previsão de pagamento de juros num contrato de prestação de serviços. Porém, da forma como foi feita durante tanto tempo e na materialidade que isso alcançou, naturalmente, caracterizou financiamento do Governo Federal por meio de seus bancos públicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Com a palavra, Dr. Júlio.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Senador José Pimentel, obrigado pelas perguntas.

Primeiramente, gostaria de registrar a profunda estima que todos os militantes do controle externo têm pela sua militância, pela sua atuação nessa área e pelo trato que o senhor tem com temas de controle externo, de finanças públicas, de reforma da Previdência, de que o senhor foi Relator.

Queria esclarecer a questão das férias, que me parece importante.

A audiência foi requerida pelo Senador Tasso Jereissati, se não me engano, em maio, e imediatamente nós nos colocamos à disposição para estar presentes. Num certo momento, no fim de junho, questionaram-me por que não se estava conseguindo marcar audiência. Havia informação de que haveria indisponibilidade de agenda minha e de outros integrantes do TCU. Eu disse: "Olha, isso não é verdade. Estamos à disposição". Eu informei previamente a esse contato que eu estaria ausente do Brasil por duas semanas, em férias com minha família, e que, se pudesse acontecer antes, seria melhor. Infelizmente, por uma questão de agenda da Comissão, não foi possível ser marcada em outro período. Assim que cheguei de férias, enviei um ofício à Comissão, colocando-me à disposição para aqui regressar e fazer essa explanação aos Srs. Senadores. Considero motivo de honra para o Ministério Público de Contas poder ter esse diálogo com os senhores.

Sobre a questão da natureza do contrato. Realmente, existe um contrato de prestação de serviço da Caixa com a União. A questão não é a natureza do contrato; é a deformação do contrato para a realização de uma operação não prevista no contrato. O que o contrato prevê é um pagamento normal de benefícios com repasse prévio do Tesouro. Eventualmente, pode restar, ao final do pagamento dos benefícios, um saldo pequeno, positivo ou negativo, e esse saldo é remunerado tanto para um lado quanto para o outro. Se a União ficar com saldo positivo, a Caixa remunera os juros. Se a União ficar com saldo negativo, aqueles dias – poucos dias –, aquele pouco volume, aquele valor também é remunerado.

Quando o Governo começa a deixar de pagar bilhões, não estamos mais no âmbito da aplicação do contrato de prestação de serviço. Estamos no âmbito da realização de uma operação de crédito sem contrato e sem previsão legal. Essa é a questão: existe um contrato, mas o que foi identificado na auditoria não é o mero cumprimento do contrato; é uma situação atípica, ilegal, não prevista no contrato, não prevista na legislação.

Sobre a lei do PSI, que não foi declarada inconstitucional. A lei não fixa autorização de prazo em 24 meses. A lei só diz que o pagamento será disciplinado em portaria, e a boa prática fiscal, orçamentária, bancária, sempre prevaleceu no Brasil em relação a todos os bancos de fomento, era o pagamento semestral.

Se o senhor verificar o funcionamento do Banco do Nordeste, que o senhor certamente conhece, o Basa, a equalização é apurada ao final do semestre, e a União faz o pagamento, então, em seguida, com base nos

saldos médios das operações da carteira em aberto. Então, assistimos agora com o BNDES, com essa postergação, a algo inédito.

Em relação à delação premiada...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas Dr. Júlio... Dr. Júlio, permita-me interromper.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Esses atrasos que V. Exª insiste em afirmar que são inéditos estão ou não estão cobertos pelas portarias que dilataram o prazo para 24 meses? Quando se fala desses valores do BNDES, de quase R$10 bilhões, é além dos 24 meses ou é dentro dos 24 meses? Eu queria esclarecer isso.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Vamos esclarecer, então.

Em janeiro deste ano, seria devido um pagamento por aquilo que foi apurado 24 meses para trás. Esse pagamento, que seria devido em janeiro, só foi feito no final de março, começo de abril, se não me engano. Então, já houve um atraso aí para além do que está na portaria.

A questão é que essa portaria viola o espírito da lei orçamentária, o sistema orçamentário brasileiro, porque ela cria uma dívida que não está prevista nos orçamentos, nos instrumentos orçamentários e não está prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. Por portaria, o Governo não pode fazer isso. Ele não pode jogar tão para frente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sim, mas veja que essa portaria está em vigor há três anos, e nenhum órgão de controle questionou a portaria.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Quanto a isso, o senhor está coberto de razão – V. Exª, perdão. V. Exª está coberto de razão. O questionamento deveria ter sido imediato. Acho que essa discussão, embora tardia, deve ser feita.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas não existe extrapolação dos saldos devedores ao BNDES além dos 24 meses.

A auditoria chegou a apurar que os saldos se prolongaram além dos 24 meses, como foi verificado agora, no início de janeiro? Pela informação do Dr. Júlio, agora, em janeiro, o Governo deixou de pagar saldos que teriam de ser impreterivelmente quitados, porque já tinham...

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Foi apurado o saldo, e o saldo tem que ser pago no mês subsequente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Porque eles estavam extrapolando os 24 meses.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – É. Apura-se o resultado do semestre, e aquele valor passa a ser devido 24 meses depois. Então, 24 meses depois, que foi em janeiro...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Certo. Então, ocorreu uma extrapolação em relação à portaria, a primeira vez, agora em 2015?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Sim, de que eu tenha conhecimento.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Só para complementar, os dados da auditoria vão até junho de 2014. Após isso, não há uma análise detalhada da área técnica; nenhuma manifestação do Tribunal a esse respeito.

Até junho de 2014 não houve pagamento, de dezembro de 2010 até junho de 2014. Então, foi feita a apuração, mas sem o respectivo pagamento. Portanto, ultrapassou os 24 meses.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Isso é importante. Eu imaginava que estivesse dentro dos 24 meses. Não, aqueles R$10 bilhões estão além dos 24 meses.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Até junho de 2014, a informação que nós temos é essa, no processo.

Foi emitida uma nota de esclarecimento pelo Tesouro Nacional, dizendo que está sendo regularizado para cumprir os 24 meses. Então, estão sendo feitos os pagamentos daqueles atrasados mais antigos, para ficarem inseridos nesses 24 meses. Essa é a informação passada pelo Tesouro Nacional.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas a auditoria desse número, que caracteriza R$10 bilhões de BNDES, extrapola os 24 meses. Não são seis meses. É porque o Dr. Júlio expõe que o correto seria apurar os saldos de forma semestral e quitar, como é feito com o Banco do Nordeste, com o Basa, com outras instituições financeiras. Essa é uma posição.

Mas esses números que vocês trazem aqui e que aparecem nesses relatórios de auditoria são recursos que extrapolaram os 24 meses. Vocês não botaram nada que não tenha extrapolado os 24 meses. É só aquilo que não está cumprindo a portaria? Ou vocês estão fazendo uma conta daqueles que extrapolaram os seis meses?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Não, a conta é em relação ao valor total. Não há essa separação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ah bom, quer dizer, o número está ali, sejam seis meses, sejam 24 meses. É aquilo que não foi quitado.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – É o saldo devedor total.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – É o saldo devedor.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Só para complementar, Sr. Presidente, para não deixar...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Júlio, então, complementando, porque eu tenho de chamar os demais inscritos aqui.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Tenho meu compromisso com a Senadora Vanessa, de não deixar nenhuma pergunta sem resposta. E eu acho que esse é o nosso papel aqui.

Sobre a delação premiada do Dr. Ricardo Pessoa, que apontou irregularidades que estariam acontecendo no âmbito do Tribunal de Contas da União. Existe um procedimento preliminar aberto na Corregedoria do Tribunal de Contas, existem investigações que estão sendo conduzidas, no âmbito do Ministério Público da União, pela força-tarefa, e existem tratativas de colaboração e compartilhamento de informação. E, se for necessário que o Ministério Público de Contas atue perante o TCU, quando as informações estiverem compartilhadas e nós tivermos acesso aos dados, certamente nós atuaremos. Não deixaremos de exercer a nossa função de Ministério Público. V. Exª pode estar tranquilo a respeito disso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, não seria diferente a minha visão sobre o Procurador do Tribunal de Contas da União. Até porque conheço todos, acompanho de perto os seus trabalhos, leio as posições que chegam ao meu conhecimento, e não seria diferente este procedimento.

Agora, nós precisamos estar vigilantes, porque todas as vezes em que nós fechamos determinados procedimentos, como fizemos com a Lei Anticorrupção, que é a Lei nº 12.846, estamos chegando agora à conclusão de que já precisamos atualizá-la, apenas dois anos depois da sua vigência, para enfrentar a questão dos contratos de leniência. E eu acredito que esse é um aprimoramento da legislação, para que possamos superar os problemas que tínhamos até 2013, com a leitura de que aquela legislação daria conta. Mas, infelizmente, a criatividade dos filhos de Deus é muito forte. Por isso, temos que estar sempre atualizando.

Obrigado.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Eu quero agradecer aos autores dos requerimentos. Eu acho que foi uma discussão muito profunda, uma discussão esclarecedora com relação àquilo que foi apresentado pelo Dr. Júlio, pelo Dr. Tiago e pelo Dr. Leonardo já nessa primeira rodada com os autores dos requerimentos.

Eu só queria deixar registrado que a Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos questionou a Consultoria do Senado quanto a essa questão dos decretos sem numeração. Eles me dizem o seguinte: esses decretos são aqueles que têm efeito concreto. O que é isso? Por exemplo, um crédito suplementar para o Ministério da Educação é específico, exclusivo, só diz respeito àquele órgão. E aqueles numerados são instruções normativas, quer dizer, têm caráter normativo. É evidente que isso precisa ser mais bem avaliado pelos membros da Comissão, mas é uma informação que me foi passada pela assessoria da Secretaria.

Temos cinco Parlamentares inscritos: Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Ferraço, Senador Moka, Senador Benedito de Lira e Senador Alvaro Dias.

Portanto, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

É evidente que eu os chamarei na sequência. Eventualmente, se algum Senador inscrito estiver em outra atividade ou em outra comissão, eu passarei adiante, preenchendo o bloco, e aquele que não estava presente naquele momento será colocado no final da fila.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Presidente.

Apesar de três minutos ser um tempo muito curto, faço questão de fazer um preâmbulo para dizer que eu tenho o entendimento de que nós estamos aqui a debater algo extremamente técnico, não político. É muito técnico. E o Tribunal de Contas funciona como um colaborador do Poder Legislativo que tem a obrigação de julgar as contas do Poder Executivo. Então, é um órgão auxiliar. E acho que nessa fase em que nós estamos... Eu também lamento não ter havido o debate concomitante entre o Tribunal de Contas e o Poder Executivo, não é, Senador Tasso Jereissati? Todos fizemos essa observação em junho ou julho passado, não me lembro exatamente quando. Mas, enfim, o fato é que estamos hoje aqui a debater com o Tribunal de Contas e que, certamente, esta não será a última vez. Deveremos ter outros diálogos a respeito da matéria.

Mas eu chamo a atenção para isso também porque eu creio que todos nós, principalmente os técnicos, porque aqui somos todos agentes políticos, alguns na função de políticos, outros na de técnicos, temos que ter muito cuidado muito com as palavras que proferimos, para que não fique parecendo que o julgamento já foi feito, que, aqui, nós estamos tratando de uma ilegalidade, de algo sem precedente. Não foi julgado ainda! Mas eu ouvi, várias vezes, vinda da Mesa, a seguinte afirmação: "É algo sem precedente, é uma situação atípica e ilegal".

Eu só diria para tomarmos cuidado com as palavras. Vamos tomar cuidado com as palavras! Isto não é para A ou B, mas para todos e em todas as situações. Era o que eu queria dizer em primeiro lugar.

Segundo: eu quero bater em duas teclas, por conta do tempo, mas vou começar de trás para frente. Acho que ninguém abordou ainda o que vou falar. Eu anotei aqui que foi dito que tudo... O Senador Cristovam fez questão de perguntar com muita simplicidade: "Esses fatos que ocorreram aconteciam anteriormente, se manifestaram, ou não?" A resposta foi "não". Eu confesso que fiquei um pouco assustada, porque vai na contramão de tudo o que nós ouvimos e de dados e números que recebemos da audiência anterior. Por exemplo: partes não quitadas pelas estatais. Isto foi demonstrado aqui, tanto que o Senador Bezerra perguntou que empresas seriam aquelas. Não foi, Senador? Isso não é atípico, não é inédito e não extrapola procedimentos anteriores. Nós temos uma tabela. A não ser que tenha havido má-fé e que tabelas erradas, com números errados, tenham sido distribuídas nesta Casa formalmente para os Senadores. Mas está aqui.

No ano de 2001, a série histórica da extrapolação das estatais representou 5,7% dos investimentos executados; em 2010, 0,1%; em 2014, 0,2%. Mas isso aqui é um fato inédito, sem precedente e ilegal?

Eu tomaria mais cuidado. Eu tomaria mais cuidado.

Em relação ao que é contrato e o que é empréstimo, Senador. Eu não sou tributarista nem sou advogada, mas tenho ouvido com muita atenção, porque estamos diante de uma coisa séria, de fato.

Então, quero dizer que, a cada dia, quanto mais eu escuto, inclusive dos senhores, apesar da afirmação ser muito convicta, mais vejo que estamos diante de uma prestação de contas. E, de fato, não é inédito. Talvez o ineditismo seja a quantidade e o tempo que os recursos foram utilizados em favor da União.

Mas, mesmo assim, se a gente pegar outra tabela, que é a que eu acho que deve servir de base para a análise de tudo, que é a do saldo... Porque, se é uma prestação de contas, os juros podem ser pagos da Caixa para o Governo ou do Governo para a Caixa, dependendo de quem utiliza o recurso. Ou seja, é a conta suprimento, é um fluxo. Se fosse empréstimo, não haveria necessidade disso. Mas não é um empréstimo, é um contrato de prestação de serviço pelo qual ou o banco recebe o dinheiro adiantado, e, se receber o dinheiro adiantado, o próprio contrato... A Subcláusula 2ª prevê que o Governo pagará ao banco e a Subcláusula 9ª prevê que o banco pagará ao Governo. E, desde o ano de 1994, por essa tabela de que dispomos, que nos foi distribuída, o saldo é positivo para o Governo. Se o saldo é positivo para o Governo, o que significa? Mais tempo a Caixa econômica manipulou o dinheiro do Governo do que o Governo utilizou o dinheiro da Caixa, que aqui é o que estão tentando nos mostrar, que, por ser atípico, caracteriza um empréstimo.

Mas eu quero só, para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senadora Vanessa, por favor.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ..., dizer o seguinte: diante de tudo que tenho ouvido, mesmo que a Corte de Contas... E aí falaram que o Tribunal de Contas fez uma auditoria no segundo semestre de 2014 para investigar a respeito dessas "pedaladas", conhecidas publicamente como "pedaladas". O.k, fez uma auditoria. Então, os procedimentos têm que ser mudados. Eu concordo com os senhores.

Mas, mesmo assim, diante do fato de o Tribunal decidir pela modificação da compreensão em relação ao tema, será que isso já pode ser considerado um crime? Ou é um procedimento diferenciado que vale dali para frente, e até aqui tem que valer todo procedimento adotado agora? Essa é uma questão de jurisprudência, essa é uma questão de justiça.

Era isto.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa, pelas observações.

Com a palavra o Senador Ferraço por três minutos.

Depois, Senador Moka, Senador Benedito de Lira e Senador Alvaro Dias.

Se os Senadores tiverem outras atividades aqui, no Senado, nós avançamos, e aí o Senador Flexa, que estava reclamando muito da posição em que estava, começa a subir.

Senador Ferraço, com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu estou absolutamente convicto de que, como reza a crença popular, o pior cego é aquele que não quer enxergar, e aquele que não quer enxergar não vai enxergar mesmo, até porque esse Governo, o Governo da Presidente Dilma, não tem como boa prática a prática da responsabilidade fiscal. Isso foi evidenciado ao longo do período em que o Governo fez acordo com o diabo para poder ganhar as eleições. Depois que você faz acordo com o diabo, o diabo volta para cobrar a conta. É isso que está acontecendo em função das ferramentas, das iniciativas que foram adotadas ao longo desse tempo para que nós pudéssemos viver a mais complexa e estrutural crise fiscal do nosso País após imaginarmos que valores como a utilização da estrutura pública, em razão de interesses partidários, interesses políticos e interesses particulares, fosse uma página virada em nosso País. Não! Nós estamos diante do primitivo, nós estamos diante do retrocesso.

É evidente que o Governo se valeu dos seus bancos públicos, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, do BNDES, para se financiar, porque gastou demais. Age o tempo todo como cigarra, fazendo bravata, e não faz o que a formiga faz, que é trabalhar e poupar.

Fico imaginando aqui, Sr. Presidente, se o governador de um Estados federado lançasse mão desses expedientes de que o Governo Federal lançou mão. No meu Estado, ainda temos um banco público. Fico a imaginar se o governador do Estado do Espírito Santo lançasse mão do banco público para financiar contas que são de responsabilidade do Poder Executivo. Parece com a velha conta movimento do tempo da ditadura militar, de que os governos sacavam independentemente de saber se havia saldo ou não. É como se a empresa privada sacasse do cheque especial independentemente de limite. É evidente que o Governo Federal está inventando a lei da gravidade. Ele está querendo fazer chover de baixo para cima. É evidente que o Governo Federal, ao longo desses anos todos, "fez o diabo". Ora, não é farra nem carnaval, mas orgia fiscal mesmo, na veia.

E qual o coroamento disso? O orçamento que acaba de chegar ao Congresso brasileiro, que sinaliza ao mundo e à sociedade brasileira que o Governo não dispõe de recurso para honrar os seus compromissos. Não tenho informação se há precedentes na história republicana brasileira de um governo que, ao enviar a sua peça orçamentária, de *per si,* declare "não, eu não tenho condição de honrar as despesas que eu próprio contratei", sinalizando, a partir daí, que poderá, inclusive, nos levar à perda do grau de investimento, o que trará consequências muito perversas à economia brasileira.

O Ministro e Prof. Mário Henrique Simonsen ensinava, Senador Fernando Coelho, que, em economia, não há fundo do poço, que sempre pode piorar, e estamos diante de uma situação como essa, Sr. Presidente.

Pelo que foi dito aqui pelos nossos técnicos do Tribunal de Contas da União – e já caminho para encerrar, Sr. Presidente –, a impressão que fica é que estamos aqui para consertar a fechadura da porta depois que a casa foi arrombada. Foi isto que aconteceu: as contas públicas no Brasil foram arrombadas! E foi dito aqui por V. V. Sªs que a responsabilidade é da Presidente da República. Se a responsabilidade é dela, qual é a pena? De que mecanismos o setor público e o Estado brasileiro devem tomar pé para que esse tipo de coisa não se reproduza mais em governo algum, porque, em qualquer país sério e civilizado do mundo, isso é crime de lesa-pátria, porque, ao desorganizar as contas públicas, quem paga a conta é o contribuinte brasileiro, é o trabalhador brasileiro, que está vendo o nosso País ser mergulhado numa crise sem precedentes, com taxas de juros estratosféricas, com recessão, com desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... causando extraordinário prejuízo à sociedade brasileira.

Fico a perguntar: quais são os mecanismos de que devemos nos valer para evitar esse tipo de atitude que, na prática, contribuiu fortemente para desorganizar as contas públicas em nosso País? Que tipo de método podemos adotar, não apenas o Tribunal de Contas, mas o Parlamento, para que esse tipo de coisa possa ser impedido? Estamos até mesmo, aqui, no âmbito do Senado Federal, avaliando a constituição de uma instituição fiscal independente, que não substitui...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... o papel do Tribunal de Contas da União, mas que tem o sentido e o objeto de termos aqui elementos que possam nos dar uma condição de colocar um farol em torno dessa estrada para que esse tipo de coisa não volte a se repetir na rotina fiscal brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Quero até registrar que essa metodologia do Banco Central é, sistematicamente, adotada na análise de contas. Temos, inclusive, uma audiência pública para discutir um projeto que, de certa maneira, traz a responsabilidade para o Senado. O Senado já deveria ter apresentado essa metodologia e não o fez.

Então, dentro desse pacote de medidas que o Senado vai discutir e votar, nós estamos propondo a discussão e a votação dessa metodologia que cabia ao Senado aprovar, mas isso acabou não acontecendo.

Inclusive, nós vamos até fazer desse limão uma limonada. Vamos pedir as sugestões do próprio Tribunal de Contas para que a gente faça um projeto...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – ... compatível com a seriedade que as contas de um governo exigem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Na linha do limão e da limonada, há uma questão absolutamente relevante: o Tribunal de Contas da União tem convivido com a figura do "Restos a Pagar". Essa conta hoje é para mais de R$350 bilhões.

Restos a pagar não é pedalada na veia? Por que o País insiste em conviver com esse tipo de coisas e o Tribunal de Contas da União não toma uma responsabilidade para que nós tenhamos, no Brasil, um orçamento realista que passe a considerar as coisas como elas são e não como nós gostaríamos que fossem, como ensinou o poeta do dia a dia e da rotina brasileira, Nelson Rodrigues?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Moka, o destemido Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O bom do Senador Ricardo Ferraço é que ele fala com veemência, mas, ao final, acaba citando um poeta e tal.

Eu já tive um final de semana muito agitado, Senador Delcídio. Então, eu vou me ater a duas questões.

Curiosamente, salvo melhor juízo, se isso acontecesse, como disse o Senador Ricardo Ferraço, com um governador, eu acho que ele seria penalizado de uma forma muito dura.

Aqui, vocês colocam que o Programa Minha Casa, Minha Vida, o pagamento da dívida junto ao Fundo de Garantia, o FGTS, no âmbito do programa, foi feito sem autorização orçamentária. Eu desconheço isso. Como, por exemplo, um prefeito faz isso, como um governador faz isso? Como paga alguma coisa sem ter autorização orçamentária? Eu acho isso extremamente grave.

Outra coisa. O Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar, sim, do Congresso Nacional. Foi feito um alerta ao Governo, foi feito um alerta ao Ministério Público, assim como a uma outra entidade. Por que não um alerta ao Congresso Nacional na figura da Comissão Mista de Orçamento?

Eu acho que vocês poderiam, daqui para frente, toda vez que fosse emitido um alerta ao Governo ou ao Ministério Público da União, informar à Presidência ou ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento: "Olha, está havendo isso aqui, essas irregularidades".

Eu acho que aí passa a ser também um problema da Comissão Mista de Orçamento, que, eu acho, em última instância, que é a comissão, uma comissão mista, do Senado e da Câmara, que tem por obrigação, além de elaborar, dar parecer e fiscalizar a execução orçamentária.

Eu pediria que vocês incluíssem, daqui para frente, que os alertas também fossem dados ao Congresso. Posso estar enganado, mas o melhor encaminhamento seria fazer o alerta à Comissão Mista de Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Moka, pela disciplina no tempo.

Os próximos inscritos desse primeiro bloco são os Senadores Alvaro Dias, por três minutos, e Valadares, também por três minutos.

Aí, no outro bloco, começamos com o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Fernando Bezerra, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador José Medeiros e o Senador Blairo Maggi.

Senador Alvaro Dias, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Sr. Presidente, convidados, não quero ser repetitivo. As indagações foram formuladas pelos colegas, as principais indagações que deveriam ser formuladas já o foram, mas eu gostaria de destacar que o que se revela aqui é a repetição daquele período de irresponsabilidade pública que provocou o enorme endividamento do País, com a necessidade, hoje, de se gastar mais de 40% do orçamento da União com rolagem da dívida, amortização, juros e serviços da dívida, consumindo-se aí cerca de 7% do PIB anualmente.

Para este ano, prevê-se uma despesa de R$1 trilhão para a rolagem dessa dívida, consequência da irresponsabilidade havida no período que antecedeu a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando havia, realmente, a farra fiscal, a farra do endividamento público, a irresponsabilidade na Administração Pública.

Nós tivemos agora, mesmo na vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a consagração da irresponsabilidade com as chamadas "pedaladas", sucedânea da contabilidade criativa e da mágica fiscal, conhecida e reconhecida hoje no País.

A indagação que não foi feita é de um fato muito recente. Esta – eu apresento, Sr. Presidente – é da sessão do dia 26 de agosto, agora, recente, que é o relatório das transferências constitucionais.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – ... consideraram prejudicada a análise da consistência dos valores distribuídos a título de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) no segundo semestre de 2014, tendo em vista que não houve distribuição de recursos no mencionado período em decorrência da falta de previsão orçamentária suficiente.

Diante dessa constatação, nós verificamos que pode ter ocorrido infração ao art. 160 da Constituição Federal, infração à Lei de Responsabilidade Fiscal e também à Lei nº 10.336, de 2001, que instituiu a Cide. Portanto, considerando que esse dinheiro da Cide foi arrecadado e não foi distribuído, pergunto: estamos diante de mais um episódio das "pedaladas"? Essa afronta à Constituição e à Lei de Responsabilidade Fiscal realmente aconteceu? Esse é um fato recentíssimo.

Ultima indagação, Sr. Presidente. Eu ouvi aqui se falar em julgamento, que os técnicos, os auditores não podem julgar. Eles podem recomendar o julgamento, podem opinar, podem identificar os crimes praticados. Recentemente, o Ministro Joaquim Barbosa declarou-se insatisfeito com o Tribunal de Contas da União. Ele foi duro com relação aos Ministros do Tribunal de Contas da União, afirmou ser o Tribunal de Contas da União um *playground* de políticos superados, fracassados. Esta foi a expressão do ex-Ministro Joaquim Barbosa. É evidente que nós podemos discordar dele, mas não há como não se verificar que pode haver, sim, um choque entre os quadros técnicos do Tribunal de Contas e aqueles que foram indicados politicamente, que são os julgadores.

Nós temos aqui, no Congresso, eu sou autor de uma proposta de emenda à Constituição que institui o concurso público para preenchimento dos cargos de ministro do Tribunal de Contas da União e de conselheiro dos tribunais de contas dos Estados e dos Municípios.

Na justificativa do projeto que apresentei sobre Estados e Municípios, também fiz essa afirmação, que alguns tribunais estaduais transformam-se em comitês eleitorais. Comitês eleitorais ocupados por políticos em final de carreira. Esta foi uma afirmação que fiz em relação a tribunais estaduais, até porque tenho manifestado a minha admiração...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Tenho manifestado a minha admiração pelo desempenho do Tribunal de Contas da União, que tem contribuído, sim, apesar desse vício de origem de alguns indicados que emanam dos quadros políticos e não dos quadros técnicos. E nós defendemos a qualificação técnica e profissional de uma instituição essencial no combate às irregularidades administrativas, como é o caso do Tribunal de Contas.

A indagação, enfim, para aceitar a recomendação do Presidente e concluir, é se os nossos convidados que aqui se encontram não se sentem constrangidos diante desta realidade, diante desta contradição. O trabalho é eminentemente técnico e qualificado, exercido por profissionais competentes, talentosos, que passaram por concurso público, mas, evidentemente, há prevalência daqueles que foram indicados politicamente e, muitas vezes, não possuem o mesmo preparo e a mesma qualificação técnica e profissional. Pergunto se não se recomenda, se não é hora de este País mudar efetivamente e instituir o concurso público para o preenchimento dos cargos de ministro do Tribunal de Contas e de conselheiro dos tribunais dos Estados e dos Municípios.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador Valadares, do nosso Estado de Sergipe, por três minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Obrigado, Presidente.

Sem dúvida alguma, a exposição feita aqui pelos representantes do Ministério Público e da auditoria do Tribunal de Contas traduziu com números irrefutáveis a situação de descalabro das contas públicas em nosso País. Além disso, nós estamos passando por uma crise política cujo desenlace é imprevisível, e uma crise econômica de consequências realmente assustadoras está se avizinhando para todos nós, assombrando o mundo inteiro, já que o Brasil faz parte dos BRICS e é um país que representa a sétima economia do mundo.

Então, diante dessa crise, o que nós estamos vendo é que o Brasil é um dos países que têm a mais alta carga tributária em relação ao PIB. Comparando, por exemplo, com alguns países: Reino Unido, 33%; Estados Unidos, 24%; Japão, 29%; e aqui, na América Latina, Chile, 21%, e México, 19%.

O Governo agora manda o orçamento prevendo um déficit, um rombo de R$31 bilhões, quase perto daquilo que o Brasil está devendo aos bancos, Fundo de Garantia, etc. E ele tem que cobrir também a dívida, que vai se amontoar,...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... sem duvida alguma, com essa estratégia do Governo de colocar nas mãos do Congresso Nacional as saídas para essa crise.

Eu gostaria de fazer uma única pergunta: qual, na opinião dos senhores, que vêm atuando não só na área financeira, mas também na área econômica, avaliando o desenrolar da economia brasileira em todas as contas anualmente, a estratégia que deveria ser seguida neste momento: aumento de impostos ou corte de gastos na Administração Pública Federal para equilibrar as finanças e reduzir o déficit?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, meu caro Senador Valadares, não só pelas perguntas, mas pelo tempo.

Passo a palavra agora ao Dr. Júlio Marcelo de Oliveira. E aí, se o Dr. Leonardo ou o Dr. Tiago quiser fazer algumas considerações adicionais...

Com a palavra o Dr. Marcelo, por três minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Vamos tentar objetivar, porque acho que a discussão mais aprofundada já aconteceu, pelo que eu senti, apesar das perguntas muito pertinentes dos Senadores deste bloco.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Muito bem.

Obrigado, Sr. Presidente.

Senadora Vanessa Grazziotin, obrigado por suas perguntas.

Eu queria dizer que o Tribunal já julgou, sim, o processo das "pedaladas". Houve um julgamento do Plenário do Tribunal qualificando as irregularidades identificadas na auditoria como irregularidades, tanto assim que fez determinações ao Banco Central e ao Governo Federal. Houve um recurso, que está pendente de julgamento. Então, esse julgamento do TCU ainda não é definitivo, mas houve, sim, um julgamento.

E ao MP de Contas que atua no TCU cabe o dever, o ônus de opinar conclusivamente sobre as irregularidades com que defronta. Então, mesmo que o Tribunal ainda não tivesse julgado, é papel de o Ministério Público expressar sua opinião qualificando os fatos e apresentando ao Tribunal essa opinião e requerendo, lutando, pugnando perante o Tribunal pelas medidas que o Ministério Público de Contas entende cabíveis.

Eu queria fazer também um apontamento sobre a Lei Orgânica do TCU.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Presidente, se me permite... É possível, Presidente? Só para não ficar um mal-entendido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só para não ficar um mal-entendido.

Dr. Júlio, o senhor disse que já houve julgamento?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Das "pedaladas", sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Das "pedaladas"?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Sim, do processo das "pedaladas", sim.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Porque, pelo que eu entendi, há um parecer do relator, há um parecer do Relator...

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Esse é o processo das contas. Esse a que a senhora se refere é o processo das contas de Governo, de que ainda não houve julgamento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então eu estou confundindo.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Isso. Mas as irregularidades de repasse do Tesouro a bancos federais foram identificadas numa auditoria, que foi julgada no início deste ano.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Essa auditoria a que o senhor se referiu, que aconteceu no segundo semestre de 2014?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Exatamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – A Lei Orgânica do TCU prevê rejeição das contas – e aí não são contas do Governo, mas as contas dos gestores, ordinariamente – pela reiteração de irregularidades já submetidas a alertas, a recomendações do TCU. Então, existe a prática de o órgão de controle, encontrando irregular-

idades, fazer alertas, fazer recomendações. O viés do Tribunal não é um viés sanguinário, punitivo, no último grau; muito pelo contrário, é pedagógico, educativo, querendo aprimorar a Administração Pública. Então, o mais comum é que os alertas sejam feitos, reiterados, e há uma previsão na Lei Orgânica que diz que a reincidência no cometimento de falhas e irregularidades é causa de julgamento pela irregularidade das contas.

Demonstrar que alertas que foram emitidos pelo TCU em relação a problemas passados, como esse que V. Exª aponta, das empresas estatais que extrapolaram gastos com investimentos não previstos, já foram objetos de alerta e que essa reincidência não pode, evidentemente, ser tolerada, sob pena de nós termos um órgão de controle que não serve para absolutamente nada. Quer dizer, se a gente vai alertando, e o descumprimento continua ocorrendo, alguma consequência há de haver.

Não sei se deixei de responder a algum aspecto.

O Senador Ricardo Ferraço pergunta que alterações poderiam ser feitas, do ponto de vista legal e estrutural, para evitar situações dessa forma. Primeiro, se nós estamos, hoje, precisando de um ajuste fiscal dessa magnitude, é porque nós vivemos, sim, um grave desajuste fiscal decorrente dessas falhas que foram identificadas nas auditorias. Acho que é importante, V. Exª pontua muito bem essa noção de gravidade dessas condutas e das consequências para a vida prática da Nação.

O que eu sugeriria ao Congresso Nacional, muito respeitosamente, muito humildemente, é que o Congresso demandasse do TCU mais relatórios periódicos sobre a situação fiscal, a exemplo do que fez com o Fiscobras em decorrência daquele escândalo do TRT de São Paulo, da CPI do Judiciário? Na época, perguntou-se: "Por que nós estamos colocando dinheiro nessas obras com irregularidades? Por que o TCU não manda um relatório com alertas de irregularidades nas obras?" E passou a ser um procedimento anual.

Acho que este momento que o Brasil vive, de desajuste fiscal, é uma grande oportunidade para que o Congresso possa estabelecer com o TCU um mecanismo de relatórios periódicos, mais breves, mais concomitantes com os fatos, para que essa atuação do controle seja mais efetiva.

E, talvez, a meu ver, já expressei essa opinião, muito respeitosamente, gostaria de compartilhar que acho desnecessário a criação de outra instituição fiscal independente. Acho que o TCU, se for adequadamente demandado e instrumentalizado, pode exercer esse papel. O custo do TCU já é bastante elevado para a sociedade, seu orçamento anual é de R$1,5 bilhão. E uma outra instituição, certamente, implica mais gasto público.

Acho que a potencialidade do TCU, tão bem representado por esses técnicos e auditores aqui presentes, pode ser mais bem explorada pelo Congresso Nacional, para atingir seus objetivos de fazer essa fiscalização da Administração Pública, sem aumentar o gasto público.

Sim, concordo com o Senador. O "Restos a Pagar" é um problema seriíssimo que tem que ser enfrentado. Acho que ele talvez tenha sido tratado com muita leniência até o momento pelo Tribunal de Contas da União. A função do "Restos a Pagar" não é ser uma bola de neve. Hoje, nós temos mais de um orçamento em execução. Temos dois ou três orçamentos para trás, ainda com valores sendo pagos de orçamentos de três anos. Isso é uma deformação do processo orçamentário.

O Senador Moka sugeriu uma coisa absolutamente pertinente, que essas decisões do Tribunal possam ser sempre envidas às comissões pertinentes do Congresso Nacional. Esse estreitamento do relacionamento do TCU com o Congresso, certamente, trará benefícios a toda a sociedade brasileira.

Senador Alvaro Dias...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E a questão orçamentária?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – A questão do Minha Casa Minha Vida?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Eu ia deixar para o pessoal falar, porque eles que acompanharam.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como vocês veem isso?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Eu vejo isso como total absurdo. A realização de despesas sem orçamento é um total absurdo. É uma irregularidade grave. Sem dúvida nenhuma, é um dos pilares da auditoria e é um dos pilares do funcionamento estatal.

Quer dizer, se houver despesa sem orçamento, nós voltamos para a monarquia. O orçamento é a grande peça por meio da qual o Congresso pactua com a sociedade, com o Poder Executivo quais despesas são legítimas. Então, qualquer despesa fora do orçamento é uma despesa que afronta essa legitimidade de que dispõe o Congresso Nacional para fazer essa discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Essas despesas foram no FGTS?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Do FGTS. O Minha Casa Minha Vida... Há valores que foram pagos pelo FGTS acima daquilo que estava orçado no Orçamento da União, mas o pessoal vai comentar também.

Eu queria não deixar de tocar na questão da composição dos tribunais de contas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Procurador, uma questão em aberto.

V. Sª afirmou que a responsabilidade é da Presidente da República. Qual a pena para quem comete essa coleção de irresponsabilidades declinadas por V. Sªs?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – No âmbito do TCU, a consequência prevista é um relatório que, a meu ver, deve opinar pela rejeição das contas.

No âmbito do Congresso Nacional, haverá uma discussão de natureza política sobre se houve ou não cometimento de condutas que afrontaram a Constituição, crime de responsabilidade. Mas eu não vou emitir opinião sobre esse assunto, por favor. Agradeço a compreensão de V. Exª, porque é uma arena própria do trabalho do Congresso Nacional.

Em relação à composição política dos tribunais de contas, nossa Associação Nacional do Ministério Público de Contas tem uma proposta na Câmara dos Deputados, a PEC 329, de 2013, que prevê uma reforma dos tribunais de contas por meio da qual os conselheiros e ministros seriam recrutados de carreiras técnicas que atuam no controle: os auditores, o Ministério Público e os ministros substitutos.

Nós temos uma visão, achamos que o concurso direto para ministro talvez fosse um caminho de acesso perigoso, porque, muitas vezes, o "concurseiro", aquele que é aprovado num concurso, não tem o perfil adequado para exercício do cargo. Então, se ele fizer o concurso primeiro para ministro substituto – o TCU já tem hoje quatro ministros substitutos –, ao longo do tempo, exercendo essa magistratura de contas, verificando a sua experiência, a sua proatividade, o seu compromisso com a coisa pública, seria uma boa fonte de recrutamento para ministros do Tribunal de Contas da União.

Embora o TCU tenha tido grandes Ministros indicados pelo Congresso Nacional, a experiência nos tribunais de contas estaduais é especialmente lamentável, com todo respeito que eu possa ter pelos órgãos de controle, pois há situações realmente desastrosas, como a de Parlamentares condenados por improbidade administrativa indicados para fiscalizar as contas públicas.

Nós vivemos uma experiência particularmente difícil em relação ao TCU há um ano e meio, quando um Senador, também condenado por improbidade administrativa, num dado momento, teve o seu nome cogitado para integrar a Corte de Contas.

Então, eu, do Ministério Público, e a nossa associação vemos com bons olhos uma reforma dos tribunais de contas.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Perdão. Desculpe-me, Senador Antonio Carlos Valadares. Eu não queria deixar de responder.

Enfim, o caminho...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, só lembrando que eu fiz uma indagação sobre Cide também.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Eu vou deixar a questão da Cide para o Leonardo responder...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Está bem.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – ... porque eles fizeram o parecer e a auditoria.

Obrigado, Senador.

Senador Antonio Carlos Valadares, muito obrigado pela pergunta sobre aumento de impostos *versus* corte de gastos.

Realmente, essa é a discussão que o Congresso Nacional vai ter que enfrentar.

Para nós que militamos no campo da responsabilidade fiscal, parece-nos que a mensagem que qualquer governo deve dar é de austeridade. Antes de propor o aumento de impostos, deve mostrar que está disposto ao máximo de austeridade que estiver ao seu alcance. Então, acho que o corte de gastos é sempre preferível em relação ao aumento de impostos, especialmente num país que tem uma carga tributária de 37% do PIB e serviços públicos que não são compatíveis com essa carga.

Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Dr. Júlio.

Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Vou tentar complementar algumas questões levantadas aqui pelo Dr. Júlio, começando por um questionamento feito pela Exmª Srª Senadora Vanessa Grazziotin.

Em primeiro lugar, acho que o Dr. Júlio esclareceu bem que, no caso do Acórdão nº 825, já existe um julgado. Então, já existe um acórdão, que nós mencionamos aqui, o 825. No caso das contas de Governo é que não existe um julgamento definitivo. O que houve foi uma apreciação preliminar e um acórdão trazendo indícios

de irregularidade. É por isso que, na apresentação que eu utilizei, todos os elementos foram tratados e estão numerados como indícios de irregularidade. É claro que alguns desses indícios provêm do Acórdão nº 825. Então, pelo menos seis desses indícios já tiveram algum julgamento, no caso um julgamento por unanimidade, no Tribunal. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto. Conforme a Senadora mencionou, existem papéis políticos e papéis técnicos, e o papel dos auditores, da equipe de auditoria do Tribunal é um papel de natureza essencialmente técnica. Ou seja, ela deve trazer as informações qualificadas, verificar os fatos à luz da legislação que aqui é feita e trazer para a tomada de decisão que ocorre aqui.

O processo das contas de Governo, certamente, não foi julgado. Nós recebemos as defesas, as contrarrazões da Presidente, e hoje existe uma equipe de 18 auditores fazendo um trabalho sobre isso, analisando essas contrarrazões detalhadamente em três equipes, três diretorias diferentes, e em duas instâncias de supervisão, para assegurar total imparcialidade nesse julgamento.

E um terceiro ponto, que eu acho bem relevante mencionar, trata dessa questão da comparação do ano com o ano anterior. Primeiro, como o Dr. Júlio mencionou, a reiteração de um problema, na verdade, agrava o problema. Ela não torna o problema menor; ela torna o problema mais grave, porque, se você avisa o mesmo problema há dez anos e o problema se repete, fica claro que alguma medida um pouco mais contundente precisa ser tomada. Segundo, quando dissemos que não houve um ano como 2014, nós não estávamos falando que não houve nada desses 13 itens que tenha acontecido em 2014. O que estamos dizendo é que o quadro geral de gestão das finanças públicas em 2014 é completamente diferente do quadro dos anos anteriores, e é isso que foi evidenciado nos trabalhos de auditoria, tanto os relativos ao Acórdão nº 825 quanto aos acórdãos que levaram à produção dos 13 indícios e, depois, dos 12 indícios adicionais de irregularidade. Ou seja, o que é diferente não é um item. Há itens que estão repetidos há dez anos no relatório das contas. Agora, o conjunto dessa obra é um conjunto bastante diferente. Então, esse era o ponto a ressaltar.

Um segundo ponto diz respeito às despesas do FGTS que o Senador Moka perguntou. São despesas irregulares e se relacionam a outro problema que aparece nas contas de Governo, que é a inscrição de restos a pagar de forma indevida.

De fato, o que aconteceu foi que havia previsão de ação orçamentária para subvenção econômica no orçamento, que essa subvenção econômica foi concluída, mas a despesa incorreta é a despesa feita pelo FGTS. Ou seja, não havia uma receita de capital prevista para que houvesse operação de crédito e, depois, a despesa correspondente para a quitação de despesa.

Eu acho que o Tiago vai poder falar sobre isso com mais detalhes, mas, certamente, esse é um ponto já apontados no Acórdão nº 825 que enseja correção. Ou seja, é um problema grave, violação orçamentária grave.

Em relação à questão da Cide, que o Senador Alvaro Dias mencionou, de fato, nós temos, dentro da Secretaria de Macroavaliação Governamental, um serviço específico de acompanhamento das transferências obrigatórias. No acompanhamento que foi feito no segundo semestre do ano passado, foi verificado esse problema, que, em alguns momentos, o Governo Federal não estava repassando a Cide para os Estados. Isso foi verificado. É verdade que já foi corrigido em relação a 2014, mas o Tribunal julgou esse acompanhamento e determinou que seja feita a oitiva dos responsáveis. Vai haver 15 dias para que os responsáveis na SOF e no Tesouro Nacional respondam sobre isso, justifiquem, eventualmente, e aí, então, pode haver a responsabilização conforme o caso. Ou seja, de fato, é uma violação grave. Embora os montantes não fossem tão elevados, é uma violação grave, porque aqueles recursos pertencem aos Estados e Municípios e não podem ser entesourados pela União.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Dr. Tiago.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Bom, há dois pontos que eu acho que exigem meus esclarecimentos.

Em relação aos saldos das contas de suprimento na Caixa Econômica Federal, primeiramente, é importante dizer que os dados que foram apresentados o foram pela própria Caixa Econômica Federal e pelos ministérios setoriais. Então, esses saldos negativos foram construídos, foram trazidos pela própria Caixa Econômica Federal e pelos ministério setoriais.

Além disso, o saldo positivo não faz com que o saldo negativo deixe de ser uma operação de crédito. Então, nós temos uma sequência de saldos negativos ao longo de 2013 e 2014, e os saldos positivos nos meses anteriores ou nos meses seguintes não fazem com que esse equilíbrio torne aqueles saldos negativos não operações de crédito, que deixem de ser operações de crédito.

Bom, além disso, há um elemento que é muito importante destacar. Foram informadas aqui algumas cláusulas e subcláusulas desses contratos. Há uma subcláusula, a Subcláusula 8ª desses contratos que o Governo Federal tem com a Caixa Econômica, que fala:

> Na eventual insuficiência de recursos na Conta Suprimento para o pagamento de benefícios constantes das folhas de pagamento das Ações de Transferência de Renda, fica assegurado à CONTRATADA [a Caixa Econômica Federal] o direito de optar pela suspensão deste serviço até que seja normalizado o fluxo financeiro.

Então, o problema está exatamente no poder de controle que o Governo Federal tem sobre a Caixa. Não é possível imaginar que a Caixa iria interromper o pagamento do Bolsa Família, do abono salarial e do seguro-desemprego para utilizar essa subcláusula na existência desses saldos negativos recorrentes e persistentes. É exatamente por isso que a LRF vem como uma proteção, que é um proteção tanto para a gestão fiscal, mas também uma proteção para a própria instituição financeira, que, de certa forma, pode ficar prejudicada financeiramente também em razão desses atrasos.

Sobre a questão do Programa Minha Casa, Minha Vida, dos recursos do FGTS, qual é o risco? É a confusão dos recursos públicos com os recursos do FGTS, porque, a partir do momento em que se começa a deixar de pagar esses recursos e se utilizam os recursos do FGTS, fica difícil depois ter controle sobre esse relacionamento, sobre o que é recurso do FGTS e o que é recurso público, e aí nós precisamos de controle e de transparência no uso dos recursos do FGTS para financiar essas políticas públicas. Então, é exatamente por isso que o Tribunal fez as suas determinações no sentido de esclarecer o que está sendo pago com recursos do FGTS.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas você diz que foi feito sem dotação orçamentária, não é?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – É uma coisa. Pega o recurso do FGTS, mas não há autorização para usar esses recursos para pagar o Minha Casa, Minha Vida. Pelo menos não há previsão orçamentária.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Seria necessário uma autorização orçamentária específica para o que foi pago.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Que não existe. É isso?

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Não existe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Bom, encerrado este primeiro bloco, vamos para o segundo bloco de perguntas.

Com a palavra, agora, Senador Flexa Ribeiro; depois, Senador Fernando Bezerra; depois, Senadora Lúcia Vânia; depois, Senador José Medeiros; depois, Senador Blairo Maggi; e, por último, como dizem os ingleses, mas não menos importante, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Flexa Ribeiro, três minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Delcídio do Amaral; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Júlio Marcelo de Oliveira, Sr. Leonardo Rodrigues Albernaz, Secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Sr. Tiago Alves de Gouveia Dutra, Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional do Tribunal de Contas da União.

Eu ouvi, atentamente, duas exposições. Tive de me ausentar para uma reunião e retornei em seguida. Ouvi os questionamentos dos Senadores que me antecederam. Eu acredito, por tudo o que ouvi hoje e por tudo o que já li a respeito...

Quero, primeiro, parabenizar o Tribunal de Contas da União. Eu acho que ele tem um papel da maior importância para a legalidade do uso do dinheiro público em todos os órgãos da Nação.

Como órgão assessor do Congresso Nacional, é evidente que a análise técnica feita pelo Tribunal de Contas vai servir de embasamento para que o Congresso possa fazer a análise política da prestação de contas da União. Mas aquilo que vem do Tribunal de Contas serve, evidentemente, e esclarece qualquer dúvida que os Senadores possam vir a ter.

O Senador Ferraço tem toda razão quando diz que o pior cego é aquele que não quer enxergar. É isso o que, lamentavelmente, acontece com a base do Governo, que se vê diante de fatos concretos, que são irrefutáveis, e procura desviar a atenção de alguma forma para que não sejam esclarecidos.

Pelo que foi aqui colocado na exposição, nós ficamos com uma dúvida sobre se foi prestação de serviço ou foi empréstimo. E o que foi dito aí, se não me engano, até pela Senadora Vanessa, que se referiu a ter havido, há um tempo... A base do Governo sempre busca exemplos em tempos passados para poder justificar as irregularidades que foram cometidas. Mas foi bem dito que o uso desse contrato de prestação de serviço do Governo com a Caixa Econômica é para valores residuais. Então, o que é preciso ver é que os valores que

ocorreram para trás, residuais, para mais ou para menos, sendo compensados ou compensando o Governo e a Caixa Econômica... Mas o que houve agora foi, eu diria, muito além de um empréstimo; foi uma orientação do Executivo para que não fosse suspenso o pagamento dos programas importantes para o processo eleitoral.

Nós vamos verificar aqui, Senador Delcídio, nos gráficos apresentados, que os maiores déficits, ou seja, que os maiores empréstimos – e foram empréstimos, porque foram se repetindo ao longo dos meses –, ocorreram exatamente, no caso do Bolsa Família, em maio, junho, julho e agosto, exatamente no período eleitoral, quando a então candidata dizia que o Brasil estava em céu de brigadeiro e que os pessimistas achavam que quanto pior, melhor, quando contestada nos debates ou nas entrevistas.

O mesmo acontece com o abono salarial e com o seguro-desemprego.

É importante verificar que, na área de atendimento social, quando o Governo não teve orçamento para cumprir, ele usou, sim, os bancos públicos para fazer o pagamento. A cláusula que foi lida diz que a Caixa Econômica poderia não fazer os pagamentos. Mas ela vai descumprir a ordem do sócio majoritário, de quem manda na instituição? Então, vem uma ordem do Executivo, e a Presidente não pode querer se abster da responsabilidade? Porque foi a Presidente que, por intermédio de seus ministros, autorizou o pagamento sem ter os recursos do Tesouro.

Tanto isso é verdade, Senador Delcídio, que apresentamos um requerimento aqui na CAE e um requerimento à Mesa do Senado com relação ao Minha Casa, Minha Vida, a fim de que possamos constatar a situação desse programa. Diferentemente do que disse na ocasião o Senador José Pimentel – e é uma pena que S. Exª tenha se retirado, pois eu ia fazer alguns comentários a respeito da fala do Senador Pimentel, mas não vou faze em respeito à sua ausência, pois eu gostaria de fazer na sua presença –, o que ocorre hoje é que os pagamentos do Minha Casa, Minha Vida continuam não sendo feitos pelo Governo Federal. Estão com três meses de atraso. Por quê? Porque agora a Caixa Econômica já não faz esse "adiantamento", entre aspas, como empréstimo para o Governo Federal.

Portanto, a audiência pública que faremos e o requerimento de informações pedido pela Mesa do Senado ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica darão a nós Senadores as informações de que precisamos, sobre o real atraso de pagamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, de tal forma que coloca todas as empresas, no Brasil inteiro, em risco.

Eu perguntaria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, meu caro Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Concluindo, até porque, como V. Exª bem disse, as perguntas já foram todas feitas.

Todas as irregularidades foram apontadas, e eu acredito que a prestação de contas do Governo de 2014 é uma peneira, de tantos furos que apresenta. Não há como não encontrar aqui... Basta uma leitura simples para que, no plenário do Congresso, possamos agora debater a aprovação ou a rejeição, que é o que eu acho que irá acontecer, desde que a Base do Governo enxergue a peneira que é essa prestação de contas.

Eu queria fazer apenas uma pergunta. Em que medida essas irregularidades atingem os próprios pilares de sustentação da Lei de Responsabilidade Fiscal? Dever do planejamento, da transparência e da gestão fiscal responsável.

Por último, Senador Delcídio, a questão da diferença de metodologia entre o Banco Central e a Corte de Contas. Por que essa diferença de metodologia? O Banco Central diz uma coisa, considera... O Ministro Relator, José Múcio Monteiro, equiparou o que foi feito a um cheque especial da União junto à Caixa Econômica Federal e expressou sua perplexidade ao afirmar que ainda não compreende como é que dezenas de bilhões de reais...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... na realidade são R$40.2 bilhões, em passivos da União, tornaram-se imperceptíveis ou indiferentes aos olhos do Banco Central.

Eu gostaria de saber dos senhores qual a diferença de interpretação, de metodologia entre o Banco Central e a corte de contas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Concederei a palavra ao Senador Fernando Bezerra, depois à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Ronaldo Caiado, para encerrarmos o bloco, com as respostas à Comissão de Assuntos Econômicos de hoje.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar as apresentações que tivemos aqui oportunidade de ouvir. Cumprimento Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público, cumprimentando o Dr. Tiago Alves de Gouveia Dutra e também o Dr. Leonardo Rodrigues Albernaz. Fizeram excelentes apresentações.

Quero solicitar ao nosso Presidente que, em função dessa apresentação, que pudesse pautar com urgência a nossa proposta de Projeto de Lei do Senado nº 165, uma lei complementar, para evitar o que aqui foi muito bem expresso pelo Dr. Leonardo, na apresentação de uma transparência, de um gráfico em que mostra as projeções do PIB e os eventos em relação ao decreto de programação financeira, as avaliações do Governo afirmando que não havia necessidade de contingenciamento, no final, em novembro, há o envio ao Congresso Nacional do PLN propondo a redução da meta fiscal.

Estamos, através desse Projeto de Lei Complementar nº 165, Sr. Presidente, acrescentando dois parágrafos na Lei de Diretrizes Orçamentárias: o §5º, que diz que, no decorrer do exercício financeiro, é vedado ao Poder Executivo alterar a meta do superávit primário, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, após o término do primeiro período legislativo da Sessão Legislativa. Ou seja, até o dia 15 de julho ou 17 de julho, quando se encerra o primeiro período legislativo. Por quê? Já foram decorridos seis meses de execução orçamentária, e o Governo, portanto, tem base para poder propor os ajustes necessários ao superávit primeiro, anunciado pela LDO, que era estimado, que era esperado. Isso para não repetir o que ocorreu em 2014. Realmente, em 2014, foi uma situação muito, muito estranha e que foi aqui, sobejamente, demonstrada pelos apresentadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Senador Fernando Bezerra, já está pronto para a pauta de terça-feira, inclusive o Relatório da Senadora Gleisi já está pronto e foi encaminhado ontem à Secretaria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas o relatório da Senadora Gleisi vai no sentido de matar a minha proposta, porque está querendo deixar da forma como está.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós teremos condições necessárias de discutir o tema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Nós temos que discutir essa matéria e votar terça-feira, porque acho que é um passo que daremos para poder, digamos assim, à luz das evidências do que ocorreu em 2013 e 2014, não voltamos a viver essa situação.

Essa era a minha primeira observação.

A segunda observação que faço não é em forma de pergunta. É evidente que os auditores do Tribunal de Contas estão fazendo um trabalho técnico e estão subsidiando os ministros do Tribunal de Contas para quando do julgamento das contas do Governo. Mas eu faço aqui uma ponderação no sentido de que ao julgar as contas do Governo, na realidade pela aprovação ou rejeição, estamos diante de um fato concreto: o fato de que essa possível rejeição poderá ser base para o impedimento da Presidenta da República. Parece-me que nossa democracia tão jovem, com pouco mais de 25 anos, é preciso saber se de fato as eventuais transgressões, as eventuais ultrapassagens dos limites definidos em lei, justificariam uma decisão do Tribunal de Contas da União que pudesse servir de base para uma decisão tão séria, uma decisão com repercussões graves para a ordem democrática, para a ordem econômica, para a ordem social do País.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Portanto, acho que os técnicos e os auditores do Tribunal de Contas têm que saber que estarão embasando um relatório técnico que terá consequências políticas, econômicas e sociais de primeira grandeza. E eu, cuidadoso com os números, vali-me de uma informação prestada pelo Dr. Leonardo, que informa o seguinte: em 2014, a LOA mais os créditos que foram aprovados pelo Senado, autorizaram, de créditos orçamentários, R$2,6 trilhões; o Governo Federal empenhou, em 2014, R$2,3 trilhões; o Governo Federal pagou, em 2014, R$2,17 trilhões.

É evidente que nesses números da despesa pública total está incluída a rolagem da dívida. Mas é evidente também que, à luz da população que está acompanhando, essas pedaladas fiscais, como estão sendo denominadas, por qualquer critério são inferiores a 2% da despesa pública total.

Elas são importantes do ponto de vista de o Governo ter aberto espaço orçamentário para promover as suas políticas públicas? Certamente, porque só o PAC, algo que foi executado no ano passado, não deve ter alcançado – o PAC definido como recursos da AGU – R$50 bilhões. Portanto, R$40 bilhões é um número expressivo.

O que está por detrás desses R$40 bilhões – que foi a pergunta do Senador Cristovam Buarque? O que foi feito com esses R$40 bilhões da pedalada fiscal? A própria auditoria do Tribunal de Contas aponta: 9,7 para o Banco do Brasil. Foi a não equalização para o Plano Safra, ou seja, financiamento para o setor agrícola do Brasil. E R$12,2 bilhões foram para o BNDES. Ou seja, financiamento para o setor industrial e o setor exportador do Brasil. E R$18,4 bilhões, basicamente – posso estar equivocado –, recursos do FGTS para financiar o Minha Casa, Minha Vida, para financiar a construção civil no Brasil.

Hoje, o maior problema deste País é ultrapassar um milhão de desempregados até 2015. Esses recursos, esses R$40 bilhões da pedalada fiscal foram para salvar e para manter empregos? Sim ou não? Qual a análise

do que foi feito com o dinheiro? Agora, se isso foi correto, se isso foi incorreto, se isso foi excessivo, se isso extrapolou, se isso foi uso eleitoral, a auditoria é muito rica! Por isso, quero parabenizar os técnicos do Tribunal de Contas. Tem achados muito importantes, até decreto autorizar despesas, o que é algo que não conseguimos nem entender como tenha sido feito. Portanto, são graves. Eu não quero, com isso, diminuir o trabalho feito pela auditoria do Tribunal de Contas da União.

Mas quero também, nesse momento, em que por questões de natureza formal, se pode chegar a uma rejeição das contas da Presidente da República, que, por consequência, poderá embasar um pedido de impedimento da Presidenta da República, é importante que a gente se aprofunde em todas as consequências e em todas as direções, para saber se esses números de fato influenciaram o resultado da eleição. Será que é verdade? Será que é verdade que esses números influenciaram o resultado da eleição? Será que eles foram instrumentos realmente importantes para criar um ambiente pró uma candidatura ou outra? O que sei é que eles precisam ser punidos e evitados.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço que dê urgência, dê prioridade à minha iniciativa, para que a gente possa estancar o mal pela raiz e ele não volte a acontecer, não só em período eleitoral, mas em qualquer período, em qualquer ano! A gente só pode deixar o Poder Executivo mudar a meta fiscal até meado de julho, senão ele tem que incorrer, sim, e incorrerá em crime de responsabilidade.

Portanto, essas são as minhas observações que deixo para as considerações dos nossos palestrantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Senadora Lúcia Vânia. Depois, o último inscrito, Senador Caiado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Sr. Presidente, senhores expositores.

Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar os expositores e externar aqui o meu respeito aos técnicos do Tribunal de Contas, com os quais já trabalhei intensamente na Comissão de Orçamento.

Eu não vou ser repetitiva porque acho que todas as dúvidas e as distorções apresentadas aqui já foram devidamente respondidas. Eu gostaria de centrar a minha questão na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Acho que a gente pode concluir, de tudo o que foi dito aqui – e eu gostaria que os senhores me esclarecessem posteriormente –, que ou a operação da lei é deficitária, tem gargalos que precisam ser corrigidos, ou existem omissões de todos os lados. A primeira das omissões eu debitaria ao Senado da República. Uma coisa me incomoda muito: o Senado da República não ter uma participação efetiva na Comissão de Orçamento. Eu acho que isso é uma distorção que precisa ser corrigida com urgência. Primeiro, a proporcionalidade do Senado na Comissão de Orçamento é uma coisa muito ruim. Segundo, a aprovação das contas vão se acumulando aqui ao longo do tempo e não se faz uma análise.

Os senhores colocaram – não sei se entendi bem – que a prestação de contas chegou ao Tribunal em agosto e só foi analisada no ano seguinte. Isso é de 2013, parece-me. Não sei se foi em 2013 ou em 2014. Portanto, acho que agilidade nessa análise das contas é fundamental também por parte do Tribunal de Contas, porque se tivéssemos, antes das eleições, já uma análise dessas contas, o discurso seria outro.

Eu gostaria de fazer uma pergunta em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Atualmente, o Estado de Goiás está empenhado na discussão e aprovação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal estadual. Isso se deve ao fato de a Lei Federal conter algumas lacunas que entendemos que precisam ser corrigidas.

Recentemente, acompanhamos a apresentação, pelo Governo Federal, de uma meta negativa de resultado. Agora, é no mínimo estranho que o Governo persiga formalmente uma meta negativa. Esse já é um exemplo da falha da Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, no art. 4º §1º:

> Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Mas não prevê que essa meta não será negativa.

Portanto, pergunto: quais ajustes o TCU considera necessários, para fazer com que a Lei de Responsabilidade Fiscal atenda de forma ainda melhor os seus propósitos originais?

Concluindo, quero dizer que vejo, de tudo o que foi colocado aqui, uma dificuldade no próprio Senado da República por não ter agilidade suficiente e representatividade importante na Comissão de Orçamento. Eu vejo uma responsabilidade enorme do Executivo, porque à medida que a cobrança das ressalvas não foi feita com intensidade e com penalidade, ampliou-se cada vez mais essas distorções. E peço desculpas se estou

equivocada, mas vejo uma morosidade do Tribunal de Contas por não fazer um acompanhamento trimestral ou a fiscalização dessas contas do Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Com a palavra o Senador Ronaldo Caiado, por três minutos.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, cumprimento todos os palestrantes que aqui vieram nos esclarecer sobre esse crime praticado pelo Governo da Presidente Dilma Rousseff para se beneficiar na última campanha eleitoral.

A preocupação, e aí eu tomo a liberdade de também me adentrar pela formulação da pergunta feita pelo Senador Fernando Bezerra quando reconhece que a análise é técnica. Se a análise é técnica, nós não podemos repassar para eles a responsabilidade, se amanhã o relatório do TCU der subsídios e condições para que haja o *impeachment* da Presidente da República. Eles estão cumprindo a responsabilidade deles. Ora, a interpretação política é nossa!

No momento em que essa tese prevalecer, nós vamos criar duas legislações no Brasil, a legislação que serve para prefeito e para governador, e a legislação que serve para Presidente da República. Então, nesse momento a Presidente da República estaria acima da Constituição brasileira e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ela seria uma pessoa inimputável. Ela poderia praticar todos os crimes, e nós, hora alguma, levantar nenhuma crítica ou sonegação de informações, ou benefícios que ela produziu intencionalmente, para se beneficiar num ano eleitoral.

Eu não vou aqui entrar nos outros assuntos, Sr. Presidente. Eu vou especificamente em relação aos decretos assinados pela Presidente da República. Se não me engano, são em número de dez. Parece que foram levantados e analisados, até agora, dois. Não sei se são informações corretas. Mas a Constituição brasileira é muito clara, no seu art. 167 inciso III – que proíbe expressamente –:

> A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autoridades, mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Primeiro item.

Logo depois, o legislador Constituinte, ainda preocupado com isso, disse mais, disse, que é vedada a edição de medidas provisórias sobre matérias relativas a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento, créditos adicionais e suplementares, ressalvado o revisto no art. 167, §3º, ou seja, crédito extraordinário, comoção ou guerra. Isso apenas é o que daria condições de a Presidente da República encaminhar por medida provisória.

Bom, como a Presidente da República assina dez decretos e passa exatamente a dizer que vai complementar o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade sem autorização legislativa? Está claro, pela Constituição e pela legislação, que nós não precisávamos, aqui pelo Parlamento, nem da auditoria do TCU, porque é tão escancarado o crime, em que , na Constituição a Presidente se arvora de uma prerrogativa que não é dela! Ela assina um decreto e não tem poderes para fazê-lo. Ela poderia, sim, encaminhar um projeto de lei à Comissão Mista de Orçamento, para ser analisado nas duas Casas – ainda se diz a maneira como essas matérias devem ser votadas –, para que aí ela pudesse ter a utilização dessa dotação orçamentária, tanto para orçamento fiscal quanto para seguridade social.

Por isso, Sr. Presidente, eu entendo e parabenizo a maneira didática pela qual V. Sªs fizeram essa apresentação, mostrando aqui detalhamentos sobre cada um dos passos do Governo que, até às vésperas da eleição, desenhava o Brasil das maravilhas, dizendo que nós teríamos 80 bilhões de *superávit* primário, que o Brasil voava em céu de Brigadeiro, para depois do segundo turno reconhecer que o Brasil teria um déficit de aproximadamente R$17 bilhões ou R$20 bilhões. Ou seja, existiu realmente uma fraude predeterminada. E a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê exatamente todas essas exigências, até bimestrais, para que o governante não se beneficie da prerrogativa de governante para se beneficiar do ano eleitoral. Então ela é ainda mais restrita neste ponto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Concluindo, Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – E, para formular a pergunta, eu gostaria de saber, Sr. Presidente, se realmente o TCU tem conhecimento para onde foram destinados todos esses créditos suplementares não autorizados pelo Congresso Nacional. Se eles são mesmo em número de dez, ou em mais o número de decretos assinados pela Presidente da República – como tal é responsabilidade dela, assinado por ela. E qual é o montante que hoje foi realmente injetado, tanto no orçamento fiscal quanto da seguridade, esta dotação sem o cumprimento da norma constitucional?

Então, restrinjo-me a esse ponto específico onde está caracterizado o descumprimento da Presidente da República à Norma Constitucional com a previsão exatamente do impedimento da Presidente da República. O descumprimento desses itens prevê, na Constituição brasileira, o afastamento da Presidente da República. Então, não é responsabilidade dos técnicos. É, sim, responsabilidade da Presidente que fez o uso indevido de suas prerrogativas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Obrigado, Senador Caiado.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito curtinho, realmente.

Em primeiro lugar, eu quero saber se, de fato, ainda hoje o Governo tem dívida com os bancos públicos. Não deveria nem ter tido empréstimo, mas se tem dívida, por conta de subsídios que ele não pagou. Fala-se em R$50 bilhões.

Segundo, retomando um pouco o que disse o Senador Fernando Bezerra, eu queria fazer uma consideração. Da apresentação de vocês – esqueçamos pedaladas, esqueçamos *impeachment*, esqueçamos todos esses detalhes imediatos –, a sensação que eu tenho é de um grande caos gerencial por parte do Governo. A situação que a gente tem é que não há regras! Além desse caos, nós temos uma promiscuidade política em que partido se mistura com Governo, Governo se mistura com o Estado. E ainda mais, pelo financiamento de campanha, com as empresas também, dando a impressão de que temos a Lei de Responsabilidade Fiscal – que não é cumprida –, e não temos uma lei de responsabilidade eleitoral nem, muito menos, lei de responsabilidade com a história deste País.

Finalmente, sofremos uma miopia de longo prazo, uma miopia histórica temporal, em que os governos só pensam no imediato e na próxima eleição! Dito isso, se é possível que vocês possam colaborar para refletir, não apenas como fiscalizadores das contas, mas para pensarmos como é que esse País pode encontrar um sistema gerencial que permita ter regras claras, que hoje não têm, pela mistura Ministério Público, Tribunal de Contas, partidos e empresas. Então fica essa pergunta.

E esse é um trabalho que nós deveríamos fazer, mas eu não estou vendo nós, Parlamentares, em condições de definirmos as regras que organizariam o funcionamento, dando o planejamento e dando um bom funcionamento para o Estado brasileiro. O Tribunal teria condições de fazer uma assessoria nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – E agora, concluindo, com a resposta o Dr. Júlio Marcelo Oliveira e, também, o Dr. Tiago e o Dr. Leonardo, para nós encerramos a presente reunião.

Gostaria de registrar aqui, primeiro, que, de acordo com o art. 89, inciso IV, está sendo designado o Sr. Senador Hélio José, do PSD do Distrito Federal, como membro suplente, em vaga existente no Bloco da Maioria, da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional para a 55ª Legislatura.

Ao mesmo tempo, também gostaria, antes da fala dos técnicos do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, quero lembrar aos Srs. Senadores que está marcada uma audiência para o dia 3 de setembro, portanto esta semana, na quinta-feira, na CAE, destinada a instruir o PLS nº 46, de 2012, que assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses. Isso é uma iniciativa do Senador Hélio José. Portanto, na quinta-feira.

Também na quinta-feira eu vou distribuir aos Senadores e Senadoras toda aquela agenda de audiências públicas que combinamos na última reunião.

E quero também aqui registrar um requerimento apresentado pela Senadora Lúcia Vânia, aqui presente, solicitando que seja incluído como convidado, em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2015, o Governador Marconi Perillo. Esse é um requerimento apresentado pelo Senador Caiado, que trata especificamente da Celg (Companhia de Energia do Estado de Goiás), o qual aprovaremos na próxima reunião, seguindo o Ato nº 1 da CAE.

Eu passo agora a palavra ao Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, ao Dr. Tiago e ao Dr. Leonardo, e, mais uma vez, registrando que, primeiro, as perguntas fazem parte de um debate extremamente importante de esclarecimento. Lamentavelmente nós não pudemos fazer o contraponto, mas eu acredito que tanto a exposição dos ministros feitas anteriormente, como também as agora feitas pelos Dr. Júlio Marcelo, Dr. Tiago e Dr. Leonardo darão todas as condições aos Senadores de uma boa compreensão, de um bom entendimento desses temas ligados às contas do Governo Federal de 2014.

Então, agora, para encerrar, Dr. Júlio, Dr. Tiago e Dr. Leonardo com a palavra.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Em relação às perguntas do Senador Flexa Ribeiro, o Senador aponta a cláusula de descumprimento. Aí a gente teria que fazer uma ponderação: teria a Caixa Econômica condições de interromper os pagamentos, mesmo sem receber os recursos da União, condições fáticas, políticas?

Eu quero lembrar que em outubro de 2013, mais ou menos, houve uma grande boataria sobre o fim do Bolsa Família. Essa boataria decorreu do quê? Justamente de a Caixa não ter recebido os recursos no momento que deveria receber, e dentro da Caixa se discutiu: "Vamos pagar ou não vamos pagar? Não recebemos". Enfim, a orientação que a Caixa recebeu é: "Vamos continuar pagando, não temos condições de suspender esse pagamento, e vamos, depois, buscar receber esses recursos".

E V. Exªs se lembram que a Caixa levantou a discussão e pediu uma arbitragem da AGU num conflito explícito dela com o Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro, porque ela não vinha recebendo os recursos, e isso vinha comprometendo o próprio fundo da Caixa para as suas operações de crédito normais. Quer dizer, ela estava sendo obrigada, pela força política do Governo, a suportar R$3 bilhões, R$4 bilhões de saldo negativo, nessa conta suprimento, tendo que custear isso com recursos próprios. Sem ter se preparado para isso evidentemente.

E, sim, essas práticas que ocorreram em 2014, segundo semestre 2013, vão diretamente nos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu já disse em outra ocasião, e gostaria de repetir, que uma das tarefas que o TCU tem pela frente agora é escolher se a LRS é uma lei que é para valer ou não. Porque as violações foram tão centrais, em valores tão elevados, em questões tão decisivas para a transparência das contas públicas, para o equilíbrio das contas públicas, que, se não houver uma recomendação do TCU pelo menos por essa rejeição, a LRF vai perder completamente o seu *enforcement*, sua capacidade de constranger governantes a seguirem padrões rígidos, sérios de responsabilidade fiscal. Seria a consagração da irresponsabilidade fiscal.

Não há diferença de metodologia do Bacen *versus* TCU na questão da contabilização da dívida líquida do setor público. O que o TCU está dizendo nesta auditoria é: "Bacen, aplique a sua metodologia de forma coerente", porque o Bacen

Não há diferença de metodologia do Bacen versus TCU na questão da contabilização da dívida líquida do setor público. O que o TCU está dizendo nesta auditoria é: "Bacen, aplique a sua metodologia de forma coerente". Porque o Bacen ignorou essas dívidas, sobre o que o Senador Flexa Ribeiro se referiu nas palavras do Ministro José Múcio –, justamente ele deixou de aplicar a metodologia dele, Bacen. O que nós estamos apontando no processo é que, se o Bacen for coerente com a sua própria metodologia, ele tem de contabilizar esses débitos, essas obrigações do Tesouro como dívida pública.

Em relação ao Senador Fernando Bezerra, a sugestão, do ponto de vista de que está observando o processo legislativo e acompanhando a gestão fiscal no Brasil, de vedar a possibilidade de alterar meta após o primeiro semestre parece excelente e indutora de uma maior responsabilidade na hora de fixar a meta. Não adianta ficar uma meta irresponsável e irreal para, no final do ano, mudar. A meta não é uma conta de resultado, é algo que condiciona o comportamento durante todo o exercício. Evidentemente, situações extraordinárias podem ocorrer ao longo do exercício e podem demandar uma alteração de meta, mas o Governo tem de ser conservador nessas questões justamente para não ter necessidade de mudar a meta no fim do ano.

Sobre o montante do orçamento, R$2,6 trilhões, R$2,1 trilhões, que inclui, como V. Exª assinalou, a dívida pública e também todo o montante pago a título de previdência pública, se eu comparar qualquer despesa pública com esse montante, fica parecendo irrelevante. Mas a verdade é que os R$40 bilhões são extremamente relevantes. V. Exª mesmo apontou: se eu comparar com o PAC, dá 80% do PAC; se eu comparar com o orçamento da saúde, dá quase 80% do orçamento da saúde; se eu comparar com a educação, vai dar o orçamento da educação federal. Então, são valores altíssimos, altamente representativos, com impacto direto na qualidade de vida e no equilíbrio das contas públicas. E aí V. Exª pergunta: o que foi feito com as pedaladas? Se foi para o BNDES, foi para fomentar a indústria. Não, a verdade, com todo o respeito, é ao contrário. O dinheiro deveria ter ido para o BNDES, deveria ter ido para o Banco do Brasil, deveria ter ido para a Caixa, deveria ter ido para o FGTS pagar o Minha Casa, Minha Vida. Se tivesse ido, de acordo com as leis orçamentárias e de responsabilidade fiscal, teria cumprido a sua finalidade. Deixou de ir. O FGTS foi quem pagou a despesa do Minha Casa, Minha Vida; o Banco do Brasil foi quem arcou com a despesa da safra agrícola; a Caixa Econômica foi quem arcou com a despesa do seguro-desemprego, do abono salarial e do Bolsa Família. Esse dinheiro que não foi para lá foi utilizado para outros programas do Governo, não obrigatórios, mas que têm um grande impacto eleitoral, como o Fies, que de R$5 bilhões, em 2013, passou para R$12 bilhões, em 2014, e agora, em 2015, está sendo cortado, porque a realidade fiscal e financeira do País está impondo esse corte. Então, V. Exª imagine o impacto social de dar início a uma imensa massa de contratos de financiamentos estudantis e, no ano seguinte, o estudante que está lá na faculdade particular, com aquela esperança de concluir um curso superior, deparar

com a realidade de que não vai ter o contrato renovado, porque novos critérios surgiram e não tem dinheiro para honrar naquele montante anterior. Eu considero isso gravíssimo!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Fora o Fies, quais foram os outros programas beneficiados?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – O Pronatec também teve um grande aumento de recursos de 2013 para 2014. Não são, com máximo respeito, irregularidades de natureza formal, são irregularidades de natureza substancial que dizem com o equilíbrio das contas públicas, com o equilíbrio macroeconômico do País, com efeitos direto na vida das pessoas.

Em relação às ponderações da Senadora Lúcia Vânia sobre uma avaliação da Lei de Responsabilidade Fiscal, eu a considero a Lei de Responsabilidade Fiscal uma grande conquista da Nação e não acho que ela seja cheia de lacunas e omissões. Acho que falta ainda ela ser aplicada na sua integralidade por Estados, pelo Governo Federal. É importante que os órgãos de controle sejam mais rigorosos nesse cumprimento. Não vejo problema de o Estado de Goiás ter uma Lei de Responsabilidade Fiscal própria, desde que seja mais austera. Ela não pode vir para flexibilizar a lei complementar federal. A meta negativa, em si, não é um problema e nem uma omissão da Lei de Responsabilidade Fiscal. Imagine V. Exª , por exemplo, um Município que não tenha dívida nenhuma, que tem receitas que cobrem todas as suas despesas. Se esse Município quiser fazer um grande investimento, e precisar fazer um endividamento, ele vai ter um orçamento que vai ter uma meta de resultado primário negativo, porque, naquele ano, ele resolveu construir um viaduto, um metrô, enfim algo que vai exigir o endividamento.

Então, a meta negativa não é um mal em si, ela precisa primeiro ser realista, e, segundo, que a finalidade desse devidamente seja positivo.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Mas como é que a gente vai avaliar?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Bom, V. Exª, os Senadores, os Parlamentares vão avaliar o mérito da despesa pública, que está justificando...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – O valor?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Exato, o mérito da despesa e o valor que está sendo alocado. É uma escolha soberana do Congresso Nacional escolher que despesas merecem ou não receber dotações orçamentárias.

E queria reforçar essa necessidade de maior interação do TCU com as comissões do Congresso. Acho que o Congresso pode institucionalizar um mecanismo de comunicação periódica, trimestral como V. Exª falou, de acompanhamento das metas fiscais, para que o Congresso seja subsidiado, seja alimentado constantemente com informações atuais de como está sendo conduzido. Isso é uma das funções principais do Parlamento.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Qual o motivo do retardamento da análise?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Ah, sim, esse retardamento, com todo o respeito, não aconteceu. O que aconteceu em agosto de 2014 foi a auditoria, auditoria, não julgamento das contas, auditoria que o TCU fez...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – O julgamento é feito anual?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – O julgamento é feito anual, até 60 dias após o recebimento das contas. O julgamento das contas de 2013 foi feito – recebe geralmente em abril – no início de junho costuma ocorrer o julgamento das contas, dentro de dois meses depois. Este ano é que o prazo foi extrapolado, dado que o conjunto de irregularidade deu ensejo a um procedimento de contraditório, que ainda não tinha ocorrido, que não estava sendo adequadamente esperado.

Enfim, quanto às contas não há demora no julgamento. O que aconteceu em agosto de 2014 foi auditoria sobre as pedaladas fiscais, especificamente atraso de repasses do Tesouro a bancos federais. Foi julgado no início deste ano, 2015.

Senador Ronaldo Caiado, muito obrigado pelas perguntas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Só mais uma explicação.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Pois não.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Por que essa auditoria não poderia ter sido feita antes das eleições por exemplo? Porque quando o candidato à reeleição vai para uma eleição, a gente teria que ter uma avaliação desse desempenho.

Fica uma coisa muito estranha, porque o discurso que a gente ouviu é um, e essa realidade estampada posterior à eleição é uma coisa inexplicável, e a gente não tinha essa noção. Eu acho que essa avaliação, prin-

cipalmente em se tratando de reeleição, quando o candidato vai disputar o cargo, a gente tem que saber qual foi o desempenho dele durante esse período.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Concordo com V. Exª, e é na mesma linha do que o Senador Fernando Bezerra tinha assinalado. O ideal é que houvesse um acompanhamento concomitante dos fatos, que a gente pudesse estar presente em cada desvio da Administração Pública. Teria sido muito melhor para o País, sem dúvida. A correção de rumos teria acontecido antes se essa auditoria pudesse ter sido feita um ano antes, e com seus resultados conhecidos já no início de 2014. Certamente teria sido melhor para o Brasil.

O importante agora é a gente tirar as lições que podemos tirar desse episódio, que acho que isso é...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Isso aí não poderia ser colocado na lei, que antes de o Presidente – agora nós vamos acabar com reeleição –, mas eu acho que seria uma prevenção.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Eu acho que...

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Antes de o candidato ir à disputa, a gente ter uma avaliação.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Acho que, independentemente de reeleição, é importante que o Congresso Nacional receba subsídios cotidianos do Tribunal de Contas sobre a gestão fiscal. Acho que isso é fundamental para uma alocação de recursos, para uma avaliação de como estão sendo conduzidas as finanças do País.

Senador Ronaldo Caiado, muito obrigado pelas perguntas. V. Exª toca num ponto fundamental: não pode haver autoridades públicas irresponsáveis. Nenhuma autoridade está acima da lei. Isso seria a monarquia, quando o rei não podia cometer erro nenhum. Numa República, a República, a democracia é o império da lei, em que toda autoridade, a mais elevada, está submetida aos rigores da lei, e se espera das autoridades, das mais altas autoridades, que sejam as primeiras a darem o exemplo de cumprimento da lei. É assim que funciona uma República, uma democracia sadia.

V. Exª trata do montante dos decretos sem autorização constitucional, que foram emitidos por decreto, mas deveriam ter sido emitidos por lei. Foi identificado o montante de sete decretos com possíveis problemas. Estão sendo analisados pela Semag (Secretaria de Macroavaliação Governamental). O Ministério Público de Contas já tinha apontado dois decretos emitidos com esse descumprimento da Constituição, que só poderiam ter sido emitidos com autorização legislativa, da ordem de R$10 milhões. A destinação dos recursos é diversa, para diversos programas do Governo. Foi uma necessidade de complementar caixa em várias frentes. Isso ainda não está detalhado, a gente ainda não tem os detalhes de todas as despesas ainda. Eu não tenho o detalhamento das despesas disponível agora.

O Senador Cristovam levantou...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone*.) –

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – ...ainda se há dívidas da União com bancos públicos. Sim, a gente apontou que sim, com relação à Caixa...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Caiado tem uma agenda agora, às 14 horas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu estava pensando se não foi caixa 2 de campanha o desvio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco Apoio Governo/PT - MS) – O Senador Ronaldo Caiado tem uma agenda, às 14 horas, no gabinete.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Bem, em relação às indagações finais do Senador Cristovam, se ainda há dívidas da União com bancos públicos, devo dizer que sim. Estamos tentando avaliar, emitimos ofícios requisitando informações, para ver exatamente o montante de cada situação. Ao que parece, com a Caixa Econômica já foi regularizado, já foi saneado, mas ainda há saldos elevados com o Banco do Brasil. Com o FGTS ainda não foi saneado, e como com o BNDES.

E se há um caos gerencial e não há regras. Há muitas regras de gestão fiscal no Brasil. O que houve foi um desprezo às regras. É preciso que a gente resgate esse respeito à lei, esse respeito às regras, não como uma questão formal, mas uma questão de garantir o substancial ao equilíbrio das contas públicas. Uma forma de combater isso seria talvez banir todas as situações de conflitos de interesse que temos na Administração Pública.

Com relação à questão do financiamento de campanha seria muito interessante, cheguei a propor isso na Comissão de Reforma das Licitações, que as empresas que estão doando não possam fazer contratos com a Administração Pública naquela esfera de poder para onde ela está doando, naquele âmbito, naquele mandato. E o contrário também, as empresas que já estão contratadas não podem ser convidadas a participar do financiamento da campanha. Assim, vamos ter financiamentos, doações eleitorais que sejam descompromissadas de contratos administrativos vinculados ao interesse nessas doações. Ou seja, combater situações de conflito de interesses que geram situações que podem dar ensejo a práticas de improbidade ou a desvios de recursos.

Enfim, é isso, Senador.

Muito obrigado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Dr. Júlio, só uma informação. Esses decretos que não passaram pelo Senado não são oriundos da loucura que se fez na Comissão de Orçamento, flexibilizando o remanejamento dos recursos em 30%?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Da DRU? A desvinculação de receitas?

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – O remanejamento de receitas.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Não, uma coisa não guarda relação com a outra. Isso, realmente, foi uma necessidade de suplementação de créditos, que não passou pelo processo legislativo normal, que era submeter um projeto de lei ao Congresso Nacional. Esse era o caminho. O Governo optou por um atalho ilegal, inconstitucional.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Essa flexibilização demandaria projeto de lei para vir ao Senado? Esse remanejamento autorizado pela lei?

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Se eu estou entendo bem a pergunta, essa DRU foi autorizada por emenda constitucional, com prazo que está se esgotando inclusive, tem que ser novamente rediscutida. Ela permite ao Governo desvincular recursos vinculados à saúde, à educação, para outras necessidades que o Congresso Nacional e o Governo entendam que devam receber alocação de recursos. Não é essa questão de fim de exercício de suplementação.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu não sei se a pergunta é sobre as rubricas vinculadas ou sobre as outras, porque uma das emendas que eu coloquei, dois anos atrás, dificultaria o Governo a mudar os destinos sem passar pelo Congresso, mas não das vinculadas, porque essas não se pode. E foram tratadas pela Presidente.

Passo a palavra para o Dr. Tiago.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Cristovam, só tem eu para perguntar e tenho duas perguntinhas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Então, pode começar logo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Acho que, se eu perguntar agora, já responde junto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Perfeito.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Primeiro, quero pedir desculpas por não ter participado da audiência como um todo. Participei de várias outras reuniões hoje, mas peguei somente partes aqui. Sei que a discussão foi muito rica, muito proveitosa. Mas tenho duas perguntinhas simples para fazer. Talvez tenham sido até já respondidas.

A primeira é a seguinte: veio aqui o Ministro do Planejamento, junto com outros técnicos, demonstrar a questão do que chamamos de pedaladas fiscais. Na apresentação do Governo, eu fiquei bastante convencido, naquele dia, de que não houve pedaladas. Se houve, são coisas repetitivas que já em outros anos, em outras gestões, aconteceram.

A resposta básica é: estamos falando a mesma coisa ou não? Quer dizer, houve a repetição de coisas do passado, ou as coisas que estão sendo apontadas aqui são novas? Não é complicado responder.

Quanto à segunda, acho que você é Secretário de Macropolítica – daqui eu não estou conseguindo ler o seu nome e a sua função –...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... mas tenho a impressão, por tudo o que vejo, por tudo o que leio, pelos discursos que acompanhamos no plenário, o Senador Cristovam tem sido bastante crítico disto, eu também, mas nós não temos todo o material na mão. Nós não temos toda a contabilidade do Governo na mão que imagino vocês tenham. Qual é o tamanho da conta do Estado, a receita que ele tem, o tempo que ele tem para pagar? Enfim, se fôssemos fazer uma conta de encerramento do Brasil hoje, de liquidação do Brasil, qual seria o nosso papel? Eu poderia resumir que seria uma empresa, seria um cidadão quebrado? Quer dizer, ele não tem como honrar com as suas contas?

São essas as duas perguntinhas básicas, porque parto do princípio e tenho defendido que, enquanto não houver o reconhecimento do problema que você tem, você não sai do problema. Ele tem que existir ou tem que haver uma questão totalmente transparente, em que se possa dizer: "o meu problema é esse, na sua plenitude; como é que vamos resolver esse problema?"

Então: o Brasil está quebrado? As pedaladas fiscais já foram feitas em outra oportunidade ou não?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu vou preferir passar a palavra para o Tiago, depois para o Leonardo e, depois, se for o caso, o Dr. Júlio fala.

Eu só acrescentaria o seguinte: o Senador Blairo pergunta se está quebrado. Eu pergunto se está quebrado e desorientado, porque, às vezes, você quebra, mas está orientado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Quer falar primeiro? Tudo bem! Eu só vou pedir que sejamos mais rápidos, porque já passou das 14h, e o plenário já abriu.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – E estamos todos também com fome.

Bem, primeiro ponto que V. Exª coloca: prestação de serviços ou empréstimos ilegais. Não há a menor dúvida de que foram empréstimos ilegais. O contrato de prestação de serviços existe para regular essas situações cotidianas, transitórias, de flutuação do saldo da conta de suprimento para mais ou para menos em valores irrisórios. O que foi feito foi utilizar essa conta para um financiamento explícito do Governo Federal, acumulando saldos negativos de bilhões de reais, coisa para a qual o contrato jamais foi feito e jamais se previu isso, jamais foi pensado para isso.

Em relação de o Brasil estar quebrado. Não, o Brasil não está quebrado. Agora, mais importante do que onde está o Brasil é para onde vai o Brasil. Eu acho que é isso que todos os agentes econômicos querem ver, qual é a trajetória, qual é a direção. Daí a importância de resgatar esses princípios de responsabilidade fiscal para passar uma mensagem clara para todos os atores econômicos de que vamos para um caminho positivo, que vamos para um caminho de austeridade, de controle, que não vamos perder o controle do nosso endividamento. Sabemos administrar o endividamento de acordo com as necessidades e os projetos maiores do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dr. Tiago.

O SR. TIAGO ALVES DE GOUVEIA LINS DUTRA – Bom, só para concluir e responder algumas questões, algumas já foram respondidas em relação à existência ou não de saldos ainda com os bancos, com o Dr. Júlio Marcelo. Mas há outros dois pontos que valem a pena ser mencionados. Um é o componente eleitoral, que foi destacado. Cabe ao Tribunal, como guardião da Lei de Responsabilidade Fiscal, verificar se os seus dispositivos estão sendo atendidos. Um deles trata da proibição de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato, que é o agravante, é o componente que tem, no caso da Caixa Econômica Federal, em que, para os casos de equalização, a característica da transação é de uma alavancagem, você vai aumentando o endividamento. No caso da Caixa, a característica é própria de uma antecipação de receita orçamentária, onde você vai deixando saldos negativos, ao longo do ano, para resolver a questão do capital de giro, e depois faz a correção no final do ano. Então, é só para deixar esse componente, também foi destacado no relatório o descumprimento do art. 38 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação à metodologia, também já foi destacado, o Tribunal, em momento algum, questionou a metodologia do Banco Central. Pelo contrário. Reforça a necessidade de se manter a consistência da aplicação dessa metodologia. Foram três os casos que foram apontados pelo Banco Central como discordância, é o caso do FGTS, da Finame e do Banco do Brasil.

O caso do FGTS, a alegação é de que os recursos são privados. O Tribunal tem um argumento que é muito forte; que esse caso cumpre os requisitos estabelecidos pela metodologia do Banco Central, que é a dívida do Governo ser considerada um ativo na instituição credora, e esse recurso também ter sido transitado por uma instituição financeira. Hoje, o FGTS é operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. Então, todos os dados do FGTS são extraídos da Caixa Econômica Federal.

Em relação à Finame, o Banco Central alega que ela não é uma instituição financeira, porém, a Lei nº 12.096, de 2009, não autoriza a realização de subsídio com a Finame e sim com o BNDES. Então, o próprio Tesouro registra a dívida de R$19 bilhões, lá em julho de 2014, junto ao BNDES, não à Finame. A Finame é um agente que operacionaliza esses empréstimos feitos pelo BNDES.

Em relação ao Banco do Brasil, o Banco Central alega que se utiliza do regime de caixa. Bom, a transação do Banco do Brasil é muito semelhante à do BNDES. O próprio Banco Central já faz o registro dos subsídios com o BNDES, nas estatísticas fiscais, na dívida líquida do setor público. Portanto, são argumentos que estão sendo analisados, mas que, neste debate preliminar, não convenceu a unidade técnica, mas esse recurso está sendo analisado pela área de recursos.

Bom, era basicamente isso. Agora, o Leonardo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO RODRIGUES ALBERNAZ – Obrigado, Senador.

Eu queria esclarecer só dois pontos técnicos e depois fazer um encerramento sobre algumas considerações da Senadora Lúcia Vânia. Os dois pontos técnicos, o primeiro é em relação ao BNDES, em algum momento surgiu alguma dúvida sobre o fato de o BNDES haver emitido a portaria para pagamento em 24 meses,

se ele era considerado adequado ou não. E, na verdade, o que o Acórdão nº 825, de 2015, considerou é que isso não é adequado. Ou seja, essa lógica de dar 24 meses para quitação do Tesouro junto ao BNDES, após o período de apuração, é uma lógica que foge da lógica dos empréstimos, que faz com que, mesmo depois que os empréstimos tenham terminado, ainda demore dois anos para que a União possa quitar esse empréstimo ao BNDES. Ou seja, não existe previsão legal, e a portaria não teria poder para fazer isso. Então, esses pontos foram consignados no relatório.

Um outro ponto importante é em relação a uma questão levantada pelo Senador Fernando Bezerra a respeito das despesas do FGTS. Ou seja, de fato houve execução orçamentária sem previsão, ou seja, execução de despesas sem previsão orçamentária, isso foi demonstrado no âmbito do Acórdão nº 825, de 2015, e reiterado, na caso das contas de Governo, por uma inscrição irregular de restos a pagar. Ou seja, uma questão grave. Na verdade o que aconteceu foi: havia subvenções econômicas e havia uma previsão de ação orçamentária para essas subvenções econômicas, mas esse recurso acabou sendo pago via FGTS.

Essa despesa não foi registrada assim, ela não foi registrada não como paga, mas como restos a pagar. E depois os restos a pagar foram utilizados para quitar a despesa junto ao FGTS, ou seja, quando não havia a previsão orçamentária para você quitar o FGTS. Então, isso foi irregular, violando a Lei Orçamentária.

Para terminar, em relação a um ponto que foi bastante comentado aqui, que é a informação que pode vir do TCU para alimentar o processo do Congresso de uma forma geral.

Eu queria dizer que se os senhores tiverem a oportunidade de analisar as contas de Governo, talvez, dos últimos quatro anos, analisando a parte de cenário econômico e a parte da análise da gestão fiscal, V. Exªs verão que boa parte do que está acontecendo agora foi previsto nos últimos quatro anos – boa parte está lá naqueles relatórios. Em diversos pontos se apontou que algumas ações já estavam sendo tomadas. A gente tem um cenário em que isso foi piorando ao longo dos anos, mas, há pelo menos quatro anos, isso vem sendo apontado reiteradamente nas Contas de Governo que são encaminhadas, claro, para cá.

Além disso, nós temos outros relatórios – o relatório gestão fiscal, que é feito quadrimestralmente – que são feitos – são mais de dez auditorias todo ano e certamente mais de 50 processos todos os anos – e praticamente todos os processos sobre finanças públicas terminam vindo ao Congresso.

A mim parece-me que talvez a gente tenha que melhorar a nossa forma de conseguir mostrar a importância do que está nesses trabalhos para que eles sejam percebidos. Mas acho que os alertas estavam lá. E eu acho que a gente tem que pensar em como fazer com que eles sejam percebidos, não só pelo Congresso, pela sociedade como um todo.

Porque talvez a sociedade tenha demorado a se sensibilizar para as questões de finanças públicas. Talvez tenha se sensibilizado só quando as questões de finanças repercutiram de forma tão grave na economia real e na vida das pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado a todos.

Eu quero encerrar dizendo que de três coisas, pelo menos, a gente pode chegar à conclusão ao longo desta excelente audiência: primeiro a competência técnica dos quadros do Tribunal de Contas. Quero parabenizar cada um de vocês, porque a gente percebe as respostas seguras, firmes, competentes e a seriedade do trabalho. Fica claro que não há nada de tendencioso, do ponto de vista político. É uma análise técnica. Eu quero parabenizar o grupo.

O segundo, para mim, pelo menos, Senador Blairo, é que houve um caos. Eu não vou nem dizer que houve malfeitos, nem que houve crimes, nem que justifica *impeachment*, não vou entrar nesse detalhe, mas há um caos no processo das contas públicas brasileiras.

Um Senador chamou de farra, eu disse que era um carnaval, depois outro Senador disse que era orgia, eu não sei qual é expressão, mas, salvo, elegantemente, um caos.

Terceiro, que a gente precisa urgentemente de uma reforma administrativa no Brasil, Senador Blairo. A gente fala muito em reforma política, mas estamos precisando de uma reforma administrativa.

Nós temos quadros extremamente competentes hoje na máquina estatal, como a que vê aqui vocês, como vê o Ministério Público, como vê o Itamaraty, mas não estão sendo trabalhados como uma orquestra, afinada, que permita às coisas serem conduzidas.

Há uma crise séria de gestão. Pode-se até culpar o atual Governo, mais ou menos. Mas independente do Governo, há, sim, uma dificuldade na falta de uma lei de responsabilidade administrativa, de uma lei de responsabilidade eleitoral, de uma lei de responsabilidade política, como fizemos com Lei de Responsabilidade Fiscal, que termina fracassando pela falta dessas outras responsabilidades.

Eu espero que nós não fiquemos apenas no conjuntural das pedaladas que esse Governo cometeu, mas que a gente trabalhe para ir além. E que nenhum outro governo possa fazer isso, precise fazer isso – de repente

a gente pode até dizer que para pagar Bolsa Família se justifica fazer uma pedalada, como alguns poderiam dizer, mas que não se precise disso.

Falta planejamento. Falta organização. Falta gestão. Essa, eu acho, que é uma das conclusões que eu tiro desta audiência.

Eu concluo, agradecendo a vocês e a todos que a assistiram.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 19 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatorze minutos do dia três de setembro ano de dois mil e quinze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Hélio José, presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) José Pimentel, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os(as) senadores(as) Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz, José Agripino, Wilder Morais, Alvaro Dias, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes. A presidência declara aberta a reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8 de 2015, de iniciativa do senador Hélio José, tendo como expositores os senhores Leandro Caixeta Moreira, assessor do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Fragmar Diniz Leite, presidente do Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal - RuralTur; Marcos Franco Moreira, diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - MME; Fabiana Oliveira, coordenadora de Segmentação do Ministério do Turismo - Mtur; e Daniel Mendonça, diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica - Abradee. Após a exposição dos convidados, usam da palavra as senhoras Márcia Rosely Jakubowski de Carvalho e Liliana Diniz, representantes do turismo rural no Distrito Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Camila Moraes Bittar, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente eventual da comissão, senador Hélio José, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, que assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à da classe rural e suas subclasses.

Para isto, convidamos para fazer parte da Mesa os Srs. Marcos Franco Moreira, Diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (*Palmas.*), Leandro Caixeta Moreira, assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) (*Palmas.*), Daniel Mendonça, Diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee) (*Palmas.*), e Fragmar Diniz Leite, Presidente do Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal (RuralTur) (*Palmas.*), e a Srª Fabiana Oliveira, Coordenadora de Segmentação do Ministério do Turismo (MTur). (*Palmas.*)

O convidado Deputado Distrital Joe Valle, proprietário da Fazenda Malunga, não pôde vir, mas agradeceu o convite. Ficaremos, então, de ouvi-lo numa próxima oportunidade.

Como os convidados já se encontram no plenário – já formamos a nossa Mesa –, de acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado fará sua exposição por dez minutos, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta dos interpelados.

Antes de passar a palavra ao nosso querido Marcos Franco, que será o primeiro a fazer sua exposição, eu gostaria de fazer aqui algumas considerações.

Eu gostaria de esclarecer que o PLS nº 46, de 2012, é de autoria do ilustre Senador Lauro Antônio, o Laurinho, de Sergipe. Ele assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à aplicada à classe rural e suas subclasses. Assim, o tratamento dispensado às propriedades rurais será estendido a esses estabelecimentos. Portanto, com a aprovação do projeto, haverá a aplicação de uma tarifa de energia elétrica reduzida igual àquela aplicada à classe rural e suas respectivas subclasses.

Por último, o PLS determina que as unidades consumidoras abrangidas pela proposição devem comprovar suas atividades junto às concessionárias de energia elétrica demonstrando o respectivo cadastramento no Ministério do Turismo, nos termos do art. 22 da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Em virtude da obrigação acima, as unidades consumidoras deverão comprovar sua atividade na área do turismo rural, do turismo de aventura ou do ecoturismo. Um cadastramento deverá ser, obrigatoriamente, feito junto aos respectivos concessionários de energia elétrica tendo como pré-requisito o devido cadastramento no Ministério do Turismo, nos termos das normas legais em vigor.

O projeto tem a intenção de estimular economicamente o ecoturismo. Entendendo que a energia elétrica representa parcela substancial dos custos de estabelecimentos dessa natureza, há a necessidade de se verificar se a parcela é impactante no custo global do desenvolvimento do negócio, já que não há menção, no projeto, de como ele beneficiará o setor por meio dessa alteração legal.

O projeto visa também ao aspecto ambiental, sendo compatível com os modelos de sustentabilidade para estabelecimentos dessa espécie de turismo no território nacional. A atividade tem o potencial de gerar emprego e renda, ao mesmo tempo em que estimula o respeito ao ambiente e ao patrimônio rural.

Conforme informações do Ministério do Turismo, em matéria publicada no *site* oficial em 1º de julho de 2015, o Ministério do Turismo, a Fundação SOS Mata Atlântica e a Embratur desenvolvem projetos para consagrar a visitação turística como atividade principal dos parques nacionais, garantindo o cumprimento das regras da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), sendo que o tratado determina que 75% das áreas das unidades de conservação são destinadas à visitação e ao ecoturismo.

O projeto é de importância para incentivar o ecoturismo do Distrito Federal, que tem grande potencial, o que ainda precisa ser mais bem fomentado.

Hoje, Sobradinho e Brazlândia possuem diversas propriedades de ecoturismo que carecem de incentivo para se desenvolverem.

Pessoal, eu sou Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista do Turismo. Nós sabemos o quanto é importante para Brasília e para o Brasil a questão do turismo rural e do ecoturismo e que há uma dificuldade muito grande de investimento nessa área.

Como esse projeto chegou a mim para relatar, eu poderia, pura e simplesmente, relatá-lo sem ouvir os setores envolvidos. Mas eu preferi, mil vezes, ouvir a Aneel, as dificuldades por que passa o setor elétrico, ouvir o Ministério de Minas e Energia, ouvir os setores de turismo no País, o Ministério do Turismo e os vários sindicatos brasileiros na área de turismo e ouvir a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), que tem uma visão de como anda o fôlego das nossas concessionárias de distribuição de energia elétrica, para que seja mais bem instruído e definido o norte desse projeto.

Então, nosso objetivo maior hoje, aqui, é exatamente este: fazer uma coisa que atenda ao nosso povo, mas que dê condição também de funcionalidade adequada às empresas de energia elétrica do nosso País.

Assim, vou passar a palavra ao Dr. Marcos Franco Moreira, representante do Ministério de Minas e Energia, para fazer sua exposição.

Com nove minutos, Marcos, vai tocar a campainha avisando que falta um minuto para conclusão.

V. Sª tem a palavra.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Sr. Presidente, Senador Hélio, colegas da Mesa, o PLS nº 46, que trata de incentivo, no fundo, trata de subsídio da tarifa de energia.

Essa questão de subsídio na tarifa é quase que endêmica. A quantidade de pedidos que o Ministério de Minas e Energia recebe para criar uma política pública que envolva subsídios de energia é muito grande. São centenas de pedidos. E a gente busca mostrar a dificuldade que existe na concessão desse benefício.

A tarifa de energia, hoje, está na boca do povo. Ela pressionou a inflação, ela subiu, em alguns lugares – talvez o Leandro tenha números melhores que eu –, algo na ordem de 70% ou 80%.

E como funciona a questão do cálculo da tarifa de energia? Você levanta os custos e faz todo um trabalho que a Aneel desenvolve em cima disso. A remuneração das empresas é baixíssima em relação ao mercado. Para vocês terem ideia, a taxa de retorno que as concessionárias têm é da ordem de 8% ao ano. Quer dizer, se o dinheiro for deixado na poupança, ele talvez renda quase isso, não é, Daniel? Então, não é uma coisa que... Se for muito menor, as empresas talvez até percam atratividade. A questão das distribuidoras é muito a questão da escala e de outros pormenores.

Mas o que eu queria enfatizar, Senador Hélio, é essa dificuldade que a sociedade tem de bancar subsídio, porque, toda vez que você concede subsídio a determinado segmento, você tem que subir a conta dos demais que estão pagando essa conta. É uma história antiga. Muitos já escutaram que, infelizmente, não existe almoço grátis. Alguém está pagando a conta do almoço.

Então, nós nos preocupamos, mas, infelizmente, não conseguimos vislumbrar um caminho positivo para a questão do subsídio.

Eu citei aqui que recebemos centenas de pedidos, pedidos de museus, pedidos de vários segmentos, para que concedamos esse subsídio, mas sempre mostramos que a não concessão do subsídio é a favor do consumidor, porque não temos espaço para subir a tarifa nem um pouquinho a mais. O brasileiro já está com um problema sério, principalmente em função de uma seca histórica, que pressionou demais a produção de energia no País e, com isso, pressionou o custo da energia.

Eu fiquei impressionado com uma reportagem que eu vi há dois ou três dias. O Brasil está com dificuldade. Historicamente, o Brasil sempre produziu mais de 70% da energia na base hidráulica, e hoje estamos com os reservatórios numa situação muito delicada. Mas eu fiquei surpreso com a reportagem que vi há dois ou três dias falando da situação na Califórnia, nos Estados Unidos, onde estão vivendo uma seca, segundo a reportagem, de mil anos. Ou seja, a questão de água está cada dia mais preocupante para a humanidade, e o Brasil, que produz energia com uma matriz que ainda tem mais de 70% na base de água, tem muita dificuldade de bancar isso.

Para os senhores terem uma ideia, em reuniões, no final do ano passado, com o Ministério da Fazenda, nós alertamos o Ministério da Fazenda sobre o que poderia acontecer se o Tesouro Nacional abandonasse completamente o setor elétrico: os custos iriam subir demais, produzindo energia elétrica na base de óleo diesel, e a tarifa iria subir demais, acarretando um aumento muito grande da inflação. Então, hoje nós estamos com uma inflação da ordem de 9%, sendo que 2% desses 9% se devem ao setor elétrico. Portanto, não há espaço para mexer na tarifa. Pelo contrário, nós temos que buscar reduzir essa tarifa com o maior esforço possível.

A questão do subsídio, como eu já disse, implica que alguém está pagando a conta e é muito difícil. É o tipo do projeto em que...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Marcos, para eu entender, você falou que 2% do...

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Dos 9% da inflação que vivemos hoje – eu estou arredondando números, Senador –, cerca de 2% se devem ao aumento da tarifa de energia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k.

Obrigado.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Então, a gente sabe da importância desse projeto, mas a gente precisa encontrar uma fonte de recurso para arcar com isso.

Há algum tempo, Senador Hélio, se o senhor me permitir uma sugestão, o pessoal de museus procurou o Ministério querendo também uma tarifa diferenciado, e eu sugeri a eles a Lei Rouanet, que seria, talvez, um mecanismo que poderia bancar esse delta de subsídio que seria concedido. Via tarifa de energia a gente não tem espaço. A sociedade mata quem fala em aumentar tarifa. Infelizmente, o Brasil tem essa dificuldade.

Para concluir minha fala, quero dizer que estive em outras audiências públicas, inclusive numa relativa à CDE, um dos principais encargos que a tarifa tem, e pedi licença ao pessoal para tocar num assunto que eu reputo, pessoalmente, extremamente grave. É raro você ver em qualquer lugar do mundo um setor de infraestrutura como o setor de energia elétrica sofrer tamanha carga tributária como sofre no Brasil. Isso é um tiro no pé. O País precisa ter infraestrutura barata para crescer, mas, por outro lado, a carga tributária é absurda.

Para vocês terem ideia, alguns Estados cobram ICMS da ordem de 43% em cima da tarifa. Com mais PIS/Cofins, etc., 50% do preço que o consumidor paga são de impostos. Isso tem que mudar. Se isso não mudar, a gente não vai evoluir nunca. É uma coisa que temos que repensar, para a qual temos que encontrar uma forma, porque a infraestrutura é fundamental para o País. Com esse nível de carga, é impossível.

Nós temos um estudo interno no Ministério no qual nós tiramos tudo de dentro da tarifa de energia, mas ainda ficamos com ela 60% mais cara do que nos Estados Unidos. Por quê? Por causa do custo Brasil. O custo Brasil está em tudo. É muito difícil.

Perdoe-me, Senador Hélio, mas é um ponto de vista que... Eu estou no setor há 38 anos e posso dar alguma contribuição, mas o que vejo é que essa questão tributária é fundamental.

Então, com relação ao PLS nº 46, a sugestão que dou, se me permitirem...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Claro.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – ... é que se busque um caminho via Lei Rouanet. A empresa consegue a classificação que está sendo sugerida, mas a perda de receita que a concessionária tem é compensada no Imposto de Renda pela Lei Rouanet. É uma coisa um pouco alternativa. Eu não tenho o costume de dar esse tipo de sugestão, Senador Hélio, mas a gente precisa encontrar alternativas para os subsídios, que são coisas, muitas vezes, importantes.

Vou concluir minha fala dizendo alguma coisa sobre o Baixa Renda, tá?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – O Baixa Renda é um subsídio. O Brasil tem 80 milhões de pessoas que dependem de um desconto de energia, mas o desconto do Baixa Renda é pago pela própria tarifa de energia. Não é uma coisa muito criativa, né? O Tesouro Nacional deveria bancar isso, não o consumidor de energia.

Obrigado, Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao nosso querido Marcos Franco.

Vou deixar para fazer algumas perguntas no final.

Com a palavra a Srª Fabiana Oliveira, representante do Ministério do Turismo, para fazer sua exposição. (*Pausa.*)

Eu só queria dizer a todos que esta audiência está sendo gravada e retransmitida para todos os ouvintes da nossa Rádio Senado e da nossa TV Senado.

Pode falar, Drª Fabiana.

A SRª FABIANA OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas!

Agradeço o convite feito ao Ministério do Turismo e saúdo o Senador Hélio José e todos da Mesa.

Bom, atendo-me aqui somente à questão turística e não tecendo considerações em relação à viabilidade de fato da concessão desse benefício para o segmento de turismo rural, de ecoturismo e de turismo de aventura, eu gostaria de fazer algumas considerações relacionadas ao trabalho hoje desenvolvido pelo Ministério de Turismo.

Desde 2003, quando o Ministério foi instituído, a gente vem trabalhando para o ordenamento dos segmentos turísticos do Brasil, entre eles esses três que são citados no PLS nº 46: o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de aventura.

Desde então, a gente vem traçando diretrizes de forma participativa com as entidades representativas desses segmentos turísticos e vem observando alguns entraves legais que vêm, de fato, dificultado o desenvolvimento desses segmentos de forma plena no País. Especialmente no turismo rural, a falta de legislação e de normas específicas dificulta o setor.

Então, desse modo, uma das primeiras considerações que eu faria, já que a gente já tem alguns conceitos formados sobre o que seriam esses segmentos, há necessidade de se alinhar com os conceitos hoje já determinados pelo Ministério do Turismo de forma a ficar claro quais seriam as áreas de abrangência que a lei disporia em relação a esses três segmentos devido à abrangência do País.

Outra questão que a gente gostaria de pontuar diz respeito à comprovação desse benefício relacionado ao cadastramento no Ministério do Turismo, de acordo com os termos da Lei nº 11.771, que define a Política Nacional do Turismo.

Hoje, o cadastro no Ministério do Turismo é obrigatório para meios de hospedagem, agências de viagem, transportadoras turísticas e alguns outros segmentos turísticos. Contudo, o Ministério não dispõe de uma segmentação desses prestadores de serviços turísticos; ou seja, não é possível saber em qual segmento cada um desses empresários trabalha. Portanto, é importante repensarmos novas formas de identificar esses prestadores de serviço, tendo em vista que, hoje, o Ministério não dispõe de condições de identificá-los conforme a lei.

Então, para se fazer isso, pode ser necessário dispor de outros critérios que não somente o cadastro no Ministério do Turismo, a fim de se identificarem as atividades abarcadas nessa lei. Eu trouxe até um eslaide que eu queria lhes mostrar.

Enquanto ele coloca, quero reforçar essa questão de se repensar como comprovar a questão das empresas que poderão ser beneficiadas. Hoje, no Ministério do Turismo, estão cadastrados todos esses prestadores de serviços turísticos: guias, acampamentos, agências de turismo, enfim. Por exemplo, em agências de viagem, hoje, temos cadastradas quase 20 mil prestadores de serviços turísticos; em meios de hospedagem, em torno de 7 mil; e, em transportadoras turísticas, em torno de 8 mil prestadoras de serviços turísticos. Contudo, desse universo, não temos como identificar quais estão diretamente relacionados com as atividades de turismo rural, ecoturismo e turismo de aventura; ou seja, abriríamos margem aí para todos os prestadores de serviços turísticos requererem o benefício em tela. Então, reforço mais uma vez a necessidade de se dispor de outros critérios para identificar quais prestadores poderiam ser abarcados nessa lei.

De qualquer modo, tenho de reforçar aqui que somos favoráveis a toda iniciativa que incentive a redução de custos na prestação de serviços turísticos.

Concordo com o Marcos quanto ao que falou da questão do custo Brasil. É uma questão que hoje entrava o desenvolvimento do turismo no Brasil, tendo em vista que viajar ainda é muito caro. Então, com certeza, essa iniciativa poderia ajudar nessa questão.

Também quero reforçar que não só este projeto de lei, como outros projetos de lei, principalmente relacionados ao turismo rural, o Ministério vem acompanhando, vem apoiando, e vem lutando há muitos anos para apoiar o desenvolvimento dos segmentos turísticos.

Bom, de forma geral, era isso o que eu queria colocar.

Então, só resumindo aqui o que seria necessário pontuar neste projeto de lei: a questão do alinhamento com os conceitos do Ministério do Turismo em relação aos segmentos que estão sendo abarcados aqui nesta lei; e uma forma de se repensar como haverá essa comprovação de que esses prestadores de serviços turísticos de fato trabalham com esses segmentos para poder pleitear o benefício em questão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço à Fabiana pelos esclarecimentos aqui dados.

Passo a palavra ao Sr. Leandro Caixeta Moreira, representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regulamenta as questões das tarifas energéticas, etc.

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Obrigado, Senador.

Inicialmente, queria, em nome da Aneel, agradecer o espaço que foi dado à Aneel para participar desta discussão e cumprimentá-los pela iniciativa de abrir o espaço de uma audiência pública para o debate das questões de política tarifária.

Como o senhor colocou na abertura, poderia muito bem fazer o projeto sem dar esta abertura. Então, acho que isso aqui vai engrandecer bastante a tomada de decisões.

Como a Aneel não tem, vamos dizer, competência de formuladora de políticas públicas e de política tarifária, a nossa contribuição à audiência é mais no sentido de trazer elementos que auxiliem a tomada de decisão pelo Senado Federal. Então, como primeiro ponto, a gente traz aqui as classes de consumidores hoje; como está a classificação desses consumidores no Brasil.

Então, basicamente, eles estão segregados em classe residencial, que é a maior delas – todas as residências do País; classe industrial; classe comercial; e classe rural – aí abri subclasses do rural, porque o projeto de lei faz menção às subclasses. Então, hoje, a gente não tem essa classificação de turismo, ecoturismo, etc. Portanto, a gente não tem dados de consumo para poder trazer aqui, de maneira mais objetiva, uma análise de impacto. Mas ficam aqui as subclasses que hoje existem do meio rural.

Além delas, há Poder Público, que são basicamente pessoas jurídicas públicas; iluminação pública, que é de responsabilidade das prefeituras; serviço público, que é basicamente água, esgoto, saneamento, tração elétrica; e o consumo próprio.

Então, esse eslaide aqui é só para a gente fazer uma reflexão: sempre que se cria um subsídio para qualquer uma dessas classes, as demais estão pagando. Então, quando a gente fala em criar um desconto para o ecoturismo, isso implica que o consumidor residencial, o consumidor comercial e a indústria nacional vão pagar tarifas mais altas para poder subsidiar o desconto que está sendo conferido, por exemplo, agora, ao turismo rural.

Então, essa é uma reflexão importante, porque é claro que o setor beneficiado tem um benefício claro, mas isso imputa um custo para a indústria, para o comércio e para os consumidores residenciais, e há que ser avaliado se esse custo não é maior do que o benefício ao setor que está sendo subsidiado.

Então, só para exemplificar este aqui é o Orçamento da CDE – até o Marcos comentou na fala dele –, que é a Conta de Desenvolvimento Energético. É um encargo setorial, pago por meio da tarifa; é o maior dos encargos setoriais, que tem por fundamento cobrir uma série de subsídios que existem hoje no setor elétrico.

Então, por exemplo, pegando-se aqui a linha subsídios tarifários, a gente já tem R$5,4 bilhões hoje pagos pelo consumidor para subsidiar consumidores rurais, consumidores irrigantes, pequenas concessionárias e cooperativas de eletrificação rural. Numa outra linha, a gente tem o consumidor de baixa renda, sobre o qual o Marcos também comentou. Hoje, a gente já tem R$2,2 bilhões; é o custo que os outros consumidores pagam – uma tarifa social – para que o subsidiário tenha condição de pagar a sua conta de luz.

Em outro programa de governo, o Luz para Todos, todos os consumidores subsidiam a universalização nas áreas que têm pouco acesso à energia. Então, isso são R$875 milhões no orçamento deste ano. Quando a gente olha a CCC, a última linha da tabela, a gente está falando de R$7,2 bilhões: cada consumidor do Brasil paga um pedaço da conta da geração nos sistemas isolados, que são geração de óleo diesel, etc.

Então, quando a gente olha o somatório desses subsídios, a gente está falando de algo em torno de R$25 bilhões pagos por meio de tarifa. Até o ano passado, a gente tinha uma participação importante do Tesouro Nacional pagando parte dessa conta. A gente tinha previstos no orçamento R$11,8 bilhões de repasse do Tesouro Nacional, e isso aliviava, vamos dizer assim, a conta paga pelos demais consumidores. Com toda essa questão fiscal que a gente está vivendo e a impossibilidade de o Tesouro continuar pagando parte desse subsídio, tudo isso está sendo agora pago por meio de tarifa de energia elétrica. Por isso, a gente traz essa

reflexão. São R$25 bilhões que hoje os consumidores estão pagando para subsidiar uma série de benefícios e descontos tarifários para diversas classes de consumo.

E a gente traz aqui a revisão tarifária extraordinária, feita em março deste ano, e os dois principais elementos de impacto foram exatamente a CDE, tanto pelo aumento dos gastos quanto pela saída do Tesouro do pagamento desse encargo, e a conta de energia. Então, quando a gente olha, no Brasil, todas as tarifas subiram em média 18% somente em função desse encargo da CDE.

Então, quais são algumas conclusões que a gente traz aqui para análise?

Já há uma série de subsídios cruzados no setor elétrico. Isso pesa bastante. Então, quando a gente cria um subsídio, por exemplo, para um consumidor rural, a gente está dizendo que a indústria nacional vai pagar uma energia mais cara, os comércios, as residências, etc.

Os benefícios são sempre muito concentrados. Então, há um interesse muito relevante daquele que é subsidiado em obter o subsídio, e os custos são diluídos. Então, quando a gente olha o impacto de cada medida isoladamente, normalmente, a gente chega à conclusão de que haverá pouco impacto. Mas quando a gente agrega todos os subsídios, vê-se que isso impacta de maneira relevante a tarifa do consumidor final.

Então, o que a gente bota aqui para reflexão é que é sempre necessário ponderar esse benefício concentrado e ver se ele não supera os custos impostos aos demais consumidores de energia elétrica.

Basicamente, era essa a reflexão que a Aneel queria trazer aqui para a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Bastante relevante a contribuição da Aneel. Acho que isso nos dá um subsídio legal para que possamos pensar e analisar o projeto.

Queremos ouvir agora o representante da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), para fazer sua exposição, Sr. Daniel Mendonça.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Hélio José, que está presidindo a Comissão hoje, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Na verdade, faço coro ao que já foi colocado pelo Dr. Marcos Franco e pelo Dr. Leonardo, da Aneel, em nome das distribuidoras associadas da Abradee. Hoje, as distribuidoras estão sendo fortemente impactadas pelo realismo tarifário, e a gente acaba passando, Senador, para a grande população ou para as pessoas que veem o setor elétrico de fora, a falsa impressão de que a distribuidora está arrecadando muito com realismo tarifário, com esses aumentos aí que agora estão sendo recolocados na tarifa. No entanto, a realidade é que, a cada R$100,00 que a distribuidora arrecada na conta de luz, apenas R$14,00 ficam na distribuidora. O restante é o que a gente chama no setor de *pass through*; ou seja, a distribuidora, na ponta da cadeia, recebe do consumidor e paga geração, paga transmissão, enfim, paga todos os encargos e tributos – tudo vem na conta de luz.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Quantos reais?

O SR. DANIEL MENDONÇA – A cada R$100,00, R$14,00 ficam com a distribuidora. Desses R$14,00, R$8,00 ficam para os serviços de operação, manutenção, operação mesmo da distribuidora no seu dia a dia, e 6% ficam como o EBITDA regulatório, ou seja, o resultado regulatório da distribuidora.

Então, como o Dr. Marcos Franco já colocou na sua fala, se esse percentual for comprimido, existe uma grande chance de a gente estar inibindo investimentos no setor de distribuição.

Com relação à questão tarifária, o atual regime tarifário foi definido na Lei nº 9.074, de 1995, e os contratos de concessão de cada distribuidora determinam quais custos devem ser cobertos pelas tarifas de energia elétrica. As atuais tarifas de energia são publicadas pela Aneel por intermédio de resoluções homologatórios e, por intermédio dessas também, estão definidos os diversos descontos aplicáveis, como já foi também colocado aqui pelo Dr. Leonardo.

Bom, o que a Abradee defende, o que defendemos aí, também em coro com o que já foi colocado aqui pelos meus antecessores, é que, como a receita de cada empresa está garantida em lei e no seu contrato de concessão, qualquer modificação nesses descontos ou concessão de novos subsídios acaba impactando o consumidor final na ponta. Então, se a gente concede um benefício para determinada classe, os demais consumidores vão pagar por esse benefício. Como já foi colocado, não há almoço grátis, até porque o equilíbrio econômico-financeiro do contrato tem de ser mantido.

Bom, em linhas gerais, acho que era isso. Não sendo mais repetitivo do que já foi colocado pelo representante do Ministério, pelo representante da Aneel, o posicionamento das distribuidoras é exatamente esse. O realismo tarifário que está vindo agora traz inclusive um risco de gestão aí que as distribuidoras têm de trabalhar, que é exatamente o risco do aumento da inadimplência, porque a tarifa sobe, e o consumidor, às vezes, na ponta não consegue pagar a sua conta de energia. Mas, ao mesmo tempo, uma vez que a conta é faturada, a distribuidora tem que recolher encargos sociais e tributos, mesmo não tendo o pagamento final pelo consumidor na ponta.

E, além desse aumento do risco de inadimplência, existe também iminente um aumento das perdas, através de furtos de energia, os famosos "gatos". Então, isso também: a conta do consumidor sobe, ele não consegue pagá-la e, eventualmente, acaba ficando mais suscetível a contratar um "gato" para seu fornecimento de energia.

Então, sem mais delongas, Senador, esse é o nosso posicionamento. A conta tem de fechar. Então, se houver mais um subsídio concedido, isso certamente acabará onerando os demais consumidores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza, tudo o que foi colocado aí mostra o acerto de estarmos fazendo uma audiência pública para ouvir os setores envolvidos. Aqui, não podemos legislar só porque achamos ou deixamos de achar isso ou aquilo. Temos de ouvir todos os envolvidos.

Vamos passar a palavra agora ao Sr. Fragmar Diniz Leite, Presidente do Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal (RuralTur), para fazer sua exposição, aqui representando, na minha visão, todo o setor turístico ecológico rural do País.

O SR. FRAGMAR DINIZ LEITE – Inicialmente, quero dar meu bom-dia a todas e a todos, saudar a Mesa na pessoa do Senador Hélio José e dizer que estou muito feliz em estar aqui, tendo a oportunidade de representar um segmento novo, tão novo quanto Brasília, que luta para sobreviver e proporcionar à nossa cidade o que outras cidades não têm.

Na Espanha e em Portugal, considerados os berços do turismo rural, o Poder Público se fez presente, apoiando-o não só com financiamentos a fundo perdido, como também com orientações técnicas, priorizando o fator social, a sustentabilidade e a preservação ambiental. Afirmamos isso porque lá estivemos em 2012 durante uma missão técnica e constatamos a ação do governo no resgate dos patrimônios culturais, históricos e ambientais, incentivando inclusive a população a participar e visitar aqueles espaços.

Aqui no Brasil, o turismo rural vem crescendo desde os anos 70, e, em Brasília, desde 2002, contando apenas com a coragem, o empreendedorismo e o desprendimento de homens que amam o campo, a natureza e têm raízes na ruralidade brasileira. Com muita dificuldade, têm procurado investir nesses segmentos, sem nenhum apoio governamental, inclusive com uma legislação trabalhista, previdenciarista, e tributarista, em desacordo com a realidade vivenciada pela atividade rural.

Basta citar a questão fundiária das propriedades de familiares focalizadas no Distrito Federal, cujas famílias, após dezenas de anos cultivando a terra, colocando alimento na mesa do urbano, hoje, nada têm a deixar de herança a seus herdeiros, uma vez que ainda não conseguiram tirar da Terracap o difícil título de propriedade. Parece que esse fato, o da segurança jurídica, não tem valor, mas nota-se uma grande diferença entre as propriedades de turismo rural localizadas no Entorno, ou seja, no Estado de Goiás, e as localizadas no DF. As de Goiás investem sem medo de perder suas terras e conseguem, nos bancos, financiamento com juros subsidiados, cuja garantia fiduciária é apenas o título da terra. No DF, quem investe o faz com medo, e, por não obterem financiamentos, os empreendimentos crescem devagar e com muita dificuldade.

Mas isso não vem ao caso, uma vez que a questão aqui levantada é a tarifação de energia elétrica para o turismo rural, equivalente à classe rural e às suas subclasses. Vamos, então, relacionar as ações positivas que esse tipo de turismo proporciona no ambiente em que está inserido: a preservação da biodiversidade; o uso dos recursos naturais, atendendo às normas da sustentabilidade, respeita e mantém a diversidade natural e cultural, respeita e preserva as características das paisagens naturais; evita a poluição sonora, visual e atmosférica do local; evita a degradação dos ecossistemas; preserva as tradições locais; contribui para o desenvolvimento social da população local. Todas essas são qualidades próprias do turismo rural.

Atualmente, existem no Distrito Federal e em seu Entorno mais de cem empreendimentos do turismo rural, alguns bem estruturados, de acordo com as exigências dos clientes que amam o campo, mas exigem as comodidades da cidade; ou seja, sinal da *internet* no apartamento, tevê a cabo, atrativos diversificados, alimentos orgânicos ou semi-industrializados, produzidos no campo, com fácil acesso, segurança, boas condições gastronômicas e uma malha viária adequada, etc.

Através desses empreendimentos, hoje existem no turismo rural mais de 3 mil leitos disponíveis, mais de 7 mil espaços para assento em áreas cobertas. São espaços que podem ser transformados em salas de convenção, salas de aula, etc. Emprega mais de 800 trabalhadores fixos, a maioria da comunidade local, e emprega mais 1.200 trabalhadores avulsos nos finais de semana e feriados. Alguns desses empreendimentos são registrados, possuem CNPJ e pagam impostos, impostos esses com as alíquotas iguais aos pagos pelos empreendimentos urbanos.

Existem também empreendedores ainda na informalidade por motivos alheios à sua vontade, uma vez que dependem da titularidade da terra, dos alvarás de funcionamento, etc. Porém, no que se relaciona a registro de funcionário, seguem as orientações da legislação urbana.

Qual é a grande diferença entre o empreendedor urbano e o empreendedor rural? O urbano, todos os dias, tem receita. O produtor rural planta hoje e colhe amanhã, isto é, depois de três ou quatro meses ou depois de um ano, dependendo do tipo de produção. É mais do que justa a redução da alíquota da tarifa elétrica.

Qual é a diferença entre o produtor rural e o empreendedor do turismo rural, uma vez que todos possuem algum tipo de produção rural? Enquanto alguns produzem para o seu consumo, outros comercializam as suas próprias produções para o seu entorno.

Qual é a necessidade da equivalência da tributação da energia elétrica? O problema do turismo rural, na atividade de hospedagem, de restaurante rural e de visitas guiadas para conhecer o Cerrado, é a sazonalidade. Na época das chuvas, é baixa a frequência das pessoas no turismo rural; durante a semana, idem, uma vez que os clientes só procuram as propriedades que atuam com turismo rural nos fins de semana e nos feriados. O lucro obtido em dois ou três dias não supre as necessidades oriundas do total da semana. A grande maioria dos proprietários e dos funcionários fixos reside na própria propriedade...

(Soa a campainha.)

O SR. FRAGMAR DINIZ LEITE – ...com suas famílias, gerando mais gastos e despesas, sem que as receitas sirvam para cobrir tal ônus.

A manutenção do empreendimento rural durante a semana exige gastos, que não são compensados com as receitas dos fins de semana, obrigando, muitas vezes, o empreendedor a elevar suas tarifas para poder diminuir os possíveis prejuízos, afastando, muitas vezes, a clientela que não possui o melhor poder aquisitivo.

Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pode ficar à vontade, Sr. Fragmar.

O SR. FRAGMAR DINIZ LEITE – Esta é a grande dificuldade dos empreendedores de turismo rural, a sazonalidade, que é muito grande.

Em contrapartida, o turismo rural contribui para fixar a mão de obra local no seu habitat natural, evitando o êxodo rural para a cidade, evitando todas as ocorrências que as mudanças ocasionam.

Em contrapartida, o turismo rural proporciona o contato com a natureza e possibilita o descanso, o repouso, a recomposição das energias, o que é necessário ao homem da cidade que vive sob estresse constante. É importante salientar que passar alguns dias no campo, em contato com a natureza, é considerado por alguns médicos como altamente terapêutico.

Vale a pena lembrar que, se por um lado a diminuição nos tributos pagos com energia elétrica diminui a receita, por outro lado, o Governo ganha com os impostos resultantes da venda e da comercialização dos produtos gerados.

Diante das argumentações expostas, acreditamos que o turismo rural é uma categoria econômica relevante que traz benefício a todos os atores envolvidos, empreendedores, clientes e trabalhadores. Inclusive, principalmente, traz benefícios ao meio ambiente, uma vez que sua vocação é divulgar e comercializar também a beleza dos seus recursos naturais e do seu bioma.

Além disso, não podemos esquecer sua relevância no quesito econômico, uma vez que dados oficiais informam que cada emprego direto gerado no turismo rural cria muitos outros indiretos, fato que traz o seu efeito multiplicador na geração de novos empregos e uma melhor distribuição de renda.

Srs. Senadores, por tudo que presenciamos, afirmamos que ajudar o turismo rural, oferecendo uma tarifa igual à categoria da produção rural, é reconhecer a amplitude e os benefícios que o crescente segmento pode oferecer como contrapartida à sociedade e ao Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao Sr. Fragmar, uma exposição belíssima.

Eu gostaria que o senhor nos desse para tirarmos uma cópia, Sr. Fragmar, é possível?

Tira uma cópia para cada membro da Mesa, por favor.

De fato, as exposições aqui foram altamente esclarecedoras de ambos os lados, as dificuldades foram apontadas. Eu, realmente, sinto-me até aliviado de ter feito esta audiência pública para melhor apontar um caminho, porque sei da justeza do pleito do pessoal da área rural, mas sei também das dificuldades por que passa o setor elétrico nacional e as dificuldades que o Ministério do Turismo terá também para cadastrar, acompanhar esse processo.

O Governo precisa chegar a um meio termo para que possamos incentivar, propiciar que o nosso turismo rural, com todas essas dificuldades que o Sr. Fragmar aqui coloca, que são reais, que são verdadeiras, possa se desenvolver, mas de uma forma também, na minha visão, que não mate as empresas.

Inclusive, vou propor uma audiência pública sobre a crise energética do Brasil e os caminhos apontados para a sobrevivência, porque sei das dificuldades por que passa hoje o setor das distribuidoras e os setores das geradoras e transmissoras com a MP 577, a regulamentação que houve no setor. Estamos tentando chegar a um meio termo para propiciar um desenvolvimento importante para esse setor, que é fundamental para o Brasil.

Aqui, no Senado Federal, sou a pessoa que fala quase o tempo inteiro em energia solar e energia da biomassa dos resíduos sólidos, especialmente dos resíduos sólidos orgânicos das cidades. Há necessidade de investirmos nesses dois setores, de continuar o investimento da energia eólica e de investirmos em outras fontes renováveis de energia, para que não fiquemos na dependência da nossa matriz energética, que é maravilhosa, quase toda hidráulica, mas é uma dependência muito grande, como o Marcos colocou aqui, uma pessoa do Ministério de Minas e Energia. Estamos passando a maior crise de chuva neste País. Nos últimos cem anos, nunca houve uma crise tão grande, que fez com que os nossos reservatórios perdessem a condição de manter o sistema com um funcionamento mais seguro, mais adequado, com as reservas necessárias.

Propus, aqui, um projeto de barragem de contenção, para tentarmos regular melhor as usinas hidrelétricas. Estamos discutindo essa questão aqui. Todo mundo sabe da dificuldade que é a questão do setor energético com as barragens que foram feitas agora no Norte, com grandes investimentos, a fio d'água, o que diminuiu sobremaneira a energia firme, gerada por esses grandes investimentos. Pegamos Belo Monte com 28 bilhões de investimento. Poderíamos ter, de repente, 12.500MW. Só teremos 4.500MW firmes dessa usina, por ser a fio d'água, ou seja, não há reservatório, não há conservação de energia.

Portanto, são situações em relação as quais temos que estudar formas para compensar. Apresento, inclusive, emendas aqui no Senado. Há duas MPs importantes para o setor elétrico: a MP 677 e a MP 688.

Há emendas apresentadas no sentido de propor ao BNDES financiamentos, principalmente para as micro e pequenas empresas. E eu classificaria todos os setores do turismo rural como de micro e pequenas empresas, que têm no insumo energia elétrica grande parte de suas despesas. Também para a própria dona de casa e para o consumidor interessado em instalar o *kit* de energia solar devidamente financiado pelo BNDES, como nos financiamentos para usinas. Esse *kit* de energia solar – placas, inversores e demais equipamentos – seria pago de cinco a sete anos, com durabilidade de trinta anos. Como ele é instalado exatamente na ponta do sistema, em que está a carga, ele diminui as perdas, melhora o sistema, principalmente nos horários de ponta, diminui riscos de blecautes e propicia uma série de vantagens para operar o sistema.

Eu não sei, até hoje, por que o Brasil tem sido tão tímido em relação à energia solar, uma energia ampla, aberta, disponível o tempo todo na natureza. Nos vários projetos que apresentei nesta Casa, estou isentando de impostos e incentivando empresas que produzem placas de energia solar e inversores a se instalarem no País, pois a maioria delas está no Oriente ou na própria Europa.

Há estudos, por exemplo, como o da Ucla (Universidade da Califórnia), para a fabricação de um novo tipo de placa, que utiliza não mais o silício, mas uma borracha especial, que conserva a energia solar por mais tempo. Além de captar, conserva a energia para a utilização, por exemplo, no período noturno. Ou seja, são avanços que estão ocorrendo, e nós estamos aguardando. Assim como aconteceu com a energia eólica, que há oito anos era apenas um traço e hoje, na nossa matriz energética, estamos chegando a quase 5% de produção de energia eólica, com valor competitivo. Hoje, a energia eólica no Brasil custa cerca de R$167,00, R$180,00 o megawatt. A hidráulica ainda é a mais barata, aproximadamente R$100,00, R$95,00, R$98,00, depende do leilão. As térmicas oneram sobremaneira a tarifa, além de poluir o meio ambiente, de dificultar a questão, chegando a R$800,00 o megawatt. Quer dizer, precisamos mudar o rumo da nossa matriz energética. E essa discussão continuará.

Voltando para a vaca fria, Sr. Fragmar e demais membros da Mesa, a Consultoria fez algumas perguntas, e seria importante que respondêssemos aqui, até para que possamos nos fundamentar mais para a definição final do projeto que vamos relatar em breve nesta Comissão.

Eu vou ler as perguntas, até porque há algumas que merecem alguns ajustes, talvez por falta de aprimoramento técnico de quem as fez.

"A inclusão de empreendimentos do ecoturismo como consumidores rurais aumentará significativamente a classe do consumidor rural" – eu acho que isso é fato, porque vai incentivar o desenvolvimento, mas deixo para os senhores responderem. "Como tal inclusão impactará na tarifação da energia elétrica?" O Marcos respondeu mais ou menos, mas pode acrescentar mais alguma questão. E seria importante, embora o Ministério do Turismo ainda não tenha quantificado os estabelecimentos que seriam atendidos, que tanto a Abradee como a Aneel ou o Ministério de Minas e Energia pudessem nos dizer qual seria o valor aproximado do impacto, o percentual tarifário no tocante a essa questão.

Daqui a pouco eu passo para os senhores responderem.

Segunda pergunta: "Os consumidores de baixa renda poderão ter a sua tarifa de energia elétrica aumentada por conta desse incentivo?". Já foi parcialmente respondida pelos representantes do Ministério de Minas e Energia, da Aneel e da Abradee, mas, se quiserem, podem fazer mais algumas considerações.

"Como ficará a conta de energia no caso da aprovação do projeto de lei em questão?" Isso é importante porque, como já foi dito aqui, não há almoço de graça. Alguém vai ter que pagar a conta. E eu, sinceramente, como incentivador do setor produtivo, não quero que esse setor, que é tão importante para a geração de empregos e de oportunidades seja mais onerado do que já é, com impostos, etc. Então, nós temos que estudar alternativas.

Pergunta três: "Quais serão os custos de fiscalização com o incentivo ao ecoturismo?". Essa é para o Ministério do Turismo, mais ou menos; não sei se terá condição de responder, até porque nós não temos o quantitativo – depois você veja se há uma estimativa das questões abrangidas.

"A Aneel tem condições de fiscalizar todos os empreendimentos que têm como finalidade o ecoturismo?" Vou deixar para ele responder, já sei das dificuldades de pessoal, etc. e tal.

"Quais as medidas que a Aneel pode tomar no caso em questão, caso seja aprovado o projeto aqui como está?"

Pergunta quatro: "Qual o potencial econômico da atividade no Brasil sobre o aspecto do incentivo ao turismo e da atratividade dos negócios?" Eu acho que o nosso querido Fragmar mais ou menos já respondeu sobre essa questão econômica e sobre a necessidade realmente de incentivar o turismo, o ecoturismo e as atividades de negócios, mas, se alguém tiver mais alguma complementação, fique à vontade.

Pergunta cinco: "Como será feita a análise para a concessão de áreas para o desenvolvimento de tais atividades em parques nacionais?" Eu acho que o Ministério do Turismo pode pontuar alguma coisa.

"Como será a atuação do MMA" – o MMA não tem representantes aqui hoje – "para que se viabilize essa atividade?" Acho que fica meio prejudicada essa pergunta final, mas, se alguém quiser falar, também fique à vontade.

"Qual impacto o projeto trará para as distribuidoras de energia? Como será regulamentada a atividade para as recebedoras de energia e pela Aneel?" Sobre isso a Abradee pode fazer alguma consideração.

Eu acho fundamental que nós prossigamos na discussões sobre a crise energética. Por isso, dos meus projetos apresentados aqui, por volta de 40% deles são da área de energia. Nós precisamos discutir isso. Vou apresentar aqui, como eu disse, à audiência pública para que discutamos a crise e a saída dela, para que discutamos as tarifas e a superação das tarifas – eu quero entender melhor os custos da tarifa B e da tarifa A, como está sendo definida essa questão e como está a sobrevivência das empresas concessionárias, das geradoras e das transmissoras, diante dessa atual política. Mas isso será para uma próxima oportunidade, e não aqui, quando vamos discutir uma questão pontual.

Então, eu quero passar a palavra a todos na ordem inversa do que foi feito, para as considerações finais e para responder às perguntas. E nós vamos tirar daqui uma definição, para bem instruir o projeto.

Na ordem inversa, eu quero passar a palavra ao Sr. Fragmar, Presidente do Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal, para fazer suas considerações até o tempo de cinco minutos. Fique à vontade.

O SR. FRAGMAR DINIZ LEITE – Nós sempre estivemos sensíveis a esse problema. Eu tenho como formação a Engenharia Mecânica e, há algum tempo, venho tentando convencer os pares a aplicar algum recurso na energia eólica e na energia solar. São áreas da minha competência.

E, para orientar, nós estamos disponibilizando há algum tempo, mas isso vem contra àquilo que eu disse: as terras precisam estar regularizadas para que tenhamos acesso ao financiamento. Do contrário, nós ficaremos só sonhando, imaginando, sem poder fazer nada de concreto, esperando sempre pelo Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O senhor concluiu, Sr. Fragmar?

O SR. FRAGMAR DINIZ LEITE – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido.

Passamos agora a palavra ao representante da Abradee, Sr. Daniel Mendonça.

O SR. DANIEL MENDONÇA – Senador, já foi colocado aqui sobre o impacto para as distribuidoras. Na verdade, o impacto final acaba sendo, de fato, para o consumidor brasileiro como um todo.

Como já foi dito, a concessão de um subsídio para determinada classe significa que as outras classes vão arcar com esse subsídio, já que o equilíbrio econômico e financeiro do contrato tem de ser mantido. Então, para a distribuidora, na verdade, o impacto é transferir de uma classe para outra o custo desse subsídio que seria oferecido.

Eu acho que é isso, respondendo à questão seis.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecidos ao Sr. Daniel, vamos passar agora para o representante da Aneel, o Sr. Leandro Caixeta Moreira, assessor do Diretor-Geral da Aneel.

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Senador, eu acho que, com exceção da quatro e da cinco, a Aneel teria algumas ponderações com relação às questões.

Com relação à questão um, não temos hoje essa classificação. Então, não saberíamos responder de maneira objetiva qual o impacto no tamanho da classe rural. Precisaríamos, junto ao Ministério do Turismo, saber como classificar para poder mensurar o tamanho desses empreendimento etc. e fazer uma análise do impacto mais propriamente dito.

Como isso impacta a tarifa? Todo subsídio é custeado via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Então, isso é pago por todos os consumidores do País por meio desse encargo.

A questão dois agora: os consumidores de baixa renda vão ser impactados? Sim. Os de baixa renda, os industriais, todos os outros. A tarifa do consumidor de baixa renda é definida como um percentual da tarifa do consumidor residencial. Então, ele tem um desconto de 65% no que ele consumir entre 0 e 30kWh, 40% entre 30kWh e 100kWh e 10% entre 100kWh e 220kWh. A partir daí, ele não tem mais desconto. Então, se sobe a tarifa do consumidor residencial, sobe junto a do consumidor de baixa renda. Então, como ficará a conta no caso de aprovação? É isto: aumenta a de todos os demais, em função da redução da classe beneficiada.

Quais serão os custos de fiscalização do incentivo ao ecoturismo? A Aneel tem competência para fiscalizar a distribuidora. Então, há um passo anterior em que talvez o Ministério do Turismo junto com o Ministério de Minas de Energia tenham de definir como classificar esse tipo de consumidor e como certificar. A partir disso, o consumidor apresenta essa certificação para a distribuidora, e a distribuidora enquadra o desconto tarifário. Aí a Aneel vai fiscalizar se a distribuidora enquadrou de maneira correta, se ela tem a comprovação de que o consumidor comprovou que ele é, de fato, do turismo rural. Então, esse é o custo que a Aneel vai ter para fiscalizar. É mais uma questão que a fiscalização da Aneel vai ter que checar no momento em que for fazer a fiscalização em cada distribuidora, para ver se, de fato, há comprovação por parte do consumidor de que ele tem direito ao benefício tarifário.

Agora, com relação à questão seis, que pergunta qual o impacto isso trará para as distribuidoras, aí, o representante da Abradee até já colocou. Para as distribuidoras, isso é neutro, a princípio, porque ela tem o direito ao equilíbrio econômico e financeiro. Então, é repassado para os demais. A consequência disso talvez seja alguma dificuldade, também já colocada, com relação à inadimplência, com relação às perdas, porque está se aumentando ainda mais a tarifa dos demais que já está num nível bastante relevante.

Eu acho que seriam essas as nossas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido pelas considerações colocadas, eu passo para a nossa querida Fabiana de Oliveira, Coordenadora de Segmentação do Ministério do Turismo (MTur).

A SRª FABIANA OLIVEIRA – Depois de ouvidos todos os pares que estão na mesa, para mim, ficou claro que a saída para o apoio a esse segmento talvez não seja, de fato, pelo subsídio energético. Como o senhor bem colocou, Senador, pode ser que uma das formas para se desonerarem os empreendedores turísticos seja o incentivo a outras formas de energia, energias renováveis, que podem, inclusive, contribuir para a questão da sustentabilidade no turismo. Então, isso viria ao encontro da questão da sustentabilidade.

É fundamental o apoio que o Senado e a Câmara vêm dando no ordenamento do turismo. Na fala do Sr. Fragmar também, ficou clara a questão da falta da segurança jurídica que o setor enfrenta, principalmente, especialmente o turismo rural.

E, aí, a gente vai pra outras questões mais prioritárias para o desenvolvimento do segmento, como questões tributárias, previdenciárias e trabalhistas que, de fato, precisam ser resolvidas para que o segmento possa se ordenar de uma forma mais tranquila.

Uma questão central também, a gente está tratando aqui de três segmentos diferentes, por exemplo, o turismo de aventura pode ser praticado nas áreas rurais, parques nacionais, então, esse escopo tem que ficar bem definido.

Hoje, o País é referência mundial no turismo de aventura e uma das coisas que o segmento busca são subsídios para a compra de equipamentos para o turismo de aventura. Então, cada um desses setores tem uma necessidade específica que deve ser tratada de forma específica.

No caso do ecoturismo, como foi relatado aqui no início da sua fala, Senador, o Ministério do Turismo, o Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes têm uma parceria hoje para estruturação dos parques nacionais brasileiros. Foram selecionados 12 parques nacionais nesse primeiro momento, para que se pudessem viabilizar algumas obras para a melhoria da visitação turística.

O caso é que os parques nacionais, o interior dos parques nacionais não podem ter empreendimentos turísticos, alguma porcentagem, e aí vai variar de parque para parque, é destinada para a visitação. Então, nessa questão da análise para concessão de áreas para o desenvolvimento da atividade em parques nacionais, deveria se avaliar essa questão do entorno dos parques, que é onde os empreendedores, os empreendimentos

turísticos estão localizados. Aí, poderia se viabilizar essa forma de análise, e aí, não sei, talvez por Município que esteja no entorno dos parques, os Municípios que compreendem um parque. Enfim, aí, deveria ser estudado.

Em relação aos custos de fiscalização com incentivo ao ecoturismo, o Ministério, na Lei nº 11.771, tem a competência de cadastrar os prestadores de serviços turísticos e fiscalizar.

(Soa a campainha.)

A SRª FABIANA OLIVEIRA – Só fechando a fala. Porém, hoje, a gente não tem estrutura de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, ou seja, a gente só cadastra, não fiscaliza. Então hoje a gente ainda não tem uma dimensão de qual poderia ser esse impacto, esses custos de fiscalização porque, de fato, o Ministério ainda não vem atuando nesse setor.

A questão de como classificar o consumidor rural, enfim, a inclusão dos empreendimentos de ecoturismo, uma forma poderia ser a melhoria do próprio sistema de cadastro do Ministério do Turismo. Aí, poderia se estudar formas de identificar de fato quem são esses empreendimentos, quando do cadastro no Cadastur.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Concluiu, Fabiana?

Passando agora para o Sr. Marcos, representando do Ministério de Minas e Energia.

E, ao final, vou dar a palavra para a Srª Márcia, que é uma representante do Rancho Paraná, do Ecoturismo de Brazlândia, podia ter dado antes, se tivesse falado, mas chegou à Mesa o conhecimento que você queria se pronunciar só agora, para não quebrar a sequência, vou deixar o nosso representante do Ministério de Minas e Energia falar e, conforme a sua exposição, que vou dar para você até três minutos, o pessoal poderá responder.

Então, Marcos, por favor.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Senador, são seis perguntas, algumas a gente pode fazer considerações rapidinhas.

Com relação à segunda pergunta, vai aumentar, sim, a conta do baixa renda. O Leandro já explorou isso aqui corretamente. Está perfeita a consideração dele.

Uma sugestão que faço, na minha fala anterior falei sobre a Lei Rouanet, vou até deixar um texto aqui para você, Hélio, para você tentar ajudar no projeto, agora, seria interessante o seguinte, quando você for apresentar essa questão da Lei Rouanet, o Ministério da Fazenda vai estar aqui porque vai pagar a conta com desconto do Imposto de Renda, aí, eles vão pressionar. Então seria a seguinte a sugestão que faço e que envolve o Ministério do Turismo e o pessoal mais ligado: nesse cadastramento que você tem seria importante vocês pedirem a todo mundo a conta de luz – entendeu? – e ver lá o consumo de cada um. Vocês têm o cadastro, peça a todo mundo, todas as contas de luz do pessoal, peça a maior conta que tem, não precisam ser as 12 contas, não, peça a maior conta que teve, e, aí, a gente vai somar essas contas todas pra ter uma ideia de quantos quilowatts/hora estão envolvidos nessa história, a gente põe dinheiro em cima disso, para a gente ter uma dimensão do que é o PLS. Está, Hélio?

Essa é uma sugestão, estou dando algumas, você me perdoe, mas acho que é nesse sentido. Porque, muitas vezes, a gente tem projeto de lei que pede uma coisa, mas a gente não tem dimensão do que é aquilo. E a pergunta número um fala se aumentará significativamente. Queria deixar claro o seguinte, a questão é de isonomia. Nós vamos nos posicionar sempre contra subsídios por uma questão de isonomia, nem que seja R$1,00, eu vou dizer não porque não posso abrir a porteira porque amanhã, como disse aqui, vem o museu pedir, já chegou projeto de lei pedindo subsídio para casas noturnas. E, aí, eu fiquei preocupado. (*Risos.*)

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Então, é preciso ter dimensão das coisas. É preciso somar, pegar a maior conta do ano, passar para o Ministério do Turismo, somar isso tudo e ver, no Brasil, do que a gente está falando.

Em que mais poderia ajudar?

Questão distribuidora, o Daniel já falou, isso é transparente para eles.

Essa cinco não está no nosso escopo.

Para a Aneel precisa de outro comando, além da lei, mas precisa de, no comando, dizer... Se a lei disser como é que enquadra, isso precisa ser construído, isso pode ser num decreto, até numa regulamentação posterior à aprovação da lei.

Eu acho que são esses comentários.

Eu queria só terminar, Senador Hélio, elogiando-o pela iniciativa nesta questão de incentivar as fontes alternativas.

Sexta-feira passada, agora, fizemos o primeiro leilão solar do Brasil. O setor elétrico tem um problema de comunicação muito grande. Devia estar todo mundo: "Poxa, o Brasil agora produz energia de sol". Já está lá, compramos 1.000MW ao preço de R$300,00. O que é esse preço? O que são R$300,00? É um preço menor do que o preço da seca. Então, o Brasil está se mexendo.

Na época do Fernando Henrique – o Fernando Henrique foi pioneiro, e a gente às vezes paga o custo por ser pioneiro –, ele lançou o Proinfa, que comprou energia de eólica. Nós hoje pagamos R$350,00 um quilo de energia de vento. A energia de vento feita no leilão já caiu para R$99,00. Por quê? Porque houve uma série de incentivos tributários. Eu disse também aqui na minha fala que o maior problema da energia ...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – À vontade, Marcos.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – ... é a questão de tributos.

E eu quero parabenizá-lo porque o Brasil tem que caminhar para tirar tributos, principalmente da infraestrutura do País, senão, a gente nunca vai ter uma energia elétrica que ajuda a gente a desenvolver esse País. O.k., Hélio?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O.k., Marcos.

Eu, como Senador da República do Brasil, não tenho dúvida de estar fazendo a minha parte para colaborar com o desenvolvimento econômico e social, no geral, considerando todos os setores envolvidos.

Vamos dar a palavra à Srª Márcia, que é representante de um grande setor do turismo rural aqui do distrito Federal, na região de Brazlândia.

Por favor, Srª Márcia, três minutos.

A SRª MÁRCIA ROSELY JAKUBOWSKI DE CARVALHO – Obrigada, parabéns pela iniciativa.

Quero pedir desculpas porque o meu atraso foi porque não consegui estacionar tão fácil aqui; foi difícil.

Eu sei que vocês estão falando de alternativas, mas sou produtora rural, a gente produz flores em Brazlândia, eu, desde que nasci, sou produtora com a minha família, a gente está sentindo não significativamente o aumento das energias, a gente está sentindo absurdamente.

Eu trouxe aqui quatro anos de comparativo, exatamente dos mesmos meses, para servir de referência.

Em 2012, a gente pagava R$1.881,00 de tarifação lá; em 2013, subiu para R$1.990,00; em 2014, já foi para R$1.985,00, só que em 2015, foi para R$3.232,00. Só de bandeira vermelha, queria que vocês refletissem com muito critério, não só carinho, mas com muito critério, porque o produtor rural – e eu me enquadro nessa categoria – tem um diferencial daquelas pessoas que têm a terra e estão loteando a terra. Eles estão pagando a bandeira vermelha talvez menos do que nós que estamos preservando o meio ambiente. A gente preserva a água que hoje abastece 65% da água do Distrito Federal, e isso está ficando muito caro para a gente.

Então, a gente é motivada pelo Governo a fazer outorga da água, a fazer o licenciamento ambiental, a fazer o CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural, a seguir todas as legislações ambientais para preservar o meio ambiente e, no entanto, a fatura de energia vem punindo tudo isso que a gente está fazendo de correto.

Olha, eu vou dizer para vocês, eu até convido vocês a visitarem a nossa Bacia do Descoberto, a gente está fazendo um trabalho belíssimo lá de turismo rural, preservando aquele lago com muito carinho. Aliás, eu nem uso água daquela lago, para vocês terem ideia, eu já morei onde ele é hoje e a gente perdeu tudo para ele existir.

Toda a árvore que a gente planta precisa regar e tudo que a gente rega, custa energia.

Então, queria que vocês pensassem com mais critério porque o produtor que preserva não pode ser tarifado igualzinho àquele que só especula a terra.

(Soa a campainha.)

A SRª MÁRCIA ROSELY JAKUBOWSKI DE CARVALHO – É só um recado. É mais um motivo de reflexão para vocês, para pensarem com mais cuidado.

Eu vi que essa senhora do Ministério do Turismo falou sobre as ideias, eu sei que o Senador está investindo bastante nisso, mas queria dizer que não é fácil. Ontem mesmo, eu tive avaliação de uma pessoa, a gente queria implantar a energia solar, é um absurdo, em menos de dez anos ela não se paga em uma propriedade de agricultura familiar como a nossa.

Então, é muito bonito a gente vê que existem iniciativas, mas, na prática, é muito difícil de implantar, principalmente pelo pequeno o produtor rural, o produtor que realmente está preservando o meio ambiente.

Eu só queria que vocês tentassem categorizar o produtor que preserva do produtor que está loteando as suas terras, que, aliás, não é produtor é especulador. É preciso olhar com um diferencial essas tarifas e, principalmente, essa bandeira vermelha. Só de bandeira vermelha, veio R$465,00 este mês. E não é justo, eu pelo menos acho que não é justo você preservar e você ser punido por isso.

É o meu recado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O Dr. Marcos vai responder. Só para poder fazer uma resposta conjunta e nós fecharmos a audiência, vamos ouvir a última pessoa inscrita, que é a Dr. Liliana Diniz, Diretora do Departamento de Projetos do Sindicado de Turismo Rural.

Por favor, Drª Liliana.

A SRª LILIANA DINIZ – Bom dia. Obrigada pela oportunidade de usar a fala, as palavras da Márcia, que é nossa conhecida de muitos anos, relata, com minúcias, o trabalho e a luta do produtor rural que, além de produzir, abre as suas porteiras para receber as pessoas e mostrar a beleza do campo.

Gostaria de fazer duas colocações. Quando se fala em diminuir, em subsidiar energia elétrica para o turismo rural, é claro que a gente não está querendo isso para todos porque nem todos merecem, nem todos devem realmente ganhar esse subsídio.

Então, aqui não está se falando de agências de viagem, nem de guias, nem de nada. Está se falando do empresário que tem uma propriedade rural, que produz, produz ou para o seu consumo ou que comercializa o seu produto e que também atua no turismo rural, porque as duas propriedades, as duas categorias dependem de sazonalidade, e se trabalha com muita dificuldade.

Existem problemas nas propriedades que às vezes vocês nem imaginam que possam existir e isso diminui os custos, diminui o lucro, a receita. Muitas vezes se trabalha pelo amor ao trabalho do que propriamente pelo dinheiro em si.

Então, a categoria que deveria ser subsidiada, primeiro, precisa ser regularizada, ter o seu CNPJ, ser legalmente constituída, ser cadastrada no Ministério do Turismo e realmente trabalhar com o turismo rural e com produção. Isso diminui muito a quantidade de pessoas que vão ser subsidiadas e, com toda a certeza, não vai criar esse grande impacto com o qual vocês estão preocupados.

Se houver uma política com gestões eficientes, não vamos ter mais problemas nem na energia elétrica e, com certeza, vamos ter com outros tipos de energias que poderão surgir se houver incentivo, orientação e tudo o mais.

(Soa a campainha.)

A SRª LILIANA DINIZ – Então, nós pedimos, em nome dos proprietários do turismo rural, que analisem todas essas questões com muito carinho.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Vou passar para o Marcos, representante do Ministério de Minas e Energia e também para os demais que quiserem fazer as considerações sobre as duas perguntas.

Marcos.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Eu queria fazer uma sugestão. Eu tenho pessoas da minha família que trabalham nessa atividade. Eles acham que, porque eu sou do Ministério de Minas e Energia, eu consigo dar desconto na luz para eles. A mensagem que lhes dou, que lhes falo é: olha, não consigo, não é isso, não é assim que a gente trabalha.

Então, por exemplo, há atividades em que você precisa irrigar a sua plantação. Já existe hoje um desconto de 73% na sua conta de luz. Então, se você está pagando uma conta de R$1.000,00, você só vai pagar R$270,00 para a atividade exclusiva de irrigação. Só que você só pode irrigar entre 9h, 9h30 da noite até às 6h da manhã. Você tem que procurar a concessionária. Tudo na vida é assim: você tem vantagem e desvantagem. A gente tem que ter criatividade para sair desse problema.

Eu reputo, nós não estamos na bandeira vermelha, nós estamos quase na bandeira roxa. A coisa está feia. Está muito difícil. A energia está sufocando uma série de atividades econômicas e a gente está lutando todo dia, a Aneel está fazendo o trabalho dela – espetacular o trabalho da Aneel –, recentemente, baixou o custo da bandeira vermelha, que era de R$5,50, caiu para R$4,50.

A sugestão que dou, aí, no caso, é esta: procurar a CEB e pedir para instalar um medidor, é um medidor separado, porque ele tem que medir o horário que pode, e aí você consegue irrigar a sua plantação lá com uma tarifa de irrigação que é mais barata. Isso já está previsto, não tem que fazer nada. É uma forma de vocês tentarem...

Senador Hélio, mais uma vez quero parabenizar porque o potencial que este País tem de geração solar e está preso à questão de tributação... É preciso incentivo para o pessoal comprar. Turismo rural é um lugar excelente para se colocar telhado solar nas comunidades. Agora, como é que você vai investir um dinheiro grande para danar se você não tem? No Japão, as placas solares são vendidas em lojas elétricas. Você vai ali, à W3, e compra painel solar e eles mesmos instalam, mas é barato. Aqui, ainda não está. Por isso estou elogian-

do a iniciativa do Senador Hélio. A gente precisa ter criatividade. O Brasil precisa ter criatividade para resolver os problemas.

Concluo a minha fala, Hélio. Nós temos um problema no Brasil que é o seguinte, hoje, a energia está sendo produzida – desculpem-me, às vezes, faço contornos –, mas o Brasil hoje está produzindo energia na base de óleo diesel, e o óleo diesel é caro. Agora, onde está o problema? Se as usinas térmicas estão gerando energia a óleo diesel, a Petrobras vende o óleo diesel a R$1,00 e a térmica compra a R$3,00. Por quê? Dois reais são de imposto e é imposto que é do sr. governador, que é ICMS.

Agora, eu lhe digo, Helio, esse imposto, o governador não pode fazer escola, não pode contratar professor, policial, não pode fazer nada porque é uma receita aleatória. Se amanhã chover, não tem essa receita. Então, o governador poderia abrir mão do imposto para a térmica porque isso vem a bem do Brasil. E ninguém toca nesse assunto. Já tentei várias vezes com o Ministério, mas é porque envolve governador e o governador vem dizer: ah, mas eu não posso perder receita. Essa receita ele não pode contar com ela e nem tinha essa receita. A receita da bandeira tarifária que está sendo taxada, pode olhar na sua conta, tem ICMS em cima da bandeira. Piora a situação para a infraestrutura do País mais ainda.

Então, gente, está na hora de a gente repensar o País senão a gente não consegue fazer com que o custo da energia seja um custo que dê produção. E produção é emprego, é qualidade de vida, é uma vida melhor para todos nós.

O.k., Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, queria passar para a Fabiana.

A SRª FABIANA OLIVEIRA – Depois da fala da Liliana, veio-me uma questão à cabeça.

Enfim, nós sempre damos pareceres a projetos de lei do Senado e da Câmara em relação a essa questão do turismo rural, principalmente. Recentemente, nós, inclusive, demos sobre o PLS 45, de 2012, que também trata dessa questão do turismo rural.

Como a Liliana bem colocou, hoje existe uma informalidade desses produtores rurais muito grande para se trabalhar com turismo no meio rural. Por quê? Porque, se você tem o CNPJ do turismo, parece-me que vocês perdem alguns benefícios que existem em relação a ser produtor rural.

Então, esse PLS hoje vem tentando dirimir justamente essa questão para que o produtor também possa ter o CNPJ, ou seja, ser formal e estar cadastrado no Ministério do Turismo, porque, para nós, hoje, eles não aparecerem nesse quantitativo aqui que nós temos. É um passo inicial para essa regulamentação do setor.

Os segmentos têm necessidades diferentes. Eu vejo que essa questão é bem específica mesmo do turismo rural e dos produtores rurais, digamos assim. Então, de repente, uma saída seja também limitar o projeto, como a Liliana colocou, ao segmento de turismo rural.

Uma sugestão que nós fizemos, inclusive, nesse PLS 45 foi que o critério para que se delimitasse o benefício dado pelo projeto de lei aos produtores rurais fosse a exigência da declaração de aptidão ao Pronaf. Então, você, de fato, só beneficiaria os produtores rurais.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradecido, Fabiana.

Eu queria saber se a Aneel tem alguma consideração.

O.k.?

Por favor.

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – Só fazer um esclarecimento com relação às bandeiras tarifárias, que foram colocadas.

A bandeira tarifária não cria um custo novo na conta de luz, ela muda a forma de cobrar, na verdade.

Antes do advento das bandeiras, o que acontecia era que a Aneel fazia um reajuste tarifário, e a tarifa ficava travada nos doze meses. O custo da geração varia, então, se está mais seco do que foi previsto, você gera mais termoelétricas, etc., e o custo da energia é mais alto. No mecanismo anterior, você esperava doze meses, olhava para trás a diferença entre o que foi previsto e o que se realizou e repassava para o consumidor. Para o consumidor era ainda pior, porque ele já produziu alimentos, no caso rural, já vendeu e, depois, vinha uma conta de luz, porque foi mais caro do que estava previsto na tarifa congelada.

Então, agora, por meio da bandeira, o que nós tentamos é ter um sinal de preços que é mais correto com relação ao que está efetivamente acontecendo no País. Hoje, nós temos uma condição de armazenamento muito crítica, nós estamos com os reservatórios das hidrelétricas muito baixos, por essa razão, nós temos praticamente todo o parque termoelétrico acionado.

Então, o fato é que a energia está muito cara, e, se ela está cara, o consumidor deve saber que a energia está cara, para que possa consumir de uma maneira eficiente, de uma maneira consciente. Então, o instituto da bandeira é isto: se a bandeira é verde, a situação está normal, os reservatórios estão cheios, não está precisando girar termoelétrica, e o consumidor não tem adicional nenhum na tarifa; se a bandeira é amarela, a

situação é intermediária, você está gerando algumas térmicas, mas não está gerando as térmicas mais caras; se a bandeira é vermelha, é porque você está precisando acionar, inclusive, aquelas térmicas a óleo diesel, que são as mais caras do sistema.

A boa notícia é que, em função dessa reação do consumidor, em função do sinal de preços, o consumidor retraiu, e foi possível que o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico determinasse o desligamento das térmicas mais caras, aquelas com custo acima de R$600 por MWh. Em razão dessa decisão...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO CAIXETA MOREIRA – ... a Aneel fez uma audiência pública recente, e agora, já a partir do mês de setembro, o adicional de bandeira vermelha foi reduzido 18%, de R$55,00 para cada MWh, para R$45,00. Então, a partir de setembro, essa conta de bandeira, ainda que seja vermelha, vai ser um pouco menor para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito bem colocado, nosso representante da Aneel, Leandro Caixeta Moreira.

Queria ver se o nosso representante da Abradee quer fazer alguma consideração. Não?

Sr. Fragmar, o senhor quer fazer mais alguma consideração?

O SR. FRAGMAR DINIZ LEITE – Só parabenizar a iniciativa e dizer que é a primeira vez que nós, do setor produtivo, estamos sendo convocados para participar de uma plenária. Isso nos dá certeza de que melhores dias virão. Tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço a todos que estiveram aqui presentes conosco. Foi muito proveitosa esta audiência pública.

Quero colocar a todos que realmente esses projetos de incentivo à energia solar vêm bem ao encontro da modernidade, os próprios Estados Unidos hoje são um grande investidor nessa questão, com usinas fotovoltaicas, usinas heliotérmicas, fazendo a diferença no setor.

Quanto ao Brasil também, na área eólica, eu espero que, nos próximos dez anos, oito anos, no máximo, cinco anos, igual foi com a eólica, nós tenhamos uma boa geração térmica, via fotovoltaica, e eu quero crer, Marcos...

Pode falar, Marcos.

O SR. MARCOS FRANCO MOREIRA – Hélio, eu acho que o projeto da primeira heliotérmica tinha que ser de sua autoria, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois é, sou Hélio, não é?

Então, seria muito importante, porque essa usina dos espelhos, por exemplo, nos Estados Unidos, que é a heliotérmica que nós estamos falando aqui, tem alta capacidade produtiva.

Eu tenho conversado com o Ministro das Cidades, Kassab, que é o Presidente do meu partido nacionalmente, no sentido de todos os projetos agora do Minha Casa, Minha Vida saírem com sustentabilidade tanto orgânica quanto energética, via energias fotovoltaicas, energias alternativas, da biomassa.

Então, queria só agradecer.

Marcos, você manda um abraço ao nosso Ministro Braga, eu estarei lá hoje numa audiência com ele. Mande um abraço para o nosso Presidente da Abradee; ao nosso querido Henrique Eduardo Alves, Ministro do Turismo, um abraço para ele, muito agradecido pela presença; ao nosso Rufino, Presidente da Aneel, também um grande abraço; e ao nosso Fragmar.

É com muita alegria, Fragmar, que nós nos colocamos aqui à disposição. Eu, com o meu mandato de Brasília, Senador de Brasília, quero me aliar ao setor produtivo, eu sei da importância de vocês para a geração do emprego. Vou relatar esse projeto aqui considerando todas as colocações aqui, procurando alternativas, para que nós possamos incentivar sem onerar os nossos consumidores, levando em consideração o aqui colocado.

Muito obrigado.

Considero encerrada esta nossa audiência pública, que foi muito proveitosa. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2015.

Às onze horas e vinte minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Maria do Carmo Alves, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Romário, Eduardo Amorim, Telmário Mota, Ana Amélia, Raimundo Lira, Marta Suplicy, Ronaldo Caiado, Ataídes Oliveira e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Dário Berger, Jader Barbalho, Wilder Morais, Alvaro Dias, Roberto Rocha e Blairo Maggi. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senador Romário passa a presidência dos trabalhos à Senadora Lídice da Mata. Logo após, a presidência inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Manuela D´Ávila, que "Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor acerca de cláusula contratual sobre regime acadêmico e exigência de número mínimo de disciplinas ou crédito para matrícula". O relator designado é o Senador Donizeti Nogueira e o parecer favorável é aprovado, com a Emenda nº 1-CE. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que "Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar". A relatora designada é a Senadora Sandra Braga e o parecer favorável é aprovado, nos termos da emenda nº 1-CDH/CE. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "Disciplina a profissão de Cientista". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o relatório é favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. A matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora. Neste momento, a Presidência passa à votação dos projetos em caráter terminativo. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº343, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Institui o mês de março como o 'MÊS DA POESIA'". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que "Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável, com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE. A apreciação da matéria é adiada por falta de quórum. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles". O relator é o Senador Fernando Bezerra Coelho e o parecer favorável ao Projeto é aprovado, nos termos da Emenda nº 2-CE (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 1, de autoria do Senador Donizeti Nogueira. **Item 7: Projeto de Resolução do Senado nº60, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "Institui o Programa Estágio-Visita e dá outras providências". O relator designado é o Senador Gladson Cameli e o parecer favorável é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes". O relator designado, *ad hoc,* é o Senador Antonio Anastasia e o parecer favorável ao projeto é aprovado, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE. Prosseguindo, a Senadora Lídice da Mata, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 14**). Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 14: Requerimento nº 86/2015-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Romário e Lídice da Mata, que requerem "(...) nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no Desenvolvimento Infantil" a ser realizada no próximo dia 21 de outubro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Françoise Molenat; 2. Dra. Maria Regina Maluf; 3. Dr. Gilles Cambonie; 4. Dr. Luiz Antônio Correa". O Requerimento é aprovado. **Item 13: Requerimento da Comissão de Educação nº 73, de**

2015, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Lasier Martins e Lídice da Mata, que requerem "(...) nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, que tratou de audiência pública para instruir o PLC nº 37, de 2013, que 'dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de droga e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas', a inclusão do seguinte convidado: Representante do Ministério da Saúde". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011; Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013; Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015; e Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011**. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Presidente em exercício, Senadora Lídice da Mata,** encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA LÍDICE DA MATA
Presidente em exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente Romário. É um prazer estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bem-vindo.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Nós temos agora, neste mesmo horário, uma CPI do Carf, e o item 9 é um projeto de minha autoria, de relatoria da Senadora Sandra Braga. V. Exª poderia fazer essa inversão de pauta? Um projeto tão importante, Presidente Romário... E aí eu iria para a CPI do Carf.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador, a gente vai inverter sim, mas a partir do momento em que a Senadora estiver presente na sala.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Infelizmente não.

Eu vim aqui abrir esta reunião porque eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É um pedido da própria Senadora.

Eu estou presidindo também a CPI do Futebol. Nós temos alguns convidados lá, está em pleno curso e, como não poderia ser diferente, bastante interessante, assim como esta Comissão também é. Então, terei que me ausentar por alguns minutos. Vou passar a Presidência desta Comissão a minha amiga e companheira de Partido, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Passamos à deliberação da pauta. Como estão ausentes os relatores dos itens anteriores, eu vou passar logo à apreciação do item 8, que é o primeiro item com relatoria presente.

Enquanto isso, a Secretaria poderia conversar com o Senador Ataídes, para ver como fica o projeto dele.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta § 2º ao art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor acerca de cláusula contratual sobre regime acadêmico e exigência de número mínimo de disciplinas ou crédito para matrícula.

Autoria: Deputada Manuela D'Ávila
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda de Redação que apresenta.
Observações:
Matéria a ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal

Passo, portanto, a palavra ao Relator, Senador Donizete Nogueira, para a leitura do relatório.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Presidenta, Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 52, de 2014 (PL nº 375, de 2011, na origem), da Deputada Manuela d'Ávila, que dispõe acerca de cláusula contratual sobre regime acadêmico e exigência de número mínimo de disciplinas ou créditos para matrícula em instituição privada de ensino. Para tanto, acrescenta §2º ao art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

Nos termos do art. 1º da proposição, os contratos de serviços educacionais devem conter cláusula que explicite o regime acadêmico adotado pela instituição de ensino e a exigência, se ela existir, de matrícula em número mínimo de disciplinas ou créditos por período letivo.

O art. 2º estipula que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa, a proposição não recebeu emendas.

Análise.

O PLC nº 52, de 2014, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Cabe, ainda, a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa legislativa, ela será objeto de apreciação unicamente nesta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos Parlamentares (art. 61). A proposta, portanto, não infringe qualquer dispositivo da Constituição Federal. Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame.

A Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que a proposição em análise pretende alterar, dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e estabelece, em seu art. 2º, que o estabelecimento de ensino deverá divulgar, em local de fácil acesso ao público, o texto da proposta de contrato "no período mínimo de quarenta e cinco dias antes da data final para matrícula, conforme calendário e cronograma da instituição de ensino".

De antemão, é de realçar que o PLC nº 52, de 2014, está em consonância com os ditames da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, cujo Capítulo VI trata meticulosamente da proteção contratual.

Observe-se que o contrato de prestação de serviços educacionais é um contrato de adesão. Segundo o *caput* do art. 54 dessa norma, contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

Destaque-se, igualmente, que o art. 54, §3º, determina que os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis. Ademais, as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão, como preceitua o §4º desse artigo.

Portanto, essa divulgação prévia do contrato de prestação de serviços educacionais, que visa a dar conhecimento aos contratantes a respeito das condições com as quais eles se comprometem, guarda harmonia com as disposições do código consumerista.

A proposição em comento, por sua vez, procura tornar esses contratos mais específicos em relação a um ponto bastante relevante, qual seja a explicitação do regime acadêmico adotado no curso, além da explicitação da existência ou não de um número mínimo de disciplinas ou de créditos a serem obrigatoriamente cursados por período letivo.

As cláusulas contratuais que passarão a ser obrigatórias definirão, por exemplo, se o curso a ser contratado será feito em regime seriado ou em matrículas por disciplinas, além de explicitar quantas disciplinas o estudante deverá cursar obrigatoriamente por semestre ou outro período temporal, nos casos em que haja esta exigência.

A proposição, portanto, não impõe nenhum ônus às instituições de educação superior quanto à sua organização administrativa, financeira, pedagógica ou didática. Ela apenas estabelece a obrigação de que os contratos de prestação de serviços educacionais cumpram as exigências que mencionamos, de forma a ofere-

cer ao estudante (consumidor) informações adequadas e claras sobre o serviço que está adquirindo, conforme reza o art. 6º, inciso III, do CDC.

Em razão do exposto, sob a perspectiva do mérito, o PLC nº 52, 2014, merece a acolhida desta Comissão. Entretanto, no que tange à técnica legislativa, identificamos a necessidade de um pequeno reparo de concordância nominal mediante a apresentação de emenda de redação.

Voto.

Em vista do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 52, de 2014, com a emenda de redação a seguir indicada:

> EMENDA Nº CE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2014, a seguinte redação:
> Acrescenta §2º ao art. 2º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor acerca de cláusula contratual sobre regime acadêmico e exigência de número mínimo de disciplinas ou créditos para matrícula.

Esse é o voto, Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer com a Emenda de Redação nº 1 da CE.

Parabenizo o Senador Donizeti e a Deputada, ex-Presidente da União Nacional dos Estudantes, pela aprovação do seu projeto.

Agora vamos ao item 9 finalmente, Senador Ataídes.

Na verdade, há uma *praxis* da Comissão de só colocar a relatoria *ad hoc* após a vinda de, pelo menos a três sessões, um projeto a Plenário.

Esse projeto é um projeto do interesse das mulheres e compreendo que V. Exª esteja angustiado para vê-lo ser analisado. Foi feito um acordo com a Relatora, a Senadora Sandra Braga, com V. Exª e com a Senadora Simone Tebet, que será Relatora *ad hoc*.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, de 2013
- Não terminativo -

> *Altera a Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006, que Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, para determinar a reserva de vagas gratuitas nos cursos técnicos de formação inicial e continuada, oferecidos pelos Serviços Nacionais de aprendizagem, para mulheres em situação de violência doméstica e familiar.*
>
> **Autoria:** Senador Ataídes Oliveira
> **Relatoria:** Senadora Sandra Braga
> **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CDH.
> **Observações:**
> *Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Passo a palavra à Relatora *ad hoc* Simone Tebet, para a leitura do relatório.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, é honrosa a minha missão. Fico realmente gratificada em poder relatar *ad hoc* esse projeto que considero de suma importância.

Como Presidente da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher não poderíamos estar mais felizes com esse projeto. Sei que não é terminativo nesta Comissão, vai para a CCJ, mas se for aprovado por esta Comissão vamos fazer empenho para que esse projeto seja aprovado o mais rápido possível na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo agora ao relatório da nobre e querida Senadora Sandra Braga.

Chega para análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013, de autoria do Senador Ataídes Oliveira, que altera a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, com a finalidade de reservar 5% das vagas oferecidas nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem para as mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar e às que são cotidianamente submetidas às mulheres em todo o mundo.

Na justificação do projeto, o autor lembra a luta contra a violência doméstica e familiar que aflige muitas mulheres em todo o mundo e ressalta a necessidade de busca de novas estratégias para eliminar essa forma de submissão e violência. É nesse contexto que se deve enquadrar o projeto apresentado, o qual, mediante o acesso à educação, aumenta as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para a mulher, favorecendo o rompimento do ciclo de violência a que muitas são submetidas.

O PLS foi inicialmente encaminhado para a apreciação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Após o exame da CDH, contudo, foi determinada a análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), por força da aprovação do Requerimento nº 828, de 2013, do Senador Cyro Miranda. A seguir, a matéria foi apensada a outra proposição e, depois, dela desapensada, continuando sua tramitação autônoma.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos regimentais, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa forma, a apreciação do PLS nº 233, de 2013, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

Conforme alegou o parecer da CDH, o projeto, ao estimular a formação profissional de mulheres que enfrentam o drama da violência doméstica e familiar, oferece a elas a oportunidade de superar as condições de dependência que, muitas vezes, são determinantes para que elas se submetam a condições desumanas. A proposição procura, assim, romper o ciclo vicioso da falta de qualificação profissional, da dependência econômica e da violência doméstica imposta a muitas mulheres.

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nacional, "a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia", podendo ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

É bem conhecido o valor dos cursos de educação profissional oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (Senat), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A reserva de 5% das vagas oferecidas nos cursos dessas entidades às mulheres vitimadas pela violência doméstica e familiar contribuirá, por certo, para a sua qualificação profissional e para a formação de novos padrões de comportamento no âmbito de famílias em que se manifestam situações de violência contra a mulher.

Desse modo, no que concerne ao mérito, o projeto em exame é digno de acolhimento por esta Comissão.

No que se refere à técnica legislativa, concordamos com os termos da emenda de redação oferecida pela CDH, que confere mais concisão à ementa, além de tornar mais explícitos os seus objetivos, em consonância com o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Diante do exposto, Srª Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2013, acolhida a emenda de redação da Comissão de Direitos Humanos.

Quero, se me permitir, Srª Presidente, parabenizar o nosso Senador Ataídes pela iniciativa. É um projeto importantíssimo para que possamos romper esse ciclo de violência principalmente doméstica.

Sabemos que, para se romper esse ciclo, é importante darmos condição econômica para que a mulher possa ter condições de sobrevivência fora de casa, com seus filhos, ou mesmo dentro de casa, expulsando assim o agressor.

Dados do DataSenado, instituto do Senado Federal, que foram recentemente publicados e se encontram hoje na página – se me permitir a propaganda – do Senado, www.datasenado.leg.br trazem exatamente esses números espantosos e mostram que quanto menor o grau de escolaridade da mulher, mais vítima de violência ela é, talvez porque esse ciclo não se interrompe. Não acontece uma, duas ou três vezes. Acontece muitas vezes, diariamente, por anos seguidos, porque a mulher não tem condição econômica de interromper esse ciclo de violência.

Eu recentemente vi na televisão – é importante mencionar – que, se nós não tomarmos providências nesse sentido, Senador Ataídes, nós só conseguiremos igualar, por exemplo, a condição da mulher em relação ao salário em relação ao homem no mercado de trabalho daqui a exatamente 80 anos. Em 2095, nós poderemos falar de igualdade de salários no mercado de trabalho, com a mulher ocupando a mesma função, e às vezes com o mesmo grau de escolaridade. Então, esse é o início de um caminho, mas é importante que ele aconteça.

Eu apenas quero, se me permitir, ainda que não nesta Comissão, porque nós não queremos atrapalhar o andamento desse projeto, também enaltecer a relatoria da Senadora Ângela na Comissão de Direitos Humanos. Sei que foi ela a Relatora. Eu gostaria apenas de fazer aqui uma observação. Acabei de verificar que o projeto, no seu art. 9º, no §2º, estabelece que as mulheres em situação de violência doméstica ou familiar que optarem por participar dos cursos de que trata o *caput* serão encaminhadas aos serviços nacionais de aprendizagem e ao Sebrae pelo Ministério Público.

Eu quero dizer que, pela Lei Maria da Penha, hoje a Defensoria Pública é extremamente atuante, e nós temos um juizado especializado, que não deixa de ser preventivo. Então, poderíamos talvez melhorar esse projeto, a fim de evitar dúvidas e questionamentos por parte das empresas S. "Mas não foi o Ministério Público que apresentou?" Às vezes, o Ministério Público não apresenta. A mulher tem o primeiro contato, quando ela é agredida, com a defensora ou com o defensor público. Então, se nós pudéssemos colocar aqui que esse encaminhamento pudesse ser feito pelo Poder Judiciário, de ofício, ou por solicitação da Defensoria Pública e do Ministério Público, nós conseguiríamos atender 100% – acredito – daquilo que estava na intenção do nobre Senador Ataídes.

Também no art. 9º, quando se fala em encaminhamento das informações de quantas matrículas foram feitas, de quantas mulheres estão nesses cursos gratuitos, nós poderíamos, Senador Ataídes, incluir, além de serem comunicados semestralmente ao Tribunal de Contas e aos Ministérios do Trabalho e da Educação, a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, porque ela está justamente coletando dados em relação a essa questão. Se puder ser incluído, acho que seria uma grande contribuição ao projeto. Se não, faremos a emenda para não prejudicar a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça.

Era o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a palavra, o autor do projeto, Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Obrigado, Srª Presidente.

A Senadora Simone Tebet, a cada dia nesta Casa, me surpreende mais. Ela acaba de chegar aqui, de repente pega uma relatoria *ad hoc*, e disse tudo. Eu ia fazer um breve relato sobre o projeto, mas agora desnecessário se faz, depois de tudo isso que ela colocou aqui para nós, inclusive dizendo que nós podemos melhorar o processo, principalmente com relação a não somente o Ministério Público encaminhar essas mulheres que sofrem agressão doméstica, mas também a Defensoria Pública e, de repente, o Poder Judiciário. Então, isso só vem melhorar.

Eu queria fazer um comentário, Presidente. A Lei Maria da Penha veio como uma luva, uma salvadora da pátria para as mulheres. Mas quando eu cheguei a esta Casa, em 2011, eu percebi que não era o suficiente.

As mulheres apanhavam desses malandros e, na semana seguinte, estavam no mesmo lar a apanhar desses maridos. Eu, então, fui buscar mais informações, o porquê disso, se elas gostavam realmente de apanhar ou não. A conclusão era de que a causa maior era a dependência econômica e financeira dessas mulheres, que ali tinham dois, três, quatro, cinco filhos na barra da saia. Elas não poderiam sair de perto desses maridos. Preferiam continuar apanhando a deixar esses filhos passarem necessidade. Esse é o motivo maior desse nosso projeto.

O Sistema S, Presidente Lídice, tão competente também, a quem sempre tenho elogiado, foi criado na década de 40 com um único objetivo: qualificar a mão de obra, levar lazer e saúde ao trabalhador gratuitamente. Para isso, o art. 149 da nossa Constituição Federal criou essas contribuições sociais, que mantêm o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sest, Senat, Senar). Esses recursos chamados de contribuições sociais são tributos, são descontados sobre a folha de pagamento bruto do trabalhador. Isso já está pacificado dentro do Supremo Tribunal Federal como tributo. Então, eu queria deixar essa mensagem.

E esses 5% para a qualificação dessas mulheres representam praticamente nada para o sistema. Para se ter noção, Presidente, para uma dona de casa lá no Tocantins, no meu querido Estado, fazer um curso de cabeleireira para ajudar na renda familiar ou para deixar de apanhar desse marido, ter o seu sustento e dar a mantença dos seus filhos, ela tem que pagar R$1.680,00 por esse curso. Ou seja, o sistema deveria ser gratuito, mas não passa de 13% a gratuidade do sistema.

Por derradeiro, eu sempre digo que sou um defensor do sistema, e aqui está o querido Senador Paim, que teve formação através do Sistema S. Então, temos que aprimorar o sistema e não acabar com ele.

Aqui tenho mais uma informação, que acabou de chegar às minhas mãos, só para elucidar um pouco mais o que vai representar esses cursos gratuitos para essas mulheres que sofrem agressão familiar. Acabei de

receber um acórdão do Tribunal de Contas da União. O Sistema S tem, hoje, R$17.594.054.827,00. Ou seja, isso não representa absolutamente nada.

Peço aos nossos pares que aprovem este projeto. Lamentavelmente, este projeto não era para estar nesta douta Comissão. Lamentavelmente, uma pessoa que defendia o Sistema S colocou o projeto aqui. Já era para este projeto, Senadora Simone, estar aprovado, e muitas dessas mulheres já terem saído das mãos desses malvados maridos.

Muito obrigado.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Para discutir, Srª Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, me permite uma questão de ordem?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não quero que nenhum Senador ou Senadora me leve a mal, vou votar favoravelmente ao projeto, mas não dá, Srª Presidente. A gente é o primeiro a chegar aqui – não é o seu caso – e sempre há um Senador que pede para antecipar a sua votação porque tem que sair, o que até entendo. E os projetos daqueles que chegam aqui no início não são votados.

Eu estou com alguns projetos aqui há algumas semanas. Como não sou de reclamar, fico quietinho esperando a minha vez, mas um pede para o seu projeto ser votado primeiro, se retira, e aqueles que estão na fila aqui não veem os seus projetos serem aprovados.

Não é o caso aqui. É a primeira vez que o Senador Ataídes faz esse pedido, então, entenda que não é dirigido a V. Exª, mas nós tínhamos que ter um critério, Srª Presidenta.

Os não terminativos, enquanto não se dá o quorum, vamos seguir a ordem. Estando presente o relator ou o autor, vamos permitir que sejam votados. E os terminativos depois vamos na sequência, porque, senão, Srª Presidenta, fica ruim, e a gente tem que ter uma posição até, digamos, antipática, como essa que eu estou tendo agora, mas é para ajudar e até pedindo desculpas já para o Senador Ataídes, que não é o caso dele. É a primeira vez que ele diz que tem que sair e pediu uma votação, mas voto tranquilamente favorável ao seu projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certamente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Pela ordem, Srª Presidente.

Na verdade, o que o Senador Paim está falando, a gente tem visto isso em várias comissões. E isso é lamentável.

Mas, aqui, Senador Paim, nós pedimos, *a priori*, a inversão de pauta porque nós temos o Carf, mas não fomos atendidos. Então, começou pelo item 8 e, ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu só peço que vá na sequência agora.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... consequentemente, o item 9 era o nosso, mas V. Exª está correto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Irá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu só peço que continue a sequência.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A ordem iniciada pelo item 8 deu-se em função de não termos aqui presentes os relatores das outras proposições.

Os itens do Senador Paim são 11 e 12, se não me engano, e nós vamos seguir a ordem. Havia, no entanto, solicitado, pela ordem, a Senadora Sandra e pedido para discutir, a Senadora Ângela.

Vou passar a Senadora Sandra, que seria a Relatora, e depois passo a Senadora Ângela para que possamos ir a votação.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada, Srª Presidenta.

Apenas para elogiar. Eu gostaria de elogiar a iniciativa e o projeto do Senador Ataídes, o qual eu sou plenamente favorável. Quero pedir desculpas por não estar aqui no horário, eu cheguei um pouquinho atrasada, mas foi brilhantemente defendido pela Senadora Simone Tebet. Quero dizer que esse tema é unanimidade. Nós que somos mulheres, que trabalhamos em nossos Estados, em nosso governo, com esse tema, sabemos a importância dessa independência financeira para que a mulher possa seguir em sua vida e sair dessa situação de alto risco. Então, eu pediria, eu peço a todos a aprovação deste projeto.

Nós estamos de acordo. No Estado do Amazonas, fizemos vários projetos com relação à proteção da mulher e é muito importante que elas tenham essa oportunidade, esse amparo de trabalho, de cursos para qualificação e serem inseridas de novo no mercado de trabalho e, assim, dar continuidade em suas vidas.

Então, parabéns ao Senador Ataídes, eu fiquei bem impressionada com o seu projeto e pediria a todos os nossos colegas pela aprovação deste projeto.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra a Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muita obrigada, Srª Presidenta.

Eu, também, gostaria de manifestar-me favorável a este projeto de autoria do Senador Ataídes, que foi muito sensível em apresentar esta proposta que visa a destinar 5% das vagas dos cursos de formação profissional do Senac, Sesi, enfim, do Sistema S, para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Sem dúvida nenhuma, um projeto de extrema relevância.

A Bancada feminina na Câmara e no Senado tem sido, como disse a Relatora, Senadora Sandra Braga, e a Senadora *ad hoc*, Senadora Simone, tem sido uma unanimidade. Tem havido consenso entre todas nós em projetos e iniciativas que visem a dar condições a mulher vitimizada.

Eu gostaria de destacar aqui que, além dos cursos que são oferecidos pelo Sistema S, proposto pelo Senador Ataídes, nós temos, também, cursos no Sistema Federal de Educação Tecnológica, que também pode oferecer cursos para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e, também, cursos do Pronatec, que, inclusive, tem já um percentual que se destina a dar qualificação profissional para essas mulheres que vivem em situação de humilhação, sofrendo violência moral, psicológica, física e que precisa, sem dúvida nenhuma, que nós, aqui, no Congresso Nacional, estejamos atentos, legislando em favor dessas mulheres.

Eu gostaria de lembrar aqui que nós tivemos a CPMI de Violência contra a Mulher, que verificou, investigou, fez diligência em quase todos os Estados brasileiros e constatou também a omissão do Poder Público em relação a essas mulheres.

Nós não podemos deixar de valorizar e destacar a importância da efetivação da Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha precisa ser cumprida por Estados, Municípios, pelos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo. Ela precisa ser cumprida sem dúvida nenhuma.

Agora, Senadora Lídice da Mata, nossa Presidente, nós observamos que não existe uma movimentação no sentido de assegurar mais recursos para que Estados e Municípios possam ampliar essa rede de proteção que atende a mulher vitimizada. Nós temos 5.565 Municípios brasileiros. Nós não temos nem 500 delegacias especializadas no atendimento à mulher, com pessoas qualificadas, preparadas para receber essas mulheres num momento de extrema fragilidade emocional.

As defensorias públicas, os núcleos de atendimento no Ministério Público... Falta muito ainda para se cumprir a Lei Maria da Penha. Eu gostaria de destacar isso, porque fiz parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que investigou, visitou Estados, fez diligências e constatou essa situação muito preocupante das mulheres brasileiras.

Mas eu gostaria aqui de parabenizar o Senador Ataídes por esse projeto tão relevante para as mulheres brasileiras, principalmente aquelas que são vitimizadas em seus lares, com a sua família.

Era isso. Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu agradeço a participação de todos e todas.

Quero apenas perguntar à Senadora Sandra se ela deseja o retorno da relatoria.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sim, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – De forma que está retornada a relatoria.

A Senadora Simone Tebet fez algumas sugestões de modificações, mas no sentido de que ela fosse modificada na CCJ para não dificultar a sua tramitação. Então, é apenas uma praxe a questão da relatoria. A senhora é a Relatora. A Senadora Simone Tebet foi Relatora *ah doc* apenas para consolidar a ideia de que a senhora é a Relatora original.

Sendo assim, não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles Srs. Senadores e Srªs Senadores que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer com a Emenda de Redação nº 1 da CDH, tendo e recebendo o nosso aplauso, Senador Ataídes. (*Palmas.*)

As mulheres, além de parabenizar, confraternizam-se com a solidariedade de V. Exª.

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2015
- Não terminativo -

Disciplina a profissão de Cientista.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Passo a palavra à Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, para a leitura do relatório.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Eu gostaria de retirar da pauta essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A Relatora retira da pauta o relatório. É regimental. É um direito da Relatora.

Então, passaremos ao item 11.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, como o autor está presente e o Relator não está, com o mesmo critério que foi adotado antes, eu pediria que alguém pudesse fazer o relatório *ad hoc*.

O Senador aqui ao lado diz que estaria disposto a...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pronto. O item 12 diz respeito a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Onze.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Item 11.

Recebemos aqui, no caso do 11, a informação de que o Relator, que é o Senador Alvaro Dias, está na CAE e que vem relatar. Então, vamos começar... Como os dois são de autoria do Senador Paim, eu proponho que passemos para o 12 enquanto ele vem. Se ele não chegar até ao final da votação desse projeto, nós designaremos um relator *ad hoc*.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, de 2011
- Terminativo -

Institui o mês de março como o "MÊS DA POESIA".

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável ao Projeto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu agradeço, porque é o mês do meu nascimento também.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Maria do Carmo Alves, para a leitura do relatório.

Quero ressaltar que o projeto é terminativo nesta Comissão.

Por enquanto, ainda não temos quórum. Portanto, nós vamos apenas fazer a leitura. Se alcançarmos o quórum, colocaremos em votação.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu vou me ater à análise do projeto.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, categoria em que se enquadra o Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011.

Neste momento, tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal ao Requerimento nº 4, de 2011, da CE, que trata do estabelecimento de datas comemorativas, faz-se necessário avaliar a proposição segundo os novos procedimentos legislativos que, em rigor, estão vigorando desde o dia 9 de dezembro de 2010.

O voto proferido no parecer da Comissão de Constituição e Justiça determina, em seu item "a", que os projetos de lei – independentemente de sua data de apresentação, antes ou depois da publicação da Lei nº

12.345, de 9 de dezembro de 2010 – que se encontrem pendentes de apreciação pela CE ou pelo Plenário e que não atendam ao critério de alta significação estabelecido no art. 1º da referida lei deverão ser rejeitados por injuridicidade.

Do processo consta a transcrição de audiência pública, ocorrida no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, em que se debateu o tema poesia e direitos humanos.

Em igual sentido, o sumário da tramitação do projeto atesta a realização de uma segunda audiência pública, no dia 1º de julho de 2015, já mencionada, o que confirma o atendimento dos ditames da Lei nº 12.345, de 2010.

Entendemos que a alta significação da poesia para a sociedade brasileira é inquestionável. As letras nacionais não teriam a identidade consolidada que têm não fosse o zelo com que nossos poetas se dedicaram a cantar não apenas os amores, mas também as ignomínias e as injustiças; não apenas os heróis, mas até mesmo os anti-heróis.

Em todas as suas vertentes, da lírica à épica, a poesia brasileira mostra um vigor incomparável. Ainda no Neoclassicismo, quando nem mesmo se considerava que houvesse uma literatura brasileira, os poetas inconfidentes deixaram para a posteridade obras imortalizadas.

Nesse período, obras de Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama e de Cláudio Manuel da Costa são o testemunho do vigor poético que as terras brasileiras inspiravam mesmo nesses intelectuais de formação europeia.

No Barroco, salienta-se a produção poética de Gregório de Matos, o Boca do Inferno. Ele não apenas fazia chiste com os costumes arrevesados da sociedade, mas inspirava já, com seus versos, a crítica social que os jovens, principalmente, precisam preservar. Seus célebres versos sobre a inoperância dos poderes até hoje são utilizados em protestos.

Posteriormente, com o Romantismo, aí, sim, teríamos uma torrente de pensamento original de imagens e de sentimentos a serem expostos ao mundo, como na fenomenal obra de Gonçalves Dias, que colocou o Maranhão no mapa da literatura nacional, particularmente em sua épica indígena, em que cantou com coragem o ponto de vista do habitante original desta terra, antes da chegada dos portugueses. É tal o poder da poesia que ela pode mesmo ser profética. Quem haveria de prever a destruição de nossas matas com tanta clareza, ainda no início do século XIX, senão um poeta-profeta, como se pode ver nos versos de O Canto do Piaga?

E o que dizer da força poética de nossos modernistas – de cuja semana de arte, em 2012, celebramos os 90 anos? Que seria da literatura brasileira sem Mário de Andrade? Que seria da identidade cultural brasileira, se não fosse Oswald de Andrade e sua transgressão estética e de costumes? Sem tais poetas, a elite intelectual brasileira não teria sido movida a ouvir a voz do povo, coisa que a política demoraria muitas décadas a começar a fazer.

Drummond, Bandeira, Gullar, cada um a seu modo, representam, com seu engenho e arte, o que possa ser considerado como monumentos os mais representativos das letras poéticas nacionais.

Não poderíamos concluir este voto sem evocar aquele que, vindo das selvas amazônicas, fez soar sua voz subversiva em tempos sombrios. Fazia escuro, mas Thiago de Mello cantava. Aquele que ousou, num tempo de medo e de censura, propor, poeticamente, Os Estatutos do Homem.

E mais: Silêncio e Palavra, Narciso Cego, A Lenda da Rosa, Faz escuro, mas eu canto, Poesia comprometida com a minha e a tua vida, Horóscopo para os que estão vivos, Mormaço na floresta, Vento Geral, Num campo de margaridas e De uma vez por todas.

E é em nome de Thiago de Mello, nascido a 30 de março de 1926, e de sua obra que o autor do PLS nº 343, de 2011, propõe que o mês de março seja dedicado à poesia.

Quanto ao mérito, não há, pois, o que contrapor. No que respeita à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade, a proposição não apresenta qualquer vício.

Portanto, nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2011.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em discussão.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim pela iniciativa – acho que todos nós temos que valorizar muito a poesia – e a Senadora Maria do Carmo, que fez um belíssimo e poético relatório.

Só queria fazer o registro, evidentemente, do meu apoiamento, mas, sendo oriundo do Estado de Minas Gerais, terra dos grandes poetas que foram citados, inclusive os Inconfidentes, e, mais recentemente, entre todos os grandes, Carlos Drummond de Andrade, devo considerar que Thiago de Mello representa todos. E o

mês de março, a despeito de seu nome ser dedicado ao Deus da Guerra, significará, de fato, entre nós, o Deus da Poesia e, por isso mesmo, será um mês lírico com a chegada das estrofes e dos belos versos.

Parabéns, Senador Paim!

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Além de parabenizá-lo da Presidência, Senador Paim, quero também lembrar, em nome da Bahia, que o dia do nascimento de Castro Alves, o grande poeta abolicionista, é justamente 14 de março. Portanto, março é realmente um mês de poetas.

Alguns que estudam Astrologia veem, portanto, em março o mês daqueles nascidos em Peixes e destacam a sensibilidade dos nascidos em Peixes, especialmente os homens que se tornam poetas e, às vezes, correndo o risco, políticos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, só para descontrair. É para votar.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Homens e mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não vou dizer o dia em que nasci, senão...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu sei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... vão achar que estou legislando em causa própria.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Mas eu sei o dia em que V. Exª nasceu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não vou dizer, não.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu sei o dia em que V. Exª nasceu. Por isso, eu disse que...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A senhora disse 14 de março. Eu pensei: "Ela vai chegar lá."

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... pode também ser político. Conheço muitos políticos.

Eu nasci em 12 de março.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa e dizer da importância do projeto, porque a poesia não é uma invenção. Ela é resultado da capacidade que o poeta tem de ler e de copiar o cotidiano, o sentimento, as dores, as alegrias do povo, da natureza e do mundo. Então, a poesia expressa, na realidade, de forma lírica, acontecimentos que vêm tocar a alma e o coração da gente.

Senador Paim, é muito merecida a sua iniciativa à poesia. Parabéns pela sua iniciativa de nos trazer matéria de tamanha importância para que pudéssemos deliberar nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – E assim já dizia o Boca do Inferno, Gregório de Mattos: "Triste Bahia! Ó quão dessemelhante", marca que, até hoje, a nossa terra registra: a da desigualdade social. Mas haveremos um dia de superá-la totalmente.

Em votação.

Não havendo mais quem queira discutir...

Desculpa. Esse é um projeto terminativo. Apesar de já termos tido um número maior de Senadores que aqui chegaram, ainda não temos o quórum suficiente para isso.

Senador Lasier se inscreveu?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Nobre Senadora...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Simone.

Desculpa.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Imagina.

No mesmo sentido, quero parabenizar o autor e dizer que a poesia não fala apenas do cotidiano; muitas vezes fala daquilo que precisamos ouvir.

Em homenagem ao Senador Anastasia, eu me lembrei – corrija-me se eu estiver errada – do poeta mineiro Affonso Romano de Sant'Anna. Recentemente, vendo uma participação dele pela televisão, lembrei-me de uma poesia que acho que cai muito bem para o momento do País, o momento que vivemos neste País. Desculpem-me porque eu não sei o poema na íntegra, é óbvio.

Erguer os olhos acima do rebanho é um risco que alguns insolentes correm. O cotidiano normal é continuar olhando as gramíneas, como faz a habitual manada. Mas alguns ousam erguer a cabeça, olhar para frente e ver a direção de onde vem o logo. O rebanho depende de um olhar.

O Brasil, Srª Presidente, também depende de um olhar. Estamos precisando, mais do que nunca, de um olhar que nos direcione para o caminho certo. Já sabemos de onde vem o lobo. O lobo vem nos desajustes fiscais, nos gastos excessivos, na corrupção, no aumento da inflação, nos juros elevados. Esses são os lobos. Nós precisamos de alguém que tenha a coragem de nos dirigir, de dirigir este País e todos nós para o caminho certo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me, Srª Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não poderia deixar de cumprimentar a nobre Senadora Maria do Carmo.

Eu sei que o projeto vai ser votado só quando houver quórum, mas, querida Senadora Maria do Carmo, eu queria cumprimentá-la pelo brilhante relatório feito aqui, dando uma enorme contribuição com argumentos.

Uma vez, eu ouvi do Senador Cristovam a seguinte frase: a revolução passa pela educação. Eu entendo que a poesia, Senador Cristovam, repetindo a sua frase, também. Olhando para o mundo, fui ver sempre que, nas grandes revoluções com cunho social, os poetas sempre estiveram do lado certo.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

Está faltando apenas um para alcançar o quórum, mas vamos passar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu sugeriria que votassem nessa matéria os que estão presentes, enquanto a assessoria da Comissão buscasse, com um ramo poético e um ramo de flores, para vir aqui o próximo, um voto só. Enquanto isso, daríamos sequência. Não sei se regimentalmente é possível isso, seria apenas por economia processual.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – A Secretaria da Mesa diz que é complicado, porque podemos correr o risco de não chegar esse um que falta, de forma que o próximo projeto é um projeto não terminativo e também de autoria do Senador Paulo Paim, já com o acordo de que o Senador Alvaro Dias transfira a relatoria *ad hoc* ao Senador Antonio Anastasia.

Eu creio que nós daríamos esse tempo para que, quem sabe, o Senador Alvaro Dias possa chegar até aqui e completar o quórum.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Srª Presidente, pela ordem, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Seria possível termos inversão de pauta para o item 7, do qual eu sou Relator.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós acabamos de debater essa questão, Senador Cameli, justamente no sentido de que pudéssemos seguir, foi uma deliberação do Plenário, a ordem dos projetos, item a item, principalmente esse item, que já tinha sido ultrapassado, que é o item 11, nós já fomos para o 12 e estamos voltando para o 11.

Então, logo depois...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nós temos o quórum.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Chegando agora.

Quórum.

Podemos ir à decisão proposta pela Senadora Ana Amélia.

Então, nós vamos, Senador, votar o projeto, o item 12, do Senador Paulo Paim, cuja Relatora é a Senadora Maria do Carmo, que cria, institui o mês de março como o mês da poesia.

Vamos, portanto, recolher os votos, passar à votação.

Vamos proceder à chamada nominal.

Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a Relatora, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Paulo Paim, autor do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, claro, com a Relatora, e cumprimentando o trabalho dela.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a Relatora, e parabéns ao Senador Paim pela iniciativa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senadora Maria do Carmo, voto conhecido.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Dalírio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com a Relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com a Relatora, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Aprovado o projeto.

Vamos, então, voltar à ordem inicial.

Assim, também ajudaremos o Senador Cameli.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2011
- Terminativo -

Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica.

Autoria: Senador Zeze Perrella
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o projeto, outra para as emendas.
2- Realizada Audiência Pública em 10/4/2013, conforme requerimento de autoria do Senador Aníbal Diniz.
3- Na Reunião de 11/8/2015, foi lido o Relatório e adiada a discussão.

Não é possível, caiu o quórum agora, acabou de sair o quórum, corra atrás do quórum. (*Risos.*)

De forma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu acho que foi providencial.

O Governo não queria que votasse essa matéria, mas eu acho que o melhor seria, nesse caso, o Governo oferecer uma alternativa.

É uma matéria tão singela, porque a contratação é uma contratação pelos clubes do seguro para os técnicos.

Aliás, hoje técnico de futebol é uma profissão de altíssimo risco, todos foram demitidos, mas não é por isso que o seguro existe. O seguro existe se houver algum acidente de carro ou um acidente como o que aconteceu com o Ricardo Gomes, que teve um AVC em pleno jogo de futebol e ficou quatro anos sem poder trabalhar. Aconteceu com o técnico do Vasco da Gama, ele voltou só agora, e isso foi em 2011.

O clube é uma empresa, o clube de futebol profissional. Hoje a Lei Pelé já prevê que o clube pague o seguro do atleta, mas não prevê para o treinador de futebol. E esse foi o caso que inspirou o Senador Zeze Perrella. Então, ele, como Presidente que foi do Cruzeiro, apresentou esse projeto, e eu o acho extremamente

importante. Parece que o Ministério do Esporte tinha alguma argumentação para fazer, mas eu penso que era uma matéria líquida e certa.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só pela ordem, para ajudar.

Senadora Ana Amélia, até para ajudar para votar o projeto, eu tenho aqui a orientação do Governo, e a orientação, nesse caso, é votar com a senhora. Então vamos trabalhar para botar esse votinho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Paim.

Eu agradeço, porque é o clube que vai pagar, não há gasto da Previdência, não há gasto nenhum. É o clube que vai pagar isso.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É só para reafirmar o que o Senador Paim falou.

Inclusive, veio um comentário da Liderança do Governo, dizendo que é positivo, para nós votarmos a favor da matéria.

Então, não é o Governo que tirou o quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, eu fico grata, porque está bem explicado: conseguindo o quórum, nós já sabemos o que é. Eu fico muito feliz, Senador Donizeti, Senador Paim, com o apoio do Governo, então está liquidado.

O outro projeto, Senador – até para facilitar, porque aqui os Senadores que estão presentes já sabem –, que também é terminativo, eu apresentei – está aqui o autor, que é o Senador Cristovam Buarque. É o item 4, se eu não me engano, e é uma matéria muito importante, do ponto de vista social.

Aqui apenas faço a rememorização para os colegas Senadores.

O voto é pela aprovação do projeto do Senador Cristovam, com duas emendas aprovadas.

> Art. 2º O estudante de graduação de instituição federal de educação superior beneficiário de bolsa de estudos custeada com recursos federais fica obrigado a prestar serviços de divulgação, formação e informação científica e educacional, pelo mínimo de duas horas semanais, em estabelecimentos públicos de educação básica, durante o período de duração da bolsa [que ele receber, que é um benefício.].
> §1º Ficam excluídos do disposto no *caput* os beneficiários de bolsas de iniciação à docência, de assistência estudantil e de formação de professores, além de estudantes que já desenvolvam trabalhos em escolas públicas em razão de atividades curriculares ou de extensão, ou em razão de atividade profissional, com carga horária igual ou superior à estabelecida nesta Lei.
> §2º Os bolsistas no exterior cumprirão o disposto no *caput* quando do retorno ao Brasil.

Então, essa aqui explica.

E a outra emenda, também para facilitar:

> Art. 3º A União, em articulação com os sistemas estaduais e municipais de educação, definirá:
> I – as áreas acadêmicas cujos bolsistas participarão das atividades de que trata o art. 2º, anualmente;
> II – o número anual de bolsistas participantes;
> III – as formas de participação dos bolsistas nas atividades das escolas;
> IV – os deveres e os direitos dos bolsistas e das instituições que os receberem;
> V – os mecanismos de acompanhamento das atividades desenvolvidas.
>
> Parágrafo único. Os sistemas estaduais e municipais de educação interessados em contar com a atuação dos bolsistas em suas respectivas áreas de ensino ou redes de ensino apresentarão projetos contemplando o disposto neste artigo, além de outras exigências constantes do regulamento.

E a emenda final: "Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado, renumerando-se o atual art. 5º".

Então, esse é o voto. Está bem claro. E, cumprimentando o Senador Cristovam.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – No entanto, ele é um projeto terminativo, nós não poderemos votá-lo.

Portanto, passo ao item 2, que é um projeto não terminativo, de autoria também do Senador Cristovam Buarque, de Relatoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, de 2012
- Não terminativo -

Estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho
Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo oferecido.
Observações:
1- Realizada Audiência Pública em 22/5/2013, conforme Requerimento de autoria do Senador João Capiberibe.
2- Matéria terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.
3- Na reunião do dia 11/8/2015, foi concedida vista coletiva.

Então, nesse caso, eu passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra e, depois, colocarei para apreciação a solicitação do Senador Cameli.

Com a palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acho que a matéria já é do conhecimento de todos os membros desta Comissão. Mas, tendo em vista a solicitação feita pelo Senador Donizeti na última reunião desta Comissão de Educação, em que ele pediu vista e acaba de apresentar um substitutivo ao nosso relatório, eu acho que a Comissão está diante de realizar uma escolha.

Uma escolha entre a iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que é uma iniciativa, a nosso ver, meritória, no sentido de fazer valer a obrigação e a responsabilidade da família no acompanhamento dos seus filhos, dos seus dependentes na escola e na sua formação educacional. E, para tal, prevê a aplicação de sanções aos familiares ou aos responsáveis legais que não venham a atender a participação em reuniões que se realizam no âmbito da escola, para efeito de acompanhamento do rendimento escolar do aluno.

O Senador Donizeti já tinha antecipado a sua visão desse processo. Ele considerava que as sanções previstas na legislação eleitoral pareciam, a ele, serem excessivas. E ele, então, pedia vista para apresentar uma proposta. E essa proposta ele acaba de submeter à nossa apreciação como Relator e à apreciação da Comissão.

E eu entendo que a iniciativa do Senador Donizeti termina por prejudicar o espírito do projeto do Senador Cristovam Buarque, com quem troquei algumas ideias após tomar conhecimento do inteiro teor da proposta do Senador Donizeti. Por quê? Porque, na realidade, o Senador Donizeti propõe uma certa graduação na sanção, abrandando a perspectiva de a sanção ser aplicada.

A sanção prevista no projeto do Senador Cristovam só seria aplicada na quarta ausência. Então, ele cria uma graduação. Na primeira ausência, ela emitiria uma advertência; na segunda ausência, haveria um comunicado ao juiz, para que possa ser feita a advertência prevista na Lei nº 8.069; na terceira ausência, de novo um comunicado ao juiz e o juiz poderia oferecer sanções, que vão de prestações de serviços à comunidade a encaminhamentos a cursos ou programas de orientação, ou até mesmo a previsão de encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

Portanto, eu entendo que a iniciativa do Senador Donizeti prejudica o espírito e o mérito da iniciativa do Senador Cristovam Buarque.

Eu queria lembrar que o meu relatório já oferece um certo abrandamento às sanções previstas na legislação eleitoral. São sete as sanções previstas e eu coloquei aqui, uma a uma, no meu relatório. São elas: 1º) inscrever-se em concurso para cargo ou função pública; 2º) receber vencimentos, remuneração, salário ou proventos de emprego ou função pública e de empresas paraestatais; 3º) participar de concorrências públicas; 4º) obter empréstimos em bancos ou caixas econômicas federais; 5º) obter passaporte e carteira de identidade.

Essas cinco primeiras sanções nós mantivemos no nosso relatório. Agora, as duas últimas sanções previstas na legislação eleitoral, que são renovar matrícula em escola pública ou privada; e a última, a sétima, praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar, nós excluímos.

Portanto, existe sim um abrandamento em relação às sanções previstas na legislação eleitoral porque o Senador Cristovam aqui colocou, e colocou muito bem, que, se o voto é obrigatório, mais obrigatório ainda

é o mandato constitucional que impõe a obrigação da família de acompanhar o rendimento escolar do seu filho ou do seu dependente.

Portanto, para o voto, tem previsão de sanções e, para o acompanhamento do rendimento escolar do aluno, que é a coisa fundamental no ceio da família e para a construção do País que nós queremos, mais justo, mais fraterno, mais igual, mais solidário, não existe sanção nenhuma. E o Brasil carrega esses indicadores educacionais que nos envergonham.

Portanto, eu penso que a Comissão deva estar já com todas as informações necessárias para deliberar, encaminho o voto contrário à proposta do Senador Donizeti e peço preferência para votação do nosso relatório para que esta Comissão possa deliberar e consolidar uma iniciativa tão importante da lavra do Senador Cristovam Buarque, como sempre, defendendo com muita competência a bandeira da educação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em discussão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom, eu fiz uma proposta e considero que ela não altera o mérito nem prejudica o projeto do Senador Cristovam Buarque.

Da maneira como está o projeto, ele trata mais ou menos a ferro e fogo. E eu quis, na minha proposta de substitutivo, que a gente graduasse a pena. Nesse caso, nós estamos propondo que se compareça quatro vezes, como está previsto no projeto, uma vez a cada bimestre. Mas, se comparecer três vezes no ano, não teria nenhuma penalidade, tendo em vista que, dentro do processo educacional, faltar até 25% é possível. O aluno faltar, seja na universidade, seja... É possível, está previsto que o limite máximo de falta é 25%.

Se faltou a primeira vez, a escola comunica ao juiz da Vara da Infância e da Adolescência dizendo que faltou, e o juiz vai advertir o pai ou o responsável ou a mãe sobre a situação. Na terceira falta... Na segunda vez que ele faltar, na terceira vez que ele faltar, o juiz vai aplicar uma penalidade nele. O juiz vai escolher a penalidade dentre algumas que estão previstas no ECA. E, na quarta vez, se ele não comparecer nenhuma vez no ano à escola do filho ou do menor pelo qual ele é responsável, ele vai ter todas essas penalidades previstas. E aí, eu não estou retirando nenhuma, eu estou mantendo todas que o professor Cristovam propôs. E só voltará a ter direitos depois de participar de duas reuniões consecutivas na escola, senão ele não vai suspender a penalidade.

E hoje eu tive a oportunidade de ir à escola em que meu filho estuda em Taguatinga e me reunir com o diretor, o subdiretor e a coordenadora pedagógica para ver a metodologia que eles estão adotando para trazer os pais. Este ano, eles adotaram telefonar, o que melhorou. Os pais começaram a ir mais à escola. Os que não foram mandaram um termo de compromisso. Melhorou, ainda não chegou a 100%. Mas consideram que essa penalidade imposta pelo projeto de lei do Senador Cristovam é muito severa e algumas pessoas podem ter dificuldade e serem muito prejudicadas.

Eu não vejo por que não possamos graduar a penalidade, até porque uma advertência do juiz já vai fazer o pai ou a mãe ou o responsável ir à escola. Não posso concordar com a penalidade, até porque, em eleição, aqui no Distrito Federal, temos de quatro em quatro anos, nos outros Estados é de dois em dois anos. O cotiano e a vida, principalmente das famílias de baixa renda, não é fácil. Então, preciso criar um mecanismo de obrigá-lo a ir à escola, mas preciso flexibilizar essa penalidade.

No mérito, não entendo que estou alterando o projeto do Senador Cristovam. Entendo que essa graduação é necessária e muito importante. Por isso, quero pedir o voto no meu substitutivo, acrescentando algumas palavras que faltaram.

Srª Presidenta, defendo o substitutivo que apresentei e peço o voto dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, de forma que possamos flexibilizar a proposta do Senador Cristovam.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Primeiro, quero louvar a iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que é o nosso pai no que se refere à educação. Temos que sempre ouvi-lo e todas as vezes que pensamos diferente temos que pensar duas, três, quatro vezes. Mas ouso aqui fazer só uma observação.

Neste caso específico, a virtude está no meio. Realmente, a ideia é louvável, parabenizo o Senador Bezerra pela relatoria, mas pensando nas mães mais humildes, muitas vezes analfabetas, acho que, para que tornemos este projeto viável na prática, e eficiente e eficaz, acredito realmente que é preciso, na primeira ausência, que haja uma advertência e, na segunda, que este pai ou esta mãe ou o responsável assine um termo para que a escola possa comunicar ao juiz da comarca e este juiz possa aplicar as penalidades cabíveis na lei a ser aprovada. Não chegar até a quarta advertência, Senador Donizete, aí acho que é demais. Mas dar a primeira comunicação, a primeira oportunidade de conhecimento da lei aos pais ou responsável e, no segundo momento, na ausência,

ele assina um termo e a escola encaminha este termo, dá ciência ao juiz da comarca para que o juiz possa, de imediato, em casos excepcionais, aplicar as sanções impostas na lei eleitoral.

Acredito que, da forma que está, realmente não vai surtir o efeito que gostaríamos.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu gostaria de...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Senador Aziz está inscrito, mas o Senador Bezerra tem prioridade por ser o Relator da matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Estou vendo que a discussão está se encaminhando para uma certa compreensão por parte dos Senadores desta Comissão que me parece seja útil neste exato momento revivermos o espírito da iniciativa.

Quando alguém deixa de comparecer para votar, não existe comunicado nenhum aos juízes de que a pessoa deixou de votar, não existe essa obrigação. Aparece lá quando ele fizer serviço militar, tirar passaporte, participar de licitação pública, ele tem que mostrar que votou.

O que o Senador Cristovam está querendo é que exista a obrigação de participar das quatro reuniões anuais e que ele terá que mostrar que acompanhou os filhos em pelo menos quatro reuniões anuais. Não vai ter comunicado nenhum a juiz. Agora, se à escola que o filho frequenta ele deixar de comparecer a pelo menos quatro reuniões anuais, ele vai ter que enfrentar a sanção. É disso que se trata.

Na realidade, do que se trata é de saber se a iniciativa está correta ou não, porque agora já está querendo que se comunique ao juiz, porque o juiz vai entrar, agora, na relação da família com a escola, nós vamos judicializar, nós vamos criar uma judicialização desnecessária. Vão ser várias demandas ao juiz da comarca. Imaginem, vão ser demandados os juízes a entrarem na relação escola e familiares. Não se trata disso. Não se trata de chamar o juiz. É obrigação e tem uma sanção. Agora, se ele, ao se apresentar para aquelas situações previstas na legislação, inscrever-se em concurso, ele tem que levar a declaração de que compareceu a quatro reuniões na escola. Se ele não tiver, não vai prestar concurso.

Na realidade, nós precisamos de algo forte, que possa, de fato, obrigar a família, porque, se colocar o juiz no meio, a gente judicializou, a lei morreu e acabou a iniciativa.

Esse é o meu pensamento, mas eu respeito se a opinião da Comissão for diversa da minha, e, evidentemente, em sendo diversa da minha, é melhor que haja o relatório apresentado pelo Senador Donizeti no sentido de acolher a iniciativa do Senador Cristovam. Agora, o que eu não captei da iniciativa do Senador Cristovam é saber: votar tem o mesmo peso de colocar o filho na escola e acompanhá-lo? Ou não?

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito bem, Senador Fernando.

Passo a palavra ao Senador Lasier e, depois, ao Senador Anastasia, rapidamente, para que possamos concluir esse debate.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A posição da Senadora Simone eu achei muito prudente, muito racional: primeira ausência, advertência; segunda, comunicação ao juiz, porque, de fato, há condições sociais, econômicas na periferia, pessoas que muitas vezes, mulheres que podem, pai nem mãe podem comparecer. Então, dá uma oportunidade um pouquinho maior.

Eu quero aproveitar também, Senadora, depois dessa matéria, se me permitir, uma inversão de pauta, já que eu tenho o requerimento bem simples da nossa Comissão das drogas e por ter compromisso daqui a pouco.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, o problema é que nós já temos uma solicitação anterior de inversão de pauta. No caso do Senador Cameli, acho que não vai ser nem necessário, porque é o próximo item, não terminativo, é justamente o item que ele pediu a inversão de pauta.

Por isso...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, deixamos para a semana que vem.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não. Obrigada.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Tão somente para discutir, eu queria corroborar com a posição da Senadora Simone Tebet, e respeitando o eminente Relator, o Senador Fernando Bezerra, mas acredito que a escola não pode de *per se* impor a penalidade. Tem de haver a comunicação à autoridade judicial, porque no caso da eleição é distinto, porque é o próprio cartório eleitoral que comunica no cadastro eleitoral a ausência da votação. Então, se precisássemos para o concurso público, deveríamos de mudar a lei do concurso para exigir uma nova declaração. Portanto, me parece que a questão procedimental é fundamental aqui no caso.

Quanto ao mérito, todos estamos de acordo. Cumprimento o Senador Cristovam Buarque por essa belíssima iniciativa mais uma vez.

Aliás, na semana passada, a televisão mostrou como é na Inglaterra, muito mais rígido. Na Inglaterra, se o pai não leva a criança, vai preso e paga uma multa altíssima. Então, nós estamos nas etapas. É claro, não chegaremos aqui ainda nesse modo. Mas, de todo jeito, parece-me que a proposta substitutiva apresentada pelo Senador Donizete, com as recomendações *in medio virtus* colocadas sempre com a propriedade da nossa eminente Senadora Simone Tebet, seria a mais adequada. Mas acho que a participação do Judiciário nesse caso é imprescindível.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Cristovam, um momento Senador Donizeti, é o autor e tem precedência.

Senador Cristovam, por favor.

Com a palavra o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Senadora, eu considero o parecer do Senador Fernando Bezerra perfeito e que engrandeceu o meu projeto, inclusive, com as suas emendas.

Eu fico em dúvida sobre esse lado da possibilidade...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – No microfone, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu dizia que acho o parecer do Senador Fernando perfeito e engrandeceu o meu projeto, muito, mas fico em dúvida quando se fala de que a escola não tem o poder, como disse o Senador Anastasia, de *per se*, de fazer a penalidade, e a Senadora Simone levantou a ideia, junto com o Senador Donizete, de colocar a Justiça.

Eu quero fazer uma sugestão. No mérito, se todos são de acordo, aprovemos aqui e, na CCJ, a gente faz a incorporação do papel da Justiça, para como viabilizar legalmente o assunto.

Esta é a minha proposta: se aprovaria o parecer do Senador Fernando Bezerra e se levaria a sugestão do Senador Donizete e da Senadora Simone para a CCJ, onde o projeto a ser discutido.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O que ele propõe é que se aprove aqui o mérito do projeto como está, o relatório como está e que se façam as modificações na CCJ. Aliás, procedimento que nós tivemos igualmente em relação ao projeto do Senador Ataídes.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu não sou parte da CCJ, mas tanto o Senador Donizeti, como a Senadora Simone são.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Donizete, o Senador Anastasia é, se não me engano, a Senadora Simone e o Senador Paim, que poderiam já se comprometer aqui de fazerem essa emenda. A Senadora Simone chega a achar que, do jeito que está, ele não seria aprovado lá.

Então, nós poderíamos, até, já sair daqui garantindo que um desses Senadores fosse o Relator e vamos lá pedir...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim. Pois não, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu não tenho discordância com o encaminhamento, mas só para dizer para o Senador Fernando, que, no art. 12, da LDB, no inciso VIII, quando o aluno falta 50%, a escola já tem obrigação de informar ao juiz, ao Ministério Público etc.

Está aqui: "Notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz competente da Comarca, ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentam quantidade de faltas de 50%".

Então, essa questão o Senador Anastasia colocou bem. Pode ficar acordado de a gente encontrar uma forma de dar uma graduada, mas a gente aprova o mérito aqui, porque eu também considero importante... Eu pedi vista até para compreender melhor e considero muito importante a proposta do Senador com essa mediação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O.k.

Então, se o entendimento de todos for este, nós estamos encontrando o caminho de negociação aprovando a ideia geral de haver uma punição, como o projeto determina, havendo falta, havendo ausência de pelo menos quatro sessões anuais, quero voltar a lembrar isso, se a escola tiver reuniões mensais, nós estamos decidindo que, se ele faltar a mais de quatro sessões...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não, não. Não é se faltar a uma. É se faltar...

Não, não, não. Repita, aí, por favor.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A maioria ou quase todas as escolas têm reuniões bimestrais, porque, cada bimestre tem uma avaliação.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Certo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, só têm nas escolas, via de regra, quatro reuniões por ano.

Então, se faltar a uma, já tem a punição.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Então, se ele faltar a uma... Está certo.

Então, a ideia, no entanto, é que concordando-se com o conceito de se ter alguma punição com a ausência dos senhores pais, nós transferiríamos para a Comissão próxima, a CCJ, onde essa questão é terminativa, a modificação do projeto com a garantia dos três Senadores, Simone Tebet, Anastasia e Paulo Paim, que já são membros também desta Comissão.

Vamos à votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, até pela sensibilidade e a forma como ajudou aqui na mediação, vamos trabalhar para que a Senadora Simone seja a relatora.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Nós encaminharemos para a CCJ para que a Senadora Simone possa assumir a relatoria.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com este encaminhamento e, portanto, com o Projeto do Senador Cristovam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, portanto, nos termos da Emenda nº 1.

Vamos ao Item 7, também não terminativo, já que todos os outros projetos são terminativos.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 60, de 2014
- Não terminativo -

Institui o Programa Estágio-Visita e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Favorável ao Projeto.
A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra o Senador Relator, Gladson Cameli, para a leitura do relatório.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Srª Presidente, eu vou direto à análise e ao voto.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias que versem sobre educação e cultura, caso do projeto de resolução em análise.

Como afirma o autor da matéria, o Programa Estágio-Visita pretende possibilitar aos estudantes a oportunidade de conhecer o funcionamento do Senado Federal, com o objetivo de incentivar a participação democrática e o exercício da cidadania. Com efeito, muitos de nossos jovens desconhecem ou são mal informados sobre o Senado Federal, suas atividades e seu funcionamento, e muitas vezes, em decorrência desse desconhecimento ou desinformação, formam juízo de valor distorcido a respeito do papel desta Casa e da sua importância na preservação e fortalecimento da democracia.

Sendo assim, propiciar condições para que jovens estudantes possam vir ao Senado Federal acompanhar as sessões do Plenário, os trabalhos das Comissões e outras atividades referentes aos trabalhos legislativos e administrativos da Casa possibilitará aos jovens a oportunidade de desenvolver uma melhor consciência democrática e cidadã.

Ademais, ao citar exemplo de programas instituídos por meio de resolução, o autor da matéria cita o Programa Senado Jovem Brasileiro. Vale destacar, a propósito, que esse programa constitui uma das iniciativas mais bem-sucedidas promovidas pelo Senado Federal. Os jovens de todo o País que vêm sendo trazidos ao Senado por meio desse programa participam das atividades, gostam da experiência, e retornam às suas regiões como verdadeiros multiplicadores de informação.

Dessa forma, é sem dúvida justa e meritória a iniciativa de instituir o Programa Estágio-Visita, no sentido de dar aos jovens estudantes a oportunidade de compreender a importância do papel do Senado Federal na sociedade democrática. Tal iniciativa, que já é implementada com sucesso pela Câmara dos Deputados, pode e deve ser replicada pelo Senado Federal, como forma de contribuir para a formação cidadã de nosso jovens.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, também não há reparos a fazer ao PRS nº 60, de 2014.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 60, de 2014.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só uma frase. Como eu tive a satisfação de ser o autor da proposta do Programa Jovem Senador e pelas palavras ditas pelo nosso querido Senador Gladson Cameli, eu só posso votar favorável, acompanhando o seu voto.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

Temos somente dois itens de pauta. Eu pediria aos Senadores que pudéssemos terminar.

Peço ao Senador Anastasia brevidade nesse próximo relatório para que a gente possa também colocar em votação um requerimento do Presidente desta Comissão, o Senador Romário Faria, também subscrito por mim, que solicita a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e com a de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no desenvolvimento infantil", a ser realizada no próximo dia 21 de outubro, às 10h, incluindo novos convidados, como a Drª Françoise Molenat, a Drª Maria Regina Maluf, o Dr. Gilles Cambonie e o Dr. Luiz Antônio Correa. Votaremos, logo após o relatório do Senador Anastasia, Relator *ad hoc*.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, de 2015
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Alvaro Dias
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Pois não, Srª Presidente. Muito obrigado.

Vou ser sintético com o relatório do Senador Alvaro Dias. A proposição de autoria do Senador Paulo Paim é muito meritória. Ela propõe, de fato, uma política que hoje é muito importante mundo afora, que é a questão da qualidade da alimentação nas cantinas e lanchonetes dos estabelecimentos de ensino. Basicamente, divide-se em três partes. A primeira refere-se ao alvará das instituições, a segunda é a determinação de que o SUS tenha ações de educação nutricional e a terceira determinando a questão dos cardápios do programa de alimentação escolar. Há uma determinação de vigência de 180 dias, que é muito apropriada para a adaptação.

Na análise, portanto, do processo tudo isso é colocado de maneira muito adequada, a recomendação de bons hábitos alimentares e a vedação à venda de produtos nocivos à boa alimentação escolar, especialmente gorduras saturadas, trans ou com muito sódio e também alimentos ricos em açúcar.

Desse modo, a recomendação no parecer é pela sua aprovação.

No mérito, vai ser apreciado pela CAS.

Nós temos duas emendas de autoria do Senador Alvaro Dias. A primeira delas trata da questão do cardápio e a segunda refere-se exatamente à ementa.

Portanto, o parecer é favorável, com as duas emendas apresentadas pelo seu Relator.

É o relatório, em síntese.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório apresentado, permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer, com as Emendas de nºs 1 e 2, da CE.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Quero pôr em votação o requerimento do Senador Romário, acabei de mencionar, para que ele seja incluído extrapauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 86, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no Desenvolvimento Infantil" a ser realizada no próximo dia 21 de outubro, às 10 horas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Françoise Molenat; 2. Dra. Maria Regina Maluf; 3. Dr. Gilles Cambonie; 4. Dr. Luiz Antônio Correa.

Autoria: Senador Romário e outros.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu concordo, Srª Presidente, mas eu acho que, até por um ato de gentileza com o Senador Lasier Martins, qualquer um de nós poderia assinar embaixo e aprovar também o requerimento dele.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O requerimento do Senador Lasier Martins também entrará como extrapauta. Ele está na pauta, desculpem-me. Então, votamos o extrapauta.

Aqueles que concordam com a inclusão na pauta do requerimento do Senador Romário, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento diz respeito, eu já li aqui, à realização de uma seminário com a Comissão de Direitos Humanos e com a Comissão de Assuntos Sociais sobre a Primeira Infância e registra novos convidados.

Não havendo quem queira discuti-lo, os que concordam, Senadores e Senadoras, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O Senador Lasier Martins apresenta o Requerimento nº 73, de 2015, item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 73, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 24, de 2015, aprovado em 14 de abril de 2015, que tratou de audiência pública para instruir o PLC nº 37, de 2013, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de droga e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas", a inclusão do seguinte convidado: Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Eu já assino, para que possa ser aprovado. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, os dois requerimentos foram aprovados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidente, por uma questão de justiça, queria aqui agradecer ao Senador Randolfe Rodrigues, que veio aqui para dar o parecer sobre a Bolsa Permanência. A sua própria equipe está fazendo a redação final, porque não quer nenhum prejuízo nessa lei em relação ao que existe hoje. Eu entendi, embora ele também esteja aqui, e concordo que fique para a próxima semana. Cobrei muito, na semana passada, mas, entendendo que esse ajuste tem de ser feito, quero agradecer ao Senador Randolfe, que veio a tempo da votação, embora tenha ficado para a semana que vem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – E, Presidente, se V. Exª me permite, queria reiterar a solicitação para que V. Exª determine que esse projeto de lei do Senador Paim que cria a Bolsa de Permanência e que está sob minha relatoria, assegurando-lhe que o parecer já estará pronto, conste na pauta e na Ordem do Dia da próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Assim será feito.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião, convocando para amanhã, quarta-feira, às 10h, a terceira audiência pública do ciclo "Financiamento da Educação Básica no Brasil", destinada a debater o tema "A valorização dos profissionais da educação: piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média". Teremos a presença dos seguintes convidados: Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores; Iria Brzezinski, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope); Mariza Abreu, Consultora de Educação da Confederação Nacional dos Municípios, e um representante do Ministério da Educação.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2015.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário** e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Gladson Cameli, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Dalirio Beber, Regina Sousa, Telmário Mota e Ronaldo Caiado, reúne-se a presente Comissão. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 7/2015-CE, de iniciativa da Senhora Senadora Fátima Bezerra, e ao Aditamento nº 9/2015-CE, apresentado pelos Senhores Senadores Telmário Mota e Hélio José, para realização da terceira audiência pública do ciclo destinado a debater **"alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil. Subtema - A valorização dos profissionais da educação: piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média"**. Comparecem à Audiência Pública como expositores: **Senhora Iria Brzezinski, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – Anfope; Senhor Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação – SASE/MEC; e Senhora Mariza Abreu, Consultora de Educação da Confederação Nacional dos Municípios – CNM**. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Senadora Fátima Bezerra, autora do Requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente em exercício, Senadora Fátima Bezerra**,** encerra a reunião às treze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente em exercício e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA FÁTIMA BEZERRA
Presidente em exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom-dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião, convocada da forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 7 de 2015, da CE, desta Comissão, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e ao Aditamento nº 9, de 2015, desta Comissão, de autoria dos Senadores Telmário Mota e Hélio José, para realização da terceira audiência pública do ciclo destinado a debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil. Subtema - A valorização dos profissionais da educação: piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados são Iria Brzezinski, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; Mariza Abreu, Consultora de Educação da Confederação Nacional dos Municípios; Binho Marques, Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação.

Sejam todos bem-vindos.

A convidada Srª Mariza Abreu está chegando.

Como é de praxe nesta Comissão, passo aqui os trabalhos desta Mesa à autora do requerimento, Vice-Presidente desta Comissão, grande Senadora e minha amiga Fátima Bezerra.

Por favor, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero cumprimentar os nossos convidados, desde já agradecendo a presença do Professor Binho Marques, que é o nosso Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação (MEC); a Professora Iria, que aqui representa a Anfope na condição de Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; o Senador Romário, nosso Presidente; o Senador Telmário.

Senador Romário, antes de dar início à audiência pública, eu gostaria de fazer um registro sobre a realização, Senador Romário, do WorldSkills, que se deu exatamente na semana passada em São Paulo. O WorldSkills, na verdade, trata da educação profissional. É um evento que acontece a cada dois anos e é considerado o maior do mundo. Este ano contou com 1,2 mil competidores de 60 países.

De fato, nessa modalidade, é considerado o maior evento do mundo. Digo isso, porque tive a oportunidade de, na condição de Deputada Federal, ter participado da edição do WorldSkills em Londres e, dois anos depois, participei da edição do WorldSkills em Leipzig, na Alemanha.

Infelizmente, a agenda não permitiu, de maneira nenhuma, que participasse este ano, em São Paulo, na semana passada. Lamento, mas quero aqui, portanto, em nosso nome, Senador Romário, compartilhar com a CNI, com o Sistema S, especialmente com o Senai, a alegria de o nosso País ter sediado, pela primeira vez, esse evento e, mais do que isso, o sucesso, Professor Binho, que foi a WorldSkills.

A organização da competição ficou a cargo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e da própria organização WorldSkills International.

Faço questão aqui, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, de parabenizar não só a organização do evento como a CNI e o MEC, que foram grandes incentivadores de formação desses estudantes, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Nossa delegação foi composta de 56 jovens, entre 17 e 22 anos, estudantes do Senai e do Senac. Essa delegação, Senador Romário, conquistou 11 medalhas de ouro, 10 de prata e 6 de bronze, além de 18 certificados de excelência, concedidos a competidores com alta pontuação. Dos 27 alunos que ganharam medalhas, incluindo os 11 jovens que receberam medalha de ouro, vinte e cinco tiveram acesso à educação profissional por meio do Pronatec.

Como bem lembrou o Ministro Educação, Renato Janine, esse resultado muda papel da educação profissional no País. A vitória do Brasil WorldSkills é uma vitória do Pronatec.

A 43ª edição do WorldSkills colocou os olhos do mundo sobre os nossos estudantes da educação profissional. A partir de agora, ninguém mais pode sequer pensar que a educação profissional é inferior. Na condição de professora da escola pública e grande incentivadora da expansão dos cursos técnicos e tecnológicos pelo País, emociona–me ver os brasileiros, especialmente os da Região Norte e Nordeste, participando e vencendo disputas com concorrentes das partes mais desenvolvidas do País e de diversos países do mundo.

Como já disse, infelizmente, a agenda deste ano não permitiu acompanhar pessoalmente o grande êxito do WorldSkills, mas quero, mais uma vez repito, parabenizar a CNI, o Sistema S, bem como o MEC, os institutos federais de educação, que também participaram.

Quero aqui, também, citar nominalmente, Senador Romário, o estudante Luís Carlos Sanches Machado, de São Paulo, que foi medalha de ouro em tecnologia automotiva e considerado o melhor competidor do Brasil e do mundo. É também com grande alegria que parabenizo estudante Jackielyson André Ferreira Alves, meu conterrâneo, que levou para casa, ou seja, para Mossoró, no interior do meu Estado, a medalha de ouro em soldagem – um estudante de Mossoró, do Rio Grande do Norte.

Aliás, o Rio Grande do Norte, especialmente Mossoró, está se especializando em ouro. No último final de semana, os estudante do IFRN conquistaram o primeiro lugar, em nível nacional, com a medalha de ouro, duas medalhas de prata, três de bronze e sete menções honrosas.

Portanto, mais uma vez, falando em meu nome, em nome do Senador Romário, em nome de toda esta Comissão, parabenizo, pois temos que reconhecer aqui a competência e o esforço da CNI, especialmente do Sistema S, Senador Romário, a quem coube, já que a competição se realizou no Brasil, a missão de organizar esse evento. É um dos maiores eventos do mundo na área de educação profissional. Quero dizer do nosso orgulho, da nossa alegria. De repente, o Brasil foi campeão, superou países como a China, o Japão, a Alemanha.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora. Primeiramente parabenizo os nossos estudantes pela brilhante performance no WorldSkills.

Quero aqui ler o ofício que foi mandado por esta Comissão ao Sr. Robson Braga de Andrade.

> Sr. Diretor, cumprimento-o cordialmente, informando que na reunião deliberativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, do Senado Federal, realizada no dia 11 de agosto, do corrente ano, a Senadora Fátima Bezerra, Presidente deste colegiado, manifestou apoio e contento referente à realização do WorldSkills Competition, na cidade de São Paulo, ocorrido entre os dias 12 e 15 de agosto. Esta Comissão, que prontamente corroborou a ferida moção, serve-se desse expediente para congratular a organização do evento, o qual confere importante destaque à educação profissional no Brasil e no mundo.

> Na oportunidade, registramos, também, ainda, a sensibilidade desta Comissão à tramitação da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2.245, de 2007, que regulamenta a profissão de tecnólogo, de forma que, tão logo o projeto seja aprovado naquela Casa e enviado ao Senado Federal, disporá do nosso apoio para que o respectivo processo legislativo seja célere e consistente."

Esse foi o ofício que mandamos para a organização do WorldSkills.

Mais uma vez, parabéns a V. Exª por estar sempre lembrando eventos importantes e trazendo para esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Telmário.

Quero aqui, Senador Romário, fazer o registro do que V. Exª acaba de dar conhecimento aqui à nossa Casa. Desde já quero sugerir a V. Exª que façamos um convite ao Presidente da CNI, Sr. Robson Andrade, bem como ao Sistema S, para que, posteriormente, junto com os alunos que brilhantemente representaram o nosso País, possam fazer uma visita à nossa Comissão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com certeza será feito.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senadora Fátima, nosso bom-dia a todos. Cumprimento os nossos convidados.

Hoje, Srª Presidente, aproveitando essa audiência, tínhamos feito o requerimento solicitando a presença do Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Conferência Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e também do Professor Ornildo Roberto de Souza, Diretor-Geral do Sindicato dos Professores de Roraima (Sinter). O Professor Ornildo me ligou ontem e falou da impossibilidade de vir, pois o Estado todo está em greve, inclusive hoje estão em junta de conciliação. Como ele é Presidente do Sinter, dos professores, ele não pôde estar presente, mas agradeceu muito o convite.

Como esta Comissão é correlata à educação e cultura, também quero registrar que, no Campeonato Nacional das Quadrilhas Juninas, a do Estado de Roraima foi a campeã brasileira e levou um carro de presente.

Quero parabenizar o povo de Roraima, ao pessoal do Quadrilheiro Junino, que bem se desempenho. Vieram do Estado mais distante, mas conseguiram fazer uma belíssima apresentação, levando o troféu para nosso Estado, que carece, naturalmente, de uma observação maior.

Normalmente, essas festas juninas são bem mais fortes na Região Nordeste. Eu até brinco com o Senador Pimentel que o Ceará tirou segundo lugar. Aproveitei, estava presente nesse dia do evento, e fizemos a brincadeira.

Mas ficamos muito felizes de saber que ali Roraima prospera e que as pessoas estão empenhadas nessa parte da cultura e educação. Apesar das diversas crises no País, há pessoas que, de forma voluntária, se empenham de corpo e alma e levam para o Estado de Roraima essa belíssima vitória.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, recebi aqui uma notinha. Aconteceu no Japão a Paralimpíada, coisa que, infelizmente, não aconteceu aqui em São Paulo. Só esperamos que, para os próximos eventos, a Paralimpíada também possa ocorrer, o que será de grande importância.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, Senador Romário. Associo-me ao sentimento de V. Exª.

Nós vamos agora dar início à nossa audiência pública, ressaltando que este é o terceiro ciclo de debates que a Comissão realiza, Senador Romário, dentro daquela nossa preocupação de como pensar o pós-Fundeb, uma vez que ele tem prazo de vigência para terminar, que é exatamente em 2020, não é, Prof. Binho? Como pensar, por exemplo, o desafio de realizar as metas do Novo Plano Nacional de Educação. Entre essas metas, há uma que me parece fundamental: é a regularização do sistema nacional articulado de educação, até porque há prazo previsto no próprio Plano Nacional de Educação para a regulamentação do Sistema Nacional de Educação.

O desafio que é realizar essas metas, olhando para o dever do Estado brasileiro, que é expandir a oferta educacional, da creche até a pós-graduação, passando pela educação em tempo integral, pelo ensino superior, pela educação profissional. O desafio é exatamente a valorização social dos trabalhadores da educação, ou seja, sua melhoria salarial, melhoria profissional. E esse é exatamente o tema de hoje.

Quero aqui acrescentar que esta audiência é compartilhada com o Senador Telmário e com o Senador Hélio José.

Conforme o Senador Telmário já colocou, ele se associou a esse debate que tem como tema central as possibilidades para o financiamento da educação básica no Brasil e, como subtema, a valorização dos profissionais da educação: piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média. Ou seja: o diálogo aqui hoje é sobre o PNE, principalmente no que diz respeito às metas 16, 17 e 18, que são as metas que tratam da formação, que tratam da carreira, que tratam do incentivo à valorização salarial e profissional do magistério brasileiro.

Vamos, agora, passar, imediatamente, a palavra para o Prof. Binho e, depois, para a Profª Iria.

O SR. BINHO MARQUES – Bom dia a todos e a todas

Quero agradecer o convite feito pelo Senador Romário e pela Senadora Fátima Bezerra para discutir este assunto em nome do Ministério da Educação. Agradeço também ao Senador Telmário, que participou dessa iniciativa tão importante e desafiante.

Precisamos, então, nos inspirar nas boas notícias de hoje, do WorldSkills, da Paralimpíada, que o Senador Romário trouxe, para nos animarmos por um tema que não é tão simples, mas que é extremamente importante para que a educação brasileira possa alcançar os indicadores que tanto desejamos.

Nosso tema, como já foi dito aqui, trata dos aspectos fundamentais para a valorização dos profissionais da educação: piso, carreira, jornada e a elevação do salário médio dos professores. E, como disse a Senadora Fátima Bezerra, são temas fundamentais no Plano Nacional de Educação. Nós temos um Plano enxuto, com 20 metas, e boa parte dessas metas estão dedicadas, não por acaso, à valorização dos profissionais de educação. Então, temos, por exemplo, a Meta 17, que é muito ousada e trata da equiparação do salário dos professores aos demais profissionais com a mesma escolarização. Então, a Meta 17, se formos olhar as 20 metas do Plano Nacional de Educação, é uma das mais importantes e, ao mesmo tempo, uma das mais desafiadoras. Vamos ver aqui no percurso da apresentação as dificuldades e os avanços que temos tido nessa área.

A Meta 18 trata de um prazo para os planos de carreira dos profissionais de educação. Quando falamos de profissionais da educação, a maioria das pessoas pensa que estamos falando apenas de professores. Mas o conceito profissionais de educação abrange não só os profissionais do magistério, mas também os profissionais da educação com titulação técnica ou superior na área de educação: os especialistas, os técnicos de alimentação, técnicos de administração escolar; enfim, há um conjunto na área técnica e superior de profissionais com título profissional e que se inclui nesse conceito mais amplo de profissionais da educação.

A Meta 18 também traz outro aspecto que muitas vezes passa despercebido. Ela fala não só no piso de carreira dos profissionais da educação. Então, quem lê a Meta 18, pensando apenas em profissionais do magistério... Quer dizer, praticamente, todos os Municípios e Estados do País têm plano de carreira. Não é uma meta para que apenas tenhamos planos de carreira, mas uma meta para que todos tenham planos de carreira e que eles estejam coerentes com o piso salarial acional.

Quando se fala no piso nacional, refere-se a um Piso Nacional que seja referência não só para os profissionais do magistério, mas também para os demais profissionais da educação. Então, esse é um aspecto que torna a Meta 18 também desafiante, além de outras metas, como já disse aqui a Senadora Fátima, vinculadas à formação, como as Metas 15, 16, que são vinculadas à formação dos profissionais.

Vamos, então, a alguns avanços. O principal avanço foi nossa conquista da Lei do Piso, a Lei 11.738, de 2008, que estabeleceu o piso salarial para os profissionais do magistério. Essa lei tem importância vital para que possamos ter uma efetividade da Meta 17. Qual a situação hoje? Hoje, o salário dos profissionais do magistério equivale a 72% dos demais profissionais, ou seja, há um esforço muito grande a ser feito e ele não vai até final do PNE, ele se encerra antes, porque o PNE não deu um prazo de 10 anos, mas um prazo de 06 anos para que possamos alcançar essa equiparação salarial. Então, os profissionais do magistério com, pelo menos, 12 anos de escolaridade, recebem 72% que os demais profissionais com 12 anos de escolaridade, no mínimo. Então, essa é a situação.

Nós não temos hoje um estudo muito preciso que diferencie profissionais de nível superior e profissionais de nível técnico (de nível médio) em função de que a PNAD não nos permite uma amostragem suficiente para fazer essa separação. Nós estamos complementando esse trabalho com outros estudos.

O INEP está concluindo um estudo sobre salários de professores, com base na RAIS. Então, é um estudo bem preciso, que cruza as informações dos professores que estão em sala de aula com o que está declarado na RAIS e, brevemente, estaremos publicando um estudo muito preciso sobre o salário dos professores. Então, a informação que temos aqui, com base na PNAD, é de que vai haver uma aproximação muito mais precisa com os estudos recentes que estão sendo feitos pelo INEP.

Bem, nossa dificuldade – e a importância do salário dos professores – não está apenas ligada ao direito de os professores terem sua atuação profissional valorizada, mas os salários, não sendo atrativos, dificultam o fato de não os ter nas escolas, hoje, em número necessário e na qualidade e na formação necessárias de que necessitamos.

Chegou aqui a amiga Mariza, da CNM. Seja bem-vinda, em nome da Senadora Fátima, que lhe dá as boas-vindas, e também dos Senadores Romário e Telmário.

Então, o problema da falta de professores, é claro, está, em parte, na formação de professores. Quero, então, trazer aqui, rapidamente, alguns casos, por exemplo: professores de Física. Temos claramente um problema de formação insuficiente para a necessidade. Em 2013, tivemos 1.826 professores de Física formados. Esse é o número aproximado dos últimos anos. Quer dizer que, desde 2007, temos, mais ou menos, uma formação

nesse patamar: perto de 2 mil professores formados por ano. Nossa necessidade de professores de Física é de quase 20 mil. Então, formamos cerca de 2 mil e temos quase a falta de 20 mil. Claramente, no caso dos professores de Física, temos um problema de que nem a sua formação temos em número suficiente.

O problema que explicita a necessidade de melhorar o salário dos professores é que, em muitos casos, temos uma formação suficiente, mas não existe uma atratividade da carreira para esses professores. É o caso, por exemplo, dos professores de Biologia e dos professores de Educação Física. Por exemplo: Biologia são formados, praticamente, o mesmo número da necessidade, por ano. Então, nós temos 12.638 concluintes em 2013 e, nesse mesmo ano, nós tínhamos a necessidade de 12.536. Agora, se a gente olhar professores de Educação Física, esse número a situação é muito mais grave: nós formamos muito mais professores de Educação Física do que necessitamos. Em 2013, formamos 19 mil professores, e a necessidade é de 11.591. Só que eles não vão para a sala de aula. O salário não é atrativo e eles vão para outras profissões: academias, vão trabalhar em diversas outras oportunidades profissionais e, quando possível, evitam a escola em função de o salário não ser suficientemente atrativo.

Um resumo de tudo isso podemos mostrar aqui em uma pesquisa feita pela Fundação Carlos Chagas com os alunos do terceiro ano do ensino médio, último ano do ensino médio. Apenas 2% deles tinham algum interesse de fazer uma licenciatura e de se tornarem professores. Isso é muito grave! Isso aponta uma tendência de ter um apagão de professores. Nós temos muitas escolas hoje que funcionam de maneira muito precária pela ausência de professores. Então, há o aspecto da formação, de um lado, e de não ser suficiente para algumas áreas, e outras áreas que formam em número superior ao da necessidade, mas, por falta de atratividade para a carreira, eles vão para outras oportunidades de trabalho.

Passarei rapidamente sobre a Lei do Piso. Todos sabem e passarei rápido. O piso salarial para profissional de ensino médio... É bom sempre falar isso, porque alguns, na população em geral têm a ideia de que o piso é o salário do professor de nível superior, porque comparam com outras profissões de nível superior. Então, aquele piso é para o profissional de nível médio, um profissional de 40 horas e, aí, calcula-se a proporcionalidade para saber qual seria o equivalente para outras jornadas. Nessa jornada tem de ter dois terços de hora/atividade. Essa alteração na lei trouxe um impacto muito grande na folha de pagamento.

As redes de ensino, municipais e estaduais, tiveram de contratar muito mais professores em função dessa redução da jornada em sala de aula. Havia uma disputa se ela significava salário ou remuneração, e ficou estabelecido que é para salário. As gratificações não são contempladas e contabilizadas para o piso salarial. E a lei, é bom lembrar, estabeleceu um prazo, lá em 2008, para que o sistema adequasse seus planos de carreira ao piso. Mas isso não aconteceu de um modo geral. Poucos Estados e Municípios fizeram uma adequação nos seus planos de carreira para comportarem o novo piso salarial.

Há o reajuste salarial anual que tem como base no valor aluno/ano, do Fundeb. É um cálculo complicado, mas eu gostaria de resumi-lo. O aumento do valor/aluno/ano não significa, necessariamente, aumento de arrecadação. Se, por exemplo, tivermos uma redução no número de alunos, como o volume de recursos tem de ser distribuído para o mesmo número de alunos, vai ser maior o valor/aluno. Então, dá uma impressão, uma sensação de que aumentou o recurso dos Estados e Municípios, mas isso não é realidade. Depois, ele é feito também com base em projeções, em cálculos de projeções dos dois últimos anos e não no que foi efetivado, porque ele acontece em janeiro e o resultado ainda não está apurado.

Esse valor, hoje, do piso é de R$1.917,78. Desde que a lei foi aprovada, tivemos uma variação de 87%, o que é bastante significativo. Em uma situação como a nossa, especialmente de crise, você tem um aumento real de 37%, o que é algo que não aconteceu para nenhuma categoria. E a previsão para o ano que vem é de um reajuste de 12,7%, o que precisa ser observado com muita dedicação, muita cautela, porque sabemos das dificuldades dos Estados, dos Municípios e de todos neste momento da economia do País.

Tivemos essas vitórias, a Lei do Piso, o aumento salarial real de 37%, nesse período, mas esse aumento não tem sido para todos, embora tenhamos tido esse aumento. O piso não se reflete para toda carreira. Em maio, tínhamos este quadro: 14 Estados, ou 52% deles, cumpriam integralmente a Lei do Piso, o que significa que pagavam o salário e cumpriam com hora/atividade. Então, eram 14, ou seja, 52% deles. E as capitais eram 8 (33% das capitais). Aqui não temos as informações dos demais Municípios, porque há uma dificuldade muito grande. Como não temos um sistema nacional de educação, não há uma coleta de dados sistematizada, e a extrema autonomia que cada um tem dificulta e faz com que não tenhamos uma informação precisa – e a informação é voluntária.

Os que pagavam apenas o piso e não cumpriam a hora/atividade eram 5 (19% nos Estados) e 12 nas capitais (45%). Os que cumpriam apenas hora/atividade e não pagavam piso: 02 Estados e 03 capitais. Os que não cumpriam absolutamente nada, nem Piso nem hora/atividade: 06 Estados e 03 capitais. Então, essa era a situação de maio, e acho que não foi alterada de lá para cá. Acho que esse dado ainda está atual.

Outro problema que observamos é que a Lei do Piso, que foi uma conquista, uma vantagem, por outro lado, está destruindo carreiras. Muitos Estados e Municípios, para pagar o piso, acabam achatando as carreiras. Eu montei um quadro de uma carreira hipotética, apenas para mostrar que se você der aumento para todos, 13%, em diversas condições e posicionamentos na carreira, quem está no final de carreira tem os mesmos 13%, mas o valor é muito diferenciado.

Se observarmos em valores absolutos, veremos que aquele que, no início de carreira, tem um ganho de R$209,00; no final da carreira, ele terá um ganho de R$294,00. Isso em uma carreira pequena, curta. Se você imaginar uma carreira como a do Rio Grande do Sul, o da minha amiga Mariza, que é uma carreira longuíssima, lá o aumento que se dá no início da carreira explodirá em um aumento muito grande, em termos absolutos, no final de carreira. Por isso, há a dificuldade de manter carreira e manter piso. Então, uns pagam piso e destroem a carreira; outros mantêm a carreira mas não pagam Piso.

Então, é uma situação difícil para Estados e Municípios diante de um piso que tem um aumento muito acima da inflação.

Por que há todas essas dificuldades? Algumas eu já adiantei: que o índice é um reajuste que não é adequado. Se existe um acordo entre todos nós, é que a maneira de reajustar o piso não é adequada. A CNTE, o MEC, a Undime, o Consed, os prefeitos, os governadores, todos concordam que essa maneira não é a mais adequada. O difícil é chegar a um acordo sobre substituir por qual.

O outro, de que já falei também, é que o reajuste é em janeiro, e trabalhamos com projeção. E aí o furo é muito grande. Se fosse em maio, teríamos o resultado do que foi efetivamente concretizado.

Como temos uma Federação sem o sistema nacional de educação e com a ausência de parâmetros e padrões, de um modo geral, os planos de carreira são muito diferentes. Cada Município, cada Estado tem um plano de carreira diferente. Muitos contrataram consultores com baixíssimo conhecimento sobre plano de carreira. Alguns enganaram os Municípios. Eu vejo Municípios pobres gastando uma fortuna com consultores que não entendem nada de plano de carreira. Outros são frutos do calor de uma negociação. Então, os planos de carreira são feitos para acabar uma greve. Isso traz consequências para o futuro gestor. Enfim, há toda essa situação, mas, de modo geral, temos pisos de carreira muito ruins. Isso é um problema, porque ele e muito inadequado. Nós temos um piso nacional e uma fragmentação de planos de carreira diferentes.

Outro aspecto, que todos aqui já estão cansados de ouvir e de falar, é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que também é contraditória em muitos aspectos com a Lei do Piso, porque o Município tem recurso pagar o piso, mas a Lei de Responsabilidade Fiscal o impede de pagar.

Outro aspecto é a complementação da União. A complementação da União está limitada a 10% da complementação do Fundeb, da União. E, como também não temos como saber quem não paga o piso porque não pode e quem não paga o piso porque tem uma gestão ruim, o Consed-Undime, que é a comissão intergovernamental que decide o assunto, decidiu que a complementação é feita para todos que recebem complementação do Fundeb. São muitos. São quase 2 mil Municípios e dez Estados. O recursos que chegam à ponta é quase nada. O recurso é insuficiente. E a forma de complementação também é inadequada. Aí abaixa a arrecadação de todos, e a necessidade de expansão de rede em função do PNE.

O PNE, a Emenda nº 59, de 2009, estabeleceu como oferta obrigatória de 4 a 17 anos. Tem que expandir rede. Tem pressão para aumentar creche. Então, tem pressão para contratar mais professores e, ao mesmo tempo, temos que melhorar salário. Então, há, evidentemente, um impasse muito grande.

Nós temos também outros aspectos que complicam o cumprimento da lei. Eu diria que o principal deles, sem a menor dúvida, é a baixa relação professor/aluno. Quando digo isso, não quero dizer que há poucos alunos em sala de aula. Não. Nós temos salas de aula superlotadas. O sistema tem muitos professores de modo geral. Nós temos ainda uma tradição clientelista. Nós temos uma gestão ruim na educação de modo geral. Nós temos professores à disposição de Deputados e Vereadores. Temos muitos professores que trabalham nas outras áreas, como na saúde, na administração da prefeitura, enfim, porque são os mais qualificados dos Municípios. Então, eles são absorvidos por outras áreas das prefeituras e dos Estados, mas, se tivéssemos uma observação precisa, veríamos que estão sendo pagos com recurso da educação. Isso é um grave problema. Então, quando se divide o número de professores do sistema – não estou falando da sala de aula – pelo número de alunos, temos uma proporção muito baixa.

Lá atrás, nós tivemos uma resolução no Conselho Nacional de Educação que definiu o parâmetro de um professor para cada 25 alunos. Se aferirmos hoje, acho que está na faixa de 13, 10 professores por aluno. Nessa proporção, é inviável melhorar o salário dos professores. Nós temos um grande absenteísmo de professores, enfim. A situação do ponto de vista da gestão do sistema é precariíssima. Então, é preciso melhorar também a gestão dos sistemas.

Nós temos também, caminhando para a conclusão, muitas gratificações sem justificativa – há falta de critério para isso – e muitos professores que têm tempo para aposentadoria e continuam na folha de pagamento, mas ficam fora da sala de aula porque não têm condições. Nós temos leis inconstitucionais em muitos Estados e Municípios. Quando o professor alcança determinado tempo de serviço, ele sai da sala de aula. Isso sobrecarrega a educação e acaba gerando um salário baixo para os professores que efetivamente trabalham.

Bom, o resultado de tudo isso é um quadro de greve. Neste ano, tivemos 5 capitais em greve e 11 Estados se Mato Grosso do Sul entrar em greve. Está com indicativo de greve. Então, é uma situação gravíssima, duradoura – são meses de greve. Isso traz um prejuízo. Acho que em São Paulo foram quase 90 dias de greve. No Acre, dois meses de greve, enfim. Por aí, temos o cenário.

Qual é o papel do MEC? Pela lei, o MEC tem o papel de ajudar na complementação do piso e mediar na relação entre trabalhadores e gestores do sistema de ensino.

Bom, como eu já adiantei aqui, essa complementação do MEC tem um sistema inadequado. Não há como aferir quem não tem condição de pagar o piso. E o volume de recurso não é suficiente, realmente, para complementar o pagamento do piso. Seguem, então, pela decisão da Comissão, os critérios do Fundeb.

Bem, até aonde chegaram as mediações? Na última rodada de negociações, que foi um debate com os governadores, os prefeitos, a CNTE, todo mundo, chegamos à situação de... A CNTE, a frente parlamentar de que participou a Senadora Fátima Bezerra, como Deputada, e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação fizeram uma proposta alternativa, que seria o INPC, ou seja, a inflação mais 50% do crescimento do valor do Fundeb. Essa foi a proposta desse conjunto – CNTE, frente parlamentar e a campanha. Já os governadores, a Frente Nacional de Prefeitos e a Undime com a proposta de INPC e 50% do crescimento real do Fundeb, ou seja, tirando a inflação. Quem vai dizer qual é a proposta da CNM é a Mariza, que está ao meu lado aqui.

Bem, eu trouxe este quadro para vocês entenderem a complexidade dessa situação. Então, este vermelho forte aqui, que tem o 22% lá em cima, é a variação do valor aluno/ano. Então, ele tem um comportamento bastante esquizofrênico. Ele sobe, desce, não tem uma relação aproximada da realidade, seja de inflação ou de arrecadação. Como falei, o critério de reajuste não tem uma relação direta com o recurso. Este azul escuro é o Fundeb. O verde ali embaixo é a inflação. E temos a proposta dos governadores, prefeitos da Frente Nacional de Prefeitos e Undime, que seria em 2015, 7,2%. A proposta da CNTE, em 2015, seria 9,8%. E o que tivemos foi um crescimento de 13%.

Bem, como falei, profissionais da educação não são só magistério. Eu falei aqui do magistério. E os demais profissionais da educação, como diz a LDB, podem ser contemplados por um fórum de acompanhamento do piso que foi criado. Ele, acompanhando a LDB, é para o piso do magistério. Mas esse fórum pode ser aperfeiçoado no sentido de também mediar negociações dos profissionais de educação como um todo. Ele foi criado por portaria e deve ser instalado no comecinho de setembro. É algo importante para que a gente saiba exatamente quem pagou o piso, quem não pagou, qual é a situação no País e chegar a um acordo para aferição disso. Se perguntar para a Undime quem paga o piso, ela vai dar uma informação. Se perguntar para o MEC, ele vai dar outra. Se perguntar para o Conselho, ele vai dar outra. E para a CNTE, outra diferente. Então, esse fórum, com a presença de todos, vai permitir, primeiro, chegar a um consenso sobre qual é a metodologia para aferir isso. E a nossa ideia é um portal com o mapa do Brasil, com todos os Municípios, para que qualquer cidadão possa acompanhar de perto e saber se o seu Município está pagando ou não o piso.

Nós acabamos de concluir a produção de um *software* de simulação de piso. Esse *software* é importante. Ele não é só para o magistério, mas para os trabalhadores de educação como um todo. Junto com ele, vem todo um conjunto de orientações. Há uma oficina para preparar Municípios para adequarem seus planos de carreira. Vamos constituir uma rede de assistência técnica.

Ela é muito importante para melhorar as carreiras e buscar um equilíbrio entre valorização e sustentabilidade financeira desses planos de carreira.

E, cumprindo, também, o Plano Nacional de Educação, o MEC definiu, apresentou para consulta pública uma política nacional de formação dos profissionais da educação, tanto do magistério, como os demais.

E, enfim, é um assunto importante, difícil, mas estamos completamente à disposição para o debate e o aprofundamento do tema.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Prof. Binho, nosso Secretário de articulação com os sistemas de ensino do Ministério da Educação, o MEC.

O Professor Binho coordena uma instância dentro do MEC muito importante, porque é a instância que dialoga diretamente com os Governadores, com os Prefeitos, com os gestores em geral, também com os movimentos sociais, e, portanto, sua presença aqui é muito importante, diante do tema que estamos discutindo.

Nós vamos passar agora, imediatamente, a palavra para a Profª Mariza Abreu, agradecendo, Mariza, mais uma vez, a sua presença. Mariza é consultora e aqui ela vai trazer o ponto de vista da Confederação Nacional dos Municípios.

Queremos registrar, com muita alegria, também, a presença aqui, entre nós, da Senadora Regina Souza, do Partido dos Trabalhadores do Piauí. Regina que também é muito presente no debate e na luta em defesa da escola pública, da educação e pela valorização dos profissionais da educação.

Com a palavra a Professora Mariza.

A SRª MARIZA ABREU – Bom dia, em nome da Confederação Nacional dos Municípios e do Presidente Paulo Ziulkoski, Senadora, agradeço, mais uma vez, o convite para participar dessas audiências que têm debatido as questões mais candentes da educação básica brasileira, da educação básica pública. Cumprimento o Secretário Binho – nós estamos fazendo dupla em várias audiências, não é, Secretário? –, a Profª Iria também, minha conhecida há muito tempo, a todos os Senadores aqui presentes.

Olha, em primeiro lugar, até organizei uma transparência, mas vou falar um pouco mais solta.

Eu não tenho dúvida de que valorizar o magistério é condição para a qualidade da educação. O problema é que a valorização do magistério está se tornando um daqueles consensos em que todos concordam que não conseguimos fazer. Todo mundo quer reforma tributária, todo mundo quer reforma política, todo mundo quer reforma do ensino médio, todo mundo quer a valorização do magistério, e faz mais de 20 anos que falamos nisso e não conseguimos avançar ou não conseguimos avançar o necessário para garantir a educação de qualidade para todos os brasileiros, com equidade em todas as regiões do País.

Eu não tenho dúvida de que os governantes têm o maior interesse em promover a valorização do magistério, com as diferentes variações de como fazer isso, porque é claro que para um prefeito e para um governador, se os seus professores estiverem satisfeitos, muito melhor. O Secretário Binho já foi Secretário, já foi Governador, eu já fui Secretária de Município, de Estado. Quer dizer, se todos querem e não se está conseguindo avançar no ritmo e nas condições que gostaríamos, tem algum problema no diagnóstico, tem algum problema de falta de mediação, de negociação, de entendimento. Acho que precisamos aprofundar isso, porque, senão, não vamos sair do lugar, e as greves derrubam a qualidade da educação no Brasil inteiro, como o Secretário Binho apresentou.

Eu vou tentar trabalhar mais com a questão piso/carreira, remuneração/carreira – acho que o Secretário Binho inclusive já apresentou – porque ninguém discorda que a valorização passa por esses itens, mas passa por gestão de pessoal também, que o Secretário também já falou. E vamos tratar disso aqui fundamentalmente.

O Secretário já apresentou o crescimento do valor real dos salários, já apresentou os quatro critérios em discussão. Vejam só, as dificuldades para cumprimento do piso e para, portanto, assegurar uma remuneração adequada que torne a carreira do magistério atrativa para os melhores alunos do Ensino Médio brasileiro passa pelo critério de reajuste, passa pela complementação da União, pela estrutura da carreira e pela gestão de pessoal.

Sem articulação desses elementos, sem a solução para essas questões, não vamos conseguir vencer essa onda de greves que 2015 levou ao máximo.

Ora, qual é o problema do critério de reajuste? Nós, inclusive, temos um texto escrito sobre isso numa revista da CNM, disponível no portal da Confederação.

Como o Secretário também já fez referência, a lei prevê o reajuste do piso de acordo com a variação do valor aluno/ano, e, mais ainda, não é de toda a educação básica, é do valor aluno/ano dos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

Se toda matrícula da educação básica é decrescente no Brasil – e isso não é um problema, isso é decorrente da redução da população na faixa etária correspondente a essa escolaridade, e porque, mesmo lentamente, estamos melhorando o fluxo, diminuindo a retenção, o atraso idade/série –; se é verdade que toda matrícula da educação básica diminui, a dos anos iniciais do ensino fundamental urbano diminui mais do que o total da matrícula da educação básica. O atraso está concentrado no ensino médio, está concentrado nos anos finais da educação do ensino fundamental, até porque houve um aumento da matrícula da educação profissional. Enfim, é nesse pedaço. Na educação infantil houve um crescimento da matrícula, porque ainda havia crianças fora da escola. É nessa etapa, anos iniciais do ensino fundamental urbano que diminui mais.

Então, o valor por aluno/ano sempre vai crescer mais do que o crescimento da receita do próprio Fundo, por esse critério, e, além disso, o reajuste está fixado para o mês de janeiro quando só se conhece a receita efetivamente realizada e consolidada no mês de maio.

Então, isso gerou uma insegurança jurídica, uma dificuldade de entendimento de qual deve ser o reajuste do piso e um reajuste do piso muito acima da inflação e, principalmente, acima da receita do próprio Fundo.

Ora, essa discussão vem sendo feita. O Secretário já fez referência ao fato de que hoje ninguém, nem o Movimento Sindical dos Professores, defende a manutenção desse critério. Todos já entenderam que o critério está, na realidade, inviabilizando o pagamento do piso no Brasil inteiro.

Então, a CNTE defende aquele primeiro critério intermediário, os governadores apresentaram o segundo, que teve o apoio da frente da Undime. A Confederação Nacional dos Municípios continua defendendo a aprovação do projeto original do Presidente Lula enviado para o Congresso Nacional – os projetos do Executivo começam na Câmara, não é, ex-Deputada? – uma semana depois da sanção da lei, com argumentação da área da Fazenda do Governo Federal, que não queria que o Presidente Lula sancionasse. Aliás, eu costumo dizer que, se era para propor a mudança uma semana depois, por que ele não vetou? Se ele tivesse vetado, esse problema já tinha sido resolvido, porque tinha ficado um vazio do critério de reajuste, todos nós teríamos que ter sentado à mesa e resolvido.

O entendimento da CNM é que o reajuste pela inflação assegura a manutenção do valor de compra do piso do magistério e que os reajustes reais têm que ser negociados caso a caso, em cada Estado, em cada Município, de forma, inclusive, a cumprir a meta do Plano Nacional de Educação. Já vou falar sobre ela, acho-a muito bem construída.

Vocês sabem que eu vinha vindo para cá, vinha pensando sobre isso, ainda liguei para a área técnica da CNM. Esse critério de reajuste pelo INPC com reajustes reais, com ganhos reais negociados caso a caso em cada ente Federado é a lógica de uma economia com controle de inflação e com crescimento econômico. No momento em que vivemos, pode ser que para o ano que vem seja o inverso, a inflação seja maior do que o crescimento da receita e do que, portanto, o valor vigente na lei. Percebem?

Mas não queremos que o Brasil continue assim, continue com uma inflação crescente, que foi de seis e pouco por cento o ano passado, e já está com previsão de mais de nove por cento esse ano, e com uma economia com queda na taxa de crescimento e, portanto, com redução da arrecadação. É provável, Secretário Binho, que a receita nominal do Fundeb no ano de 2016 seja muito pouco diferente da receita nominal do Fundeb em 2015, só que o reajuste do piso considera 2015 em relação a 2014, mas os Prefeitos e os Governadores têm que pagar os Professores com a receita do ano de 2016.

Então, vejam em que imbróglio em que estamos colocados se não conseguirmos resolver.

Vejam só que difícil a nossa vida de brasileiros: nós não conseguimos resolver no período em que a economia ia bem, agora, no período em que nós vivemos, de taxa de inflação crescente e queda no crescimento do PIB, vai se tornar mais complicado, e vamos ter que resolver, porque, senão, o ano que vem, vai ser greve nos 27 Estados. Estamos com inflação, receita estagnada e um critério de reajuste ainda considerando os dois anos anteriores.

Vejam, então, isso é fundamental para que possamos assegurar o cumprimento da Meta do PNE – já volto a ela, como eu disse. É preciso, em primeiro lugar, resolver esse imbróglio do critério de reajuste. E, como disse o Secretário Binho, os ex-Deputados aqui, e todos os Parlamentares sabem que, no estágio em que os projetos de lei se encontram na Câmara dos Deputados, a Câmara não tem outra decisão a tomar a não ser manter o texto original do Presidente Lula, com o INPC, ou adotar o Substitutivo aprovado aqui, no Senado Federal, que tem como Relator o Senador Cristovam Buarque, que mantém o critério da lei e repassa para o mês de maio.

Qualquer outra solução, qualquer critério intermediário depende de mediação e de ação do Poder Executivo, porque não dá mais tempo de alterar a Lei do Fundeb para Janeiro de 2016, entendem? Essa disposição do MEC, de ser mediador, é fundamental, e é por essa razão que a CNM mantém a defesa do INPC, ou seja, porque é só o INPC que depende, que pode ser aprovado como critério de reajuste pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados. Qualquer outro não depende do Congresso. Depende de uma mediação complexa nesse momento de crise econômica.

O outro grande problema é a complementação da União. Olha, eu venho, Senadora, ex-Deputada, muito contrariada com essa situação. Eu fui retomar todo o processo de votação da Lei do Piso na Câmara dos Deputados. A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara avalia a adequação financeira do projeto para as despesas da União, para o orçamento da União. Para que a Lei do Piso fosse aprovada, respeitando os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à adequação financeira, a complementação da União para pagamento do piso, para integralizar o pagamento do piso, foi inserida na complementação da União ao Fundeb, já prevista na Constituição brasileira.

Então, o que a Lei do Piso fez foi dizer que dos 10% da complementação da União ao piso, que, pela Constituição, podem ser utilizados, distribuídos, não pelo critério da matrícula, mas pelo critério de programas de melhoria de qualidade da educação, fossem utilizados para complementação ao piso.

Bom, só que a Comissão de Finanças e Tributação e o Congresso Nacional – fico muito injuriada com esse nosso pacto federativo – não apreciam o impacto financeiro de uma lei federal junto aos Estados e Municípios,

e, aí, definem um piso salarial com um critério de reajuste impagável em mais da metade dos entes federados do Brasil, com um prejuízo imenso na quantidade de greves etc.

Então, vejam, o que é que significou? 1) Só tem direito a pedir complementação da União quem já é beneficiado pela complementação do Fundeb. Os outros não têm, e o nosso raciocínio é que existe Município pobre em Estado rico e Município rico em Estado pobre. Então, há uma série de Municípios fora daqueles dez Estados já beneficiados com a complementação da União que precisam de complementação para pagar o piso também.

Segunda coisa: não houve complementação da União para nenhum ente federado para pagamento do piso desde 2010 até 2014, porque não se chegou a um entendimento de quais são as condições que o ente federado tem que provar, tem que apresentar, provando que ele precisa.

Então, vejam só, a lei federal, votada no Congresso, sancionada pela Presidência, gera uma obrigação para Estados e Municípios,a que gera ações judiciais, gera greve, gera um monte de conturbações na gestão da educação brasileira. Agora, a parte da União na lei ela não cumpre, e fica por isso mesmo.

E, terceiro lugar, depende fundamentalmente, olha, Secretário, como o senhor vê eu gosto muito de usar as posições da Sase. Isso aqui é um eslaide utilizado pelo Professor Antonio...

Vai tomar esses dados – estamos concordando demais – do Professor Antônio Lambertucci, que agora está no Governo de Minas, não está mais com vocês, em uma palestra feita numa Comissão Especial da OAB, em Porto Alegre, há uns dois anos. Ele faz referência ao fato de que as diretrizes hoje vigentes para a carreira são ainda muito flexíveis e que o pagamento do piso depende dessas três condições.

Vejam só, o piso definido como vencimento inicial da carreira, como o Secretário já colocou, é base de cálculo de uma estrutura para a qual não há regra nenhuma, porque cada Estado e cada Município tem a sua regra. Por isso, inclusive, é difícil pesquisar que Municípios estão pagando, que Municípios não estão pagando.

Então, precisamos de salários iniciais atrativos para recrutamento do magistério, mas precisamos uma dispersão salarial razoável, que permita pagar o piso como vencimento inicial e que, ao mesmo tempo, garanta o estímulo da melhoria profissional ao longo da carreira. Não pode achatar demais, nem pode ser grande demais, e, para isso, não existe uma solução matemática única. É uma construção que temos que fazer.

Então, o que é que vem acontecendo? Muitos Estados não fizeram adequação da carreira e por isso não pagam o piso. O maior exemplo é o meu, é o único plano de carreira do Brasil que é anterior à Constituição de 1988, é de 1974, o Estado do Rio Grande do Sul. Outros Estados não fizeram adequação da carreira, porque tinham carreiras mais recentes, posteriores a 1988, posteriores à LDB, e conseguiram até esse momento – vai depender do critério de reajuste daqui para frente – pagar o piso.

Outros tiveram que fazer adequação da carreira. Que tipo de adequação? Ou simplesmente a redução do percentual entre nível médio e nível superior – gosto muito dessa tabela da CNTE, pena que a CNTE não esteja aqui, Senadora, a senhora foi dirigente da CNTE, eu também, e depois quero fazer um comentário aqui sobre essa tabela – ou fizeram como fez o Amazonas nessa tabela e como fez, Secretário Binho, o Prefeito do Município de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, que tem uma lei de plano de carreira nova, de 2011, justamente para poder pagar o piso, que tirou o nível médio da estrutura permanente da carreira.

Hoje, os concursos para o magistério municipal de Canoas exigem o nível superior, e têm, em anexo à lei municipal, duas tabelas salariais, dos graduados e dos não graduados, e não há relação de percentual entre o nível médio e o nível superior.

Eu fui olhar, ainda, de novo. Em 2011, quando a lei da nova carreira do magistério municipal de Canoas entrou em vigência, se fôssemos nas s tabelas paralelas e fizéssemos o cálculo, dava cerca de 33% de diferença. Em 2011, cerca de 13%. Ou seja, para pagar o piso do nível médio, não houve aplicação do mesmo percentual no nível superior, e isso está dentro da lei municipal, porque não há essa relação.

Agora, veja aqui, Senadora, essa é a CNTE. Eu só achei a de maio de 2014. Não sei se eles têm outra mais atualizada.

Vocês não vão conseguir olhar, mas podem ver depois: Santa Catarina cumpre o piso, Rio Grande do Sul não cumpre o piso. Só que Santa Catarina fez uma adequação da carreira, a diferença entre o nível médio e o superior é cerca de 1%. No Rio Grande do Sul é cerca de 85%.

Hoje, os dados que temos, inclusive, presentes no último parecer do Conselho Nacional de Educação sobre formação de professores, esse que acabou de ser homologado (dados de 2013) 75% dos professores da educação básica brasileira têm nível superior. Nas redes estaduais, isso é mais. Na rede estadual do Rio Grande do Sul, considerando ativos e inativos, é cerca de uns 83%. Considerando só ativos é mais de 90%.

Bom, vamos considerar 25% e 75%. Se fizermos uma média ponderada, a média da remuneração do magistério do Rio Grande do Sul é maior que a de Santa Catarina, só que Santa Catarina paga o piso e o Rio Grande do Sul não paga o piso. Afinal, o que significa pagar o piso sem estrutura de carreira?

E, por isso, Secretário, é que eu acho tão pertinente a meta do Plano Nacional de Educação. A meta não fala no crescimento do valor do piso. Ela fala na equiparação da remuneração média dos professores da educação básica pública com a equiparação dos demais.

Estou concluindo, Senadora.

Então, para isso, precisamos de crescimentos talvez não naquele ritmo tão acelerado que o piso teve nos últimos anos, mas o salário do magistério precisa crescer acima da inflação para que possamos diminuir essa diferença.

E, por fim, eu tenho dito isso sistematicamente também, eu fico muito contrariada com a realidade brasileira.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIZA ABREU – É verdade que os gastos públicos com a educação aumentaram nos últimos anos, e tenho dito isso reiteradamente. Isso se deve, por exemplo, ao aumento da complementação da União ao Fundeb em relação ao que fora no Fundef. Deve-se, por exemplo, à extensão dos programas suplementares do ensino fundamental para toda educação básica a partir de 2009. É verdade que a remuneração dos professores aumentou, não só aqueles índices que o secretário Binho apresentou, mas pela primeira vez, segundo a PNAD do IBGE, em 2013, a remuneração média dos professores da educação básica pública ultrapassou a remuneração média dos professores da educação básica privada.

Se gestão democrática e participativa é contada pela quantidade de fóruns, conferências e conselhos que temos, isso aumentou muito no Brasil. E o que vem acontecendo? Fuga da rede pública para a rede privada nas matrículas da educação brasileira e a qualidade da educação não cresce no mesmo ritmo, sendo que, pela primeira vez desde criado pelo governo em 2007, os IDEBs nacionais dos anos finais e do ensino médio, que são metas singelas, não foram atingidos no ano de 2013. Ou seja, melhoria, mais dinheiro, mais salário, mais democracia são condições necessárias, mas não condições suficientes para melhorar a qualidade da educação brasileira, que passa necessariamente pelo professor. Currículo adequado, professor formado para o desenvolvimento desse currículo e professor devidamente motivado, se não houver isso não há educação de qualidade para o conjunto dos brasileiros.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecemos à Profª Mariza Abreu, que aqui falou em nome da Confederação Nacional dos Municípios. Vamos agora passar imediatamente a palavra para a Profª Iria, que é a presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

Queremos fazer o registro que continuamos recebendo aqui perguntas pelo portal e-cidadania@senado.gov.br, uma vez que a nossa audiência pública é interativa. Então, continuamos recebendo aqui as perguntas. Daqui a pouco vou dar conhecimento.

Com a palavra a Profª Iria.

A SRª IRIA BRZEZINSKI – Bom dia a todos, quero cumprimentar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras presentes na pessoa da Senadora Fátima. Muito me honra estar em mais uma audiência ao seu lado. Estivemos na Câmara e agora no Senado.

Também cumprimento...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Permita-me rapidamente, quero registrar, com alegria, a presença do Senador Dário Berger, do PMDB de Santa Catarina, Senador que também é um Parlamentar muito presente no debate e na luta em defesa da educação.

A SRª IRIA BRZEZINSKI – ...por várias vezes, nossa participação em vários fóruns e parabenizar pela exposição, pois nos permitiu ter uma tarefa menos árdua.

Profª Mariza, nossa companheira do fórum em defesa da escola pública na LDB, estamos novamente nos deparando com a situação caótica das condições de formação e de valorização dos profissionais de educação. Não é insolúvel, mas temos grandes desafios a serem enfrentados.

Antes, porém, devo esclarecer de onde falo, porque sou professora universitária, pesquisadora, vindo do Paraná e hoje aposentada da UnB e professora da PUC Goiás, mas minha militância é exatamente pelo piso, carreira, jornada e elevação da remuneração média. Por isso, dizemos o seguinte: se estamos com a nossa democracia fragilizada, mais fragilizada está a não democracia para o trato com os professores.

As greves trazem esse exemplo.

Democracia é sinônimo de soberania popular. O professor precisa ter sua soberania popular no interior da escola, inclusive sendo respeitado pela sua competência, remuneração e condições de trabalho, o que não existe na maioria das escolas.

Podemos definir a democracia como presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo. E isso gera também uma possibilidade do controle da vida social. Não temos o controle da vida dos professores, os diagnósticos sempre são contraditórios. O exemplo que o secretário Binho nos trouxe e precisamos, que bom, de um novo *software* para verificar qual é a identidade do professor brasileiro. Mas sabemos onde, na Anfope.

A Anfope é uma associação científica civil, sem fins lucrativos, sem caráter religioso e político-partidário. Somos pesquisadores da área de educação, que temos a finalidade, há 35 anos, de fazer avançar o conhecimento sobretudo na área de educação e, em particular, na área da formação de professores e das instituições dedicadas à educação.

Somos responsáveis pela construção de um pensamento brasileiro que nos coloca vanguardistas em defesa da escola pública, laica, gratuita, inclusiva, para todos os cidadãos brasileiros e de qualidade referenciada no social. Parece um refrão, mas a qualidade referenciada no social significa qualidade em todas as modalidades de ensino em todos os níveis. Referenciadas onde? Na realidade nossa, na cultura brasileira. Não podemos estar tomando de empréstimo outras culturas, embora sejam referência, mas temos que ter a condição de pensar na realidade da nossa escola, que continua sendo precária. Por exemplo, vivo no Estado de Goiás atualmente e recebemos, no ano passado, a notícia de que o ensino médio do Estado de Goiás é o primeiro do Brasil no índice do Ideb. Sabemos que é uma falácia e temos como provar.

Então, por que precisamos trabalhar fora da realidade? Os dados estão falando a verdade. Temos um grupo que trabalha em rede e somos signatários de todos os documentos. E isso nos fortalece como representantes da sociedade civil. A Anfope, que é a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, a Anped, que é Associação de Pós-Graduação e Pesquisa, a Anpae, a mais antiga associação de professores e gestores do Brasil, que é de políticas de administração, temos o centro de pesquisa Cedes, que inaugurou o primeiro colóquio contra a ditadura em relação às péssimas condições da formação dos professores, e o fórum que representa o grupo de diretores de faculdades de educação públicas. Trabalhamos como parceiras, estamos nessa parceria e em vários outros fóruns.

Quero dar destaque em relação à valorização do professor e à possibilidade de ser um embrião, Secretário Binho, do regime de colaboração para trilhar a sua consolidação. Sabemos que inexiste ainda, mas esse embrião são os fóruns de apoio à formação docente, extraordinária herança do Decreto nº 6.755. Esse decreto instalou a formação emergencial no País de forma massiva. Não é a solução para a formação de professores, mas o planejamento melhorou profundamente com os fóruns elaborando os planos estratégicos da educação de cada Estado.

A Anfope é membro titular em 23 Estados onde os fóruns funcionam. Quero dizer que, no Estado de Goiás, o fórum não funciona porque depende da cor partidária, do desejo da Secretária, do interesse de pessoas que estão na Administração Pública.

Bem, nossas sugestões – nós nos atrevemos, com humildade, mas se não lançarmos desafios, não superamos os nossos dilemas – são: uma política de formação e valorização profissional como dever do Estado e direito dos profissionais da educação.

Quero reafirmar o que o Secretário Binho falou: profissionais da educação, a partir da Lei nº 12.014, englobam os funcionários da educação que são chamados de não docentes, mas que são imprescindíveis para que haja, também, qualidade da educação como parceiros do professor.

A nossa primeira proposta – e que perdemos, lamentavelmente, no Plano Nacional de Educação, embora 96 Deputados tivessem concordado conosco em que tínhamos razão e que levariam isso como defesa, mas não vencemos – é edificar as bases para um sistema nacional de formação e valorização dos profissionais da educação inserido no sistema nacional de Educação. Por quê? Estaríamos articulando essas atividades. E jamais se pode desarticular formação de valorização: elas têm uma relação dialética. Porque não basta formar: temos que garantir a continuidade dessa formação e as condições de trabalho, com salário, com carreira.

E, agora, nossa defesa é já a equiparação imediata com os profissionais, porque temos uma diferença muito grande de remuneração em relação aos mesmos profissionais. Os professores têm muito mais do que 12 anos de escolaridade e ganham menos do que qualquer outro profissional que tenha as mesmas condições de trabalho etc.

Bem, por que esse sistema? O professor Luiz Dourado, que tem sido um grande interlocutor de toda a legislação, inclusive o relator das diretrizes nacionais de formação inicial e continuada, aprovada e publicada recentemente no Diário Oficial do dia 2 de julho deste ano, propõe quatro sistemas que possam sustentar esse grande sistema nacional. Um deles seria o sistema de avaliação que não seja baseado somente em testes estandardizados – nós temos um grande problema em relação ao sistema de avaliação.

O segundo é da gestão: a gestão democrática ainda não se efetiva como um sistema que possa garantir a gestão democrática.

O terceiro é o sistema nacional de formação e valorização dos profissionais da educação.

E o quarto é o sistema que, no momento, me falha a memória, mas logo virá.

Nós precisamos constituir um regime de colaboração. Vejam o que acontece com a formação emergencial do professor reconhecido pelo Parfor, pelo ícone do Parfor. O que temos? Houve uma intencionalidade forte de formar esses professores, de forma urgente, porque tínhamos mais de 300 mil funções docentes a serem ocupadas em 2014. Funções docentes não significam número de professores: se fizermos um cálculo segundo o qual o professor trabalha manhã, tarde e noite, ele tem três funções ocupadas. Então, precisávamos de 100 mil professores, literalmente. O que aconteceu?

A Capes investiu, os recursos não foram bem versados porque se apostou, transferiu-se para o Município e transferiu-se para o Estado o *voucher* professor de deslocamento para ir à aula e atribuiu-se ao professor o pagamento do seu substituto enquanto ele está se aperfeiçoando. Qual foi o resultado da evasão do Parfor? Isso é pesquisa real, eu sou coordenadora de uma pesquisa nacional por meio dos fóruns: nós temos 69% de evasão. Não é porque o professor não quer se qualificar. Não é! É porque não há condições nem de trabalho. Imaginem que o professor, para se qualificar, além do diretor não permitir que ele saia para se qualificar, ele tem que pagar o seu substituto. E ele está em serviço, contra o art. 61 da LDB. Totalmente contra. Totalmente contra!

Bem, temos, então, o Decreto nº 6.755. É brilhante esse Decreto, porque teve uma grande participação democrática. Foi o comitê da educação básica, praticamente, que fez a minuta da elaboração desse decreto. E nós sugerimos que esse decreto seja reeditado, mas com a necessidade de melhoria da formação e da qualificação por meio de um sistema em que não sejam realizadas políticas pontuais de formação.

As políticas pontuais de formação mais deformam, porque representam uma disputa entre os órgãos para ver quem é que qualifica mais em quantidade; não se pensa em qualidade. A formação emergencial tem que ter prazo para acabar: ser avaliada e acabar. Temos que ter isso como regular, com licença remunerada, para a educação continuada.

Bem, Meta 15, todos já se referiram e eu não vou voltar a ela. Mas nós enfatizamos a importância...

(Soa a campainha.)

A SRª IRIA BRZEZINSKI – Eu posso mais três minutos?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pode, pode sim.

A SRª IRIA BRZEZINSKI – O curso de licenciatura, o nosso grande desvio – e isso aparece, também, nos dados que o secretário trouxe –: temos físicos formados que não são físicos; eles são mais que físicos, porque o professor de Física, além de ser um excelente físico, ele tem que ser aquele que saiba permitir que o aluno aprenda Física. Com que condições? Condições pedagógicas numa licenciatura. Então, ele incorpora o pesquisador no professor.

O que acontece? A UnB, minha instituição, em que fui professora muitos anos, em 19 anos – nós fizemos esta pesquisa –, formou 18 professores de Física. Depois da sua formatura e do ingresso no sistema do Distrito Federal, quatro anos depois, apenas dois deles se dedicaram à educação. Pronto! Carreira não atrativa, os jovens talentosos não ficam, e nós não temos a carreira atraente. Dos seis mil candidatos – veio do resultado do Enem –, dois por cento disseram: "Serei professor!" Se vocês verificarem as condições econômicas dessas pessoas, as suas aspirações, os seus desejos de cidadãos já foram abafados, porque eles não acham importante ser professor. Mas é o único lugar que ele acha que pode ainda sobreviver.

Então são situações dificílimas do nosso País em relação ao professor. Por quê? Historicamente, ele foi sendo desvalorizado. Alguém diz por aí que, na década de 20, o professor ganhava igual a um juiz de terceira entrância. Verdade, verdade! Mas não tinha uma massa de demanda como nós temos. É importante ganharmos mais do que um juiz porque temos as nossas salas lotadas e não temos as condições de trabalho.

Bem, a Meta 15 é primordial como todas as metas. E eu reputo também a Meta 20 porque, sem a Meta 20 – Anísio Teixeira nos ensinou que, toda vez que você planeja educação, você tem que conjugar articuladamente dois verbos, duas ações: prover e prever –, nossos recursos, já, os 10%, o Fineduca, os estudiosos do nosso CAQ e do CAQi, que é o custo qualidade/aluno, não vão conseguir. Se fossem destinados, hoje, e vão ser destinados até 2024, não atenderiam a necessidade da educação.

E temos cortes: o corte grandíssimo que houve agora em relação a o quê? Ao pilar básico da educação brasileira: educação infantil; e tantos outros.

Bem, deixem eu dizer como é que está, um pouco, a situação da função docente na educação infantil – e os cortes foram, exatamente, para este nível, que é o mais caro, porque temos que ter escola de tempo integral,

cinco refeições diárias, banho, elevador no banheiro para regular a altura da criança etc. Qual escola nossa, pública, nós temos com essas condições?

Bem, então, vejam, temos funções docentes, ocupadas, são 392 funções. E a diferença entre as funções e a compatibilidade com formação... Vejam a diferença: não temos a formação do professor na educação infantil. Sabem por quê? Na Conae 2014, na plenária... Eu considero muitíssimos prefeitos do País.

(Soa a campainha.)

A SRª IRIA BRZEZINSKI – Meu pai chegou a ser político, passando pela Câmara, há muitos anos, sendo prefeito; ele se dedicou muito à educação. Eu admiro os prefeitos, só que o prefeito diz assim: "Professora, a senhora quer que eu pague, na educação infantil, o professor do ensino superior? Jamais! O máximo que eu vou pagar é aquele do ensino médio formado no magistério, porque a lei me garante, e eu não quero impacto na minha folha de pagamento." Isso foi dito para 3,5 mil participantes da Conae.

Bem, aí está o resultado! Aí está o resultado da disfunção: justamente onde se faz cortes! Então, é uma incoerência muito grande. É conflitante nós termos 57,8% de não formados para atuar na educação. E, assim, nós temos alguns outros dados.

Já estamos concluindo.

Quero lembrar das conquistas, dos avanços que tivermos, sobretudo com as diretrizes curriculares, em que se conferiu uma determinada identidade ao profissional do magistério. E nós temos a vitória conquistada, de termos a base comum nacional de formação articulada em eixos. Temos que jogar os currículos positivistas definidos em disciplinas; temos que trabalhar por núcleos para formar uma cabeça mais articulada, porque não podemos ter um professor com cabeça fracionada.

E gostaria de terminar dizendo que temos a mesma concessão da péssima gestão pública no sentido dos recursos humanos da educação. Precisamos ter uma gestão pública democrática.

No entanto, somos contra uma coordenação de desenvolvimento profissional. Existem indícios – a Rádio Candanga nos contou – de que foi convidada uma técnica do Rio de Janeiro para gerenciar a parte do desenvolvimento profissional. Nós estamos contra e queremos dizer da relevância de precisarmos fortalecer a democracia brasileira, que deve significar soberania popular para a conquista da cidadania plena.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço a Professora Iria, que falou aqui na condição de Presidente da Anfope. A Anfope, que todos nós conhecemos, é uma entidade que tem dado uma grande contribuição, especialmente no debate sobre a formação do magistério brasileiro, dos trabalhadores da educação.

Eu sei que os Senadores querem, agora, fazer uso da palavra – não é isso? –, e nós vamos passar imediatamente para vocês.

Queria, só, aqui, dar conhecimento da interatividade, uma vez que a audiência pública está sendo transmitida ao vivo, e das perguntas que nos têm chegado.

Por exemplo, Alexandre Ferreira, lá de Alagoas: "Se os nossos governantes não valorizam os professores, imaginem a situação dos funcionários de administração escolar".

Ouviu, Binho, o Alexandre, aqui, fazendo um comentário: "Se os nossos governantes não valorizam os professores, imaginem a situação dos funcionários de administração escolar (auxiliares de serviços diversos, merendeiras, vigias, agentes administrativos etc.)"

Outra pergunta do Isaac – aliás, pergunta ou comentário: "O Governador do Estado de Santa Catarina não respeita a lei do piso, não respeita um terço de hora-atividade, substituiu grevistas durante a greve, não respeita a data base. Estamos sem um real de aumento salarial em 2015; não temos mais plano de carreira!"

O Professor Binho – só destacando aqui –, na sua apresentação, mostrou, aqui um quadro que retrata, infelizmente, a realidade por este País afora. Ou seja, a lei, na sua plenitude, não é cumprida, visto que nós temos ainda muitos Municípios e Estados pelo País afora – repito – que não cumprem a lei na sua plenitude. Quando eu falo "a lei na sua plenitude", não é só o valor mínimo do piso salarial: é um terço de hora-atividade, é a jornada, é o plano de carreira etc., etc.

A Valquíria Dias Cruz: "Recomendo que se olhe a questão do Rio Grande do Sul, onde os professores nunca receberam o piso nacional do magistério. E o governador, ontem mesmo, anunciou na TV que vai cortar o ponto dos grevistas, que farão, a partir de hoje, uma microgreve de apenas três dias".

O Pedro Ramos de Toledo: "Existe qualquer plano para a recuperação do papel social dos professores? Como falar de valorização quando a sociedade assistiu calada ao massacre dos professores do Paraná?"

Márcio Ivan Marinho Falcão: "O art. 206 fala em piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação, e os artigos 62 e 67 da LDB falam em piso nacional para os profissionais da educação e definem os profissionais de educação. Por que o piso é apenas para os profissionais de magistério?"

Pedro Ramos de Toledo: "O Governo do Estado de São Paulo vem massacrando os profissionais da educação, atacando justamente a subsistência dos mesmos, em claro desrespeito à decisão do STF. A perseguição aos grevistas pelo Governo, através de supervisores e diretores, é patente. Cabe intervenção?"

O SR. BINHO MARQUES – Esse é quem?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Esse é Pedro Ramos de Toledo.

Pergunta ainda do Pedro: "Está claro para a sociedade brasileira, frente à falência da educação básica pública em todo o País, que os Estados e Municípios são incapazes de promover as reformas necessárias para a recuperação da educação. A federalização é a solução? Ao menos quantos aos recursos?"

Pergunta do Pedro, também: "Faltam 300 mil professores em todo o Brasil. Os cursos de licenciatura estão em extinção pela absoluta falta de interesse. Valorização passa por salário, justamente o que não existe. Quando a valorização dos professores deixará de ser mera retórica de nossos políticos?"

Bom; nós vamos agora, pela lista de inscrições aqui, passar a palavra aos Senadores inscritos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Quero me inscrever também, Srª Presidente!

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Eu também, porque cheguei depois.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não. Traga, aqui, a relação para mim, por favor.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Evidentemente que vou respeitar, aqui, o Senador Telmário...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem de chegada, o primeiro foi o Senador Telmário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Lembrando que ele, inclusive, é coautor aqui, junto comigo, do requerimento de realização do presente debate.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A Fátima está fazendo cooperativismo. (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – E a manifestação dele pode balizar as nossas – não é, Senador Telmário?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nesta Casa, os três Senadores que estão aqui, aliás todos, mas o Dário, a Regina e a Fátima são sempre peculiares. E o Dário tem uma experiência grande, porque ele foi Prefeito também. Ele é de Santa Catarina, e eu vi aí agora alguém falando que Santa Catariana atende... Embora, depois, alguém já tenha ligado com alguma reclamação.

Mas eu já estou com a palavra?

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com a palavra, com a maior alegria, lembrando que V. Exª é autor também da presente audiência pública, Senador Dário.

Só relembrando, esta audiência pública de hoje faz parte daquele ciclo de debates temáticos que a Comissão de Educação e Cultura aprovou, no início dos trabalhos legislativos.

Começamos com o Fundeb; depois com o Custo Aluno Qualidade; agora o tema da Valorização; e o próximo debate será sobre o Sistema Nacional Articulado de Educação, Professor Binho, onde contaremos, novamente, com a sua presença e a dos demais.

Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, sem criar nenhum ciúme a nenhuma Senadora, mas aqui, nesta Casa, a gente vai vendo o foco, os interesses, o encaminhamento, e o Senador Cristovam, por uma luta que ele tem pela educação, ficou o pai da educação. E a Senadora Fátima Bezerra é a mãe da educação. Ela vem se comportando dessa forma, sempre que ela vai à tribuna, isto é, quase que diariamente, ela está envolvida nesse foco da educação. E tem contribuído muito para o Brasil e, principalmente, para esta Comissão do Senado aprimorar os seus trabalhos e conhecer as reais dificuldades que a gente hoje atravessa na educação brasileira, neste momento em que a Presidenta faz um chamado. Pátria Educadora não é uma coisa que vai partir só exclusivamente da vontade da Federação. É preciso que todos estejam engajados nesse processo, porque é um processo fundamental. É por isso que, hoje, a gente vê a China encostando em tecnologia nos Estados Unidos, porque ela focou nisso. E, se não focar na educação, não há como você realmente avançar até no crescimento e desenvolvimento econômico das pessoas e do povo.

Sem nenhuma dúvida, eu quero aqui agradecer a fala dos nossos convidados. Eu tinha uma série de perguntas, que foram, de qualquer forma, contempladas nas explicações, nas explanações, nos dizeres e tal. Mas nós não podemos aqui deixar de fazer alguns registros importantes.

Por exemplo, eu recebi uma manifestação de uma professora com 24 anos de profissão aos 44 anos de idade, ou seja, mais da metade da vida dela em uma sala de aula. Eu vou poupar o nome, a título de não identificar a localidade, porque não é o nosso propósito; mas ela elenca aqui uma série de dificuldades que o professor hoje encontra, e ela acha que é fundamental que a Nação brasileira, que este País mude. E eu quero aqui citar, de forma muito rápida, uma que ela traz e que, de uma forma ou de outra, foi abordada aqui pelos nossos palestrantes.

Ela diz aqui: "Que as leis nacionais sejam cumpridas pelas instâncias municipais e estaduais! A lei do piso vem sendo vergonhosamente desrespeitada em vários locais, a exemplo [aí cita o Estado dela] onde descumprir a lei da educação, lá, virou regra".

Muito bem, como eu não vou citar o nome dela, vou citar o Estado, o Estado do Paraná.

"Que ocorra equiparação salarial com outras profissões, [a gente viu aqui isso, nas falas] em caso de serviços públicos que exijam curso superior. No Paraná, por muitos anos, funcionários do Poder Executivo ganham muito mais que os professores".

Quer dizer, com essa falta de equiparação salarial, há a desmotivação, por isso essa evasão, essa fuga. E alguém aqui falou – se eu não me engano, foi o Binho – no apagão.

No item seguinte, ela fala: "É preciso acompanhar campanhas nacionais que valorizem a figura do professor, pois somos desrespeitados por pais e alunos, a todo momento".

Isso é uma verdade; isso é uma verdade. E eu tenho visto isso no meu Estado, com muita tristeza. Eu, que comecei a estudar aos 11 anos de idade, entendi que o professor é fundamental e foi fundamental na minha vida – eu, filho de uma empregada doméstica. Imaginem que, hoje, eu vejo as professoras serem agredidas, serem violentadas, serem desrespeitadas.

Então, é uma coisa que não tem que passar só pelo Poder; realmente, precisa se fazer essas campanhas em nível nacional, porque a pessoa precisa trazer do berço que o professor é uma continuidade.

E esse medo, por conta desse quadro em que o professor não pode mais reprovar, não pode isso, não pode aquilo, os alunos tiram, às vezes, proveito dessa situação e querem se impor. E, aí, para o professor vem uma série de dificuldades: doenças etc., como a gente vê aí rotineiramente. Há um estresse violento, altíssimo.

Então, o professor, em vez de ir para a sala de aula naquela alegria, naquela vontade de ensinar, ele acaba chegando ali já temeroso, não sabendo o que pode acontecer, principalmente quando leva as notas dos alunos, muitos dos quais não querem estudar.

Ela diz ainda: "Nossas condições de trabalho são precárias, o que nos garante o Poder Público é giz e o quadro. Muito se fala em novas tecnologias na educação, mas elas pouco fazem parte da nossa realidade. As escolas estão sucateadas".

Isso é uma verdade, também. É preciso, realmente, um grande investimento nesse mundo da tecnologia, até para mudar a metodologia, até para a gente poder chegar nessa Pátria Educadora, que é o nosso sonho.

"É preciso formação continuada, com quantidade e com qualidade, para os educadores. [Aí cai naquilo que tu acabaste de falar]. Formação de um dia por semestre é fingir que estão capacitando".

Ela cita aqui, exatamente, aquilo que você trouxe dentro daquela sua fala, dentro da sua colocação.

"Aumento salarial que promova a dignidade. A sociedade brasileira está convencida que o professor deve ganhar bem".

Essa é uma outra verdade. É unânime as pessoas entenderem que o salário dos professores, realmente, não está compatível com aquilo que eles devem ter, uma boa qualidade de vida e ter um só foco, quer dizer, um só emprego, viver especificamente da educação.

"Respeito às posições políticas de cada professor. Em todas as manifestações para reivindicar a melhoria no trabalho, os professores são acusados, pelos Governadores que estão no poder, que são estão sendo manipulados pelo partido A ou pelo partido B, como se os professores não fossem pessoas pensantes".

Essa é outra verdade. Normalmente, quem está no poder, quando a pessoa vai para as ruas... A democracia é o povo na rua, gritando a sua dor. E aí há essa interpretação: "Não; isso é coisa da oposição, está sendo fomentada pela oposição". Na tentativa até de esvaziar, de desvalorizar e de não encontrar a verdadeira razão daquela manifestação.

Ninguém vai para uma rua gritar... A greve é o último estágio, depois do rompimento, de uma negociação. São os extremos, são as forças que se opõem. Então, acho que, neste momento, ninguém gostaria, nenhum governante gostaria, nem o professor, nem o presidente de sindicato deveria mobilizar as pessoas a irem para

a rua para uma greve. Mas daí a dizer que é fruto de oposição, é uma falácia, é uma válvula de escape, talvez, ou um desvio de competência.

"8) Neste ano, em manifestações, professores apanharam da Polícia em Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Paraná. Tornou-se uma prática dos Governadores bater, jogar bomba, *spray* de pimenta e gás de pimenta sobre seus educadores? E nada acontece?

Isso é uma vergonha! Isso é inconcebível! É inconcebível que os professores sejam tratados assim. Aliás, ninguém, ser humano nenhum deve ser tratado dessa forma, principalmente os nossos professores. Então, eu vejo isso com muita tristeza, eu vejo isso com muito pesar, vejo isso como um despreparo dos nossos governantes.

Eu acho que falta dar continuidade ao Plano Educacional e que passam os governantes... Um outro grande defeito que existe no setor administrativo são essas questões dos cargos comissionados. Então, você chega, como a maioria, 50% dos servidores, vêm e acompanham uma nova gestão, um novo governo. Com isso, por consequência, você quebra a rotina, você quebra a qualidade do trabalho e, com certeza, os procedimentos. E cada governo dá uma prioridade.

Eu acho que, na educação, nós precisamos ver isso, Fátima, você que é a mãe da educação, em nível nacional, com um balizamento para que o governante possa mudar alguns pontos da política, mas que não mude o eixo da educação, pois isso acaba, no final, atingindo e prejudicando a educação como um todo, os profissionais etc.

E, já concluindo, ela fala aqui...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário, para dialogar com V. Exª, de acordo com o Plano Nacional de Educação, entre as várias metas que nós tínhamos a cumprir, V. Exª sabe, com prazo inclusive para que isso ocorra, um deles, sem dúvida nenhuma, é o Sistema Nacional Articulado de Educação, que vai ser o tema, exatamente, do nosso próximo debate, em outubro.

Nós queremos, inclusive, nesse debate, nós contar com a presença, Senadora Regina, de representantes do Fórum Nacional de Educação, Senador Dário.

E, além do Sistema Nacional Articulado de Educação, há uma outra recomendação, do Plano Nacional de Educação, que é a necessidade de concluirmos, aqui, no Congresso Nacional, a legislação que trata da responsabilidade educacional. Que tem a ver com o que V. Exª está também aqui refletindo.

A Lei de Responsabilidade Educacional, como o próprio nome já diz, é uma lei também essencial para que tenhamos critérios e condições claras do ponto de vista do compromisso que os gestores devem assumir com a realização das políticas, dos programas, em prol do fortalecimento da educação brasileira.

Mas devolvo a palavra a V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Então, já concluindo aqui, essas sugestões, que são importantes.

Ela fala também do suporte de outros profissionais para os alunos que têm dificuldade de aprendizagem, como fonoaudiólogos, psicólogos, entre outros.

E, por fim, ela diz assim: "Criar mecanismos que possam punir o Poder Público que atrasar salários e as devidas promoções na carreira dos professores. Também virou regra atrasar muito tempo as promoções e progressões, ou paga ou não recebe determinados recursos do Governo Federal".

Então, ela faz aqui algumas sugestões e pede também que haja uma punição para aqueles que, realmente, mexem nessas atividades. Os professores já não ganham muito. não pagando, fica muito pior.

Mas fiz essas colocações só para complementar as minhas perguntas, que, que, de certa forma, como disse, foram contempladas pelo que foi colocado. E elas refletem uma realidade de quem está na prática, lá na sala de aula.

Mas eu tenho, aqui, dados estatísticos que nos mostram o seguinte: por exemplo, a média no ProUni, para os alunos federais, é de 588.8; dos estaduais, 477.7; dos municipais, 494.8; e da rede privada, 556.7. E alguém aqui falou que, às vezes, em busca de uma melhor remuneração, as pessoas têm uma transferência do setor público para o privado, ou do privado para o setor público, mas a qualidade do ensino continuou comprometida, não avançou.

E os dados nos provam isso. Quer dizer, a escola federal tem o melhor aproveitamento; em segundo, vêm as escolas privadas; depois, muito perto ali, as escolas municipais e estaduais, em uma hierarquia de quem tem mais, de quem pode mais ou de quem pode menos.

Então, eu queria colocar isso para uma reflexão, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos aqui.

Agradeço à Senadora Fátima, que coloca o amor em cima disso, e a todos que trouxeram aqui ricas contribuições. Agora, cabe a nós, naturalmente, nos aprofundarmos nisso. E, quem sabe, Fátima, esta Comissão, depois, contribuirá sucessivamente com bons relatórios, com boas proposições, capitaneando as ações propostas por todos que contribuíram.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Telmário.

Nós vamos passar para a Senadora Regina e, imediatamente, para o Senador Dário.

Ela tinha...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero... Pode ser, Senador Dário? Por ordem de chegada, ela e, imediatamente, V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Tenho que me curvar à Senadora Regina.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu quero registrar, com alegria, a presença aqui do meu colega o Deputado Valdir Colatto, que foi meu colega, claro, lá na Câmara dos Deputados.

Portanto, registro com satisfação a presença de S. Exª aqui, na presente audiência pública.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, apenas colaborando com V. Exª, quero apresentar também a V. Exª o Deputado Estadual Manoel Mota, de Santa Catarina, que está na sua sétima legislatura, um dos mais atuantes e que representa o Sul de Santa Catarina.

E aqui, ao meu lado direito, nada mais, nada menos, que o Valdir Colatto, uma das maiores autoridades de Santa Catarina e do Brasil em agricultura, que nos honra com a sua presença, aqui, na nossa audiência pública.

E eu aguardo, então, rapidamente aqui, a Senadora Regina, para eu fazer também uma manifestação a respeito desse assunto.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sejam todos muito bem-vindos!

Com a palavra a Senadora Regina Sousa, do Partido dos Trabalhadores do Piauí.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu agradeço aqui a deferência, Senador, ainda porque a Comissão de Direitos Humanos já me chamou, ali. A gente participa de várias comissões, só que, lá, eu sou titular; aqui, eu sou suplente. Todavia, eu não podia deixar de vir aqui.

Primeiramente, eu queria, de modo bem rápido, fazer uma homenagem a um professor do meu Estado, Professor Antônio Amaral, que está fazendo um trabalho belíssimo e irradiando para o Estado, porque antes era só a escola de Cocal dos Alves a campeã na Olimpíada de Matemática; e, agora, já foram seis os Municípios onde nós tivemos campeões – 93 medalhas, sendo nove de ouro, na Olimpíada de Matemática. E isso em uma escola pública, o que mostra que lá há gestão e dedicação do corpo docente, bem como de todos os trabalhadores em educação. para que esse resultado dessa escola fosse possível.

Não é só em matemática; tem o Soletrando aí, onde os meninos são campeões a toda hora nesses programas da Globo. Ainda, nas provas de redação, no Enem, são os campeões do Estado. Então, em nome dele, quero homenagear todos os outros professores que foram campeões também. De toda forma, fica aqui a minha homenagem ao Professor Antônio Amaral.

E, assim, já entro em um tema no qual eu bato em todo fórum – e já fui do Conselho Estadual de Educação. Enfim, onde eu estou eu insisto neste tema, que é a formação. Também queria lembrar, aqui, que eu, olhando aqui a tabela da CNTE, vi que meu Estado está bem na fita, e eu fiz parte dessa construção lá. Nós temos carreira construída lá a todas as mãos, eu indo às assembleias, levando vaia... Eu era Secretária de Educação, não de Administração, mas era quem cuidava disso. E, assim, construímos isso e conseguimos levar para a Assembleia, sem discussão mais, porque já estava aprovado no seio da categoria, na época, a carreira.

Mas, na questão da formação, eu insisto. Já disse aqui ao Ministro, quando ele esteve aqui, que os nossos cursos de licenciatura não ensinam a ensinar. Eu fui professora da alfabetização ao ensino superior, na universidade, e sei o que é o chão da sala de aula e sei que – e olha que fiz o meu curso há mais de 40 anos – o meu curso não me ensinou a ensinar. Quem me ensinou a ensinar foi o curso pedagógico, que foi ou está sendo extinto por aí. Acho que nem existe mais. Foi lá que eu aprendi a ensinar. Porque as pessoas insistem que é besteira você ensinar a jogar. O estudante de curso superior não quer aprender a jogar. Agora, vá para uma sala de aula, com meninos... Se você não souber jogar, se não souber fazer brincadeiras com eles, você não aguenta. Vai aprender a cantar, jogar, a dobrar papelzinho, a fazer arte, a pintar. Tudo isso eu aprendi no curso pedagógico. E, mesmo na faculdade, eu dava aula para crianças, alfabetizando. Imagina, hoje, na educação infantil, como fazer uma criança parar de chorar se você não sabe lidar com ela?

Então, nossos cursos superiores não ensinam a ensinar. Essa é uma questão que a gente tem que levar a sério, a fim de saber como é que vai ser isso, porque a pessoa aprende um monte de teoria, o conteúdo, mas o conteúdo não basta. Você sabe matemática, mas não sabe ensinar matemática. Esse professor mesmo, lá de Cocal dos Alves, que é campeoníssimo – em 2006 que ele começou a ser campeão com os alunos dele nas Ol-

impíadas –, começou observando os meninos no recreio, vendo o que eles gostavam de fazer. Assim, através de jogos, ele ia ensinando coisas para os meninos. E, aí, deu nesse resultado maravilhoso que a gente tem lá.

A outra questão que queria colocar é a seguinte: às vezes, eu me pergunto se o problema é recurso ou a aplicação do recurso lá na ponta. Eu tenho exemplos em casa. Eu não estou mais na sala de aula, mas eu tenho exemplo em casa de professor e de aluno do curso de pedagogia. Eu observo que é muita teoria – tudo bem, a teoria é importante –, mas eu não sei nem, pelo Ensino Médio que ela fez, se ela tem capacidade de entender Vygotsky, Piaget. Então, eu vejo lá os textos que ela estuda, mas eu não vejo nada direcionado para criança, para lidar com a criança.

Da mesma forma, eu tenho professores do Mais Educação, por exemplo. E, nos programas, geralmente se faz uma hierarquia muito grande. Tem coordenador do programa, gerente, supervisor, não sei mais o quê, e são eles que avaliam, porque o que eu ouço muito de professores é que o Mais Educação não cumpre o seu destino. Os meninos vão embora, não ficam. É aquela história da jornada depois: a comida é ruim, eles vão embora, se escondem; o professor chega e não tem ninguém na sala para ele fazer atividade. Então, é preciso avaliar isso com quem está lá mais na ponta, porque, às vezes, a avaliação é só preencher uns dados, mas quem preenche os dados são coordenadores, supervisores. Então, é preciso avaliar, porque é um dinheiro que sai.

Da mesma forma, fiquei espantada quando ele disse que o pessoal do Parfor precisa pagar o seu substituto. Pelo amor de Deus, não é possível isso! O programa já tem que prever o substituto, pagar um substituto, seja estagiário, seja um outro professor, mas assim já é demais. Não imaginava que isso acontecesse.

Por último, queria dizer que a gente precisa... A questão da relação aluno/professor também é outro dilema que os gestores não conseguem dar conta, e a gente, quando chega na gestão estadual, quer preencher, vai fazendo um concurso. Agora, inventou-se o substituto, que é uma categoria nova. E por quê? Porque a gente não sabe sequer quantas vagas existem, porque há tanta gente que está em gabinete há 20 anos, 30 anos, mas a vaga é dele. Eu não posso dizer que existe aquela vaga se ele está no gabinete de um Deputado. Aí eu não posso fazer o concurso, porque, quando a gente faz concurso, a gente se depara com a justiça, que manda nomear. A gente faz um concurso sempre sobrando vagas, porque a gente não vai fazer concurso toda hora; porém, agora, há um problema sério, porque os concursados vão para a Justiça e o juiz manda nomear.

Uma vez, eu tive de ir conversar com um juiz a 800 km de distância, porque ele me mandou nomear 13 professores de português, lá na cidadezinha pequenininha, que não precisava, mas eles tinham passado; eles estavam aprovados, não dentro das vagas, mas dentro da classificação. E, aí, para eu convencer ele... E, realmente, o Município precisava de professor e tinha o professor substituto. Como é que a gente resolve isso? Professor substituto é exatamente porque a vaga não existe; a vaga é de alguém que está fora, de licença gestante, de licença prêmio, de licença saúde, e a gente vai colocando. Então, ele disse: "se há esses substitutos, você tem que nomeá-los". Contudo, as vagas não existiam. Então, tem essa coisa também para resolver.

E, por último, quero dizer que a gente faz muita conferência, mas, entre uma conferência e outra, acho que tinha que ter uma força-tarefa para ir fazendo alguma coisa, para irem encaminhando algumas coisas, porque a impressão que me dá, quando eu pego os textos das conferências, é que eu estou lendo os mesmos textos, as mesmas coisas. Então, acho que, aí, fica com o MEC. É preciso, então, fazer uma força-tarefa para encaminhar algumas coisas depois das conferências, envolvendo todos os segmentos da conferência, porque, senão, na próxima conferência, a gente vai estar discutindo as mesmas coisas. E, assim, vai dando vontade de não mais participar das conferências, já que é sempre uma repetição das mesmas questões.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradeço a Senadora Regina pela importante contribuição e passo a palavra, agora, imediatamente, ao Senador Dário Berger.

O Senador, inclusive, já foi gestor, foi prefeito de Florianópolis. Não foi isso, Senador?

Com a palavra V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidenta, em primeiro lugar quero parabenizar V. Exª, cumprimentando-a pela defesa da educação a que a senhora sempre tem se dedicado aqui nesta Casa. A senhora eleva muita a discussão em se tratando desse tema, que, na minha opinião, é o mais relevante para uma nação.

Eu quero também cumprimentar e agradecer os palestrantes, os debatedores. Uma audiência pública é sempre uma aula, uma palestra. Neste caso aqui, são várias palestras, e a gente aprende muito e se desencanta também muito, eventualmente, com o que a gente observa ainda naquilo que a gente chama de País do futuro.

Eu quero fazer muito mais um comentário que perguntas. Antes porém, eu quero dizer que, desde sempre, como pessoa, eu vejo e ouço praticamente os mesmos discursos com relação não só à educação, mas especificamente aqui sobre educação, Presidente Fátima Bezerra, a senhora que é uma educadora, bem como a Senadora Regina.

De 1992 para cá – há 24 anos portanto –, eu entrei na vida pública com o ideal de mudar, de fazer, enfim, de criar um novo cenário, seja para a educação, seja para a administração pública, onde eu tive o privilégio de representar o povo daqueles dois Municípios de que fui Prefeito.

Entretanto, o que se ouve hoje ainda são dificuldades, críticas, desesperanças, greves, metas inatingíveis, desvios, comportamentos, atitudes. Não consigo entender que, passado esse tempo todo, continuemos a discutir praticamente os mesmos problemas.

Ouvi muitas críticas, muitos comentários, muitos diagnósticos que fazemos, etc. e tal, mas não vi uma sugestão objetiva, para que efetivamente possamos fazer mais, melhor e mais rápido, para que avancemos de uma maneira mais objetiva, com os pés no chão, mas com os olhos voltados para o futuro, porque a educação é a maior forma de independência de um ser humano.

Falamos em democracia. A senhora falou em democracia, gestão democracia, etc. e tal, soberania. Quero falar de independência do ser humano. Quanto mais instruído o ser humano estiver, mais independente ele é e mais contribuição ele pode dar para a sua sociedade, seja no setor público, seja no setor privado, no sentido de constituir a sua família e, enfim, buscar a felicidade, objetivo de todos nós.

Não posso conformar-me que, para melhorar as coisas, precisemos sempre de mais dinheiro, sempre de mais recurso, porque há alguns que fizeram história, que fazem mais e fazem por menos; fazem acontecer, e as coisas acontecem de maneira relevantes nos seus períodos.

Inclusive, tive o privilégio de ser prefeito de duas grandes cidades, Senadoras Fátima Bezerra e Regina de Sousa. Não sou um educador, embora tenha sido professor substituto na época da Universidade, mas, infelizmente, não tive o privilégio de seguir a carreira. Fui por outro viés.

Entretanto, como falei, por exemplo, como Prefeito de São José por oito anos, em 97, uma das cidades mais importantes de Santa Catarina, a 4ª Cidade mais importante de Santa Catarina, se os senhores pegarem os dados estatísticos, os senhores vão ver que a evolução na educação aconteceu basicamente só nesse período em termos de matrícula, de valorização de professor, de estabelecer prioridade, etc.

Bem, dito isso, passo seguinte, ato contínuo, tive o privilégio de ir para Florianópolis e também ser Prefeito desta Cidade durante oito anos. Estabeleci, como sempre, a educação como uma das prioridades essenciais de todos os meus governos.

Em Florianópolis, Senadora Regina, tive a capacidade, graças a Deus, com a ajuda dos meus colaboradores, de inovar com relação à educação. Ampliei o limite constitucional de aplicação na educação de 25 para 30%. É lei municipal em Florianópolis.

É evidente que a Lei Federal, mas lei municipal também e os Tribunais de Contas estão aí para fiscalizar. E o avanço é sistêmico. Hoje, Florianópolis é referência em educação básica, tem os melhores índices, segundo o Ideb. Em função do adiantado da hora, os amigos Senadores que quiserem podem fazer uma breve consulta no desempenho de Florianópolis e irão ver que é uma cidade referência também em educação.

Portanto, na minha opinião, a educação deve seguir uma receita bastante simples: valorizar o professor para garantir o futuro do aluno. Sem a valorização do professor, não há qualidade do ensino e não há valorização da criança, do jovem, do adolescente. Só há essa forma; não há outra.

É claro que há outras fórmulas e outros critérios, mas passa fundamentalmente pelo professor, pela motivação do professor. Não é possível motivar um professor, com um piso de R$1.700,00 ou R$1.800,00. Não sei exatamente o valor do piso salarial.

Sou do tempo em que o professor, quando iniciei a minha 1ª série, com 7 anos de idade, junto com o delegado, se não me engano, se tinha juiz, nas comunidades, no municípios, nas cidades menores, e o médico eram as pessoas mais importante que existiam na cidade.

Passado esse tempo todo, o professor ficou pra trás de tudo. Todo mundo evoluiu e cresceu! O médico evoluiu; o juiz evoluiu; o promotor evoluiu; o delegado evoluiu; todo mundo evoluiu; as fiscalizações evoluíram, e o professor, que deveria ser o agente da transformação, foi subtraído. Ele foi diminuído. Não é possível que um professor, que estudou por anos, anos e anos, tenha de se submeter a uma remuneração dessa natureza.

É por isso que a qualidade do ensino é tão ruim hoje. Os professores estão fazendo concurso para outras carreiras. É uma forma de sobreviver. Professor, hoje, é puramente vocação. Não há condições de sobreviver neste País como professor. Olha que o salário de Florianópolis deve ser o maior de Santa Catarina! E deve um dos maiores salários do Brasil com relação a isso!

Há um plano de carreira que, de acordo com a formação e a especialização de cada professor, eles avançam substancialmente na remuneração, efetivamente se constituindo num marco bastante interessante.

Cheguei ao Senado, meu querido ex-Governador e meus debatedores, com o mesmo ideal de quando cheguei a Vereador em 1992. Percebo que a história se repete. Os ideais estão sendo subtraídos por um sistema que não atende mais à população brasileira.

O sistema que temos hoje em funcionamento no Brasil – o setor público – acabou. Ele virou um fim em si mesmo. Ele não tem mais eficiência. A população se apresenta com um misto de revolta e indignação, porque estamos aumentando sistematicamente a carga tributária, aumentando os impostos; a população não suporta mais pagar imposto.

Agora, no Senado, vieram os ajustes fiscais. Somos obrigados a votar a contragosto essas questões todas, subtrair direito dos trabalhadores, aumentar imposto. Temos a PEC da Desoneração da Folha de Pagamento, que, na verdade, é oneração da folha de pagamento. Vamos aumentar as contribuições empresariais sobre a folha de pagamento, em nome de um ajuste fiscal que foi apresentado ao País.

A vida vai seguindo, e vamos fazendo parte deste cenário, deste sistema, que, em determinados momentos, avançamos um pouco; depois, regredimos, regredimos, regredimos... Aí, chegamos aos nossos Estados – aí está o Deputado Estadual Manoel Mota –, e as perguntas são sempre as mesmas, que, muitas vezes, nós mesmos, como Senadores e representantes, não sabemos responder, porque não sabemos onde vamos exatamente chegar e qual vai a minha contribuição enquanto Senador, para que as coisas efetivamente possam melhorar.

Com relação à senhora, fui Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Municípios também, e as lutas são recorrentes, se repetem e continuamos a fazer os mesmos discursos.

Portanto, é basicamente um desabafo que faço, mas se não estabelecermos a educação como prioridade neste País, mas como prioridade real, com metas objetivas – quem não as cumprir, vai ser punido por isso –, não vamos avançar. Vamos, daqui a dois, três, quatro, cinco, dez anos, fazer novamente uma audiência pública e discutir os mesmos problemas.

Lamentavelmente, com raras exceções, é isso que eu vejo. Alguns agentes públicos, vamos dizer assim, tratam provavelmente com mais prioridade essas ações e acabam desenhando um cenário mais promissor e mais interessante, principalmente na educação.

Para concluir, Srª Presidenta, senhores debatedores, é muito triste essa realidade que a gente vê, a realidade de não pagar o PIS, de Estados que não pagam o PIS, Estados que não estão pagando mais salários. É a decadência definitiva do setor público.

Para terminar, Srª Presidenta, vou dar só mais um exemplo: lá no meu Estado, um frigorífico abriu vagas, abriu 120 vagas. Anunciou na rádio e conseguiu preencher 20 vagas. Faltou preencher 100 vagas. Uma prefeitura também fez um edital para concurso público. Apareceram milhares e milhares e milhares e milhares de pretendentes ao cargo.

Esse é um exemplo definitivo do sucateamento do Brasil, com todas as suas consequências, porque é a falência definitiva. As pessoas não querem mais trabalhar, as pessoas não querem mais produzir, as pessoas não querem mais ir para o setor privado. Elas estão em busca de estabilidade, de segurança, enquanto, no atual momento, a gente vê, invariavelmente, o desemprego aumentar, a inflação aumentar e as consequências todas que estamos observando por aí.

Portanto, a questão da educação, para mim – para mim, friso –, é a prioridade das prioridades. Nós temos que transformar o Pátria Educadora numa realidade, e não só em mais uma retórica. Eu tenho esperança de que isso possa acontecer ainda num curto espaço de tempo, para, pelo menos, eu ter a honra de representar bem o meu Estado, Santa Catarina.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senado Dário, obrigada pela sua participação.

V. Exª é um Senador que, voltou a repetir, está sempre presente nos debates sobre educação, assim como a Senadora Regina. Quero dizer a V. Exª que vai acontecer, já está acontecendo. Inclusive, estas audiências, como V. Exª muito bem mencionou, são espaços importantes, primeiro para que a gente tenha uma panorâmica melhor do tema. Sempre vejo a audiência pública fundamentalmente com esse caráter. Você tem uma panorâmica, você tem um entendimento melhor do tema, Professor Binho, portanto quais os problemas, quais os desafios e quais as soluções que devem ser adotadas para a gente superar.

Quero aqui agradecer ao pessoal da Fasubra, que, mais uma vez, está presente, prestigiando os debates acerca da educação, inclusive o tema do debate de hoje tem muito a ver com a luta da Fasubra. Para quem não sabe, a Fasubra é a entidade que representa os servidores e técnicos das instituições federais de ensino superior no País. O debate de hoje tem muito a ver, repito, com a luta da Fasubra, inclusive neste exato momento, quando está de greve, buscando a valorização dos seus profissionais e buscando a expansão e o fortalecimento da universidade pública no nosso País.

Quero, mais uma vez aqui, em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, expressar, Senadora Regina, toda a nossa solidariedade a vocês; e, mais do que solidariedade, dizer que nós temos feito vários esforços junto ao Ministério da Educação, junto ao Ministério do Planejamento, com vistas exatamente ao pro-

cesso negocial em curso, ou seja, esforços têm sido feitos reiteradamente tanto com o MEC, com o Ministro da Educação, com o Secretário Executivo, bem como com o Planejamento, para que essas negociações avancem.

Estamos inclusive com muita esperança. Recebemos a informação de que na sexta-feira haverá uma nova rodada de negociação entre a Fasubra, o MEC e o Ministério do Planejamento. Assim como vocês, estamos com muita esperança de que esta audiência seja realmente produtiva e que o processo de negociação avance, a fim de que a pauta de reivindicações seja atendida e que vocês possam voltar ao trabalho.

Vamos passar às considerações da Mesa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço desculpas por interromper a audiência pública da Comissão de Educação, Senadora Fátima Bezerra, Srªs e Srs. Senadores, senhores participantes desta audiência pública, mas quero apresentar a Senadora Blanca Alcalá, dos Estados Unidos do México, Presidente do Parlatino.

Hoje, o Brasil, Brasília e o Senado Federal têm a honra de receber três comissões permanentes do Parlatino, que, coincidentemente, como o Senado brasileiro, também tem treze comissões permanentes. Das treze, três se reúnem, hoje e amanhã, aqui, nas instalações do Senado brasileiro. Coincidentemente também, são: a Comissão de Educação – que é a que a Senadora Fátima preside neste momento –, a Comissão de Assuntos Políticos e a Comissão de Trabalho e Assuntos Jurídicos.

Então, a Senadora Blanca vai fazer uma saudação rápida às Srªs e aos Srs. Senadores, aos participantes e convidados desta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro. Que seja muito bem-vinda a Senadora Blanca!

Eu inclusive estou chegando também do Parlasul. Integro a delegação brasileira que representará o povo brasileiro no Parlasul, que é o Parlamento do Mercosul. Certamente, vamos interagir muito, o Parlasul e o Parlatino, na defesa da integração econômica, social e cultural, inclusive no campo educacional, dos nossos povos latino-americanos.

Com a palavra, V. Exª, mais uma vez ressaltando a alegria de recebê-la aqui, acompanhada do Senador Flexa Ribeiro.

A SRª BLANCA ALCALÁ RUIZ (*Tradução por profissional habilitado*.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Palmas.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Fátima, permita-me só uma observação, porque é importante que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores saibam. A Comissão Permanente de Educação do Parlatino é presidida pelo Deputado Lelo Coimbra, aqui do Brasil. Então, é uma oportunidade para que a Comissão de Educação, tanto do Senado quanto da Câmara, possam participar do encontro da Comissão Permanente do Parlatino e possam trocar experiências exitosas entre o Brasil e os países membros do Parlatino, da América do Sul, da América Central e do Caribe.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, Senador Flexa. Eu quero aqui, mais uma vez, em nome dos que fazem a Comissão de Educação, saudar a Senadora Blanca e reiterar todo o nosso desejo de participarmos intensamente desse debate no campo da educação por tudo o que significa a educação enquanto caminho estruturante, fundante para aquilo que todos nós sonhamos, que a América Latina sonha, que é uma nação inclusiva, generosa, com oportunidades iguais para todos e para todas.

Quero dizer à Senadora que nós, no Brasil, estamos terminando um ciclo de avanços e conquistas em prol da educação brasileira, e estamos agora demandados, desafiados a enfrentar um novo ciclo com o novo Plano Nacional de Educação, que é – não é, Senador Flexa? – exatamente o tema de debate agora nesta audiência pública.

A SRª BLANCA ALCALÁ RUIZ –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – A Comissão de Educação do Parlatino se reunirá aqui ao lado, a partir das 15 horas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Muito bem. Passarei lá.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, só para eu me associar também ao Senador Flexa Ribeiro...

Cuidado aí, Excelência! Vai que... Nós estamos na Comissão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Se eu cair, a Senadora Blanca não deixa; ela me segura.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Ah, pois bem. Então, queria eu estar aí ao seu lado, seria mais...

Mas eu queria me associar a V. Exª, associar-me também à Senadora Fátima Bezerra e à Senadora Regina para cumprimentar, enaltecer e dar as boas-vindas à Senadora Blanca ao Parlamento brasileiro.

Espero que a sua vinda aqui seja extremamente promissora, que a gente possa estreitar as nossas relações, ampliar as nossas amizades e construir um cenário de cooperação mais próximo, mais feliz, mais humano, que é o grande objetivo de todos nós, Parlamentares.

Quero inclusive cumprimentar V. Exª pela fluência verbal. Embora eu não fale espanhol, compreendi mais de 90% da sua fala. E, efetivamente, é uma honra para nós recebê-la aqui juntamente com o Senador Flexa Ribeiro. V. Exª não poderia estar mais bem acompanhada senão do Senador Flexa Ribeiro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

Nós vamos agora, antes de passarmos para o encerramento dos nossos trabalhos, passar a palavra para as considerações gerais da Mesa.

Eu gostaria, Senadora Regina, brevemente, de tecer algumas considerações finais também para os nossos convidados.

Primeiro, quero aqui reiterar que o Plano Nacional de Educação, que entrou em vigor há um ano, estabeleceu 20 metas ousadas, mas essenciais, para revolucionar a educação neste País. As Metas de 15 a 18, que são exatamente as metas em debate hoje nesta presente audiência pública, dizem respeito à formação e à valorização dos profissionais da educação, o que foi aqui já abordado pelo Professor Binho, por Mariza e por Iria.

Essas Metas de 15 a 18, nós queremos, Professora Iria, aqui só reforçar a nossa compreensão de que elas são essenciais, não é, Senadora Regina, se o Brasil quiser, de fato, celebrar e proclamar uma educação púbica de qualidade.

Nós sabemos que a questão da valorização salarial e profissional é um dos fatores decisivos para a gente alcançar a melhoria da qualidade da educação, porque não basta só incluir, não basta só colocar as crianças na escola. Portanto, sabemos do papel central do profissional da educação para a formação de nossos alunos e reconhecemos os avanços dos últimos doze anos. E aqui eu faço um parênteses: claro que houve avanços, a Professora Mariza reconhece isso, o Professor Binho, a Professora Iria; nós somos de uma geração, eu e a Senadora Regina, em que o professor neste País ganhava abaixo do salário mínimo. Não faz muito tempo, eu lembro, Professora Mariza, que eu tinha que estar lá pelo interior do meu Estado, o Rio Grande do Norte, de Pau dos Ferros ao Trairi, ao Seridó, ao Agreste, lutando lá através do sindicato dos trabalhadores do Rio Grande do Norte para que os prefeitos à época pelo menos pagassem um salário mínimo ao professor neste País.

Evidentemente que esse tempo ficou para trás. E aqui, permita-me, por um dever de justiça, reconhecer o papel que teve o Presidente Lula. De um lado a luta social, porque nós lutamos muito, mas, de outro lado, um governante que teve a sensibilidade, na época, de mandar um projeto de lei para esta Casa exatamente para regulamentar o que estava na Constituição brasileira, no seu art. 206, e, portanto, um projeto de lei para instituir o piso salarial nacional da educação, que resultou na Lei nº 11.738, lei essa que é objeto, inclusive, do nosso debate nesta audiência pública de hoje.

Mas veja, em que pesem todos os avanços, aqui foi mencionada a longa estrada que nós temos ainda a percorrer. Por isso é que as metas aqui, 15, 16, 17 e 18... Ora, a Meta 15 simplesmente coloca aqui o seguinte: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, a política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 161 da Lei nº 9394, que diz que todos os professores e professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área em que atua.

Sabe por que essa meta precisa ser cumprida? Porque, infelizmente, a gente tem ainda quase 25% dos nossos professores de educação básica sem curso superior, não é verdade, professor?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Presidenta...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu fiz um esforço para ficar, perdi a CDH, mas o governador está me esperando para uma audiência. Eu peço desculpas, eu gostaria muito de ouvir principalmente o Binho, mas eu estou aqui me colocando à disposição para qualquer debate ou alguma discussão que possa haver...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, professora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... dispondo-me a participar, inclusive, das promovidas pelo MEC nessa área, principalmente da formação, que é um tema que me apaixona, mas eu tenho que sair porque o meu governador está me esperando para uma audiência agora e eu estou no limite.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora, mais uma vez, muito obrigada pelo seu compromisso, pela participação, a contribuição sempre qualificada que V. Exª tem dado aqui no debate sobre educação.

Mas como eu ia colocando, nós temos ainda também 67% dos professores do ensino fundamental sem licenciatura na área em que atua. Quando nós vamos para o ensino médio, esse percentual é um pouco maior, mas não chega à metade do número de professores, ou seja, apenas 48,3% não têm licenciatura na área em que atuam.

Então, quero aqui colocar que, tanto ou mais importante que a formação, também temos que nos assegurar que esses profissionais sejam valorizados em termos de salários, jornadas de trabalho e carreira por meio de planos específicos. Professores devem ser tratados e valorizados como profissionais, e não como abnegados, que desempenham por vocação uma missão.

Não temos dúvidas de que a precarização e a desvalorização do papel do professor, explicitado nos baixos salários, ausência ou negação de planos de carreira, formação deficitária, condições precárias de trabalho, jornadas exaustivas, entre outros problemas, tornam a carreira do magistério pouco atrativa, o que gera um déficit desses profissionais não só no que diz respeito à quantidade, mas também à qualidade.

O Professor Binho aqui fez um destaque. Nós formamos em 2013 mil oitocentos e poucos professores de Biologia, entretanto, precisaríamos de quase 20 mil professores.

O SR. BINHO MARQUES (*Fora do microfone*.) – Professores de Física.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Aliás, de Física.

Vou repetir: o Professor Binho, corroborando com o que eu estou colocando aqui, ressalta a falta de atratividade da carreira, o que me leva sempre a dizer aquilo que eu penso – e que muita gente pensa: quando dizem que o jovem neste País não quer mais ser professor, eu não concordo com isso, eu não concordo com isso não. O jovem quer ser professor, sim; agora, o jovem não quer é ser um professor desvalorizado, infelizmente, como é até hoje ainda, não é Binho, em que pesem todos os esforços.

Por que é que, de repente, não há professores de Física suficientes para atender à rede de educação básica por esse País afora? Por que é que não há professor de Química suficiente para atender aos mais de 50 milhões de alunos matriculados na rede de educação básica pelo País afora? Por essas condições que nós estamos colocando aqui ainda, da falta de um salário, de uma carreira, de uma jornada; a falta de um profissional valorizado e respeitado como deva ser.

Ainda quero dizer que, segundo dados do IBGE e do INEP, no Brasil a remuneração média de um professor é equivalente a 51% do salário médio dos demais profissionais com nível superior. É bem verdade que esse percentual está subindo – Binho e Mariza aqui destacaram isso também, há sete anos era de 44% –, mas ainda hoje o salário médio do docente da educação básica no País é de pouco mais que R$1.800,00, quantia três vezes menor do que recebem os profissionais da área de exatas, como os engenheiros, por exemplo.

Por isso, Binho, quando as pessoas perguntam: mas por que aquele valor que vocês estabeleceram no piso salarial do professor, o novo piso que está encartado no novo Plano Nacional de Educação? A Meta 17, se ela fosse para ser cumprida imediatamente, sabe qual seria o piso inicial do magistério em todo o País? Era para ser de três mil quinhentos e pouco. De onde foi tirada essa conta? Essa conta foi tirada exatamente à luz desse estudo que foi feito, que mostra que os professores ganham ainda bastante inferior aos mesmos profissionais que tenham formação equivalente. E há profissionais que ganham bem mais ainda, como, por exemplo, os profissionais da área de exatas, etc. e etc. Por isso, a Meta 17 traz como compromisso equiparar o valor médio do salário do professor ao dos demais profissionais com formação equivalente.

O que eu estou apenas colocando aqui, Binho, Mariza e Professora Iria, é que isso não é um achismo, isso foi fruto de um debate, de um estudo, à luz do IBGE, da PNAD, etc., etc., etc. Ou seja, nós tínhamos que ter um parâmetro para propor a elevação da remuneração salarial dos trabalhadores em educação nesse País.

É claro, portanto, que o piso salarial foi um passo significativo do ponto de vista de estabelecermos um parâmetro. E hoje um dos maiores desafios que o Governo enfrenta é o de justamente implementar o Plano Nacional de Educação, priorizando as ações para colocar em prática todas as metas do PNE. A Meta 17 estabe-

lece equiparação até 2020 do valor médio dos salários dos professores com a média dos demais profissionais com formação equivalente.

Quero dizer, como o Binho aqui colocou, que a Meta 17, o cumprimento dela não vai a dez anos, ela foi encurtada. E eu tenho aqui a alegria de dizer que fui autora dessa emenda que abreviou o prazo para o cumprimento da Meta 17, juntamente com o então Deputado Biffi. Portanto, já está a caminho, já está a caminho, Professora Mariza. O dever que os Estados e os Municípios terão é de melhorar o salário do professor fazendo equiparação conforme manda a Meta 17.

Para alcançar essa meta, nós tínhamos que repensar como se dará esse financiamento entre as partes envolvidas, que passa necessariamente por ampliar a participação financeira da União, porque a maioria dos Estados e Municípios não têm condições de assegurar o pagamento desse piso sem um aporte financeiro significativo do Governo Federal.

É bom lembrar que o principal caminho para tornar realidade o lema do Governo "Dilma Brasil, Pátria Educação" diz respeito a unir esforços para que a União, Estados e Municípios realizem as metas do Plano Nacional de Educação.

PNE prevê que, até 2019, os investimentos em educação devem chegar a 7% do PIB. Em dez anos, os investimentos têm que alcançar 10% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Ao nos aproximarmos do prazo de validade do Fundeb, que deixa de vigorar em 2020, nós temos que apresentar uma proposta não apenas para mantermos os recursos atuais para a educação, mas ampliá-los.

Participei ativamente da elaboração da lei que criou o Fundeb, uma das mais importantes políticas públicas para a manutenção e desenvolvimento da educação básica. O Fundeb é um ótimo exemplo de como podemos avançar em relação ao Pacto Federativo.

Portanto, aumentar a participação financeira da União é essencial para que possamos também avançar no que diz respeito ao Sistema Nacional Articulado de Educação para promovermos o verdadeiro regime de colaboração técnica e financeira.

Por isso a realização dessas audiências no sentido de apresentar uma proposta que mantenha os pontos positivos do Fundeb e os aprimore, especialmente no que diz respeito à maior participação financeira da União.

E, por fim, dizer que, para que tudo isso aconteça, é fundamental ter orçamento, ter financiamento. Por isso, professora Mariza, não podemos deixar aqui mais uma vez de convocar os professores, os estudantes, a sociedade brasileira para a nossa luta em defesa do pré-sal para a educação.

Em defesa do pré-sal para educação, está lá assegurado na Lei 12.858, que trata do marco regulatório da exploração do pré-sal, que 75% desse petróleo é para a educação, que 50% do fundo social do pré-sal é para a educação. Daí por que sermos terminantemente contra a iniciativa do Senador José Serra, que quer alterar o modelo de exploração do pré-sal. Ao invés do modelo de partilha, ele quer propor um modelo de concessão. Nós somos contra porque à luz dos estudos que temos, o modelo de partilha é aquele que mais favorece a Nação, que mais favorece o Estado brasileiro.

Para se ter um ideia, as contas que especialistas nessa área têm feito mostram que à luz do modelo de partilha, que à luz da política de conteúdo nacional, educação deverá receber um aporte nos próximos anos em decorrência dos recursos do pré-sal de R$340 bilhões, são 25 bilhões ao ano.

Ora, esse recurso é decisivo para a gente realizar essa agenda em prol do povo brasileiro, que é o Plano Nacional da Educação.

Desculpe-me, mas, como autora, eu tinha que fazer essas considerações, Mariza. E dizer para você, para o Binho, para a professora Iria que esta Comissão aqui tem noção das suas responsabilidades. Nós não estamos aqui para fazer bravata. Assim como quem está no Poder Executivo, assim como quem está na luta social, nós, no âmbito do Legislativo, temos que olhar em primeiro lugar para aquele professor que está na sala de aula, que neste momento pode estar nos escutando, aquele professor que está sonhando que este Plano Nacional da Educação não vai virar letra morta, que esse Plano Nacional de Educação, ao contrário do anterior, será para valer.

Não estamos aqui para fazer bravata. Nós estamos aqui para fazer um debate sério com muita qualidade e dizer de forma muito fraterna, Professora Mariza: não há de maneira alguma como a gente concordar com a proposta da CNM no que diz respeito a voltar o projeto 3.668, que trata dos critérios de reajuste do piso salarial do professor. Não há como. Não há como porque esse projeto de lei estabelece que o reajuste do professor seria feito com base, única e exclusivamente, no INPC.

Nós respeitamos, mas não há a menor possibilidade de concordarmos. Por quê? Porque adotar essa lei significa rasgar a Meta 17 do Plano Nacional de Educação. Se a Meta 17 coloca que nós tínhamos que equiparar o valor médio do professor ao valor médio das demais categorias com formação equivalente, para tanto, vamos ter que avançar do ponto de vista da melhoria salarial do professor, e nós não faremos isso com um critério de reajuste que garanta ao professor apenas a reposição inflacionária.

Nós não faremos, Professora Mariza. Só faremos isso se, além da reposição inflacionária, tivermos uma espécie de gatilho para que possamos ter um ganho real, seja que instrumento for.

Com isso, não estou aqui de maneira alguma desconhecendo as dificuldades dos Estados e Município, tanto que o professor Binho sabe do debate que tenho feito junto ao MEC no sentido de o MEC ampliar a participação financeira da União. E acho que o Fundeb é, sem dúvida nenhuma, um caminho bem prático, Professora Mariza, para que a gente possa fechar essa equação de forma que a lei seja cumprida, e os Estados e Municípios junto com a participação decisiva da União possa dar aos professores aquilo que eles desejam e que todos nós desejamos, que é consenso, que é realmente uma melhoria salarial e uma valorização profissional adequada ao papel estratégico que ele tem a desempenhar no contexto da sociedade.

Vou passar a palavra à Professora Mariza e, depois, à Professora Iria e ao Professor Binho.

A SRª MARIZA ABREU – Olha, eu queria mais uma vez agradecer em nome da Confederação Nacional dos Municípios, Presidente Paulo Ziulkoski. E desculpem-me, eu cheguei do aeroporto e estou saindo para o aeroporto. Estou acompanhando a reunião anual da Associação Brasileira de Avaliação Educacional, que está sendo realizada em Florianópolis. Ontem, inclusive, com do Presidente do Inep, do Professor Francisco Soares, foram homenageados dois ex-presidentes do Inep, com muita importância na criação e na institucionalização do sistema de avaliação brasileiro. A professora Maria Helena Castro, durante a gestão dela, foi institucionalizado o Saeb, criado o Enem, e o professor Reynaldo Fernandes, que criou o Ideb.

Eu queria dizer que a gente aprende muito quando vem aqui. Eu vou transmitir essas questões todas à direção da CNM, especialmente quando a gente se depara com Senadores, como a Senadora Regina e o Senador Dário, que têm experiência da gestão, também.

Eu não desistiu, e acho que nenhum de nós aqui da mesa desistiu. Nós estamos há muito tempo nesta batalha e vamos continuar tentando encontrar soluções.

É claro que valorização passa também por salários, não só, mas também por salário. E nós precisamos desatar o nó da Lei do Piso para que isso possa viabilizar.Tem que resolver o problema do critério de reajuste, tem que ter mais complementação da União, tem que ter diretrizes nacionais. Essa questão federativa é sempre muito complicada, mas diretrizes nacionais mais clara para a carreira do magistério. A senhora sabe, Senadora, na legislatura de 2007/2011, dois projetos principais pontearam na Câmara. Daí, então, a Deputado Raquel Teixeira...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Eu sou, inclusive, autora de um junto a Deputada Dorinha.

A SRª MARIZA ABREU – Isso, na primeira lá era Raquel e Carlos Abicalil. E, nessa última legislatura, havia quatros projetos principais: a Dorinha, a Sandra Rosado, do seu Estado, a senhora, e do Secretário de Mato Grosso.

Então, acho que esse debate, nós precisamos aprofundá-lo, debate de algum regramento para a dispersão salarial da carreira, porque senão não tem como viabilizar o piso Brasil inteiro.

E em relação à questão do critério de reajuste, primeiro, o projeto não é da CNM. O projeto é do Presidente Lula, quem assinou o projeto propondo o INPC foi o Presidente Lula. E em nenhum momento a CNM está dizendo que o reajuste do magistério tem que ser igual ao da inflação. É que a gente está confundindo o reajuste do piso com o reajuste do conjunto dos professores dos Estados e dos Municípios brasileiros. A gente defende, já que é essa a alternativa legal que está posta dentro da Câmara, que o reajuste do piso seja pela inflação e os aumentos reais sejam negociados nos Estados e nos Municípios, em função das condições gerais.

Agora, com certeza fiquei muito satisfeita de ouvir os dois Senadores, a questão de gestão é fundamental. Se a gente não atacar a questão da cedência, se a gente não atacar a questão da relação professor/aluno, não vai ter como melhorar as condições de remuneração, de formação, de valorização de magistério, que são condições absolutamente necessárias para a qualidade da educação.

Então, quero renovar o reconhecimento da CNM à qualidade do debate que vem sendo desenvolvido aqui. E a gente se coloca à disposição para continuar essa conversa. Tem muito assunto aqui para responder, mas eu não tenho mais tempo, certo?

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Agradecemos à professora Mariza. E reiterar o nosso compromisso em dar continuidade ao nosso debate, como a gente sempre tem feito, dialogando com todos os segmentos. A presença da CNM é muito importante, assim como a da Frente Nacional dos Prefeitos, da Undime, do MEC, dos Estados e Municípios e representação da academia e dos movimentos sociais.

E, por falar em academia, vamos passar a palavra, imediatamente, à professora Iria, que representa aqui a Anfope, para suas considerações finais.

A SRª IRIA BRZEZINSKI – Bem, é momento de agradecimentos e, sobretudo, terem essas iniciativas de termos essas audiências e a continuidade delas, porque foram muito significativas as audiência que tivemos também sob a coordenação da executada Fátima com relação à elaboração do Plano Nacional.

Eu gostaria de deixar especialmente uma posição das nossas cinco entidades científicas, afirmando: nós reconhecemos avanços, lembro quando a Senadora Regina disse que o Estado dela teve muitos avanços, o Piauí. Eu lembro quando estávamos preparando o Plano Decenal sob a presidência de Itamar Franco, Piauí pagava aos seus professores naquela ocasião R$23,00 não por semana e nem por dia, por mês. Então, era o primeiro lá no grande movimento dos Estados que pagava R$23,00 para um professor para trabalhar 20 semanais.

Então, avanços existem, no entanto, não são suficientes. E, por isso, volto a insistir, quero deixar ao Senador Dário a nossa proposta, nós temos pés no chão, com sete propostas que estão no nosso texto disponível aqui no Senado, pés no chão, mas sempre tendo um objetivo: elevar cada vez mais a qualidade desse professor, as suas condições de trabalho e mais uma reivindicação: que todos os professores possam ter uma jornada única numa única escola de tempo integral. Isso é o desejável.

E também lembrar que nós temos condição de nos indignarmos como o nosso professor não é valorizado. O que eu gostaria de trazer aqui o gesto do imperador japonês que elegeu o professor como prioridade para ganhar, o melhor salário na revolução cultural japonesa, o melhor salário à pessoa que também jamais deve se curvar diante da autoridade. É a autoridade é que deve se curvar ao professor.

E aí eu peço, a par da indignação, que possamos fazer uma homenagem ao professor com as autoridades se curvando a esse grande profissional que é responsável pela construção de pessoas de uma forma humanista, e que possamos ter de fato um Brasil com a dignidade que ele merece dessa nossa Nação.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, professora Iria.

Vamos passar a palavra ao professor Binho, que aqui representa o MEC na condição de Secretário de Articulação com os sistemas de ensino do Ministério da Educação.

Mais uma vez, Binho, obrigada pela presença.

O SR. BINHO MARQUES – Quero, mais uma vez, agradecer o convite para este debate, sempre muito importante para que se construa ou se desenhe o futuro da educação nacional. É sempre importante ouvir a representação dos prefeitos, da Academia e dos órgãos gestores, junto com vocês, aqui, no Congresso, sobre um assunto que é um dos mais delicados e mais importantes do nosso Plano Nacional de Educação.

Foram muitas as manifestações, mas houve poucas perguntas. Quero dizer que, quanto às manifestações que recebemos por *e-mail*, eu apenas as reforço, concordo com a maioria delas. Eu apenas não queria sair daqui com uma sensação de desânimo, a que, em alguns momentos, o nosso debate levou, com a ideia de que o discurso é sempre o mesmo, de que nós não avançamos nada nos últimos anos.

A sua fala, Senadora Fátima, recuperou os avanços e os ganhos que nós tivemos ao longo dessas décadas de batalha pela educação, como a Professora Iria reforçou.

Eu não poderia deixar de dizer que, estando na educação há tantos anos... Lembro-me de que, quando saí da universidade, na década de 80, e fui para Xapuri para trabalhar com Chico Mendes, nós mesmos tínhamos de construir as escolas, em mutirão, para que a população rural tivesse acesso às primeiras séries do ensino fundamental. De lá para cá, os avanços foram enormes, e não podemos negar isso.

Nós, que sempre lutamos pela educação, não nos abatemos, nem podemos nos abater pelas dificuldades. A apresentação que eu trouxe aqui... O MEC sempre procura apresentar a verdade na sua integralidade, até para que possamos reforçar a luta e ajustar os nossos passos, para que possamos obter maiores vitórias.

Sem dúvida alguma, comparando a situação em que os professores ganhavam menos que o salário mínimo no Nordeste, no período anterior ao Fundef, com o que temos hoje, vemos que houve um grande avanço. Mas os desafios pela frente ainda são enormes. O que não podemos deixar de fazer é uma avaliação realista da situação. As dificuldades são grandes, mas as possibilidades que se colocam a partir do PNE, que é um plano que está na Constituição, que conta com a vinculação de um percentual do PIB para a sua realização e que tem uma vinculação com o Sistema Nacional de Educação, mudam a realidade. Temos oportunidades hoje que não tínhamos há pouco tempo.

Quero finalizar, dizendo, em primeiro lugar, que tivemos uma grande vitória ao instalar um fórum de negociação do piso, um fórum de acompanhamento e de negociação, que sempre foi uma reivindicação das nossas conferências de educação. No início de setembro, esse fórum vai se instalar, com a presença da CNTE, da Undime, do Consed e do Ministério da Educação. Esse fórum é importante não só para acompanhar se o piso está sendo cumprido ou não, se as carreiras estão sendo destruídas ou não. Principalmente, ele é um passo fundamental para a instituição de uma mesa permanente de negociação. É esse fórum que nos permitirá ter uma vigilância permanente sobre a valorização dos profissionais da educação, sobre piso e salário, até mesmo avançando no

que diz respeito à Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação. É um fórum também que pode avançar sendo não só do magistério, mas também dos profissionais da educação como um todo.

O Senador Dário falou que não viu nenhuma proposta concreta, que não viu encaminhamento. Quero reforçar que, durante minha fala, apontei as dificuldades, mas apontei também um caminho para a superação. E um caminho forte para a superação é que, pela primeira vez, nós temos no Ministério da Educação uma espécie de mesa de negociação, que é o fórum.

O segundo aspecto...

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Professor Binho, permita-me interrompê-lo rapidamente.

Essa instância do fórum é muito relevante. Lembro que, quando do debate do Plano Nacional de Educação, nós destacávamos exatamente a necessidade e a importância dessa instância, a exemplo do que ocorria na época do Fundeb, de que fui a Relatora, quando criamos também a Comissão Intergovernamental do Fundeb, que tem mais ou menos o mesmo perfil. O perfil e a composição são parecidos com os do fórum, no caso do novo Plano Nacional de Educação.

Quero reforçar o que V. Exª coloca. Dentro do fórum, podemos ampliar o debate para além do magistério, ou seja, temos de tratar do tema de forma mais ampla, como profissionais de educação. Lembramos não só ao professor, ao orientador, ao supervisor e ao diretor mas também aos servidores e funcionários de escola que, inclusive, temos uma legislação que trata de o Estado brasileiro também implementar uma política de piso salarial para essa categoria.

O SR. BINHO MARQUES – Concordo plenamente com a Senadora.

Esse fórum do Fundeb foi reforçado agora com um fórum muito mais amplo, que é uma comissão tripartite. O Ministro Janine, por portaria, criou uma comissão tripartite com o Consed, com a Undime e com o Ministério da Educação para negociar e pactuar a política educacional. E, certamente, ela vai apreciar a Política Nacional de Formação dos Profissionais de Educação, que está no Plano Nacional de Educação. O Ministério da Educação já disponibilizou para consulta pública essa Política, reforçando, como lembrou a Professora Iria, a política que já existia, definida por decreto pelo Ministro Haddad, o que foi um grande avanço também. Então, os problemas colocados pela Professora Iria estão na mão dessa comissão tripartite, que precisa observar e corrigir essas falhas.

O terceiro aspecto que eu gostaria de levantar também como um caminho para a superação dos problemas é, como já foi dito aqui pela Senadora Fátima, o pós-Fundeb. O Fundeb tem sua conclusão em 2020, e nós temos para o ano que vem a implementação do CAQi. Todo debate sobre o financiamento da educação deve ser feito dentro do espírito do Sistema Nacional de Educação, que também deve ser instituído no ano que vem.

Então, com o Plano Nacional de Educação, abrimos um momento de reestruturação da educação nacional, de reorganização da educação nacional, que é a previsão da instituição do Sistema Nacional de Educação no ano que vem. Com isso, vamos aperfeiçoar a LDB, vamos regulamentar o art. 23 da Constituição e vamos aperfeiçoar também o sistema de financiamento.

Ou seja, há pelo menos três décadas, está havendo grandes avanços na educação, e, ao mesmo tempo, temos enormes desafios ainda para serem enfrentados. Não podemos deixar de observar que estamos diante de uma janela de oportunidades com esse Plano Nacional de Educação, que é um plano constitucional e que traz, nos dois primeiros anos da sua implementação – discordo daqueles que dizem que, no primeiro ano, o PNE não saiu do papel, porque muita coisa aconteceu neste primeiro ano; pelo menos essas duas instâncias aconteceram agora, neste primeiro ano –, a estruturação do Sistema Nacional de Educação.

Finalizo aqui, falando, como um velho militante da educação, que esses problemas sempre existiram, mas não são os mesmos problemas. Problemas sempre existiram, mas não são os mesmos problemas. Estamos tendo conquistas, mas não podemos estar abatidos por elas. Devemos estar animados para avançar ainda mais, comemorando as conquistas.

Vou colocar apenas um dado aqui. Por exemplo, o Presidente Lula, durante o seu governo, sozinho, construiu e abriu possibilidades de ensino superior que representam o dobro de tudo o que se fez no passado por todos os presidentes que o antecederam. Então, é preciso observar que a educação que temos hoje é muito superior à que tínhamos no passado.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A educação profissional também, com as escolas técnicas.

O SR. BINHO MARQUES – Se formos listar os avanços nos últimos 30 anos, veremos que eles são impressionantes. Mas o que precisamos fazer daqui para frente é reforçar as energias.

Está aqui o pessoal da Fasubra.

A luta continua. Os nossos problemas estão aí. Não podemos desanimar, temos de continuar batalhando, para que a educação possa ter os recursos de que necessita. Mas também não podemos pensar que a solução está só em mais recursos para a educação. Temos muitos problemas de gestão na educação que precisam ser superados. Por isso, a regulamentação do art. 23 da Constituição vai tornar mais visível a responsabilidade de cada esfera de governo, para que possamos responsabilizar aqueles que não cumprem com suas obrigações.

Obrigado, mais uma vez.

No Ministério da Educação, estamos sempre à disposição para o debate. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k.! Quero agradecer, mais uma vez, a participação do Professor Binho, aqui representando o MEC, na condição de Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino.

Desde já, fica o nosso convite para a próxima audiência pública, quando encerraremos o nosso ciclo de debates, exatamente com o tema do Sistema Nacional de Educação, da construção do Sistema Nacional de Educação, articulado em regime de colaboração. Como fazer? Esse vai ser o tema da nossa próxima audiência pública, repito, encerrando esse ciclo de debates temáticos e, portanto, partindo para iniciativas de natureza prática, inclusive, Professor Binho, apresentando, o que é a nossa intenção, projeto de lei visando a não só manter o Fundeb, mas reformulá-lo, nessa perspectiva exatamente de, entre outras coisas, ampliar a participação financeira da União junto aos Estados e Municípios.

Estamos aqui, atentos, nessa luta em defesa do orçamento para a educação. Sabemos das dificuldades que o País atravessa, mas temos dito ao Ministro da Educação, assim como reiteramos aqui mais uma vez: a nossa vigilância, a nossa mobilização para que não haja corte na educação. Algumas áreas têm que ser preservadas, e a de educação é essencial, até para promover a retomada do crescimento da economia.

Finalmente, queremos aqui dizer que o Movimento de Educação para Todos havia sido convidado para esta audiência, mas mandou um *e-mail,* justificando que, em função de compromissos assumidos anteriormente, inclusive fora do Brasil, não seria possível participar da presente audiência.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, claro, também foi, evidentemente, convidada, até porque, com um tema dessa natureza, a CNTE não poderia ficar de fora de maneira nenhuma. Ontem, nós recebemos um *e-mail* da CNTE, dizendo que o Professor Leão, que é o Presidente da CNTE, em função de problemas de doença na família, não poderia comparecer.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos e de todas, inclusive dos nossos convidados debatedores, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 27 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Fátima Bezerra, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins, Paulo Paim, Gladson Cameli, Simone Tebet, Sandra Braga, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Wilder Morais, Alvaro Dias, Antonio Anastasia, Dalirio Beber, Roberto Rocha, Blairo Maggi, Eduardo Amorim, Douglas Cintra, Telmário Mota, Ana Amélia, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ivo Cassol, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho e Lídice da Mata. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta. Logo após, a presidência passa à leitura dos comunicados. **Comunicado 1:** "Comunico às Exmas e aos Exmos Senadores o recebimento do Aviso nº 870-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, sobre acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC021657/2014-0, na sessão ordinária de 22/07/2015. Acompanha esta cópia do acórdão, além da cópia em mídia digital do relatório, voto proferido pelo Tribunal e relatório da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Esporte do TCU, o qual trata de levantamento, com o objetivo de compreender o funcionamento dos componentes do Sistema Nacional do Desporto, suas fontes de financiamento, forma de aplicação dos recursos públicos, controles e resultados. Os Senadores que desejam cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". **Comunicado 2:** "Comunico às Exmas Srªs e aos Exmos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 547-Seses/TCU, Plenário do Tribunal de Contas da União, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC008486/2015-8, na sessão ordinária de 29/07/2015. Acompanha esta cópia do acórdão cópia do relatório e voto proferido pelo Tribunal resultado de monitoramento, com vistas a verificar o cumprimento de recomendações destinadas ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio 2016. Os Senadores que desejarem cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria de Comunicação". **Comunicado 3:** "Comunico às Exmas Srªs e aos Exmos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 539-Seses/TCU, Plenário do Tribunal de Contas da União, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC007973/2015-2, na sessão ordinária de 29/07/2015. Acompanha esta cópia o acórdão, cópia do relatório e voto proferido pelo Tribunal, referente ao relatório consolidado de levantamento das auditorias das fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo TCU até o mês de junho de 2015 dos objetos relacionados com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio 2016. Para aqueles que desejarem, a cópia estará na Secretaria". **Comunicado 4**: "Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento de Carta Aberta do Grupo de Estudos e Pesquisa da Faculdade de Educação (FE) e participantes do I Encontro dos Grupos de Pesquisas Marxistas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), com manifestação acerca das últimas ocorrências em torno das iniciativas de projeto de lei que atentam contra o direito humano de realizar escolha de epistemologia e construção do conhecimento pelo materialismo histórico dialético, com cerca de 500 assinaturas, solicitando a inserção desse documento nos Anais desta Comissão e, se possível, a leitura e o encaminhamento para os espaços institucionais convenientes. As senhoras e os senhores que desejarem essa cópia, ela estará na Comissão". **Comunicado 5:** "Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento de Carta Aberta do Grupo de Estudos e Pesquisa da Faculdade de Educação (FE) e participantes do I Encontro dos Grupos de Pesquisas Marxistas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), com manifestação acerca das últimas ocorrências em torno das iniciativas de projeto de lei que atentam contra o direito humano de realizar escolha de epistemologia e construção do conhecimento pelo materialismo histórico dialético, com cerca de 500 assinaturas, solicitando a inserção desse documento nos *Anais* desta Comissão e, se possível, a leitura e o encaminhamento para os espaços institucionais convenientes. As senhoras e os senhores que desejarem essa cópia, ela estará na Comissão. **Comunicado 6:** "Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do exemplar do Relatório Anual de 2014 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), contendo o balanço das atividades desenvolvidas pela agência. As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem cópia do relatório poderão se dirigir à Secretaria da Comissão"**. Comunicado 7: "**Comunico às Exmas Srªs e aos Exmos Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 402, de 2015, Aspar/GM/MEC, do Ministério da Educação, por meio do qual encaminha nota técnica contendo informações em resposta ao Ofício nº 2, de 2015, de iniciativa desta Comissão, que apresenta pleito referente à distribuição do livro *Educação e Discriminação dos Negros* nas escolas públicas do País. O Ministério da Educação manifesta impossibilidade do atendimento do pedido desta Comissão para atual edição do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), visto que o edital de convocação tem por ob-

jeto a inserção, a inscrição e a seleção de obras já encerrada. Aqueles que quiserem a cópia poderão tê-la"**.** Neste momento, a Senadora Ana Amélia requer, oralmente, a inversão de pauta para a deliberação do item 11, o que é aprovado. Logo após, a Senadora Fátima Bezerra requer inversão de pauta para a deliberação dos itens 7 e 13, o que é aprovado. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável ao projeto é aprovado. **Item 13: Requerimento da Comissão de Educação nº 85, de 2015**, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a política de prazos de trabalhos dos tutores do Programa de Educação Tutorial - PET do Ministério da Educação – MEC". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Presidência passa à votação dos projetos em caráter terminativo. **Item 7: Projeto de Lei no Senado nº 186, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Santiago, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio". A relatora designada é a Senadora Fátima Bezerra e o parecer pela declaração de prejudicialidade do projeto é aprovado pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa nº 5, de 2015. Em seguida, o Senador Paulo Paim requer a inversão de pauta para deliberação do item 3, o que é aprovado. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o relatório reformulado, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo (Emenda nº1-CE), é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2011,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que "Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, com as Emendas nº 1-CAE/CE e 2-CAE/CE por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é aprovado, por 14 (catorze) votos favoráveis, com as Emendas nºs 2-CE, 3-CE e 4-CE, aprovadas por 14 (catorze) votos favoráveis. A emenda nº 1-CCJ é rejeitada por 14 (catorze) votos. Manifesta sua abstenção a Senadora Fátima Bezerra. **Item 6: Projeto de Lei do Senado º 46, de 2015**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio". O relator designado é o Senador Antonio Anastasia e o projeto é aprovado por 16 votos favoráveis, com as Emendas nºs 1-CE e 2-CE, aprovadas por 16 votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que "Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro". O relator designado é o Senador Douglas Cintra e o parecer favorável ao projeto é aprovado. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para instituir auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo". O relator designado é o Senador Dário Berger e o relatório é favorável ao Projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo). Concedida vista coletiva nos termos regimentais**. Item 14: Requerimento da Comissão de Educação nº 87, de 2015,** de autoria do Senador Romário, que "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes para debater o tema: 'A valorização do Profissional de Educação Física sob a Ótica da Educação', para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. André Dias de Oliveira Fernandes – Doutorado em Ciências do Desporto – UTAD/Portugal; Mestre em Ciência da motricidade Humana – UCB/RJ ; coordenador do LabbioLaboratório de Biomecânica da UNESA/Petrópolis- RJ; Diretor da Body Club Petrópolis/RJ, apresentador do programa de TV FIT SAUDE; 2. Ernani Bevillaqua Contursi- Especialista em Administração e Marketing; Diretor Presidente da editora Sprint; Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro; 3. Rogerio Mello – Professor de Educação física formado pela UFRJ com Mestrado em Desenvolvimento da criança pela Universidade Técnica de Lisboa e Doutorado em educação física e Cultura pela UGF. Professor com mais de 36 anos de atuação em Universidades, Escolas Públicas e como treinador de futebol e Futsal; 4. Roberto Correa – Representante da Educação Física Escolar; 5. Thiago Medeiros- Presidente Fundador da Confederação de Estudantes de Educação Física Di Brasil". O requerimento é aprovado.

Neste momento, a presidência passa à deliberação dos itens extrapauta. **Extrapauta, Item 15: Requerimento da Comissão de Educação nº 88, de 2015**, de autoria da Senadora Fátima Bezerra e do Senador Paulo Paim, que requerem "(...) nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel estruturante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Renato Janine; 2. Sr. Carlos Nobre, Presidente da CAPES; 3. Sr. Luís Dourado, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE); 4. Prof. Belchior de Oliveira Rocha, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); 5. Alessandra Santos de Assis, Presidente do Fórum Nacional do PIBID". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011; e Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015.** Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário,** encerra a reunião às doze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa de leitura da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos à deliberação da pauta.

Antes da deliberação da pauta, vou ler aqui alguns comunicados.

Comunico às Exmas e aos Exmos Senadores o recebimento do Aviso nº 870-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, sobre acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC021657/2014-0, na sessão ordinária de 22/07/2015.

Acompanha esta cópia do acórdão, além da cópia em mídia digital do relatório, voto proferido pelo Tribunal e relatório da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Esporte do TCU, o qual trata de levantamento, com o objetivo de compreender o funcionamento dos componentes do Sistema Nacional do Desporto, suas fontes de financiamento, forma de aplicação dos recursos públicos, controles e resultados.

Os Senadores que desejam cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

Segundo comunicado.

Comunico às Exmas Srªs e aos Exmos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 547-Seses/TCU, Plenário do Tribunal de Contas da União, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC008486/2015-8, na sessão ordinária de 29/07/2015.

Acompanha esta cópia do acórdão cópia do relatório e voto proferido pelo Tribunal resultado de monitoramento, com vistas a verificar o cumprimento de recomendações destinadas ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio 2016.

Os Senadores que desejarem cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria de Comunicação.

Comunico às Exmas Srªs e aos Exmos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 539-Seses/TCU, Plenário do Tribunal de Contas da União, sobre o acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC007973/2015-2, na sessão ordinária de 29/07/2015.

Acompanha esta cópia o acórdão, cópia do relatório e voto proferido pelo Tribunal, referente ao relatório consolidado de levantamento das auditorias das fiscalizações e demais ações de controle realizadas pelo TCU até o mês de junho de 2015 dos objetos relacionados com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio 2016.

Para aqueles que desejarem, a cópia estará na Secretaria.

Comunico aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras o recebimento de Carta Aberta do Grupo de Estudos e Pesquisa da Faculdade de Educação (FE) e participantes do I Encontro dos Grupos de Pesquisas Marxistas da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), com manifestação acerca das últimas ocorrências

em torno das iniciativas de projeto de lei que atentam contra o direito humano de realizar escolha de epistemologia e construção do conhecimento pelo materialismo histórico dialético, com cerca de 500 assinaturas, solicitando a inserção desse documento nos *Anais* desta Comissão e, se possível, a leitura e o encaminhamento para os espaços institucionais convenientes.

As senhoras e os senhores que desejarem essa cópia, ela estará na Comissão.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do exemplar do Relatório Anual de 2014 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), contendo o balanço das atividades desenvolvidas pela agência.

As Srªs e os Srs. Senadores que desejarem cópia do relatório poderão se dirigir à Secretaria da Comissão.

Comunico às Exmªs Srªs e aos Exmºs Srs. Senadores o recebimento do Ofício nº 402, de 2015, Aspar/GM/MEC, do Ministério da Educação, por meio do qual encaminha nota técnica contendo informações em resposta ao Ofício nº 2, de 2015, de iniciativa desta Comissão, que apresenta pleito referente à distribuição do livro *Educação e Discriminação dos Negros* nas escolas públicas do País.

O Ministério da Educação manifesta impossibilidade do atendimento do pedido desta Comissão para atual edição do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), visto que o edital de convocação tem por objeto a inserção, a inscrição e a seleção de obras já encerrada.

Aqueles que quiserem a cópia poderão tê-la.

Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, já vai entrar na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Vamos entrar na pauta de deliberação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Presidente Romário, os itens 1 e 2 já foram, eu diria, exaustivamente debatidos, e o nosso problema é quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Esperaremos os 14 para o quórum.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – São dois terminativos.

Outro dia, lembrei-me do Senador Paulo Paim, que fez a observação, mas consulto, por ser, Senador Paim, Relatora de dois projetos, de três, na verdade. Como o 1 e o 2 estão aguardando apenas o quórum e o item 11 não é terminativo – ele será terminativo –, eu consultaria V. Exª se poderíamos fazer a leitura do item 11, que não é terminativo, o que facilitaria também o trabalho da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É exatamente isso. Começaríamos por esse.

Item 11.

Projeto de Lei do Senado nº 258...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu também queria pedir inversão de ordem na pauta do Projeto nº 12 e do nº 7 também. Entretanto, com relação ao nº 7, nós temos que aguardar quórum, porque ele é terminativo, mas o item 13 não é. Então, gostaria de pedir uma inversão de ordem na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k., Senadora.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, de 2015
- Não terminativo -

Institui a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de fortalecimento da atenção primária oftalmológica no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Romero Jucá.
Relatoria: Senadora Ana Amélia.
Relatório: favorável ao projeto.
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caros colegas Senadores e Senadoras; caro Presidente, Senador Romário; em muito boa hora, o Senador Romero Jucá, que é um dos mais produtivos Senadores desta Casa, propôs exatamente a definição de ações de fortalecimento da atuação primária oftalmológica a serem implantadas pelo Poder Público e que compreenderiam: a aquisição, a ampliação e a construção de Unidades de Atenção Primária em Oftalmologia, a estruturação de uma rede de serviços de assistência ótica e farmacêutica que daria apoio a essas unidades e, por fim, a qualificação da assistência básica em saúde ocular.

Então, o projeto propõe a promoção da educação permanente dos profissionais de saúde integrantes das Equipes de Saúde da Família (ESF), que fazem parte do famoso Programa de Saúde da Família (PSF), e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf); programas de ensino a distância, mediante parcerias com entidades de ensino na área da Oftalmologia; inclusão de oftalmologista nas equipes dos Nasf; e programa de Telemedicina para apoio aos médicos integrantes das ESF.

Vou diretamente à análise desse projeto, pela sua simplicidade e pelo senso de oportunidade.

Ao promover a expansão dos serviços de Oftalmologia no nível de atenção básica do SUS, o PLS nº 258, de 2015, do Senador Romero Jucá, preocupa-se com uma importante questão, que é exatamente a qualificação contínua dos profissionais que atuarão nessas unidades.

Para tanto, o projeto lança mão de estratégias inovadoras, tais como o ensino a distância e o emprego da Telemedicina. Dessa forma, além de melhorar a qualidade da atenção oftalmológica, com a inserção de médicos especialistas nessa área, a iniciativa tem o cuidado de garantir a perenidade e a continuidade desses serviços no longo prazo, por meio da transmissão de conhecimento aos profissionais envolvidos na assistência à população.

Ademais, conforme bem justifica o autor, cabe destacar que a presença de oftalmologistas na atenção básica ajudará a qualificar a atuação do Programa Saúde na Escola, instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, vez que esses profissionais são habilitados para avaliar e acompanhar a acuidade visual, que é um fator determinante para o sucesso escolar.

Por esses motivos, entendemos que o projeto traz benefícios diretos à população brasileira, razão pela qual propomos a sua aprovação. E não é só por isso. É que, às vezes, uma criança está com dor de cabeça e não sabe identificá-la, e a causa é uma questão oftalmológica, ou a criança tem dificuldade de aprendizagem. Então, isso ajudaria muito também no rendimento escolar.

Voto.

Portanto, em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2015, de autoria do Senador Romero Jucá, com os cumprimentos ao Senador por essa oportuna iniciativa.

Esse é o voto, Senador.

Eu gostaria de pedir o apoio dos colegas Senadores, porque o projeto não é terminativo aqui. Ele o será na Comissão de Assuntos Sociais, onde será examinada a questão com bastante profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora Ana Amélia! Parabéns pela Relatoria!

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório, favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao plenário.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 85, DE 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a política de prazos de trabalhos dos tutores do Programa de Educação Tutorial (PET) do Ministério da Educação (MEC).

Autoria: Senadora Fátima Bezerra.

Com a palavra, a autora, Senadora Fátima, para ler o requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, o Programa de Educação Tutorial nasceu em 1979, ficando sob a coordenação da Capes até 2002, quando passou à Secretaria de Educação Superior (SESu). Em 2005, após tentativas de extinção do projeto nos anos 90 e no começo dos anos 2000, um limite de permanência de tutores(as) foi criado, estabelecendo que a duração do vínculo seria de três anos, renováveis por mais três anos, mediante avaliação. Entretanto, o trabalho de tutoria tem por característica o longo prazo, com ações complexas, dada a característica interdisciplinar e a atuação nos três pilares da educação superior: extensão, ensino e pesquisa.

Após a articulação de pesquisadores(as) e tutores(as), o MEC alterou a redação da portaria que instituiu o limite inicial, passando-o, em 2006, há três anos, prorrogáveis por iguais períodos, de maneira ilimitada, desde que a avaliação do(a) tutor(a) indicasse produtividade. O critério adotado é semelhante ao de bolsista-produtividade, programa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que considera que professor produtivo não pode ter prazo de validade, daí a importância de metodologias de avaliação sem que se limite o tempo máximo de permanência em um programa.

Ocorre que em 2010, o Ministério da Educação voltou atrás, restabelecendo o critério que limita a permanência do bolsista-tutor há três anos prorrogáveis por somente mais três anos (Portaria 967/2010). Este limite vencerá, portanto, em 2016, quando quase 600 tutores serão desligados do programa, o que pode trazer riscos à continuidade do Programa de Educação Tutorial, dada a importância da memória quando se trata de ações que envolvem pesquisa, ensino e extensão de maneira transversal.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é que pela relevância, importância do tema, atendendo à solicitação de várias universidades e de outras entidades, estamos propondo a audiência pública. É um programa que tem dado uma contribuição muito importante no campo da melhoria da qualidade da educação neste País e a gente julga oportuno, claro, que a Comissão de Educação promova esse debate.

Para tanto, esperamos ter aqui a presença do Sr. Jesualdo, que é o secretário titular da SESu, da Secretaria de Educação Superior; do Sr. Carlos Costa, que é o Presidente da Sociedade Brasileira de Educação Tutorial; também um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; da Associação Nacional de Pós-Graduandos e representantes da União Nacional dos Estudantes.

Esse Programa de Educação Tutorial, Senador Romário, está presente em todos os Estados, nas universidades pelo País afora e, como eu acabei de destacar aqui, o programa termina agora em 2016. Daí exatamente a importância de se fazer esse debate neste momento, com vistas, é claro, a assegurar exatamente a sua manutenção e a sua prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passaremos agora ao Item 7. É um item terminativo, teremos que esperar 14 Senadores para dar quorum, mas a Relatora, a Senadora Fátima Bezerra pode fazer a leitura.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio.

Autoria: Senador Wilson Santiago
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra
Relatório: Pela declaração de prejudicialidade.
Observações:
1- A votação da Matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº5, de 2015.
2- A Matéria constou da pauta da Reunião do dia 18/8/2015.

Passo a palavra à Relatora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senador Romário. Permita-me também, desde já, adiantar que tenho uma proposição de autoria de V. Exª hoje aqui na nossa Comissão, que é exatamente para a realização de audiência pública para debater o tema "A Valorização do Profissional de Educação Física sob a Ótica da Educação". Quero parabenizá-lo pela iniciativa e, desde já, solicitar que me subscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas vamos ao Projeto de Lei.

Vamos direto à análise que nós apresentamos em nosso voto.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias de natureza educacional, especialmente as que envolvam diretrizes e bases da educação brasileira. Em adição, a análise terminativa, incumbida à Comissão no presente caso, enseja manifestação quanto à constitucionalidade e juridicidade da proposição.

No que tange à relevância educacional e social, o projeto estimularia a geração de oportunidades de profissionalização para segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e com possível histórico de dificuldade de acesso ao sistema educacional. De igual modo, a medida proposta potencializaria a ampliação do nível de escolaridade da população brasileira. Como se sabe, o Brasil acumula déficit de escolarização cujo enfrentamento se mostra inadiável.

Ademais, ao harmonizar ações educacionais de mais amplo espectro, a proposição corroboraria a política de valorização e expansão da educação profissional implantada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, além de mostrar aderência às metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), objeto da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, de triplicar a oferta de vagas no ensino médio técnico até 2024.

Dessa maneira, a princípio, o projeto seria meritório e digno de acolhida. Entretanto, cumpre-nos chamar atenção para dois aspectos particulares do PLS. O primeiro deles reside no feitio de meta que a proposição encerra. A segunda questão a considerar envolve a aferição de oportunidade do PLS em exame.

No que toca à expressão de metas, essa é, a nosso ver, uma característica mais peculiar ao planejamento, propriamente dito, em políticas públicas. Os planos de ação nesse campo são submetidos a revisões periódicas e avaliações de oportunidade e conveniência. Emblemáticos a esse respeito seriam os próprios planos nacionais de educação. Por isso mesmo, não nos parece recomendável a fixação dos mínimos de que cuida o PLS numa lei duradoura, tal qual se deseja a LDB.

Quanto ao aspecto de oportunidade do PLS, lembramos que o autor o apresentou ao Senado Federal em 20 de abril de 2011. Na ocasião, a Câmara dos Deputados ainda engatinhava nos procedimentos de instrução do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Presidente da República, o qual daria origem ao PNE, objeto da citada Lei nº 13.005, de 2014. Até aquele momento só havia sido criada a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PNE e designado o relator da matéria.

É imperioso consignar, pois, que a proposição foi oportuna para registrar a preocupação do autor, na época, que foi o Senador Wilson Santiago, e marcar a relevância do tema naquela conjuntura. Como os Senadores não podiam, então, emendar o PNE àquela altura da tramitação do PL nº 8.035, de 2010, na Câmara, o PLS ensejaria a possibilidade de se antecipar a discussão do assunto no âmbito do Senado. Posteriormente, o acúmulo da discussão poderia ser aproveitado no aprimoramento do PNE nesta Casa Legislativa.

Ao cabo, o assunto acabou sendo exatamente contemplado, Sr. Presidente, na Lei do PNE, quando estabelece exatamente na Meta 10 desse Plano, que prevê oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional; e a Meta 11, de triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, fazem entrever que as preocupações do autor do PLS restaram atendidas.

Observe-se que para a EJA os números da meta são exatamente os mesmos do projeto. No que concerne ao ensino médio, a Meta 11 implicará, uma vez cumprida, mais de 4 milhões de matrículas no ensino médio técnico em 2024. Esse número será muito próximo, talvez até um pouco superior, a 40% das matrículas dessa etapa da educação básica no último ano de vigência do PNE. Portanto, também em relação ao ensino médio pode-se considerar suprida a nobre preocupação do autor.

Quanto à previsão de destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) à educação profissional, como registrou o parecer da CAS à matéria, trata-se de medida já incluída na legislação, por meio da Lei nº 12.513, de 2011, que institui o Pronatec. Assim, não será por falta de previsão legal que o ensino técnico de nível médio deixará de receber recursos do FAT.

Por tudo isso, não subsistem razões para a continuidade da tramitação do projeto. Quer-nos parecer, pois, que a melhor solução para a proposição, neste momento, é o seu arquivamento, mediante arguição de prejudicialidade, por perda de oportunidade, nos termos do art. 334 do Risf.

Em vista do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011.

Na verdade, Sr. Presidente, conforme ficou aqui esclarecido, Senadora Ana Amélia, a iniciativa, na época, do Senador Wilson, sem dúvida nenhuma, foi extremamente meritória, e temos que parabenizá-lo por isso, pelo cuidado que teve, de repente, ao tratar de um tema tão importante no contexto da educação básica e no contexto do País, que é a necessidade de expandir as vagas na educação profissional e técnica, Senadora Marta, inclusive, associando à educação de jovens e adultos.

Mas eu peço a compreensão dos pares quanto ao voto que estou dando, pela prejudicialidade do projeto, porque felizmente o que ele pretendia, hoje, está garantido tanto no Plano Nacional de Educação, como no Pronatec, bem como também na legislação que trata do fato.

Então é isso, ou seja, o projeto de lei não faz mais sentido, uma vez que o objeto dele já foi alcançado. E a gente pede, portanto, a prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

A matéria constou da pauta da reunião do dia 18/8/2015.

Estou colocando em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela prejudicialidade da matéria.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório apresentado, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu indagaria a V. Exª se seria possível incluir um requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Faremos isso no final da reunião, Senadora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

Eu estou, há mais ou menos uns três meses, tentando votar o item 3. E felizmente chegamos agora a um entendimento, um acordo final, inclusive com o Governo. Eu queria saber se a Senadora Fátima não poderia ler o relatório do item 3. Quando desse quórum, nós votaríamos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paim, na verdade, o Relator do item 3 é o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ele no momento não está.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu disse que poderia ser lido por um relator *ad hoc*. Se ele chegar a tempo, ele assume, mas a leitura *ad hoc* seria feita, e nós ganharíamos tempo, porque foi uma dificuldade enorme o Governo concordar com esse projeto. Felizmente chegamos a um acordo. E a possibilidade de votar seria hoje, já que temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quem seria a Senadora?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Senadora Fátima, já que ela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É terminativo. Só faria a leitura, só faria a leitura. A Senadora Fátima faria a leitura, e votamos quando houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k. Então iremos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2010
- Terminativo -

Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatora *ad hoc*: Fátima Bezerra
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo).
Observações:
1- No dia 18/8/2015, o Relator, Senador Randolfe Rodrigues, apresentou um novo Relatório.
2- Sendo aprovado o Substitutivo, a Matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, Relatora *ad hoc* do item 3.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Sr. Presidente.

Vamos direto à análise.

A Comissão de Educação deve opinar sobre o mérito educacional da iniciativa, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado. Devido ao caráter terminativo da decisão, cabe analisar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade e à juridicidade da proposição.

A evasão constitui um sério problema da educação superior brasileira. Suas causas são variadas. No setor privado, o fator predominante é a dificuldade de arcar com o pagamento das mensalidades escolares. Se considerado também o setor público, as causas mais comuns de abandono são o despreparo para acompanhar os estudos universitários, a decepção com o curso escolhido e a falta de recursos para a aquisição de material didático, bem como para o pagamento de transporte, alimentação e moradia. Esse último fator revela que, apesar de não ter de pagar pelo acesso à universidade pública, muitos estudantes de origem mais modesta têm grande dificuldade em dar continuidade aos estudos, por falta de recursos para atender suas necessidades básicas.

Assim estima-se que um quinto dos estudantes que ingressam em cursos nas instituições de ensino superior federais os abandonam em algum momento. Ao lado da decepção que isso representa para esses jovens, devem ser lembrados os candidatos que deixaram de ingressar na universidade pública por terem sido classificados de forma menos favorável nos processos seletivos. Ademais, essa situação traz um significativo desperdício de recursos públicos, que poderiam ser aplicados em outras ações sociais ou investidos nas próprias universidades.

Os elevados índices de evasão desafiam o mito sobre o perfil dos estudantes que entram na universidade pública. Pensa-se, com frequência, que o conjunto desses estudantes tem origem em famílias de renda elevada, o que justificaria até mesmo o pagamento de mensalidades escolares, caso a legislação o permitisse. No entanto, trata-se de uma visão distorcida. Pesquisa realizada em 2003 e 2004 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), com estudantes das universidades federais, revelou que mais de 40% dos entrevistados pertencem às chamadas classes C, D e E, com renda familiar inferior a R$900,00 mensais.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Ministério da Educação (MEC) têm procurado enfrentar os desafios de manter os estudantes de baixa renda nas universidades federais, mediante a realização de estudos e a criação de programas especiais de bolsas de alimentação, moradia e trabalho. Nos últimos anos, o MEC tem direcionado recursos mais volumosos para essas iniciativas. Todavia, inexiste um programa unificado sobre a matéria criado por lei. O projeto em exame, portanto, visa exatamente a preencher essa lacuna.

No caso das instituições federais de educação superior, o art. 10 da Lei nº 12.155, de 2009, autorizou a concessão de bolsas a estudantes...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Fátima, permite-me um aparte?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que o Senador Randolfe chegou e tem alguma mudança no substitutivo acordada com o Governo. Se a Senhora permitir, ele concluirá.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza, com o maior prazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa é a redação ajustada com o Governo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Presidente Romário, passe agora a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, que é o titular.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passamos a palavra ao titular, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, Senador Romário; Senador Paulo Paim, primeiramente, peço desculpas a todos. É do conhecimento de todos que aqui no Senado temos de, literalmente, cobrar o escanteio e correr para cabecear. Eu estava em outras Comissões. Mas, ainda a tempo, quero agradecer à Senadora Fátima por ter iniciado a leitura do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que cria o Programa Bolsa de Permanência Universitária para beneficiar estudantes comprovadamente sem condições de custear seus estudos.

Passando direto para a análise, a CE deve opinar sobre o mérito educacional da iniciativa, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

A evasão constitui um sério problema da educação superior brasileira. Suas causas são variadas. No setor privado, o fator predominante é a dificuldade de arcar com o pagamento das mensalidades escolares. Se considerado também o setor público, as causas mais comuns de abandono são o despreparo para acompanhar os estudos universitários, a decepção com o curso escolhido e a falta de recursos para a aquisição de material didático, bem como para o pagamento de transporte, alimentação e moradia.

Passo para a conclusão, com o substitutivo.

Dessa forma, acordou-se a apresentação de substitutivo com o conteúdo do Decreto nº 7.234, de 2010, que contempla de forma ampla a essência do proposto no PLS em análise.

Em suma, o projeto merece aprovação, no que respeita ao mérito.

Por fim, a proposição não contém vícios de constitucionalidade nem de juridicidade.

Em vista do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

A seguir está o substitutivo que apresentamos, Sr. Presidente, com as modificações a partir do debate, que constou, com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e com o Ministério da Educação.

O substitutivo consta de seis artigos, com o primeiro definindo que fica instituída a Política de Assistência Estudantil com a finalidade de assegurar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como de estudantes indígenas, quilombolas e do campus regularmente matriculados em cursos de graduação presencial de instituições públicas federais de ensino e com os demais artigos. O penúltimo artigo diz que as despesas decorrentes da política de assistência estudantil observarão os limites de movimentação e empenho, bem como os limites de pagamento da programação orçamentária e financeira da União, devendo ser compatibilizadas as dotações existentes.

Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lido o relatório, Sr. Presidente, com o substitutivo de nossa autoria e parte da discussão com o MEC e as associações.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator, Senador Randolfe Rodrigues.

Procederei à chamada nominal dos membros.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o substitutivo e meus cumprimentos pelo trabalho exaustivo ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.
O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.
O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Blairo Maggi.
O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – – Com o Relator, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – – Com o Relator.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*)
Senador Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Voto conhecido.
Meus cumprimentos ao autor da matéria, Senador Paulo Paim.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.
A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.
Eu gostaria de colocar os dois, o nº 1 e nº 2, porque são terminativos e já foram lidos. Eu pediria a V. Exª...
O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Igualmente o 7, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 531, de 2011
- Terminativo -

Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica.

Autoria: Senador Zeze Perrella
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.
2- Realizada Audiência Pública em 10/4/2013, conforme requerimento de autoria do Senador Aníbal Diniz.
3- Na Reunião de 11/8/2015, foi lido o Relatório e adiada a discussão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
Procederei à chamada nominal.
A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer aos colegas, bem rapidinho.
Esse projeto é do Senador Perrella.
A Lei Pelé incluía a contratação de seguro para seguro de vida ou de acidentes durante o trabalho do jogador profissional. Isso está na Lei Pelé, mas apenas para o atleta, para o jogador profissional, não para o treinador e a equipe. Aconteceu, casualmente, o acidente com Ricardo Gomes, treinador do Vasco, que, em plena partida, teve um problema sério e ficou quatro anos afastado e agora volta a trabalhar. Então, é para incluir a categoria como também beneficiária de um seguro que será contratado pelo clube. Apenas para esclarecimento.
Obrigada, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Parabéns pelo relatório, Senadora Ana Amélia.
Senadora Ana Amélia, seu voto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Meu voto é conhecido, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.
O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra.
A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – "Sim", Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Angela Portela.
A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim".
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.
O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a Relatora, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.
O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.
O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.
O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.
A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Wilder Morais.
O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.
O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.
O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.
O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Blairo Maggi.
O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com a Relatora.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.
O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com a Relatora, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

Consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras se mantêm o mesmo voto para as emendas apresentadas. (*Pausa.*)

Aprovadas as Emendas nªs 1-CAE/CE e nº 2-CAE/CE

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O item 2 também, Senador.
O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2012
- Terminativo -

Obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-CCJ.
Observações:
1- Serão realizadas três votações nominais: uma para o projeto; outra para as emendas apresentadas pelo Relator e, a última, para a emenda nº 1-CCJ.
2- Realizada Audiência Pública em 6/5/2015, conforme Requerimento de autoria da Senadora Fátima Bezerra.
3- Na reunião de 11/8/2015, foi lido o Relatório e adiada a discussão.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Procedo à chamada nominal.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, já está em regime de votação?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Já. Já foi lido.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – É porque nós íamos fazer um pedido de encaminhamento de retirada de pauta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Já foi lido o relatório. Não pode ser retirado de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós estamos agora no período de votação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O.k., Sr. Presidente.

Então, eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Acompanho a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

Passamos às emendas.

Em votação a Emenda nº 1-CCJ.

Quem vota com o relatório vota "não".

Vou proceder à chamada nominal dos membros.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, eu cheguei e estava em votação. Registro o voto "sim", Senador Douglas Cintra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Acho que seria conveniente o autor votar também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação a Emenda nº 1-CCJ.

Quem vota com o Relator vota "não".

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Quem vota com o Relator vota "não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator, tem que votar "não" nessa emenda, porque é uma emenda que nós tiramos. Então, tem que votar "não" na emenda.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Tem que votar "não" com a emenda.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – "Não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Não", Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – "Não", Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

Quem vota com a Relatora vota "não".

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – Então, "não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Maria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – "Não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Alvaro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – "Não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – "Não".

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Blairo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Romário, o senhor não se preocupe porque o Senador Jonas Pinheiro, falecido, que já passou por aqui, mato-grossense, não conseguia falar o meu nome, mas ele sabia soletrar. Ele chamava: "Brairo". Um dia, ele falou para um amigo que eu ia visitar: "Vai aí o Senador Brairo Maggi te procurar – b, l, a, i, r, o. Era assim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Voto conhecido, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra. (*Pausa.*)

Ele se retirou.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Voto conhecido, "não".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – "Não", Sr. Presidente, acompanhando a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A Emenda nº 1 é rejeitada.

Consulto os Srs. Senadores e Srªs Senadoras se mantêm o mesmo voto para as emendas apresentadas pela Relatora.

Quem vota com a Relatora, vota "sim".

Consulto se posso manter o voto do parecer. (*Pausa.*)

Mantido o voto do parecer.

Aprovadas as Emendas nº 2-CE, nº 3-CE e nº 4-CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigada.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Qual é o próximo projeto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 8, Projeto de Lei da Câmara...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só um momentinho, Sr. Presidente.

Passou o item 5, porque o Relator não está presente, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma declaração de voto, até porque o Senador Cristovam chegou, que é autor da proposta, porque, claro, nós não podemos aqui, de maneira nenhuma, em nenhum momento, desconsiderar o caráter meritório que a proposta tem, na medida em que o projeto tem um objetivo muito claro, que é contribuir com a formação dos professores, com a sua valorização e, ao mesmo tempo, contribuir, exatamente, com a qualidade do ensino.

Entretanto, Senador Cristovam, eu me abstive do projeto, primeiro – não sou contra, do ponto de vista do mérito, não sou contra –, eu me abstive levando em consideração o fato de que há necessidade, mesmo o debate já tendo sido feito, e várias vezes, mas havia necessidade e há necessidade de esse debate continuar. E vou dizer a V. Exª por quê. Nós temos instituições tanto no campo da academia, que tratam da questão da formação de professores, como instituições que representam também os trabalhadores em educação por esse País afora, bem como, também, do próprio MEC, repito, que, em que pese considerar a ideia extremamente meritória, tem um entendimento de que o projeto deveria ter uma outra lógica.

É apenas para declarar isto: por que eu me abstive. Porque tinha pedido, inclusive, mais tempo.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas sem tirar, aqui, nem o mérito de V. Exª, nem o mérito da relatoria da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós temos que, agora, aproveitar que nós temos quórum para lermos aqui alguns projetos terminativos.

Professor, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem rápido, Senador. Bem rápido.

Só para agradecer a todos que votaram e dizer que, no caso da Fátima, ela está muito acima de tudo isso, de votar comigo. Ela é coautora, comigo, do piso salarial.

Quero dizer que eu estou saindo, agora, de uma audiência sobre o Ciência sem Fronteiras, e uma das coisas que um jovem que fez o programa, entusiasmado, mostrou como uma grande coisa é que lá, nos Estados Unidos, ele era levado para fazer palestra para os meninos do ensino médio, da *high school*, como eles dizem nos Estados Unidos.

Então, se lá eles fazem isso, os da Ciência sem Fronteiras, aqui eles poderão fazer, também, agora, a partir dessa lei, quando ela for definitivamente aprovada e sancionada.

Mas eu quero agradecer a cada um dos Senadores e Senadoras que fizeram possível essa aprovação.

Obrigado pelo tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Gostaria de pedir desculpa ao Senador Hélio José, mas vamos voltar aqui à pauta, ao item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Relatoria: Senador Antonio Anastasia
Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, do Senador Donizete Nogueira, e de outra emenda apresentada pelo Relator.

Observações:

1 - Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.

2 - Em 13/5/2015, foi apresentada Emenda nº 1 de autoria do Senador Donizete Nogueira.

3- A Matéria constou da pauta da Reunião do dia 18/8/2015.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir ser relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Romário.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, passarei a ler o relatório de um projeto extremamente relevante, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que aqui se encontra, e que trata de um tema muito importante de inclusão de pessoas com deficiência. Peço, por isso mesmo, uma atenção especial de nossos Pares.

Chega ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. A proposição visa a alterar a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino médio técnico, para incluir as pessoas com deficiência no rol dos grupos populacionais específicos (pretos, pardos e indígenas) contemplados pelas cotas.

Nesse sentido, propõe que o percentual mínimo de 50% das vagas reservadas a estudantes de escolas públicas nas instituições federais seja preenchido, em cada curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, em proporção igual à população desses segmentos na unidade da Federação em que se situa o estabelecimento de ensino.

Remete, ainda, ao Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, a especificação da expressão "pessoas com deficiência".

A matéria teve parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e deverá ser apreciada nesta Comissão de Educação, em caráter terminativo.

Neste colegiado, recebeu a Emenda nº 1, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que pretende substituir a remissão feita ao Decreto nº 5.296, de 2004, por remissão genérica à legislação em vigor.

Análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito a normas gerais sobre educação e instituições educativas. Desse modo, o referido Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, enquadra-se nas competências regimentalmente atribuídas a esta Comissão.

No mérito, não temos dúvida sobre a importância do PLS nº 46, de 2015. A inclusão das pessoas com deficiência nas instituições de ensino profissional e superior é uma das premissas de sua ampla inclusão na sociedade. As barreiras de acesso são muitas e precisam ser efetivamente superadas por meio de políticas afirmativas, entre as quais se destacam as cotas.

O advento da Lei nº 12.711, de 2012, foi um passo expressivo da sociedade brasileira na democratização do acesso à educação profissional e superior. A constitucionalidade da reserva de vagas nas universidades federais e instituições federais de ensino técnico para alunos da escola pública, com recorte de renda, raça e etnia, segundo a representação desses grupos na população da unidade da Federação em que se situa a instituição de ensino, foi contestada, mas logrou sustentação pelo Supremo Tribunal Federal. Não obstante, as pessoas com deficiência não foram contempladas originalmente na lei de cotas.

É fato que algumas universidades e instituições federais já se anteciparam e instituíram, por sua própria iniciativa e no âmbito de sua autonomia, cotas específicas para as pessoas com deficiência. Mas, sem o arcabouço normativo geral, a medida está longe de ser universalizada e acaba gerando desigualdade nesse segmento populacional.

A recém-aprovada Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), recentíssima, Senador Paulo Paim, que teve um trabalho muito dedicado de V. Exª, junto com tantos outros Senadores, previa, no art. 29, cota em 10% das vagas, por curso e turno, incluindo cursos de educação profissional, graduação e pós-graduação, tanto em instituições federais de ensino quanto em instituições privadas. Esse dispositivo, contudo, foi vetado pelo Poder Executivo, sob alegação de que, apesar do mérito da proposta, ela não trouxe os contornos necessários para sua implementação, sobretudo a consideração de critérios de proporcionalidade relativos às características populacionais específicas de cada unidade da Federação onde será aplicada, aos moldes do previsto pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Daí a relevância e boa iniciativa da mudança proposta pelo PLS nº 46, de 2015, que pretende incluir as pessoas com deficiência no arcabouço instituído pela lei de cotas, respeitando os critérios de proporcionalidade populacional em cada Estado. Com isso, é superada a objeção apresentada nas razões de veto.

Apenas alguns simples reparos se fazem necessários para a aprovação do projeto. O primeiro, já identificado na emenda apresentada pelo Senador Donizeti Nogueira, refere-se à remissão a dispositivos do Decreto nº 5.296, de 2004. Parece-nos de fato inadequado, do ponto de vista formal e jurídico, vincular a lei a uma norma infralegal, passível de modificação a qualquer tempo, a critério exclusivo do Poder Executivo.

Além disso, as alíneas do decreto a que se refere o PLS restringem-se às deficiências física, visual e auditiva. Se, por um lado, o conceito atualmente adotado para caracterizar a deficiência é amplo e funcional – o que não recomenda o apego a tipologias rígidas –, por outro, não nos parece conveniente excluir da previsão de cotas, *a priori*, pessoas com deficiências diversas e múltiplas. Lembremos que a reserva de vagas não exclui a necessidade de aprovação em processo seletivo, o que garante que os beneficiários demonstrem aptidão intelectual para o prosseguimento dos estudos. Mesmo sem as cotas, há casos notáveis de pessoas, eminente Senador Romário, com síndrome de Down e transtornos do espectro autista, por exemplo, que obtiveram êxito em vestibulares. Assim, somos favoráveis à Emenda nº 1.

Vislumbramos, ainda, outro ajuste recomendável no projeto, no que toca ao parágrafo único acrescido ao art. 8º da Lei nº 12.711, de 2012. O referido artigo, que prevê a implantação gradual das cotas em quatro anos, já se encontra em franca implementação. Iniciou-se em 2013, com 12,5% de vagas obrigatoriamente reservadas; em 2014, foram 25% das vagas; em 2015, são 37,5%; e, em 2016, as cotas deverão chegar ao patamar mínimo de 50% de vagas. Não seria razoável, portanto, supor o mesmo escalonamento para a inclusão das pessoas com deficiência na política de reserva de vagas, pois, quando da transformação do PLS em norma, o prazo de quatro anos para a implementação gradual do percentual de cotas provavelmente já terá sido vencido ou estará prestes a sê-lo.

Mantivemos, contudo, a previsão de que as cotas, incluindo as que se destinem às pessoas com deficiência, sejam revistas em 2022, como estabelece o art. 7º da Lei nº 12.711, de 2012, porque a revisão não implica eliminação automática do benefício, mas sim uma avaliação quanto à persistência das desigualdades que lhe deram origem. Nada impede que, para as pessoas com deficiência, beneficiadas pelas cotas por período inferior a dez anos, como os demais subgrupos contemplados na norma, seja adotado tratamento diferenciado a partir daquela data.

Reafirmando o mérito da matéria e feitos os ajustes sugeridos, não verificamos óbices à aprovação do PLS, nos quesitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, com a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Donizeti Nogueira, e com a emenda apresentada a seguir:

> EMENDA Nº – CE
>
> Suprima-se o parágrafo único acrescido pelo Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, ao art. 8º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dando-se ao caput do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2015, a seguinte redação:
>
> "Art. 1º O art. 3º, o art. 5º e o art. 7º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passam a vigorar com a redação que se segue:
>
> ....."

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, queria cumprimentar o Senador Cássio e dizer que o projeto de lei vem em excelente hora exatamente em razão do veto aposto ao Estatuto em relação à inclusão e é importante, extremamente positivo e – tenho certeza – vai suprir uma injustiça que estava sendo feita com as pessoas com deficiência.

É o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Antonio Anastasia, parabéns pelo relatório.

E parabéns ao Senador Cássio Cunha Lima.

Inclusive, na quinta-feira, na sessão solene da Apae, V. Exª fez esta colocação de que é o autor desse grande projeto. E quero lamentar, mais uma vez, a falta de sensibilidade da nossa Presidente da República.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A minha fala, Sr. Presidente, vai na mesma linha da sua, eu, como autor do Estatuto, V. Exª como Relator aqui no Senado.

De fato, a iniciativa do nobre Senador Cássio Cunha Lima e o relatório do Senador Antonio Anastasia complementam algo que nós tínhamos já discutido. Mas, infelizmente, a partir do veto se abriu uma lacuna.

Que bom que esse projeto neste momento resolve essa questão! É bom para o Estatuto, é bom para as pessoas com deficiência.

Ficam aqui meus cumprimentos ao Senador Cássio Cunha Lima e ao Relator, Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pelos tantos méritos, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o autor e o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Oposição/DEM - SE. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Roberto Costa.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – "Rocha." (*Risos.*)

É porque eu estou preocupado com o Blairo, que está logo aqui embaixo. (*Risos.*)

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com aplausos ao autor e ao Relator, "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria parabenizar o Senador Anastasia e o Senador Cássio Cunha Lima e votar "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Com o Relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

Em votação as emendas.

Consulto os Senadores e as Senadoras se mantêm o mesmo voto para as emendas apresentadas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovadas as emendas nº 1-CE e nº 2-CE.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Gostaria de passar a palavra ao autor desse brilhante projeto, o Senador, Líder do PSDB, Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Uma palavra breve de agradecimento a esta Comissão e à V. Exª, Sr. Presidente. Acredito que a Comissão de Educação do Senado cumpre o seu papel, demonstrando o compromisso com as pessoas com deficiência. E tenho certeza de que vamos construir um Brasil melhor com a sanção presidencial, uma vez que o projeto relatado, com o brilhantismo e o talento habitual do

Senador Antonio Anastasia, supre as razões do veto apresentado por Sua Excelência a Presidente da República Dilma Rousseff.

Agradeço ao Senador Romário a inclusão na pauta, a diligência para a votação e o agradecimento é extensivo a todos os membros desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Parabéns, Senador. (*Pausa.*)

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente, se for votar o item não terminativo, o item 9, se quiser que eu relate...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a instituição de programa de certificação do artesanato brasileiro.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador Douglas Cintra
Relatório: Favorável ao Projeto.
Observações: *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais.*

Concedo a palavra ao Senador Douglas Cintra para proferir o relatório.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente, no art. 1º, a iniciativa propõe que o Poder Público institua programa de certificação do artesanato brasileiro, abrangendo suas diversas modalidades desenvolvidas no País. O parágrafo único desse artigo define os objetivos gerais do referido programa, quais sejam: valorizar o artesanato brasileiro, ampliando sua presença no mercado nacional e internacional; assegurar maior reconhecimento, renda e qualidade de vida aos artesãos; estimular a competência técnica e empresarial dos artesãos e suas unidades produtivas; e desenvolver a consciência dos artesãos sobre os valores culturais, estético-formais e socioambientais relacionados à sua atividade.

O art. 2º estabelece os aspectos dos produtos artesanais que deverão ser considerados para a concessão dos certificados: autenticidade e qualidade técnica; qualidade formal e estética; representatividade da cultura regional em que se insere; assim como seu caráter criativo e inovador; e adequação ambiental e social de seu processo de produção.

Por fim, no art. 3º veicula a cláusula de vigência, determinando que a futura lei entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, a autora argumenta que a instituição de um programa de certificação mostra-se como um meio relevante para valorizar os produtos do artesanato brasileiro, atestando, em primeiro lugar, sua origem e a sua efetiva condição de produto artesanal.

Após a apreciação nesta Comissão, a matéria segue para a análise da Comissão de Assuntos Sociais, onde será terminativa.

Nossa análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar o mérito de matérias que versem sobre cultura, caso do projeto de lei em análise.

Com efeito, a certificação de origem e qualidade do produto artesanal contribui para sua valorização cultural e sua distinção no mercado. Diante da possibilidade de garantir a emissão de certificado, o artesão é estimulado a melhorar a qualidade do produto oferecido e do processo de produção. Com isso, há a valorização e o reconhecimento do produto no mercado nacional e internacional.

A certificação é, assim, uma forma de garantia de qualidade e autenticidade da produção. Ela constitui elemento que diferencia e singulariza um produto, com características próprias no quadro de uma determinada cultura. O produto certificado representa um título de reconhecimento que, além de informar, promove a confiança do consumidor.

Nesse sentido, é sem dúvida pertinente, oportuna e meritória a iniciativa que pretende instituir programa de certificação do artesanato brasileiro. Pois, como bem enfatiza a autora da matéria, a inserção do artesanato no mercado contemporâneo, cada vez mais competitivo e globalizado, exige o desenvolvimento de novas estratégias que aprimorem os processos produtivos e qualifiquem seus produtos.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 256 de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Para registrar nossa alegria com a Senadora Maria do Carmo. O Brasil tem hoje milhões de artesãos e essa matéria vem realmente... Eu sou de Caruaru, uma região que trabalha muito com a cultura, com o artesanato. Acho que o nosso Brasil começa a pensar melhor quando pensa em qualificar tudo aquilo que trabalhamos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Parabéns à Senadora Maria do Carmo e a V. Exª pelo relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, a inclusão de um requerimento extrapauta foi solicitada, antes de sair, pela Senador Fátima Bezerra. Se V. Exª puder ler no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será lido.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para instituir auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo.

Autoria: Senador José Agripino
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo).
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para proferir o relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não, Presidente, muito obrigado.

Relatório.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 103, de 2015, de iniciativa do Senador José Agripino.

O art. 1º insere parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, determinando que o Projovem Campo – Saberes da Terra deverá promover também a capacitação técnica de jovens empreendedores rurais que tenham completado o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio.

O art. 2º modifica o *caput* e acrescenta quatro novos parágrafos ao art. 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. No *caput,* prevê-se que o Projovem Campo – Saberes da Terra atenderá jovens com idade entre 16 e 29 anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, mas não tenham concluído o ensino fundamental, e que cumpram os requisitos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, bem como os que concluíram o ensino fundamental ou os residentes rurais dessa faixa etária que estejam cursando o ensino médio.

O §1º prevê que o beneficiário que estiver concluindo o ensino fundamental fará jus a auxílio-capacitação, no valor de R$250,00 mensais, por um período mínimo de seis e máximo de 12 meses, se atendida uma série de condições.

A primeira dessas condições, abordada no inciso I do referido §1º, é estar matriculado, em até um ano após a conclusão do ensino fundamental, em curso de capacitação, com carga horária mínima de 144 e máxima de 180 horas, ministrado por entidade autorizada junto ao Ministério da Educação. O objetivo dessa con-

dicionante é motivar o jovem do campo e auxiliá-lo a desenvolver competências empresariais, por meio da introdução de instrumentos gerenciais de planejamento, organização e controle do empreendimento rural.

O inciso II do §1º citado prevê que o beneficiário mantenha frequência mensal mínima de 75% das atividades previstas no curso de capacitação, cujo descumprimento acarreta cancelamento do benefício no mês subsequente e exclusão definitiva do programa.

O inciso III do mesmo §1º, por sua vez, exige que o beneficiário obtenha desempenho não inferior à pontuação mínima exigida para aprovação nas atividades de avaliação, especificadas pela instituição responsável pela realização do curso.

O §2º, também acrescido ao art. 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, prevê que o jovem da zona rural que, observada a faixa etária de 16 a 29 anos, esteja cursando o ensino médio e cumpra os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também deverá fazer jus ao auxílio financeiro, nos moldes estabelecidos no §1º.

O §3º lista uma série de conteúdos, que deverão constituir o eixo das capacitações oferecidas, a saber: técnicas de cultivo das principais lavouras (inciso I), técnicas aplicáveis às atividades pecuárias (inciso II), noções de funcionamento do mercado e agregação de valor aos produtos (inciso III), custos de produção e análise de rentabilidade das atividades agropecuárias (inciso IV), noções de economia (inciso V), cadeias agroindustriais e sistemas de integração (inciso VI), planejamento da empresa agropecuária (inciso VII), técnicas de análise econômica, financeira e de decisão (inciso VIII), legislação trabalhista, fiscal e previdenciária aplicáveis ao meio rural (inciso IX), planejamento e gestão de mão de obra (inciso X), gestão de projetos agropecuários (inciso XI) e sustentabilidade ambiental e impactos das atividades agropecuárias sobre o meio ambiente (inciso XII).

O §4º determina que os jovens capacitados na forma da lei receberão, se detentores do ensino fundamental completo, a certificação de "Jovem Empreendedor Rural – Nível I". Os que estiverem matriculados no ensino médio deverão receber a certificação "Jovem Empreender Rural – Nível II".

O art. 3º apresenta a cláusula de vigência, que deverá ser imediata.

Na justificação do projeto, argumenta-se que a educação e a profissionalização no campo constituem maneiras adequadas para evitar o êxodo rural, especialmente entre os jovens, pois, se eles tiverem acesso ao conhecimento e à informação para gerenciar a sua propriedade, é possível que permaneçam no campo e se tornem verdadeiros empreendedores rurais. A ampliação do programa Projovem Campo – Saberes da Terra, para os egressos do ensino fundamental e para os estudantes do ensino médio, com foco no desenvolvimento de competências relacionadas ao empreendedorismo, é, dentro desse contexto, medida cuja contribuição pode ser extremamente significativa.

A proposição foi encaminhada para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a manifestação de caráter definitivo.

Parto para a análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O PLS nº 103, de 2015, trata de matéria compreendida no âmbito das competências privativas da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal. A esse respeito, não foram identificados vícios de constitucionalidade formal ou material. Importa considerar ainda que a proposição envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeita ao exame de mérito da Comissão de Educação, consoante o disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em tela se articula ao arcabouço legislativo educacional brasileiro, está em consonância com as necessidades da população jovem do campo e se articula às diretrizes do Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Citamos, a título de exemplo dessa articulação, a Estratégia 3.10, que consiste no fomento a programas de educação e de cultura, para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, e de adultos.

A Meta 8 do citado PNE, por sua vez, preconiza a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência do plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres.

Para alcançar essa meta, a Estratégia 8.4 trata de expandir, para a população supracitada, a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública.

Parece-nos, assim, que há significativo vínculo entre a matéria e as propostas do Plano Nacional de Educação, o que torna desejável sua aprovação. A título de contribuição, sugerimos, entretanto, para maior clareza e objetividade, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a integração dos objetivos acrescidos ao Projovem Campo – Saberes da Terra - ao *caput* do art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, pois esse artigo trata exatamente dos objetivos do programa, não havendo necessidade, segundo

nosso entendimento, de inclusão de parágrafo para a ampliação no rol dos objetivos. Em suma, para atender a necessidade de incluir novos objetivos, basta estender o escopo do *caput*.

Além disso, sugerimos modificação no art. 2º, relacionada a alteração no §3º do art. 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, pois a listagem de conteúdos apresentada não se articula ao disposto no art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que atribui aos sistemas de ensino e a suas escolas a responsabilidade pela elaboração dos currículos. É preciso que se garanta aos sistemas e às instituições de ensino a prerrogativa de selecionar, dentre os temas relacionados à vida no campo e aos empreendimentos rurais, aqueles mais afeitos à realidade específica de seus alunos.

Parto para o voto, Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015, nos seguintes termos:

EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2015

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 11. 692, de 10 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. O Projovem Campo – Saberes da Terra tem como objetivos elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional, na forma do art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem, na modalidade de educação de jovens e adultos, em regime de alternância, bem como promover a capacitação técnica de jovens empreendedores rurais que possuam o ensino fundamental completo e daqueles que estejam cursando o ensino médio." (NR)

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 O Projovem Campo – Saberes da Terra atenderá aos jovens com idade entre 16 (dezesseis) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, ou, nos termos do § 1º, aos que concluíram o ensino fundamental, e, nos termos do § 2º, aos residentes rurais dessa faixa etária que estejam cursando o ensino médio.

§1º O beneficiário do Projovem Campo – Saberes da Terra que tenha concluído o ensino fundamental fará jus a auxílio-capacitação, no valor de R$250,00 mensais, por um período mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 12 (doze) meses, desde que:

I – se matricule, em até um ano após a conclusão do ensino fundamental, em curso de capacitação ministrado por entidade autorizada junto ao Ministério da Educação (MEC), com carga horária mínima equivalente a 144 (cento e quarenta e quatro) horas e máxima de 180 (cento e oitenta) horas, voltado ao objetivo específico de motivar e desenvolver competências empresariais, introduzindo instrumentos gerenciais de planejamento, organização e controle do empreendimento rural;

II – mantenha frequência mensal mínima de 75% nas atividades previstas no curso de capacitação, sob pena de cancelamento do benefício no mês subsequente e exclusão definitiva do programa;

III – obtenha desempenho não inferior à pontuação mínima exigida para aprovação nas atividades de avaliação, especificadas pela instituição responsável pela realização do curso.

§2º O jovem rural que, observada a faixa etária prevista no *caput*, esteja cursando o ensino médio e cumpra os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, também fará jus ao auxílio-financeiro, nos moldes estabelecidos no §1º.

§3º A capacitação de que tratam os §§1º e 2º terá como eixo a disseminação de conteúdos diretamente relacionados à vida no campo e aos empreendimentos rurais.

§4º Os jovens rurais capacitados na forma dos §§1º e 2º receberão, respectivamente, a certificação de "Jovem Empreendedor Rural – Nível I" e "Jovem Empreendedor Rural – Nível II.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

E eu queria ainda, resumindo, uma vez que o relatório foi bastante extenso, dizer que a Lei. 11.692, de 10/07/2008, foi a lei que instituiu o Programa Projovem – Saberes da Terra e que estabeleceu a política de incentivo de inclusão social jovens do campo através da educação e criou incentivos de formação profissional para que eles pudessem completar o ensino fundamental e o ensino básico. Concedia, naquela oportunidade, bolsas de estudo para incentivar jovens do campo a completarem o ensino fundamental e o ensino médio na idade de 18 a 29 anos.

A proposta do Senador Agripino Maia, cujo objetivo é manter o jovem no campo, amplia, ou melhor, estende o programa a todos os jovens do campo, de 16 a 29 anos. A proposta original da Lei nº 11.692 é de 18 a 29 anos. E também que saibam ler e escrever, para oferecer a esses jovens cursos profissionalizantes, para que eles possam permanecer no campo.

Apoio integralmente o projeto, porém, proponho as alterações das quais fiz a leitura. A primeira acrescenta o §1º ao *caput* do artigo, sem qualquer alteração, simplesmente para obedecer a uma técnica legislativa, sugerida pelos nossos universitários; a segunda suprime as especificações do curso, aquelas todas que acabei enumerando, porque o Brasil é um País de dimensões continentais, e peculiaridades do Sul são diferentes das peculiaridades do Nordeste. Invariavelmente, os próprios cursos de capacitação deveriam elencar uma série de itens que venham de encontro às suas respectivas regiões. Essa alteração é baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que estabelece que cada região deve fazer o seu currículo próprio, profissionalizante, de acordo com as necessidades de cada região.

Era isso o que eu tinha a informar com relação a esse projeto.

O meu parecer é pela aprovação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador José Agripino, com a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria cumprimentar o Relator, Senador Dário Berger, pela profundidade com que apresentou seu relatório. Ele foi extenso, mas, ao final, foi conciso. Concordo inteiramente com as modificações sugeridas por V. Exª, completamente. Acho que o aperfeiçoamento que V. Exª introduz no projeto, de não mencionar os cursos, porque isso poderia ser uma limitação, ou poderia ser um elemento restritivo, dada a diversidade do País, com as especificidades do Centro-Oeste, do Sul, do Nordeste, está correto. É um aperfeiçoamento que acolho e aplaudo.

Agora, vou só repetir o que S. Exª acabou de apresentar: esse projeto tem o objetivo de incutir no jovem do campo o vírus do empreendedorismo. Eu fui governador, Presidente, e, dos diversos programas que levei a efeito no campo social, nunca dei o peixe, eu sempre ensinava a pescar, sempre. Fiz o Projeto Curral, o Projeto Balcão de Ferramentas, em que eu dava oportunidade a que os talentos e vocações fossem exercitadas, dava as condições para que as pessoas ganhassem a vida, com uma ajuda do governo, para que elas desempenhassem uma vocação; não dando alguma coisa.

É o que pretendo. Pela vertente da educação, jovens de 16 a 29 anos, que tenham concluído o curso de capacitação fundamental, se matricularem com a ajuda de R$250, de seis a doze meses, para que eles possam, numa instituição autorizada pelo MEC – autorizada pelo MEC, aí vai haver a indução –, para que escola técnica, escola fundamental, escola a, b e c se adestrem na capacidade de fornecer ao jovem do campo os fundamentos básicos do empreendedorismo, o vírus do empreendedorismo que, na Santa Catarina do Senador Dário Berger, é uma coisa mais ou menos comum, mas no meu Nordeste não é. E é o que eu quero. No Centro-Oeste também não é, mas nada melhor do que, pela vertente da educação, induzir o jovem que mora no campo, que concluiu uma etapa da educação, a se profissionalizar num curso aberto, dando a sugestão do Senador Dário Berger, o currículo é aberto, para que, dentro do mister do empreendedorismo, ele se adestre para gerar seu próprio emprego, não fique dependendo de ser ou não contratado por alguém. Pode ser contratado por alguém, mas que ele tenha oportunidade de gerar seu próprio emprego, através do empreendedorismo, usando as vocações da terra, usando as potencialidades do local onde mora e usando a vocação dele e o aprendizado que esse projeto propicia às pessoas.

Uma observação, Presidente. Na Comissão de Educação, muito embora o grande debate deva ocorrer nesta Comissão, a matéria não é terminativa, de modo que faria um apelo aos membros da Comissão para que pudéssemos, se for o caso, debater, remeter a matéria, e, aí sim, na Comissão de Agricultura, ela será terminativa, colhidos votos nominais. Mas que se dê celeridade.

E pediria a V. Exª a condução, se possível, neste rumo: a gente proceder à aprovação da matéria, tendo em vista que não é terminativa na Comissão de Educação. Claro que o grande debate, a grande discussão ocorre aqui. Agora, a definição sobre "sim" ou "não" ao projeto ocorrerá na Comissão de Agricultura.

Com os agradecimentos renovados ao Senador Dário Berger pela qualidade do relatório que apresentou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo quem queira discutir...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora, com a palavra.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria, Sr. Presidente, com a compreensão do Relator, Senador Dário, e do autor, Senador Agripino, de pedir vistas desse projeto, pois é muito relevante. Aqui é o local apropriado para discutir o seu mérito, porque visa elevar a escolaridade do jovem que está no campo, proporcionar a sua formação. É realmente relevante, sem dúvida nenhuma. Todas as colocações feitas aqui pelo autor e pelo Relator são consideradas muito importantes, mas há dois artigos que o projeto altera no Projovem que eu gostaria de analisar mais aprofundadamente. Gostaria até de sugerir que as nossas assessorias pudessem conversar para encontrarmos um consenso e aprovarmos o mais rápido possível, talvez na próxima reunião, esse projeto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Eu solicito vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Concedida vista coletiva nos termos regimentais.

Passamos ao requerimento de minha autoria.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 87, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes para debater o tema: "A valorização do Profissional de Educação Física sob a Ótica da Educação", para tanto, sugiro que sejam convidados: 1. André Dias de Oliveira Fernandes – Doutorado em Ciências do Desporto – UTAD/Portugal; Mestre em Ciência da motricidade Humana – UCB/RJ ; coordenador do Labbio- Laboratório de Biomecânica da UNESA/Petrópolis- RJ; Diretor da Body Club Petrópolis/RJ, apresentador do programa de TV FIT SAUDE; 2. Ernani Bevillaqua Contursi- Especialista em Administração e Marketing; Diretor Presidente da editora Sprint; Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro; 3. Rogerio Mello – Professor de Educação física formado pela UFRJ com Mestrado em Desenvolvimento da criança pela Universidade Técnica de Lisboa e Doutorado em educação física e Cultura pela UGF. Professor com mais de 36 anos de atuação em Universidades, Escolas Públicas e como treinador de futebol e Futsal;4. Roberto Correa – Representante da Educação Física Escolar; 5. Thiago Medeiros- Presidente Fundador da Confederação de Estudantes de Educação Física Di Brasil; 6. Eduardo Neto – Representante da Educação Física nas academias. Diretor Técnico da Rede Body Tech e Docente Universitário; 7. Prof. Sérgio Tavares- Representante dos Professores Universitários, em nome dos docentes de 53 faculdades de educação física da Comissão de IES do RJ; 8. Marcello dos Santos Barbosa – Subsecretário de Projetos e Vilas Olímpicas da Secretaria de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, Mestre em Trabalho Social e Intervenção Sócio educativa, Pós Graduado em Fisiologia do Exercício, Treinamento Desportivo e Gestão e Marketing; 9. Marcio Roberto da Silva Barbosa – Gerente do Rio em Forma Olímpico – Graduado em educação Física - Universidade Castelo Branco.

Autoria: Senador Romário
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Dia 1º de setembro será comemorado o Dia Nacional de Educação Física. E nada mais apropriado, na minha opinião, do que este requerimento, que é de grande relevância para o nosso esporte.

Em discussão. (*Pausa.*)
Em votação.
As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Essa audiência pública será marcada para o dia 2 de setembro, próxima quarta-feira, às 10 horas.
A Presidência pergunta a V. Exª se podemos incluir aqui item extrapauta. (*Pausa.*)

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 88, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o papel estruturante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Renato Janine; 2. Sr. Carlos Nobre, Presidente da CAPES; 3. Sr. Luís Dourado, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE); 4. Prof. Belchior de Oliveira Rocha, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF); 5. Alessandra Santos de Assis, Presidente do Fórum Nacional do PIBID.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Na ausência da Senadora Fátima Bezerra, quem lerá o relatório será o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu só apresento aqui o início da justificação da nobre Senadora Fátima Bezerra.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) é desenvolvido pela Capes/MEC em colaboração com as Instituições de Ensino Superior e Escolas de Educação Básica.

O programa faz parte do conjunto de políticas de formação de professores para a melhoria da qualidade da educação.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente, lido por V. Exª, e com essa pequena justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Em votação.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigado pela presença de todos.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2015.

Às onze horas e vinte minutos do dia primeiro de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Romário**, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Lasier Martins, Simone Tebet, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Álvaro Dias, Antonio Anastasia, Douglas Cintra, Telmário Mota, Ana Amélia, Hélio José, Marta Suplicy, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Paulo Paim, Ivo Cassol, Gladson Cameli, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas, Otto Alencar, Jader Barbalho, Wilder Morais, Dalirio Beber, Lídice da Mata, Roberto Rocha, Blairo Maggi e Eduardo Amorim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, inicia a deliberação da pauta pelos itens não terminativos aguardando o quórum para votação das matérias terminativas. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2015,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais". O relator designado é o Senador Randolfe Rodrigues e o relatório é favorável ao projeto, com nove emendas que apresenta. A matéria é retirada de pauta atendendo à solicitação do relator. Logo após, a Senadora Ângela Portela, requer, oralmente, a inversão de pauta para deliberação do Item 5, o que é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Davim, que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva". A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o parecer favorável é aprovado com a Emenda nº 1-CE. Prosseguindo, a Presidência passa à votação dos projetos em caráter terminativo. **Item 1: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ao **Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, com adequação formal, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que "Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil". O relator é o Senador Hélio José e o projeto é aprovado, na forma da emenda n.º 1-CE (Substitutivo). Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Romário, passa a Presidência dos trabalhos à Senadora Fátima Bezerra, Vice-Presidente desta Comissão, para relatar o Item 4. **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2012,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para estabelecer carga horária mínima de educação física do ensino fundamental e médio". O relator é o Senador Romário e o projeto é aprovado. Retorna à presidência dos trabalhos o Senador Romário. **Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação". O relator designado, *ad hoc,* é o Senador Telmário Mota, em substituição ao Senador João Alberto Souza, e o relatório é favorável. É concedida vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2014,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Odacir Soares, que "Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR 364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM)". A relatora designada, *ad hoc*, é a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Ivo Cassol, e o projeto é aprovado. **Item 9**: **Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que "Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas". O relator designado é o Senador Antonio Carlos Valadares e o parecer reformulado durante a discussão da matéria, favorável ao projeto, com a emenda nº 1-CE, é aprovado. **Item 2**: **Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2015,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para instituir auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo". O relator designado é o Senador Dário Berger e o relatório é favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo oferecido. A matéria é retirada de pauta para atender: (i) à solicitação constante do OF. SF Nº 1197/2015, de 27/08/2015, da Presidên-

cia do Senado Federal, referente à aprovação, em 19/08/2015, do Requerimento nº 935, que criou Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional e estabeleceu que determinadas proposições legislativas pertinentes sejam a ela encaminhadas, para sistematização e parecer; e (ii) adicionalmente, à solicitação constante do OF. SF/1122/2015, de 26/08/2015, também da Presidência do Senado Federal, para a leitura de Requerimento, formulado pelo Senador Delcídio do Amaral, para audiência das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. **Item 17**: **Requerimento da Comissão de Educação nº 93, de 2015,** de autoria dos Senadores Paulo Paim e Fátima Bezerra, que "Com fundamento no disposto nos arts. 93, inciso II e 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater a política pública do programa 'Mais Educação', do Ministério da Educação. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão". O Requerimento é aprovado. **Item 13**: **Requerimento da Comissão de Educação nº 89, de 2015**, de autoria do Senador Romário, que "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre: 'Institucionalizar o Dia Nacional da Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA no Brasil 21 DE junho'. Para tanto, sugiro que sejam convidados os seguintes expositores: 1. Sra. Maria Cecília Jorge Branco M. de Oliveira – Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; 2. Sr. Sthanley Abdão – Representante da Associação "Lutando contra ELA"; 3. Antônio Jorge – Representante do Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA - MOVELA; 4. Dr. Hemerson Casado – Médico e Paciente de ELA; 5. Dr. Gerson Chadi - Professor Titular do Departamento de Neurologia da FMUSP e Responsável pelo Centro de Pesquisa em Neurorregeneração e Esclerose Lateral Amiotrófica; 6. Sr. Jose Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do MS/Secretaria de Atenção a Saúde – Ministério da Saúde". O Requerimento é aprovado. **Item 14**: **Requerimento da Comissão de Educação nº 90, de 2015,** de autoria do Senador Romário, que "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre: 'Institucionalizar o Dia Nacional do NANISMO no Brasil'. Para tanto, sugiro que sejam convidados às pessoas com nanismo e envolvidos com o tema, que são: 1. Srª KENIA MARIA DE SOUZA RIO – Advogada Presidente da ANAERJAssociação de Nanismo do Estado do Rio De Janeiro; 2. Sr. MARLOS NOGUEIRA – Advogado e Especialista em fusões e aquisições, sócio do NOMAC Advocacia Corporativa; 3. Srª LIANA HONES – Técnica em atividades administrativas lotada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina; 4. Srª LORENA DE OLIVEIRARepresentante da associação pequenos guerreiros Minas Gerais; 5. Sr. LUIZ NUMERIANO - Representante da Associação 'Gente Pequena' São Paulo; 6. Sr. HELIO POTTES - Presidente da Associação Gente Pequena São Paulo; 7. Srª PRISCILA MENUCCI - Representante do Instituto do Nanismo São Paulo". O requerimento é aprovado. **Item 15**: **Requerimento da Comissão de Educação nº 91, de 2015,** de autoria do Senador Romário, que "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes para debater o tema Implementação da Lei 10.639/2003 a qual prevê a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira'. Para isso, sugerimos os seguintes expositores: 1. Professora, Bacharel em Direito, Contadora e Administradora Valneide Nascimento dos Santos/ES; 2. Professor e Mestre Domingos Barbosa dos Santos/GO; 3. Professor e Especialista em História da África: Pedro Francisco da Silva Filho/RS; 4. Professor e Mestre Rafael dos Santos/RJ; 5. Professor, Mestre e Vereador/BA Humberto Silva; 6. Professora e Mestre Durvalina Rodrigues Lima Paula e Silva". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senadora Fátima Bezerra, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 18**). Neste momento, a presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 18: Requerimento nº 94/2015-CE**, de autoria da Senadora Fátima Bezerra, que requer "(...) nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 91/2015-CE, a inclusão de representante do Ministério da Educação para participar da Audiência Pública destinada a discutir a 'Implementação da Lei 10.639/2003, a qual prevê a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira'". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 6, Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2015; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2014; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2013; e Item 16: Requerimento da Comissão de Educação nº 92, de 2015**. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Romário,** encerra a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos, determinando que eu, **Willy da Cruz Moura**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ROMÁRIO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Excelência, solicito a retirada de pauta, para melhor debate com as partes interessadas, e, se possível também, audiência pública posterior, do item 12 de minha relatoria, que trata de alterações na lei de direito autoral.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Sr. Presidente, também gostaria de pedir inversão de pauta para o item 5, que é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – O.k, Senador Randolfe, será retirado de pauta o item solicitado.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, de 2012
- Não terminativo -

Altera os arts. 17, 21, 24, 26, 38, 46 e 109, acrescenta arts. 52-A, 52-B e 111-A, e revoga o § 2º do art. 50, todos da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para revisar aspectos diversos da Lei de Direitos Autorais.

Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta.
Observações:
Matéria terminativa na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.)

O seu pedido também será atendido, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Presidente, posso fazer a leitura do relatório do item 5 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Só um minuto, Senadora.

Gostaria de lembrar a todos que hoje, dia 1º de setembro, comemora-se o Dia do Profissional de Educação Física. Parabenizo, em nome desta Comissão, todos aqueles que trabalham nessa brilhante profissão. Eu particularmente só tenho a agradecer a todos esses profissionais com quem tive a oportunidade de praticamente conviver por quase 30 anos de minha vida. Estive ao lado de grandes profissionais, que se tornaram grandes amigos, no período em que joguei futebol.

Hoje, como não poderia ser diferente, como Presidente desta Comissão e como ex-jogador de futebol, gostaria de dizer que é uma data bem importante, bem relevante. De coração, parabéns a todos esses profissionais.

A presente reunião será destinada à deliberação dos itens 1 a 17. Começaremos aqui com o item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.

Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senadora Angela Portela
Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:
Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Passo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Farei a leitura do relatório do projeto do Senador Paulo Davim.

Chega para exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 344, de 2013, de autoria do Senador Paulo Davim, que altera o §2º do art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, nos parques infantis abertos ou fechados e nas áreas de prática desportiva profissional ou amadorística abertas ou fechadas.

A cláusula de vigência da proposição estabelece que a lei em que ela vier a se tornar entre em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que é necessário impor dificuldades à assimilação do hábito de fumar por parte das crianças. Para tanto, faz-se necessária a proibição de uso do fumo em ambientes frequentados por elas, como os parques infantis. Da mesma forma, a proibição do cigarro nos espaços esportivos visa a preservar a saúde dos praticantes e frequentadores de espetáculos dessa natureza.

Originalmente distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, terminativamente, à de Assuntos Sociais, o projeto foi também encaminhado ao exame da CE, em razão da aprovação do Requerimento nº 1.043, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, que, posteriormente, chegou a oferecer relatório à matéria. Adotamos na análise, em grande parte, os argumentos utilizados em sua manifestação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

O PLS nº 344, de 2013, envolve matéria com impacto no campo da educação e do esporte, encontrando-se, dessa maneira, sujeito ao exame de mérito da CE, consoante disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Do ponto de vista das competências desta Comissão, portanto, cumpre-nos analisar o impacto da medida proposta sob o ângulo das políticas de educação e de esporte.

A Lei nº 9.294, de 1996, dispõe sobre a proibição dada propaganda de produtos fumígenos, criando restrições à divulgação e à utilização desses produtos, como forma de desestimular o consumo do cigarro pela população. É interessante notar que o art. 3º-C dessa lei estabelece a obrigação de que sejam transmitidas mensagens de advertência sobre os malefícios do fumo durante a transmissão ou retransmissão, por televisão, em território brasileiro, de eventos culturais ou esportivos com imagens geradas no estrangeiro, patrocinadas por empresas ligadas a produtos fumígenos. Entre essas mensagens merece destaque a seguinte: "O Ministério da Saúde adverte: crianças começam a fumar ao verem os adultos fumando."

Ora, não parece lógico que a lei admita que as crianças possam ser influenciadas pela TV, mas não pelos seus acompanhantes em um parque infantil. A proposição em análise aprofunda essa constatação, dando ao Poder Público um instrumento para impedir que, protegidas da propaganda, elas fiquem expostas ao fumo nos locais que frequentam.

Em relação à vedação ao uso do cigarro nas áreas de prática esportiva profissional ou amadorística, consideramos que o mesmo raciocínio pode ser aplicado. O desestímulo ao fumo por meio da restrição à propaganda que o associe ao esporte olímpico ou de competição está presente na Lei nº 9.294, de 1996. Também a Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, da Organização Mundial de Saúde, assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003, estabelece que os Estados Partes devem adotar programas de promoção do abandono do consumo do tabaco em diversos locais públicos, entre os quais se incluem os ambientes esportivos.

Destarte, sob o ponto de vista das competências da Comissão de Educação, parece-nos bastante meritório que os produtos fumígenos sejam banidos das áreas de prática desportiva profissional ou amadorística, como forma de desestimular a utilização dessas substâncias.

Por fim, para que o âmbito de aplicação da lei fique bem delimitado e considerando-se que as áreas mencionadas na proposição como vedadas ao uso de cigarro são, em geral, caracterizadas pelo multiuso, propomos pequenas alterações ao texto, de forma a torná-lo mais claro e aplicável. Assim, apresentamos emenda para modificar o art. 1º do PLS, para definir, da melhor forma possível, o que são os parques infantis e as áreas de prática desportiva profissional ou amadora.

Do ponto de vista da técnica legislativa, em vez de acrescentar apenas um parágrafo, optamos pela inserção do art. 2º-A na Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, de forma a adequarmos o texto ao disposto na Lei

Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em face do exposto, Sr. Presidente, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2013, a seguinte redação:
> Art. 1º A Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:
> Art. 2º-A É vedado o uso dos produtos mencionados no art. 2º nos parques infantis abertos ou fechados e nas áreas de prática esportiva profissional ou amadorística abertas ou fechadas.
> § 1º Para fins desta lei, entende-se como parques infantis os *playgrounds* ou as áreas dotadas de brinquedos dedicadas exclusivamente ao entretenimento de crianças.
> § 2º Para fins desta lei, entende-se como área de prática desportiva profissional ou amadora o espaço com marcações ou elementos que estabeleçam seus limites e com equipamentos necessários para a realização da atividade, não incluídas áreas anexas, como arquibancadas, assentos ou similares.
> § 3º O espaço citado no § 2º somente será classificado como área de prática esportiva durante o período em que estiver sendo utilizado para esse tipo de atividade.

É esse o nosso relatório, Sr. Presidente.

Queria parabenizar o Senador Paulo Davim pelo importante projeto que apresenta.

A nossa emenda visa apenas a deixar muito claro qual é o espaço em que é proibido o uso dessas substâncias, para evitar o estímulo das crianças ao uso do fumo e ao uso do tabaco.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

Trata-se de um projeto não terminativo, que será apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Sociais. A decisão lá é terminativa.

Lembro que, no dia 29 de agosto, foi celebrado o Dia Nacional de Combate ao Fumo. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), o tabagismo é a principal causa de morte evitável no Planeta. Sendo assim, esta Comissão demonstra o seu apoio ao objetivo proposto pela instituição nessa data, que é o de conscientizar e mobilizar a população sobre os riscos decorrentes do uso do cigarro.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não é nem para discutir, Sr. Presidente. É mais para fazer uma homenagem ao médico, Senador Paulo Davim, que esteve conosco um longo período, no período em que o Senador Garibaldi – o Senador Agripino também é do seu Estado – esteve no Ministério da Previdência. Foi parceiro de todos nós, um grande Parlamentar, e essa iniciativa dele vem coroar, com muito brilho, o seu mandato aqui como Senador da República. Trata-se de um Senador do PV, um partido pequeno e que mostra aqui o seu compromisso com o meio ambiente e a vida das pessoas.

Esta é mais uma homenagem ao meu querido Paulo Davim. Muitos aqui diziam "Paulo Davim", e eu dizia "pronto", porque eu entendia que era "Paulo Paim." É a idade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Mais alguém para discutir?

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu gostaria de parabenizar também o Senador Paulo Davim, que fez grandes projetos nesta Casa, e a Senadora Ângela que conseguiu delimitar e tornar não possível de confusão. Na hora em que a Senadora colocou a questão do exemplo para as crianças, eu gostei porque fiquei pensando num parque infantil, ao ar livre e tal, o cheiro do cigarro vai embora? A gente não está sendo muito rígido? Mas quanto menos exemplos de fumantes nós tivermos, melhor será. As mães que fumam vão ficar muito agoniadas, mas isso faz parte, porque realmente o tabaco hoje é um dos grandes propulsores de doenças. Eu acho que a gente ter prevenção no nível infantil é muito interessante.

Parabéns à Ângela.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senadora.

Passo a palavra ao Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Também só para parabenizar a iniciativa do Senador que propôs a matéria, Senador Paulo Davim, e o relatório da Senadora Ângela. Eu fico imaginan-

do que pode haver dificuldades para a aplicabilidade da lei. Mas ela é extremamente necessária para o bem da saúde das crianças. E os pais que se adequem a isso, ou seja, se fumam, que deixem de fumar para não estimularem as crianças.

Eu estou muito satisfeito e o meu voto para essa matéria é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, não se trata de ser chato.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por justiça, Senadora Ângela Portela, aceite também os meus cumprimentos pelo belo relatório. Não podia deixar de falar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2010
- Terminativo -

Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo)
Observações:
Em 25/08/2015, foi aprovado Substitutivo oferecido ao PLS n° 214, de 2010, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Antes de dar a palavra ao Relator, consulto as Srªs e os Srs. Senadores que desejam oferecer emenda ao turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Não havendo emendas na discussão em turno suplementar, o substitutivo é dado como definitivo e adotado pela Comissão.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Obrigado, Presidente, Senador Romário.

Leitura em turno suplementar, então irei direto, Sr. Presidente, às alterações que propusemos, antes reiterando os cumprimentos ao Senador Paulo Paim, autor deste belíssimo projeto de lei, que institui o Programa de Bolsa Permanência Universitária. Graças à lucidez e à sugestão do Senador Paim, teremos esse projeto aprovado em turno suplementar no dia de hoje nesta Comissão e seguirá para a Câmara Federal.

Passando diretamente à análise, Sr. Presidente, o objetivo do programa é promover o acesso e a permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica e desenvolver atividades de extensão universitária destinadas a ampliar a interação das instituições federais de educação superior com a sociedade. Dessa forma, acordou-se a apresentação de substitutivo com o conteúdo do Decreto nº 7.234, de 2010, que contempla de forma ampla a essência do proposto no PLS em análise.

Então, na forma do substitutivo – o substitutivo já foi lido no primeiro turno de votação, Sr. Presidente –, só apresentamos uma pequena emenda de redação no parágrafo único, substituindo a expressão "social" por "estudantil", passando o parágrafo único do art. 1º à seguinte redação:

> O Poder Executivo regulamentará os critérios de elegibilidade e a forma de seleção dos estudantes a serem beneficiados pela política de assistência estudantil.

No restante... No art. 2º mantém-se a redação, conforme foi lido no primeiro turno; o art. 3º, art. 4º, art. 5º e 6º do Projeto de Lei.

Lida a matéria, Sr. Presidente, esse é meu voto, pela aprovação do projeto com o substitutivo já pronunciado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador Randolfe. Este projeto, como disse, é terminativo – temos de ter 14 membros para a votação. Até o momento não temos esse número. Vamos aguardar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O segundo turno é nominal ou não?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, se me permitir fazer um rápido comentário sobre o projeto...

Primeiro, quero cumprimentar o brilhante trabalho do Relator, Senador Randolfe Rodrigues, que fez um substitutivo em parceria com o MEC. Aí eu quero também render minhas homenagens – eu, que muitas vezes aqui critiquei – à paciência que o MEC teve comigo e o próprio Senador. Eu estava insistindo para votar esse projeto e o MEC sempre respondia que era possível construir um grande entendimento, que eu tivesse essa devida paciência.

Enfim, o projeto foi construído mediante o entendimento entre o MEC, o Relator e este autor, o que assegura a tranquilidade para que a matéria seja votada, tanto aqui como na Câmara, e a gente veja acontecer a sanção da Presidenta, garantindo assim que... O Senador Lasier Martins aproveitou para dar o quórum para votar o nosso projeto. Assim, vamos ter assegurado que a Bolsa Permanência não será mais um decreto, mas uma lei permanente.

Cumprimento o Relator e o próprio MEC pela grandeza que teve na construção desse substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Precisamos apenas de mais um para dar o quórum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É que a Senadora Lídice saiu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Romário, só não estava antes porque estava lá na CCT, mas se pudesse estaria aqui, prestigiando a sua presidência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – A gente sabe disso, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – A Senadora Lídice chegou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Agora vamos à votação nominal.

Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, parece-me que vai haver unanimidade. Se houver maioria, eu pediria para rever o meu voto, porque não pude acompanhar a matéria. Quem sabe eu voto por último?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Parabenizando o autor e o Relator, Sr. Presidente, pelo belíssimo projeto. Parabéns. Nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com o Relator e o autor, especialmente, elogiando a iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O voto conhecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovada a emenda.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Só para confirmar, então, o meu voto, porque agora tomei conhecimento da matéria. Por ser da procedência do Senador Paulo Paim, não teria o que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se não tivesse o seu voto, eu ia dar uma reclamada aqui, Lasier! (*Risos.*)

Você nem permitiu que eu reclamasse!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E briga entre gaúchos nunca é muito saudável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nós vamos agora ao item 3. Este projeto já foi lido. Vamos direto à votação.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, de 2011
- Terminativo -

Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.

Autoria: Deputado Angelo Vanhoni
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo), instituindo futura data comemorativa.
Observações:
1- Sendo aprovado o Substitutivo, a Matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.
2- Na Reunião de 9/7/2015, foi lido o Relatório e adiada a discussão.

Coloco em votação o substitutivo oferecido pelo Relator Hélio José.
Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)
Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa.*)

O substitutivo foi aprovado e estará submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Senadora Fátima Bezerra, por favor, V. Exª poderia presidir a Mesa, por alguns minutos?

Passo a Presidência para a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para estabelecer carga horária mínima de educação física do ensino fundamental e médio.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Romário
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra agora ao Senador Romário, para que possa proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Presidente, vou direto à análise.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre posições que versam, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, diretrizes e bases da educação nacional.

Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 249, de 2012, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

O §3º do art. 26 da LDB, que dispõe sobre a educação física, já foi objeto de duas modificações do texto originalmente aprovado em 1996. A primeira mudança explicitou o caráter obrigatório da disciplina. Já a segunda alteração estabeleceu de forma mais detalhada os casos em que a prática da educação física é facultativa. São os casos dos alunos que: 1º) cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; 2º) tenham mais de trinta anos de idade; 3º) estejam prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiverem obrigados à prática da educação física; 4º) tenham problemas de saúde, nos termos do Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; e 5º) tenham prole.

A mudança que se pretende com a proposição em tela reforça a importância da educação física, ao estabelecer sua carga horária mínima semanal. Dado o caráter essencial da disciplina, bem como o preconceito de que costuma ser objeto, não vislumbramos qualquer obstáculo à determinação dessa carga horária. Podemos mesmo afirmar que a maioria das escolas de ensino fundamental e médio já observa essa prescrição. Desse modo, sua previsão em lei apenas reforça a relevância da educação física no projeto pedagógico de cada escola e, por conseguinte, na formação dos estudantes. No que se refere à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 249, de 2012, inexistem, também, reparos a fazer. Desse modo, julgamos que a matéria merece o acolhimento desta Comissão, com sua transformação em lei.

Voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2012.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir...

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para discutir a matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu tenho muitas ressalvas a esse projeto. Primeiro, nós tivemos aqui um debate que foi muito prestigiado e interessante com o Prof. Mangabeira Unger. Acho que aqui os membros estão lembrados da necessidade de ter muito menos matérias, que o nosso currículo hoje é extensíssimo. Outra coisa que é mais uma opinião pessoal, mas de quem trabalha há bastante tempo nessa área de educação, também na área do Executivo, tudo que você engessa acaba criando muito mais problema.

Ao mesmo tempo os argumentos levantados pelo Presidente, o Relator Senador Romário, são verdadeiros, as pessoas desprezam a educação física. Se puderem não dar educação física numa escola, isso ocorre. E é muito importante que isso venha ter uma pressão, que a regulamentação seria neste caso uma pressão.

Então, vou votar a favor também porque prestigio os professores de educação física, mas acredito que não é uma solução, no sentido de que a grade curricular é absolutamente inexequível hoje. E colocar essa obrigatoriedade é mais um – seria muito ruim até a usar palavra, mas é a que me ocorre – penduricalho que vamos colocar numa obrigatoriedade, num engessamento, de uma grade curricular que espero que nós tenhamos, em vez de ficarmos fazendo emenda dali, tira daqui, põe ali, um dia possamos fazer uma intervenção, como hoje se diz de outras situações, estrutural na educação, porque não corresponde às necessidades hoje do mundo moderno.

Meu voto será a favor com todas essas ressalvas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para discutir a matéria, o Senador Donizeti, o Senador Amorim, a Senadora Lídice.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, Sr. Relator, nosso Presidente Romário, dada essa roda-viva que a gente vive aqui dentro do Senado, eu tomei conhecimento agora, infelizmente, da matéria. A princípio, não tendo a ser contra. Mas eu gostaria de poder examinar um pouco melhor.

Queria pedir vista com o compromisso de que, na semana que vem, devolvo à Comissão, para que eu possa melhorar meu conhecimento e minha decisão sobre essa matéria, que considero relevante, mas gostaria de pensar melhor e estudar um pouco mais.

Obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, hoje é justamente o Dia do Professor de Educação Física e acho que o projeto não compromete de nenhuma forma o currículo escolar. O que debatemos sempre nessa questão do aumento da carga horário são novas e novas matérias. A educação física faz parte da compreensão de educação integral em qualquer nível de ensino.

Em função disso, quero apelar ao Senado Donizeti, retirarmos de pauta uma matéria que não prejudica o currículo escolar, que não modifica de forma determinante a relação entre a educação física e a escola, logo na data que é a data de homenagem ao educador físico, acho que seria muito ruim.

Deveríamos aprovar o projeto. O projeto, volto a dizer, não interfere na definição curricular no sentido de seu prejuízo e teríamos a possibilidade, este Senado, de fazer hoje uma homenagem ao profissional da educação física em nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, me permite também.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O Senador Eduardo Amorim flexibiliza, portanto, concedo a palavra ao Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Srª Presidenta, eu, como Deputado, trabalhei muito, muito, com os profissionais da área de educação física, inclusive um deles que foi quem primeiro me apresentou a proposta para que eu assumisse a apresentação do projeto na época e colaborasse já faleceu há muito tempo. Acabei pegando uma afinidade muito grande com esses profissionais, homens e mulheres, que dedicam a sua vida a essa causa. Talvez, por isso, um pouco de emoção, lembrando o passado, que eu queria fazer o mesmo apelo, que fizéssemos a homenagem a eles no dia de hoje, aprovando o projeto; o projeto, se houver alguma discordância profunda, pode ter a oportunidade ainda de ser debatido no plenário mesmo.

Por isso, que faria o apelo, na mesma linha da Senadora Lídice da Mata, da possibilidade de aprovarmos o pleito deles no dia de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Eduardo Amorim, autor do projeto.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Srª Presidente, colegas Senadores, agradeço o nosso Relator, Presidente da nossa Comissão, Senador Romário. Obrigado pelo relatório, parabéns pelo relatório. Agradeço todos aqueles que já se manifestaram positivamente em favor do projeto.

Como disse aqui a Senadora Lídice da Mata, também entendo que nada irá atrapalhar, mesmo a obrigatoriedade disso, o ensino no nosso País. Não só pela visão da saúde – como profissional da saúde –, mas também pela visão de se praticar cada vez mais e se estimular cada vez mais a prática de esporte no nosso País. Ano que vem estaremos sendo vistos, olhados, pelo mundo inteiro, sediaremos umas olimpíadas e precisamos ter também essa prioridade, como já foi prioridade, nas nossas escolas, a prática do esporte.

Respeito quem pensa diferente e agradeço aqui até a Senadora Marta, que pensa diferente, mas, mesmo assim, já manifestou seu voto positivo, acho que é uma visão, um olhar não só para a saúde – cada vez mais as nossas crianças, os nossos adolescentes ganham um grau de obesidade enorme –, mas, com certeza, é sobretudo incentivo à prática do esporte, do bom esporte, e descobrir vocacionados para essas práticas no nosso País. Trata-se de incentivar cada vez mais e incentivar pela base, incentivar pela origem, pelo começo, pelo ensino fundamental. É isso o que a gente vê.

E hoje, lógico, por ser um dia especial, o Dia do Profissional de Educação Física, peço aqui, como outros colegas pediram, a colaboração do Senador Donizeti, com todo o respeito, naquilo que lhe é de direito, que é regimental: pedir vista do projeto.

Mas eu entendo que, ao tornar a atividade física obrigatória, ganhamos todos nós, porque estaremos promovendo realmente a atividade nas escolas, de forma permanente e contínua, como já ocorreu no passado.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senadora Marta. Nós temos o Senador Lasier inscrito. Darei a palavra, pela ordem, à senhora e concederei depois ao Senador Lasier.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Sim. Eu gostaria de agradecer a reflexão feita pela Senadora Lídice e pelo Senador Amorim, que trouxeram uma visão holística da educação, que é óbvia e que tinha passado batido.

Nesse sentido, é muito importante mesmo que a gente dê força ao projeto. Então, eu vou colocar minha voz junto com a da Senadora que pediu para o Senador Donizeti se poderia abrir mão da vista. Afinal, é um projeto em que nós todos estamos chegando a um consenso e que, com ressalvas e tudo, é um projeto muito importante, porque a parte da cultura, a parte do esporte vão de mãos dadas com a parte de educação.

Esse projeto tenta, de alguma maneira, por mais que se critique o engessamento e tal, resguardar, de certa forma, a possibilidade de o aluno vir a praticar um esporte, o que a gente sabe que é importantíssimo para o desenvolvimento.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada, Senadora Marta.

Senador Lasier, com a palavra. Depois o Senador Donizeti e depois a Senadora Ana Amélia.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Fátima, eu tenho aprendido com professores de educação física, com médicos, com nutricionistas que a pessoa que pratica exercícios físicos regulares e cuida da alimentação dificilmente fica doente. Tenho essa experiência pessoal.

Por outro lado, nós estamos vivendo uma época em que os jovens passam grande parte do tempo na ociosidade física à frente de computadores. Então, esse saudável projeto vai ensinar a disciplina da prática de exercícios físicos aos jovens nas escolas.

Então, sob todos os pontos de vista, o projeto é muito interessante, merece apoio e incentivo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A palavra final caberá ao Senador Donizeti, então eu gostaria apenas de fazer uma lembrança.

Além de destacar a relevância da iniciativa do nosso querido Senador Eduardo Amorim, que, como médico, tem a noção exata da relevância disso – destacada aqui pelos colegas Senadores –, e a relatoria de um atleta, que sabe a relevância que tem...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Ex.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mas quem foi, sempre será.

Nem futevôlei mais, Senador Romário?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. *Fora do microfone*.) – Amador.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Amador, mas é esporte.

Então, eu queria também lembrar que essa é uma iniciativa do Senado. Isso vai para a Câmara dos Deputados, vai passar por várias comissões, vai ter uma longa história a percorrer.

As argumentações aqui de todos os colegas Senadores, eu acho que são suficientes. Eu tenho a certeza de que o Senador Donizeti, que é uma pessoa muito preocupada e sensível com as questões de educação, vai ser compreensivo no apelo de que a gente determine o encerramento da votação, aprovando a matéria, pelas razões já expostas aqui, em homenagem ao autor e ao Relator dessa matéria.

Muito obrigada.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Eu acho que eu concordo com as colocações da Lídice e de todos dos Senadores que colocaram as posições sobre essa questão.

Até porque o que eu vejo aqui é que são duas horas semanais e é uma prática facultativa ao aluno. Ou seja, deveria ser até impositiva, em função de a cultura do físico hoje ser uma necessidade para tirar os jovens de várias ações negativas.

Como o Donizeti está tomando de 9 a 1... Donizeti, você está tomando de 9 a 1, mais do que o Brasil tomou da Alemanha. Então, acho que você tem de retirar. Nove a um é lavagem, é muito gol contra você. Retire o pedido de vista para que a gente vote o projeto.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Douglas Cintra com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Objetivamente, só dizer ao nosso ilustre Senador Donizeti que são 10 a 1, é só colocar o meu voto também.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Onze a um, Senador.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com quem está interinamente na presidência, vai para 13 a 1.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Como chegou ao 13, eu já posso falar. (*Risos.*)

Na verdade, eu não tenho nada contra matéria, o que eu queria era a possibilidade de discutir um pouco mais. Mas, diante das argumentações, e sobretudo porque hoje é o Dia dos Educadores Físicos – todos aqueles que convivem comigo e que têm batalhado no dia a dia sabem do esforço que tenho feito para ajudar a categoria – , vou retirar o pedido de vista, atendendo ao pedido dos 13 Senadores e Senadoras aqui presentes.

Parabenizo o Senador Eduardo Amorim pela iniciativa.

Vou votar "sim" também, retirando o pedido de vista.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Vamos passar agora para a votação.

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto "sim", parabenizando os professores de Educação Física do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Voto "sim", Presidente, parabenizando também os atletas e educadores físicos pela data de hoje. Que essa lei seja aprovada na Câmara e o País ganhe mais nessa perspectiva de o esporte combater as drogas.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voto "sim", cumprimentando o Senador Eduardo Amorim, como autor, o Romário, como Relator, e todos os professores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como educação é saúde, jogar futebol também, não é, Senador Romário?, voto "sim".

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Voto "sim", Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – "Sim", Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Voto "sim".

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Voto "sim", com louvor ao médico Eduardo Amorim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – "Sim", Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Voto "sim", Srª Presidente, parabenizando o Relator, o autor e todos os educadores físicos do Brasil no seu dia.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Voto "sim", Srª Presidente, valorizando o educador, mas, sobretudo, os jovens que querem aprender e produzir melhor.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Srª Presidente, agradecendo a todos os colegas Senadores pelo apoio, a saúde dos nossos jovens, dos nossos adolescentes, das nossas crianças, com certeza,

agradece de forma antecipada, valorizando o esporte, dando ao esporte, como disse a Senadora Marta, o mesmo tratamento que é dado às artes. Então, o nosso voto é conhecido, Srª Presidente, voto "sim".

Mais uma vez, agradeço ao nosso Relator, o nosso eterno atleta, Senador Romário, pela relatoria.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Chamo o Senador Romário para dar o seu voto. É claro que o seu voto é conhecido, mas ele, na condição de Relator, pode votar. Eu, neste exato momento, presidindo os trabalhos, não tenho direito a voto, a não ser em caso de empate.

Com a palavra o Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Srª Presidente, gostaria de agradecer a todos os Senadores que votaram "sim", especialmente ao autor do projeto, deste brilhante projeto, e à sensibilidade do nosso Senador Donizeti de dizer que, realmente, este projeto tem uma grande importância e relevância.

Antes de iniciarmos a reunião, eu já havia feito uma homenagem a todos os educadores físicos, e reitero a importância desses profissionais em nossas vidas, o que pude comprovar durante quase 30 anos jogando futebol.

Portanto, muito obrigado, e parabéns a todas essas pessoas que fazem com tenhamos uma saúde bem melhor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu já havia votado e elogiado também o autor e o Relator da matéria, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Era essa a convicção que eu tinha, tanto que eu disse à assessoria que V. Exª já havia votado, mas tudo bem, votou novamente.

Está aprovado o projeto.

Antes de devolver a condução dos trabalhos ao Senador Romário, também quero, claro, parabenizar o Senador Eduardo Amorim, o Senador Romário e toda a Comissão pela sensibilidade que teve ao votarmos favoravelmente à matéria. De fato, como disse a Senadora Marta, a matéria já é disciplina obrigatória, de acordo com a própria LDB. Isso está no art. 23, §3º. O questionamento que houve acerca do projeto é se a mesma LDB que consigna a obrigatoriedade da disciplina Educação Física na educação básica também faculta aos sistemas de ensino organizarem, Senadora Marta, a distribuição e a organização da carga horária.

Entretanto, Senador Eduardo Amorim, considero meritória a iniciativa de V. Exª no sentido exatamente de induzir, no sentido de uma iniciativa pró-ativa, no sentido de fazer com que os sistemas de ensino, as escolas protagonizem a Educação Física e, portanto, deem à disciplina Educação Física a importância que ele deve ter, na medida em que todos nós reconhecemos o valor pedagógico que ela tem, associado, é claro, à questão da formação do estudante.

Eu também votei favoravelmente movida por essa compreensão, porque vai, realmente, induzir que os sistemas de ensino deem à matéria a devida relevância que ela tem. E o dia de hoje é muito oportuno porque é o dia em que se celebra o Dia Nacional do Profissional de Educação Física.

Devolvo os trabalhos ao nosso Presidente, o Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação.

Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta.
Observações:
1- Serão realizadas duas votações nominais: uma para o Projeto, outra para as emendas.
2- A Matéria constou da pauta das Reuniões dos dias 11/8/2015, 18/8/2015 e 25/8/2015.

Com a ausência do Senador João Alberto Souza, designo o Senador Telmário Mota como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Senador Telmário Mota.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Romário, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Pois não, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Apenas para adiantar que, com relação a esse projeto de lei, eu apresento pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Depois de apresentado o relatório, V. Exª poderá fazer o pedido de vista.

Por favor, Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, item 8. O Projeto é do Senador Vital do Rêgo. Ele seria relatado pelo João Alberto, mas V. Exª me colocou como Relator *ad hoc*.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação".

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 95, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para estabelecer que a progressão funcional dos profissionais do magistério deve levar em conta, sem prejuízo de outros fatores, a assiduidade e a inovação das práticas pedagógicas, conforme a respectiva avaliação do desempenho, realizada com a participação da comunidade escolar.

Além disso, o projeto insere o art. 86-A na LDB para determinar que, no transcurso dos períodos letivos, os docentes regentes de classes da educação básica pública não podem ser convocados para prestar serviço durante as eleições ou para outros serviços de natureza cívica ou comunitária que impliquem ausência ou dispensa da presença em sala de aula, salvo em casos excepcionais.

A proposição estipula, ainda, que a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor discorre sobre os prejuízos ao processo educativo provocados pelo absenteísmo docente, que pode ser causado tanto pelo descaso de alguns profissionais quanto pela inépcia das redes escolares em providenciar substitutos em casos de falta justificada. Nesta última situação, destaca o autor da proposta, encontra-se a compensação legal por participação no processo eleitoral, que pode afastar os professores por vários dias de suas atividades docentes.

O projeto foi originalmente distribuído para a manifestação do Senador Flexa Ribeiro, que apresentou relatório cujos termos são retomados neste parecer.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída exclusivamente a esta Comissão, que deverá pronunciar-se sobre a matéria em decisão terminativa.

Esse é o relatório.

A análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem a respeito de normas gerais sobre educação. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 95, de 2013, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A garantia do padrão de qualidade representa um dos princípios constitucionais e legais que deve reger a organização do ensino. De fato, apenas um ensino de boa qualidade pode garantir que os fins da educação, de "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", inscritos no art. 205 do texto constitucional, possam ser atingidos, em favor do desenvolvimento do País, em amplo sentido. Ora, o professor constitui parte fundamental no processo educativo. Por conseguinte, seu absenteísmo compromete o adequado andamento das atividades escolares e afeta negativamente a qualidade do ensino.

Estudo dos pesquisadores Priscilla Tavares, Rafael Camelo e Paula Kasmirski, sobre o absenteísmo docente na rede estadual paulista de ensino, revelou que fatores externos ao professor, como as características de seus alunos e das escolas, não se encontram entre as variáveis que explicam a decisão de faltar. Segundo os autores, o fenômeno pode ser explicado pelos atributos pessoais dos professores, assim como pelas características associadas à carreira docente. Para os autores "quanto mais estável é este professor, em termos de tempo de carreira e do cargo ocupado, maiores os incentivos a faltar". Ademais, "quanto maior dedicação, captada pelo seu engajamento e pela sua exclusividade em determinada escola, menor a incidência de faltas".

Embora a pesquisa não tenha obtido resultados claros sobre os efeitos das faltas no rendimento dos estudantes, seus autores concluíram que o absenteísmo ainda pode ser um importante fator associado ao desempenho dos alunos.

Desse modo, a criação de incentivos à assiduidade dos professores, bem como à introdução de inovações pedagógicas, constitui, em tese, uma diretriz válida para nortear os processos de avaliação de desempenho docente. Contudo, é preciso que a regulamentação da norma pelos sistemas de ensino seja feita de modo cuidadoso. As faltas dos professores são ocasionadas por diversos fatores, particularmente por aquilo que os pesquisadores denominam de "precarização da carreira docente". Se o professor não recebe incentivos consistentes para a dedicação exclusiva, por exemplo, não há de se estranhar que ele acabe por estender demasiadamente sua jornada de trabalho, comprometendo sua saúde e, portanto, sua assiduidade. Por sua vez, a ideia de inovação pedagógica traz a necessidade de uma avaliação criteriosa, sob o risco de qualquer procedimento, inclusive os mais rotineiros, ser tido como inovador.

A restrição à participação de professores da educação básica pública em atividades cívicas e comunitárias que impliquem abono ao trabalho nos parece adequada. Contudo, espera-se que a medida não traga mais um encargo não "bonificado" aos professores. Dessa forma, no caso de convocação para o serviço eleitoral, será preciso que se crie outra forma de retribuição aos docentes que venham a ser indicados para a atividade.

A respeito da regimentalidade, da juridicidade e da constitucionalidade do projeto, não há reparos a fazer.

No que diz respeito à técnica legislativa, avaliamos que apenas a norma sugerida no art. 1º consta da ementa, o que recomenda acréscimo em seu texto para contemplar o disposto no art. 2º.

Ademais, após a apresentação do projeto, foi aprovada a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que, entre outras providências, adiciona §3º ao art. 67 da LDB para determinar que a União deve prestar assistência técnica aos entes federados na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação. Desse modo, o parágrafo acrescentado ao art. 67 da LDB pelo projeto em análise deve ser renumerado.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 95/2013, com as emendas a seguir apresentadas.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será dada a vista coletiva, Senadora.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2014
- Terminativo -

Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o Rio Madeira, localizada na BR-364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os Municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM).

Autoria: Senador Odacir Soares

O Relator não se encontra presente, seria o Senador Ivo Cassol. Teremos a Senadora Ana Amélia como Relatora *ad hoc*.

O parecer é pela aprovação.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente, colegas Senadores, vou direto à análise para simplificar, porque é uma matéria bastante simples.

No mérito, existem muitas razões para se recomendar que seja aprovada a proposição, uma vez que homenageia um verdadeiro símbolo nacional, o Marechal Cândido Rondon, cujos feitos são desde há muito celebrados, e a quem se atribui um papel fundamental na verdadeira integração nacional.

Paralelamente, a proposição prestigia o ex-presidente norte-americano Theodore Roosevelt, que representa um ícone da política mundial, pela liderança que exerceu durante seu mandato; e mesmo após deixar a Casa Branca. Ele se tornou reconhecido particularmente por sua luta contra os monopólios e pela preservação da natureza. Além disso, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz por seus esforços pelo fim da guerra entre russos e japoneses.

O propósito da lendária expedição Rondon-Roosevelt, parcialmente patrocinada pelo Museu de História Natural americano, foi o de explorar o curso do Rio da Dúvida, em uma das iniciativas de integração do Brasil.

Entre outros resultados positivos, a expedição pôde catalogar várias espécies de animais e de insetos. Posteriormente, esse curso aquático foi denominado como Rio Roosevelt. Para nós, brasileiros, seu interesse por nossas terras fez com que os próprios compatriotas passassem a olhar com mais zelo por nosso Território.

O advento dos cem anos da expedição liderada por Rondon e Roosevelt representa, de fato, uma oportunidade para homenagear a ambos, ainda mais se esse preito é feito com a denominação de uma ponte, isto é, de um elemento que, por natureza, simboliza a ligação, a associação, a integração.

Ao apreciar as exigências de constitucionalidade e juridicidade, verificamos que o projeto conforma-se ao ordenamento vigente, pois a matéria de que se ocupa não integra o campo reservado à iniciativa privativa do Presidente da República.

Além do mais, o PLS nº 270, de 2014, conforma-se aos preceitos da Lei nº 6.682, de agosto de 1979, segundo a qual, por lei, é facultado denominar-se uma obra de arte que conste do Plano Nacional de Viação. A exigência, no caso, é a de que essa denominação deve referir-se a um fato histórico ou ao nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade. Adicionalmente, verifica-se que o projeto sob análise está amparado, também, pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, pela qual se proíbe atribuir nome de pessoa viva a bem público pertencente à União.

O voto.

Considerados o mérito, a juridicidade e a constitucionalidade, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2014, com os cumprimentos à iniciativa do Senador que apresentou esta proposta.

O voto é favorável, Senador Romário, nosso Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem. Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Senadora Fátima Bezerra. (*Pausa.*)

Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acompanhando a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. *Fora do microfone*.) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone*.) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, de 2015
- Não terminativo -

Torna obrigatória a manutenção de exemplares do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude, do Estatuto do idoso e do Estatuto da Igualdade Racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.
Observações:
1- Matéria terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
2- A Matéria constou da pauta da Reunião de 25/8/2015.

Concedo a palavra ao Senador Relator Antonio Carlos Valadares para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, torna obrigatória a manutenção e exibição, em local visível e de fácil acesso ao público, mínimo, 02 (dois) exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, 02 (dois) exemplares do Estatuto da Juventude, 02 (dois) exemplares do Estatuto do Idoso e 02 (dois) exemplares do Estatuto da Igualdade Racial, nos estabelecimentos de ensino municipais, estaduais, federais e privados.

Na justificação, o autor destaca a relevância de se deixar à disposição de pais e alunos de escolas públicas e privadas exemplares dos Estatutos da Criança e do Adolescente, Estatuto da Juventude, Estatuto do Idoso e Igualdade Racial como forma de incentivar o exercício da cidadania.

A disponibilidade desses estatutos estimularia o envolvimento dos alunos, desde os primeiros anos de formação, a debater sobre esses temas.

Após ser apreciado nesta Comissão, o projeto seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, à qual cabe decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tratem de, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação e temas correlatos. Daí a regimentalidade do ato deste Colegiado concernente à apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015.

No que respeita à análise de constitucionalidade, vê-se que a proposição encerra matéria legislativa pertinente à competência do Congresso Nacional, não figurando entre aquelas sujeitas à iniciativa reservada ao Presidente da República. Em relação à juridicidade, a medida proposta implicaria uma inovação compatível com o ordenamento jurídico vigente.

Quanto ao mérito, o projeto visa deixar à disposição de alunos e pais das escolas públicas e privadas dois exemplares dos Estatutos da Criança e do Adolescente, da Juventude, do Idoso e da Igualdade Racial, o que facilitaria a busca de informação acerca dos direitos inseridos nesses estatutos, incentivando o exercício da cidadania.

Por um lado, essa exposição favorece uma maior aproximação desses temas com a comunidade escolar propiciando aos alunos o envolvimento com esses temas deste a mais tenra idade. Por outro, favorece a criação de cidadãos conhecedores dos seus direitos.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2015, de autoria do Senador Donizeti.

Esse é o parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, eu conversei com V. Exª antes mesmo de esta matéria vir à pauta e conversei um pouquinho rapidamente também com o autor. Havia uma discussão porque gostaríamos muito – por uma questão de analogia e de total semelhança – que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi aprovado recentemente, também esteja aí.

Nós sabemos, pela importância do seu projeto, o tanto que as pessoas com deficiência ainda são discriminadas. Estaríamos propondo – o Senador Romário como Relator e eu como autor do projeto, tenho certeza de

que todos assinariam – uma emenda encabeçada por V. Exª. O Relator acataria e, de imediato, nós aprovaríamos o projeto do Senador Donizeti com a emenda encabeçada pelo Presidente da Comissão e de nós todos juntos.

É só essa a minha consideração, cumprimentando o Senador Donizeti e também o Senador Valadares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como Presidente, não posso discutir, mas subscrevo também essa emenda.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Romário, Presidente, eu estou de acordo com a emenda na proposição do projeto. O Estatuto da Pessoa com Deficiência ainda não havia sido aprovado. Mas houve uma omissão também que eu gostaria de corrigir e, se possível, incluir conjuntamente nessa emenda, que é a questão da Lei Maria da Penha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem lembrado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu gostaria que o Senador Paim incluísse nessa emenda, juntamente com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Maria da Penha.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Passo a palavra ao Relator, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu acatarei as sugestões dos Senadores Paim e Donizeti, que, por sinal, é o autor da matéria, como emendas de Relator.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório favorável ao projeto com emenda do Relator.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O item 2 foi retirado de pauta por um pedido de ofício da Presidência do Senado referente ao encaminhamento da matéria à Comissão Especial destinada a propor soluções para o desenvolvimento nacional.

A matéria será encaminhada à Mesa em atendimento à solicitação.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, de 2015
- Não terminativo -

Altera os arts. 14 e 15 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para instituir auxílio-capacitação ao jovem empreendedor do campo.

Autoria: Senador José Agripino
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo).
Observações:
1- Matéria terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.
2- Na reunião do dia 25/8/2015, foi concedida vista coletiva.
3- Em 26/8/2015, foi recebido OF. SF/1122/2015, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Delcídio do Amaral, para audiência das Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, V. Exª se referiu ao item 2, do qual sou Relator? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Exatamente. A Presidência...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, eu queria só fazer um esclarecimento, Presidente. Essa matéria foi proposta pelo Senador José Agripino, cujo objetivo era manter o jovem no campo e alterava, ou melhor, estendia o Programa Projovem – Saberes da Terra a todos os jovens do campo de 16 a 29 anos que soubessem ler e escrever, para oferecer aos jovens do campo o ensino profissionalizante propriamente dito.

Bem, esse projeto foi lido na reunião anterior, foi discutido – inclusive, o autor do projeto se encontrava aqui presente – a Senadora Ângela Portela acabou solicitando vista, foi concedida vista coletiva ao projeto e hoje o projeto volta à pauta porque não teve quórum para deliberar, Sr. Presidente, na reunião anterior.

Hoje, o projeto veio à pauta e fui aqui abordado pelos representantes do MEC e também pela Senadora Ângela Portela. O MEC demonstrou interesse de fazer uma sugestão ao projeto, razão pela qual eu solicitei a retirada do projeto por uma semana para que a nossa assessoria possa verificar as sugestões e, posteriormente, retornamos com o projeto à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Senador Dário Berger, até porque também foi encaminhado a esta Comissão um ofício da Presidência do Senado com o mesmo objetivo, que ele saísse de pauta. Então, está retirado de pauta, vai ser instalada a Comissão Especial amanhã. Parece-me que este projeto é um que estará, inclusive, em debate lá. A gente ajusta de forma tal que se vote em concordância com V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Presidente, não entendi, veio da Presidência do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Veio.

Em 26/8/2015, foi recebido Ofício nº 1122/2015, da Presidência do Senado Federal, referente ao encaminhamento da matéria à Comissão Especial destinada a propor soluções para o desenvolvimento nacional.

Quer dizer, é um projeto que está tendo uma grande repercussão. Podemos ver lá na Mesa, discute-se na Comissão Especial ou se vota aqui a proposta de sua autoria. De qualquer jeito, ele sairia de pauta. Estou apenas somando o ofício da Presidência à iniciativa sua.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora é um requerimento de minha autoria. Que bom que o Senador voltou porque, como é de minha autoria, ele preside e eu vou defender o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Obrigado.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 93, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto nos arts. 93, inciso II e 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para debater a política pública do programa "Mais Educação", do Ministério da Educação. Os convidados serão enviados posteriormente para a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, este projeto, na verdade, é uma demanda do próprio Senado da República e V. Exª me encarregou de cuidar dessa área de Mais Educação. Aí, em parceria com o Ministério da Educação e o próprio Senado, nós estamos chamando esta audiência pública para debater o tema, que é de interesse, naturalmente, nacional. Eu uso aquela velha frase: não haverá revolução social nenhuma do mundo se não houver investimentos na educação.

Eu sei também, Sr. Presidente, que V. Exª – aqui dando um belo exemplo às outras Comissões – está pedindo que não haja gastos para os convidados com passagem e com estadia. Neste caso específico, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exª de forma tal que alguns convidados – montado pela assessoria do Senado, não foi, inclusive, do meu gabinete – foram indicados e não são daqui de Brasília.

Eu queria ver... Fica o apelo. Sei que V. Exª, dentro dos seus critérios, tomará a decisão e não precisa nem ser agora. Achei exemplar, inclusive, o seu ponto de vista de que cada Comissão tem que gastar o mínimo possível. É como o exemplo que eu sempre dou, quando me falaram da posição de V. Exª e eu elogiei. Quando numa empresa se corta o cafezinho quando se está em crise, não é por causa do cafezinho, é porque quer dar um exemplo a todos os funcionários que deve haver uma contenção de gastos. V. Exª – pelo que me informaram – está tendo essa visão que eu pretendo, inclusive, adotar na minha Comissão de Direitos Humanos. A não ser raras exceções, vamos abrir para gasto com passagem e hotel de convidados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador. Será muito bem analisado e avaliado seu pedido.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Com a palavra a Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, apenas para parabenizar a iniciativa do Senador Paim. Sem dúvida, o Programa Mais Educação tem um impacto muito importante do ponto de vista da expansão, fortalecimento e melhoria da qualidade da educação básica. Esse programa, Sr. Presidente, inclusive dialoga com a meta do novo Plano Nacional de Educação, que tem como objetivo ampliar consideravelmente a educação em tempo integral nas escolas.

Então, é só para parabenizar e, se possível, subscrever o requerimento com ele. É só.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 89, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre: "Institucionalizar o Dia Nacional da Esclerose Lateral Amiotrófica – ELA no Brasil 21 de junho". Para tanto, sugiro que sejam convidados os seguintes expositores: 1. Srª Maria Cecília Jorge Branco M. de Oliveira – Presidente da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves; 2. Sr. Sthanley Abdão – Representante da Associação "Lutando contra ELA"; 3. Antônio Jorge – Representante do Movimento de Defesa dos Direitos da Pessoa com ELA - MOVELA; 4. Dr. Hemerson Casado – Médico e Paciente de ELA; 5. Dr. Gerson Chadi - Professor Titular do Departamento de Neurologia da FMUSP e Responsável pelo Centro de Pesquisa em Neurorregeneração e Esclerose Lateral Amiotrófica; 6. Sr. Jose Eduardo Fogolin Passos, Coordenador-Geral de Média e Alta Complexidade do MS/Secretaria de Atenção a Saúde – Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Romário

Os Senadores as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 90, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes sobre: "Institucionalizar o Dia Nacional do Nanismo no Brasil". Para tanto, sugiro que sejam convidados às pessoas com nanismo e envolvidos com o tema, que são: 1. Srª Kenia Maria de Souza Rio – Advogada Presidente da ANAERJ- Associação de Nanismo do Estado do Rio De Janeiro; 2. Sr. Marlos Nogueira – Advogado e Especialista em fusões e aquisições, sócio da Nomac Advocacia Corporativa; 3. Srª Liana Hones – técnica em atividades administrativas lotada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina; 4. Srª Lorena de Oliveira - representante da associação pequenos guerreiros Minas Gerais; 5. Sr. Luiz Numeriano - representante da Associação "Gente Pequena" São Paulo; 6. Sr. Helio Pottes - Presidente da Associação Gente Pequena São Paulo; 7. Srª Priscila Menucci - representante do Instituto do Nanismo São Paulo.

Autoria: Senador Romário

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último item da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 91, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Educação, Cultura e Esportes para debater o tema Implementação da Lei 10.639/2003 a qual prevê a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Para isso, sugerimos os seguintes expositores: 1. Professora, Bacharel em Direito, Contadora e Administradora Valneide Nascimento dos Santos/ES; 2. Professor e Mestre Domingos Barbosa dos Santos/GO; 3. Professor e Especialista em História da África: Pedro Francisco da Silva Filho/RS; 4. Professor e Mestre Rafael dos Santos/RJ; 5. Professor, Mestre e Vereador/BA Humberto Silva; 6. Professora e Mestre Durvalina Rodrigues Lima Paula e Silva.

Autoria: Senador Romário

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, desculpe-me. Se for possível, gostaria só de solicitar a V. Exª que nesse requerimento que trata da audiência pública da disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira fosse incluído um representante do MEC, fosse convidado. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Será colocado como um requerimento extrapauta.

As Senadoras e os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, antes que encerre...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Antes de encerrar, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, a ideia é para cumprimentar sua equipe. Quando a gente vê algo de qualidade – eu não tenho vergonha de dizer quando é bonito e é de qualidade e, além da qualidade, é politicamente correto – temos que cumprimentar.

Quero cumprimentar sua equipe pelo trabalho do conjunto. Tive o cuidado de dar uma bela olhada. Além de estar muito bem construído, todo o visual, há a qualidade das matérias aqui colocadas, principalmente em relação às pessoas com deficiência.

Quero fazer este depoimento cumprimentando toda equipe de V. Exª. Achei muito bom esta publicação *RomáRio*, diz alguma coisa aqui, hein? Olha o mártir aqui do Rio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Diz que eu sou do Rio, Senador. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, *RomáRio*, só diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Inclusive, agradeço a V. Exª pelas palavras aqui colocadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Apenas expressei exatamente o que eu sinto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antes, Senador Donizeti.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Só me associar também, viu, Senador Romário. Está muito bonita e...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bela revista.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Lógico. É isso aí, a gente prestando contas do nosso trabalho à sociedade, à população que nos elegeu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por fim, Senador, se me permitir, queria homenagear o Senador Donizeti.

Esse projeto dele que vai agora à Comissão de Direitos Humanos – a pedido dele vou indicar a Senadora Ângela Portela para ser Relatora – faz uma justiça enorme no combate a todo tipo de preconceito e discriminação.

Eu tive a alegria, Senador Donizeti, porque estou há mais tempo na Casa – quase 30 anos – de trabalhar diretamente com todas essas leis. O Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com a Senadora – não me esqueço, na época – Deputada Rita Camata, que foi a grande construtora. Depois, a Lei Maria da Penha. Aí, foi todo o trabalho, na época, levantado principalmente pelo Presidente Lula e Maria da Penha foi a mulher covardemente agredida, construímos aqui a lei. Depois os Estatutos. O Estatuto do Idoso tive a alegria de apresentar, da Igualdade Racial de apresentar, da Pessoa com Deficiência também tive a alegria de apresentar. V. Exª fez um brilhante relatório. Do Estatuto da Juventude tive a alegria de ser o Relator.

Eu tinha que fazer esse registro, agradecendo muito ao Senador Donizeti. Quando meus netos e filhos estiverem na aula e pegarem cada um desses exemplares, verão que ali há a impressão digital de todos nós e do velho deles aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – É verdade.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero primeiramente agradecer à Comissão, Senadores e Senadoras que foram favoráveis, Senador Relator Valadares, que acolheu as emendas aqui apresentadas pelo Senador Paim e por mim, e agradecer os elogios do Senador Paim, que, pela sua experiência, para mim contam muito. O trabalho desenvolvido até agora por S. Exª em defesa da sociedade brasileira é muito importante.

Por fim, Senador Romário, quero registrar que considero muito importante que tais temáticas sejam discutidas nas escolas desde cedo, para que possamos construir a cultura do respeito às diferenças e a cultura do combate sistemático ao preconceito, que ainda é muito forte em nosso País. Com isso, espero que possamos contribuir para o combate sistemático ao preconceito, desde as escolas iniciais, preparando nossas crianças para construírem e viverem num mundo sem preconceitos, num mundo melhor do que o dos dias atuais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Muito bem, Senador.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DIA 07 DE JULHO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinco minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Hélio José, Valdir Raupp, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves, Omar Aziz, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro e Eduardo Amorim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 64, de 2015, de iniciativa do Senador Paulo Paim, para debater: "A Importância do Conselho Nacional e das Juntas de Recurso da Previdência Social para o trabalhador brasileiro e a situação funcional de seus servidores". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: José Eduardo de Lima Vargas, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Previdência Social; André Rodrigues Veras, Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social - Ministério da Previdência Social; Pedro Luiz Vicznevski, representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST; Rodrigo Guimarães Jardim, Coordenador Geral de Administração das Procuradorias do INSS; Moacir Meirelles de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Margarida Lopes de Araújo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Sandro Alex Cesar, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical Adjunto da CUT; Edilson Busson Gonçalves, representante da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social – ANASPS. O Senhor Presidente concede a palavra as seguintes pessoas presentes no plenário: Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; Evandro Morello – CONTAG; Irineu Messias, Diretor do Sindicato dos Previdenciários de Pernambuco – SINDSPREV/PE. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Cabo Daciolo. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Omar Aziz. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do requerimento nº 64, de 2015, de autoria deste Senador e de outros. O tema é: "A Importância do Conselho Nacional e das Juntas de Recurso da Previdência Social para o trabalhador brasileiro e a situação funcional desses servidores".

A audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no *link*: www.senado.leg.br/e-cidadania e do Alô Senado, através do número 0800 61 2211.

Vamos, de imediato, convidar os membros da mesa. Convidados: José Eduardo de Lima Vargas, Secretário Executivo Adjunto do Ministério da Previdência Social. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

André Rodrigues Veras, Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social – Ministério da Previdência Social. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Pedro Luiz Vicznevski, Nova Central Sindical dos Trabalhadores. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Rodrigo Guimarães Jardim, Coordenador-Geral de Administração das Procuradorias do INSS. (*Palmas.*)

E teríamos, ainda, uma segunda mesa, porque não dá para ter todos nesta mesa. Na segunda mesa, teremos pela Cobap, Moacir Meirelles de Oliveira. (*Palmas.*)

Pela CUT, Valeir Ertle. (*Palmas.*)

E pela CNTSS, Sandro Alex Cesar. (*Palmas.*)

E teremos, ainda, um convidado especial.

Como estamos aqui pelo sistema de comunicação do Senado, Rádio e TV e Agência, vou fazer uma rápida introdução para situar a todos sobre o tema. E, como digo sempre, este documento que apresento agora foi construído pela assessoria do Senado.

Os convidados não são obrigados a concordar, não é a visão dos convidados. A Consultoria dá a sua opinião sobre o tema, que não precisa nem ser motivo de debate. Vocês não são responsáveis por aquilo que apresento aqui como introdução ao debate.

É com satisfação que debatemos hoje as condições de atendimento aos segurados previdenciários que buscam defender seus direitos no âmbito das Juntas e das Câmaras de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência.

Todos sabem que a defesa do aposentado e pensionista e do segurado da Previdência tem sido uma das principais bandeiras não somente minha, desta Comissão, mas também de inúmeros Parlamentares.

Trata-se de proteger os direitos da classe trabalhadora, os benefícios, na maioria, de pessoas humildes, cuja participação na construção do Estado democrático não pode ser, em nenhum momento, ignorado.

Uma das razões para debatermos aqui é essa situação de insegurança por que passam os trabalhadores brasileiros, no que concerne às suas expectativas e aposentadoria e do gozo dos seus benefícios. A outra, o espantoso crescimento dos recursos apresentados pelos segurados, no âmbito administrativo ou meras ações judiciais impetradas nas varas federais, contra o INSS.

As limitações das Câmaras de julgamento e das Juntas ficam evidenciadas no encontro promovido, aqui em Brasília, pelos servidores do sistema de seguridade há apenas três meses. Naquela ocasião, foram apresentadas propostas que continuam sendo debatidas.

Nossa expectativa é de que, uma vez amadurecidas essas ideias, sejam implementadas, para que os recursos possam ter tramitação mais rápida, e as decisões, maior segurança jurídica.

O Conselho de Recursos, como se sabe, é um órgão do Ministério da Previdência com competência para julgar as decisões do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) relacionadas aos benefícios previdenciários. Para isso, dispõe de 29 Juntas de Recursos, que julgam as matérias em primeira instância, e quatro Câmaras de julgamento, que julgam os recursos em segunda e última instância. Essa estrutura tem sido insuficiente para atender, com agilidade e segurança jurídica, o grande e crescente número de ações interpostas pelo segurado nos últimos anos.

Em 2013, as Juntas analisaram 225 mil processos, e cerca de 45 mil foram protocolados na Câmara de julgamento. Na última década, foram julgados quatro milhões de processos previdenciários – quatro milhões! –, o que dá uma ideia da importância desse órgão para os trabalhadores brasileiros e seus dependentes. É bom lembrar que, além desse número, há ainda um grande contingente de segurados que recorrem ao Judiciário, diretamente ou após esgotado o recurso administrativo.

Essas dificuldades poderiam ser minimizadas com a reestruturação do Conselho de Recurso da Previdência e com a otimização dos serviços. O ideal é que o cidadão recorra à esfera administrativa, em suas duas instâncias, e só então ele recorra ao Judiciário. No âmbito administrativo, não custa lembrar, ele não precisa constituir advogado, e as decisões são bem mais rápidas do que na esfera judicial. Assim, o segurado ganha tempo e economiza dinheiro. O Judiciário, permanentemente sobrecarregado, ganha tempo para dar celeridade a outros processos.

Em recente artigo publicado no *site* Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Nacional, o ex-Presidente da entidade, Irineu Messias, destacou que o recurso administrativo custa 17 vezes menos que uma ação judicial, sem falar no ganho de tempo, que leva anos, que o segurado tem para ter o seu processo julgado. Como se vê, vale a pena investir na modernização desse órgão tão importante.

Durante o primeiro encontro dos servidores, os participantes listaram os principais entraves ao bom funcionamento do órgão em que trabalham – estou resumindo aqui o máximo. Eles reivindicam ainda, entre outras medidas, a ampliação do número de Juntas de Recursos em todos os Estados, a ampliação da composição das Câmaras de julgamento e do número de Conselheiros, a inclusão de representação de aposentados no Conselho e nas Juntas e qualificação permanente pelos Conselheiros e servidores administrativos. O investimento sério na reestruturação administrativa, na qualificação de pessoal e na modernização dos serviços não pode ser ignorado.

Um exemplo de bons resultados no âmbito dessas próprias instituições recursais foi a utilização do sistema de videoconferência para agilizar os processos.

Enfim, hoje, tanto os trabalhadores aposentados quanto aqueles que estão em via de se aposentar vivem momentos aflitos, sendo punidos por viverem mais do que as gerações anteriores.

Os auditores – e aqui terminamos –, que são especialistas em trabalhadores aposentados, já entendem que o suposto rombo da Previdência é uma mera conta, ou seja, não é verdadeiro. E mais, ainda que fosse

verídica essa defasagem, poderia ser sanada com a maior segurança no trabalho, com combate à sonegação do Fundo de Garantia e à informalidade.

Eu tenho um dado que mostra que mais de R$500 bilhões estão ainda a ser decididos de empresas que sonegaram, não pagaram, e estão, enfim, a dever para a Previdência. Não é justo que, a cada dificuldade econômica e a cada ajuste fiscal, o trabalhador brasileiro seja responsabilizado e punido com o prolongamento do seu trabalho e sua contribuição.

Assim, vamos iniciar os nossos trabalhos aqui, debatendo esse tema tão amplo.

Compõe também a Mesa – já está aqui – o Sr. Moacir Meirelles de Oliveira, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Teremos na segunda mesa, Sandro Alex Cesar, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social; Valeir Ertle, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical Adjunto da CUT; Alexandre Barreto Lisboa, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps); Adilson Araújo, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); e Margarida Lopes de Araújo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

Vamos, de imediato, aqui iniciar os nossos trabalhos.

Eu não poderia, pessoal, abusando até um pouquinho da boa vontade e da paciência de vocês, deixar de registrar que ontem foi um dia muito importante para 47 milhões de brasileiros. Ontem. uma luta que travamos há cerca de 20 anos se tornou realidade – cinco anos, eu diria, para preparar o projeto que apresentei lá pelo ano 2000. Ontem, depois de 15 de tramitação em Câmara e Senado, veio esse projeto que tive o orgulho de apresentar como autor, mas que teve a relatoria, que eu quero reconhecer, de quatro relatores que trabalharam intensamente na aprovação desse projeto. Eu vou citar os nomes dos quatro. Se quiserem bater palmas, batam palmas no fim, porque, assim, a gente ganha tempo: Senador Flávio Arns, que relatou na Câmara e também no Senado, num primeiro momento. Depois ele se deslocou para ser vice-governador do Paraná, se eu não me engano. (*Palmas.*)

Depois tivemos Celso Russomanno, como Deputado. Esse projeto, aprovado aqui, foi para lá e depois ele passou para Mara Gabrilli, uma cadeirante, lutadora, que fez a redação. (*Palmas.*)

Aqui no Senado, casualmente, como o universo conspira favoravelmente para quem age sem maldade e pensa no bem, o projeto veio exatamente para esta Comissão. E eu tive a liberdade de escolher o Relator como Presidente desta Comissão. E escolhi o Senador Romário, que fez um belo trabalho, e o projeto foi aprovado por unanimidade e sancionado ainda ontem. (*Palmas.*)

Aproveitando alguns minutos, temos aqui conosco, hoje, o Sr. Muniz. O Sr. Muniz – permita-me, Muniz, se quiser passar aqui na frente – é deficiente visual. Eu tenho dois deficientes visuais que trabalham no meu gabinete. O meu chefe de gabinete há quase 20 anos, o Santos Fagundes, é também deficiente visual. O Luciano, que trabalha aqui, é deficiente visual. E o seu Muniz...

Eu fui a Pernambuco nessa sexta-feira fazer um debate sobre a terceirização e, na verdade, lá discutimos também os assuntos relacionados à previdência. E o Muniz deu um *show* lá. Ele deu um *show* tão bonito que disse: "Ó, Muniz, a passagem eu te arrumo. O resto nós vamos ter que acertar, para você ir a Brasília assistir..." E ele foi assistir ontem, como convidado, à promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu gostaria até que ele tivesse se apresentado lá, mas não foi possível, porque o protocolo também não é bem assim. A gente inventa, mas o protocolo entende que não poderia acontecer naquele momento. Mas o Muniz é uma dessas pessoas que demonstra a todos nós que, se dermos oportunidade, as pessoas com deficiência mostram toda a sua capacidade. Eu falo de um tenor que conheci aqui também, que fez uma apresentação belíssima.

Muniz, eu só estou te vendo agora, na verdade, porque não pude estar contigo, porque corri ontem o dia todo. Mas quis te fazer essa homenagem, na verdade, homenageando 47 milhões de pessoas com deficiência. Eu sei que você tem aí, inclusive, o teu disquinho, que depois você vai apresentar para a moçada.

Mas eu queria, nesse momento, lembrando o dia de ontem, que foi tão importante, como vai ser importante – não é, Moacir? – o dia de hoje, porque haveremos de aprovar uma política salarial para os aposentados, que o ouvíssemos. Ele é que nos brinda, digamos, com essa gaita belíssima e com a sua voz, logo após a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Uma grande salva de palmas para o Muniz, que, no momento, se apresenta aqui para nós. (*Palmas.*)

Muniz, é com você.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Primeiro, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Ô gente, está todo mundo cego do ouvido, é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Viu? Esse bom humor que me apaixona até.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Em primeiro lugar, eu queria passar às suas mãos, eu queria que chegasse ao senhor... São 18 pessoas da Comissão, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Um CD para cada um.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quanto é o preço de cada um?

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – R$10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos pagar. Vamos pagar. (*Risos.*)

Quanto é cada um?

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – R$10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É R$10?

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – R$10 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, não faz assim, Muniz. Você me mata.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Eu estou falando sério. Se não for sério, que eu cegue.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diz quanto é o preço de cada um.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Daqui a pouco eu lhe digo. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então está bem. Diga, porque vamos te pagar os 18, porque, de graça, nem relógio mais trabalha. Está o.k.?

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – O senhor quer que eu fale ou que eu toque?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero os dois.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – O que é que eu faço primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Toca primeiro, então.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Do meu CD novo. A nona faixa. Certo?

(*Procede-se à execução musical.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou pedir silêncio absoluto, pessoal.

(*Procede-se à execução musical.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Muniz. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Senador Paim, o senhor está, a partir de hoje, entre os meus melhores amigos.

Desculpe eu quebrar um pouquinho o protocolo de vocês, com a sua permissão, claro, mas eu toco há 40 anos, sou do interior, sou de uma família de cinco pessoas que não enxergam. Toquei muito nas feiras livres, para ajudar meu pai e minha mãe.

Fui para Recife, estudar em Recife, trouxe todos e começamos a tocar profissionalmente, deixando as feiras. Quando saí dos estudos – aliás, interrompi, para trabalhar –, comecei a ajudar a minha família. E hoje eu sou uma pessoa casada, tenho uma banda com 14 pessoas e tenho que pagar salário a todos os 14, todos pais de família.

Tenho o meu próprio CNPJ, mas os governantes não estão cumprindo a lei que vocês aprovaram, de nº 8.313, de 91, e um Decreto dessa lei, 5.761, de 2006, que diz que, independentemente de qualquer coisa, existe uma cota para os cantores e bandas de pessoas deficientes na cultura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem. Vamos cobrar isso. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Só que faz um ano que – me desculpe a distância – o Governo de Pernambuco, do Estado de Pernambuco, ignora essa lei. Faz um ano que eu estou parado no Estado.

Eu investi, gravei esse disco. Investi nele, no interior. Estou com um déficit de R$80 mil, porque não tive trabalho. Quando eu mostro a lei, dizem assim: "Ah, isso é coisa de Brasília. Aqui é Pernambuco".

Ontem ligaram para mim, para fazer um *show* no festival de inverno de Garanhuns, que é uma cidade de Pernambuco, que é o maior do Estado, me oferecendo um cachê e me pedindo uma nota de empenho. Se eu não fiz *show* no Estado, como é que eu vou ter uma nota de empenho? Apresentei duas notas de *shows* que fiz aqui em Brasília, em Ceilândia, na Casa do Cantador. Por ser nota de talão, eles não aceitaram. Resultado: não estou com o *show*.

Quando eu disse ao senhor que o CD vale R$10 mil, eu não vim para cá pedir a vocês uma sanfona nova – se vocês me derem, eu quero –, não vim pedir pagar minha dívida – se vocês pagarem eu também quero. Eu vim pedir a vocês oportunidade para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Para trabalhar.

Não adianta você dizer assim: "Muniz, tome aqui R$5 mil, vá-se embora para a sua casinha, cuidar da sua família, e todo mês são R$5 mil lá, sem o povo me conhecer."

Pode guardar o seu dinheiro que eu não quero eu quero. (*Palmas.*)

Deus me deu uma alegria, e eu estou me sentindo obrigado a fazer o que Deus quis, que é levar a minha alegria para o povo, mostrar que deficiência é eficiência, deficiência é um diferencial, uma ferramenta que Deus usou em nós para tirar as pessoas que enxergam até um suicídio.

Quantos *shows* eu fiz, minha gente, quantos *shows* eu fiz? Muniz, muito obrigado. Você, com o seu *show,* com a sua alegria, com as histórias que você conta, tirou um peso de uma tonelada de cima de mim. Isso é muito gratificante, isso é melhor do que o dinheiro. Só que nós, Senadores, não estamos tendo oportunidade.

Eu fiquei muito triste, estava muito triste em casa com essa dívida que tenho que pagar. Meu telefone toca, e era o Senador pedindo para eu ir tocar num evento que não tinha nada a ver com cultura. Quando chega lá, o Senador diz assim: vou levar você para conhecer a Presidente da República. Não sabia nem que ia haver nada sobre aquilo, sobre deficiente, nem sabia ainda, porque não sou muito ligado.

Ora, no coração de vocês, se estivessem no meu lugar, dava um estalo. Agora, chegou a minha vez. Eu estou aqui, eu acredito em que chegou a minha vez, eu acho que imprensa está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está aqui sim.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Quero produtores, quero trabalhar neste País inteiro.

E agradeço a vocês. O CD o senhor paga quando o senhor quiser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Muniz.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas fique já orientando aqui, como decisão desta reunião de hoje.

Nós mandamos uma carta para o Governador.

O Muniz vai dar todos os dados.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E vamos mandar também uma carta para o Ministério da Cultura, cobrando essa decisão, inclusive nos argumentos que ele próprio usou, e para a autoridade responsável, para que essa lei seja cumprida.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Muniz.

Pode ter certeza de que nós todos aqui estamos torcendo por você.

O que pudermos fazer nós vamos fazer, você falou muito bem. A forma de ajudar não é começar a dizer: eu vou lhe dar dinheiro. É fazer com que as leis sejam cumpridas e garantir-lhe trabalho.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Eu gostaria de agradecer também ao senhor, porque o senhor conseguiu trazer todo mundo para cá com uma roupa da mesma cor da minha, estou vendo todo mundo igual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse é o Muniz. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Se eu não gostei, segue.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, termine tocando mais uma para nós.

Escolha aí o seu repertório.

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Essa música tem tudo a ver com o que eu falei.

(*Procede-se à execução de música.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Muniz. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ MUNIZ DA FONSECA – Que Deus abençoe vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Muniz.

O Muniz é o nosso convidado hoje. Fica no gabinete, vai conhecer o gabinete lá.

Então, de imediato, pessoal, eu agradeço a sensibilidade no plenário. Todos ficaram em silêncio, percebi que nenhum falou durante toda a audiência. Isso mostra a sensibilidade de cada um, mas não esquentem, isso faz parte.

Quando uma pessoa como essa canta, toca, eu recorro aqui ao Thiago de Mello. Ele disse que, quando um poeta ou um cantor está se apresentando, a obrigação nossa é ficar em total silêncio. E para o Thiago de Mello, naquele dia, aqui do meu lado – e agora eu vou declamar para vocês de pé, porque vocês merecem –, eu pediria uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Essa sensibilidade tem que aflorar em todos nós, assim nós vamos conseguir escrever uma outra história, inclusive no tema de hoje aqui, que vai trazer benefício – se ele for aplicado, e eu tenho certeza de que será –, de acordo com o resultado dessa reunião, a milhões de brasileiros.

Mas vamos lá, pessoal.

José Eduardo de Lima Vargas, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Previdência Social.

De pronto, eu cumprimento o Ministério por ter mandado aqui o seu representante para que possa dialogar conosco sobre um tema tão importante.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE LIMA VARGAS – Bom dia a todas e a todos, ao Exmo Senador Paim, em nome de quem cumprimento todas as Senadoras e Senadores aqui presentes, as autoridades, os colegas de mesa e todos os que nos acompanham também por outras formas a distância. Especialmente, eu gostaria de aproveitar a oportunidade de cumprimentar o Muniz, pelo início de dia tão diferente, que acho que já contribui para que o dia seja melhor para todos nós. Então, em nome dele, aproveito para estender o cumprimento que faria em seu nome pela Lei Brasileira de Inclusão, que, de fato, não foi o primeiro passo, porque já era uma batalha de muitos anos, como V. Exª bem disse, mas que concretiza e que sinaliza para um futuro de inclusão, que é um esforço que já vem sendo feito nos últimos anos em diversas esferas para essas pessoas que, com essa garra, competência e alegria, que o Muniz bem aqui demonstrou, mostram o quanto é importante que nós estejamos atentos para essas pessoas que contribuem muito para o País.

Eu farei uma breve introdução ao assunto, e o Dr. André Veras, que está aqui ao meu lado direito, fará uma apresentação, preparou uma apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só me permita que eu diga que são dez minutos para cada convidado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE LIMA VARGAS – ... sobre o Conselho de Recursos, para alinhar e expor um pouco de como é estruturado o Conselho de Recursos, que é um órgão extremamente importante e estratégico para a Previdência Social, tanto por sua composição democrática, que permite, então, um esforço de convergência de entendimentos a partir de experiências diferentes de seus componentes, o que certamente faz com que os entendimentos da Previdência Social amadureçam e evoluam como a sociedade amadurece e evolui.

Gostaria de agradecer, em nome do Ministério da Previdência Social, pelo convite. É uma oportunidade de conversarmos sobre a previdência, que tem tido presença bastante assídua aqui no Senado Federal e no Congresso de uma forma geral, especialmente nesse ano, por diversos assuntos que vêm sendo discutidos e que são muito importantes para o futuro e o presente da Previdência Social.

Fazer previdência e trabalhar com a previdência é um desafio como todas as políticas públicas, mas a previdência tem uma peculiaridade de tratar no presente, mas com resultados no futuro próximo e de longo prazo, que vão afetar, de alguma forma, as gerações presentes e as gerações futuras. A previdência social, de alguma forma, expressa essa solidariedade, que é tão característica da sociedade brasileira e, no caso da previdência, uma solidariedade entre gerações, entre brasileiros que ainda estão por nascer e que já serão, de alguma forma, afetados pelas decisões que tomamos hoje.

Então, é muito importante que essas decisões sejam fruto de diálogo, e o Ministério da Previdência Social tem dialogado muito com a sociedade e está sempre de portas abertas para recebê-los sempre que for necessário esse diálogo.

Sobre o tema específico do Conselho de Recursos da Previdência Social, já tivemos, em algumas outras situações, Senador, a oportunidade de conversar com as associações, sindicatos, até que estão aqui presentes. Há dois, três meses atrás, inclusive, eu tive a oportunidade de comparecer à primeira reunião nacional dos servidores do CRPS.

Devo registrar o mérito dessa iniciativa dos servidores de realizar esse primeiro evento. O Ministro fez questão de que o Ministério estivesse representado, e eu tive a honra e a satisfação de comparecer.

Devo também registrar a importância de que a participação dos servidores se dê como tem sido feita, de forma muito responsável e colaborativa, no intuito de se trazer propostas e não só fazer críticas. As críticas são sempre muito importantes, mas, quando vêm acompanhadas de sugestões, propostas e diálogo, contribuem mais e constroem mais. Essa tem sido, de fato, a postura dos servidores, e tenho certeza de que o debate que vamos fazer aqui hoje acontecerá da mesma forma.

Eu já passaria a palavra, Senador, para o Dr. André Veras, para que ele possa expor a estrutura do Conselho, os dados sobre processos e tempo, e registrar que o fortalecimento do Conselho, que é a grande pauta desta audiência pública, é também o interesse do Ministério, que tem trabalhado e está disposto a trabalhar para fortalecê-lo. Já havia dito, naquela outra oportunidade, e digo, novamente, que é fundamental um Conselho forte, tanto para que se possa amadurecer, nas decisões da Previdência, quanto para o cidadão, que pode

ter, no Conselho, e já tem – precisamos, de fato, levar essas informações com mais clareza –, no Conselho, uma ferramenta simples, um instrumento simples e célere de resposta às suas demandas.

O Dr. André vai falar mais detidamente disso. Então, sem me alongar muito, já devolvo a palavra a V. Exª e agradeço a oportunidade. Desejo um bom-dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Dr. José Eduardo de Lima Vargas, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Previdência.

De imediato, então, vamos ao Dr. André Rodrigues Veras, Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social, aqui também representando o Ministério da Previdência.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer, Senador Paulo Paim, pela oportunidade que V. Exª trouxe ao convidar-nos a falar desse tão importante órgão da estrutura da Previdência Social para o trabalhador brasileiro; a oportunidade, em um foro tão nobre, para divulgarmos o nosso trabalho, feito, diariamente, por todos os colegas, conselheiros e servidores.

Fiz uma pequena apresentação, para que conheçamos a estrutura do Colegiado. O tema é: A importância do Conselho de Recursos da Previdência Social para os trabalhadores brasileiros. Já começo dizendo que é um órgão colegiado com participação de representantes do Governo, dos trabalhadores e das empresas, para controle jurisdicional das decisões do INSS nos processos de interesses dos beneficiários e das empresas.

O Conselho de Recursos da Previdência Social é órgão integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social. Então, compõe a Administração Direta, como os senhores podem observar no primeiro gráfico. Na estrutura do Ministério da Previdência Social, temos, como entidade vinculada, o INSS. Assim, pelo organograma da Previdência Social, já se observa, de pronto, que não há qualquer espécie de vinculação ou – corrigindo – de subordinação existente entre o CRPS e o INSS. Ao contrário, o CRPS, como eu disse anteriormente, é o órgão de controle jurisdicional das decisões.

O senhor já bem colocou, Senador Paulo Paim, a composição do nosso Conselho de Recursos: 29 Juntas de Recursos, espalhadas pelo Brasil, em todo o território nacional; quatro Câmaras de Julgamento, sediadas no Distrito Federal; e o Conselho Pleno, com competência exclusiva para uniformizar entendimentos no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Na composição do Conselho, dessas 29 Juntas, das quatro Câmaras de Julgamento e do Conselho Pleno, temos, atualmente, 106 conselheiros no âmbito das Câmaras de Julgamento e 525 conselheiros no âmbito das Juntas de Recursos competentes para julgar, em primeira e segunda instâncias, os processos de benefícios previdenciários.

Também compõem o CRPS demais colaboradores. Estamos falando de servidores.

Temos um gráfico que demonstra a origem de todos os servidores que integram o CRPS, dentre requisitados do INSS que atuam no CRPS, servidores do próprio Ministério e demais colaboradores de outros órgãos, estagiários e outros.

Por que procurar o CRPS? Acho que é a pergunta que exige resposta no contexto desta audiência pública. O Conselho de Recursos tem papel fundamental na preservação dos direitos dos segurados, na medida em que reconhece direitos do cidadão que busca a Previdência Social. Uma vez indeferida a sua pretensão no âmbito do INSS, é a ele assegurada a reavaliação, por parte do CRPS, reconhecendo-se direitos, uma vez preenchidos os requisitos.

A participação da sociedade é importantíssima, na medida em que todos, na sua visão, representantes dos trabalhadores, representantes das empresas e representantes do Governo, podem contribuir para a tomada de decisão. Na composição de julgamento, todos têm direito a voto, então, de fato, é uma decisão colegiada, com a visão de cada integrante da sociedade.

É um meio administrativo de solução de conflitos. Estamos falando de todas as benesses que traz a solução de conflitos em um âmbito administrativo, considerando-se a estrutura enxuta da Administração Pública e, sobretudo, do CRPS, o rápido trâmite dos processos e a pouca morosidade com relação à possibilidade de interposição de medidas que protelam eventual decisão final. O meio administrativo é um meio muito benéfico para a solução dos conflitos.

A possibilidade efetiva da revisão dos atos do INSS, como coloquei. É um órgão reconhecedor de direitos também, e, de fato, vêm-se reconhecendo os direitos. É assegurado àqueles que buscam a Previdência Social o direito de se rever as decisões no âmbito do INSS.

Ademais, atende a todo o Brasil. É um órgão que abrange todo o território nacional, pelas Juntas de Recursos, pelas Câmaras de Julgamento e pelo Conselho Pleno.

Ainda temos como benefício do CRPS a agilidade, na medida em que contamos hoje, em média, com o tempo de julgamento de 85 dias, em cada instância julgadora. Em primeira instância, aproximadamente 85

dias, e também 85 dias no âmbito da segunda instância e das Câmaras de Julgamento. Isso mostra a celeridade, a agilidade que temos conferido aos processo.

Facilidade. Essa agilidade que citei, anteriormente, decorre inclusive da implantação do sistema de processo eletrônico, que traz grande facilidade para o cidadão que busca a Previdência Social, por todos os benefícios de transparência e segurança que traz o processo eletrônico.

Ali eu coloquei o sistema que é o e-Recursos, implantado em 2011, que traz todos os benefícios e já trouxe benefícios concretos a partir de sua implantação. Dentre possibilidades de facilidades que o sistema traz, temos, como uma das principais, o acesso integral ao conteúdo dos processos pelos interessados. Os interessados conseguem acompanhar os seus processos; não precisam procurar nenhuma unidades do INSS; não têm a necessidade de se deslocar para terem informação de toda a movimentação do processo, inclusive em tempo real, o que traz um benefício muito grande ao cidadão.

Também no contexto da apresentação da implementação do sistema eletrônico, Senador, nós temos a possibilidade de participação dos cidadãos nas sessões de julgamento, por meio de videoconferência, um instrumento que confere celeridade, facilidade e economia para a Administração, sem prejudicar o direito de defesa deles, por ocasião do julgamento dos processos.

Temos observado, com base em estatísticas, que, a cada dia, é crescente a quantidade de pessoas que buscam participação no julgamento dos processos.

Economia. Ponto importante também o CRPS, na medida em que temos documentos digitalizados. Não temos quaisquer custos de movimentação de processos desde a logística dos processos até a materialização, papel, movimentação. Então, os documentos digitalizados têm um custo infinitamente menor do que a movimentação tradicional de processos físicos.

O acompanhamento pela Internet é uma grande economia na medida em que o segurado, o beneficiário, o interessado não precisa procurar uma agência; não precisa haver um deslocamento para a obtenção da informação a respeito de seu processo.

Também como medida de economia na busca do CRPS como meio de solução dos conflitos previdenciários temos a isenção, aliás, a inexistência de custos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS – ... para os interessados que buscam a via administrativa para a solução. Não há nenhum tipo de pagamento para exercer esse direito que lhe foi conferido. E há o baixo custo para administração, que veremos ali de forma detalhada adiante. É muito mais vantajoso, é bem menos custoso para a Administração Pública a solução administrativa do conflito previdenciário.

Eu trouxe, para informar aos senhores, o custo do nosso pessoal. As despesas que tivemos de pessoal nesse último ano, somadas à despesa que tivemos com os conselheiros que recebem remuneração mediante a produtividade, chegaram a um valor de R$131,58 por decisão do Conselho de Recursos da Previdência Social. Os senhores podem já estar se perguntando: "Esse é o valor de uma decisão?". Entretanto, qual é o custo efetivo do processo? Já apresentamos aí. Cada decisão é R$113,00 aproximadamente e, no curso do processo no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social, podemos ter esse pagamento, essas decisões em até quatro vezes. Então, o custo total máximo – repito a possibilidade máxima não significa que atinjamos esse valor em cada processo – é de R$526,32 ao passo em que um processo do Judiciário, em média, custa R$2.369,73, um custo bastante diferenciado segundo o Instituto Brasileiro de Direito Público que fez essa avaliação. Esse seria o custo médio, considerando tribunais de justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS – ...tribunais de trabalho e tribunais regionais federais. Então, uma diferença de custo bastante significativa que é um ponto extremamente positivo do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Em seguida, qual o trabalho já feito pelo Conselho de Recursos ao longo desses últimos anos? Nós estamos com uma demonstração do quantitativo de processos julgados. Não sei se é possível a visualização por todos, mas, no ano de 2014 julgamos 402.365 processos e observamos a crescente procura do CRPS e a crescente quantidade de julgamentos existentes.

Se avaliarmos o ano de 2015, por exemplo, já observamos que temos uma pequena redução se projetarmos o mesmo valor para o segundo semestre do ano de 2015. Isso se deve ao fato de que, hoje, devido aos grandes esforços envidados, Senador, para a diminuição da demanda e do atendimento para o cidadão da maneira mais eficiente possível conseguimos eliminar todo o estoque de processos em âmbito de primeira in-

stância. Fizemos um esforço ano passado para eliminar e conseguimos, este ano, eliminar esse estoque. Então, a projeção é que haja uma diminuição, mas devido à ausência de um significativo estoque no âmbito do CRPS.

Aqui eu trouxe a evolução, que demonstra claramente essa busca do processo, representando, no ano de 2010 a 2011, um ligeiro decréscimo que representa o início da implementação do processo eletrônico. Isso fez com que...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A campainha está tocando porque o seu tempo terminou.

Se V. Sª puder concluir, conclua. E aproveito, uma vez que interrompi, para registrar a presença conosco do Senador Omar Aziz.

Pode vir que esta sala está lotada, mas existe pelo menos um Senador em plenário e um Senador presidindo. Uma salva de palmas ao Senador Omar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu estava prestigiando aqui, e ele, gentilmente, ofereceu a primeira fila. Ele disse: "Eu vi daqui, eu acompanhei. Eu fico aqui mesmo, pode deixar o pessoal a vontade".

Obrigado, Senador.

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS – Então, concluindo.

O que é que temos de visão para o futuro do CRPS? É o fortalecimento do CRPS por meio de sua divulgação em ações como essa, num foro extremamente especial e em demais oportunidades de debater o CRPS, ampliação das funcionalidades do processo eletrônico a toda a sociedade, de forma que eles não tenham que buscar uma agência da Previdência Social ou buscar diretamente o Conselho para ter sua demanda atendida, para ter o seu documento juntado no processo. Como medida decorrente de todos esses benefícios, dessas construções que estão sendo implementadas para melhoria do processo, temos a redução da demanda judicial no âmbito da previdência social, de forma a consolidar o Conselho como órgão, de fato, de solução de conflitos da previdência social.

Eram essas as minhas considerações, minha apresentação do CRPS.

Agradeço novamente a oportunidade, Senador Paulo Paim. Agradeço a presença de V. Exª, Senador Omar Aziz, para ouvir o nosso Conselho de Recursos da Previdência Social. Coloco a equipe do CRPS inteiramente a disposição para quaisquer questionamentos eventuais que decorram dessa apresentação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ RODRIGUES VERAS – ...e para o que vocês quiserem contribuir e para o diálogo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. André Rodrigues Veras falando também pelo Ministério da Previdência.

Quero registrar a presença também de quem esteve conosco, mas teve que ir para outra comissão, o Senador Telmário Mota.

Agora passamos a palavra ao Sr. Pedro Luiz Vicznevski, que representa aqui a Nova Central Sindical de Trabalhadores nesse debate.

O SR. PEDRO LUIZ VICZNEVSKI – Eu quero cumprimentar todos aqui presentes, ao Senador.

Quero destacar o brilhante trabalho que vem desenvolvendo ao longo de todo esse período em que temos acompanhado não só no Senado, mas também na Câmara Federal. V. Exª é até carinhosamente chamado pai dos trabalhadores. Suas origens, ao que me consta, são sindicais, como dirigente sindical. Também é a mesma minha, que sou dirigente sindical e venho de uma base de minas no subsolo, em que há aquela característica de que os servidores têm um tempo de aposentadoria especial de 15 anos. A categoria tem uma característica toda própria bem como a têm outras aposentadorias especiais que também constam no sistema.

Eu queria antes perguntar quantos aqui são servidores e quantos são conselheiros? Quem são os servidores? Por favor, levantem a mão.

Há aqui conselheiros? Então, temos algo em comum. Eu também sou Conselheiro da 6ª Junta de Recursos de Goiás, cujo Presidente é o Dr. Augusto Brito Filho. Tenho muita satisfação em conhecer o nosso Presidente do Conselho de Recursos, Dr. André, que eu conhecia só de nome e não pessoalmente.

Eu vou me ater mais à parte dos Conselheiros. Eu, como Conselheiro, como conhecedor do assunto, assisti à exposição toda feita brilhantemente pelo Dr. André de como funciona. Teríamos outros comentários a fazer, mas eu acho que isso aqui será desnecessário.

Como conselheiro, enalteço essa retomada do sistema para o e-Recursos, que é o sistema de processos eletrônicos. Ela veio dar uma facilidade enorme não só para o trabalho dos conselheiros em si, mas principalmente para os nossos segurados, que entram com recursos junto às juntas de recursos de previdência e, em seguida, se não for dar sequência, ao Conselho.

Essa celeridade é importante. Mas o que é importante – estamos discutindo a importância também –, e eu queria destacar aqui, é essa economia processual. Mas, quando o Dr. André falou "não só economia processual para o sistema", não só para o instituto, mas também principalmente a economia processual e econômica que o segurado tem em recorrer via administrativa. Ele pode fazer isso de próprio punho. Ele pode pedir uma ajuda, pedir ajuda ao seu sindicato, aos seus dirigentes sindicais. Como pedirá essa ajuda? Vai fazer um recurso simples e coloca-se a apresentação, isso via administrativa. Então, essa economia é muito importante, porque o segurado, quando entra em alguns aspectos com o seu recurso, a situação dele já está bem complicada, principalmente naqueles casos de auxílio-doença. Quando ele entra no debate, às vezes fica desamparado, não pode retornar ao trabalho porque a própria empresa não recebe. Por quê? Porque ele tem lá um atestado de saúde ocupacional em que o médico do trabalho diz que "não, você não pode retornar ao trabalho". E o perito do INSS diz que ele está apto a voltar ao trabalho. Aí, começa esse debate. Então, é principalmente nessa fase, nessa situação das questões de auxílio-doença e outras relativas a acidentes de trabalho. Mas, sobretudo, essa melhora no sistema veio facilitar.

Agora, temos também muitos e muitos problemas. Acho que nós, nesse debate da importância do que pode ser modernizado, temos muitas coisas para serem revistas e melhoradas, como o próprio sistema do e-Recursos. Ele ainda deixa a desejar em sua acessibilidade. Os conselheiros, às vezes, não conseguem colocar ou fazer os seus comentários, colocar os seus processos, porque ele passa muito tempo fora do ar.

Então, quero aqui, de bate e pronto, pedir ao Sr. José Eduardo e ao próprio Presidente do Conselho uma tentativa de melhora nesse sistema, que vai dar mais celeridade ao processo administrativo, principalmente para os conselheiros.

Nesse aspecto também, temos outros problemas. E esse é um problema seriíssimo, o auxílio-doença. Essa situação do auxílio-doença, Senador, é bem complicada, porque o conselheiro, quando vai analisar um processo na ordem de recurso, não é um médico, ou normalmente não é um médico. Pode ocorrer que haja um médico. Nessa situação, ele precisaria do quê? Primeiro, ele tem lá o atestado ou então um laudo médico do médico assistente do segurado. Todavia, ele vai se basear o seu voto hoje não só no perito, mas tem que se basear também no laudo do médico assistente. E nós, como conselheiros, como somos leigos no assunto da medicina, não temos essa assessoria técnica médica nas juntas de recurso e nos conselhos. E nós estamos precisando disso mais do que nunca, porque, quando ousamos a dar um voto diferente dos médicos peritos, somos taxados de incompetentes, e dizem também que não entendemos nada da medicina. Então, isso aí tem que ser regularizado. Eu acho que é uma forma de dar essa assessoria. É uma forma de dar celeridade também. É uma forma de dar justiça para o segurado.

Então, sobretudo, temos outro problema também. E esse problema é grande. Quer dizer, o Dr. André falou das qualidades.

E, como sindicalista, sempre botamos uma pimentinha para jogar um pouquinho de problema na coisa. Mas é para melhorar. É para melhorar. Falta divulgação. Falta muita, mas muita divulgação. Falta divulgação do que são as juntas de recursos, do que elas fazem, de qual o papel do conselheiro, de qual é o papel do servidor que trabalha nas juntas de recursos, nos conselhos de previdência e recurso. Então, falta essa divulgação. No entanto, há um lado positivo. A composição da junta de recursos é tripartite, ou seja, há um representante do trabalhador, um representante das empresas e um representante do Governo.

Agora, esses dias, eu me deparei com uma situação bastante complicada. Eu não sei se outros... Há conselheiros aqui representantes dos trabalhadores? Pois é, colega, eu me deparei com uma situação bastante constrangedora. Ora, se sou representante na junta de recursos, sou legítimo sindicalista, faço parte de representação dos trabalhadores, o que eu vou fazer lá? Eu vou representar o interesse dos trabalhadores. Não é isso? Eu vou defender e correr atrás dos interesses dos trabalhadores, até porque, se eu for com a base, como tenho contato com a minha base, sou presidente do sindicato também, eles me cobram. Eles me cobram e dizem assim "poxa, Presidente, como é que está o meu processo"? E aí, para estranheza do caso, eu não posso ver o andamento do processo do meu sindicalizado, do meu companheiro trabalhador. Não posso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LUIZ VICZNEVSKI – Porque, nesse caso, vai caracterizar advocacia administrativa. E eu me enrolo todinho, em toda a minha vida. Então, não dá. Então, há coisas que têm que ser mais bem disciplinadas.

Outra coisa, para finalizar, porque esse barulho é enjoadinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas é esse barulho que me salva, para todos poderem falar. Eu fico de bonzinho, e o culpado é a máquina.

O SR. PEDRO LUIZ VICZNEVSKI – Eu tinha mais coisas para falar, para trazer para o debate. Mas a outra coisa é justamente a questão do salário dos servidores – acho que também deve estar se discutindo isso – e os jetons que os conselheiros recebem. Faz cerca de oito anos que não há reajuste. Aí, nós, como sindicalistas, temos que dar uma cutucada aí, gente, pelo amor de Deus, porque sem reajuste há oito anos... Vamos fazer uma grevezinha. Se fizermos greve, eles mandam todos nós embora, gente.

Bom, eu queria agradecer a oportunidade que tive de falar. E estou à disposição para qualquer eventualidade, qualquer pergunta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Pedro Luiz Vicznevski, representante da Nova Central, que, entre os assuntos, deixou um pedido de aumento para os trabalhadores da área – estão trabalhando lá, claro.

Eu queria registrar a presença conosco da Senadora Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

É uma Senadora comprometida. Aproveito e reafirmo aqui que, nesta audiência, daria até para votar já. Não é sempre que dá para votar aqui. Fátima Bezerra, Telmário Mota, Omar Aziz, que está conosco até agora, Valdir Raupp, Maria do Carmo, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves. Estamos quase atingindo o quórum. Então, vamos continuar aqui com a nossa pauta.

O próximo agora é o coordenador-geral de administração das procuradorias do INSS, Dr. Rodrigo Guimarães Jardim.

Em seguida, o Moacir. E terminamos esta mesa.

O SR. RODRIGO GUIMARÃES JARDIM – Bom dia a todos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Lembro que Senador e Deputado falam a qualquer momento. Já está com a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Quero pedir até desculpas. Tenho uma audiência no meu gabinete com alguns membros do Conselho Nacional de Justiça. Eu vou me ausentar durante dez minutos e volto, porque preciso falar sobre esta matéria, porque a minha região sofre muito por falta de um efetivo trabalho do Ministério da Previdência em relação à aposentadoria. Milhares de caboclos que vivem naquela região estão esperando isso. Sabemos que há dificuldades no Brasil todo. Mas eu queria tratar sobre seguro-defeso. Quero tratar sobre algumas questões pertinentes à presença dos senhores e das senhoras nesta audiência pública.

Então, vou pedir para sair. Em dez minutos, estou voltando. Eu acho que vai dar tempo para eu falar ainda. Eu queria me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza, Senador. Nem que não dê tempo, ninguém sai se o senhor não chegar aqui.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para o Senador. (*Palmas.*)

Esse entende do tema. Valeu, Senador!

O SR. RODRIGO GUIMARÃES JARDIM – Bom dia a todos. Gostaria de saudar o Senador Paim, na pessoa da qual saúdo os demais Senadores presentes, a Mesa, as demais autoridades e os colegas servidores aqui presentes.

Senador Paim, inicialmente, eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua trajetória na defesa dos trabalhadores. Não sei se poderia dizer isto, Senador, mas gostaria de dizer que sou seu eleitor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas para ele, pessoal! Eu bato palmas para todos aqui. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO GUIMARÃES JARDIM – Acompanho-o há muito tempo, desde o tempo de universitário. E me envaidece muito ter a oportunidade de compor a mesa sobre um assunto tão relevante, com a presença de V. Exª.

Eu venho aqui representando a Drª Elisete, Presidente do INSS. Quando ela me designou para participar desta audiência, fiz questão de perguntar-lhe, por representá-la, qual seria a mensagem que ela queria que eu trouxesse para colaborar com esta audiência pública. Ela me fez dois pedidos muito breves. Eu vou explicar os dois.

O primeiro pedido foi muito claro, muito simples e muito lógico para mim. Ela solicitou que eu manifestasse aqui a importância do Conselho para o segurado da previdência social, para o beneficiário da seguridade social e, em consequência, para o próprio INSS.

Eu gostaria de fazer essa fala enaltecendo a importância com base na minha experiência de servidor público como Procurador Federal. Eu sou o Coordenador-Geral de Administração das Procuradorias. Nós fazemos o trabalho de defesa judicial do INSS, a consultoria e o assessoramento.

Talvez o principal objetivo da Justiça Federal hoje seja julgar os processos movidos por segurados e por beneficiários contra o INSS. Em razão disso, criou-se uma cultura no Poder Judiciário de que o INSS indefere tudo. Nós da Procuradoria temos travado uma luta para explicar ao Poder Judiciário que isso não acontece. Nós temos o ICJ (Índice de Concessões Judiciais), que mede exatamente a quantidade de benefícios que são concedidos por ordem judicial. E podemos verificar que há localidades em que esse índice é extremamente baixo, localidades com 2% dos benefícios deferidos por ordem judicial. O que isso significa? Significa que 98% dos benefícios foram deferidos administrativamente, aí incluídos os benefícios que foram deferidos em recursos às Juntas e ao Conselho. Então, a partir daí, já podemos ver a importância do Conselho ou da junta para o INSS e para o segurado.

O segundo pedido que a Drª Elisete me fez – e é por isso que não vou usar todo o meu tempo, Senador – foi para ouvir. A Drª Elisete está totalmente aberta ao diálogo. Ela me pediu que ouvisse os pleitos das associações, dos sindicatos, das federações. Não só ouvisse, mas anotasse e reportasse para ela, depois, os pedidos que forem aqui formulados. Por isso, Senador, a minha fala será muito breve.

Eu encerro, porque considero, seguindo o conselho da Drª Elisete, que ouvirmos seja mais importante aqui que falarmos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rodrigo Guimarães Jardim, Coordenador-Geral de Administração das Procuradorias do INSS, que deixa aqui uma mensagem muito positiva: ouvir bastante e levar para a Procuradoria os questionamentos e as propostas desta audiência pública.

Por fim desta Mesa, o Líder e Vice-Presidente da Cobap, Sr. Moacir Meirelles de Oliveira.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Bom dia, Senador Paim. Bom dia a todos e a todas. Quero agradecer, em nome da Cobap, o convite para participar desta importante audiência pública e dizer que é um prazer muito grande para nós, aposentados e pensionistas, participar de um tema tão importante. E tenho certeza de que é muito importante para os servidores do CRPS e também para os conselheiros.

Quero dizer que é um tema muito importante, mas também, depois de ouvir as pessoas que me antecederam, um pouco difícil até para a gente fazer um comentário, mas vou tentar aqui, em nome da Cobap. Uma pesquisa que a gente fez, com o apoio do nosso assessor técnico-econômico da Cobap, como colaboração para esta audiência.

Com a sua permissão, Senador Paim, antes de entrar no tema, aproveitando a presença aqui de diversos Senadores, aposentados e pensionistas, com a presença aqui do Presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais e do nosso representante da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Rio de Janeiro, José Carlos e Robson, eu gostaria de pedir, encarecidamente, aos Senadores aqui presentes, porque hoje é um dia muito importante para nós, aposentados e pensionistas, principalmente para os 9 milhões de aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. A gente tem lutado bastante para ter um ganho real, justo e igual ao índice do salário mínimo. E a gente sabe que poderá entrar em pauta para hoje. Pedimos apoio aos Senadores para que nos ajudem a aprovar essa emenda na Medida Provisória nº 672. Tenho certeza de que eles vão entender a dificuldade e a necessidade que temos nesse aumento. Tenho certeza de que vão estar junto conosco.

E também justificar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacir, me permita só complementar.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Porque, na verdade, pessoal, o que vai ser votado hoje à tarde é estender para o aposentado que ganha um pouquinho mais, porque sabemos que a ampla maioria ganha até três salários mínimos – chega a 90%. Que eles tenham, pelo menos, a expectativa de que, no dia em que o PIB crescer – o PIB não está crescendo –, terão o mesmo reajuste que é concedido hoje ao salário mínimo.

O Senado já votou projeto de minha autoria por duas vezes nesse sentido. Está engavetado na Câmara. Se vier da Câmara para cá neste momento, o Senado não poderá ter uma postura diferente, até porque o custo vai ser praticamente zero, Moacir. Você sabe disso.

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – Exatamente. Eu ia comentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O PIB pelas duas vezes: uma foi 0,1%; a outra foi zero, foi negativo. Consequentemente, volta a dois anos, não existe essa história de que tem um gasto

de 9 bi. Bom, se o PIB for positivo, lá na frente poderá haver algum gasto. E não é gasto. É pagar em parte das perdas acumuladas dos aposentados e pensionistas.

Então, quero só te dizer – e sou muito franco nas minhas posições – que vou defender e vou à tribuna para a aprovação dessa expectativa de direito, porque, se aprovar a expectativa, vai ser assegurado no futuro, porque, infelizmente, o PIB está sendo negativo atualmente.

Conte com o meu apoio. Espero que seja essa a posição de todos os Senadores. (*Palmas.*)

O SR. MOACIR MEIRELLES DE OLIVEIRA – É claro que os aposentados sempre contam com o apoio do Senador Paim, porque, embora sendo do Rio Grande do Sul, a gente sempre diz: Não é o Senador do Rio Grande do Sul, mas o Senador do Brasil, Senador daqueles mais necessitados, pois sempre defende as causas mais difíceis no nosso País.

Senador, também fiquei muito contente e muito grato por ter um colega aqui na mesa que se aposentou no mesmo sistema, aposentadoria especial, e mineiro de subsolo. Eu sou aposentado pela especial e mineiro de subsolo, trabalhando na mineração de carvão, tirando o carvão lá do subsolo para as termoelétricas a carvão.

Também quero dizer aos servidores e aos conselheiros do CRPS que podem contar com o apoio da Cobap em todas as suas reivindicações.

Então, vou apresentar o que a gente trouxe aqui para colaborar nesta audiência pública.

O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) é importante, pois realiza controle das decisões do INSS nos processos de litígios de interesse dos beneficiários e das empresas.

O nível de litigiosidade na Previdência é muito grande. É preciso reduzi-lo. Apenas em 2014, os números são os seguintes: receita do INSS com sentenças judiciais: 1,2 bilhão; despesas do INSS com sentenças judiciais: 9,3 bilhões; resultado financeiro dos litígios: déficit de 8,1 bilhões para autarquia. Isso significa que o INSS não está operando satisfatoriamente no sentido de evitar o crescimento dos litígios e tem que administrar um déficit que deveria ser evitado e o dinheiro, investido em outras finalidades em defesa dos aposentados.

A falta de litigiosidade reflete o mau funcionamento da máquina administrativa do INSS.

Se existe muito litígio, cabe ao CRPS descobrir por que isso acontece e propor medidas administrativas operacionais e logísticas.

Diante desse quadro, o CRPS deve melhorar a sua atuação no sentido de propor medidas para que o dinheiro gasto com sentenças judiciais diminua. Entendemos também ser importante que o CRPS discuta medida para melhorar a gestão do INSS com o objetivo de minimizar essa briga entre segurados, empresas e INSS.

Para a Cobap, a atuação do CRPS e de sua Junta deve ser mais eficiente no sentido de melhorar o funcionamento do INSS para melhor atender os beneficiários da Previdência Social. A atuação do CRPS deve ser sempre em defesa de uma Previdência Social justa, eficiente, conciliatória para o bem dos aposentados e pensionistas do Brasil.

Essa é a colaboração para esta audiência pública.

Nós também vimos aqui que o sistema é tripartite. A Cobap sugeriria que esse sistema fosse transformado em quadripartite e que a Copab pudesse fazer parte desse Conselho tão importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Moacir Meirelles de Oliveira é Vice-Presidente da Cobap e representa aqui o Presidente Warley, que está em outras reuniões com as centrais, neste momento, discutindo a votação de hoje à tarde.

Vou pedir aos meus amigos da Mesa que retornem ao plenário, de preferência para a primeira fila, e vou chamar a segunda Mesa.

Convido a Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Drª Margarida Lopes de Araújo.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Convido o Dr. Sandro Alex Cezar, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS). (*Palmas.*)

Convido Valeir Ertle, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT.

Não sei se chegou o Alexandre. (*Pausa.*)

O Alexandre não chegou.

E o Adilson? (*Pausa.*)

Então, vamos para a nossa segunda Mesa.

De imediato, eu queria passar a palavra, dando preferência para as mulheres, à Drª Margarida Lopes de Araújo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Bom dia, senhoras e senhores.

Quero agradecer o convite do Senador Paim, como sempre um ilustre batalhador pelas causas sociais. Em seu nome, cumprimento toda a Mesa e todos os companheiros que falaram anteriormente.

Para falar do Conselho e das Juntas de Recursos, entendemos que, primeiro, é importante ressaltar a importância da Previdência Social.

Há anos, a Anfip (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) demonstra, com base em dados do próprio Governo, a viabilidade financeira do sistema de Seguridade Social.

Em 2014, não foi diferente. A Anfip vai lançar, nos próximos dias, a análise da Seguridade Social 2014, mas já é possível adiantar que o superávit do sistema foi de R$53 bilhões no ano passado. Em outras palavras, 2014 foi mais um ano em que a Seguridade Social...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Confirma a tese, então, de que o tal déficit é...

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Balela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Balela.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela continua dando superávit, apesar da desoneração da folha.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Apesar da desoneração, apesar de tudo que o Governo dá em incentivos para os empresários em termos de desoneração da folha.

O próprio Governo já reconheceu – não é, Senador? – que foi um tiro no pé essa desoneração da folha. A Anfip também tem trabalhos nesse sentido, demonstrando que a desoneração da folha prejudica a Seguridade Social, prejudica o trabalhador brasileiro. Felizmente, o Governo também já percebeu isso.

Então, em outras palavras, 2014 foi mais um ano em que a Seguridade Social ajudou a melhorar as contas do Governo, já que a diferença positiva na arrecadação é usada para compor o superávit primário.

O fato é que a Seguridade Social é tratada por muitos como um prejuízo para as contas públicas, mas os números mostram claramente que o fato é uma falácia. É o sistema que, muitas vezes, salva as contas do Governo, e esse sistema de Seguridade Social é um patrimônio do trabalhador brasileiro. Muitas vezes, esse patrimônio é sugado para salvar as contas do próprio Governo, com a desvinculação (DRU) e tudo mais.

Então, a Previdência Social brasileira é seguramente um dos maiores programas de distribuição de renda do mundo. Quem é do interior brasileiro reconhece essa realidade melhor do que ninguém, pois sabe que é o pagamento dos benefícios que movimenta toda a economia dos pequenos Municípios.

Vale ressaltar que, em cerca de sete de cada dez Municípios brasileiros, os recursos distribuídos aos segurados da Previdência Social superam a verba do Fundo de Participação dos Municípios.

Esses são apenas alguns números que mostram a importância do sistema da Previdência Social pública brasileira. No entanto, falar de números não é suficiente. É preciso falar de gente, e a Previdência Social afeta direta e indiretamente a vida de toda a população brasileira. São milhões e milhões de pessoas que têm, nos seus benefícios previdenciários, o único meio de subsistência não só para si, mas também para toda a sua família.

Nesse cenário, é preciso fazer um alerta. A Previdência Social é, sim, superavitária e não pode manter o passo atual, que parece querer levar todos os segurados a receber tão e unicamente apenas um salário mínimo, Senador.

Então, somos, sim, a favor do fim da diferença na correção dos benefícios acima do salário mínimo. Essa é uma luta do Senador que nós estamos acompanhando, e entendemos que isso é necessário, é uma retribuição para o povo, para o trabalhador. Por ganhar um pouco mais, na sua pensão, do que um salário mínimo de aposentadoria, ele tem que ser penalizado? E o seu aumento tem que ser diminuído ao longo do tempo, para que todos passem a ganhar apenas um salário mínimo?

A Anfip, nos seus 65 anos de história em defesa da sociedade brasileira, dos trabalhadores, não pode concordar com isso. É uma injustiça que precisa acabar. O poder de compra do aposentado e do pensionista não pode ser corroído ao longo dos anos, como tem acontecido.

Sobre o Conselho e as Juntas de Recursos, é preciso destacar o modelo democrático adotado. Com a participação tripartite, as Juntas têm representantes do Governo, das empresas e, é claro, dos trabalhadores, que são os maiores interessados. Mas é preciso também contar com a presença do aposentado lá, não é, Senador? Como o colega falou anteriormente, o representante da Cobap, Moacir, é preciso haver também um representante do aposentado lá, porque eu acredito que, em muitos casos que chegam ao Conselho para serem resolvidos, o aposentado talvez não esteja representado, não é, Irineu? Até porque a lei fala em representação quadripartite, não é isso?

Então, nós entendemos que a apresentação de recursos é livre, sem a necessidade de advogado, porque amplia o acesso do trabalhador a fazer eventuais questionamentos de forma mais simples e objetiva.

Mas, quando eu li aqui que um dos interesses desse grupo é tornar o CRPS, as juntas, mais conhecidas do público, entendo que isso, realmente, é necessário, porque eu, como servidora da previdência social por longos anos, entendia que nem os próprios servidores conhecem bem essa representação, esse conselho, nem os próprios servidores. Os segurados, então, tinham um medo horrível desse conselho. Quando se dizia "o seu processo subiu para junta ou subiu para o conselho", ele ficava apavorado. Até porque tivemos casos de anos e anos de demora na solução dos conflitos, o que realmente não é bom para a sociedade.

Fico muito feliz em saber que hoje esse tempo diminuiu bastante, mas é necessário, sim, que o público saiba melhor, que a própria Casa, os próprios funcionários saibam melhor que existem essas instâncias para resolver de fora mais rápida os conflitos para que não se chegue ao Judiciário, que leva muito mais tempo e custa muito mais caro para todos nós.

Os números também impressionam. Então, em 2014, como foi mostrado pelo Presidente do Conselho, foram julgados mais de 400 mil processos. Realmente, é uma estrutura muito grande espalhada pelo Brasil todo, há muitos conselheiros, como foi mostrado, e isso representa uma garantia, eu acredito, para os trabalhadores brasileiros.

Todo o esse sistema permite a discussão mais objetiva dos litígios, das contestações feitas por julgamentos feitos por pessoas que precisam ter notório saber previdenciário. Vale destacar uma novidade que tem agilizado os julgamentos e que já foi dito aqui também: a adoção do sistema do e-Recursos, um modelo virtual, que reduz o uso do papel e permite, em alguns casos, o julgamento do processo dois meses depois de apresentado. Ou seja, o tempo diminuiu muito realmente.

(*Soa a campainha.*)

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Então, como ponto a ser mais bem analisado, hoje não há a figura do médico lotado nas juntas de recursos. Já foi dito aqui também. Isso atrasa alguns processos e prejudica os trabalhadores. É claro que, quando um julgador julga contra o médico, a favor do trabalhador, ele pode ser realmente taxado de não entender nada de medicina. Então, é preciso que o médico esteja lá para resolver isso com mais celeridade.

Para terminar, digo que tudo aquilo que as confederações, os sindicatos disseram – o Irineu colocou também – a Anfip tem que concordar, porque tudo isso que vocês querem e o que a Anfip quer é que todos os servidores sejam qualificados, sejam treinados, sejam remunerados adequadamente, que os processos tenham agilidade, que as pessoas, os beneficiários, os servidores, os trabalhadores em geral possam encontram reflexo e resultado naquilo que ele procura dentro da Previdência.

Para isso, ele contribui uma vida toda dentro das suas possibilidades, ou seja, para ter, no final de sua vida, uma retribuição justa do seu salário, da sua aposentadoria, da sua pensão e que também encontre no Poder Público o resultado daquilo que ele procura, que é a justiça fiscal, a justiça previdenciária, a justiça trabalhista, a justiça de um modo geral. Então, a Anfip está junto com os senhores na defesa de todas essas reivindicações, que são justas e merecem, realmente, a nossa total e irrestrita solidariedade.

(*Soa a campainha.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito Bem, Margarida Lopes de Araújo, Presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip).

Agora vamos para o Dr. Sandro Alex César, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS).

O SR. SANDRO ALEX CESAR – Bom dia, Senador Paulo Paim, proponente da audiência pública, a quem agradecemos muito por sempre se colocar ao lado das causas justas do povo brasileiro, sobretudo a causa que envolve direito previdenciário dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Sem sombra de dúvida, ao longo do tempo, o sistema público de previdência... A imagem que a sociedade tem dos sistema publico de previdência não é muito boa, ou seja, é daquele que desconta sem perguntar se eu quero sofrer o desconto da contribuição e, na hora de devolver a aposentadoria, o sentimento que as pessoas têm é de que não funciona.

Eu fico feliz pelos números que foram apresentados pelos representantes do INSS e o Ministério da Previdência, assim como do Conselho da Previdência. Esses números precisam ser divulgados porque a imagem

que a sociedade tem da previdência ainda não é essa que os senhores acabam de nos passar. A sociedade tem uma imagem que ainda não é muito boa.

Aqui estamos na presença de vários companheiros e companheiras que são trabalhadores da previdência social, que passam boa parte das suas vidas se dedicando tanto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) quanto ao Ministério da Previdência. Assim, vejo vários deles balançando a cabeça quando eu falo aqui. Que não se confunda a imagem que a pessoas do órgão em si, com a prestação de serviço, com a imagem que eles têm dos servidores da previdência.

Hoje, certamente, esses servidores, que construíram a previdência pública ao longo do tempo, principalmente esses que hoje estão no Ministério da Previdência e que são lotados nas juntas, têm um tratamento salarial muito diferenciado dos trabalhadores do seguro social, com quem muitas vezes dividem o mesmo trabalho nas juntas e nos conselhos de previdência. Essa tem sido uma reclamação muito justa que os companheiros trabalhadores do Ministério da Previdência, que estão lotados nas juntas, têm feito e que vamos tentar, sem sombra de dúvida, buscar uma saída para essa situação.

Queremos contar com os representantes do Governo para nos ajudar a encontrar uma solução para esse caso. Como pode haver dois trabalhadores no mesmo órgão, sendo que um ganha praticamente a metade do que o outro ganha, executando a mesma função? (*Palmas.*)

Eu não poderia deixar de registrar aqui, sem sombra de dúvida, que hoje é um dia muito importante para os trabalhadores do serviço público federal. Hoje, inicia-se mais uma greve dos servidores públicos federais em todo o Brasil por conta, principalmente hoje, da forma como são tratados os trabalhadores do setor público quando da sua aposentadoria. Essa é a principal pauta da greve que se inicia hoje em todo o Brasil.

Boa parte dos sindicatos, inclusive da Previdência Social de todo o País participa. Isso tem a ver com o tratamento discriminatório que as gratificações de desempenho acabam causando aos trabalhadores. Imaginem. Hoje, até no seguro social, e podemos falar com bastante propriedade, há cerca de 15 mil trabalhadores que teriam condições de estar indo embora, se aposentar, mas que, entretanto, ficam no INSS trabalhando, praticamente ficando adoentado, tendo problemas de saúde.

Todo mundo tem no ciclo da sua vida um momento do ápice e depois, normalmente, cai a capacidade produtiva, o que é natural. Mas esses pessoas são mantidas hoje no INSS, no seguro social, principalmente, assim como no Ministério da Saúde, e em outros órgãos da administração, porque perdem, no caso do INSS, quase 40% do seu salário quando da aposentadoria. Isso é algo que precisa ser tratado rapidamente, e é o principal motivo da greve que está se iniciando hoje no INSS em todo o País.

De alguma forma, isso vai trazer transtorno, mais uma vez, para a sociedade brasileira, que, como acabei de dizer, ainda tem dificuldade de mudar a forma de olhar para a previdência social, porque essa coisa da negativa de concessão de direitos é o que mais acontece. Os números apresentados são maravilhosos, são excelentes. Mas acabamos de dizer que o órgão é pouco conhecido. Por quê? Porque não há divulgação institucional da importância desse órgão, porque deve ter, deve ser massificado para evitar que vá parar nas barras dos tribunais, no Poder Judiciário uma questão que pode ser resolvida pela própria administração.

Outra coisa que é necessário que a administração faça é observar as reiteradas jurisprudências dos tribunais pátrios, a fim de evitar que as demandas cheguem aos tribunais novamente. Às vezes, os procuradores, a gente entende, por dever de ofício, recorrem, recorrem, recorrem. Enquanto isso, o direito do trabalhador, daquele contribuinte da Previdência, é negado por anos a fio. Detalhe, ao final, sendo reconhecido o direito, porque muitas vezes o Poder Judiciário reconhece o direito, ao final, pagam-se os valores atualizados, os processos contra a Previdência praticamente lotam os escaninhos do Poder Judiciário. Cerca de 80% das ações contra a União Federal, na verdade, são contra o Instituto Nacional do Seguro Social, por conta de benefícios negados. A gente fala que são poucos, sem dúvida nenhuma hoje se consegue mais do que antes, mas continua havendo problema.

Qual o principal problema que se assiste? Há certa insegurança hoje, dos servidores do INSS, por conta de uma questão policialesca que se criou na Administração Pública. A gente costuma dizer, inclusive, que, poucos dias atrás, estava se discutindo uma orientação no sentido de devolver recursos ao Erário. O INSS tem um problema: muitas das vezes, o erro se transforma em dolo. Hoje, com essa questão de se conceder o benefício em cinco minutos, eu costumo brincar, de forma a registrar na cabeça do servidor o que está acontecendo, digo assim: cuidado para não perder o seu direito, tudo que você conquistou na sua vida, em cinco minutos, que é o que pode acontecer com o servidor do INSS. Esse é um dos motivos por que os servidores estão indo à greve neste momento. Há uma insegurança tremenda dos servidores do INSS.

Nós temos que buscar uma solução para essas questões elencadas, temos que buscar um jeito de fortalecer institucionalmente as juntas de recursos. A forma de fortalecer institucionalmente é reconhecer o valor que os trabalhadores e trabalhadoras que lá estão têm: o trabalho abnegado que os conselheiros que repre-

sentam os trabalhadores têm feito lá. Inclusive, com o congelamento do *jeton*. A gente não vem aqui pedir para aumentar o *jeton* de ninguém, mas há que se registrar que não é justo, cinco anos – num País que não tem inflação, né –, congelado o *jeton*. Oito anos? É uma reivindicação mais do que justa.

A gente se coloca à disposição para participar do debate. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), está à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras da junta de recursos e demais trabalhadores da Seguridade Social. Também é uma entidade que tem prestado um serviço à sociedade, pois, junto com a Anfip, com a ANASPS e tantas outras entidades, tem feito a defesa da Previdência Social pública.

Gostaríamos ainda de registrar que, no Brasil, hoje, Senador Paim, continuam com o discurso da falácia do déficit previdenciário. É uma falácia. A pior coisa é quando os oprimidos começam a gostar dos opressores. A sociedade, as pessoas não podem mudar de lado do balcão e ter uma visão diferenciada, porque mudou de lado. Aqueles que ontem defendiam abnegadamente, de forma bem enfática, a Previdência Social, e diziam que não tinha déficit, começam a dizer que tem déficit. Isso é muito ruim para o Brasil e para a sociedade brasileira.

Senador Paim, mais uma vez parabenizo o senhor. O senhor é um dos poucos que não mudou de lado em relação a essa questão da Previdência Social pública de qualidade para o povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Sandro Alex Cesar, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social.

Sem querer comentar, mas vou comentar: Sandro, fiquei abismado – e estou aqui há quatro mandatos como Deputado Federal e dois como Senador – quando tive a oportunidade, como Deputado, de ver um ministro, não vou dizer o nome aqui, sei que faz um tempo, dizer ao Plenário da Câmara dos Deputados: "Vocês têm que entender que, quando a gente é oposição, o discurso é um; quando é governo, é outro".

Eu não engoli aquilo até hoje. Um dia encontrei com ele e ele disse: "Ah, não dá bola, isso aí já passou". Isso não existe, pessoal. O homem público tem que ser coerente, seja na situação, seja na oposição, ele não pode mudar o discurso. É isso que faz com que a população passe a não acreditar nos partidos, nos políticos, por essa incoerência. É como se ele tivesse duas palavras. O que ele fala, quando é oposição, não é verdade, para não usar outro termo; quando ele está no governo, é verdade. Não dá. Para mim, é uma questão de honra do homem público ser coerente com o discurso e com a prática. Por isso, mantenho essa posição.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Senador, se me permitir, eu queria dizer que o Ministro Gabas foi um dos poucos que falou em público e falou na Câmara que não existe déficit na Previdência. Também falou para os jornais, deu uma entrevista muito boa à *Folha de S. Paulo*, dizendo exatamente isso.

Então, isso é bom para a Anfip. O próprio Ministro, o Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Reconhece que não há débito.

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – ... reconheceu esse trabalho que a Anfip faz há tantos anos. Eu queria fazer essa menção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Vamos agora para o Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT, o Sr. Varlei Ertle.

O SR. VALEIR ERTLE – É Valeir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse bendito Varlei está me pressionando para, hoje à tarde, não só votar, mas quer que eu consiga convencer os 81 Senadores a votar pelo reajuste dos aposentados. Vou fazer a minha parte, vou tentar. Então, Varlei, a tua mensagem pegou, só estou falando no teu nome aqui.

Mas passo a palavra para o Valeir Ertle.

O SR. VALEIR ERTLE – Primeiro, quero parabenizar o Paulo Paim pela iniciativa. Já participei de outros debates aqui na Comissão, é importante. Quero parabenizar a Margarida, da Anfip; o Sandro, da CNTSS; a Júlia, da executiva da CUT; o Evandro, que faz parte do Conselho Nacional da Previdência Social; e os demais companheiros das centrais sindicais e entidades representativas.

Eu represento a CUT também no Conselho Nacional da Previdência Social, que é o conselho geral que discute todas essas questões. Sou representante da CUT no Conselho, o Evandro, da Contag, que está aqui presente, não sei se tem mais alguém que seja conselheiro do Conselho Nacional da Previdência Social.

É um debate importante o que a Margarida coloca, a questão do déficit da Previdência. Nesse período, tanto do governo Lula quanto do Governo Dilma, sempre foi colocado às claras que realmente a Previdência não tem déficit. Na eleição do governo Lula, quando houve aquela tentativa, a mídia sempre quer fazer a reforma da Previdência, às custas dos trabalhadores – nós sempre pagamos o pato de toda reforma da Previdência Social _, naquela época, foi criado um grupo de trabalho. O Presidente da CUT, naquela ocasião, o Artur, pre-

sidiu aquele grupo. Foi feito todo um trabalho que comprovou e demonstrou que não havia necessidade de fazer a reforma da Previdência – às custas dos trabalhadores, porque, em toda reforma, quem paga somos nós.

Todo o debate que há, a imprensa, a mídia, a burguesia, a mídia golpista sempre fala e coloca toda a questão da Previdência num balaio. Não dá, tem que separar a Previdência dos servidores públicos, separar a aposentadoria rural, que é Seguridade Social, garantida pela nossa Constituição de 1988, e separar a questão da previdência privada.

Há superávit na nossa Previdência, apesar de todo o incentivo fiscal, apesar de toda a benesse que é concedida aos empresários. A CUT teve posição contrária à desoneração da folha, sabia que o resultado seria aquele ali. A gente sabe. Infelizmente, os empresários não reduziram o valor dos seus produtos; simplesmente, as empresas passaram a ter mais lucro. No primeiro momento, sem nenhuma contrapartida social, qualquer crise que nem chegou ao Brasil, já estão demitindo. É um absurdo. Eles embolsam milhões. Ano passado, quantos bilhões foram transferidos para suas matrizes das suas empresas no Brasil, com todo o lucro que tiveram. Agora, no primeiro momento, a primeira crise que dá, o que fazem é demitir. Então, esse debate tem que servir. Qualquer incentivo tem que ter contrapartida social. Não dá para admitir essas questões dessa forma; é inconcebível.

Agora, nós somos separadores de dois debates – eu estava conversando com o Sandro aqui –: o problema dos servidores da Previdência Social que estão na junta de recursos e o problema da junta de recursos. Acho que não dá para colocarmos as duas coisas no mesmo balaio.

Para mim é o seguinte: foram apresentados os dados dos servidores. Acho que não dá para admitir vários servidores desempenhando a mesma função com salário diferenciado. Disseram que existe uma fórmula na Previdência Social, e o próprio Conselho Nacional da Previdência Social tem o dever de discutir, de debater essa questão, porque um servidor, um do lado do outro, ambos têm o mesmo tempo, mas têm gratificação diferenciada, salário diferenciado.

Este é um debate que tem de ser feito: se vão ser todos de autarquia que vão estar dentro dos Conselhos da Previdência Social. Todas as questões. Não dá para separar.

Este não é um debate corporativo. Aqui não está sendo feito um debate corporativo. Então, temos de separar as questões. E a CUT apoia todas as reivindicações dos trabalhadores.

Tem se de discutir o quê? É preciso fazer um debate nesse sentido e separar a questão corporativa de todos os servidores da Previdência Social que estão lotados dentro das Juntas de Recursos, dentro das Câmaras de Recursos do debate aqui do Conselho. Isto é responsabilidade das centrais sindicais, isto é responsabilidade da Previdência Social: fazer um debate nesse sentido.

Acho que não dá para fazer agora um debate corporativo, achar que a corporação vai resolver o problema da Junta de Recursos. Acho que não podemos... Não que não haja competência. Tem-se de opinar, tem-se de discutir. Mas a opinião da CNTSS é a opinião de vocês, para contribuir para o debate.

Isso é importante. Agora, não podemos colocar isso como um fórum de decisão, dizendo "É a corporação que vai decidir", senão fica muito ruim. As centrais sindicais... A CUT é classista e defende essa questão, não dá para aceitarmos, não dá. Tem-se de discutir o problema que há, a situação de vários que estão em autarquia com salário diferenciado na mesma função. Tem-se de ver o tempo de trabalho, várias questões que vocês conhecem muito bem, e a CUT, com certeza, vai discutir com vocês, vai fazer todo esse debate.

Então, o que nos preocupa muito... E acho que têm de ser reformulados os Conselhos de Recursos da Previdência Social. Eu, como Conselheiro da Previdência Social, tive oportunidade de participar... Cheguei e fui apresentado em duas reuniões da Junta de Recursos. E, para mim, hoje, por que talvez tenha de haver uma cobrança maior... Inclusive, está na proposta – tem-se aqui discutido, inclusive – discutir como foi feita a indicação.

Eu estive em duas oportunidades e perguntei quem os conselheiros trabalhadores representavam. Ele não soube me dizer. Ele não soube me dizer quem ele estava representando.

O grande problema hoje... Paulo Paim, no meu ponto de vista, tem de ser reformulada a lei... A lei diz que, para ser conselheiro, representando os trabalhadores, com exceção dos trabalhadores rurais, tem-se de ter curso superior, de preferência Direito – de preferência Direito. É um contrassenso, porque tu deixas de representar os trabalhadores.

Então, quer dizer que tu tens conhecimento sobre previdência social, tu tens conhecimento sobre os direitos dos trabalhadores, e, para ter todo o conhecimento, tem de ser bacharel em Direito?

Eu sou bacharel em Direito. Quando eu não era bacharel em Direito, tinha condições de fazer parte de uma Junta de Recursos. Então, acho que esse é um contrassenso que há na lei, que temos de corrigir.

Qualquer trabalhador que tenha... pode... Se ele tem capacidade, o sindicato tem de ter a responsabilidade de indicar.

Agora, temos o seguinte: todas as centrais sindicais têm sua estrutura nos Estados. Por exemplo, a CUT tem a central dos trabalhadores em todos os Estados.

Então, para mim, essa indicação tem de ser da CUT, não pode ser de sindicato, porque nem o sindicato do vizinho do lado sabe que há um representante daquele sindicato que faz parte da Junta de Recursos. Então, essa reformulação tem de ser feita.

Hoje, as centrais sindicais todas têm a sua estrutura nos Estados, têm a sua central sindical no Estado. Então, se há um representante de um sindicato, com raras exceções... Eu não sei quem são os conselheiros da CUT no Estados, que são indicados,nem no nacional, nem nos Estados.

Eu fui... Eu sei, porque sou da Executiva Nacional da CUT. A Júlia não sabe, e a maioria dos sindicatos não sabe quem são os representantes. Esse é o grande problema.

Então, é o seguinte: há questões que têm de ser mais bem debatidas. Tem-se de ver como se indica. Isso tem de ser... Se há um representante de uma entidade lá da Nova Central, a Nova Central tem responsabilidade; se é da CUT, a CUT tem responsabilidade. Tem de ser cobrado da central sindical. Não pode ser uma cobrança do sindicato. Se é uma Junta no Estado, a central tem de ser responsável; se há problema, ela tem de discutir e mudar o conselheiro.

Passa-se lá para o André: a partir de tal e tal, quem vai assumir lá no Estado vai ser o conselheiro tal. Ele tem de responder à vontade e aos anseios do seu Estado, da sua central, à entidade a que é filiado. Isso nós temos de mudar. Essa situação nós temos de mudar.

Então, como na Junta de Recursos, aqui, no colegiado, a maioria das indicações são das confederações, isto é, são as federações nacionais que indicam. E as centrais sindicais não sabem, a CUT não sabe quem são os que estão no pleno do conselho. A maioria das centrais sindicais não sabe quem está lá. E, muitas vezes, somos cobrados. Já fui cobrado várias vezes em debates que fazemos nos Estados, em vários seminários de que participamos: "Ah, o teu representante da CUT está..." Não sei. Com certeza, nenhum conselheiro que está na Junta de Recursos é homologado pelas CUTs estaduais; nenhum conselheiro que está lá, que é de sindicato filiado, é homologado, indicado pela CUT nacional.

Então, o problema é o seguinte: temos de fazer uma reformulação, um debate nesse sentido, porque as Juntas de Recursos existem antes do reconhecimento das centrais sindicais. E, a partir do momento do reconhecimento das centrais sindicais, a lei é bem clara, diz, inclusive, os percentuais, como se indicam os conselhos.

Representa-se a CUT em vários conselhos: no conselho lá no Ministério do Trabalho, na câmara bipartite, no conselho nacional de... no CNPS. Ali, a representação das centrais sindicais, com o percentual de representação das centrais sindicais. Então, temos de reformular no sentido de caminhar, para que se faça um debate, para que haja uma responsabilidade mais efetiva, que seja cobrada.

Um problema que há, com certeza, na CUT de Pernambuco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – Se há o problema de alguém, a CUT de Pernambuco vai cobrar. Então, ela tem muito mais responsabilidade. É o coletivo, é a direção da CUT que tem responsabilidade pela indicação, independentemente do sindicato que indique. Não precisa ser da direção da CUT, mas a CUT tem de ter responsabilidade pela indicação, como a UGT, a Nova Central. Qualquer central sindical tem de ter responsabilidade sobre aquela indicação. Assim, fica a questão de o sindicato...

Muitas vezes, o que me assusta e que acontece muito, Paulo Paim, é que hoje a maioria dos conselhos estaduais, com exceção do companheiro que estava falando aqui... Não sei, há várias outras exceções, não dá para generalizar, mas muitas pessoas que estão lá indicadas por entidades sindicais são pessoas, advogados que atuam em escritório que, inclusive, tem várias ações contra a Previdência Social. Então, muitas vezes, cobram dos trabalhadores que vão lá, no sentido de que entrem com ação. Cobram, inclusive, 20%, 30% do processo, e resolvem isso de forma administrativa, resolvem isso lá na junta.

Isso é o que não podemos permitir mais. Não podemos permitir que escritórios previdenciários fiquem lá, indicando os conselheiros e ganhando 20%, 30% dos trabalhadores que estão no desespero, que fazem um recurso nesse sentido, para poder ter seu benefício. E muitos escritórios estão fazendo isso.

Muitas pessoas, nos lugares em que estive, dizem: "O representante dos trabalhadores sou só eu. Trabalho para o escritório tal. O dono do escritório tal é que me indicou". Ele tem a relação, advoga para o sindicato, é associado ao sindicato e acaba sendo indicado pelo sindicato. Acho que é isso que temos de mudar, essa situação. Por isso, essa reestruturação é importante.

Discussão proposta, que há, de autonomia. Acho que temos de ter muita preocupação com a questão da autonomia. Temos de dar... Para mim, o processo administrativo tem de ser célere, tem de estar contribuindo. O trabalhador tem de ter uma resposta positiva o mais rápido possível. Muitas vezes, os processos, como são contra a União, se arrastam por quanto tempo? Então, há decisões reiteradas dos tribunais. Para mim, tem de ser aplicado automaticamente lá na Junta de Recursos, lá no Estado, lá na Região; o próprio colegiado já tem

de pegar... Discute-se: "Já há a decisão do tribunal, então vamos pegar". Aí ele já chega lá, e morre a situação ali, porque não dá para continuar com esse monte de recursos, com esse monte de processos que há.

E muitas vezes é uma indústria... Sou formado em Direito, estou falando isso, porque sou formado em Direito. Acho que não dá para aceitar. Há uma indústria de processos, como a gente sabe.

Há processos... Há um caso lá dos metalúrgicos do ABC, em que os caras faziam a assembleia do lado da empresa, enchiam o restaurante, alugavam o local – fui, inclusive, participei daquela atividade –, para chegar a entrar com processos, com infinitos processos contra a Previdência Social. Então, há um interesse, não dá para... Além do interesse de os advogados ganharem dinheiro, temos de colocar como primazia o interesse dos trabalhadores, que estão lá com prejuízo e que têm de ser ressarcidos, têm de ser atendidos o mais breve possível.

Acho que é isso que temos de levar em consideração nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. VALEIR ERTLE – Então, há várias questões que temos de fazer, há muita coisa para falar. Temos de fazer um debate dentro do Conselho Nacional da Previdência Social, que é o "conselho-mãe", o conselho geral da Previdência Social. Temos de levar esse debate lá para dentro do Conselho. Temos de fazer um debate nesse sentido, para que possamos aprimorar.

Com certeza, isto tem de ser reformulado: as centrais sindicais têm de ter posição; têm de sentar, discutir, fazer uma proposta nesse sentido.

Dentro da CUT, não temos uma posição fechada nesse sentido – não é, Júlia? –. mas vamos debater. Está sendo debatido lá, nos congressos estaduais. Em outubro nós vamos ter o Congresso Nacional da CUT, quando iremos tirar uma posição nesse sentido. Contudo, nós, da executiva, da direção, temos que direcionar esse debate. E, com certeza, vamos criar comissão, vamos criar grupo de trabalho dentro das centrais sindicais para ter uma proposta da melhor maneira possível, e, com certeza, que prime para ter as garantias individuais de todos os trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VALEIR ERTLE – ... para que, na hora que mais precisa da Previdência Social...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. VALEIR ERTLE – ... quando estiver doente ou se aposente, ele tenha que ter uma resposta mais séria e breve possível.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Valeir Ertle, Secretário Nacional da CUT, de organização da CUT.

Agora, o último desta Mesa, passamos a palavra para o Edilson Busson Gonçalves, da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (ANASPS).

O SR. EDILSON BUSSON GONÇALVES – Muito bom dia, Sr. Senador, senhores presentes e meus queridos colegas de trabalho.

Senador, ao longo desses 15 anos que eu labuto na defesa dos meus companheiros de trabalho, é a primeira vez que eu tenho o prazer de estar dentro de uma audiência e que essa audiência verse só sobre a questão da Previdência. Isso é um fato que realmente me dá um novo ânimo, aos 59 anos de idade e 37 anos de efetivo exercício.

Eu quero lembrar aos companheiros presentes e aos ilustres Senadores e Deputados que aqui estão que esta cartilha criou esse imbróglio jurídico, que a mim me parece um paradoxo *ipsis litteris, in verbis, com* o que preconizam os ditames da lei, que é a questão da seguridade social.

Como é que nós podemos ter, numa mesma carreira, servidores que labutam no Ministério da Saúde, desempenhando trabalhos completamente diversos daqueles que nós fazemos, bem como os do Ministério do Trabalho. Ali já foi criado o aforismo jurídico paradoxo, e eu venho reiteradas vezes a Brasília, os companheiros Sandro, Irineu e vários Deputados conhecem essa cara de paraíba aqui, que vem tentando recuperar o direito e a dignidade de nós, servidores.

Nós somos colocados a uma condição análoga a de pedintes da Previdência – essa é a realidade! E o que mais me choca, o que mais me incomoda, o que mais me causa repulsa é a condição a que é submetido o segurado da Previdência. Quando ele paga a previdência, ele é o melhor ser humano da face da Terra, mas, quando ele vai pedir o minguado auxílio-doença, é submetido à condição análoga a de verme... (*Palmas.*)

...quando não é mal tratado dentro das dependências das APS... Porque eu posso falar: a pessoa que labuta dentro de todas as APS do INSS, como dirigente do SindisPrevi sou eu. Eu estive aqui conduzindo a greve do INSS, conduzindo a greve do Ministério Trabalho, o Ministro Lupi me recebeu várias vezes no seu gabinete,

e a gente não consegue avançar rigorosamente em nada, Sr. Senador, porque se trata essa categoria como o lixo da Previdência, como o lixo dos trabalhadores públicos.

Para que os senhores tenham uma ideia, eu sou nível superior, e ganho uma gratificação de R$2.800,00. Ao meu lado, trabalha um colega aquinhoado do INSS, que recebe, de nível médio, R$5.800,00. Isso é um paradoxo! Eli Lopes Meirelles, a maior autoridade em Direito Administrativo, quando eu iniciei o curso de Direito, em 1985, eu li *in verbis* o que ele escreveu: "O ato da administração pública que estabelece qualquer tipo de discriminação é nulo de pleno direito".

E, então, eu vim, ao longo desses anos, já estou na pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal, tentando mostrar aos meus alunos e às pessoas com as quais eu converso, às entidades às quais eu peço socorro, e com a ajuda da Rádio Globo, no Rio de Janeiro, essa incongruência, esse aforismo, esse paradoxo, que é trabalhar no mesmo espaço físico de um companheiro do INSS e ganhar a metade do salário dele.

Segundo, essa celeridade aqui anunciada – e está aí o meu Presidente do Conselho de Recursos, Dr. André Veras – é um factoide, *permissa venia*.

Eu vou citar o exemplo de um amigo: ele não sabia que eu trabalhava no Conselho de Recurso, na Junta de Recurso, e tinha um julgamento – pasmem vocês! – apenas da incorporação de dois vínculos empregatícios na sua contagem de serviço. Foi o pleito dele. Apenas isso! O INSS negou, porque disse que não constava do CNIS. Ele entrou com recurso, e a Junta deu por unanimidade. Então, pergunto aos senhores aqui: em que lugar do mundo, de uma decisão, proferida por unanimidade, cabe recurso de um órgão que é inferior àquele que está acima dele? Ora, então esse organograma é um factoide.

Se se diz no organograma que o Conselho de Recurso da Previdência é o órgão de correição da decisão do INSS, como pode, proferida, prolatada a sentença, o INSS anular essa sentença? Como? Eu queria que me explicassem. Já perguntei a Humberto de Mendonça Manes, meu professor, ex-Presidente do Tribunal do Júri, já perguntei ao Presidente da OAB, Santa Cruz, e não tive resposta. Realmente eles ficam abismados com isso, mas é o que se materializa.

Companheiros, essa condição a que a gente é submetido é vergonhosa. É vergonhosa. A gente ganha um salário de fome para fazer um trabalho profícuo em defesa do trabalhador. Isso que tem de ser colocado. Eu já conversei trezentas mil vezes – e ele está no céu, muito obrigado, Duvanier –, e ele sempre negou o meu pleito. Já conversei com Idel Profeta reiteradas vezes, com Vladimir Nepomuceno, José Cechin, Amir Lando – todos eles conheceram essa cara aqui –, e eu nunca consegui nada. É a primeira vez que eu sou ouvido.

Então, eu tenho orgulho de todos vocês, e agora eu sinto um fio de esperança de que se faça justiça pelos servidores do Conselho de Recurso e se reestruture, porque isso é garantir o direito e o pão de cada dia do trabalhador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Edilson Busson Gonçalves, da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade, que expressou, aqui, o seu ponto de vista, fazendo inclusive um desabafo, e demonstrando uma série de preocupações, que vão servir, claro, para a reflexão de todos os nossos convidados.

Eu queria registrar a presença entre nós aqui do Bira. E, se o Bira quiser fazer o uso da palavra, o momento é esse.

Por favor, Bira.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Bom dia.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, bom dia meu companheiro Valdeir da CUT, a companheira Margarida da Anfip, o Sandro, e essa figura maravilhosa, que botou claramente, aqui, um sentimento que não é só dele, é um sentimento de inúmeros trabalhadores no Brasil.

Olha só, companheiro, por que você tem razão? E não é só você, a sua categoria, mas está discutindo sobre ela aqui, por que você tem razão? O ano passado, foram transferidos, para os banqueiros, 311 bilhões a título de pagar juros. Este ano, nos três primeiros meses, foram transferidos para os banqueiros, janeiro, fevereiro e março, 143 bilhões. Pegaram os direitos dos trabalhadores espremeram e diminuíram através da 664 e da 665, prejudicando a classe trabalhadora brasileira.

Não satisfeito com isso, ontem lançou-se uma medida provisória, que tem como objetivo central dar moleza para os bancos, reduzir a jornada dos trabalhadores e reduzir os salários dos trabalhadores. Isso não tem cabimento.

A Anfip já está cansada de falar, eu falo assim, porque eu ouvi um montão de vez falar: "A Previdência Social é superavitária", o ministro fala isso e depois muda de uma hora para outra, pensando que tem otário aqui, pensando que tem criança aqui, pensando que pode enganar o tempo todo as pessoas, e não vai poder nos enganar.

O desemprego está comendo solto, de cabo a rabo no Brasil, e o que ela propõe, ao invés de estancar a sangria de dinheiro que vai para fora, propõe tirar do nosso coro. É do nosso coro.

Lá em São Bernardo, no ABC – eu fui lá –, a barra está pesada. É mil em um dia, dois mil no outro, quinhentos no outro, seiscentos no outro, No Rio Grande do Sul, a mesma coisa etc.

Nós estivemos aqui – e o Paim foi, mais uma vez, o companheiro que protagonizou – em uma audiência pública com os trabalhadores de *telemarketing* no Brasil. Rapaz, é o seguinte, é uma desgraça. A situação daqueles trabalhadores é... O Paim classificou bem: é análoga a escravo porque o cara é tratado com desprezo, é xingado, é tratado como um cidadão de terceira categoria, não tem direito a nada, nem o direito de ir ao banheiro, com prejuízo para as pernas, para o fêmur, de tanto tempo que fica sentado, e o cara vai atrás no banheiro etc.

Esse é o País em que nós estamos vivendo. E o tratamento que estão dando a vocês, que cuidam dos trabalhadores do Brasil inteiro, é um tratamento de como se vocês fossem cidadão de segunda categoria. Só tem um jeito, companheiro. É juntar as forças para impedir esse retrocesso político e econômico que está acontecendo no nosso Brasil.

É tudo para os banqueiros. É o porto, o aeroporto, é tudo para os banqueiros, e para o povo nada. É isso que eu estou vendo. Eu não vim aqui para criticar ninguém, não, mas não dá para ficar calado diante disso. A situação está muito "braba", a coisa está piorando cada vez mais. Não vai ter dúvida de que, uma hora dessa, o povo vai para a rua e vai parar este País, em defesa da sua vida, em defesa da condição melhor de vida para o conjunto dos trabalhadores.

Por isso, é o seguinte... Viu, eu esqueci o nome dele, eu gostei muito do que ele falou. Como é o nome dele? Mariano. Mariano, esse companheiro aqui, o Paulo Paim, todas as questões que a gente pede a ele, todas: idoso, negro, mulher, trabalhador, servidor.

O servidor público municipal, estadual e federal é tratado que nem animal. Essa é que é a realidade. Estão tratando a gente dessa forma. Querem enxugar a máquina, fazer o Estado mínimo, para poder sanar a vontade de dinheiro e a ganância que têm esses banqueiros, essas multinacionais, que a gente não pode se dobrar e se vender porque eles querem é destruir o nosso Brasil.

O povo da Grécia deu o maior exemplo na minha vida, que eu podia ver. Chegou lá e disse "não" ao arrocho sobre eles. Disse "não" ao arrocho sobre eles!

Então, companheiro, eu queria dizer que a Central Geral dos Trabalhadores se soma a essa sua colocação profunda, na minha opinião, se soma ao companheiro Paulo Paim, à Anfip e a todos aqueles que querem um Brasil para os brasileiros de fato. Um Brasil para aqueles que querem ver o Brasil crescer, e não começar a ter desagregação de família por falta de emprego, por falta de saúde, por falta de médico, por falta de remédio, por falta de emprego, por falta de tudo neste País!

Só quem ganha é quem não produz um posto de trabalho, num produz uma sala de aula. Só quem ganha são esses banqueiros. Por isso, mais uma vez, parabéns, Senador Paulo Paim e ao senhor também, que deu um exemplo para mim aqui, me ajuda nessa luta. Não ajudou só você, não, ajudou a mim também. Eu não lhe conhecia, passo a conhecer um homem do povo, um herói do povo e parabéns pela sua luta.

Muito obrigado, companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que tem também ajudado muito, tem viajado com a gente, nessa briga da terceirização. Não é, Bira? Que é uma forma que eles querem para desestruturar todo mundo do trabalho.

Felizmente, eu tenho viajado o País, como dizia. Já fui a oito Estados, vou aos 27. E o evento é sempre na Assembleia Legislativa. A Assembleia sempre lotada. Na linha que o Bira falou aqui, de trabalhadores do campo, da cidade, de servidores. Todas as centrais estão juntas nessa, eu diria, cruzada em nível nacional para a gente mudar o eixo da política econômica. E, naturalmente, também sabemos que, quando essa terceirização vem da Câmara para o Senado, ela visa fortalecer uma outra estrutura no mundo do trabalho que não é a nossa. Quer desorganizar tudo, fazer todo mundo virar terceirizado e trabalhador de aluguel e nós não podemos concordar.

Por isso a sua intervenção, Bira, veio na hora certa e você, naturalmente, e a CUT também perguntava para mim, eu vou convidar as entidades também porque hoje temos uma reunião aqui às 15 horas para discutir a votação em plenário do projeto de lei aprovado já na Câmara que garante um reajuste mínimo para o aposentado, que é vinculado ao PIB.

Como eu tenho dito aqui e vou repetir agora, encerrando essa minha intervenção, tem sido negativo, infelizmente. Então, não tem como o plenário, que já votou por duas vezes um projeto de minha autoria, que está na Câmara, não votar pelo menos isso.

E, aí, nós temos o debate também da apreciação do veto do famigerado fator previdenciário, que vai ser ou nessa semana ou na semana que vem. E, por isso, é importante a reunião. É bom a sua presença aqui e a colaboração que deu para esse debate.

Eu vou passar a palavra, agora, ao representante da Contag, que pediu para usar a palavra, o Evandro Morello.

O SR. EVANDRO MORELLO – Obrigado, Senador Paulo Paim. Parabenizo aqui pela iniciativa, acho que é um momento muito importante para a gente procurar dar passos concretos na evolução, inclusive, do reconhecimento de direitos.

A Contag se solidariza aqui com essa luta dos servidores hoje que estão nas juntas, nos CRPSs, buscando por uma equiparação. Acho que precisa ser revisto isso porque é impossível você pensar o funcionamento de uma instituição como os CRPSs e as juntas, naquilo que nós almejamos, que é para efeito realmente de a gente viabilizar o reconhecimento de direitos, agilizar, reduzir custos, tudo que foi apresentado aqui, quando você tem essas distorções de remuneração dos servidores que estão ali.

Então, eu acho que isso é fundamental. A gente precisa, de fato, e o Conselho... No Conselho nós precisamos tocar nisso, tratar disso, para reforçar essa luta dos servidores para alcançar essa equiparação, pelo menos durante o período em que esses servidores ficam lotados nesses espaços, prestando seus serviços.

Do ponto de vista do funcionamento em si das juntas e dos conselhos, a Contag defende uma tese que é o seguinte. Em se tratando de direitos sociais, nós, a sociedade civil e de um modo geral as instituições, precisamos garantir a efetivação dos direitos na sua origem. Esse é o ponto de partida.

E a luta vem sendo incessante. Na área rural a gente tem feito muito isso, negociando exaustivamente projetos de lei com o Governo, regulamentação interna das normas. Por quê? Porque precisamos fazer com que os servidores do INSS tenham condições efetivas de reconhecer. Lutamos pela uniformização de entendimento, já negociamos cartilhas para orientar servidores e dirigentes sindicais do nosso movimento, para facilitar e reconhecer os direitos. Então, esse é o ponto de partida.

Agora, também temos uma grande preocupação e entendemos a importância da estrutura do CRPS porque vimos aqui o quanto isso é menos oneroso do que um processo judicial. A gente fala do custo do processo judicial, mas põe em consideração a estrutura do Judiciário para atender isso. Mais advogados, mais juízes, mais isso... Aonde nós vamos parar?

E, queira ou não, a Previdência, de um modo geral, há uma judicialização de muitas ações. Temos que reconhecer isso e temos que reverter esse processo. Não dá para continuar mais. Você achar que os direitos das pessoas vão se resolver pela via judicial.

Então, precisamos, de fato, pensar um funcionamento mais adequado dos conselhos e das juntas de recurso nesse intento, nesse objetivo. Aí, tem algumas questões que... Eu já fui membro, participei da câmara de recurso aqui. Nós temos vários conselheiros nas juntas de recurso.

Tem algumas questões que precisam estar na ordem do dia. Por exemplo, a estrutura e o funcionamento hoje de uma junta e da câmara não podem ficar na dependência meramente da possibilidade de disponibilidade do INSS para poder disponibilizar um servidor.

Há pouco tempo, agora, a gente teve um problema crônico em relação aos peritos médicos por quê? Os conselheiros não têm a menor capacidade de fazer avaliação técnica quando se trata de benefício por incapacidade, sempre depende de um laudo.

Se um trabalhador recorre porque o perito médico do INSS negou, necessariamente precisa ter um especialista na junta de recurso e no conselho de recurso, de uma forma independente, para rever aquela decisão. Mas o que foi feito? Foram lá e retiraram os médicos peritos desses espaços. Então, isso cria uma situação de não funcionalidade.

E eu reconheço... Os benefícios por incapacidade têm uma grande demanda dentro das juntas e dos conselhos, da mesma forma que os benefícios rurais. A área rural, hoje, tem... A gente está tentando avançar para um conceito mais objetivo para o reconhecimento do direito, para facilitar o servidor que está trabalhando no cadastro do segurado, identificando esses trabalhadores no sistema. Mas ainda há um grau de subjetividade enorme do servidor na hora de analisar o benefício e, muitas vezes, indefere. Então, há o recurso.

Assim, há um problema dentro das Juntas dos Conselhos. Eu acho que esse é um ponto em relação ao qual a gente precisa caminhar. Precisamos pensar uma capacitação, dos conselheiros inclusive, naquilo que tem uma demanda de especificidade para poder atuar. Por exemplo, mesmo que indiquemos conselheiros da área rural para participar nesses espaços, os demais conselheiros às vezes não têm conhecimento, porque a legislação previdenciária rural é totalmente diferente do que há hoje dentro do comum, olhando tempo de serviço, benefício por incapacidade, uma série de coisas. Isso, muitas vezes, faz o quê? Gera indeferimento e

depois põe esse trabalhador na mão de advogados para judicializar a ação. E, mais uma vez, o trabalhador é explorado, porque ele paga honorários abusivos. Há uma série de coisas que são inseridas nesse processo.

Então, estamos só reafirmando o seguinte: nós precisamos e queremos contribuir. Achamos que existe espaço. O Governo precisa ter preocupação para aprimorarmos o atendimento e o funcionamento das Juntas dos Conselhos. Essa questão do *jeton* é importantíssima. Por que digo isso? Do jeito que está sendo postado hoje, apenas aposentados para obterem um complemento de renda vão querer participar dos Conselhos. É muito trabalho. Um conselheiro tem um trabalho medonho para preparar o seu relatório e o voto. Há processos que podem levar um ou dois dias para conseguir fazer um voto decente, justificado e fundamentado. Isso é um problema, por quê? Uma pessoa que queiramos indicar que tenha capacidade para preencher esse espaço, quando vê a remuneração do *jeton*, pensa: "Qual a perspectiva que eu tenho? Eu vou sobreviver como? Disto daqui?"

Portanto, temos dificuldade – inclusive nós, da sociedade – de indicar os representantes hoje, achar representantes que queiram participar dos Conselhos da Câmara de Recurso. Isso precisa, pois, ser revisto. Há imagem para melhorarmos isso. Agora existe uma questão importantíssima. O ... trouxe um ponto que queremos defender. O critério de indicação... Vejam bem: nós estamos seguindo um critério aqui estruturado lá no Tratado de Versalhes. Diz o seguinte: "As entidades classistas têm que fazer a indicação para resolver seus conflitos mediante a mediação do Estado". E nós temos que avançar nisso. Do jeito que está o processo de indicação de conselheiros para participar quebra não uma hierarquia, mas cria uma vulnerabilidade institucional de não sabermos quem representamos. Vamos procurar ainda o Dr. André. Não tivemos oportunidade de conversar. Mas já conversamos com o Dr. Manoel Dantas, o antigo presidente que faleceu, cujo nome não lembro – Salvador morreu... Eu estou dizendo para mostrar o nosso histórico de diálogo com os Presidentes dos Conselhos para dizermos o seguinte: nós chegamos a constatar que existiam muitos conselheiros como se fossem indicados por nós que não tínhamos a menor informação de quem eram. E isso dificulta o trabalho das entidades de corrigir, acompanhar, saber se realmente o conselheiro está fazendo um trabalho decente dentro do Conselho. O que o André – André, o da Nova Central? Pedro, desculpe. O que o Pedro disse é verdade. Qual é o papel de um conselheiro dentro de uma junta? Olhe, primeiro você tem que ter um embasamento, um conhecimento jurídico mínimo para fundamentar o voto. Agora é lógico que ele tem que estar aí para fazer uma defesa do segmento dos trabalhadores que representam e acompanhar. Eu tenho um empregador que tem a sua visão e há o governo para fazer a mediação. Eu estou dentro de um conselho e nós temos que ter isso com muita transparência, porque não é uma questão meramente de imparcialidade. Eu preciso ver se o órgão administrativo está avaliando corretamente o benefício que está sendo solicitado. Se não está, a minha incumbência é tentar corrigir isso dentro e usar de todos os meus argumentos para dizer que há um erro que precisa ser corrigido.

Então, de modo geral, há muito a avançar. Mas precisamos muito desse empenho. A sociedade civil, as entidades classistas, quer de empregadores, quer de trabalhadores, precisamos, sobretudo Centrais Sindicais, Confederações, acompanhar e monitorar melhor isso. Temos condições de avançar muito e melhorar o funcionamento para obtermos o êxito que queremos, principalmente para reduzirmos custo, evitarmos judicialização e, mais do que isso, garantirmos, de forma plena, o direito dos segurados da Previdência Social.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Boa fala a do Evandro Morello, que falou pela Contag.

Pessoal, agora nós vamos para os encaminhamentos devido ao horário. Eu ia propor o seguinte... Primeiro, eu achei a audiência muito interessante para nós, de fato, contribuirmos para que o Conselho Nacional e a Junta de Recursos possam, efetivamente, ajudar os trabalhadores que fazem daquele espaço quase que a sua última esperança, principalmente aquele que não quer ficar nas mãos de advogados, como há muitos, como foi dito muito bem aqui, que fazem a indústria de ações contra a Previdência.

Eu queria ver com vocês como é que a gente encaminha neste momento para termos uma solução desta audiência, que foi, para mim, de suma importância. Não sei se tiraríamos algumas pessoas para fazer até mesmo o documento com as principais reivindicações e nós o mandaríamos em nome da própria Comissão de Direitos Humanos, fruto desta audiência.

Eu só vou pegar alguns pontos. Todos falaram muito bem, mas o Evandro Morello deu uma contribuição para mim mais objetiva no final.

É sempre bom falar por último – não é, Evandro? Você aprendeu rápido. Acho que é bom, porque percebe a opinião geral e dá também a sua contribuição. E ele mostrou que conhece a área.

Então, a questão da reestruturação, da formação dos conselheiros, salário decente. E, quando digo salário, nem estou falando do *jeton*. Eles precisam de um salário decente. E, no salário decente, claro que está incluído o *jeton*. É que *jeton* pegou tão mal aqui, quando Senadores e Deputados ganhavam *jeton*...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso! Vamos acertar lá.

Salário decente, garantir agilidade, verificar as indicações, acompanhamento e monitoramento por parte das entidades, e saber quem são efetivamente os indicados.

Eu anotei algumas coisas. Vocês naturalmente poderiam sentar...

Eu convido, inclusive, o Morello para estar junto, em nome da Contag. Parece-me que alguém já teria uma síntese...

Quem é que tem?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Irineu já tem essa síntese.

Então, Irineu, quer falar da síntese? Ajude-me. Eu não gosto de fazer uma audiência pública e não ter um encaminhamento no final. Vamos ter m encaminhamento que vai servir como instrumento para melhorar a qualidade do Conselho. É isso que todos nós queremos.

O SR. IRINEU MESSIAS – Bom dia a todos e a todas! Agradeço enormemente ao Senador por esta proposição. Nós o escolhemos exatamente por esse compromisso que o senhor tem de defender todos os trabalhadores, mas principalmente abraçar as causas previdenciárias dos brasileiros.

Nesta temática, Sr. Presidente, temos escrito alguma coisa como reflexão. Foi brilhante a exposição do companheiro Evandro. Na nossa concepção, é importante um grupo de trabalho criado no âmbito do Ministério da Previdência formado pelas Centrais Sindicais – é bom que Bira esteja aqui, faz muito que não o vejo. Acho que as Centrais Sindicais, como disse Valeir e outros que me antecederam, têm um papel preponderante. Se as Centrais Sindicais, que representam os segurados brasileiros, os trabalhadores brasileiros, não entrarem neste debate, eu, como servidor, posso dizer que, do jeito que está, para o Governo está bom. Está dando alguns resultados. Mas, para os trabalhadores, para nós, que somos servidores, tem que ser feito muito mais em função da conscientização.

Nesse sentido, Sr. Senador, acho que um grupo de trabalho criado com o apoio do Ministério da Previdência, a representação do CRPS, do INSS é importante, porque na prática o CRPS funciona dentro do INSS, nas dependências do INSS, onde é importante que a representação esteja, como também há uma representação do Senado, alguém indicado, para acompanhar este debate a fim de, num prazo de 90 dias, apresentar uma proposta que, de fato, aponte para a questão da reformulação, da reestruturação, ouvindo, debatendo com a sociedade, mas que, em definitivo, se resolva também, Sr. Presidente, a equiparação salarial de três grupos de servidores que convivem, ainda que pacificamente. Mas, como disse o brilhante companheiro Mariano, é uma situação de muito constrangimento para esses servidores. Que se aponte uma proposta efetiva de equiparação salarial.

Então, esta seria basicamente a nossa proposição: um grupo de trabalho constituído para que possamos fazer a sistematização dessas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bem, eu queria passar a palavra – sei que há outras pessoas. Como eu havia me comprometido, ele se comprometeu em voltar e voltou – ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim.

Eu quero cumprimentar às senhoras, às senhoritas que estão aqui presentes, aos senhores, aos líderes sindicais. Este é o tipo de debate que a sociedade brasileira espera.

Quero parabenizar a iniciativa, Senador Paulo Paim, e sei do seu compromisso em relação a uma questão que, num Brasil tão diverso como é o nosso, de peculiaridades regionais que só o nosso País tem, este conselho, colocando membros que realmente fazem parte da categoria, que está ali no dia a dia e que sabem das dificuldades, vai contribuir bastante.

Eu falo muito mais da minha região. Eu sou Senador pelo Estado do Amazonas. O Amazonas tem os seus problemas. Para o senhor ter uma ideia há dois anos foi inaugurado um posto do INSS no Município de Boca do Acre. O Ministro foi lá inaugurar. O ex-Ministro, não é o atual Ministro. E não funciona até hoje. Simplesmente não funciona.

Eu sempre digo que prédio bonito não resolve o problema das pessoas. Não adianta você ter uma escola bonita se você não tem o profissional para dar aula, para dar educação, para dar conhecimento. Não adianta você ter um prédio bonito do INSS se não tem funcionário lá.

Depois o Governo tomou algumas medidas, colocando médicos, tanto do Estado como do Município, para poder agilizar e fazer as perícias, porque este que era o grande problema que a gente tinha, e temos agora quatro unidades para serem inauguradas lá no Amazonas.

Falei com o Ministro Gabas outro dia, ele vai lá inaugurar, mas para você ter uma ideia, Senador Paim, o Rio Grande do Sul é o Estado que mais aposentados tem. E a região Norte é que menos aposentados tem. Por quê? Pelas dificuldades.

Qual é a política do Governo hoje? A política do Governo hoje é dificultar a aposentadoria porque eles falam em *superavit*, em *deficit*, não sei o quê, e é um discurso antigo. E eu tenho certeza absoluta que o Senado pode contribuir para que a gente possa agilizar e amenizar o sofrimento de centenas e milhares de brasileiros principalmente na minha região.

Eu falo na minha região porque eu sou de lá e eu tenho obrigação de conhecer a minha região, que não é diferente das outras regiões brasileiras, vou deixar claro. E aqui não estou como Senador para falar só por uma região, falo daquilo que eu mais conheço e da realidade que eu conheço.

Então, lá por exemplo, o trabalho é sazonal. Por quatro meses o cara é pescador, por quatro meses ele é seringueiro, por quatro meses ele planta mandioca para fazer a farinha e por quatro meses ele vai fazer uma outra atividade. Então não é uma coisa que você possa...

Nós avançamos lá então. A quantidade de hansenianos que tem que são aposentados é enorme no meu Estado. Como também soldados da borracha, que saíram do Nordeste e foram os verdadeiros bandeirantes da nossa região. Foram eles que descobriram a Amazônia, não é?

Então o caboclo, misturado com o índio, misturado com aquela quantidade enorme de pensamentos diferentes, mas eu quero aqui dizer que todos os senhores e senhoras podem contar comigo para a gente melhorar o atendimento.

A gente tem que acabar com esse negócio de que todo mundo que se aposenta não merece ser aposentado... Parece até...

Nós fizemos os ajustes fiscais. Acho que tem algumas coisas que nós temos que modificar sim. Nós não podemos compactuar com algum caso. Não dá para dizer também que é todo mundo, porque o exemplo que o Governo dava: Ah, um jovem com vinte anos se casou com uma mulher de oitenta. Não é toda hora que tem esse casamento. E não é esse casamento que quebrou a Previdência.

Então isso não é exemplo para mim. Exemplos são centenas de milhares de pessoas que abusivamente podem ter cometido alguma irregularidade. Mas os bons não podem pagar por aqueles que cometeram. Então aqueles que realmente não estão qualificados ou por uma razão ou outra tiveram alguma coisa errada... Mas nós temos que rever, sim, temos que rever até porque o trabalhador passa uma vida toda, desconta FGTS, e o cálculo que ele recebe no final da vida dele não chega nem perto da inflação.

Eu sempre aconselho, digo a todo mundo: Não se aposente! Mas não se aposente por uma razão simples: realmente. a pessoa não tem o que fazer depois de aposentado. Não vai conseguir ficar 24 horas olhando para a cara do marido nem o marido olhando para a cara da mulher. Não tem como! Tem muita coisa que eu aconselho as pessoas, dizendo: "Não faça isso!"

Tem muito político que diz bem assim: Ah, eu vou largar a vida pública! E eu falo: Você vai fazer o que na vida? "Então, a gente não larga daquilo que gosta de fazer!" E tenho certeza de que os senhores estão defendendo aqui um segmento, uma parcela da sociedade que fica aflita, que não tem dinheiro para comprar um remédio... E parece que a velhice traz cada dia mais problema, não é? Problema da coluna, de pressão alta, de não sei o que, e os remédios cada vez mais caros. Diariamente eu recebo uns cem torpedos pedindo para votar uma lei que está aqui no Senado de pessoas obesas que querem remédios pelo SUS e parece que tem um problema aí, eu já até falei sobre isso, se é uma questão de saúde, nós temos que dar prioridade a questão da saúde.

Então eu só quero dizer, Senador, e fiz questão de voltar aqui para falar isso, que eu quero que vocês contem comigo. É só falar com o Senador Paulo Paim, o Senador fala comigo, se vocês me encontrarem por aqui também, estou à disposição no meu gabinete para que eu possa dar a minha parcela de contribuição aqui no Senado a muitos brasileiros que são injustiçados e que ficam numa angústia para serem olhados de uma forma diferente.

Deram a sua contribuição? Deram. Imaginem o caboclo que passa a vida toda pescando? É porque a gente fala fácil e parece que é bonito. Você vai pegar um sol lá no Amazonas e aí você vai ver um cabra de 40 anos, com aspecto de 60: Aquele sol curtido, aquele rosto sofrido e aquele olhar esperançoso! Porque quando eu me reúno no Amazonas a gente olha para a cara de um caboclo, de uma cabocla e você vê lá aquele rosto curtido do sol, enrugado, com as mãos calejadas, olhando para ti, como se você fosse a segunda esperança dele. A primeira é Deus e a segunda é você que está aqui embaixo. Então são essas pessoas que aqui não podemos perder de vista, porque ser Senador da República é uma beleza. Não tem cargo melhor no Brasil do

que ser Senador. Até o Senado é azul! É um céu, não é? Porque a gente discute tudo aqui no ar condicionado, servindo cafezinho, água...

E vocês, que são sindicalistas, sabem muito bem do que eu estou falando. Então contem comigo para aquilo que for necessário, e tiver a minha contribuição, eu quero dar a minha contribuição e fazer aquilo pelos brasileiros que esperam que numa reunião desta, numa audiência pública tão prestigiada por sindicalistas, por pessoas que militam nesta área a gente possa trazer uma solução definitiva para eles e a gente possa fortalecer esse movimento.

Era isso, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Omar Aziz, pela sua contribuição.

V. Exª está coberto de razão: aqui é o céu. Tirando alguns pecadores, o resto é bom. (*Risos.*)

Há alguns aqui que cometem pecados de vez em quando.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Mandaram-me no WhatsApp – e esse negócio agora é bom, porque a gente fica sabendo de tudo *on-line*, mas há coisa que é mentira e outras não – que um pastor, falando de Adão, dizia que Adão vivia no paraíso, que Adão era um homem bom!, que Adão tinha tudo, até colocou nome nos bichos. A vaca, por exemplo, tem cara de vaca, como ele dizia; não tem cara de macaco. Imagine uma vaca sendo chamada de macaco! Então ele tinha essa inteligência. Aí, a vida do Adão estava tão boa, tão boa, que Deus ficou com inveja. Ele disse bem assim: Eu vou mandar a Eva para ti. (*Risos.*)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, ele quis fazer um elogio às mulheres, porque Deus viu tantos homens e tantas mulheres e, como aquele homem estava sozinho lá, sem a presença de uma mulher para ser feliz, Ele mandou lá para aumentar a felicidade dele.

Vamos dar uma salva de palmas às mulheres aí, para não ficar nenhuma dúvida. (*Palmas.*)

O SR. VALEIR ERTLE – O Irineu já fez algumas propostas que são importantes, e eu já havia comentado na minha fala. Nós criarmos um grupo de trabalho dentro das centrais sindicais para debater o tema – acho que é fundamental. Tem que haver uma posição das centrais sindicais. Não pode ser só da CNTSS. É importante, em todas essas questões, termos uma posição.

Nesta próxima reunião não dá para debater, porque vamos discutir o Orçamento no Conselho, mas devemos pautar, para a próxima reunião, a discussão do conselho no Conselho Nacional da Previdência Social, discutir as questões, ver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fazer um grupo de trabalho talvez...

O SR. VALEIR ERTLE – Para discutir como é que faz, cria-se um grupo de trabalho lá também, para discutir essas questões. É importante, tem que haver melhorias, todo mundo sabe disso. Como vamos fazer todo esse debate para melhorar as questões que levantaram dos previdenciários, temos de debater isto, é ruim ficar três, quatro níveis discutindo as mesmas questões, mas temos de debatê-las dentro do Conselho, e as centrais sindicais podem fazer uma proposta. Podemos criar um grupo de trabalho para fazer uma proposta de todo o coletivo, inclusive a reestruturação do Conselho. Estamos debatendo inclusive a reestruturação de nosso Conselho Nacional da Previdência Social já faz um bom tempo.

O SR. IRINEU MESSIAS – Inclusive isso, Sr. Senador, nesta composição do Conselho, entre as duas entidades que representam os trabalhadores, que são a ANASPS e a CNTSS, é claro, a Contag, que tem uma participação importante, a Cobap, que embora não esteja, mas espero que o grupo aponte com a sua definitiva exceção, para que realmente, no âmbito da Previdência, junto com o Ministro, possa a representação no Ministério, o Ministro Gabas já tem falado em uma reunião com a CNTSS, acha que o Conselho tem que ser reformulado, mas tem que ser reformulado em uma perspectiva não do Governo, mas de uma construção de consenso, uma construção coletiva, principalmente ouvindo entidade de representação dos trabalhadores em geral e também dos servidores, que sofrem, há muito tempo, por este desprestígio do órgão, tanto internamente quanto na sociedade.

Para concluir, temos a Confederação, que quer entregar às suas mãos e à representação do Governo três ofícios, constando três documentos. O primeiro documento, a sistematização do encontro nacional dos servidores das CRPS e juntas, de onde foi tirado um elenco de propostas que vai servir para o debate.

Primeiro, a surpresa nossa, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo, porque, pelo que me consta, é a primeira vez que o Parlamento brasileiro faz este debate, uma audiência pública para debater as instâncias de recursos da Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De fato, é a primeira vez.

O SR. IRINEU MESSIAS – É a primeira vez, em 75 anos de existência do Conselho. Ficamos também abismados, Sr. Presidente, porque foi a primeira vez também que os servidores nacionalmente se reuniram para tratar das suas questões, a primeira vez que regionalmente os conselheiros de juntas, junto com os servidores, na Região Nordeste, também se reuniram e levantaram um elenco de propostas que estamos entregando às suas mãos, ao Ministério da Previdência, ao Presidente do Conselho de Previdência, André Veras, e também para a presidenta do INSS. Está aí o documento que o presidente vai entregar com os respectivos documentos, apresentando a contribuição da Confederação e evidentemente dos servidores, para este trabalho tão enriquecedor, que vai beneficiar toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A partir deste momento, fica ajustado que vocês vão construir um grupo de trabalho, para que o Mosap, o Edson, também presente, e este grupo de trabalho vai apontar caminhos na linha desses documentos. E vamos receber o documento em nome da Comissão e dar o encaminhamento devido, combinando com vocês, para as autoridades competentes, dizendo que este documento, se assim vocês concordarem, eu não li, mas confio na reunião que vocês fizeram com as entidades. Eu tomaria, se vocês assim concordarem, que aprovaríamos simbolicamente que a Comissão de Direitos Humanos abraça o documento e remete-o como fruto também desta reunião, ou seja, a criação de vocês aqui apresentada vai exatamente como está aqui, só dizendo que a Comissão de Direitos Humanos avaliza este documento e pede que se tomem as providências.

Pode ser?

Quem concorda com esta votação simbólica levante o braço. (*Pausa.*)

Quem não concorda levante o braço. (*Pausa.*)

Aprovado, por unanimidade, este encaminhamento. (*Palmas.*)

A SRª MARGARIDA LOPES DE ARAÚJO – Senador, só queria dizer para o público que foi distribuído este material da Anfip e que atrás, o importante está atrás, há todos os dados que mostram que a Previdência é superavitária. São dados atuais, tirados do próprio Governo, dados que o próprio Governo coloca. A Anfip trabalha esses dados e mostra a receita da Previdência e as despesas realizadas e mostra o superavit. É um trabalho feito anualmente, atualizado, com dados de 2014. Então, se isso pode ajudar no debate de vocês, no trabalho de vocês, a Anfip está à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O. k., pessoal!

Assim, esta audiência pública cumpriu o seu objetivo, de forma tal que entendo que saiu daqui um grupo de trabalho que vocês vão construir, a partir das pessoas que aqui se posicionaram, e nós também avalizamos o documento construído por vocês.

Está encerrada a nossa audiência pública.

Um abraço a todos!

(*Iniciada às 9 horas e 5 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JULHO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia sete de julho de dois mil e quinze, na sala 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 110, de 2015-CDH, de minha autoria para debater o tema: "As questões remuneratórias dos aposentados". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os convidados, solicita que tomem lugar à mesa, faz suas considerações iniciais e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Valeir Ertle, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical Adjunto da CUT; Natal Léo, Presidente do Sindicato dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da UGT – SINDIAPI e representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Warley Martins Gonçalles, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP; Epitácio Luiz Epaminondas, Presidente do SINTAPI; Carlos Andreu Ortiz, Presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados; Flauzino Antunes Neto, representante da Central Geral de Trabalhadores Brasileiros - CGTB; Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Políticas de Previdência Social - Ministério da Previdência Social; Diego Cherulli, representante da OAB/DF. Faz uso da Palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e trinta e um minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 50ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 110, de nossa autoria, para debater as questões remuneratórias dos aposentados.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse de participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br-ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-61-2211.

Vamos, de imediato, formatar aqui a nossa Mesa. Dê-me a lista pronta de quem está aí, meu amigo, e eu vou chamar. São 14h58min, estou dois minutos adiantado. Então, eu vou até ser tolerante com o meu assessor.

Em resumo, pessoal, antes de chamar a Mesa, porque ele está atualizando ali, a audiência hoje tem como objetivo debater a questão da Medida Provisória nº 672, que veio da Câmara dos Deputados e está no Senado. Ali foi introduzida uma proposta que o Senado já votou por duas vezes, de minha autoria, que é assegurar aos aposentados a inflação mais PIB. Então, o Senado já votou. Seria uma incoerência total o Senado agora não votar uma emenda que vem da Câmara dos Deputados, que vai assegurar simplesmente o direito de termos uma política salarial definitiva para os aposentados que ganham mais que um salário mínimo.

É bom lembrar que, para quem ganha um salário mínimo, já está assegurada a inflação mais PIB. Mas para quem ganha 1,1; para quem ganha 1,2; para quem ganha dois ou três, não está assegurada. Nós queremos, com essa medida provisória e com a emenda colocada na Câmara, permitir que os aposentados tenham uma política salarial definitiva.

É importante dizer que o PIB, nos últimos anos, tem sido negativo. O último foi 0,1%, o que não dá impacto nenhum na economia do País.

Este Congresso, recentemente, e eu votei favorável também, não nego nunca a minha opinião, votou reajuste para o Judiciário, e hoje está votando outro reajuste para outra categoria, que é muito maior que o de vocês. Eu não sou contra se assegurar pela defasagem que essas categorias tiveram, mas a defasagem de vocês é a maior de todas. Por isso, não tem sentido, não tem lógica nenhuma o Senado não votar.

Então, a nossa intenção aqui, pessoal, é fazer uma audiência rápida, em que cada convidado faria uma saudação. E nós temos que ir fazer o corpo a corpo lá no Senado, em frente aos corredores, na Galeria, ali nas cadeiras dos convidados de honra, deixando claro que vocês estão lá na expectativa.

Para votar as outras matérias, terão que votar primeiro a de vocês, a MP 672 é o item 1. Por isso, é fundamental que estejamos lá. Então, de forma prática e objetiva, vamos ver quais dos nossos convidados estão aqui presentes, para que eles possam usar a palavra falando da importância deste momento, para nos deslocarmos para o plenário do Senado, porque lá é que vai tudo acontecer.

Alguém já me falou que, na Revolução Francesa, enquanto os intelectuais estavam todos no mosteiro discutindo o que iria acontecer, o povo tinha feito a revolução nas ruas. Então, não vamos cometer este erro de ficarmos aqui, nesta sala, enquanto lá poderá estar acontecendo a votação dos temas fundamentais para todos nós que estamos aqui neste momento e milhões de brasileiros que estão na expectativa desta votação.

Eu pergunto à assessoria se já tem a relação dos convidados, para usarem a palavra os que já estão aqui presentes. Vamos ver: alguém está pela Central Única? Por favor, venha à mesa de imediato.

Como aqui não há a relação correta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não; está aqui, sim, meu amigo. É que a companheirada aí...

Então, o Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores, Valeir Ertle.

Uma salva de palmas para ele, que já está aqui. (*Palmas.*)

Eu vou chamar então aqui a lista:

Natal Léo, Presidente do Sindicato de Aposentados e Pensionistas da UGT. (*Palmas.*)

Warley Gonçalles, Presidente da Cobap.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, enquanto ele não vem, o Moacir Meirelles de Oliveira assume aqui. (*Palmas.*)

O representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate)...

Está aí?

O representante da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

O representante da Força Sindical.

O representante da Nova Central.

Flauzino Antunes Neto, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

Está aqui? (*Palmas.*)

Vamos lá, pessoal.

Então, esses companheiros que estão aqui representando os aposentados e as centrais farão a sua saudação. Em seguida, nós vamos lá para o plenário do Senado acompanhar a discussão e a votação da Medida Provisória nº 672.

O Luizão fala pela CUT?

Isso! Venha para a Mesa, Luizão, falar pelos aposentados da CUT. Já que alguns faltaram, você assume aí toda a responsabilidade de falar por todos agora, por aqueles que não chegaram ainda. (*Palmas.*)

De imediato, pessoal, eu proponho que a fala seja de cinco minutos cada um, para que possamos ir ao plenário.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Três? Concordam com três minutos?

Então, três minutos cada um.

Começo pelo Valeir, falando em nome da CUT, por três minutos.

O SR. VALEIR ERTLE – Senador, sendo bem rápido, este tema nós já tivemos oportunidade de debater, inclusive, nas audiências anteriores, quando se discutiu a questão das Medidas Provisórias nº 664 e 665, também, que tem a ver com a questão da Previdência Social...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um pouquinho. Eu queria convidar o Diego para vir à Mesa também, por favor.

O Diego me apresentou um projeto, pessoal, interessantíssimo. Deixem-me comentar com vocês.

Vamos dar três minutos para ti, também, Diego.

O projeto que o Diego me apresentou, e eu já registrei, abre uma janela para quem já é aposentado se aposentar sem o fator previdenciário. Então, ele vai explicar.

Uma salva de palmas. É já para quem está aposentado. (*Palmas.*)

O SR. VALEIR ERTLE – É um tema muito pertinente, que temos que debater muito. No ano passado, nós tínhamos aquela Mesa Nacional dos Aposentados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou pedir ao Marquinhos, pela assessoria, que vá à Chapelaria, porque o Warley disse que está preso lá. Vá lá e diga que estou numa audiência pública aqui. Vá em meu nome e leve até a minha carteira, se quiser, de Senador.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pior é que não está aqui. (*Risos.*)

O SR. VALEIR ERTLE – Eu acho que é importante colocar essa questão, Senador. Primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa, cumprimentar todos os membros da Mesa. Não vou nominar cada um, como o tempo é pequeno.

Agora, é um absurdo, na Casa do povo, nós termos toda essa restrição para entrar, não é? Inclusive, a CUT Nacional conseguiu *habeas corpus* para poder participar das atividades aqui do Congresso. Todos os membros da Executiva da CUT têm *habeas corpus* e têm uma dificuldade enorme de entrar. Foi votada agora a redução da maioridade penal, e a Juventude, com *habeas corpus*, não entra na Casa. Então, é a Casa do povo, e o povo não pode entrar. (*Palmas.*)

É um absurdo, é um contrassenso toda essa dificuldade. Nas atividades que temos feito aqui e na Câmara, não podemos entrar. Havia muitos empresários, estavam cheios os corredores. Agora, os trabalhadores chegam e ficam de fora, têm que fazer manifestação lá fora. Então, a Casa do povo tem que ser revista, porque é um absurdo, é um contrassenso, na Casa do povo, haver a maior dificuldade, ter que pedir ao Senador para ir lá liberar a entrada de um membro para participar de uma mesa de debates aqui no Senado. É um absurdo o que está acontecendo aqui na Casa. Não dá para aceitar esse tipo de coisa, Senador.

É importante estarmos debatendo este tema. No ano passado, havia uma mesa de debates dos aposentados com 22 itens – não é, Luizão? Foram feitos vários debates, inclusive a criação do Conselho Nacional do Idoso. E um dos temas que estavam na pauta era a recuperação das aposentadorias. Foi discutido o ICV do aposentado e várias questões que nós queríamos.

Se não aplicar o projeto do Paim – que foi aplicar a correção do salário mínimo para as aposentadorias –, tinha que ter alguma coisa que recuperasse o poder de compra dos aposentados.

Então, a gente sabe que existem várias questões: a inflação para o idoso não é a mesma inflação para um trabalhador normal, porque existem várias questões que são mais caras, como a questão dos remédios e várias outras questões, como o plano saúde, que encarece muito mais para o idoso, para o aposentado, do que para quem é mais jovem.

Então, esse debate a gente fez bastante lá. E havia um debate, uma discussão, inclusive, de se fazer um estudo sobre o que significa a inflação para o idoso, que é bem diferenciada da inflação para o trabalhador normal, do trabalhador mais jovem. Então, nesse sentido, a gente fez um debate, mas infelizmente acabou não havendo mais as reuniões.

Espero que se retome aquela mesa, Luizão, para que a gente possa retomar novamente o debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

O SR. VALEIR ERTLE – ... sobre os aposentados e as centrais sindicais.

Então, por isso que é importante essa correção. É importante se fazer um debate no sentido de que tem que haver uma correção. Não dá para cada vez ficar mais achatado. Existem pessoas que ganhavam dois ou três salários mínimos... A função da correção é importante, pois acho que ainda é muito pequeno o nosso salário mínimo – tem que se aplicar o salário mínimo do Dieese, que, hoje, é dois mil e trezentos, quase dois mil e quatrocentos reais, para que a gente possa ter as condições mínimas de sobrevivência. Então, por isso que é importante esse debate.

Quero parabenizar a iniciativa, e, com certeza, vamos ter que fazer um bom debate. E espero que a gente consiga ter êxito neste debate. E nada mais justo do que corrigir as aposentadorias – poder recuperar as aposentadorias.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Natal Léo, pela UGT.

O SR. NATAL LÉO – Primeiramente, Paim, em nome do Ricardo Patah, nosso Presidente, que está adoentado, gostaria de agradecer o convite, e dizer a vocês, meus companheiros, vocês que são, como eu digo e brinco com o pessoal, da minha categoria, que este velhinho que está falando para vocês tem 72 anos, teve três enfartes, três safenas, duas mamárias, e sofrendo como todos vocês.

Mas eu fiquei tão contente, mas muito contente mesmo – e falo com o meu amigo lá, o Warley e o Luizão – quando eu vi o título deste nosso debate: "As questões reivindicatórias dos aposentados" – não, "As questões remuneratórias dos aposentados". Você sabe por que eu fiquei contente? No mundo do trabalho, hoje, remuneratória é para quem está na ativa trabalhando, não é? Concorda que é para quem está recebendo? Você trabalha e recebe uma remuneração. Paim, você considerou nós trabalhadores beleza pura, porque esse mundo, este Governo não nos respeita, não acha que nós somos trabalhadores. Nós não somos trabalhadores da ativa, somos inativos.

Mas eu gostei do título. E baseado no título, eu vou dizer a vocês – pode ser que vocês já sabem estes números – que nós somos em torno de 33 milhões de aposentados neste País, na área do Regime Geral da Previdência. Ora, 70% recebem um salário mínimo. Se você considerar o rural, 99% recebem um salário mínimo – estão achatados e achatados, mesmo!

Então, Paim, eu agradeço muito o convite. Eu só vou propor a vocês, em nome da minha Central e do meu sindicato, uma coisa: primeiro, retornar aquele grupo de trabalho que antes existia – não é, Luizão? O Ortiz que também já está aí sabe, o Warley sabe. Aquele grupo de trabalho em que a gente tentou fazer uma série de coisas. Uma delas é essa recuperação do poder de compra de quem ganha mais do que um salário mínimo.

(Soa a campainha.)

O SR. NATAL LÉO – Mas eu queria vender essa ideia para vocês e pedir o apoio de vocês. Vocês sabem e o Paim também deve saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já chamei, já chamei. Eles não quiseram vir, mas eu já chamei.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES (*Fora do microfone.*) – Eu vim, mas não existe cadeira aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, cadeira a gente consegue.

O SR. NATAL LÉO – A gente arranja uma cadeira para vocês aí. Eu dou a minha cadeira, já, já, para você, Luizão. Pelo amor de Deus!

Eu só queria pedir um favor a vocês, que é o seguinte: hoje, no mundo do trabalho, nos sindicatos da ativa, existe um projeto que ajuda muito o trabalhador brasileiro, que se chama política nacional de trabalho decente. Por que nós não temos uma política nacional de aposentadoria decente? Por que nós não temos? Por que nós não merecemos isso? Nós temos que brigar, Paim! Nós temos que criar neste País uma política nacional para aposentadoria decente! É vergonhoso o que se faz com o aposentado brasileiro! Se, na relação capital e trabalho, existe o trabalho decente, por que não pode existir para nós? E nós temos que lutar por elas! (*Palmas.*)

Dentro dessa discussão sobre a aposentadoria, eu até tenho um decálogo dos pontos importantes. E grande parte dos pontos foi aquilo que eu, Luizão, Ortiz e Warley discutimos naquele grupo de trabalho – era o *kit* de remédios... Hoje, na condição de trabalhador da ativa, os sindicatos dão um montão de benefícios para o trabalhador: é a ajuda "não sei do que lá", de transportes etc. E nós recebemos o quê? Oh! Oh! Nada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo.

O SR. NATAL LÉO – Então, Paim, venho aqui pedir, em nome da minha central, se você pudesse encampar para nós, em nome desse povo todo, a criação de uma política de aposentadoria decente neste País.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Parabéns!

Só dizer que o Luizão e outros foram convidados, pessoal. É que o Warley chegou agora – chega na última hora – e não tem janela, não! Vai ter que ficar no segundo banco.

É que nós estávamos explicando, pessoal, que aqui vai ser uma fala rápida, porque, onde a gente tem que estar mesmo é lá no plenário. Por isso é que eu não me preocupei em dar cinco ou dez minutos para cada um.

O SR. NATAL LÉO – Eu posso pedir um favor para você? Eu vou ceder ao Luizão os meus...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Então, vamos lá! Já vamos ganhando tempo.

Warley tem três minutos. Warley, com a palavra, tem três minutos, porque nós temos que ir lá para o plenário, já avisei isso antes de você chegar.

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Uma boa tarde a todos e a todas.

Eu só queria agradecer ao pessoal. Nós estamos aí com uma caravana boa e nós vamos reivindicar o que é de direito, não é? Porque nós sabemos que a única categoria que reivindica as coisas que estão perdidas somos nós, aposentados e pensionistas. Nós não estamos pedindo nada além do que eles roubaram da gente. Nós queremos buscar aquilo que eles estão tirando de nós, aposentados e pensionistas.

E queria agradecer, também, porque nós estamos aqui unidos, porque estamos com o Ortiz, do sindicato nacional da Força... (*Palmas.*)

...Estamos com o Luizão, também, que é do sindicato nacional da CUT. Então, nós estamos unidos, a Cobap e vários outros, como o Natal Léo, que também é da UGT.

Vocês veem que os aposentados se uniram. Porque não adianta, pessoal – eu sempre falo –, não adianta a gente chegar aqui e "meter o pau" só nos políticos e nós não fazermos nada. Então, nós temos que estar juntos, nós temos que nos unir. Se nós nos unimos, ninguém derruba a gente. Nós somos 33 milhões de aposentados e pensionistas; nós somos, hoje, 13 ou 14 milhões de aposentados que ganham acima do salário mínimo. Mas nós não nos unimos. Aí, eles vêm e massacram a gente! Por quê? Porque nós não temos união.

Nós temos que começar a nossa união desde lá de baixo, todo mundo junto. Como agora: nós conseguimos e estamos conseguindo a união das centrais com a gente, os sindicatos nacionais, todo mundo junto para a gente defender o mesmo objetivo da gente. Nós não temos... O inimigo nosso, pessoal, sabe quem é? É o Governo! Eu não sou inimigo de ninguém, e ninguém é inimigo meu; quem é inimigo nosso é o Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. WARLEY MARTINS GONÇALLES – Então, por isso, pessoal, nós temos que estar aqui hoje. E a estratégia nossa, vocês sabem como é.

Eu só queria pedir para o Senador Paim que nós estamos com 60 pessoas lá fora que não estão conseguindo entrar. Então, uma fila enorme, eles estão segurando. Então, eu acho que o Senador devia dar esse apoio.

Do restante, vamos deixar para nós discutirmos isso, porque nós temos tempo hoje para discutir bastante coisa, não é?

Muito obrigado. Obrigado, mesmo, pela presença de vocês!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O representante da Força Sindical é o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o Ortiz.

Por favor, Ortiz, chegou aqui a cadeira que o Luizão está reclamando aqui.

Daí, vão chegar lá em São Paulo ou no Rio e vão dizer que "o Paim nem cadeira dá para a gente sentar lá, naquele Senado". Está assegurada a cadeira, Luizão.

O SR. EPITÁCIO LUIZ EPAMINONDAS (*Fora do microfone*.) – Mas eu não vou falar em São Paulo, não. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu sei disso. É só para descontrair o nosso ambiente, aqui, porque, hoje, a batalha vai ser longa.

Luizão fala em nome dos aposentados da CUT.

O SR. EPITÁCIO LUIZ EPAMINONDAS – Boa tarde companheiras; boa tarde, companheiros.

Eu acho ímpar este momento. São momentos ímpares que a gente tem de poder discutir a questão do aposentado, do pensionista e do idoso. Mesmo porque, existe uma coisa: quando a pessoa chega a aposentar e chega a ser idosa, ela passa a ficar invisível. Então, as pessoas passam a não ver mais a pessoa idosa, porque tudo para o idoso é até 59 anos; passou de 59 anos, sobe o plano de saúde, que triplica; cai o seu salário; cai a sua condição de vida. E nós temos lutado nisso.

Desde 2002, temos feito uma discussão com o conjunto dos trabalhadores aposentados, independente de ser da CUT, da Força Sindical, da Nova Central, temos discutido, porque achamos que nós, como aposentados, não somos donos dos aposentados, mas estamos aqui para discutir a direção para esses aposentados. E é interessante que a gente discuta. E quando o Paim cede um espaço, que sempre cedeu, para discutir com aposentados é importante.

Conheço o Paim desde quando ele entrou na CUT lá atrás. Ele era Secretário-Geral da CUT, e eu trabalhava na CUT como dirigente sindical no ABC, e ele era do Rio Grande do Sul...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EPITÁCIO LUIZ EPAMINONDAS – ...Continua, não é?

E acho importante isso, porque, de repente, a gente continuou respeitando e nos respeitando até hoje. E é importante que nós estejamos unindo forças para mudar a realidade que aí está. Porque não basta nós falarmos só do Governo, falarmos do Governo e não fazermos a lição de casa. E quando estamos aqui estamos fazendo a lição de casa. É a lição de casa que temos de fazer: ir para cima dizer... Não basta ter uma Central, não basta ter um sindicato se nós não trabalharmos essa questão do aposentado.

Quando discutimos a questão do empoderamento da pessoa idosa é dar poder ao idoso de poder discutir a questão do idoso.

(Soa a campainha.)

O SR. EPITÁCIO LUIZ EPAMINONDAS – O idoso discutir a questão do idoso. E não você colocar quem não é idoso para discutir a questão do idoso, porque ele não sente isso; não discutir a questão do aposentado quem não é aposentado, porque ele não sente o que o aposentado está sentido na pele.

Então, companheiros, acho que temos de ir para a outra reunião que há, discutindo essa questão. Colocando os nossos posicionamentos, e não esquecendo que o nosso salário vem achatando e vai desmanchando como sabão de coco, que você leva e ele vai acabando.

Então, não podemos deixar acabar, não podemos deixar baixar. Quando eu aposentei ganhava 12 salários mínimos. Hoje, ganho cinco e vai caindo. Então, hoje há algo: passou de salário mínimo para salário benefício. O salário benefício joga para o salário mínimo um milhão de trabalhadores a cada ano.

Nesse sentido, eu agradeço aqui pelo espaço. Quanto à cadeira, não tinha jeito, eu estava ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro Luizão!

O SR. EPITÁCIO LUIZ EPAMINONDAS – Fique à vontade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Luizão é um grande parceiro nosso. (*Palmas.*)

Por isso eu tenho liberdade de falar com ele e com todos vocês que estão aqui. Grande Luizão!

Passo de imediato a palavra para o Ortiz, que falará pela Força Sindical.

O SR. CARLOS ANDREU ORTIZ – Boa tarde a todos os companheiros e companheiras.

É um prazer enorme estar aqui, podendo falar a todos os senhores e com todas as senhoras aposentados e pensionistas deste País, com o nossos companheiros das Centrais Sindicais, com o pessoal da Cobap sobre um assunto tão importante como esse nosso aí: tentarmos fazer alguma coisa para pressionar o Congresso, para pressionar o Governo para termos uma política de recuperação do poder de compra das pessoas que ganham acima do salário mínimo.

Eu acho que uma batalha nós vencemos, que foi a da política de recuperação do poder de compra do salário mínimo. Mas o que não podemos deixar é que cada vez mais pessoas que contribuíram, pessoas que contribuíram com teto e outras que, como eu, cheguei a contribuir até com 20 salários mínimos e me aposentei com o teto, veem os benefícios sendo achatados, os nossos benefícios sendo diminuídos porque não temos uma política.

Eu costumo dizer que a Constituinte de 1988 foi a melhor coisa que aconteceu para este País. Nós conseguimos realmente avançar muito na questão da área social. Milhares de trabalhadores, principalmente o pessoal que trabalhava no campo, que não tinha praticamente direito a nada, garantimos que todo mundo recebesse um piso, que seria um salário mínimo. Mas, infelizmente, na época, foi desvinculada a questão do salário mínimo das aposentadorias.

Aí, aconteceu o que vem acontecendo. A cada ano que passa, vemos os nossos aposentados que ganham acima do salário mínimo, as pessoas que mais contribuíram para a Previdência sendo penalizados para pagar uma conta que quem deveria pagar é o Governo.

Na Constituinte de 1988 foram criadas não só as contribuições, mas vários impostos, várias outras formas de sustentação para que essas pessoas tivessem esse direito.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ANDREU ORTIZ – Agora, o que foi feito, não. As pessoas que mais contribuíram para este País têm que cada vez mais ganhar menos, para que a Previdência possa estar pagando a essas pessoas que têm todo o direito, mas que nunca contribuíram devido a situação do campo.

Então, eu acho que, para nós, é importante estarmos aqui, todas as centrais sindicais, todos os sindicatos, a Cobap, unidos para defender uma política de recuperação. Eu acho que o que está em jogo hoje é lutar pela questão do mesmo reajuste do salário mínimo para os aposentados. O Governo vem falando que isso vai quebrar, vai falir, como sempre, a Previdência, isso é tudo mentira, é tudo balela, isso é para a imprensa se voltar contra as pessoas que mais trabalharam para este País. É mostrarmos que agora, de imediato, isso não vai significar nada, porque o PIB está zero, e para os próximos anos vai estar zero.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ANDREU ORTIZ – Mas o que temos de constituir e avançar é para realmente negociarmos e haver uma política, uma política de recuperação, para que aquelas pessoas que ganham um salário mínimo possam realmente ver os seus benefícios corrigidos; para que possam ver o seu valor, o que ele conseguia comprar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo...

O SR. CARLOS ANDREU ORTIZ – ...aquilo que ele conseguia comprar quando se aposentou, ele possa comprar agora.

Então, acho que estamos de parabéns. Temos que continuar pressionando o Governo, o Senado, os Deputados para que realmente olhem para essa população, para nós aposentados, nós que construímos este País. Se este País hoje não é melhor não é culpa nossa, dos aposentados, não é culpa dos idosos.

É culpa de quem? Este País foi descoberto sendo roubado e continua sendo roubado até hoje, e nós temos de pagar o pato.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ortiz.

Flauzino Antunes Neto, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

Lembro a todos que estou acelerando porque temos de ir para o Plenário.

O SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Boa tarde, Senador Paim, aos membros companheiros da Mesa, a todos que estão no Plenário.

Nós da CGTB também defendemos que a Previdência é uma entidade superavitária, tem dinheiro, tem condições de pagar o aumento necessário para a qualidade de vida dos aposentados, porque os aposentados, depois de passarem todos os anos da sua vida trabalhando, quando chega o momento em que mais precisam de recursos, quando mais precisam de meios de sobrevivência lhes é podado esse direito, sendo que muitos dos senhores e das senhoras aposentados ainda ajudam os filhos, os netos, além da questão da complementação em remédios e alimentação, que é muito maior do que o do pessoal da ativa, mas são trabalhadores, pessoas que merecem o respeito. E o Governo não honra isso, fica com essa balela de discurso de ataques aos direitos dos aposentados.

Vimos nas medidas provisórias passadas, e estamos vendo nessa a oportunidade de recuperar o mínimo possível em um aumento da inflação mais a variação do PIB. Temos de tomar conta, não é isso, Senador? Se houver algum dispositivo nesta lei que, quando o PIB for negativo, a gente consiga ter pelo menos um piso mínimo para que o aumento seja considerado positivo. Para que não tenhamos mais perdas e, em um possível avanço que estejamos vendo neste ajuste, e vermos lá na frente seja uma armadilha, o que a gente não pretende.

A gente quer que haja ganhos reais, ganhos acima da inflação, para que tenhamos no mínimo uma condição de vida melhor para os aposentados. Então, nós da Central Geral dos Trabalhadores, a CGTB, apoiamos essa iniciativa do Senador, o Senador mais democrático que vemos no Senado, porque abre espaço todas as vezes para um debate franco com a sociedade.

Então, estamos junto com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Flauzino Antunes Neto, que falou pela CGTB. (*Palmas.*)

Agora, fala o Benedito Adalberto Brunca, Secretário de Política de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Primeiro agradeço, porque o Ministério da Previdência, em toda e qualquer audiência pública que marcamos para debater temas semelhantes a este, faz-se presente.

Benedito, vou pedir desculpas porque temos de dar três minutos para cada um. Mas só a sua presença aqui já mostra a boa vontade do Ministério com os nossos trabalhadores.

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA – Boa tarde, Senador Paulo Paim, boa tarde a todos os representantes das entidades de aposentados aqui presentes. Não vou nominar um a um porque assim gasto os três minutos.

No Ministério da Previdência, por meio do Ministro Gabas, temos procurado agir exatamente em cima do que a legislação estabelece em relação à valorização seja da política de salário mínimo, seja na questão da reposição da inflação em relação aos demais aposentados e pensionistas.

A Constituição veda essa vinculação arguida pelos representantes dos trabalhadores aqui.

Nos últimos 15 anos, nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só uma notícia boa, pessoal: os 80 companheiros que estavam lá fora já estão na galeria. Isso é bom. (*Palmas.*)

Isso é bom. É bom para que eles possam acompanhar o debate.

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA – Nós tivemos, nesse período, um processo de permanente reposição da inflação, e o INPC, nesse período, para quem ganha mais do que o salário mínimo, foi de 121,44%, desde 2013. E quem chegou a ganhar mais... Quem ganha salário mínimo teve um ganho real, estabelecido nas políticas, como a que está contida dentro da MP nº 672, de 132,62%, para poder exatamente dar um incremento e recuperar o poder aquisitivo daquelas pessoas que estão na parte mais baixa da tabela.

Então, nós estamos acompanhando tudo isso com muita preocupação. Naturalmente somos hoje 28 milhões de segurados da Previdência Social, beneficiários, aposentados e pensionistas, e nós estamos aí à frente dessa questão, para poder garantir o direito das pessoas dentro dessa perspectiva...

(Soa a campainha.)

O SR. BENEDITO ADALBERTO BRUNCA – ... que está colocada no âmbito da Constituição e da própria lei vigente até o momento.

Então quero agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Benedito Adalberto Brunca, que veio aqui representando o Ministério da Previdência, prestigiando assim a nossa Comissão, independente do que vai acontecer. É claro que nós esperamos que a medida seja aprovada como veio da Câmara e sancionada pela Presidenta. (*Palmas.*)

Eu queria passar a palavra rapidamente para o Dr. Diego. Diego, três minutos, só para dizer qual é a tua ideia.

E nós vamos, em seguida, nos deslocar para as galerias. Eu vou para as galerias hoje também, pessoal. Acho que ajudo mais na galeria do que no plenário.

Diego, com a palavra.

O SR. DIEGO CHERULLI – Boa tarde a todos.

Como o Senador já adiantou, nós apresentamos um projeto de lei que teve o esforço da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF e da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do DF. Esse projeto de lei busca, tal como a MP nº 672, recompor essas perdas que os aposentados tiveram no cálculo dos seus benefícios. Não recompor do ponto de vista inflacionário, mas sim as perdas havidas com o fator previdenciário.

A MP nº 676 veio em substituição ao veto da Lei nº 13.135 e criou o fator previdenciário, a fórmula 85/95 progressiva. Em cima desse dispositivo da MP nº 676, nós fizemos um projeto de lei para que a pessoa ao completar, o aposentado que teve um fator previdenciário no cálculo do seu benefício, ao completar os 85 pontos ou 90 pontos, ou se passar a regra progressiva, os 90 e 100 lá no futuro, possa requerer a exclusão do fator previdenciário, sem que com isso haja perda no valor do benefício. E também não está adstrito à decadência do direito previsto no art. 103 da Lei nº 8.213, aquele que, com no máximo dez anos, o aposentado pode requerer a revisão. Dessa forma, esse projeto de lei visa recompor essas perdas com o fator, que todos aqui são unânimes no sentido de que deveria ser cassado há muito tempo, e essa é a forma encontrada de se cassar o fator.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Diego, foi bem nos três minutos. (*Palmas.*)

Pessoal, está encerrada a nossa audiência pública.

Vamos assistir à votação lá no plenário do Senado, com muita convicção de que os Senadores vão manter a palavra empenhada e já votada num passado recente, votando a favor do reajuste integral para todos os aposentados e pensionistas.

Vamos lá, pessoal!

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 31 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezenove minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Cristovam Buarque, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Hélio José, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Marta Suplicy, Omar Aziz, Regina Sousa, Romário, Valdir Raupp e Telmário Mota. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**: **Item 1.** Projeto de Lei Da Câmara nº 125, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, adiadas a discussão e votação. **Item 2.** Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 - Terminativo - Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. **Item 3.** Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 - Terminativo - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 4.** Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 5.** Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015 - Terminativo - Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 6.** Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2013 - Terminativo – Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 7.** Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Resultado: Retirado de pauta para reexame. **Item 8.** Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 - Terminativo - Altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 9.** Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 10.** Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014 - Terminativo - Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 11.** Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014 - Terminativo – Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 12. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2012 - Não Terminativo – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei de Crimes Hediondos, e 11.771, de 17 de setembro de 2008 – Política Nacional de Turismo, com a finalidade de aprimorar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao SCD nº 2, de 2012, salvo em

relação ao art. 2º, § 1º, II, do SCD nº 2, de 2012, que deve ser substituído pelo art. 1º, § 1º, II do PLS nº 275, de 2008; e ao art. 2º, § 3º, II, do SCD nº 2, de 2012, que deve ser substituído pelo art. 1º, § 3º, II do PLS nº 275, de 2008. Resultado: Retirado de pauta para reexame. **Item 13.** Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2013 - Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer que a medida socioeducativa de internação aplicável a adolescente autor de ato infracional equivalente a crime hediondo possa ter prazo de oito anos. Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Marta Suplicy. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH. **Item 14.** Sugestão nº 8, de 2014 - Não Terminativo – Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha. Autoria: Programa e Portal e-Cidadania, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela apresentação de requerimento de criação de Subcomissão Temporária, no âmbito da CDH, para que a Sugestão continue sendo examinada pela Subcomissão. Resultado: Retirado de pauta para reexame. **Item 15.** Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2014 - Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. **Item 16.** Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2015 - Não Terminativo – Altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 17.** Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015 - Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 18.** Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015 - Não Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 19.** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 85, de 2015 **-** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Resultado: Aprovado. **Item 20.** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 111, de 2015 – Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O acidente da Boate Kiss". A presente audiência foi requerida pela Associação dos Familiares e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. **EXTRAPAUTA: Item 21.** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 112, de 2015 **–** Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do Plano de Trabalho que tratará do RDH 35, de 2015. Autoria: Senadora Regina Sousa. Resultado: Aprovado. **Item 22.** Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 113, de 2015 – Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater as circunstâncias do assassinato de Antonio de Araújo sob tortura, ocorrido em Planaltina-DF, e que ficou conhecido como caso Amarildo do Distrito Federal. Às onze horas e quarenta e seis minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa. Em seguida a Senadora Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim, Marta Suplicy, Magno Malta, Regina Sousa e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 40ª à 50ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer que a medida socioeducativa de internação aplicável a adolescente autor de ato infracional equivalente a crime hediondo possa ter prazo de oito anos.

Autoria: Senador Jorge Viana
Relatoria: Senadora Marta Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.
Observações:
Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

Concedo a palavra à Senadora Marta Suplicy para a leitura do seu relatório. O projeto não é terminativo.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Presidente, o relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 450, de 2013, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para estabelecer que a medida socioeducativa de internação aplicável a adolescente autor de ato infracional equivalente a crime hediondo possa ter prazo de oito anos. A proposição pretende ainda estabelecer que a internação, a partir dos dezoito anos, ocorra em estabelecimento específico para os infratores dessa condição, isto é, aqueles que, na infância ou na adolescência, praticaram atos que a lei penal tipifica como crimes e qualifica como hediondos, nos termos da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Para alcançar seus objetivos, o PLS nº 450, de 2013, acrescenta o §4º ao art. 112 do ECA, estabelecendo que, atingidos os dezoito anos, a internação passa a ocorrer em estabelecimento específico para abrigar essa classe de pessoas, diferente da instituição de internação das pessoas menores de idade e também distinto da prisão.

A seguir, o projeto altera a redação dos §§3º, 4º e 5º do art. 121 do ECA. O novo §3º mantém a regra geral de três anos como período máximo de internação, mas cria a exceção referente aos atos equivalentes a crimes hediondos, que passam a poder dar lugar a uma internação de até oito anos.

O novo §4º do art. 121 do ECA consiste apenas em aprimoramento, cabível, por sinal, da redação do texto legal: desaparece a referência ao "parágrafo anterior" e surge, em seu lugar, a expressão, mais precisa, "no §3º deste artigo".

Por fim, o novo §5º do art. 121 dilata o tempo pelo qual o Estado poderá manter a pessoa sob custódia, passando a liberação a ser compulsória aos vinte e seis, e não mais aos vinte e um anos de idade.

Em sua justificação, o autor argumenta que as críticas à pretensa brandura do ECA no trato com adolescentes infratores terminam por enfraquecer, desnecessariamente, aquela que é uma das melhores normas de nosso ordenamento jurídico, na medida em que mostra ambições amplas de ressocialização e de integração da cidadania à vida social e produtiva. Esclarece que a taxa de ressocialização bem-sucedida do sistema socioeducativo é de 80%, ou seja, apenas 20% dos que passam pelo sistema reincidem e voltam ao crime, ao passo que a do sistema carcerário é de meros 20%, ou seja, 80% dos que habitaram as cadeias, infelizmente, para lá retornam em algum momento. Parece-lhe importante preservar o ECA e restituir-lhe a confiança da sociedade, que dele estaria se afastando sem boas razões para isso, dados os excelentes números de reabilitação. E, ademais, a preservação do ECA tem o efeito, simples mas de enormes consequências, de evitar que jovens adolescentes, aprendizes ainda no crime, sejam entregues ao cárcere, onde, por toda a evidência, serão treinados e aperfeiçoados nas artes da maldade e da violência. Daí o autor propor um "ponto de equilíbrio" entre a necessária aplicação de uma medida estatal que seja proporcional à gravidade dos delitos cometidos, de um lado, e, de outro, a preservação de uma normatividade bem concebida e eficaz em seus propósitos.

Não foram oferecidas emendas. Após a deliberação da CDH, a matéria segue para a apreciação terminativa da CCJ.

Análise.

Conforme o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH o exame de matérias referentes à proteção e integração social da infância e da adolescência, o que torna regimental o exame do PLS nº 450, de 2013. Tampouco se enxergam máculas jurídicas na proposição.

No que diz respeito à constitucionalidade, poder-se-ia ver óbice no alongamento do período máximo de internação, de três para oito anos, dado o disposto no inciso V do §3º do art. 227 da Carta Magna, que estabelece que a brevidade é princípio inafastável no trato com o menor infrator. Contudo, "brevidade" não implica a determinação de período curto de tempo, mas sim que o juiz deverá valer-se do menor tempo possível para que o problema seja resolvido. E o problema, no caso, envolve não apenas a formação da pessoa menor de idade infratora, mas o necessário apoio e legitimidade social às medidas socioeducativas de formação. Destarte, a "brevidade" do período deve incluir o necessário desagravo à opinião pública, sem o qual a vida social restaria gravemente atingida. Portanto, o PLS nº 450, de 2013, é constitucional face ao princípio da brevidade.

Quanto ao mérito, temos, inicialmente, que a proposição é uma resposta deste Parlamento... Aí, Presidente, eu diria o seguinte: quando você tem alguma situação, aparece na imprensa e na televisão alguma situação que realmente choca as pessoas – e não tem aparecido uma só; todos os dias nós temos situações com menores infratores que deixam a nós todos escandalizados e indignados, e, para dizer a verdade, também com muito medo –, a população tem medo, ela se sente insegura, ela se sente abandonada. E a segurança dos Estados ou dos Municípios – que nem têm essa função – não tem respondido a isso. O que ocorre? Ocorre que vem o clamor. O Congresso é a Casa do Povo. Deputados e Senadores são sensíveis a essa questão e resolvem agir na maneira como eles podem agir. Eles não trabalham com a segurança dita, mas eles podem tirar criminosos da rua. Então, a resposta que ocorre é uma resposta mais dura, como hoje nós vimos, que foi a aprovação, na Câmara, da diminuição da maioridade penal.

Eu também estou atenta a tudo isso. Há um termômetro também na sociedade, tenho medo também, sou uma cidadã como qualquer outra, e considero a situação também de gravidade, mas fui estudar os dados, e os dados não me deram nenhuma segurança para tomar uma medida do porte de uma mudança constitucional. Quando se faz uma PEC, se muda algo muito sério. E mais do que isso: você intervém também, diminui a importância, desmoraliza o ECA, que, com todos os problemas que tem, ainda é um instrumento que recebe aplausos pelo grande número de pessoas que trabalham com crianças e adolescentes na sociedade.

A partir dessas informações que temos de pesquisas, o projeto do Senador Jorge Viana fala da recuperação, da grande recuperação de jovens quando são internados nas medidas socioeducativas, ao contrário dos que entram – pessoas que entram, até com mais de 18 anos – nas prisões, que nós sabemos que são escolas do crime. Até o Ministro da Justiça já discorreu sobre isso. O que fica é que eu não senti nenhuma segurança nos dados. Um instituto fala x, o outro fala y. Aí você remete ao instituto que falou x, ele diz: "Não, isso eu nunca falei." Em virtude dessa pouca informação que temos, não devemos ter uma postura radical neste momento.

O projeto do Senador Jorge Viana tem bom senso, ele responde ao clamor da sociedade, porque nós, aqui, no Congresso Nacional e no Senado, não podemos ficar omissos. A sociedade quer que seja feito algo. Eu acho que nós devemos fazer, devemos responder, mas não com má-fé. Primeiro, vamos devagar, vamos tentar entender, vamos ter mais dados suficientes.

E aqui eu gostaria de dizer o que eu estou propondo. Eu admiro o projeto do Senador, mas estou propondo, em virtude de tudo o que eu mencionei... O fato é que nós não sabemos exatamente as dimensões do problema que nos compete responder e sobre o qual nos compete legislar. A maioria das informações que estão à disposição chega por jornais. Devemos uma satisfação à sociedade por tudo isso que eu já falei. Agora, o que nós podemos fazer com rigor e seriedade, com o aprimoramento dos conhecimentos estatísticos sobre o tema, que deveriam estar disponíveis no Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinasp), criado em 4 de julho de 2012, não dá. Hoje esse sistema não disponibiliza os dados sobre a idade dos autores dos atos delituosos, o que me parece informação vital para uma mudança na Constituição.

Dessa forma, na mesma proposição que responde ao clamor da sociedade, nós devemos partir para um método menos drástico – como uma alteração constitucional –, qual seja, uma modificação no ECA, que nos permitirá uma revisão periódica a cada cinco anos – é isso o que eu estou propondo – e um tempo de experiência e melhor avaliação. É por isso que apresento emenda determinando que o Sinasp, que hoje não nos dá dados confiáveis para podermos ter medidas drásticas sobre a questão, obtenha e recolha, ao longo dos próximos cinco anos, dados sobre a idade dos autores de delitos e que delitos cometeram, porque isso nós não temos hoje para deliberar sobre essa questão com o rigor que talvez devamos ter aqui a pouco de posse desses dados. Ao fim desse prazo de cinco anos e de posse das informações coletadas e das análises desses dados, o Congresso Nacional deverá manifestar-se sobre a oportunidade de manter a alteração ora proposta,

quer dizer, no ECA, ou de revertê-la, retomando a posição originalmente adotada pelo ECA ou partindo para uma proposta de emenda à Constituição.

Alguns poderão dizer: "Ah, mas isso vai ficar no meio do caminho." Não vai ficar no meio do caminho, vai ficar no meio do bom senso, para não tomarmos atitudes precipitadas em uma situação em que as informações são muito poucas ainda.

Então, pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2013, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> "Art. 260. .....
> § 1º Durante o período de vacância deverão ser promovidas atividades e campanhas de divulgação e esclarecimentos acerca do disposto nesta Lei [isso ainda é do projeto original].
> § 2º O Sistema Nacional de Segurança Pública deverá produzir e divulgar, anualmente, relatórios completos sobre a idade dos autores dos delitos, de modo a permitir a revisão das disposições sobre medidas socioeducativas de internação dentro de cinco anos, a contar da entrada em vigência de qualquer alteração do prazo máximo de internação."(NR)

Este é o relatório, Sr. Presidente, que discutiremos na próxima reunião da CDH.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria, porque não é terminativa. Há assinaturas suficientes para votarmos a matéria se houver entendimento.

A matéria está em discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Paim, Senadora Marta, de uma certa forma, eu fico feliz. Eu me lembro de que, na época da CPI do Narcotráfico, eu era Deputado Federal e ali eu me sentia como João Batista. E quando cheguei ao Senado, também me senti como João Batista com relação a esse assunto, a voz do que clama no deserto. Eu falava só, ninguém me aparteava, ninguém vinha para o debate. Eu provocava, fazia provocações duras, mas ninguém vinha para o debate; eu falava só. Aí, no corredor, os mais radicais vinham e falavam: "Não, você está certo, mas, ideologicamente, o meu Partido não sei o quê, e tal, então eu não posso me manifestar, mas lá no meu Estado está uma desgraça, não sei o quê, e tal, tal, tal."

Eu sei que não é muito fácil para quem ideologicamente se levantou a vida inteira achando que o Estatuto da Criança e do Adolescente era o suprassumo do mundo, e não é. Nada é tão bom, absolutamente bom, que não necessite de mudanças.

Vejo no relatório da Senadora Marta, e com muita alegria, duas coisas: primeiro, a coragem dela de se manifestar dessa forma em favor de um clamor que não é vazio, que não é manipulado. Não é pantomima ou teatro o que os cidadãos estão fazendo na rua. Ela sabe exatamente o que acontece em São Paulo. E aqueles que estão na rua são muito mais precisos do que os institutos.

Quando eu disse ao Senador Renan para criar uma comissão para que nós debatamos o assunto com responsabilidade e convidemos aqui os maiores especialistas... Porque nego leva para a televisão e paga pesquisa de três, quatro milhões para especialistas, especialistas de gabinete, mas quem tem que vir para a audiência pública aqui são as vítimas. As vítimas é que têm que vir, quem teve uma filha assassinada em um ponto de ônibus em São Paulo; quem teve um filho que, com uma mochila nas costas, chegando da escola, teve um tiro na cabeça por causa de um celular; os netos que choram a morte do avô que foi assassinado na porta do banco por causa do cartão de aposentadoria.

Então, vejo como um grande avanço essa proposta do Senador Jorge Viana e o relatório da Senadora Marta, mas vejo que nós estamos mexendo em uma coisa na qual nós vamos ter que mexer daqui a pouco de novo.

O grande problema do Brasil, quero dizer ao Ministro José Eduardo Cardozo, não é a penitenciária. O sistema está falido, sim; está falido, mas porque eles querem. E eu não estou falando desses que estão no Governo agora, não. Abandonaram a segurança pública no Brasil de forma tal que nós temos um sistema realmente falido. Em cadeia onde deveria haver quatro, há quatrocentos; onde deveria haver quatrocentos, há oitocentos e quarenta. Estão dormindo de cabeça para baixo feito morcegos nas cadeias do Brasil. Se já tivessem feito um piloto, uma penitenciária-piloto, cadeias públicas-piloto! Isso demanda pouco dinheiro, muito menos do que a construção de um estádio de dois bilhões em Estados que nem futebol têm, do que pegar o nosso dinheiro e construir porto em Cuba, por exemplo. Já dava para ter feito um piloto para saber se dá certo ou se não dá certo.

O problema de São Paulo não é a penitenciária, assim como o problema do Espírito Santo não é a penitenciária, não é a cadeia pública. O problema do meu Estado é o Iases. Sabe o que é o Iases? É a mesma Fundação Casa de São Paulo. Se roubou isso aqui, não roubou mais nada, foi o primeiro roubo do menino de 13 anos, sabe para onde ele vai? Ele vai para a Fundação Casa ficar perto de outro que é estuprador, sequestrador, já com 17 anos de idade. Esse que roubou isso, dentro do sistema, fica igual ao outro. Para ele não ser estuprado, para ele

não morrer dentro do sistema, ele fica igual ao outro. Lá ele recebe um treinamento e, quando vem para a rua, vêm os dois. Nós temos que evitar é que esse caia aqui dentro com o outro, que já cometeu crime hediondo.

O problema é que quem é contra a redução da maioridade penal não quer ouvir quem é a favor; não quer ouvir quem é a favor. Simplesmente diz: "Eu sou contra." É contra, mas diga o que você pode fazer.

Então, vejam, quando você põe no instituto, Senadora Marta, por dez anos, um que cometeu um crime hediondo com 14, ele vai sair, aos 24 anos, mais doutor do que quando ele entrou, porque a penitenciária não tem nada para ensinar. Quem tem um crime transitado em julgado e vai para a penitenciária não tem mais nada nem para aprender nem para ensinar. Ponto. Mas na Fundação Casa ele tem, no lases ele tem. Onde eles ficam doutores em crime é no lases; é no meio, não é no fim. É na Fundação Casa que viram bicho, não é no fim, é no meio. Nós temos que acabar é com o meio.

É por isso que a proposta que eu tenho, Senador Paim, é a de que quem cometeu crime de natureza hedionda não seja tratado por faixa etária, porque quem comete crime hediondo, olha só, hediondo, sabe o que está fazendo. Nós não estamos falando do roubo deste telefone, do roubo do meu relógio ou do seu relógio, nós não estamos falando nem em uma porta arrombada nem do menino levou uma televisão, entendeu?

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Eu vou ter que pedir licença a V. Exª. Eu gostaria muito de ter essa discussão, mas o governador do meu Estado acabou de chegar para um encontro com o Presidente da Casa e eu tenho que estar presente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Mas eu queria, antes de encerrar aqui...

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Infelizmente... Eu adoraria poder fazer essa discussão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Antes de encerrar, eu só iria perguntar se V. Exª é médica, porque eu não tinha entendido, eu achei que... (*Risos.*)

Mas eu quero, Senadora Marta, para todo mundo que vê a TV Senado, vê as nossas posições e acha que nós divergimos em tudo, e divergimos com respeito, mas convergimos em muita coisa também, eu quero parabenizá-la pelo avanço nesse entendimento de que é preciso avançar por causa do sofrimento das pessoas que estão na rua. V. Exª foi prefeita de São Paulo, V. Exª continua andando na periferia de São Paulo e sabe que essa angústia que era de quatro anos atrás, a angústia de oito anos atrás hoje é muito maior; hoje ela é muito maior. Então, eu queria parabenizá-la.

Para mim, o projeto do Jorge não é o suprassumo, mas é um passo adiante, é um avanço na discussão, é um avanço no entendimento, é como abrir os ouvidos para ouvir o clamor de quem realmente está sofrendo do lado de lá.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Senador, todos estamos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – V. Exª tem o meu respeito. Eu parabenizo V. Exª pelo relatório, pelo que acrescentou à proposta do Senador Jorge Viana, avançando nessa discussão tão importante em defesa daqueles que mais precisam que façamos por eles.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Muito obrigada pelas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostou? O Magno Malta apoiou, aprovou.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Aqui é rápido.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – É mais rápido do que imediatamente.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP) – Mas a Senadora Regina ainda vai se posicionar, se aprova ou não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ela já fez sinal de que aprova. Ainda bem que não é terminativo, o debate vai continuar em outra comissão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Vai continuar, mas, só fazendo um... Quando chegar à CCJ, eu pretendo emendar, mas eu quero publicamente pedir a V. Exª que me dê um tempo no seu gabinete ou no meu – eu convido V. Exª para almoçar de novo em meu gabinete, toda quarta-feira lá tem uma rabada, porque eu sou baiano –, para a gente poder discutir, para V. Exª ouvir em detalhes essa minha proposta, que nem manda para a cadeia, nem manda para a penitenciária. Muito pelo contrário, propõe a criação... Porque isso tem que ser projeto de governo ou projeto de uma prefeita de São Paulo, porque tira da rua, forma um atleta e devolve para a sociedade, em vez de trancá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Só me convidem também para esse almoço aí. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – V. Exª já foi lá também, está "reconvidado".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom então.

Vamos agora ao Requerimento nº 112, de 2015.

> REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 112, de 2015
> Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do Plano de Trabalho em anexo, considerando que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por meio do RDH-35, de 2015, aprovou como política a ser avaliada em 2015, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

A autoria é da Senadora Regina Sousa, a quem eu passo a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Senador Paim, não. E o meu? Eu estou na frente, mestre. Deixe-me ler este aqui, porque senão... Ele me pediu para ler, eu tinha mandado... Porque daqui a pouco tem Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem o Congresso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Então eu só leio esse aqui, vou ler só o final aqui.

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011 (Projeto de Lei nº 6.549 de 2009, na origem), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar.

Então vou ler o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu mudo aqui o encaminhamento, porque o assessor me disse que havia combinado efetivamente com V. Exª. Esse projeto é terminativo, mas V. Exª faria uma leitura sintetizada do voto, porque não teremos a votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Faço só a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em seguida, eu volto para a Senadora Regina. Então é o item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar.

Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senador Magno Malta

Senador Magno, para dar o parecer.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Restaria, portanto, dessa proposição, somente a possível alteração da data da eleição dos conselheiros tutelares: de outubro – mês de eleições no País a cada dois anos –, para julho – mês que contém a homenagem aos conselheiros tutelares. Contudo, sem entrar no mérito da mudança, ponderamos que essa alteração poderia ser mais adequadamente promovida mediante nova proposição, do que reduzindo tão substantivamente o conteúdo do PLC nº 125, de 2011. E, nessa hipótese, deveríamos refletir cuidadosamente sobre a conveniência de promover essas eleições ou durante o chamado "mês da criança" ou perto da data que homenageia os conselheiros.

Em razão do exposto, concluímos pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A matéria continua em discussão porque é terminativa e voltará na próxima reunião.

Vamos aos projetos da Senadora, aos requerimentos da Senadora Regina Sousa.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta da Senadora Regina Sousa.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria propor a V. Exª, aproveitando que estamos aqui eu e a Senadora Regina e que hoje está muito cheio, eu mesmo estou numa angústia aqui porque tenho que relatar projetos em outras Comissões, faço uma sugestão, não sei se

V. Exª e a Senadora Regina concordam: que V. Exª colocasse para votar, para que a gente pudesse aprovar, as emendas da LDO. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É possível.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos uns requerimentos. Vamos ler os requerimentos, são poucos, e, em seguida, voltaremos para a LDO.

Da Senadora Regina. Requerimento, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, para aprovação do Plano de Trabalho em anexo, conforme já havia lido.

EXTRAPAUTA

ITEM 21
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 112, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a aprovação do Plano de Trabalho que tratará do RDH 35, de 2015.

Autoria: Senadora Regina Sousa
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Se V. Exª, Senadora Regina Sousa, quiser se posicionar, em seguida eu coloco em votação.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – ... nesse caso específico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Em votação o requerimento da Senadora Regina Sousa.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento da Senadora Regina Sousa, também extrapauta – antes, nós aprovamos que seus requerimentos entrariam extrapauta –, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

EXTRAPAUTA
ITEM 22
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 113, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal – CDH, para debater as circunstâncias do assassinato de Antonio de Araújo sob tortura, ocorrido em Planaltina-DF, e que ficou conhecido como caso Amarildo do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Regina Sousa e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Antonio de Araújo foi preso por uma guarnição policial militar de Planaltina e ficou desaparecido durante seis meses, quando foi encontrada a ossada, em um matagal, e reconhecido por familiares. Após dois anos de investigação e o acompanhamento por esta Comissão, um dos policiais confessou o crime, e o Ministério Público ofereceu denúncia por tortura que resultou em sua morte, a qual já foi recebida pelo Juízo.

Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Hoje eu estou até me esquecendo de ligar o microfone. Hoje, estamos com uma pauta... Já fui a três Comissões.

Trata-se de um pedido de audiência pública. Acho que vale a pena discutir o caso da morte dessa pessoa, do assassinato dessa pessoa, para que outros não aconteçam.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Os que concordam com o requerimento da Senadora Regina Sousa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um requerimento, Senadora Regina Sousa, de minha parte, extrapauta.

Eu proponho a V. Exª, para ganharmos tempo, que daí mesmo assuma a Presidência – se é possível.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Requerimento nº 111, de 2015.

ITEM 20
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "O acidente da Boate Kiss". A presente audiência foi requerida pela Associação dos Familiares e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Senador Paulo Paim, para discutir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse requerimento vem na linha de muitos que já aprovei nesse mesmo sentido. Fizemos já três audiências públicas no Rio Grande do Sul e duas aqui. Na verdade, o requerimento visa pressionar o Senado a votar a matéria, porque esta Comissão já aprovou uma lei que vai regulamentar essa situação, ou seja, para que tenhamos no País uma política preventiva nas casas de espetáculo, visando a que não aconteçam mais – como dizem os familiares – assassinatos como esse em casas de espetáculo. Os familiares voltarão aqui para pressionar o Senado a votar a matéria de forma definitiva. Esse é o objetivo da audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Cristovam Buarque chegou na hora h, em que nós íamos mudar já para outra pauta, mas há o requerimento de S. Exª.

ITEM 19
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Nº 85, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição da República e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Senador Cristovam, com a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, eu gostaria de pedir que fosse colocado na pauta um requerimento meu. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já li o seu requerimento aqui, Senador Cristovam Buarque, sobre debater: perseguição contra praticante de religião de matriz africana.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª está com a palavra. Em seguida, vamos ao voto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, quando eu coloquei...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Só um minutinho. Não poderíamos votar a LDO antes da chegada dele, como estava proposto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, agora.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Porque, senão, eu vou me lascar ali na outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Cristovam, o senhor precisa advogar ou posso botar em votação?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não; vamos colocar. Ponha em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação o requerimento do Senador Cristovam, conforme leitura que fiz.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE JULHO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 01/2015 – PLDO 2016 QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de julho de dois mil e quinze, na sala de reuniões nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra-se a presença das seguintes Senadoras e Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Dário Berger, Hélio José, Omar Aziz, Valdir Raupp, Marta Suplicy, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Davi Alcolumbre, Romário, Magno Malta e Vicentinho Alves. Deixam de registrar a presença os demais membros. Passa-se a pauta: Item Único. Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 1, de 2015-CN (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 – PLDO 2016, que "dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016 e dá outras providências"). Relatoria: Senador Paulo Paim. Às onze horas e quarenta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência para a Senadora Regina Sousa, para que possa relatar a matéria. A Senhora Presidenta passa a palavra ao Senador Paulo Paim, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, a Senhora Presidenta põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 1/2015 – PLDO 2016:

Emendas de texto

Nº	Ementa	Tipo	Referência
1	Limitação de empenho ações de enfrentamento a violência doméstica contra a mulher	Aditiva	Anexo III – Item 63
2	Transparência para despesas destinadas ao Enfrentamento da violência doméstica	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 11 – Inciso XXIV
3	Reajuste dos Aposentados conforme crescimento do PIB/INFLAÇÃO	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 35
4	Prioridade nas áreas de educação, saúde e ações voltadas para crianças de zero a seis anos	Aditiva	Corpo da lei - Artigo 16
5	Priorizar Programas e ações voltadas ao Enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres	Modificativa	Corpo da lei - Artigo 3º

Emendas ao Anexo de Metas e Prioridades

Nº	Programa	Ação	Meta (Acréscimo)
1	2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude	20TM – Coordenação e Articulação das Políticas Públicas de Juventude	500
2	2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial	210Y – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais	1.000
3	2016 – Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	210B – Atendimento às mulheres em Situação de Violência	1000

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos a Senhora Presidenta Regina Sousa devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário-Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 (PL nº 01, de 2015–CN), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2016, e dá outras providências.

Foram apresentadas 79 emendas perante a Comissão.

Passo a fazer o relatório, já que avocamos essa responsabilidade.

Passo a Presidência, neste momento, à Senadora Regina Sousa. Como é outra reunião, convido V. Exª a assumir a Presidência, enquanto rapidamente faço o histórico do relatório, já alertando que, das 79 emendas apresentadas, a ampla maioria era de redação, 38 foram efetivamente modificativas, e dessas acatamos 24.

Vamos só esperar a Presidenta passar a palavra para o Relator.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório da LDO.

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou passar agora a comentar o relatório, o exame da admissibilidade, que é o mais importante.

O exame das sugestões de alteração do Anexo de Metas e Prioridades nos permitiu concluir que:

a – as ações contempladas constam do Plano Plurianual vigente;

b – todas as ações constantes das propostas de emendas recebidas estão entre as matérias regimentalmente atribuídas a esta Comissão e preenchem as condições estabelecidas no Parecer Preliminar da CMO; e

c – nenhuma, em nosso sentir, infringe qualquer norma regimental.

As seguintes sugestões de emendas ao texto, em que pese a relevância dos temas apresentados, não se enquadram nas matérias de competência da Comissão: 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 63. Tais sugestões não podem, portanto, ser acolhidas.

Em relação à sugestão de número 1, de autoria da Senadora Ângela Portela, que sugere a inclusão das despesas com o enfrentamento da violência contra as mulheres entre as prioridades da Administração Pública federal, observamos que o texto utilizado por base para a elaboração da emenda modificativa foi o do PLDO 2015, e não o do PLDO 2016. Assim, para ser acolhida a sugestão, é necessário que se faça ajuste no texto.

As demais sugestões de emendas ao texto (2, 3, 14, 15, 16, 78, 79), por tratarem de temas que estão no âmbito de competência desta Comissão e atenderem ao disposto no Parecer Preliminar aprovado pela CMO, podem ser acolhidas. Contudo, a análise de mérito deverá apontar apenas uma entre as de números 14, 15 e 16, pois as três tratam de critérios diferentes entre si para reajuste dos benefícios previdenciários.

Exame do mérito.

No que se refere ao Anexo de Metas e Prioridades, embora todas as sugestões de emendas apresentadas sejam inegavelmente de interesse nacional e estejam dentro da competência regimental desta Comissão, apenas três emendas podem ser apresentadas por essa limitação.

Mediante o exposto, vou ao voto do Relator.

Voto.

Diante do exposto, quanto ao texto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pelo acolhimento das sugestões de números 2, 3, 16 (igual a 79) e 78, e apresente tais emendas conforme as sugestões. Em relação à emenda de número 01, o nosso voto é pelo aproveitamento da sugestão, com a adoção do texto seguinte:

> Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública federal para o exercício de 2016, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão as despesas relacionadas ao enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres e as estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2016-2019.

Quanto às sugestões de emendas ao Anexo de Metas e Prioridade, votamos pela apresentação das seguintes emendas, tal como apresentadas nas sugestões de números 5, 9 e 11: Programa Ação Autonomia e Emancipação da Juventude; Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial; Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência.

Assim, Srª Presidenta, esse é o relatório. Contemplamos a maioria das propostas dos Senadores nesses três campos: Autonomia e Emancipação da Juventude; Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial; e Política para as Mulheres.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da LDO.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Assim cumprimos as metas desta nossa reunião de hoje.

Estão encerrados os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do dia de hoje.

Voltaremos amanhã de manhã, com certeza, com a bênção de Deus, porque amanhã teremos audiência.

Só informo que vamos a Fortaleza, Natal e João Pessoa. No próximo fim de semana, iremos a essas três cidades para discutir a questão da terceirização.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Donizeti Nogueira, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores José Pimentel, Gladson Cameli, Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Dalírio Beber, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Donizeti Nogueira, Fátima Bezerra, Dário Berger, Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, José Medeiros e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento RDR 08/2015, aditado pelo RDR 27/2015, de autoria do Senador José Pimentel e da Senadora Lídice da Mata, respectivamente, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater a importância da economia criativa no desenvolvimento regional e a implantação de políticas públicas para o fortalecimento desse setor, em especial para as micro e pequenas empresas. A audiência é realizada com a presença dos seguintes expositores: Sr. Guilherme Varella, Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura; Sr. Marcelo Dias Varella, Chefe da Assessoria Jurídica Secretaria da Micro e Pequena Empresa; Sra. Ana Clévia Guerreiro Lima, Gerente-adjunta da Unidade Setorial de Serviços do Sebrae Nacional; Sra. Cláudia Sousa Leitão, Professora da Universidade Estadual do Ceará. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Lídice da Mata e Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DONIZETI NOGUEIRA
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Aos Senadores Hélio José e Dalirio Beber, dou as boas-vindas e desejo que tenham um exitoso desempenho dos seus mandatos em nossa Comissão.

Feito esse comentário, passamos à pauta.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2015 – CDR, de autoria do Senador Pimentel, subscrito pelos Senadores Donizeti Nogueira e Wellington Fagundes, com a finalidade de debater a importância da economia criativa no desenvolvimento regional e a implantação de políticas públicas para o fortalecimento desse setor, em especial para as micro e pequenas empresas.

O presente requerimento foi aditado pelo Requerimento nº 27, de 2015 – CDR, de autoria da Senadora Lídice da Mata, para incluir entre os convidados a Prof. Cláudia Leitão.

Encontram-se presentes à audiência pública e eu convido para fazer parte da nossa Mesa o Sr. Marcelo Dias Varella, Chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa; a Drª Cláudia Sousa Leitão, Professora da Universidade Estadual do Ceará; e a Srª Ana Clévia Guerreiro Lima, Gerente Adjunta da Unidade Setorial de Serviços do Sebrae Nacional.

Agradeço a presença de vocês em nome do nosso Presidente, que está cumprindo uma tarefa em outra Comissão. Aqui é assim, chutamos a bola e fazemos o gol, Senador Dário. Tem outras comissões acontecendo ao mesmo tempo, portanto o Senador Davi, nosso Presidente, não pôde estar no momento, mas chegará daqui a pouco. E também outros Senadores que estão cumprindo tarefas em outras Comissões. Agradecemos em nome do Senado e da Comissão de Desenvolvimento Regional a presença de vocês.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição; em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra das Srªs e dos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta dos interpelados.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que a participação dos cidadãos e cidadãs em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: pelo portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal www.senado.leg.br; e pelo Alô Senado, através do 0800-612211. Contamos assim com a participação interativa da população interessada no debate nesta manhã aqui conosco por intermédio dos canais do e-Cidadania e do 0800-612211.

Passo a palavra então ao Sr. Marcelo Dias Varella, para fazer a sua exposição.

Desculpe, pulei a ordem.

Passo a palavra à Drª Cláudia Sousa Leitão, para fazer a sua exposição. A senhora vai ter 15 minutos. Quando apitar a campainha é porque falta um minuto. Mas, se precisar, daremos mais um pouco de tempo. Não é, Senadora Lídice da Mata, compenetrada ali na comunicação com o mundo?

Pode começar. A palavra está com a senhora.

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Bom dia a todos e a todas. É um prazer estar aqui no Senado da República de volta, mesmo de uma forma muito rápida, o tempo é pequeno, mas é um prazer imenso ter aceito o convite, estar aqui presente, nesta manhã, para falarmos, a convite da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, eu que sou professora da Universidade Estadual do Ceará, criei o mestrado profissional em turismo.

Acho que o turismo é, sem dúvida, também uma alternativa fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Tive a honra e o privilégio de ser professora da Ana Clévia do Sebrae Nacional. Vejam como eu sou velha e como a minha atividade acadêmica rendeu frutos. Estou muito feliz de estar aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A senhora começou a dar aula muito nova.

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Comecei jovem.

Eu queria saudar a Mesa, saudar os Senadores e, em especial, a Senadora Lídice da Mata, com quem tenho tido algumas interlocuções, diálogos. Temos nos encontrado em algumas ações e eventos que trazem, portanto, à baila essa discussão fundamental sobre desenvolvimento.

Na verdade, nós estamos aqui para discutir desenvolvimento, a economia criativa, ou a economia do conhecimento, ou a economia da cultura, ou a economia dos setores que têm uma dimensão simbólica e, por isso, agregam valor. É uma discussão do século XXI.

O Brasil precisa tratar isso de um lugar muito mais sério, muito mais comprometido, porque, se nós não fizermos isso, nós estaremos na contramão da história do novo século. O mundo todo está trabalhando, de forma muito eficaz e efetiva, com muito afinco, sobre essa economia, percebendo exatamente que um país que só trabalha e só exporta *commodities* terá grandes dificuldades de dar sustentabilidade a sua economia.

Temos uma economia muito simples no Brasil, uma economia que se reduz a produtos primários, e nós precisamos mudar esse perfil da nossa própria economia, dar complexidade a nossa economia. É por isso que surge, então, essa nova economia que foi batizada há exatamente 21 anos.

Portanto, é uma economia também nomeada recentemente, embora ela tenha uma existência histórica, porque, na verdade, os bens e os serviços que têm valor e dimensão cultural sempre existiram e foram reconhecidos como tal, mas será um Primeiro-Ministro australiano chamado Paul Keating, que, há 21 anos, quando faz a sua primeira campanha para se tornar Primeiro-Ministro da Austrália, resolve criar um programa chamado Austrália Nação Criativa.

E a palavra criatividade passa a assumir um lugar fundamental na perspectiva de um programa, de um país que começava a perder o seus talentos. Os australianos artistas, os australianos *designers*, os cineastas, os chefes de cozinha, as pessoas da moda, as pessoas da cultura estavam abandonando. Havia um êxodo na Austrália e houve uma compreensão de que era preciso reter esse capital humano competente e não deixar que ele fosse embora. É aí que nasce, então, o projeto Austrália Criativa, Austrália a Creative Nation.

E essa discussão, em 2004, chega imediatamente à Inglaterra, ao governo do recém-eleito Tony Blair. E a economia criativa se torna rapidamente, na Inglaterra, um Ministério. Isso sofre uma série de problemas, porque depois esse Ministério também desaparece, mas, de qualquer forma, as indústrias criativas são e se tornam um motor muito importante dos países anglo-saxões e essa boa nova se espalha por toda a Europa, chega à Ásia, exatamente pela presença da Austrália do outro lado do Planeta.

Hoje os australianos dizem que o maior bem de exportação que eles têm é exatamente educação, porque eles são formadores para essa nova economia. Então, se pensarmos na base da origem da economia criativa como conceito, isso surge num grande seminário que acontece, há 20 anos, na cidade de Brisbane, que é capital do Estado de Queensland, exatamente na QUT, que é a Universidade Tecnológica do Estado de Queensland,

que hoje é uma referência de pesquisadores e professores, de consultores que estão trabalhando a economia criativa em *clusters* na China, na Coreia, no Japão e em toda a Ásia, ou seja, em vez de exportar *commodities*, a Austrália exporta educação e serviços de consultoria para essa nova economia dos bens e dos serviços simbólicos.

Eu trouxe uma apresentação imensa, coisas de professora, não vai haver tempo – tudo bem, Varella? Que bom rever você aqui! Mas eu queria, realmente, trazer à baila: eu virei uma espécie de porta-voz, mas com a permissão da viúva Rosa Furtado, de Celso Furtado. Faço isso com muito orgulho e porque li toda a obra de Celso Furtado. Às vezes me preocupa a não leitura de um pensamento. E as pessoas, às vezes, dizem assim: "Celso Furtado não fez nada na cultura, Celso Furtado foi um Ministro passageiro no Ministério". Eu diria a vocês que Celso Furtado profetizou esta audiência pública aqui.

Eu sugiro – como sou professora fico muito à vontade para sugerir – a leitura do livro *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, de onde retirei a citação que abre minha fala. Nesse livro, Celso Furtado, há 40 anos, traz discussões muito importantes que hoje são de extrema atualidade: as discussões de gênero; as discussões sobre ecologia; as discussões sobre a sociedade de consumo; as discussões sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro. Evidentemente que a expressão "economia criativa" não existia, mas se Celso Furtado estivesse vivo hoje diria: "Fui eu que inventei esse negócio, não foram os australianos". Porque ele já pensava exatamente no papel da criatividade em uma sociedade como a brasileira, periférica, um governo dependente e o papel do que teria essa criatividade para um modelo econômico e para a sustentabilidade da economia brasileira.

Diz o Celso Furtado – eu faço questão de ler essa citação porque acho que ela é fundamental para essa Mesa e para a nossa conversa aqui. E aí a gente vai ver que nessa citação do Celso Furtado tem uma mão do Amartya Sen, do nosso grande Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia e colega em Cambridge no doutorado de Celso Furtado:

> Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade. Esse patrimônio se enriquece permanentemente. Resta saber [e é a pergunta que Celso Furtado faz] quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter direito à criatividade? Eis a questão.

Essa frase, essa reflexão, é de Celso Furtado no *Criatividade e Dependência,* e acho que ela é perfeitamente oportuna para abrir essa nossa conversa nessa manhã: "Ter ou não ter direito à criatividade?". Nós temos direito à criatividade? O povo brasileiro – que aprendeu a ser criativo pela carência e pela necessidade. Eu venho de um Estado muito pobre, que é o Ceará, onde ser criativo é uma necessidade para sobrevivência. Mas em que medida essa criatividade brasileira – que é tão cantada e decantada – realmente serve para tornarmos o Brasil um País onde criatividade se transforma em inovação? Em que medida nós aproximamos a nossa diversidade cultural?

E eu faço questão de dizer que este ano comemoramos dez anos da Convenção da Diversidade das Expressões Culturais, 2014. Há dez anos o Ministro Gilberto Gil, na Unesco, com o seu grande peso simbólico, conseguiu participar desse processo de aprovação de uma Convenção fundamental para o Brasil e para o mundo, que é a Convenção da Diversidade Cultural. Diversidade cultural é, sim, ativo econômico! E é por isso que estamos aqui, na verdade, discutindo o papel de uma economia onde a arte, ciência e tecnologia não se separam mais. Não se pode mais falar no mundo técnico e tecnológico, se não se falar no conteúdo, na narrativa, na dimensão cultural desses produtos. E o Brasil é o País e é o celeiro de uma grande diversidade cultural que, lamentavelmente, não se exprime e não se espelha nos produtos que produzimos.

Se formos aos nossos aeroportos, encontraremos sandálias Havaianas. É o que temos para vender para o mundo. É, talvez, o único produto que teria – é até irônico, porque "Havaianas", não é? – uma certa cara brasileira. Que lamentável! Imaginarmos que fomos perdendo mercado e isso aconteceu, especialmente nos últimos 20 anos. Celso Furtado nos diz isso, que, se nós não acordássemos para o nosso modelo de desenvolvimento, nós iríamos perdendo o conteúdo e iríamos esvaziando o nosso repertório cultural. E o resultado disso é que hoje – eu estava comentando ali com a Senadora Lídice da Mata – as sombrinhas de Carnaval do frevo de Recife são chinesas! Os Padres Cíceros que são produzidos em Juazeiro do Norte são chineses!

As imagens da nossa Santa, que é a Nossa Senhora Aparecida, que são vendidas na cidade de Aparecida são chinesas. É muito importante que nós tenhamos essa compreensão de que a moda brasileira fracassou, com uma confecção brasileira que fracassou, porque não tivemos políticas públicas para essa confecção e para essa moda.

Ora, a moda é, exatamente, o valor agregado de uma economia cultural, e que seria fundamental e que nos colocaria no lugar de destaque, tenho certeza que nós teríamos tudo para ocuparmos e sermos uma referência em uma moda brasileira no mundo, em uma marca país, o nosso *design* brasileiro, em uma arquitetura

ecológica e voltada para os nossos produtos, no artesanato, e no Brasil, feito à mão. Porque não é só o Ceará, o Nordeste, que fazem um grande artesanato, mas o Brasil inteiro. O Brasil borda do Oiapoque ao Chuí, isso está presente na pesquisa da Munic do IBGE, que foi lançada pelo Ministro Gilberto Gil, em 2007. Significa que nós temos alguns desafios que precisamos tratar.

Eu não vou ter tempo de avançar na minha apresentação, por causa do tempo, eu trouxe alguns textos que podem ser, inclusive, distribuídos a todos vocês, mas eu queria chamar a atenção para alguns aspectos dessa economia.

Bom, ela cresce no mundo todo. E ela cresce, no mundo todo, mesmo em tempos de crise. Mas nós precisamos avançar também em uma compreensão do que seria uma economia desses setores, pensando que nós temos que construir um modelo, e aqui se trata de uma discussão sobre modelos, que não nos faz e não nos deve levar à cópia de um modelo anglo-saxão.

O que serve para a Inglaterra, o que serve para a Austrália, não servirá, necessariamente, para o Brasil. E essa era uma das grandes questões que levaram o Ministro Gilberto Gil a avançar em um sonho que ia acontecer, Senadora Lídice da Mata, na Bahia, da criação de um Centro Internacional das Indústrias Criativas. Que foi lançado – pasmem vocês – em 2004, e portanto está comemorando dez anos do que não aconteceu. E eu fico pensando que se esse Centro tivesse acontecido, talvez, as sombrinhas de frevo não fossem chinesas. É sempre importante a gente pensar nisso.

Que talvez nós tivéssemos ganhado dez anos, dez anos perdidos. Nós estamos partindo do zero, da tabula rasa. Mas nós teríamos aí, então, possivelmente, uma realidade diferente.

Naquele momento, há dez anos, o Brasil já era instigado a liderar essa discussão de modelo dos países que o Prof. Boaventura de Sousa Santos chama do Grande Sul, os países do Hemisfério Sul, eu falo especialmente da África, do Caribe, das Américas, a América do Sul, a América Central, dessa Ibero-América.

Ou seja, nós poderíamos já ter construído o modelo de desenvolvimento, a partir dessa economia, que fizesse um contraponto ao modelo do Hemisfério Norte. E a ideia do Ministro Gilberto Gil era criar esse centro. Esse centro foi abortado, em 2004. E a história da economia criativa no Brasil é cheia de interrupções. E a minha pergunta é: por quê?

Acho que eu trago aqui, aos Senadores e a quem nos ouve, a preocupação de uma professora e de uma ex-gestora pública, que foi Secretária de Cultura do Ceará, que sabe da diversidade cultural deste País, e da ex-Secretária da Economia Criativa, do Ministério da Cultura.

Eu aceitei esse convite, com muita honra, participei com muito afinco e muita dedicação do Governo Dilma Rousseff. No dia 15 de setembro de 2012, eu estava na sala da Presidenta da República, conversando com ela sobre a economia criativa, como estou fazendo aqui com vocês. Fiquei uma hora discutindo essa temática, levei a ela a proposta de um plano. Um plano que, por natureza, teria que ser um plano interministerial, porque a temática é transversal a várias pastas e a várias áreas do conhecimento.

Não se pode falar em economia criativa sem falar em ciência e tecnologia. Nós precisamos de conteúdo cultural, mas nós precisamos de tecnologias que nos permitam o acesso, palavra fundamental que está presente na obra de Celso Furtado. Não adianta desenvolvermos uma tecnologia avançada e sofisticada, se essa tecnologia não é acessível à população brasileira.

Então, nós estamos falando de uma economia criativa que tem que privilegiar quatro princípios fundamentais: a valorização e a retroalimentação da diversidade cultural; a inovação, como um princípio fundamental, e uma inovação que precisa avançar, em uma perspectiva cultural; a inclusão produtiva, eu não posso falar somente de indústrias culturais e criativas, porque essas indústrias não desconcentram renda. Então, nós precisamos de um modelo de economia que seja exatamente o modelo voltado ao pequeno.

E aí eu estou em uma Mesa aqui, extremamente afinada, porque todos aqui somos militantes do micro e do pequeno negócio. Eu saúdo aqui o papel do Sebrae, o papel dessa instituição que hoje carrega a bandeira da economia criativa no Brasil. Acho isso muito importante. Nós estamos, neste momento, eu estou muito honrada de estar trabalhando e contribuindo com o Instituto Alvorada para a produção de diagnósticos e para o avanço em metodologias capazes de capturar informações do campo cultural e criativo brasileiro, na perspectiva de compreendermos como funcionam as redes da economia criativa e os sistemas produtivos dessas redes.

Não se trata de adaptar modelos de arranjos produtivos locais que servem aos setores tradicionais. O que serve para uma empresa moveleira não serve necessariamente para uma empresa de *design* moveleiro. Quando a gente está falando de cultura digital, quando nós estamos falando dos setores que vão movimentar uma economia na internet, quando nós estamos falando de setores como a música, a produção cultural, a gastronomia, todos os nossos parentes, neste exato momento, nossos filhos e nossos netos, estão em algum lugar, neste momento, fazendo economia criativa, porque eles estão consumindo algum produto que é um produto desses setores criativos.

Então, essa economia está nas nossas vidas, mesmo se nós não percebemos a força desses setores, porque esses setores, vale dizer, grande parte deles são setores informais. Nós temos que trabalhar para a formalização dessa economia dos pequenos empreendedores, dos nanoempreendedores, porque às vezes nem micro eles são, eles são informais, nós não sabemos onde eles estão, nós temos que chegar neles exatamente para dar a esses setores a condição de que eles possam, na formalidade, se tornarem elementos ativos de uma economia. E, por isso, nós precisamos também de uma conta satélite da cultura. O IBGE é fundamental nesse trabalho para que nós possamos medir o PIB dos setores culturais e criativos no Brasil, é uma tarefa fundamental que o Ministério da Cultura deve liderar. Nós liberamos isso quando chegamos ao Ministério, em 2011, no sentido de trazer para o Ministério o braço fundamental do IBGE, porque nós temos que ter uma conta satélite que meça essa economia. Só que o que nós vamos saber dessa economia é o que é formalizado, e ela é um grande *iceberg*, parte dela é completamente desconhecida e não adianta só saber o que é formal, nós precisamos de políticas públicas para formalizar o informal.

Nós estamos falando, portanto, de ausência de dados. Essa é uma tarefa que o Sebrae tem trabalhado e alguns institutos de pesquisa também, universidades de forma fragmentária têm falado, nós criamos o Observatório Brasileiro da Economia Criativa dentro do Ministério da Cultura, mas, lamentavelmente ele não avançou, porque um observatório é fundamental para que a gente possa ter uma rede de universidades e institutos de pesquisa trabalhando em mapeamentos, em diagnósticos desses sistemas produtivos. Não podemos copiar o modelo da pequena economia da região da Emília-Romanha na Itália. Isso não vai servir para nós.

O adensamento das pequenas empresas calçadistas não corresponde à economia que nós estamos falando. Essa é muito mais complexa, o território físico já conta menos do que conta para uma economia tradicional, porque nós estamos falando de uma economia que acontece em redes, que é virtual. A própria produção econômico e os impactos dessa economia não se dão necessariamente no lugar em que ela acontece. Nós estamos falando de um mundo fractal, de um mundo que não é mais o mundo do século XX, e nós temos o Estado brasileiro que parou de correr atrás do mundo que chegou.

Nós temos que estar junto e é esse o papel do Estado de vencer...

(Soa a campainha.)

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Eu vou terminar a minha frase, atravessando aí, portanto, alguns desafios fundamentais para essa economia criativa. O desafio da produção de dados, dados confiáveis sobre essa economia, o desafio de uma educação para essa economia, uma educação que seja capaz de dar conta desse novo trabalho. Nossas universidades, nossas escolas profissionalizantes ainda não dão conta do novo trabalho; as profissões da economia criativa sequer conhecidas são, porque elas não existem. Nós estamos falando de profissões que não existem, é importante a gente entender isso. Nós não temos um fomento para esses pequenos, para esses micro, e esse fomente deveria estar acontecendo hoje no BNDES, devia estar acontecendo no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, nos bancos brasileiros, que deveriam estar apostando nesses setores, que são setores estratégicos hoje no mundo.

Nós precisamos criar logística para essa economia, nós temos que criar canais de produção, de criação, produção, distribuição, comercialização, exportação desses setores. São dinâmicas econômicas que estão amarradas. Nós precisamos de marcos legais, por isso estamos aqui.

Quando fui Secretária, criamos um seminário nesta Casa, eu estive aqui várias vezes em audiências públicas, onde levantamos os marcos legais fundamentais para cada setor. Isso já foi feito, está no Ministério da Cultura. É importante que nós possamos atacar esses marcos legais, e com o apoio dos Senadores, dos Deputados, enfim, de todos os políticos desta Casa, para que nós possamos resolver os problemas básicos que não permitem a essa economia vicejar.

Há as questões tributárias. Eu poderia passar aqui duas horas falando da questão da tributação, as questões alfandegárias que envolvem a circulação dessa economia. Eu poderia aqui falar só das questões de direito civil, que envolvem aí também um mundo de problemas que nós teríamos que resolver: direitos trabalhistas, previdenciários, direitos que envolvem as questões do *copyright*, direito de autor. O Brasil não pode copiar o modelo inglês, porque o Brasil não deve repetir uma lógica de *copyright* que só pensa no indivíduo. Nós somos um País onde quilombolas produzem, tribos indígenas produzem, a cultura digital produz nas periferias das grandes cidades. Nós precisamos pensar em direitos coletivos, e são institutos jurídicos que não existem, e nós não sabemos nada sobre eles.

Termino dizendo que lamento – e faço isso aqui, ao lado do meu colega, por quem eu tenho um grande respeito e admiração, que é o Secretário Varella – que o Ministro Juca Ferreira tenha extinto a Secretaria da Economia Criativa. Tenho que dizer isso, por quê? Porque seria incoerente se eu não dissesse, já que fui eu

que participei e liderei a criação dessa Secretaria. Não ter essa institucionalidade complica a visão federativa dessa economia.

Nós precisamos apoiar os prefeitos, nós precisamos apoiar os empreendedores no território, nós precisamos de Estados compreendendo essa temática. Nós temos que saber. O sistema federativo brasileiro necessita de um espelho, e quando você acaba com uma institucionalidade dessa área, que eu espero que vá para algum lugar e que ela continue em outros Ministérios também, porque nós precisamos avançar nessa discussão. Essa institucionalidade pode e deve voltar, porque, se não a temos, na verdade, fragilizamos a discussão do que está acontecendo e fervilhando no Brasil inteiro. Do Oiapoque ao Chuí, o Brasil está fazendo economia criativa.

Devolvo aqui, de uma forma... Faço isso por uma questão até para eu resolver metade do meu tempo, da minha terapia, para resolver com o meu psicanalista algumas coisas, viu, Senadora? Eu acho que temos que fazer para ficarmos bem.

Eu, antes de ir embora de Brasília, estive aqui, no Congresso Nacional, e, de uma forma aleatória, numa pequena amostragem, eu distribuí o Plano Brasil Criativo para vários Senadores de vários partidos, pensando que nós precisamos de uma Frente Parlamentar da Economia Criativa Brasileira. Eu trago essa provocação, porque eu acho que ela é fundamental. Estive com o Senador Pimentel, entreguei lá, para ele, o Plano Brasil Criativo, e assim eu fiz para vários Senadores e Deputados de vários partidos, porque essa discussão não é de um partido; ela é uma discussão do País.

Então, eu entrego aqui, primeiro, um relatório do que foi a minha gestão até agosto de 2013, quando saí de Brasília e da Secretaria. Havia aqui a construção de uma política estruturante, criação de observatórios, criação de equipamentos de serviços gratuitos para os microempreendedores, o *creative bureau*; criamos editais voltados para a publicação de trabalhos científicos sobre a economia criativa, para os empreendedores, educação. Enfim, uma série de ações, entre elas a construção, na Casa Civil, durante 14 meses, de um plano envolvendo 15 Ministérios; e esse plano não aconteceu. Eu não sou a primeira a não ver algo acontecer. O Ministro Gilberto Gil também viveu isso. Eu só quero dizer que essa economia sofre cortes e rupturas. Eu espero que um dia ela aconteça no Brasil.

Eu passo, então, aqui, à Mesa, à Comissão, o Plano Brasil Criativo: *A Criatividade Brasileira Construindo um Novo Desenvolvimento*, um trabalho que foi feito em 14 meses, com 15 Ministérios. Eu tenho aqui todo o passo a passo do que já foi feito. Isto aqui não aconteceu; foi engavetado.

E eu fiz isso em rede social, no dia em que fui embora de Brasília, que é o que a minha gestão à frente do Ministério da Cultura realizou. Acho que é importante essa memória, porque, às vezes, nós, que somos o Ministério da Cultura, que trabalhamos com memória, temos uma memória, às vezes, também curta.

Então, acho que Celso Furtado precisa voltar às discussões de desenvolvimento. E nós temos que lembrar que, além de economista, dizia Celso Furtado: "Eu estudei filosofia, eu estudei sociologia; e sabe por que eu fiz economia?" Ele disse isso para o Senador Cristovam Buarque. Os Senadores podem perguntar ao Senador Cristovam, que uma vez, em Paris, perguntou: "Celso, por que você gosta de cultura e de políticas culturais?" Ele disse: "Eu gosto de cultura porque eu sou uma pessoa que tem uma grande curiosidade, e estudo muito as ciências humanas; agora, eu fiz economia para mudar o Brasil."

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, professora. Uma excelente aula, brilhante aqui, nesta manhã, para nós. Perdeu o Senador Pimentel, que estava na CAE.

Nós temos que atender a todas as Comissões aqui. Mas foi excelente a sua fala, a gente agradece, e poderemos voltar daqui a pouco para que a senhora possa continuar falando para nós. O Presidente eventual tem que seguir um rito de horário para dar tempo de terminar os trabalhos.

Muito obrigado.

Nós vamos ouvir agora, sim, o Sr. Marcelo Dias Varella. Com a palavra para fazer a sua exposição.

O SR. MARCELO DIAS VARELLA – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer e cumprimentar o Senador Donizeti Nogueira, o Senador José Pimentel, um grande defensor das micro e pequenas empresas, a Senadora Lídice da Mata, o Secretário Guilherme Varela, a Profª Cláudia Leitão, a Srª Ana Clévia Guerreiro, que é do Sebrae, especificamente deste tema.

A apresentação rápida que eu vou fazer terá três partes, falando um pouco,no tocante à micro e pequena empresa, sobre os microempreendedores individuais e a economia criativa, como a microempresa se relaciona hoje com a economia criativa, e um pouco sobre um novo programa que foi lançado na semana passada, o Pronatec Aprendiz na micro e pequena empresa, que tem um espaço prioritário para o setor da cultura.

O primeiro ponto é sobre o microempreendedor individual, e aqui dividindo também em duas partes: sobre os esforços anteriores que foram realizados no último ano e os esforços atuais que o Ministério tem tentado fazer – é um Ministério basicamente de articulação para tentar melhorar esse setor.

Nos esforços anteriores, eu gostaria de realçar as discussões que ocorreram nesta Casa – nesta semana faz exatamente um ano – para aprovação da Lei Complementar nº 147, que alterou em 81 pontos a legislação sobre micro e pequenas empresas, entre os quais o que permitiu a incorporação de diversos segmentos da economia criativa como microempresas e microempreendedores individuais.

Como os senhores sabem, esse setor da economia é caracterizado principalmente por microempreendimentos – 90% das empresas da economia criativa do setor da cultura são microempresas com faturamento até R$360 mil, ou algumas empresas de pequeno porte com faturamento até R$3,6 milhões –, e que estavam excluídos do tratamento diferenciado e do pagamento tributário unificado que existem para os diferentes setores beneficiados pelo Simples Nacional.

Com o benefício da classificação como microempreendedores individuais – existia um movimento de mídia bastante forte para incorporação da economia criativa como eventual MEI –, torna-se possível a regularização dos empreendimentos informais com o pagamento de R$45,60 para a Previdência Social, R$1,00 de ICMS e R$5,00 de Imposto sobre Serviços.

A consequência dessa facilitação foi o aumento em 125% do número de empreendedores como microempreendedores individuais desde a entrada em vigor dessa lei, que foi em 1º de janeiro deste ano. Então, em pouco mais de seis meses, a gente viu que esse número quase dobrou, e isso é possível verificar hoje por um *site* que foi criado na internet, que é o empresômetro, uma parceria do Sebrae nacional com a Confederação Nacional do Comércio e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, onde, *on-line*, em tempo real, é possível saber exatamente qual negócio foi aberto no Brasil. Então, se a gente for a um Município mais afastado do País, um Município pequeno de cinco mil habitantes no interior do Estado, e determinar de outubro do ano passado até hoje quais empresas abriram e por setor, a gente consegue saber exatamente qual o CNPJ da empresa, qual o segmento, quando ela abriu, eventualmente, quando ela fechou.

Os microempreendedores individuais também têm outros benefícios criados recentemente pela Lei Complementar nº 147, como o pagamento facilitado de tributos; a isenção de pagamentos de diversas obrigações que se impõem às micro, pequenas e mesmo às grandes empresas; a isenção de vários pagamentos, como contribuição de classe, contribuição sindical, em determinados casos, taxas de alvará, taxas de licença; serviços de contabilidade para o microempreendedor individual, quando da abertura do negócio, é gratuito. Então, até o contador eles têm facilitado. É possível abrir e regularizar o empreendimento de forma muito simples, pela internet. E há um esforço de ampliação do pagamento, porque ainda existe um grande índice de inadimplência, que o Governo Federal tem tentado trabalhar para reduzir, enviando, inclusive, o carnê, para que essas pessoas paguem sem ter que entrar na internet. Mês passado, a gente comemorou cinco milhões de MEI, muitos deles na economia criativa.

Hoje em dia, esse programa, que é econômico mas também de inclusão social, já superou o número total de empresas no País, mais do que dobrou, a gente tem 4,5 milhões de empresas e 5 milhões de microempreendedores individuais.

Em relação ainda à microempresa, tentando falar além do MEI, houve uma modificação, permitindo ao segmento de serviços, e daí entra a parte de cultura, a constituição de sociedades de propósito específico para exportação. Então, a sociedade de propósito específico tem uma facilitação na exportação, preferência nas licitações públicas, até R$80 mil vai ser obrigatório comprar de microempresa. Daí, a partir de quando o setor da cultura e o setor de serviços tornam-se optantes possíveis do Simples Nacional, eles também teriam preferência nas licitações. Antes, era obrigatório para a União, mas era optativo para Estados e Municípios, agora torna-se obrigatório para todos, os Estados e Municípios são obrigados a seguir a legislação nacional.

A abertura e fechamento facilitado. Dizia-se no Brasil, antigamente, que abrir uma empresa era muito difícil, mas fechar era impossível; agora, a partir de um portal que começou a funcionar dois meses atrás, já é possível fechar empresa em três minutos no Brasil, e, para abrir empresa, começou um piloto no Distrito Federal, que já está em funcionamento para abertura de empresa. Tudo isso atinge muito o setor da economia criativa, que entra no novo Anexo VI do Simples, que antes não existia.

Quais os esforços atuais? Esses foram os esforços anteriores, do último ano, aos quais a gente se dedicou e, graças também ao Senado Federal, o projeto foi aprovado por unanimidade, em menos de uma semana, o que mostra que não se trata de projeto de um partido, de um governo, mas um projeto do Estado brasileiro.

A discussão do Projeto de Lei Complementar nº 448, que atualmente está na Câmara dos Deputados e foi aprovado na Comissão Especial há pouco mais de 30 dias, logo antes do recesso parlamentar, e deve entrar na pauta para discussão, a gente espera, ainda neste mês de agosto, na Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado Federal. Pelo Projeto de Lei Complementar nº 448, há uma ampliação da noção de microempreendedor individual. Trata-se de um projeto de autoria do Congresso, não do Executivo, que eleva até R$120 mil o conceito de microempreendedor individual.

Também existe um tratamento diferenciado no tocante ao Ecad, para micro e pequenas empresas. Numa ideia de ampliar os benefícios para micro e pequenas empresas.

No âmbito também do Projeto de Lei nº 448, existe todo um desenho facilitado para exportações. Certamente, seriam bem-vindas contribuições, talvez ainda, quem sabe, para incluir nesse projeto, específicas para o setor da economia criativa, especialmente no tocante à propriedade intelectual e exportações.

E agora, no tocante ao terceiro ponto da apresentação, sobre o Pronatec Aprendiz na micro e pequena empresa.

Até a semana passada, havia uma interpretação do Ministério do Trabalho em torno da Consolidação das Leis do Trabalho pela qual era proibido que uma empresa com menos de sete empregados tivesse um aprendiz. Houve uma discussão, chegou até a ser dirimida em conflito entre Ministérios pela Advocacia-Geral da União, em que a Secretaria da Micro e Pequena Empresa argumentava que, pela interpretação da legislação em vigor, qualquer empresa com mais de um empregado, aliás, com pelo menos um empregado teria direito a ter um aprendiz. Isso impacta diretamente nesse segmento que a gente está falando porque 90% das empresas têm menos de sete empregados no setor da cultura.

Isso foi lançado semana passada pela Presidenta da República, com várias associações, a Sebrae, a CNI, as indústrias e, principalmente, os setores de serviços, as diversas associações de serviços, a criação de um programa completo para formação sobretudo na área de cultura. Então, vagas do Pronatec foram destinadas à formação de jovens entre 14 e 24 anos, principalmente no setor da cultura. De todas as vagas destinadas, o maior número de vagas está na cultura, são 4.500 vagas. E a prioridade que se deu foi em cidades de maior violência entre jovens. Do Brasil todo, existem 81 Municípios onde o índice de violência é muito alto, que compõem o mapa da violência. Para se ter uma ideia, são Municípios onde a média de homicídios por habitante é mais do que dez vezes a média nacional, não é um pouco a mais, é muito a mais. Normalmente Municípios na periferia das grandes cidades, por exemplo, Serra, no Espírito Santo, periferia de Maceió, periferia de Belém, periferia de Salvador. Aqui, em Brasília, a gente teria Águas Lindas de Goiás, quem conhece Brasília conhece bem essa região.

Desses 82 Municípios, nós verificamos onde havia empresa, onde havia curso, onde havia instituto técnico Federal, Estadual ou Municipal apto a fornecer cursos do Pronatec. Houve um trabalho junto a esses institutos técnicos para eles criarem cursos sobretudo na área de cultura, mas também em outras áreas, conforme a especificidade local, mas o maior número de vagas foi na área de cultura.

Não apenas um curso, como era feito pelo Pronatec, até então de 160 horas, mas o itinerário formativo com complexidade crescente, totalizando no mínimo 480 horas de formação para o jovem. Então, o jovem vai estudar por dois anos em cursos que vão ensinando cada vez mais ele, e ele vai ter que voltar à escola, vai receber um salário da empresa, a formação vai ser dada de forma gratuita pelo Governo Federal e ele vai estar desde o início da sua juventude na microempresa, e todos sabem que a microempresa é uma macrofamília, ou seja, no momento de recessão, em que a grande empresa está fechando vagas e as chances de contratação de um jovem seriam muito baixas, numa microempresa, onde ele começou com 14, 15 anos, já se inseriu, já aprendeu, teve uma formação num instituto técnico, público, de qualidade, a gente sabe que ele vai contribuir para o aumento da produtividade própria da empresa e grandes chances dele ser empregado depois e continuar naquele setor, reforçando não apenas a economia criativa, mas toda a empresa.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO DIAS VARELLA – Esse programa já começou agora, a gente está agora tentando iniciar as turmas, e as empresas vão poder contratar os jovens até faltarem 300 horas de formação, o que varia conforme o curso, mas o que significa que, até três ou quatro meses após o início dos cursos, os jovens ainda poderão ser contratados.

Então, todas essas são iniciativas. Existem várias outras.

Devido ao tempo, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Senador Donizeti Nogueira pelo convite, à Comissão e a todos os presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que lhe agradecemos, Marcelo Varella, pela sua brilhante apresentação e também pela observação do tempo.

Quero registrar a presença aqui, com muita alegria, do Deputado Federal Angelim, do Acre. Já foi Prefeito de Rio Branco e, agora, é Deputado Federal. Ele veio honrar a nossa Comissão com sua presença e com sua participação neste debate.

Passo a palavra agora à Srª Ana Clévia Guerreiro Lima, Gerente-Adjunta da Unidade Setorial de Serviços do Sebrae Nacional.

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – Bom dia, Senador Donizeti Nogueira, todos os nossos companheiros de Mesa e os demais Senadores!

Saúdo o Senador José Pimentel. Ficamos muito felizes de encontrá-lo aqui. Ele abraçou, há muito tempo, a causa da pequena empresa no País. É um grande batalhador por aquilo que facilita o desenvolvimento dos pequenos negócios.

A Senadora Lídice da Mata também tem trabalhado, ao longo dos seus mandatos, com temas inovadores, o que contribui muito para o desenvolvimento do País.

A Prof. Drª Cláudia Leitão citou, no início, que foi minha professora. Fico muito feliz de aqui compartilhar com ela deste momento.

Nós agradecemos, em nome do Sebrae, o convite para aqui participar da Comissão. Reputamos como de suma importância que o Senado dedique tempo e olhar às questões da economia criativa, um tema que não é tão novo. Não é novo, mas é novo, ao tempo em que precisamos construir políticas que fortaleçam cada vez mais as atividades econômicas vinculadas ao tema da economia criativa.

Quero cumprimentar nossos dois grandes parceiros: Marcelo Dias, da Secretaria da Micro e Pequena Empresa – como ele já citou na sua fala, temos uma parceria, temos interesses comuns –, e o Secretário do Ministério da Cultura, Guilherme Varella, com que estive numa reunião na semana passada, exatamente conversando e discutindo ações que visam a fortalecer as atividades econômicas vinculadas à economia criativa.

Antes de iniciar, de falar de economia criativa, eu gostaria de lembrar qual é a missão do Sebrae. Sei que muitos de vocês o sabem. É comum, no dia a dia, as pessoas saberem que o Sebrae tem uma atuação focada nos pequenos negócios, mas gosto sempre de lembrar nossa missão, que é promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, para fortalecer a economia nacional. O Sebrae existe para isso, essa é a nossa missão, na busca incansável do fortalecimento dos pequenos negócios, para incluir também aquele que deseja empreender, que sonha em ter seu próprio negócio. A cada dia, as políticas públicas facilitam a realização desses sonhos.

No que concerne à economia criativa, para falarmos em economia criativa, temos de pensar em criatividade. Como a Prof. Drª Cláudia Leitão falou, no Brasil, a nossa criatividade é reconhecida tanto internamente como externamente.

Quais são os elementos que compõem a criatividade? Quais são aqueles elementos que podemos dizer que são fundamentais para nos dizermos criativos? Nós elencamos alguns. A ideia não é esgotá-los, mas trazer alguns elementos, alguns pressupostos da criatividade, que é a capacidade de criar o novo, de reinventar, de unir pontos aparentemente desconexos, de diluir paradigmas tradicionais, o que é fundamental para que a gente possa inovar, para que a gente possa criar – essa diluição, essa capacidade de adotar o novo é fundamental –; a capacidade de equacionar soluções para novos e velhos problemas.

Uma palavra é muito importante no ecossistema da economia criativa, sobre o qual nós vamos falar um pouco mais agora, que é a cooperação.

No ecossistema da economia criativa, a capacidade de cooperar... Vou citar uma palavra que a Profª Drª Cláudia Leitão gosta muito: as redes criativas. Elas são fundamentais, e a criatividade em si é um combustível renovável. Isso é ótimo. Quanto mais a gente usa, mais ele está à nossa disposição, mais ele se fortalece.

São esses os elementos, alguns daqueles que compõem o que nós denominamos criatividade.

No que concerne à atuação do Sebrae, focada nas atividades econômicas que compõem a economia criativa, o Sebrae iniciou a sua atuação focado nas atividades. Obviamente, o Sebrae existe há mais de 40 anos, mas, de forma mais estruturada, com programas internos delineados, construídos com estratégia muito bem pautada, em 1997, com o Programa Sebrae de Artesanato. Percebíamos ali uma oportunidade, tínhamos muitos artesãos. Hoje, podemos dizer, com as políticas atuais, que muitos deles são microempreendedores individuais, e, para aqueles que não são microempreendedores individuais, existem políticas que possibilitam ao cidadão ter o seu registro e, assim, comercializar o seu produto.

No ano 2000, nós iniciamos um estudo muito importante, que deu impulso a essa identidade brasileira, que foi o estudo da cara brasileira. Nós lançamos os resultados em 2001, e esse estudo se constituiu num marco, porque ele apontava como nós poderíamos nos apropriar, os pequenos negócios brasileiros poderiam se apropriar dessa identidade brasileira e, assim, fortalecer os seus negócios.

Esse é um desfio que ainda hoje nós temos, e os senhores e as senhoras percebam que, lá, no início desse século, nós discutíamos a importância e a relevância da identidade brasileira como posicionamento para os negócios do Brasil não só internamente, mas, principalmente, externamente.

Vou aproveitar e fazer um *link* com o pensamento do Prof. Celso Furtado, que abriu a fala da Profª Drª Cláudia Leitão: quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento cultural? E nós, seguramente, brasileiros, temos muito a contribuir. Talvez precisemos saber utilizar melhor essa identidade.

Em 2005, nós estruturamos a cultura e o entretenimento. A gente avança. Os senhores podem perceber que temos aí um avanço contínuo. Trabalhamos a cultura e o entretenimento, muito focados ainda nos segmentos da economia da cultura. Em 2012, chegamos à economia criativa e criamos, construímos um termo de referência para atuação do Sistema Sebrae. Nós consideramos um marco importante na nossa atuação um documento simples, enxuto, como é da nossa filosofia, mas que dá um direcionamento para a atuação do Sistema Sebrae. Nós temos que entender que o Sebrae está presente nas 27 unidades da Federação e temos que ter uma atuação no Acre – não é, Deputado? –, da mesma forma que temos em São Paulo, porque a economia criativa também tem esta característica: a capacidade da inclusão.

Em 2015, nós nos posicionamos, continuamos atuando na economia criativa, tendo clareza de que o nosso principal desafio é a profissionalização da gestão, e esse é o papel do Sebrae. O papel do Sebrae é a gestão desses pequenos negócios.

Nós adotamos como conceito de economia criativa para o Sistema Sebrae – faço questão de ler – o seguinte: "Economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual, cultural e na criatividade, gerando valor econômico".

Nós fazemos questão de dar ênfase ao aspecto de gerar valor econômico, de iniciar citando que é um conjunto de negócios. Não que os demais elementos da economia criativa não sejam relevantes, o que nós queremos deixar claro é que mesmo que exista um capital intelectual, cultural, existe a criatividade, se não existir o negócio, não se justifica a atuação do Sebrae. Como nós falamos inicialmente, o Sebrae existe para fortalecer os pequenos negócios. Por isso, nós fizemos questão de dar ênfase ao fato de que a atuação da economia criativa do Sebrae passa pelo aspecto dos negócios e da geração de valor econômico, para que, efetivamente, possamos cumprir nossa missão, nosso papel.

Nós atuamos nos mais diversos segmentos da economia criativa. Obviamente, faz-se necessário que uma entidade com a dimensão do Sebrae, e a presença que nós temos, como já citei, em todo o País, de priorizarmos segmentos.

E aí nós destacamos alguns, e eu vou complementar com outros nos quais nós também atuamos.

Esses segmentos estão vinculados mais diretamente à unidade na qual nós exercemos o papel de Gerente Adjunta. São os segmentos do audiovisual, do *design*, da música, comunicação, *startups* e TIC.

No audiovisual, ali os senhores podem observar, no canto esquerdo: são os diversos segmentos em que nós atuamos na atividade econômica do audiovisual. Comunicação: também aí as pequenas agências de publicidade, as agências digitais. Enfim, lembrando sempre que, em todos esses segmentos, o Sebrae atua junto aos pequenos negócios. No que concerne àquelas *startups* digitais, *design*, a música... O Brasil tem um papel fundamental na questão da música. Quantos movimentos musicais novos o Brasil não criou nas últimas décadas? Esse é um elemento de geração de identidade no mercado internacional, da mesma forma que o audiovisual. *Games*, *softwares*, que são os segmentos vinculados à TIC.

É interessante ressaltar também, como eu citei no início, que nós temos uma atuação no artesanato. Temos, inclusive, um projeto em parceria com o Sebrae Rio de Janeiro. Nós inauguramos, no ano passado, a primeira etapa das obras de revitalização de um conjunto de prédios situado na Praça Tiradentes que abrigará o Crab, que é o Centro de Referência do Artesanato Brasileiro, uma importante contribuição que vamos dar para a difusão, o estímulo à produção e à comercialização do artesanato brasileiro. Nós também temos uma atuação muito forte no segmento da moda.

Então, são outros segmentos, outras atividades econômicas da economia criativa que nós não citamos, que não estão apresentadas nesse eslaide, que estão vinculadas a outras unidades do Sebrae Nacional, mas nas quais nós temos uma atuação há muito tempo consolidada, muito forte e um trabalho de apoio à competitividade dos seus negócios.

É sempre bom trazer alguns números, as pessoas sentem necessidade de saber mais quando falamos tanto de economia criativa. E a grande pergunta é: o que essa economia criativa gera de negócio? Então, nós fizemos questão de trazer alguns dados que nos dão a dimensão do que é a economia criativa hoje no Brasil. É importante que tenhamos um apoio institucional, e aí esta Casa tem um papel fundamental no suporte à legislação para que tenhamos uma força, um papel, e possamos potencializar muito mais o que a economia criativa já representa hoje na economia brasileira.

Os senhores e as senhoras podem observar que são 243 mil empresas hoje no Brasil atuando nas diversas atividades econômicas da economia criativa. Vejam o que a economia criativa representa em relação ao PIB: 2,7%, R$110 bilhões, senhores e senhoras! Isso é significativo, é uma atividade que merece atenção. Por isso estamos tão satisfeitos de estar hoje aqui: porque entendemos que esta Casa reconhece e está atenta às questões vinculadas a esse segmento.

A economia criativa envolve 810 mil profissionais e paga salários três vezes maiores do que aqueles normalmente pagos pelo mercado – são dados da Firjan, que tem feito uma pesquisa ao longo do tempo e que todos nós que atuamos em economia criativa utilizamos, porque é importante nós termos dados que pautem a nossa atuação.

As estratégias de atuação do Sebrae para a economia criativa. Nós estamos pautados em três eixos principais para nortear a nossa atuação, a gestão do conhecimento do Sistema Sebrae. No Sebrae nós temos muito uma cultura... Um dos nossos valores, do Sistema, é a valorização das pessoas, e aí nós precisamos fazer um trabalho de capacitação interna para podermos gerar reputação no ecossistema da economia criativa.

Outro eixo estratégico é o desenvolvimento, obviamente, dos empreendedores criativos, que passa pela inovação buscando a geração de resultados.

O último e terceiro eixo: a articulação interna e com o mercado, com foco obviamente no mercado para que os pequenos negócios sejam referência no mercado do ecossistema criativo.

Rapidamente, nós vamos citar alguns aspectos que são importantes em cada eixo da nossa atuação.

No que concerne à gestão do conhecimento, à formação das nossas equipes internamente, nós estamos sempre promovendo estudos, análises dos cenários dos pequenos negócios, e damos ênfase a estudos que já havíamos feito e que estamos atualizando, como o estudo de inteligência de mercado, com ênfase na música e no audiovisual, trazendo também o panorama do *design*. É importante lembrar que principalmente o *design*, que muito contribui para a competitividade das empresas de forma geral, é uma atividade transversal.

Está em curso um estudo, mais do que um estudo, o desenvolvimento de uma metodologia para a atuação – é o último tópico desse eslaide, à direita – das redes criativas, dos *clusters* criativos. É uma parceria e inclusive a Prof. Drª Cláudia Leitão é uma das consultoras que estão atuando na construção dessa metodologia que estamos desenvolvendo. Obviamente, num país com a dimensão do Brasil, não é possível fazer um processo de desenvolvimento de metodologia iniciando nas 27 unidades da Federação. Então, nós priorizamos a Bahia, o Distrito Federal, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Instituto Alvorada Brasil, que está aqui conosco, é nosso parceiro, trabalha conosco para o desenvolvimento dessa metodologia. Estamos na fase final da construção dessa metodologia no Distrito Federal, e, obviamente, a estratégia é disseminarmos toda essa metodologia pelo Brasil.

Também produzimos o catálogo do mecenato, uma importante contribuição para aqueles que atuam no segmento da economia criativa, na indústria criativa, como denominamos, porque elenca o conjunto de empresas que mais investiram e apoiaram projetos da economia criativa. Nós sabemos que um dos grandes desafios do Brasil é disseminar informações, compartilhar conhecimento. Nós temos feito um esforço nesse sentido, para que efetivamente tenhamos informações compartilhadas e disponibilizadas para esses empreendedores. Por exemplo, o catálogo do mecenato está hoje no portal do Sebrae. Qualquer empreendedor da área de economia criativa pode acessar e ter essa informação à sua disposição. Os estudos que eu citei, que estão em fase de conclusão, após serem concluídos e diagramados, estarão disponíveis no portal do Sebrae. O nosso intuito é de que todos os empreendedores tenham acesso à informação.

No que concerne ao eixo do desenvolvimento de empreendedores criativos, temos uma parceria com o Governo, para atuação no Pronatec Empreendedor, o que é importante porque, como já foi citado por nossos colegas. As atividades vinculadas à economia criativa têm um grande número de informalidade. E é importante ressaltar o papel do MEI para trazer esses empreendedores para a formalidade. O número de empreendedores formalizados no MEI e vinculados às diversas atividades econômicas que compõem as indústrias criativas é muito significativo. São números relevantes. Ou seja, eram pessoas que já atuavam – não é, Secretário? – em diversas atividades da economia criativa e não tinham como se formalizar. O MEI as trouxe da informalidade para um ambiente legal, o que possibilita um atendimento com melhor qualidade e com mais informação.

Nós elaboramos um conjunto de documentos. Vou citar um exemplo: o Guia do Empreendedor Criativo, uma cartilha muito importante para os empreendedores saberem como elaborar, executar e prestar contas. Muitas vezes, eles buscam patrocínios, participam de editais e têm dificuldades na prestação de contas, e isso inviabiliza que eles participem de outros editais. Nós estamos preocupados com isso e disponibilizando informação e orientação.

Também produzimos o guia Empreendendo na Música. Adaptamos metodologias, como a metodologia Canvas, que é importante para esse segmento, criamos soluções novas, como o Sebrae Startup Day, gestão e encontros de negócios, que viabilizamos por meio de maratonas e que respondem à necessidade desses empreendedores.

Muitas vezes, eles são muito jovens. Muitos ainda estão cursando o nível médio, muitos deles acabaram de ingressar na universidade.

São pessoas que muitas vezes já nasceram vinculadas às redes sociais.

Então, o Sebrae desenvolveu um conjunto de soluções para atender esse empreendedor que tem outro perfil. e, para nós fortalecermos e apoiarmos a competitividade desse negócio...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – ... precisávamos ter essa compreensão.

Também atuamos na questão da proteção intelectual, desenvolvimento de novos produtos, produção de novas plataforma e tecnologia, como já citei, inclusive soluções como maratonas focadas nesses empreendedores.

E o último eixo estratégico é aquele da articulação interna com o mercado.

Os senhores e as senhoras podem observar que citamos o MinC e o MCTI, porque são dois ministérios importantes, que têm atuação focada nos diversos negócios vinculados à economia criativa.

Nós também temos uma parceria com a Apex, e quero ressaltar essa parceria porque ela possibilita que esses pequenos negócios posicionem-se no mercado internacional.

É importante, senhoras e senhores, que atentem para um aspecto: os negócios vinculados à economia criativa...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – ... são negócios com potencial de crescimento e de alavancagem que podem posicionar o Brasil no mercado internacional.

Senador, vou pedir a compreensão para nós finalizarmos, porque esse assunto da internacionalização dos pequenos negócios vinculados à economia criativa é fundamental para o País. É fundamental para o fortalecimento da nossa identidade, para viabilizar, para fortalecer a exportação dos pequenos negócios e para posicionar o Brasil no mercado internacional. O audiovisual, a música, como citei, as *startups* digitais ocupam um espaço no mercado e podem alavancar a competitividade brasileira.

Cito aqui entidades que representam os diversos segmentos e empreendedores desse negócio: Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais (Apro), Abragames (Associação Brasileira dos Desenvolvedores de Jogos Digitais), Instituto Alvorada Brasil, que já citei anteriormente, ABStartups, BM&A (Brasil Música & Artes).

Nós atuamos também com patrocínio em eventos, atuamos em eventos de mercado.

Por fim, quero dar ênfase ao Capital Empreendedor, programa que o Sebrae criou recentemente. É outro fator para o qual é importante os senhores e as senhoras terem atenção.

Aqueles empreendedores que atuam nessas atividades normalmente não têm acesso àquele financiamento tradicional; eles não têm uma garantia, não têm um imóvel para dar em garantia. Então, fazem-se necessárias novas formas de viabilizar o financiamento desses pequenos negócios. Para isso, o Sebrae está fazendo parceria com diversas entidades. Destaco aqui o convênio de cooperação que nós estamos finalizando com a Anjos do Brasil, para viabilizar acesso a financiamento; só que são outras formas de financiamento a que esses empreendedores precisam ter acesso. Essa é uma questão sobre a qual os senhores podem se debruçar e, seguramente, muito contribuir para esse aspecto.

Agradeço a paciência e, mais uma vez, reforço a satisfação de estarmos aqui, falando desse importante segmento da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos, Srª Ana Clévia, por sua contribuição aqui nesta manhã.

Quero justificar a ausência do Senador José Pimentel, autor desse requerimento. Ele foi convocado para presidir a CCJ, em virtude de o Presidente José Maranhão estar afastado por motivo de saúde neste momento.

Vamos dar continuação. Vamos ouvir o outro Varella, que agora, sim, é o Guilherme. Eu já me confundi aqui duas vezes.

Então, vamos ouvir o Guilherme Varella, Secretário de Políticas Culturais da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura.

O SR. GUILHERME VARELLA – Obrigado.

Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigado, Senador Donizeti Nogueira, que preside esta reunião; Deputado Angelim, que nos honra com a presença; Senadora Lídice da Mata, que é uma grande parceira da cultura, de todas as áreas da cultura.

Quero agradecer muito e cumprimentar nossos companheiros e companheiras aqui de Mesa: Ana Clévia, do Sebrae – o Sebrae é um grande parceiro do Ministério, nós temos feito conversas e ações muito boas e muito prósperas; meu novo parente, o Marcelo Varella, cujo parentesco comigo acabamos de descobrir, e talvez tenhamos um tio em comum, que é um médico famoso, inclusive. (*Risos.*)

Estamos investigando.

Cumprimento a Profª Cláudia Leitão, por quem tenho muito respeito e admiração, pela contribuição intelectual e política que deu à área da economia da cultura, tenho certeza de que o que ela traz de insumos para essa área da economia são todos insumos que são considerados pelo Ministério. Esses textos todos a que ela se refere são textos que eu já havia lido e aprofundado, não agora, mas nos meus estudos acadêmicos. Então, acho que já temos uma sintonia pelo programa.

Queria cumprimentar o Senador Pimentel, que esteve aqui conosco, está justificada a ausência, os demais Senadores que por aqui passaram e todos vocês presentes.

Vou passar rapidamente para uma apresentação que trata um pouco da agenda de economia da cultura, e aqui não acho que seja o caso de entrar na questão da discussão conceitual entre economia da cultura e economia criativa, que até a gente pode fazer, mas a gente quer trazer um espectro amplo, uma visão ampla dessa questão da economia, que incorpora, inclusive, o que já foi trazido sobre economia criativa.

Muito rapidamente, quero dizer que o Ministério da Cultura trabalha com três dimensões que já são clássicas, hoje, no estudo das políticas culturais, três dimensões de ação da cultura: uma dimensão simbólica, que diz respeito às linguagens, aos valores, à produção e à existência simbólica do ser humano, que diz respeito às artes, inclusive; uma dimensão de acesso e cidadania, que está mais relacionada à questão dos direitos culturais, das possibilidades de acesso à vida cultural e de produção cultural, e a dimensão econômica, relacionada a esse tema específico que a gente trata hoje, que diz respeito à presença e à importância da cultura na centralidade do desenvolvimento econômico.

Essas três dimensões norteiam todas as políticas do Ministério da Cultura. A gente traz também uma matriz tripartite para o trabalho dessas três dimensões com relação ao papel do Estado, que é, primeiro, organizar os meios de intervenção do Estado na cultura. É importante que o Estado atualize seu aparato, tenha mecanismos mais contemporâneos e arejados de interlocução com a sociedade civil, revisite seus marcos legais, enfim, trabalhe também a dimensão da cultura e do desenvolvimento – e o desenvolvimento não apenas do ponto de vista econômico, mas humano, simbólico, territorial – e a questão dos direitos culturais, que, de todos os direitos sociais colocados, talvez sejam os direitos, Senador, menos maduros, aqueles que a gente precisa mais hoje consolidar, concretizar, até para que o Estado organize seu aparato de cumprimento, a sociedade organize seus pleitos, o próprio Judiciário possa cobrar a concretização desses direitos culturais.

E dentro dessa perspectiva, o que o Ministro Juca Ferreira tem falado com bastante veemência é que, dessas três dimensões – econômica, simbólica e cidadã –, avançou-se, no Ministério, nessa década e pouco, bastante na dimensão sociocultural, a dimensão da cidadania, do acesso, com alguns programas importantes que foram colocados, como o programa dos Pontos de Cultura, os programas e políticas relacionados à diversidade cultural, várias outros que fizeram com que o espectro de atendimento do Ministério da Cultura fosse bem maior do que simplesmente se relacionar com os artistas, produtores e com as linguagens artísticas.

Porém, duas dimensões não avançaram muito, algo, inclusive, que a Profª Cláudia trouxe na sua fala. Primeiro, a dimensão simbólica, que é a dimensão especificamente relacionada às artes, e, por isso, uma prioridade do Ministério da Cultura é a Política Nacional das Artes, trabalhar com essa política de forma ampla, profunda. A gente está fazendo diálogos pelo Brasil todo para fazer o diagnóstico sobre as artes no Brasil, quais são os problemas, as peculiaridades regionais para seu desenvolvimento, inclusive os gargalos econômicos em seu desenvolvimento.

A segunda dimensão é a econômica. Por isso, hoje, o Ministério da Cultura tem a questão da economia como prioridade absoluta no que diz respeito à questão programática, à questão política e à questão institucional.

Rapidamente, alguns atributos dessa economia da cultura de que a gente fala: é uma economia composta por dinâmicas com modelos e práticas que são fundamentados nos valores culturais, na diversidade cultural; tem o seu valor econômico vinculado ao seu valor simbólico e ao seu valor de cidadania, então, seus bens e serviços culturais estão atrelados aos próprios valores da cultura, mais do que simplesmente submetidos aos valores tradicionais da economia; tem recursos e impactos que são tangíveis e também intangíveis, daí a dificuldade também de mensuração muitas vezes de alguns resultados.

É uma cultura que tem um ativo econômico democrático, ou seja, tem um potencial de democratização muito grande e de conectividade dos segmentos também de forma muito forte; vantagens comparativas baseadas em território e em população, nos arranjos locais, nos potenciais de desenvolvimento territorial e revisita – e a cultura pode dar uma grande contribuição nesse sentido – a paradigmas clássicos da economia que hoje, numa economia pós-industrial, num estado que hoje a gente tem de crise também econômica, a cultura pode dar uma contribuição fundamental em revisitar esses valores.

Enfim, a justificativa para essa agenda da economia da cultura é justamente trazer a cultura de fato para o plano central de desenvolvimento do País, e isso significa fazer com que a cultura não seja tratada no seu aspecto econômico como uma economia marginal, como uma contribuição marginal, uma contribuição pequena

que não faz parte da centralidade do pensamento econômico no País hoje, e, para isso, a gente precisa, claro, ampliar a participação da cultura na geração de emprego, de renda, de riqueza para o desenvolvimento do País.

Como é uma economia de grande potencial de expansão, de interiorização, de conectividade, tem que ser vista com todo esse potencial. São circuitos econômicos que têm a inovação e a tecnologia de forma agregada muito fortemente. Hoje, principalmente, baseia-se de uma forma umbilical com as questões relacionadas à inovação e tecnologia. Ela tem, na camada da juventude, uma participação muito forte. A juventude está muito presente – e o Sebrae sabe muito disso porque trabalha na ponta com eles – na formatação dessa economia, na configuração desse empreendedorismo inclusive, tem a diversidade cultural como o grande objetivo estratégico e o reconhecimento da importância de políticas públicas específicas para atuar nisso.

Alguns dados que já foram colocados, inclusive pela Ana Clévia, mais de 200 mil empreendimentos, um PIB de 2,6% no País, mais de 800 mil empregos etc. Como estratégia dessa agenda que está colocada pelo Ministério, que é a ampliação da participação da economia da cultura no PIB nacional – isso é algo que a gente tem que avançar –, aí uma questão muito importante que foi trazida: o Ministério da Cultura retoma com o IBGE a conta satélite da cultura. Essa conta satélite é essencial, inclusive para ser atualizada como instrumento de gestão no campo da economia. Ficou muito tempo um divórcio entre Ministério da Cultura e IBGE. Não havia produção de dados, não havia série histórica, não havia comparação e produção de estatísticas necessárias à gestão. Isso está sendo retomado. A gente já tem um novo convênio com o IBGE em formatação e cujo primeiro e mais importante produto é a estruturação da conta satélite. Então, Cláudia, eu acho que são objetivos que são percorridos há muito tempo e talvez a gente tenha agora uma possibilidade real de concretização.

Estimular esses ecossistemas econômicos que agregam valor, ou seja, a gente tem que fazer com que a economia da cultura seja a grande ferramenta para que o País saia do modelo de produção e exportação de *commodities* pura e simplesmente para ser um modelo econômico baseado nos valores da diversidade, nos valores da cultura, nos valores da criatividade, nos valores do conhecimento. É importante a gente desconcentrar os fluxos econômicos da cadeia.

A gente sabe que existe uma discussão sobre a indústria cultural de extrema concentração da questão econômica. É importante que a gente consiga ampliar e diversificar os atores econômicos da cultura. Cada vez mais aqueles que estão fazendo cultura também façam cultura pensando no vetor econômico das suas ações. Então, essa amplificação é importante.

O mapeamento das cadeias produtivas. Hoje, existem cadeias que são mais fáceis de visualização na sua dinâmica, no seu fluxo econômico, outras que precisam avançar, Senador. Hoje, o audiovisual, por exemplo, está num estágio diferente de outras cadeias. Existe uma demanda da música muito forte para que se organize e faça esse mapeamento e promover essa internacionalização.

Acho que todos aqui tocaram nesse assunto: a importância de a gente ter um plano estratégico para a internacionalização dos bens e serviços culturais, que não seja só eventual, que não seja só uma projeção, às vezes, simplista e caricata do que são os produtos culturais brasileiros, do que são os serviços, do que é a imagem do Brasil.

A projeção da imagem do Brasil no exterior é também uma projeção econômica; não é uma projeção que não tem repercussão econômica, muito pelo contrário, tem reflexos no turismo, tem reflexos na configuração dos negócios nesse campo, tem reflexos nas relações bilaterais e multilaterais, e isso precisa ser colocado.

A gente tem trabalhado num espectro amplo de economias da cultura, que passa pela questão da economia criativa, passa pela questão das economias das linguagens artísticas, teatro, dança, música, artes digitais, artes visuais, circo. A economia digital talvez seja o grande desafio de regulação hoje. É preciso regular a economia digital. O que está colocado na internet hoje, que é o grande campo de compartilhamento dos bens culturais, é um vazio de regulação, pois o Estado não consegue estar presente efetivamente para fazer com que os grandes *players* deixem de ser apenas intermediários que lucram com a cultura e que hoje não estão remunerando os autores e que o acesso continua sendo um acesso às vezes limitado.

A questão internacional. A economia dos grandes eventos e espetáculos. Sabemos a importância disso para a economia brasileira, o que significa o circuito gerado pelo São João, pelo boi, pelo Carnaval, por vários espetáculos e festas populares que hoje existem no Brasil. A questão do artesanato. A ligação com o turismo, que é uma ligação que precisa avançar. As questões relacionadas à moda, designer, gastronomia, arquitetura, dos setores criativos que já foram aqui trazidos também e que também são importantíssimos.

As questões relacionadas à economia solidária, às trocas. Hoje, os pontos de cultura, por exemplo, que são grandes programas de capilarização e de reconhecimento da produção de cultura na ponta, já trabalham com a ideia de uma economia viva, de uma economia de trocas, de um circuito econômico entre os próprios produtores nos pontos de cultura e com as comunidades. Enfim, um grande espectro.

As economias do patrimônio. É importante que a gente pense a intervenção do patrimônio cultural como um ativo essencial de dinamização da economia nas cidades. O patrimônio não pode ser entendido de forma estanque, não pode ser entendido só como recuperação e revitalização de monumentos, ele tem um papel essencial na recuperação e na ativação econômica das cidades.

A própria língua portuguesa, nessa perspectiva de projeção internacional, é um ativo econômico importante. E aí algumas abordagens relacionadas à questão de trabalho, aos modelos de negócios, às cadeias produtivas, inovação, crédito, empreendedorismo, marcos legais, que precisam ser revistos, circulação, internacionalização, a questão dos dados e das informações, que são essenciais, a questão do financiamento, a formação no campo da economia criativa. Tudo isso está refletido nas metas do Plano Nacional de Cultura.

Aqui algumas interfaces. Hoje, o Ministério da Cultura tem ações pulverizadas. Estamos dando um sentido estratégico e sistêmico às várias ações que o Ministério da Cultura tem. Está no nosso Plano Plurianual, tem quatro metas específicas relacionadas à economia da cultura, a economia criativa, e o grande objetivo que temos, estipulado no PPA dos próximos quatro anos, é fortalecer a economia da cultura e inseri-la nas dinâmicas de desenvolvimento do País. Interfaces com vários ministérios que foram aqui listados, desde a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, com quem a gente já trabalha, a questão da desburocratização de alguns segmentos culturais, principalmente relacionados à tecnologia, à inovação.

Por exemplo, temos um gargalo que é não ter itens que precisem ser usados em *startups*, em modelos de empreendedorismo, que não têm similar nacional e que temos uma grande dificuldade, por exemplo, de importação e de produção no País. Então, a desburocratização através do bem mais simples é algo muito importante.

A ampliação do MEI, que já foi trazido aqui também pelo Sebrae é algo essencial para a cultura. Mas, todos eles, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a educação presente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, o Ministério das Comunicações, tudo isso está presente nessa agenda, uma agenda internacional forte também que passa por todas essas instâncias, desde a Organização Mundial do Comércio até as instâncias do Mercosul, da ONU, da ONP, da Segib, tudo isso já está sendo trabalhado dentro dessa agenda.

Uma estratégia que considera os documentos, que já são documentos norteadores da ação do Ministério da Cultura e o acúmulo de mais de dez anos nessa discussão, então, desde o nosso Plano Plurianual e do Plano Nacional de Cultura até todos os documentos que foram gerados, inclusive o Plano Brasil Criativo. Algo que tenho comentado com a Professora Cláudia é que aquilo que foi trazido de insumo, de contribuição, deve ser considerado nessa estruturação da agenda que vai ser colocada.

A política nacional das artes vai ter um aspecto específico de economia das artes para o mapeamento das cadeias das linguagens artísticas. A gente está colocando no ar um sistema nacional de informações e indicadores culturais que vai ser uma grande plataforma integradora de sistemas culturais, cujo módulo de economia será um dos módulos mais importantes, porque vai possibilitar a visualização, o repositório de informações, mas também a própria troca de informações e fluxos entre todos que estão lidando com informações de indicadores econômicos no País. E há vários programas que a gente passa também a trazer em todo o corpo do Ministério da Cultura.

Aqui, só algumas ações que já são tocadas pelo Ministério, como as incubadoras, que surgiram a partir, também, de uma concepção que foi depois alterada. Estamos atualizando alguns desses programas.

A questão dos observatórios, que foi lembrada aqui. Hoje, a gente tem seis observatórios de economia criativa, que estão voltados para trazer insumos e subsídios para a gestão pública na área da economia.

A questão dos LabCeus. Hoje, a gente tem um programa piloto que tem grande potencial de expansão. Já estamos trabalhando nisso com o Ministério de Ciência e Tecnologia, para ter laboratórios de inovação, de experimentação, de tecnologia que tratem a questão das cidades e que isso seja incorporado à rede de equipamentos que a gente tem, arranjos produtivos, enfim, várias questões que estão colocadas hoje e que o Ministério da Cultura está priorizando.

Para terminar, eu queria só lembrar que é muito importante reforçar aqui que a questão da economia da cultura é essencial e prioritária, central dentro do Ministério. O que foi trazido aqui, de forma importante, como retrospecto histórico, sobre a permanência e o *locus* dessa discussão no Ministério da Cultura e no Governo é importante ressaltar.

É preciso entender que, para a economia da cultura, não pode haver interrupção, mas principalmente interrupção programática, interrupção política. Esse é o cenário que a gente herdou na verdade. A gente pegou o Ministério da Cultura tendo que refazer essa agenda, tendo que remobilizar as áreas para que todas elas consigam trabalhar com a questão da economia e, inclusive, retomar na Esplanada uma negociação para colocar a agenda da economia criativa, da economia da cultura na centralidade das suas estratégias.

Então, hoje, o Ministério da Cultura tem uma prioridade política no tema. Posso dizer, com convicção, que nunca o Ministério da Cultura deu tanta prioridade para o tema da economia da cultura como hoje se vê.

Hoje, há uma prioridade programática do tema da economia da cultura, porque ele faz parte de um conjunto sistemático e tem uma dimensão estratégica dentro do Ministério, e há uma prioridade institucional, porque, para além de existir apenas uma secretaria, o que a gente tem hoje é uma superinstitucionalidade desse tema, uma hiperinstitucionalidade desse tema, porque todas as áreas do Ministério da Cultura estão obrigadas hoje, estão imbuídas de pensarem suas ações através do vetor econômico e, mais do que isso, de terem áreas, nas suas respectivas searas, institucionais de economia da cultura.

Então, quando os pontos de cultura forem estabelecer as suas ações...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME VARELLA – ... já se pensa – vou concluir – no seu potencial econômico; a economia viva é um tema do Ministério da Cultura que vai ser o tema da próxima teia; as ações de patrimônio já pensam seu vetor econômico; os museus já pensam um sistema de *endowment* e outros temas relacionados à economia; o audiovisual tem que ligar a questão do acesso à questão do fomento; o financiamento já está engendrado dentro de uma perspectiva estratégica de discussão econômica; o próprio Sistema Nacional de Cultura, que passa a ser implementado, também aborda a economia de forma central. Então, o que mais o Ministério precisava era de dar peso político, era de dar centralidade no seu programa para essa discussão da economia. E é isso que o Ministro Juca está trazendo, foi isso que ele trouxe como grande diretriz para todos os dirigentes do Ministério da Cultura.

A nossa secretaria é uma secretaria programática, que apenas faz a transversalização desse tema no Ministério. E hoje ele ganha um patamar e um estágio que vai ser muito importante para a gente desenvolver isso, considerando, naturalmente, todo o acúmulo que foi trazido.

E a constituição desse programa – para finalizar, Presidente – de economia da cultura vai ser uma consolidação que acumule, que absorva todos os dados, informações, estatísticas que já existem, parcerias com os outros Ministérios, parcerias internacionais, parcerias com os institutos de pesquisa e abertura plena para participação da sociedade na sua constituição.

Então, eu queria agradecer muito esta oportunidade e dizer que estamos muito felizes em participar deste momento com o Senado Federal e deixar o Ministério da Cultura à disposição para essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Guilherme, pela sua contribuição valiosa, aqui, nesta manhã.

Quero aproveitar para registrar a presença do ex-Senador Aldemir Santana, Presidente da Fecomércio. Peço para ele chegar mais perto. Eu me comprometo com ele que ele não vai ficar aqui até 16h, como foi na audiência do Sistema S com o Senador Ataídes. É muito honroso ter sua presença aqui. Desculpe-me não ter registrado sua presença antes, mas fique à vontade. Se quiser, pode ocupar a frente.

Como manda o nosso Regimento, vou passar a palavra para a Senadora Lídice da Mata, como uma das autoras desse requerimento, para ela fazer suas considerações, perguntas, indagações e posição sobre a economia criativa, coisa que não falta na Bahia de jeito nenhum. (*Risos.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – É verdade! (*Fora do microfone.*)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Bom dia a todos os integrantes desta Mesa, especialmente dirigida pelo Senador Donizeti. Quero saudar todos e agradecer-lhes pela oportunidade de estarem aqui, no Senado.

Infelizmente, por nossas circunstâncias de trabalho, o Senador Pimentel, que foi o autor originário da primeira proposta, depois eu me incorporei a ela, desta audiência pública... Eu comentava antes que tenho um plano de que possamos, Senador Donizeti, na Comissão do Senado do futuro, ter a oportunidade de fazer – já estou elaborando uma proposição – uma discussão de mais largo curso sobre a questão da economia criativa, até pelo desejo que tenho de me aprofundar no tema, e que o Senado possa se aprofundar no tema, dando uma contribuição maior, neste momento, inclusive, que eu diria, de inflexão que estamos vivendo no Brasil, onde os caminhos da economia são tão difíceis. Precisamos abrir novas portas.

Vou fazer uma fala, como diria um baiano amigo, de um apedeuta, portanto pedindo desculpas a vocês pela minha ignorância, ignorância teórica sobre o tema, mas de uma observadora curiosa da realidade.

Na parte que me toca da Bahia, sem dúvida nenhuma creio que a Bahia poderia ser um grande *case* de economia criativa ou um grande caso de economia criativa. Mas acho que é menos do que poderia ser, assim como todo o Brasil, assim como o Ceará, assim como Pernambuco, o Nordeste, o Norte do Brasil, porque, às vezes, nós nos conformamos com o nosso olhar para dentro de nós mesmos, mas, quando nos pomos em contato com o resto do mundo, nós nos sentimos caminhando muito, muito devagar em relação ao conjun-

to das iniciativas, nessas e em outras áreas, que acontecem em outros países do mundo, inclusive em países com a economia, com a realidade social assemelhada à nossa, como são os países próprios da América Latina.

Eu queria fazer umas perguntas e dar umas opiniões que são opiniões, e não questões, mas queria começar pelas perguntas.

Eu queria que esse conjunto de Mesa, tão qualificado, talvez pudesse identificar quais os desafios para a efetivação de políticas públicas voltadas para a economia criativa com foco no desenvolvimento regional. Que a mesmas sejam implementadas de formas transversais e integradas. Qual é o nó? Eu sei que é uma questão difícil, complexa.

De um tempo para cá, de entusiasta da expressão "transversalidade", passei à crítica e até a cética. Parti da minha experiência no movimento de mulheres, nos movimentos sociais, onde todas as questões são transversais. A transversalidade começou, na minha ignorante compreensão de certa ansiedade de ver as coisas acontecerem, a ser sinal de igualdade de pouca efetivação.

Nós construímos instituições que tratam de políticas transversais, que deveriam ser, em princípio, articuladores de tais ações transversais. Terminamos que essas ações transversais não são compreendidas pelos outros que não têm, nessa transversalidade, sua centralidade. Essas políticas avançam pouquíssimo.

Digo isso como militante, por exemplo, do movimento feminista, do movimento de mulheres, do movimento negro; quando consideramos grandes conquistas as criações de estruturas próprias para esses fins e que, na verdade, tiveram destino de serem estrutura para fazerem discursos que a maioria dos outros órgãos de governo, geralmente, não quer ouvir. A Secretaria de Administração quer ouvir muito pouco sobre a política de inclusão de mulheres, inclusão de negros; idem a Fazenda, idem Desenvolvimento Industrial, Planejamento, e assim por diante.

Eu acho que nós temos, portanto, o desafio de dar sentido à palavra "transversal", porque se ela não tem sentido além dos nossos discursos, se ela não ganhar um sentido objetivo, econômico até, buscando a objetividade da economia e dos números, acho que nós vamos cair no vazio. Eu digo isso porque tive, acho que no fim do ano passado ou no início deste ano – não me lembro muito bem, foi no início deste ano – uma audiência pública sobre a questão do artesanato, sobre o movimento dos artesãos, que é tipicamente uma atividade da economia criativa. Tivemos uma Mesa muito mais larga do que esta, de representantes do Governo, para falar sobre artesanato – Sebrae, de que sou uma grande admiradora, MDIC, Ministério da Cultura. Não faltou ministério, não falta departamento para tratar do assunto, mas a plateia era de representantes de artesãos em luta e não se sentindo representados, não se sentindo atendidos por nenhum dos tantos e sinceramente preocupados gestores que aqui se colocaram.

Eu sinto novamente, quando vamos tratar da economia criativa, pela sua característica, exatamente esta necessidade de objetivar. Então, um primeiro ponto da nossa luta, já antiga, no turismo, mas que se coloca também agora com certa visibilidade na cultura, por uma conta satélite, para que o IBGE possa dar um papel, dar um significado concreto a essas economias no PIB nacional, na organização.

Ponto dois, até abordado pelo Guilherme, que passou rapidamente sobre isso, mas chegou a referenciar, quando o Sebrae coloca as instituições parceiras, chamou-me a atenção que o Ministério do Turismo não tivesse sido destacado, tivesse só o Ministério da Cultura. Pode ser ignorância minha – volto a dizer. Eu não vi ali. Foi citado por Guilherme assim *en passant*, mas para mim já é um dado muito significativo que o Ministério da Cultura, mesmo que *en passant,* faça isso. Há necessidade de uma articulação maior com o turismo. Eu não consigo imaginar uma política de economia criativa que não leve em conta e com muita centralidade a atividade turística.

Não é possível se falar em gastronomia e seu sentido econômico sem se levar em conta o papel da gastronomia no turismo, referência de alguns países do mundo, de alguns Estados brasileiros – dentre eles, incluo a Bahia. Não é possível se falar em antiguidade, em patrimônio cultural e arquitetônico sem se levar em conta o turismo, para lhe dar uma dimensão de economia mais objetiva. Publicidade, fotografia, artesanato, que são atividades de produção claramente associadas ao turismo.

Então, sinto que nós precisávamos – eu não conheço o plano, tenho todo interesse em sentar para conhecer, Profª Cláudia –, eu sinto falta de algo que pudesse centralizar os esforços, ações, porque fico pensando que a economia criativa distribuída em tantos organismos será digerida por todos eles como algo que não é fundamental. Será o terceiro, quarto, quinto ponto da prioridade de cada um desses Ministérios, desse departamento, dessas ações.

Depois, eu só compreendo que isso possa ganhar centralidade se ele ganhar centralidade no Ministério do Planejamento, no Orçamento nacional e na Casa Civil. Não há possibilidade de ser levada por nenhum Ministério, por mais interesse que o Ministro tenha, se não for abraçada pela Presidência da República...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... e transformada claramente em uma prioridade de Governo.

Por isso, acho que devemos tratar isso em uma discussão em uma comissão do Senado no futuro. Não negando a possibilidade de este Governo vir a abraçar o tema, mas ou ele é uma ação estruturante do desenvolvimento do Governo e do desenvolvimento regional – porque também não adianta tratarmos de forma estruturante a questão da economia criativa sem levarmos em conta a necessidade de que ela sirva aos interesses da integração nacional –, senão, nós vamos parar nas políticas, que aqui já debati, por exemplo, de patrocínio das empresas estatais, que são as grandes patrocinadoras das atividades culturais formais do Brasil – eu até tive oportunidade de discutir isso quando o Ministro Lobão estava no Ministério –, e nós temos uma política de patrocínio, através da Lei Rouanet ou de outros instrumentos, que não leva claramente em conta disso.

O Ministério de Minas e Energia, caro Senador Donizeti, constituiu todas as estatais, fizeram um projeto, um fundo, em que todas as estatais juntas da área energética, de energia elétrica especialmente, fazem um edital conjunto para patrocinar as instituições voltadas para a economia criativa ou a indústria cultural, os projetos de filmes, de espetáculos, etc. Muito bem, o número de projetos do Nordeste é mínimo em comparação com os do Sudeste que são aprovados.

Eu discutia isso, porque pensei que não era possível incluir uma empresa como a Chesf, que é genuinamente nordestina, como patrocinadora de um contexto de empreendimentos ou de ações nacionais numa região que é nitidamente a região da pobreza no País.

Então, nós, que já somos pobres, que não recebemos os empreendimentos financiados pelo Desenbanco, que não recebemos o patrocínio das grandes empresas estatais para as nossas atividades culturais permanentes, ainda vamos dar um mísero tostão para contribuir, no campo nacional, com projetos que não são da nossa região?

Então, acredito que o conceito... Posso estar falando uma besteira grande, Profª Cláudia, já me dê perdão antecipado. Como V. Sª é da terra de Padre Cícero, já me perdoe por antecedência. Não é possível discuti-lo assim, não, sob esse prisma, senão, nós vamos apenas aprofundar as diferenciações regionais que já temos no Brasil. Quero destacar, portanto, que transformar o Brasil em Pátria Educadora passa por essa compreensão também.

A formação, o Ministério da Cultura e o do Turismo têm se esforçado nessa direção. As pequenas produtoras não têm capacidade de atender aos regulamentos imensos e burocráticos dos Ministérios para concorrer aos seus editais, não têm experiência... E eu digo isso por experiência própria de utilização de emendas, tentando ajudar as organizações culturais a se colocar dentro das normas. Elas não têm experiência na prestação de contas. Então, é preciso formar, é preciso ter um centro na área educacional. Sem isso, nós não conseguiremos dar esse salto de qualidade. Livro, editoração é um setor importantíssimo da economia nacional. E nós estamos distantes de diversos países. O nosso plano de livro e de leitura está, um pedacinho na Cultura, outro pedacinho na Educação. A Educação tem dinheiro, a Cultura não (*Fora do microfone.*). Então, só pelos Ministérios aos quais a economia criativa está mais vinculada, Cultura e Turismo, nós já estamos no fim do mundo. São os dois Ministérios com o menor orçamento do País.

Portanto, ou nós revertemos essa situação ou continuaremos muito satisfeitos por termos secretarias e esses dois Ministérios dando toda a centralidade e não iremos muito longe. Ou essa questão é colocada com clareza entre os indutores de desenvolvimento no País ou nós falaremos sempre de uma economia tratada como marginal, enquanto a economia marginal, a economia das drogas é a segunda economia do mundo paralelo. É a economia do crime. E nós buscamos oferecer uma economia legal, criativa, que se contrapõe e combate outras formas de produzir dinheiro. Nós precisamos dar a isso uma centralidade e um conteúdo cada vez mais objetivo para termos condições de convencer os formuladores da política econômica do País quanto à centralidade dessas ações.

Eu queria deixar só como contribuição e como pergunta isto: qual é o nó? Em que nós podemos, como Senado, contribuir para que a economia criativa possa sair do campo da falta de centralidade que tem hoje, para um papel de visibilidade nacional?

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora.

Nós temos a honra de ter aqui o Deputado Federal pelo Acre, Angelim. Consulto aos membros da Comissão se podemos franquear-lhe a palavra. (*Pausa.*)

Então, V. Exª tem a palavra. E, desde já, muito agradecido, Deputado...

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... por ter permanecido aqui participando deste importante debate conosco no Senado Federal.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Obrigado, Presidente, Senador Donizeti, Senadora Lídice da Mata, meus cumprimentos pela iniciativa, junto ao Senador Pimentel, do requerimento aos nossos palestrantes.

Dá para se perceber que, com a globalização, as crises econômicas dos países, os ciclos econômicos estão mais próximos e, cada vez mais, impactando a vida das pessoas. Eu particularmente acredito que a saída para o desenvolvimento econômico e social do Planeta hoje está nas economias mais flexíveis, mais adaptáveis a essas crises, como é a economia criativa, a economia solidária, como disse o Guilherme, a economia da cultura. Esse é meu ponto de vista. Está aí a importância de esta audiência tratar de um tema que, como disse a Senadora Lídice, com muita propriedade, nem sempre é levado como prioridade no nosso País.

Eu lamento profundamente – assisti aqui à metade da palestra da Drª Cláudia, depois assisti a todas as outras – a nossa falta de cultura do planejamento e a descontinuidade das nossas políticas públicas. Nós estamos sempre recomeçando e refazendo o que já está pronto. Quando a senhora entregou o Plano Brasil Criativo, em todas as áreas há a descontinuidade dos planos, dos projetos e das políticas públicas. E eu acredito, Senadora Lídice, que nós só vamos resolver isso definitivamente quando a economia ativa deixar de ser fruto de um esforço ou de uma ação individual do Sebrae ou do ministério tal, de um intelectual ali, quando for uma política de Estado, quando for sistematizado numa rede, quando tiver início, meio e fim e nós soubermos exatamente qual é a posição do Estado por meio dos seus organismos nessas políticas. Até porque esse capital intangível é o capital hoje mais valorizado no mundo.

Eu queria deixar claro aqui, como um amazônida, que o Brasil Criativo não está apenas na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. E não está apenas na academia do conhecimento intelectual. Está principalmente nos lugares mais distantes deste País.

Tenho um exemplo na nossa região, no Acre, em particular. Na nossa região temos que reconhecer que o criativo está também nas populações tradicionais, nas populações indígenas. Temos índios que fizeram curso na UnB e hoje estão fazendo audiovisual na Alemanha, na Itália, com mais sucesso lá do que aqui, produzindo audiovisuais, trabalhando e lançando *designers* em roupa. Ele saíram da aldeia, vieram à UnB, voltaram à aldeia e agora estão no mundo lançando roupas, moda a partir da origem, a partir do conhecimento lá da aldeia, não é nada a partir da Europa, a partir da aldeia dos rincões da Amazônia. Há também a música indígena e o artesanato indígena, mas nós temos os povos da floresta.

Guilherme, sou economista, fui acompanhar um mateiro – chamamos de mateiro no Acre, não sei como vocês chamam o nome –, um senhor que nunca sentou num banco escolar, não faz o nome, mas eu andei dentro da floresta mais densa do Acre, esse homem, com mais um grupo de pessoas da universidade, terminamos impactados. Ele sabia de cada árvore o nome do senso deles, do comum, mas para que servia aquela folha, como poderia... Ou seja, dentro da sua simplicidade, cada fruto, cada folha de determinadas árvores ele sabia para que servia, qual era o chá, qual era o tipo de...não digo de doença, mas que ele poderia usar. É o conhecimento dos povos da floresta.

Mas há os povos ribeirinhos, que também têm suas particularidades no dia a dia com os rios, com os tipo de meios transporte, com a mobilidade que só eles conhecem em função da sazonalidade dos nossos rios da Amazônia.

Então, vejo que é muito importante nós trabalharmos este Brasil Criativo.

Vou dar outro exemplo, Guilherme, sem fazer nenhuma crítica, mas uma constatação. Fui Prefeito por oito anos da capital do Acre, de 2005 a 2012. Chega lá nosso querido Ministro Gilberto Gil – era Jorge Viana o Governador –, que disse assim: "Nós estamos lançando no Brasil o Sistema Municipal de Cultura. Tudo vai girar em torno do Sistema Municipal de Cultura, transformado em lei." Nós fomos o primeiro Município dos 5.570 Municípios brasileiros a fazer o Sistema Municipal de Cultura, a transformá-lo em lei, com conselhos, com metodologia inovadora. Fomos para Olinda, fomos para vários Municípios do Brasil para levar esse modelo. Isso significou nada para o Ministério! Isso redundou em nada! Todos os projetos que mandamos para o Ministério foram tratados da mesma forma por quem não fez.

Então, Brasília tem de olhar que o Brasil é mais profundo, é mais extenso e tem riquezas. O Sebrae do Acre tem uma experiência fantástica na área de TI, da qual o Mâncio me falou. O *start* na área de TI é inovador. Pode-se trabalhar isso.

Eu queria aqui dizer que sou apaixonado por essa área. Estamos trabalhando na Câmara, Senadora Lídice e Senador Donizeti, para criarmos a Frente Parlamentar da Economia Criativa, da Economia Solidária. Podemos até fazer uma Frente Parlamentar Mista.

Estou querendo realizar no Acre também um grande encontro, para a gente debater essa questão, porque acho que este Brasil é tão rico e que somos tão pobres em implementar e materializar nossos sonhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Deputado.

Quero fazer breves considerações aqui. Também já peço que eu seja perdoado antes do crime ou da aberração.

Eu, durante muito tempo, fui militante do movimento de teatro, e me encucava muito a questão da cultura. Eu queria que o Ministério da Educação não fosse Ministério da Educação e Cultura, mas, sim, da Cultura e Educação. Acho que a educação, na minha visão à época e ainda hoje, nasce da cultura, do que se acumula, do que se produz. Isso vai gerar a necessidade de a educação transferir conhecimento, para que você possa lidar com isso. Então, na minha militância lá, eu debatia esse tema e dizia que tinha de ser Ministério da Cultura e Educação. Naquele tempo, havia o Ministério da Educação e Cultura.

Tenho uma crença também de que um povo que não tem cultura não tem sangue, porque, se ele não está preso às suas raízes, ele não consegue se expressar, combater, debater as temáticas e enfrentar as dificuldades. Ele é um indivíduo sem sangue se ele não tem raiz, se ele não está preso à sua origem, à sua cultura.

Esse tema da economia criativa chegou para mim agora, mais recentemente. Eu ficava observando muito meu pai, como ele cuidava do ferramental da fazenda, como ele pegava um pau torto e o transformava num cabo de machado reto, algo que fosse facilitar o trabalho dele. É uma coisa que não consegui aprender, que nunca consegui fazer tão bem feito como ele.

Então, essa capacidade de criar também vem do contexto em que você está. Ela não aparece do nada. Vem da sua capacidade de observar, da sua capacidade de ouvir muito também. E ouvir é coisa de mateiro, não é? Não é só ouvir o que dizem as pessoas, mas observar a capacidade da natureza de dizer para você muitas coisas. E, se você tiver atenção, você vai apreender conhecimento a partir da própria natureza, de como ela se movimenta.

Então, é isso.

Apresentei uma emenda ao art. 165 da Constituição, porque é uma coisa em que estamos estancados em quatro anos. Temos o PPA, pensamos o País por quatro anos, pensamos o Município por quatro anos, pensamos o Estado por quatro anos, e, de quatro em quatro anos, faz-se um novo PPA. E, se muda o Governo, provavelmente muda em praticamente 100% o PPA. Então, não temos planejamento de longo prazo. É aí que essa PEC vem para incluir, antes do PPA, o planejamento estratégico com visão de 20 ou 30 anos. É como algo constitucional, tornando obrigatório ao Poder Executivo executar esse planejamento de longo prazo.

Estou agora tentando fazer isso. Já conversei com o Senador Fernando Bezerra e com o Senador Walter Pinheiro, para trazermos isso para o bojo do Pacto Federativo, para que essa emenda seja aprovada agora, porque isso é importante. Se houver um planejamento de longo prazo com seu eixo central e com suas diretrizes como lei, isso virará uma política de Estado de longo prazo. Com isso, muda-se o governo, mas há uma diretriz para se seguir. Então, penso que isso é muito importante.

Tudo que foi dito aqui hoje para mim... Lembro o que tenho dito no meu Estado para os meus amigos e companheiros. Perguntam: "Como é que está lá no Senado?" Eu digo: "Estou fazendo um mestrado lá. A coisa melhor que há lá é audiência pública, porque você tem a oportunidade de aprender. Vão lá os papas de cada assunto. E você está sempre aprendendo."

Então, estou compreendendo que, na questão da economia criativa, Professora, é isto: a gente precisa de um programa de longo prazo, que seja transversal.

Daí a questão que colocou a Senadora Lídice da Mata em relação à transversalidade. Um dos problemas da transversalidade, na minha opinião, é que os gestores, que têm a obrigação ou o poder de exercitar a transversalidade, às vezes, perdem-se querendo exercitar a política de fim, e não a de meio. A transversalidade tem de estar em todo governo, tem de ser política de governo, e o gestor dela deve estar envolvido e deve ir a todas as outras Pastas para discutir essa questão da política transversal. Muitas vezes, a gente vê o gestor preocupado em realizar alguns eventos de fim, e não de meio. Aí passa pela disputa do orçamento, passa pela competição, que, na maioria das vezes, existe entre os gestores de cada Pasta. Cada um quer disputar um pouco mais do orçamento, do orçamento geral. Então, quanto à transversalidade, há incompreensão e, muitas vezes, falta de visão do gestor principal e do gestor específico da área, que deveriam praticar e articular a transversalidade.

Recebemos de Anna Flavia Schmitt Wyse Baranski uma mensagem, que passo para a Mesa e, principalmente, para o Ministério da Agricultura:

> Moro no Balneário Barra do Sul/SC. Sou artesã, tenho um espaço para construir um centro de economia criativa, para ajudar outras pessoas que também estão sem oportunidade de emprego fixo, porque moramos numa localidade que mal tem transporte público. Corri atrás de crédito e não consegui. O crédito para artistas e artesãos mal dá para comprar o material [...].

Ela segue e, no fim, pergunta onde é que ela pode buscar mais crédito para fazer o espaço dela funcionar, para haver um espaço de economia criativa na cidade dela, em Barra do Sul, em Santa Catarina.

Anna Flavia, muito obrigado pela sua participação.

Passo agora a palavra à Prof. Cláudia Leitão, que é professora da Universidade Estadual do Ceará, para fazer suas considerações e responder às indagações aqui colocadas.

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Acho que estamos na reta final aqui, não é? Eu queria encerrar minha participação, tocando em alguns pontos que foram colocados pelos Senadores e pelo Deputado, que são pontos palpitantes e que merecem a nossa reflexão.

O primeiro deles foi colocado aqui pela Senadora Lídice. É o seguinte: o problema da transversalidade. Há um provérbio que diz que, quando uma coisa está em muitos lugares, ela não está em lugar nenhum. Parece-me que isso é óbvio. Acho que, com o tempo e com a maturidade, a gente vai entendendo isso. Isso acontece na nossa vida pessoal e acontece também na perspectiva do Estado.

O artesanato, Senador, sofre desse problema e, talvez, seja um exemplo exatamente desta discussão, que, ontem, tive até altas horas da noite com o querido Secretário Guilherme Varella. O artesanato já esteve no MDIC, foi para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa. Um pedaço dele é tratado como patrimônio cultural no IPHAN. Ao estar em tantos lugares, é tão difícil haver uma política nacional, Senador, para o artesanato brasileiro! Todo mundo cuida de um pedaço, mas os pedaços nem dialogam. Ora, se no mesmo Ministério o sistema não dialoga, imaginem fora dele!

Então, estamos aqui, às vezes, dizendo que o rei está nu. E, talvez, a função do professor seja a de dizer que o rei está nu. E é tão bom agora! Não sou mais gestora pública e posso falar da perspectiva da universidade, que é a perspectiva da pergunta. Eu agora sou grega, posso perguntar, sou socrática. Acho que isso é importante.

Então, quanto à transversalidade, entendo perfeitamente o projeto atual do Ministério, que trata da economia criativa numa perspectiva transversal, pensando as vinculadas, pensando as políticas. É muito complicado! Não quero ser pessimista. Sempre torço pelo Ministério da Cultura, porque torço pelo Brasil. Mas acho que, se todo mundo cuida, ninguém cuida. E acho que temas que são tratados por todos acabam não evoluindo.

Então, considero que a Senadora tem total razão quando coloca a dificuldade da economia criativa, que nasce com o fato de que ela trata de áreas muito diferentes. Imaginem que trata do circo ao *software*! É um negócio enrolado demais! Como é que se vai conseguir pensar isso numa perspectiva... Agora, nem há sequer a institucionalidade da área no Governo Federal. Isso acabou, não há. Não existe mais nada que remeta... Uma Secretaria andou balançando, a Secretaria da Economia Solidária. Graças a Deus, ela balançou, mas não morreu, não é? Mas balançou muito. A da economia criativa balançou e morreu!

Então, penso que economia criativa e economia solidária, realmente, merecem uma institucionalidade e um diálogo muito importante. Ambas ganharão uma com a outra. Um dos pais da economia criativa, quando do meu diálogo, quando cheguei a Brasília, foi o Prof. Paul Singer. Digo a vocês: foi com ele que aprendi a entender o aspecto colaborativo da economia criativa e a entender que poderíamos dialogar a economia criativa e a economia solidária para criarmos um modelo para o mundo. Olha que coisa, que delírio utópico meu! Mas imaginei que seria possível isso.

Na questão da articulação com o turismo, a Senadora tem carradas de razão. Como é difícil esse diálogo interministérios em setores, portanto, que dizem respeito a ambos! A economia criativa está no Ministério da Ciência e Tecnologia, está no de Desenvolvimento Agrário, porque estamos falando de certificação de territórios. Por que na França fazem tanto sucesso o camembert e o champanhe? Até o nome "champanhe" só pode ser usado pela região de Champagne. É exatamente por isto: porque existe lá a preocupação de vincular o território a um produto. A gente não avança nisso. E poderíamos avançar nisso.

Isso tem a ver com desenvolvimento agrário? Tudo! Isso tem a ver com cultura? Tudo também! Tem a ver com ciência e tecnologia? Também! E tem a ver com o MEC também. Agora, a estrutura do Estado brasileiro não é afeito a políticas concertadas. Também vou dizer aqui outra coisa em que o rei está nu, mas esta é a verdade: o Estado brasileiro não consegue, por mais que queira... Vejo como são aguerridos os secretários, como a vontade é verdadeira e legítima, reconheço e saúdo. Mas a estrutura não o permite.

Como é que no Brasil não há realmente um diálogo profundo entre cultura e turismo? É um problema! Estamos aqui diante de problemas. Por quê? Porque, na verdade, o conteúdo do turismo deve ser o conteúdo da cultura. Nós erramos tanto na divulgação do Brasil para fora! Até hoje, sofremos as consequências disso. Vejo no meu Estado a minha cidade de Fortaleza tomada pelo turismo sexual. Então, esvaziamos o conteúdo, falamos só de praia, de sol, como se não houvesse gente naqueles lugares. Matamos a galinha!

Então, realmente, teríamos de aproximar o turismo da cultura. É uma questão que envolveria um plano. Não vejo de que forma poderíamos pensar... Eu até acreditei que, depois do Plano Brasil Sem Miséria e do Brasil Maior, nós teríamos uma síntese, que seria o Brasil Criativo, porque era o plano da inclusão, trazendo a juventude, para fazer um atalho. Não dá mais tempo! O Brasil nem tem mais tempo para uma formação de educação

tradicional. Temos de continuar lutando por ela, mas se trata de realizar atalhos. A economia criativa admite nos seus elos formações pequenas.

Tenho muito medo, Ana Clévia, dessa pesquisa da Firjan, não pela sua importância. Ela é a única sobre a qual todo mundo fala, inclusive o Ministro da Cultura. Agora, ela é cheia de problemas. E aí falo como professora. Brinco muito, quando digo assim: quando a gente pensa em métodos quantitativos, a gente soma um magrinho e um gordinho, e ninguém precisa fazer ginástica, nem fazer dieta, porque se divide por dois, fica todo mundo pesando 50 quilos, e está tudo lindo. Mas a realidade não é assim! A realidade não é a da metodologia quantitativa, que diz que um profissional do setor criativo ganha três vezes mais do que o outro. Some o salário do Tarcísio Meira com o de um produtor cultural da Baixada Fluminense, que dá salário bom para os dois. Mas sabemos que uma coisa é o que acontece no Projac, que, logicamente, no Rio de Janeiro, aumenta o salário.

Então, a gente começa a vender gato por lebre. Essa área é uma área afeita a mitos. Temos é de destituí-los. Agora, na universidade, estou lutando para desconcertar os mitos criados, porque senão a gente vai ficar dizendo uma coisa que também é messiânica e que também é falsa. Nós precisamos construir uma economia de inclusão dos pequenos. Existem pessoas empreendedoras fazendo moda na Favela da Maré, no Rio de Janeiro. Estão lá meus artesãos no Cariri, no Ceará, produzindo artesanato e competindo com a China. Então, estamos diante de um jogo muito desigual.

Aí vem a Ministra, a Senadora... É até um ato falho: chamei a Senadora de Ministra. Vai ver que, um dia, ela ainda vira Ministra. Ela vai rir quando ouvir isso.

Mas, enfim, há algumas questões que envolvem desenvolvimento regional. Trago aqui o nome de Tânia Bacelar, uma grande furtadiana brasileira, uma mulher que tem discutido desenvolvimento regional e que diz que o Brasil nunca conseguiu ter um projeto de desenvolvimento regional. É impressionante! Chegamos ao século XXI e continuamos a pensar o Brasil como uma coisa amorfa, que não tem, portanto, uma visão de equidade, de compreensão das vocações. Por isso, a importância também da pesquisa. Tenho de entender as vocações das regiões. Temos um trabalho na Amazônia, que é um celeiro de criatividade brasileira. Há um trabalho feito hoje na casa São José Liberto, lá de Belém, no Pará. São as biojoias da Amazônia. É o encontro da cultura tradicional com um *design* de alto nível.

Mas o problema é que ainda estamos lidando, meus caríssimos, com uma economia de atravessadores. O seu exemplo, Deputado, é fundamental: como é que poderíamos dialogar a tradição indígena ancestral para construir o produto contemporâneo? O problema é que há alguém no meio que leva o produto e que ganha com aquela simbologia, com aquela iconografia, com aquele produto. Não é o índio que ganha, não é o artesão do Cariri que ganha, não é o Mestre Espedito Seleiro, em Nova Olinda, que ganha. É o atravessador que leva e que vende depois!

Então, temos um problema com o *gap* da distribuição e da comercialização. Esse é o maior problema! Por isso, era preciso, como disse a Senadora muito bem, que essa decisão partisse de uma vontade política. Parece que falta uma vontade política de tomar isso numa perspectiva mesmo de uma liderança que diga: nós vamos resolver isso. Se isso continua periférico, mesmo cercados de boa vontade... Somos todos pessoas de boa vontade, estamos aqui diante de pessoas de boa vontade, todos nós fazemos parte disso. Mas é preciso aí uma decisão política fundamental, para que a gente possa realmente articular todas essas ações.

(Soa a campainha.)

A SRª CLÁUDIA SOUSA LEITÃO – Por último, acho que a questão do financiamento, que foi aqui tocada, é um dos problemas importantes. Quanto à economia criativa, talvez, lamentando mais uma vez o fim da Secretaria, precisássemos de uma Secretaria de Economia Criativa e Financiamento à Cultura, de uma Secretaria de Fomento no Ministério. A Secretaria chama-se Sefic (Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura). Ela funciona como uma Seic (Secretaria de Incentivo à Cultura). O fomento ainda não chegou. O que é fomentar a cultura? O que é o financiamento à cultura?

Eu digo a vocês: tenho saudade da Lei Sarney, tenho muita saudade da Lei Sarney. A Lei Sarney foi produzida por quem? Pela passagem de um ano e meio de Celso Furtado no Ministério da Cultura. A Lei Sarney criava uma relação de que o empresariado da região tinha de contribuir para a política pública do Ministério.

O que aconteceu com a Lei Rouanet foi a total dissociação, isso que a Senadora apontava: existe lá uma estatal que produz e que ganha dinheiro na Bahia mas não bota dinheiro nos projetos da Bahia. Há um problema aí, não? Desculpem, mas o rei está nu de novo.

Bem, foi um prazer enorme estar aqui com vocês. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos, Professora.

Vamos ouvir agora o Marcelo Dias Varella – não errei desta vez – para suas considerações.

O SR. MARCELO DIAS VARELLA – Serei bastante rápido, tendo em vista o avançado da hora, até para dar mais tempo aos demais colegas.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer o convite e a participação dos demais debatedores, com quem aprendi muito, e quero dizer que contamos com o apoio de todos para essas iniciativas de desenvolvimento da contratação de aprendizes em cidades de alta violência, sobretudo nas regiões mais periféricas das grandes cidades, que tenhamos o apoio de todos, sobretudo na área da cultura, que foi onde colocamos o maior número de vagas existentes. A partir dessas redes, temos certeza de que vamos conseguir o curso, temos certeza de que conseguimos financiar a vaga, temos certeza de que haverá jovens interessados, mas ainda temos dúvida, para ser bem sincero, se as empresas vão contratar, porque aí não existe o hábito, ou mesmo, talvez, o conhecimento de que agora é possível uma pequena empresa da área da cultura ter um aprendiz. Até então, não só era proibido como era visto como um crime, era uma espécie de emprego infantil contratar um jovem com 15 ou 16 anos para ser aprendiz, e agora o Governo está até incentivando. Mas essa mudança de cultura empresarial, agora num outro termo da palavra cultura, em termos de cultura empresarial, leva tempo, e precisamos do apoio de todos.

No mais, sou incompetente para responder as perguntas. Vou deixar meu tempo para o Secretário Guilherme Varella.

Para completar, agradeço mais uma vez ao Senador. Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Senador, pela ordem, apenas para justificar minha saída até aqui ao lado, mas eu ouvi uma boa parte da fala de Cláudia, porque a porta estava aberta.

Eu tinha que receber – e V. Exª tem a ver com isso também – os representantes com quem eu tinha uma audiência, mas nós ultrapassamos o nosso tempo. São os representantes e organizadores dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas. Eles vieram me trazer o material e confirmar a presença no próximo dia 12, na nossa Comissão de Educação, onde trataremos desse tema, com o apoio de V. Exª. Pediram-me explicitamente que pudessem conversar com V. Exª, por ser de Tocantins, a respeito desse assunto. Eles têm toda a promoção, o patrocínio do Sebrae, e é um importante instrumento. Estou claramente lutando para levar as olimpíadas dos jogos para a Bahia. Então, apenas para me justificar nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Agradeço a informação importante neste momento e quero dizer que estou comprometido com a pauta, estou dentro. Na próxima semana, estaremos na Comissão de Educação, que, por coincidência, geralmente é no mesmo horário desta Comissão aqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos passar a palavra, agora, para Ana Clévia Guerreiro Lima, Gerente Adjunta da Unidade Setorial de Serviços do Sebrae Nacional, para suas considerações.

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – Esta Comissão trata do aspecto de desenvolvimento regional, e promover o desenvolvimento regional é algo muito desafiador. Alguns anos atrás, eu estava lá na ponta. Também sou cearense, como a Profª Drª Cláudia Leitão, somos nordestinas. Nasci na região do Sertão dos Inhamuns, no Ceará.

O que isso tudo tem a ver com o tema de que estamos falando aqui, economia criativa? Passa por esse processo de inclusão que o Deputado Angelim mencionou no Acre.

No Acre, por exemplo, nós temos um projeto de *startups* digitais. O processo de criatividade não está diretamente vinculado a uma educação formal, o que não significa dizer que essa educação formal não seja importante e necessária. Por aí passa o processo de desenvolvimento: você não precisar sair. Eu posso continuar vivendo na minha comunidade indígena, valorizando os meus saberes, as minhas tradições. Não preciso sair do meu local para ter acesso às diversas políticas públicas. Por aí passa o processo, hoje, de uma internet por exemplo. Nós precisamos que as comunidades ribeirinhas lá da Amazônia tenham acesso à internet.

E começo falando isso para poder ir pegando os ganchos da fala dos dois Senadores, de forma especial da Senadora Lídice da Mata quando fala do turismo.

O turismo passa por tudo isso. Eu costumo dizer que o turismo se apropria do que existe. Se há uma bela praia, ele se apropria do sol e da praia para poder atrair. Se há a experiência de uma comunidade, ele se apropria disso – estou falando num sentido positivo – para que pessoas desejem conhecer aquela experiência – que é também do que a gente fala muito: de economia da experiência.

Apesar, Senadora, de nós não termos feito uma fala mais explícita em relação ao turismo, nós também temos uma parceria com o Ministério do Turismo. Na semana passada, quando o Secretário Guilherme Varella esteve conosco no Sebrae, um dos assuntos em que tocamos foi esta maior aproximação entre o turismo e o Ministério da Cultura. E nós, como Sebrae, que tratamos dos pequenos negócios, temos parceria com ambos os ministérios, mas nós precisamos fazer uma atuação mais integrada.

Do ponto de vista do Sebrae, nós trabalhamos com o conceito de cadeia de valor. Nós temos na economia brasileira, obviamente, os setores econômicos organizados – serviço, comércio, indústria, agroindústria –, mas na realidade prática, no território, não acontece dessa forma estanque e quadrada, há um inter-relacionamento.

Então, por exemplo, se nós pensarmos no Estado da senhora, se nós pensarmos na Bahia: nós vamos pensar num vasto patrimônio arquitetônico que Salvador tem e que faz com que muitas pessoas se desloquem para conhecê-lo. Ao mesmo tempo, vou trazer um exemplo aqui: hoje no Brasil nós temos uma única cidade, no que concerne à gastronomia, compondo a rede mundial de cidades criativas da Unesco, que é Florianópolis. E aí faço a reflexão junto com a senhora: como é que só temos Florianópolis no que concerne aos aspectos gastronômicos participando dessa rede mundial de cidades criativas? Onde é que fica Salvador, a Bahia, que não participam... Salvador, como a capital, não faz parte dessa rede mundial de cidades criativas. Se nós pensarmos nos aspectos gastronômicos... Eu estou citando a Bahia, mas nós poderíamos aqui citar inúmeros outros exemplos, como o Pará ou Minas Gerais. Nós vamos esgotar nosso tempo aqui e não daremos os inúmeros exemplos que temos. Eu fiz uma referência à Bahia porque a senhora citou que o Estado da Bahia, com sua capacidade, com todo o seu potencial para a economia criativa, talvez ainda não tenha utilizado toda essa capacidade, todo esse potencial.

Sexta-feira, inclusive, estivemos em Santa Catarina discutindo um projeto com a Associação Viva Floripa. A ideia é construir um observatório. E eu estou citando isso para tratar de um tema, que é a questão dos números e dos dados. Por que é que o Sebrae está dedicando tempo e recursos para desenvolver uma metodologia para nós mensurarmos, para nós estarmos mais próximos dos dados da economia criativa, de todos os negócios que compõem o que nós chamamos de economia criativa? A despeito de todos os avanços que nós temos no País, dados, informações, eles ainda são um tema ao qual nós precisamos dedicar mais recursos e mais tempo, sejam recursos financeiros, sejam recursos humanos. Então, para nós termos uma atuação mais assertiva, termos ações que impactem de forma mais direcionada, atendam essas demandas que estão lá na ponta, precisamos conhecer melhor.

E mesmo nós, no Sebrae, que temos estudado, temos nos dedicado a isso... O Sebrae sozinho não vai fazer a diferença, nós precisamos ter um conjunto de indicadores, que são indicadores Brasil, para os quais nós também contribuímos, mas não temos condições de fazer sozinhos.

Então, nós desenvolvemos algumas ações, mas faz-se necessário efetivamente aquilo que a senhora falou: uma atuação mais integrada. Nós olhamos aqui para um conjunto de entidades comprometidas, que têm interesse, mas, efetivamente, precisamos estar mais juntos, mais próximos e com ações mais práticas que respondam aos anseios de quem está lá na ponta. No nosso dia a dia nós temos tido muita atenção com isso.

Por isso, como lhe disse: há uma atuação em parceria também com o Ministério do Turismo, existem ações práticas acontecendo. Por exemplo, a Professora Doutora Cláudia Leitão citou aqui a questão do espumante francês. Nós temos hoje no Brasil... Aliás, citou a champanhe francesa. Nós temos hoje no Brasil o espumante produzido lá no Rio Grande do Sul, um vinho com indicação geográfica...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Há espumantes produzidos na Bahia e em Pernambuco.

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – Muitos empresários produzem numa região de sertão que eu tive oportunidade de conhecer na Bahia alguns anos atrás.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – Premiado internacionalmente.

Então, vejam o que é indicação geográfica: é o vínculo entre uma produção que só é feita naquele determinado território. Então, nós estamos investindo nessas ações porque nós entendemos que isso faz parte do atuar na economia criativa, faz parte do processo do desenvolvimento territorial. Se esses produtores rurais estão lá produzindo esse vinho que só é produzido ali, com uma uva que tem uma determinada característica...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. *Fora do microfone*.) – Há o chocolate da Bahia, de Ilhéus...

A SRª ANA CLÉVIA GUERREIRO LIMA – Que ainda não é explorado devidamente, a senhora nos permita.

Todos esses elementos não podem ser observados de forma estanque, nós temos que fazer conexões. É por isso que a gente trabalha com a metodologia de cadeias de valor. O chocolate posiciona os restaurantes no aspecto gastronômico, ele posiciona aquele território como diferencial e ele faz com que isso atraia um fluxo de pessoas para consumir aqueles produtos e aqueles serviços.

Falou-se muito aqui da música, e eu vou dar um exemplo da Amazônia. A Drª Cláudia Leitão falou aqui do processo de distribuição. Vou dar um exemplo claro disso. Por coincidência, o Secretário também esteve lá, nós já conversamos sobre isso – na época nós não estivemos juntos, mas, por coincidência, estivemos agora no

Festival de Parintins, no Festival do Boi de Parintins. Senhores e senhoras, a música produzida lá é de excelente qualidade, é de excelente qualidade. Vamos imaginar uma ilha na Região Norte do País produzindo uma música de excelente qualidade. Então, nós Sebrae, nós entes públicos, nós temos que propiciar que esses empreendedores, que esses artistas que estão lá passem a ser empreendedores e que essa música seja comercializada dentro do País – dentro do País ela ainda não consegue atingir o grande público – e que seja um diferencial nosso de internacionalização de uma das atividades econômicas muito importantes para o País, que é a música.

Eu fiz algumas considerações aqui, pontuais, para que a gente possa explicitar o que a Senadora falou até: de uma série de elementos que temos distribuídos ao longo do País; que nós precisamos olhar para esses territórios de forma integrada para que a gente potencialize mesmo a promoção do desenvolvimento.

Que a internet seja um elemento que está lá – eu volto a repetir isso – numa comunidade ribeirinha. Que aquele adolescente que está naquela comunidade ribeirinha possa se comunicar e se conectar com qualquer pessoa no Brasil e no mundo. Esse é um dos elementos fundamentais hoje para o processo de desenvolvimento no Brasil e no mundo.

Sempre a gente bate no processo da educação, no Sebrae nós pensamos a educação empreendedora. Mas fica para todos nós, como cidadãos e para esta Casa, a reflexão do processo de como a educação brasileira hoje pode, e deve, contribuir para o processo de desenvolvimento econômico. Isso passa pela educação.

Bom, essa é a nossa fala. Ressalto a satisfação de termos estado aqui. O Sebrae está à disposição.

Nós conectamos internamente economia criativa, turismo, conectamos o agronegócio, porque nada disso está separado. Agora, os desafios de promoção do desenvolvimento são inúmeros, e nós entendemos que nós somos um dos entes, uma das entidades que deve contribuir e que trabalha cotidianamente para contribuir para o desenvolvimento do Brasil por meio do fortalecimento dos pequenos negócios. Essa é a nossa missão e o nosso desafio.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Ana Clévia, pela contribuição.

Vamos agora ouvir o Sr. Guilherme Varella, Secretário de Políticas Culturais da Secretaria de Economia Criativa do Ministério da Cultura.

O SR. GUILHERME VARELLA – A Secretaria de Políticas Culturais, não de Economia Criativa. A discussão é exatamente essa! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pois é, eu estou aqui numa dúvida atroz...

O SR. GUILHERME VARELLA – Obrigado, Senador.

Foi bom até o Senador colocar assim, porque a gente pode discutir a respeito disso.

Eu queria dialogar com as três falas, agradecer muito a contribuição do Deputado, da Senadora Lídice, do Presidente Donizeti.

Só dizer, antes, que a Senadora acabou de receber aqui o material dos Jogos Indígenas que vão acontecer. O Ministro vai abrir os Jogos Indígenas agora, vai estar na cerimônia de abertura, o Ministério está apoiando os Jogos Indígenas. É essencial e, mais do que isso...

Trato do nosso ponto específico, da questão do apoio a esses empreendimentos que foram lembrados pelo Deputado também, aos segmentos das culturas indígenas populares, dos povos ribeirinhos, quilombolas, dessa região que foi citada pela Ana Clévia, ali de Parintins, a Região Norte, que é uma região essencial em que as dinâmicas de economia da cultura se desenvolvem, muito a partir também das comunidades quilombolas e indígenas. A gente vai abrir mais um espaço, uma incubadora de formação de empreendimentos culturais de economia em Parintins – vai ser inaugurado em breve, acredito que dentro de um mês a gente deve estar inaugurando. Então, é mais um espaço que dialoga totalmente com o que o senhor colocou.

Tento já responder as principais questões que foram trazidas. Eu acho que a Senadora tocou num ponto muito importante, que não é o ponto da transversalidade. Aliás, há o ponto da transversalidade, mas, mais importante que o da transversalidade, é o ponto de pensar grande. E isso que a Srª Senadora trouxe na fala é essencial, porque é preciso pensar grande a economia da cultura, não dá para pensar pequeno, não dá para pensar restrito, não dá para pensar hiperlocalizado, não dá para pensar dentro de uma institucionalidade que não tem peso político, não dá para pensar dentro de uma institucionalidade que não consegue refletir em ações reais, em políticas, em ações.

Hoje o Ministério da Cultura tem que pensar grande o seu papel. O Governo Federal e os ministérios que estão envolvidos têm que pensar grande o papel da economia da cultura. E a gente pode dizer, Senador, inclusive usando a própria citação que a querida Profª Cláudia colocou, que, nessa dimensão estratégica, nessa dimensão potencial que tem a economia da cultura, que articula vários ministérios, que articula internacionalmente vários países, que pensa a participação social, que tem a questão de ativar a cultura no PIB nacional etc.,

nessa dimensão estratégica a questão de, se está em todos os lugares, não está em lugar nenhum... A gente recebeu o Ministério da Cultura ainda com uma Secretaria de Economia Criativa, e essa pauta não estava em lugar nenhum nessa dimensão. Nessa dimensão de que a gente está falando não estava. E é muito importante que a gente reconheça isso, é importante que o Estado consiga fazer um diagnóstico real das coisas que estão sendo colocadas, das coisas que estão dando resultados.

O que aconteceu? É ruim diagnosticar isso, mas é preciso diagnosticar isso. O fato de haver uma secretaria específica, a Secretaria de Economia Criativa, para tocar essas pautas desobrigou o restante do Ministério da Cultura de desenvolver a pauta da economia em suas ações. Isso é muito sério. Por quê? Porque fazendo com que estivesse localizada numa secretaria, o que foi desenvolvido de economia da cultura é o que aquela secretaria tinha de potencial instalado. E a gente sabe, a Senadora já falou dos parcos recursos... Mais do que os parcos recursos, a estrutura funcional do Ministério é pequena, a energia que ele tem para despender é pequena. E, colocada naquela secretaria, o que aconteceu? Não se desenvolveu, nas outras instâncias do Ministério, a *expertise* para tocar a economia da cultura. E é preciso desenvolver essa *expertise*. É preciso que o IPHAN consiga pensar e colocar os mil funcionários que tem para pensar a questão da economia nas suas ações de patrimônio. É preciso que ele, como máquina institucional, desenvolva essa *expertise*. É preciso que o sistema de museus pense a economia dos museus, pense um sistema de *endowments*, pense a relação com a iniciativa privada, pense a presença dos museus como ativador nas cidades. O Ibram não estava pensando isso, é preciso que ele desenvolva isso, é preciso que a Secretaria do Audiovisual, junto com a Ancine, pense o audiovisual lincando fomento, financiamento e acesso, também numa perspectiva econômica. Não estava sendo desenvolvido isso no Ministério.

O que estava sendo desenvolvido no Ministério era uma pequena parte que o Ministério tinha capacidade, infelizmente, de tocar, que estava relacionado a alguns projetos, que eram projetos ainda incipientes, que a gente precisa potencializar, que são importantes – que dizem respeito a desenvolvimento regional, assunto em que a senhora tocou; que dizem respeito às questões relacionadas ao pensamento crítico e à formação de dados no campo da cultura e da economia da cultura. Mas, do ponto de vista amplo, estratégico, com essa potência que tem que ter e que todo mundo aqui em suas falas colocou, não estava. Então, é ruim concluir, a gente dentro do reinado, a gente próprio dizer que o rei estava nu e a gente precisava cobrir de institucionalidade e de potência isso.

Então, o que acontece? Hoje foi preciso trazer força política para essa pauta, recontaminar a Esplanada com a importância dessa pauta, que tem a centralidade que a Senadora colocou, e fazer com que o Ministério ganhe isso. E aí acho que o Presidente Donizeti colocou uma questão essencial: é preciso que as áreas-meio pensem como áreas-meio e consigam fazer isso, de fato transversalizar. Hoje a Secretaria de Políticas Culturais não está incumbida de tocar a pauta da economia da cultura e, por isso, a confusão no nome foi muito oportuna. Ela trata das pautas que são estruturantes no Ministério e faz com que todas as áreas trabalhem as pautas estruturantes.

Por exemplo, o Plano Nacional de Cultura, uma coisa essencial que o Senador trouxe aqui. O Ministério da Cultura tinha uma cultura de gestão, uma cultura política de gestão que fazia os seus planejamentos independentemente de considerar o seu plano setorial, assim como o Ministério da Educação considera o Plano Nacional de Educação, assim como o Ministério da Saúde considera o seu plano setorial. Isso é constitucional, é preciso que os planos plurianuais sejam considerados.

O que fazia o Ministério, Senador? Pensava ação específica – "Vamos pensar aqui uma ação de fomento à livre leitura, formação de leitores". Ótimo. Daquela açãozinha, ia ver se havia alguma correspondência no plano de trabalho; do plano de trabalho, ia ver se havia algum orçamento destacado para isso; se havia algum orçamento, ia ver se estava no PPA; e, se estava no PPA, ia ticar lá no Plano Nacional de Cultura, que é o nosso plano setorial com vigência de 10 anos, Senador, para ver se havia alguma correspondência no Plano Nacional de Cultura que calçasse isso. E trata-se de um plano que foi referendado socialmente, construído em 10 anos por duas conferências nacionais e uma série de seminários, de colegiados com muita gente participando, para ver se estava batendo. Ou seja, uma irracionalidade lógica.

Essa pauta do Plano Nacional de Cultura não é a pauta de uma secretaria, é uma pauta do Ministério. Ter um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, inclusive no plano da economia, não é uma pauta de uma secretaria, é uma pauta de um ministério, e uma pauta que agrega institutos de pesquisa, universidades etc.

A pauta da cultura digital é uma pauta do Ministério. Todo mundo está tendo que desenvolver a questão da cultura digital e criar a sua *expertise* para isso. Pela estruturazinha que tem o Ministério, se isso não tiver um peso ministerial, e o peso ministerial o próprio Ministro está dando – tanto que eu comecei minha fala dizendo que a questão da política das artes e a questão da política e economia são as duas prioridades do Ministério

da Cultura –, se isso não for feito, não vai ser só a institucionalidade que vai resolver. As institucionalidades vão ajudar e as institucionalidades vão ser criadas junto com a *expertise* e a musculatura em cada área.

É impossível pensar que a gente desenvolva hoje uma política para os pontos de cultura nacionalmente, que tenha capilaridade, que tenha inclusive dimensão internacional, sem fazer com que a área que esteja desenvolvendo a política pense a estratégia econômica dessa política. Então, a gente chegou num ponto em que foi preciso fazer um diagnóstico e foi preciso tomar uma atitude para que se fizesse reverberar, inclusive, as ideias que estão no Plano Brasil Criativo, porque foi um processo programático interrompido. E fazer com que esse plano que foi estruturado, inclusive outros planos que foram estruturados antes, inclusive planos internacionais que podem servir para o Brasil encontrar o seu modelo, porque a gente só concebe um modelo original bebendo de outros modelos... Para isso acontecer, a gente precisa fazer com que o Ministério inteiro esteja incumbido disso. Isso tem que ser central no seu programa e não ser central em apenas um lugar, limitado, restrito.

É preciso fazer com que isso saia de uma questão restrita, que dentro do espectro todo das economias da cultura estava abarcando uma parte apenas, uma questão de localização e de energia muito circunscrita, para ganhar a dimensão estratégica grande que o Ministério da Cultura e que o Governo Federal têm que fazer. Se não for assim, a gente não vai avançar; se não for assim, não adianta só ter um plano muito bem estruturado; se não for assim, não adianta só ter uma estratégia; se não for assim, a gente não vai fazer com que o Governo coloque na centralidade, porque, quando a gente sentar com o MCTI, a gente está sentando para falar isso.

Não adianta o Ministério ter só uma institucionalidade que vai dar conta. O Ministério inteiro está incumbido disso. O MCTI tem de estar incumbido disso. O MDIC tem de estar incumbido disso. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa tem de estar incumbida disso. Os parceiros vão nos ajudar nisso. Nós sabemos disso, sabemos da importância e estamos trabalhamos com a prioridade política, programática e institucional para essa pauta acontecer no Ministério.

Eu queria saudar a iniciativa da Comissão, Senadora, a comissão mista, a frente mista do Senado e da Câmara, enfim, de economia. É essencial essa iniciativa. O Ministério da Cultura está à disposição e quer colaborar e estar junto. E nós estamos completamente à disposição. E saúda muito a iniciativa de fazer esta audiência com todos esses parceiros aqui, podendo ouvir todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Guilherme.

Leve o nosso abraço para o Ministro Juca e diga que nós o estamos esperando no final do mês em Tocantins. Que ele vá não só a Palmas, mas a Gurupi, que é minha cidade.

Eu pergunto se há mais alguma consideração, Senadora, Deputado. (*Pausa.*)

Eu agradeço a presença de todos. Esta Comissão encerra seus trabalhos hoje animada com o resultado, e fica o encaminhamento para o debate na Comissão do Futuro. Já colocamos essa questão da economia criativa lá – a Senadora Lídice já colocou. Que tenhamos essa questão como um tema a ser discutido num seminário com mais tempo. Aí, Deputado, desde já, o senhor fica convidado, assim que agendarmos.

A Ana Clévia falou aqui da questão da internet. Nos próximos dias, haverá uma audiência pública na Comissão de Educação para discutir a internet de banda larga na zona rural, que é uma demanda que chegou ao nosso gabinete através da Contag. Há muitos jovens na zona rural estudando que precisam da internet para a educação a distância. Então, em breve, faremos o debate na Comissão de Educação sobre a internet de banda larga na zona rural.

Encerro a presente reunião, agradecendo a todos.

Uma boa tarde... Ou bom dia, porque eu não almocei e, como mineiro, só vou dizer boa tarde depois do almoço.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 8 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZENOVE DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e quarenta e três do dia dezenove de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dalirio Beber, Dário Berger, Donizeti Nogueira, Douglas Cintra, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Hélio José, José Medeiros, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Regina Sousa, Ronaldo Caiado, Simone Tebet e Wellington Fagundes. Senadores não membros: Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Roberto Rocha, Valdir Raupp e Waldemir Moka. Ausentes os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento RDR 21/2015, aditado pelo RDR 23/2015, ambos de autoria da Senadora Simone Tebet, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de discutir a gestão e aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, do Nordeste – FNE e do Norte – FNO, além de demais assuntos correlatos. A audiência é realizada com a presença dos seguintes expositores: Senhor Valmir Pedro Rossi, Presidente do Banco da Amazônia; Senhor Janio Carlos Endo Macedo, Diretor de Governo do Banco do Brasil (representante de: Alexandre Corrêa Abreu, Presidente do Banco do Brasil); Senhor Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil. Após a exposição dos convidados, a Senadora Simone Tebet passa a presidência para o Senador Fernando Bezerra, às dez horas e trinta e quatro minutos, e usam da palavra os Senadores Simone Tebet, Ivo Cassol, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra, Douglas Cintra, Hélio José, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Blairo Maggi, José Medeiros, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Vicentinho Alves e Donizeti Nogueira. Presente a Senadora Blanca Alcalá, dos Estados Unidos Mexicanos, e o Deputado Federal Carlos Marun, do PMDB do Estado do Mato Grosso do Sul. A Senadora Simone Tebet retoma a presidência da Reunião às onze horas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Bom dia a todos.

Havendo número legal e regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicamos a este Colegiado, conforme Ofício nº 157, de 2015, do Líder do PSDB, Senador Cássio Cunha Lima, à Presidência do Senado Federal, que a Liderança do PSDB cedeu ao Democratas a vaga de titular na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Por meio do Ofício nº 78, de 2015, o Líder do DEM, Senador Ronaldo Caiado, indica o seu próprio nome para ocupar a vaga cedida, como titular da Comissão.

Damos as boas-vindas ao Senador Caiado a esta Comissão.

Informamos também o recebimento de dois ofícios da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac): Ofício nº 75, de 2015, enviado em 12 de agosto de 2015, que relata ocorrências no aeroporto de Uberlândia, no Estado de Minas de Gerais, que, no juízo da Agência, podem comprometer a aviação civil naquele Estado; e o Ofício nº 78, de 2015, enviado na mesma data, relata ocorrências no aeroporto de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, que também, no juízo da Agência, podem comprometer a aviação civil naquele Estado.

Ambos os documentos encontram-se à disposição dos Srs. Senadores interessados em consultá-los na Secretaria de Apoio à Comissão.

Por fim, comunicamos o recebimento de um exemplar do Relatório Anual de 2014, com o balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao longo do último exercício. A publicação encontra-se disponível para consulta dos Srs. Senadores interessados, em mídia eletrônica, na Secretaria de Apoio à Comissão.

Feitos esses comunicados, passemos à pauta.

Conforme pauta previamente distribuída, acabamos de dar as boas-vindas ao Senador Ronaldo Caiado e ele já se faz presente. Bem-vindo à Comissão! Acabamos de ler o ofício da Liderança do PSDB e de V. Exª, comunicando que a vaga destinada ao PSDB passa agora à titularidade do DEM. Bem-vindo, Senador Caiado!

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública para discutir a gestão e aplicação de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), além de demais assuntos correlatos, com a participação do Sr. Presidente do Banco do Brasil, em atendimento a um Requerimento nº 21, de 2015, de nossa autoria. O requerimento foi aditado também, por minha autoria, para incluir entre os convidados os presidentes do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste.

Encontram-se presentes para a referida audiência o representante do presidente do Banco do Brasil, Sr. Janio Carlos Endo Macedo, que é Diretor de Governo do Banco do Brasil; o Sr. Valmir Pedro Rossi, Presidente do Banco da Amazônia; e, está chegando, se deslocando para o Senado, o Sr. Marcos Costa Holanda, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil.

Em conformidade com o art. 49, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá de dez a quinze minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação, pelas Srªs Senadoras e Srs. Senadores previamente inscritos – a inscrição, inclusive, já está aberta, se os Srs. Senadores e Srªs Senadoras quiserem já fazer a inscrição, encontra-se aqui sobre a mesa –; a palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores inscritos será concedida portanto na ordem de inscrição, tendo cada Senador um tempo de três minutos, esse tempo é flexível, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos, em nossa audiência, serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal, endereço eletrônico é www.senado.leg.br e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Quero convidar agora, portanto, para poder compor a Mesa, o Sr. Janio Carlos Endo Macedo, Diretor de Governo do Banco do Brasil, representando portanto o Presidente e o Banco do Brasil. E vai falar aqui em nome do Centro-Oeste.

Eu também gostaria de convidar, para fazer parte da Mesa, o Sr. Valmir Pedro Rossi, que é o Presidente do Banco da Amazônia e vem falar do nosso Fundo do Norte. Quando chegar o Presidente do Banco do Nordeste, nós o estaremos convidando para também fazer parte da Mesa.

Passaremos agora, por um tempo de dez a 15 minutos, a palavra ao Sr. Janio Carlos Endo Macedo, representando aqui o Banco do Brasil.

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – Senadora Simone Tebet, bom dia, obrigado pela oportunidade de estar aqui participando deste evento. Aos demais Senadores, demais pessoas aqui presentes, muito bom dia.

A gente queria fazer um breve relato aqui, Senadora, a respeito da evolução do FCO ao longo dos últimos quatro ou cinco anos, para que a gente possa ter subsídios para iniciar a discussão na sequência.

Então, a gente traz a evolução da execução orçamentária do FCO desde o ano de 2010. A gente nota ali que a gente saiu, no ano de 2010, de uma quantidade de recursos distribuídos num montante de R$3,915 bilhões para R$5,919 bilhões no ano de 2014.

É importante a gente verificar ali que, ao longo do tempo, a gente teve a redução dos valores disponíveis ao final do período orçamentário. Em 2010, nós tínhamos R$713 milhões de recursos disponíveis, ao final do ano, e chegamos, ao final de 2014, com R$255 milhões disponíveis. Isso não quer dizer que os recursos não tenham sido aplicados, o que acontece é que, sempre ao final do ano, a gente tem alguns processos que já estão em fase de aprovação e em fase de liberação, então a gente segura, contingencia alguns recursos, para que nós possamos fazer frente às necessidades emergentes que a gente vai ter logo no inicio do ano. Então, a rigor, esses R$255 milhões representam efetivamente que foram totalmente aplicados, mas foram alocados para o inicio do ano de 2015.

Aqui, a gente traz o percentual da contratação das operações por porte de produtor. Nós verificamos que, no ano de 2011, 72,6% dos nossos recursos do FCO foram destinados a clientes de menor porte, de micro e pequeno portes. Em 2012, fomos a 68,3%; em 2013, chegamos a 68,2%; e encerramos 2014 com 76,1% dos recursos destinados às empresas e agropecuaristas de menor porte.

A gente traz aqui uma prestação de contas a respeito dos resultados alcançados frente à meta estabelecida pelo Condel. Na aplicação, a meta do Condel é que 90% dos recursos tenham sido aplicados ao final do período. Nós verificamos, em 2014, um percentual de 96,4% dos recursos integralmente aplicados.

Na contratação por porte, 51% deveriam ser destinados aos de pequeno porte, e a gente destinou 76,1% desses recursos para esse tipo de empresário, empresário e agricultores.

Na inadimplência, a nossa meta é de 1%, nós realizamos, ao final de 2014, uma inadimplência de 0,4%. É importante salientar que essa baixa inadimplência propicia que a gente continue tendo recursos disponíveis no Fundo para repasse para os nossos produtores rurais e empresários. Quanto menor a inadimplência, menor é a possibilidade de se ter que reter recursos e não repassar para o fundo. Quanto maior essa inadimplência, nós temos uma devolução dos recursos para o fundo de uma forma reduzida, comprometendo o retorno, a realocação desses recursos para o mercado.

Na cobertura de contratações no exercício, nós tivemos 100% dos Municípios do Centro-Oeste abrangidos, isso quer dizer que todos os Municípios dos Estados que estão no Centro-Oeste tiveram recursos destinados do FCO.

Nas operações com novos beneficiários, a nossa meta é de 20%, e, no ano de 2014, nós atingimos o percentual de 34,2%, isso quer dizer que 34,2% dos recursos que foram aplicados no FCO em 2014 foram destinados aos novos beneficiários, propiciando que mais produtores e mais empresários pudessem ter mais acesso a esse crédito.

O tempo médio de contratação de 35 dias, e nós atingimos a média de 34,5 dias. É claro que os senhores podem ter conhecimento de algum outro projeto que ultrapassou esse prazo de contratação. Isso se verifica porque, em alguns projetos, há a necessidade de uma análise mais acurada, inclusive a necessidade de algumas certidões, necessidade de licenças ambientais, para que os recursos possam ser liberados, mas, na média, hoje, levam-se 34,5 dias, desde que a proposta é internalizada no banco até o dia da sua contratação e liberação.

A contratação por tipologia de Município, porque o Condel estabelece alguns espaços que são considerados como prioritários, então 56,1% desses recursos deveriam ser destinados a esses espaços, nós infelizmente chegamos a 53,1%, mas muito próximos da meta destinada ao FCO.

Aqui nós trazemos, para o ano de 2014, o percentual de contratação por unidade da Federação. A meta do Condel, no Distrito Federal, de 2014, era de 15%, nós atingimos o percentual de 14,4%; em Goiás, de 30,4%, nós atingimos 31%; em Mato Grosso, 30,4%, atingimos o percentual de 31,3%; Mato Grosso do Sul, 24,2%, atingimos 23,3%.

No rural, a meta era a aplicação de 48%, aplicamos 53,3% do percentual dos nossos recursos. No empresarial, 52%, aplicamos 46,7%. A pergunta que pode ser colocada é: por que o valor destinado ao rural foi maior do que o empresarial, o que fez com que o empresarial não atingisse a sua meta? Isso decorre das alocações que os próprios CDEs fazem. Ao longo do ano, pode-se verificar que a demanda está sendo maior no segmento rural do que no empresarial e os CDEs solicita uma alocação de recursos maiores ou menores para determinado segmento.

Aí é um histórico até o mês de junho de 2015. Nós já contratamos, até agora, o montante de R$52,5 bilhões em operações sob o amparo do FCO. Desse total, 23,2% foram aportes do Tesouro Nacional e, em função dos retornos e do resultado operacional da administração desses recursos pelo Banco do Brasil, nós estimamos R$29,3 bilhões.

Aqui fica bem saliente a necessidade que nós temos de trabalhar com uma inadimplência cada vez mais baixa porque, quanto maior a inadimplência, menor esse retorno ao mercado. Então, com a inadimplência em 0,4%, a gente possibilita que esse recurso retorne para o mercado fazendo com que a gente tenha uma rotatividade desses recursos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – Desde o início.

Quando é que é o início da FCO, Enio, 1989?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – Então, de 1989 até hoje é o histórico todo.

Quantidade de operações contratadas por 908 mil operações, gerando 5,8 milhões de empregos direitos e indiretos gerados e mantidos ao longo desse tempo.

Saldo dos financiamentos. Hoje temos na nossa carteira – aqui a gente diz que aplicou R$52,5 bilhões desde 1989 – entretanto o saldo da carteira hoje é de R$21,764 bilhões. Desse total, 10% estão no Distrito Federal, 32% no Mato Grosso; 33% em Goiás e 25% no Mato Grosso do Sul.

A pergunta que pode ocorrer aqui é: por que aqui não está respeitado aquele percentual de 29% para o Mato Grosso, 29% para Goiás, 23% para o Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal. Isso aqui é em decorrência de todo um histórico de aplicação e o que acontece é que, dependendo do contrato da operação, ela pode ter um prazo maior ou menor de amortização, o que faz com que esses prazos venham influenciar diretamente o valor da carteira de cada Estado.

A previsão dos recursos orçamentários por unidade da Federação para o ano de 2015. Nós temos aqui para o Distrito Federal, R$229 milhões para rural e R$916 milhões para o empresarial no total de R$1,145 bilhão. Aí, sim, respeitando os 19% que cabem ao Distrito Federal. Na rural, para o Goiás, R$873 milhões e para o empresarial também R$873 milhões, no total de R$1,747 bilhão, destinando 29% dos recursos para o Estado de Goiás. O Mato Grosso, da mesma forma, 29% que seria R$873 milhões, semelhante a Goiás e no empresarial também semelhante ao Estado de Goiás. Mato Grosso do Sul os 23%, para rural R$693 milhões e empresarial também R$693 milhões, ou seja, para o ano a previsão é que a gente aloque na FCO R$6,027 bilhões. É claro que esses percentuais aqui, ao longo do tempo, podem sofrer alterações em função da não aplicação de recursos por algum ente.

Aqui a gente faz um histórico no que diz respeito às parcerias que existem com outras instituições financeiras operadoras e os recursos que foram a elas destinados para aplicação ao longo desse tempo e principalmente no ano de 2015. A gente verifica que hoje, por uma norma já existente, disponibilizamos 7% dos recursos do FCO para algumas instituições parceiras, quais sejam, BANCOOB, BRB, BRDE, Goiás Fomento, Mato Grosso Fomento e Sicredi, porque a gente vê que, no ano de 2011, nós disponibilizamos R$335 milhões e o valor aplicado para as instituições financeiras foi de R$28 milhões.

Em 2012, R$348 milhões disponibilizados com aplicação de R$46 milhões. Em 2013, disponibilizamos R$385 milhões com aplicação, por essas instituições, de R$72 milhões. Em 2014, dos R$393 milhões disponíveis, aplicaram R$146 milhões. E, no ano de 2015, disponibilizamos R$422 milhões em nosso orçamento, sendo que, até agora, as instituições financeiras aplicaram R$50 milhões, ou seja, nós teríamos aqui R$372 milhões aproximadamente disponíveis nessas instituições para aplicação dos recursos do FCO.

Aqui nós temos uma evolução do ano de 2011 a 2015. Temos que, em 2011, nós tínhamos R$4,827 bilhões disponibilizados e, em 2015, R$6,027 bilhões é a nossa previsão, sendo que, desse total, R$3,869 bilhões são de retornos de financiamentos e R$2,302 bilhões são do Tesouro Nacional.

O que a gente pode verificar aqui é que, ao longo do tempo, nós tivemos uma grande evolução, no que diz respeito à rotatividade dos financiamentos, em função dos pagamentos que foram realizados pelos mutuários e, por via de consequência, alocados para o mercado para redistribuição aos proponentes.

A contratação do primeiro semestre de 2015. Esta é a situação atual: nós temos R$1,455 bilhão disponibilizado para a rural, R$1,172 bilhão para a empresarial, num total de R$2,627 bilhões no primeiro semestre.

Do total de R$392 milhões disponibilizados para o Distrito Federal, R$107 milhões foram para a rural e R$285 milhões para o empresarial.

Do total de R$831 milhões para Goiás, foram aplicados R$465 milhões na rural e R$365 milhões no empresarial.

Mato Grosso do Sul, dos R$668 milhões disponíveis para Estado Mato Grosso do Sul, nós temos R$375 milhões aplicados na rural e R$293 milhões na empresarial.

Da mesma forma, no Mato Grosso, dos R$736 milhões disponibilizados, R$507 milhões para a rural e R$227 milhões para o segmento empresarial.

Era isso, senhores. Muito obrigado pela atenção. Estou à disposição de vocês no momento seguinte.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Sr. Janio Carlos Endo Macedo, representando aqui o Presidente do Banco do Brasil e falando, portanto, sobre o FCO para Região Centro-Oeste.

Passo, neste momento, a palavra ao Sr. Valmir Pedro Rossi, Presidente do Banco da Amazônia, para a sua exposição aqui.

O SR. VALMIR PEDRO ROSSI – Eu queria saudar a Senadora Simone Tebet, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aqui do Senado Federal; saudar os Senadores aqui presentes; e, na pessoa do nosso Senador Fernando Bezerra, ex-Ministro, que, enquanto esteve como Ministro da Integração, prestou um apoio muito grande aos bancos regionais e sempre foi absolutamente sensível a todas as demandas que nós levamos, no sentido de tornar os fundos cada vez mais próximos da realidade e das necessidades, ajustando os normativos e tudo o que fosse necessário para que os fundos cumprissem a sua missão e pudessem aderir às demandas de cada um dos Estados e da regiões; quero saudar o colega Janio, Diretor do Banco do Brasil, e os demais colegas Banco do Brasil; o Diretor Soares, que aqui está representando o Marcos, Presidente do BNB, que deve estar chegando; saudar a Silvana, que é representante dos empregados no Conselho de Administração do Banco da Amazônia, eleita pelo voto de todos os empregados e que presta um trabalho importante, representando os empregados no Conselho do Banco e, na Silvana, saudar os demais colegas do Banco aqui presentes; senhores e senhoras.

Em primeiro lugar, quero agradecer esta oportunidade. Estamos em um momento em que os fundos têm sido bastante discutidos. Então, esta iniciativa do Senado de trazer os três bancos operadores para apresentar o que tem sido feito reputo como extremamente importante. Desde já me coloco à disposição para voltar a esta Casa quantas vezes forem necessárias.

Também acho que é importante a gente ter em mente, apenas para equalização de todos, que os fundos foram criados pela Constituição de 1988, que prevê 3% da arrecadação. Desses 3%; 0,6% é para o FNO; 0,6% é para o FCO – por isso que os números dos dois fundos são bastante semelhantes – e 1,8% é para o FNE do Nordeste.

Então, quando a gente olha o orçamento do ano, o FNE é praticamente três vezes acima do nosso, em função da legislação que o criou.

Vou passar algumas informações e ficar à disposição dos Senadores. Eventualmente, há algumas alterações que a gente atualizou, buscou suprimir e deixar mais objetivo.

O Banco da Amazônia tem 73 anos de experiência em Amazônia, e da Amazônia, ninguém conhece a Amazônia como o Banco da Amazônia. Estamos em todos os Estados, em todas as regiões; 96,9% do nosso capital é do Governo Federal e aí nós temos ações negociadas em Bolsa; o nosso patrimônio é R$1,8 bilhão, isso nos dá um índice de Basileia de 16,6%, bastante confortável. Tivemos no ano passado uma capitalização, que não entra no patrimônio líquido, mas entra como patrimônio de referência, por isso melhor a Basileia de R$1 bilhão do Tesouro Nacional e que foi uma medida provisória que transitou tanto na Câmara quanto no Senado – e agradecemos o apoio dos Senadores àquela medida provisória.

Os nossos ativos totais hoje são em R$32 bilhões, sendo R$12 bilhões do Banco, em torno de R$20 bilhões no balanço do Fundo, posição em 30 de junho. Temos 3.160 empregados diretos, mais estagiários contratados, em torno de quatro mil pessoas, em 124 agências, com superintendências em nove Estados.

Aqui, fala mais especificamente do FNO, lembrando que o FNO são para os sete Estados da Região Norte, mas o Banco da Amazônia está presente também no Mato Grosso, em toda a Amazônia Legal, no Mato Grosso, onde a gente opera com outros *fundings*: o FDA, o FDCO, BNDES, recursos próprios do Banco e no Maranhão também, mas o FNO somente nos sete Estados da Região Norte.

Nesses Estados, segundo dados do Banco Central, posição de abril, nós éramos responsáveis por 59,87% do crédito de longo prazo, ou seja, demonstra a importância do Banco e a importância do Fundo para a Região.

E aí um detalhe importante, em contrapartida, nós só temos 6,21% dos depósitos, ou seja, também dados do Banco Central: há muitos bancos que captam na região, mas não aplicam os recursos na região que tem tantas desigualdades e tantas carências.

Nesse cenário que nós estamos agora com uma demanda maior de recursos, orçamento menor, é fundamental aumentarmos a captação, especialmente na LCA e na poupança, que são instrumentos que direcionam uma parcela importante da captação para o agronegócio, onde a gente não puder suprir com o FNO.

O nosso crédito total hoje chega – somando o FNO e a carteira do Banco – próximo a R$26 bilhões. Observa-se aí que, praticamente em cinco anos, dobrou de tamanho e – acho que é um detalhe importante – demonstra, nos últimos 13 anos, mais de R$30 bilhões contratados na Região Norte. Vínhamos, até 2007, com patamar de R$1 bilhão; entre 2008 e 2011, fomos para um patamar de R$2 bilhões e, a partir de 2012/2013, descolamos para R$4 bilhões e, no ano passado, mais de R$5 bilhões. Este ano o orçamento – depois vou mostrar no final – é R$5,1 bilhões. Fizemos, no primeiro semestre, R$1,986 bilhão. No mesmo período do ano passado, nós fizemos R$1,746 bilhão, ou seja, estamos 13% acima do mesmo período do ano passado, mesmo em um ano em que a atividade econômica do Brasil está em uma velocidade mais lenta.

Aqui também um detalhe importante, nós temos por segmento, mas agricultura familiar tem tido um crescimento significativo ano a ano. No ano passado, foram quase R$700 milhões; o nosso orçamento para este ano é R$736 milhões, a gente deve chegar a uns R$750 milhões. Só nos últimos anos foram quase 400 mil famílias atendidas com os recursos do fundo constitucional.

Aqui também a visão, lembrando que no *site* do Banco nós temos o Plano de Aplicação de Recursos para toda a região e para cada Estado e de acordo com as normas do Condel, 51% têm que ser para projetos de menor porte: micro, mínimo, pequeno e médio. Nós tivemos em 2011, 50,5%; a partir de 2012, foi 70%; 2013, 67%; 2014, 74%; e agora, no primeiro semestre de 2015, 76%, ou seja, dois terços mais, 76% dos recursos estão direcionados para atividades de mini, micro, pequena e média, ou seja, um crédito bem pulverizado para todas as regiões e para todas as atividades.

Aqui também estão os valores contratados por atividade nos últimos anos. A agropecuária envolve todos os segmentos e também as cadeias produtivas, a agroindústria. Temos feito um trabalho muito forte junto às lideranças, aos governadores e às prefeituras no sentido de agregar valor à produção e de fazer com que a cadeia se consolide e aumente a renda. Registro, ainda, comércio e serviços.

Há um destaque para o trabalho que também temos feito nos Estados no sentido de fortalecer o segmento de saúde e de educação, financiando clínicas, equipamentos, hospitais privados, escolas e faculdades, que são extremamente importantes para a melhoria de vida das pessoas, para o treinamento, para a formação e, principalmente, para a retenção da mão de obra. Além desses, há os demais segmentos: indústria, infraestrutura, turismo, com uma parcela de quase R$2 milhões, muitos hotéis, pousadas, restaurantes, etc.

A atuação do banco tem permitido, segundo a nossa metodologia, elaborada por uma universidade... Agora, em conjunto com o Ministério da Integração, o Ipea está começando a validar essa metodologia.

Da nossa atuação, quais os efeitos em termos de arrecadação de PIB, volume baixo de produção, arrecadação de tributos, salários e manutenção e/ou geração de postos de trabalho? Não faz sentido o fundo existir, se ele não trouxer benefícios para a sociedade como um todo.

O índice de inadimplência do FNO, comparado com o do FCO e do FNE, ainda é elevado, mas tem apresentado uma curva consistente de declínio. Esse é um trabalho fundamental. A nossa parceria com sindicatos e associações é importantíssima. Estão em vigor algumas resoluções do Conselho Monetário Nacional que permitem que as dívidas contraídas até 2012 (Resoluções nºs 4.314, 4.315) sejam renegociadas, e, se forem liquidadas à vista, há um abatimento. Então, os nossos gerentes e superintendentes estão permanentemente divulgando isso em jornais, sindicatos, associações, para que aqueles produtores que estão hoje numa situação de inadimplência possam voltar à normalidade e ter acesso a novos créditos.

Aqui é uma visão do que nós recebemos do Tesouro Nacional no primeiro semestre – R$1,170 milhão – e do que contratamos – R$1,980 milhão. Quer dizer, 169% a mais.

Aqui há um detalhe importante: a disponibilidade do fundo. Em dezembro, nós tínhamos um volume de quase R$3,5 bilhões disponível e, a partir de junho de 2013, com o aumento da contratação, com o aumento de desembolsos, esse número tem reduzido. Fechamos junho com R$1,9 milhão disponível, mas não é sobra.

É isto que eu gostaria de mostrar: o número disponível em 30 de junho era R$1.980 milhão. A nossa previsão é de receber do Tesouro, no segundo semestre, R$1,120 milhão. A estimativa de reembolsos no segundo semestre – por isso a adimplência, a regularidade dos pagamentos, o retorno ao caixa do banco das parcelas que estão vencendo – é fundamental para que possamos continuar operando R$1,460 milhão. Teríamos aqui um total de R$4,5 milhões.

Nós já temos operações contratadas por liberar – muitas vezes, contrata-se uma indústria, uma PCH, e o dinheiro vai sendo liberado ao longo de três ou quatro anos –, que, de acordo com o cronograma, correspondem a R$3,3 milhões; já temos operações aprovadas que estão em via de contratação – registro: R$300 milhões; e temos propostas em análise dentro do banco: R$3 bilhões. Assim, teríamos R$6 milhões. Ou seja, hoje teríamos, no fundo, um déficit de quase R$2 milhões. Prevemos, para 2016, um cenário de menos recursos.

Com isso, acho que é importante... Muitas vezes, ouvia-se, no passado: "Ah, o Banco da Amazônia não consegue aplicar. Está sobrando dinheiro, está sobrando dinheiro." O Ministro deve ter ouvido isso muitas vezes. Hoje, é o contrário. Estamos já gastando o que vamos receber nos próximos meses.

Aqui há um pouco dos principais programas que estão disponíveis no nosso *site*. Depois de ouvirmos a sociedade, os governos estaduais, os governos municipais, as entidades, fazemos o planejamento, que encaminhamos para a Sudam e para o Ministério da Integração e que, depois, é aprovado no Condel, alinhado com todos os programas do Governo Federal, dos Governos dos Estados.

O crédito é um instrumento que, isoladamente, não funciona, ele depende de assistência técnica, depende de questões fundiárias, e, então, é fundamental a importância dos Estados.

E aqui é um pouco do nosso orçamento para 2015, já concluindo, são R$5,160 bilhões, para a Região Norte; o volume total em cada um dos Estados pelas normas do fundo, no mínimo 5% em cada Estado. Então, nós temos aí o Amapá e Roraima, que são os 5%, e os demais Estados a distribuição; e aí um valor também por atividade, o que são empreendimentos rurais, o que são não rurais, indústria, turismo, comércio. E esses valores, evidentemente, são passíveis de realocação, de acordo com a demanda e os projetos que são apresentados.

Aqui o nosso *site* e o endereço, onde é possível visualizar tanto os relatórios de 2012, 2013, 2014, Estado a Estado, Município a Município, quanto o plano de aplicação de recursos para o ano.

Agradeço mais uma vez, Senadora Simone, Senadores, a todos os presentes, e, também, em nome do Banco da Amazônia, coloco-me à disposição para o debate. Mais uma vez, quero reafirmar a importância deste momento para que nós, gestores dos fundos, tenhamos essa oportunidade importante de mostrar aos Senadores e à sociedade o trabalho que vem sendo feito com os recursos do Fundo Constitucional, recursos esses, mais uma vez, fundamentais para o desenvolvimento das regiões.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Sr. Valmir Pedro Rossi, presidente do Banco da Amazônia, que falou aqui sobre o Fundo do Norte, lembrando que aten-

de não só à Região Norte do País, como também ao nosso Estado vizinho de Mato Grosso, na parte do Fundo de Desenvolvimento do FDCO.

Eu gostaria de agradecer e registrar a presença da Conselheira representante dos empregados no Conselho da Administração do Banco da Amazônia, Srª Silvana Cristina Silva. Em nome dela, como já foi mencionado pelo Presidente, saúdo toda a equipe do Banco da Amazônia e da Região Norte.

Gostaria, em nome do Sr. Henrique Jorge Tinoco de Aguiar, chefe de gabinete da presidência do Banco do Nordeste; do Sr. Francisco das Chagas Soares, diretor de desenvolvimento sustentável do Banco do Nordeste do Brasil; Sr. Luiz Sérgio Farias Machado, superintendente de negócios de varejo e agronegócio do Banco do Nordeste do Brasil; e Sr. Fábio César Moreira Giraldes, gerente de representação e assessoria político-institucional do Banco do Nordeste do Brasil, dar as boas-vindas a toda a equipe da Região Nordeste do Banco do Nordeste, que se faz aqui presente.

Eu gostaria de, antes de passar a palavra ao nosso convidado, que está adentrando já o Senado, já acabei de ser informada que está chegando, está nos corredores, eu gostaria, portanto, para agilizar, se os demais Senadores concordarem, de propor já a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Regional.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada, portanto, a ata e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Eu acho que eu não vou deixar o Sr. Marcos Costa Holanda nem respirar, nem tomar uma água e já vou passar direto a palavra para ele. Ele dispõe de um tempo de 10 a 15 minutos.

Quero agradecer a presença, portanto, do Sr. Marcos Costa Holanda, que é o nosso Presidente do Banco do Nordeste. Dizer que é uma satisfação tê-lo aqui na nossa audiência pública, requerida, volto a repetir, por requerimento assinado por mim e demais Senadores, para que pudéssemos tratar dos fundos constitucionais, Fundo Constitucional do Norte, do Nordeste e Centro–Oeste e os fundos de desenvolvimento, que são fundos destinados para as nossas obras de infraestrutura.

Sem mais delongas, com a palavra o Sr. João Marcos Costa Holanda.

O SR. MARCOS COSTA HOLANDA – Obrigado, Senadora Simone, demais Senadores presentes, é muito importante para o Banco do Nordeste estar aqui diante dos Srs. Senadores para dar algumas informações em relação ao desempenho do Banco na gestão do Fundo Constitucional do Nordeste. É um momento importante para a gente.

Serei muito breve, muito objetivo. O Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) está completando 25 anos e a gente entende que, no momento em que o FNE foi criado, na Constituição de 1988, de certa forma, assumiu um compromisso com a própria Região Nordeste.

Eu acho que esse compromisso está bem explicitado na própria lei que regulamentou o Fundo, que coloca que o papel do FNE é contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas e financiamentos aos setores produtivos, em consonância com seu plano regional de desenvolvimento. Então, o FNE já nasce com um compromisso com a região.

E, da mesma maneira, a gente coloca que o Banco do Nordeste também tem um compromisso com o FNE, na medida em que, na criação do FNE, ele teve a prerrogativa de ser o agente único operador do FNE.

E a gente coloca que o compromisso do Banco do Nordeste com FNE é gerenciar o fundo de acordo com esses três E: gerenciar o Fundo de forma eficaz, gerenciar o Fundo de forma eficiente e gerenciar o Fundo de forma efetiva. Isso tudo dentro de um princípio, que seria o princípio mãe, o princípio horizontal, que perpassa os outros: o princípio da ética, o princípio da integridade.

Então, o que eu queria aqui, muito rapidamente, é mostrar para os Srs. Senadores que o Banco Nordeste, efetivamente, tem conseguido gerenciar o Fundo do Nordeste, trabalhando esses três conceitos de gestão: eficiência, eficácia e efetividade.

Às vezes esses três conceitos são trabalhados como sinônimos, mas, no fundo, são três conceitos distintos, que devem interagir muito, devem ser muito interconectados, mas são três desafios que o Banco Nordeste assume nessa questão da gestão no Fundo.

Ser eficaz, de certa forma, em última instância, é desembolsar os recursos e aplicar os recursos de forma importante, harmônica e equitativa, em termos de distribuição regional, distribuição setorial, distribuição também das empresas.

Ser eficiente é aplicar esses recursos, controlando as despesas administrativas, as despesas de pessoal.

Ser efetivo é aquele desafio maior, é aquela, como diria, hora da verdade do Fundo, que é chegar efetivamente nas empresas, nas pessoas, aumentar os salários, aumentar o emprego, tornar a região mais competitiva, mais capaz de gerar renda e bem-estar para a sua população.

Na questão da eficácia, esse é o desempenho ao longo dos quase 26 anos de FNE. A primeira informação que a gente coloca é que a contratação do FNE – e aí é importante, nem sempre isso é uma coisa tão trivial de ser alcançada – guarda uma relação muito próxima com as participações de cada Estado em termos populacionais.

Então, o Fundo, realmente, nessa coisa da eficácia, consegue ser bem equilibrado e bem justo no sentido de distribuir as suas contratações, de distribuir as aplicações, de acordo com as populações de cada Estado. Vocês veem que os dois gráficos são muito parecidos. Então, é o FNE, o Banco tem conseguido fazer a alocação dos recursos de forma bem equilibrada, em termos de distribuição populacional.

Por outro lado, é importante também, na questão do fundo, o Semiárido. É óbvio que a prioridade do Banco é apoiar as empresas, as famílias, os produtores rurais do Semiárido, na medida em que essas empresas, essas famílias, esses produtores têm a adversidade maior do clima. Então, o Banco também tem conseguido uma divisão, claramente, na questão do Semiárido, a priorização do Semiárido.

O Banco tem, ao longo dos últimos anos, contratado todo o valor disponibilizado no Fundo. Também é uma medida de importância e de eficácia do Banco. O Banco efetivamente aplica os recursos que estão disponíveis ano a ano.

Da mesma forma, tanto é importante na distribuição das contratações do Fundo, não só a questão espacial geográfica, como a distribuição em termos dos principais segmentos da atividade econômica do Nordeste.

Quer dizer, na parte rural, praticamente 40% dos recursos, o comércio, a indústria e a infraestrutura, há uma distribuição também bem equitativa na lógica das vantagens comparativas da região.

Temos também aqui por porte. O foco do Banco no micro e no pequeno e médio também é muito forte: o micro, o mini e o pequeno praticamente respondem por 50% das aplicações do Fundo.

É importante, quando se aplica no Fundo, nos grandes, entender também que os grandes são importantes como alavancadores do mini e do pequeno. O grande não pode também ser estigmatizado porque ele tem esse potencial importante de atrair o pequeno e o médio. E às vezes são os grandes que viabilizam a pequena empresa. E principalmente a pequena empresa se transformar numa média empresa, porque ele vai e puxa a cadeia de valor agregado da economia e ele puxa o pequeno e o médio. Isso na questão da eficácia.

Na questão da eficiência, queremos mostrar que estamos fazendo isso com o controle sempre rigoroso das despesas tanto de pessoal quanto administrativas. Ao longo dos últimos anos, nós temos conseguido controlar despesas de pessoal, as despesas administrativas também estão praticamente estabilizadas ao longo de quatro, cinco anos. É um esforço de sempre ter eficiência na aplicação dos recursos.

Um último dado em termos da eficiência, a gente fez aí um indicador um pouco mais intuitivo, é basicamente cada operação que a gente faz no FNE, custa dois reais em termos de despesa administrativa que acho que é um valor bem... Mostra que o banco está atento. Pode melhorar? Pode, mas o banco está atento em otimizar os recursos que ele tem para fazer a gestão do FNE.

Por último, na questão da efetividade, que acho que é a hora da verdade, é o desafio maior em termos de gestão do FNE, o FNE tem que chegar na economia, o FNE tem que chegar nas empresas, tem que chegar na capacidade de gerar emprego, gerar salário, gerar PIB na região.

Um primeiro indicador de efetividade, que acho que é muito importante, o Banco do Nordeste responde por apenas 7% da rede de agências presentes na Região Nordeste. Mesmo assim, o Banco do Nordeste é responsável, em termos gerais da região, por 55% do crédito de longo prazo, a partir do FNE e por também 55% do crédito rural. Ou seja, mesmo com a rede de agências bem enxuta, ele é fundamental em garantir o crédito de longo prazo, que é o crédito de investimento produtivo na região, da mesma forma que ele é o líder na oferta de crédito rural numa região que a gente sabe que tem uma diversidade climática em que é tão importante o papel do Banco do Nordeste nessa questão de ofertar crédito rural.

O banco também se mostra efetivo. Um estudo do nosso departamento econômico mostrou que nesse período de 2000 a 2008, 34% dos empregos formais gerados a partir dos dados da Caged foram empregos impactados pelas aplicações do FNE. Ou seja, mostra que o FNE realmente chega na economia na medida em que ele viabiliza a geração de emprego.

Outro estudo interessante, cujo detalhamento está nesse endereço da internet, analisou as empresas que recebem aplicações do FNE (em vermelho) e as empresas que não recebem (em amarelo). E esse estudo olha cinco anos depois qual foi o crescimento de emprego que as empresas apoiadas geram. Ou seja, as empresas que recebem FNE tiveram um crescimento de empregos, ao longo dos cinco anos, de 146%. Enquanto que as empresas que não receberam FNE também localizadas no Nordeste cresceram o seu nível de emprego em apenas 55%. Quer dizer, esse indicador mostra que quando a empresa recebe FNE ela consegue gerar mais empregos.

E esse é o propósito maior de um fundo constitucional que tem como objetivo principal, como foi colocado no início, promover o desenvolvimento da região, aumentar o bem-estar da região.

Esse mesmo estudo mostrou essa capacidade de gerar emprego nos vários segmentos: indústria, serviços e comércio. Isso aqui é a cada ano. No primeiro ano, já no primeiro ano, por exemplo, na indústria o emprego cresce 4%. Mas, ao longo dos anos seguintes, percebe-se que o emprego vai aumentando de forma significativa. Da mesma forma nos serviços e no comércio.

Por que é que, na indústria, o crescimento do emprego é maior? Provavelmente porque, na indústria, as aplicações são mais aplicações de investimentos, aplicações de longo prazo em que a indústria agrega capacidade produtiva; enquanto, no comércio, às vezes, as aplicações são apenas de capital de giro.

Mesmo assim, elas conseguem preservar e aumentar emprego, então, são números importantes que mostram que o fundo consegue ser efetivo, ou seja, consegue realmente gerar emprego. Não só gerar emprego, o fundo também consegue gerar salário e, aqui, é o impacto na massa salarial por segmento das empresas que são apoiadas pelo FNE em comparação às empresas que não são apoiadas.

Então, a indústria, que é apoiada pelo FNE, tem um crescimento de massa salarial 70% superior àquelas indústrias que não têm o apoio do FNE. Então, observem que o estudo aqui é bem robusto do ponto de vista técnico, porque ele compara indústrias parecidas, localizadas na mesma região, no mesmo segmento, apenas ele controla aquelas que recebem o FNE com aquelas que não recebem. Aí ele mostra que aquelas que recebem FNE conseguem, efetivamente, ter uma maior capacidade de geração, não só de emprego como de geração de massa salarial.

Também foi feito um estudo do Pronaf, o nosso programa de apoio à agricultura familiar, e esse dado é muito interessante: cada 1% de Pronaf que é agregado dentro do Município gera quase 1% também de aumento do PIB. Ou seja, quando se aumenta o Pronaf nos Municípios, principalmente nos Municípios mais pobres, consegue-se alavancar a economia e isso é capturado no PIB.

Da mesma forma do Agroamigo, que é uma forma inovadora que o banco tem atuado na área de agricultura familiar em que não se dá apenas o crédito, mas um crédito com a característica de um banco de desenvolvimento, que é o crédito com assistência técnica, o crédito com o apoio ao produtor rural. E esses estudos que têm sido feitos pelo departamento econômico mostram que o Agroamigo tem esse impacto de aumentar a produtividade do pequeno agricultor, da família da zona rural.

E, por último, mostrar que tem, também, na efetividade, o FNE, hoje, já tem o reembolso, ou seja, o bom uso, a boa aplicação que retorna a partir do reembolso da aplicação, já são até superiores aos ingressos líquidos que o Tesouro faz anualmente, a partir das transferências dos impostos, imposto de renda e IPI.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS COSTA HOLANDA – Ou seja, aqui a ideia fundamental que a gente queria passar era essa, ou seja, da mesma forma que a gente entende que o FNE tem um compromisso com o Nordeste, de alavancar o desenvolvimento do Nordeste, o Banco do Nordeste tem esse compromisso com o FNE, fazer o FNE sempre de forma muito eficiente, eficaz e efetivo e nessa lógica do princípio da ética e da integridade.

Muito obrigado aos senhores, fico à disposição para algum esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos ao Sr. Marcos Costa Holanda, como já disse anteriormente, Presidente do Banco do Nordeste.

Como autora dos requerimentos, eu serei a primeira a fazer os questionamentos. Então, eu solicito ao nosso querido e eterno Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra, que pudesse temporariamente assumir a Presidência para que possamos fazer os questionamentos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Queria agradecer à Senadora Simone Tebet pela deferência de poder presidir por alguns instantes esta reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional, em uma audiência tão importante para que a gente possa, no âmbito desta Comissão, fazer uma reflexão sobre a importância e a contribuição que os fundos constitucionais estão oferecendo ao desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Quero cumprimentar o companheiro Janio Macedo, que aqui representa o Banco do Brasil e é Diretor de Governo dessa importante instituição financeira oficial – fomos parceiros durante o período em que estivemos à frente do Ministério da Integração Nacional –; como também saudar o companheiro Valmir Rossi, que preside o Banco da Amazônia.

Quero felicitar e desejar sucesso ao novo Presidente do Banco do Nordeste, Marcos Holanda, que acaba de ser designado Presidente da mais importante instituição financeira da nossa Região Nordeste brasileira. Que Marcos possa levar adiante esse desafio de colocar o Banco do Nordeste como instrumento de transformação e de construção de uma região mais próspera, mais fraterna, mais solidária, mais justa, que é o que todos nós desejamos.

Com alegria, eu ofereço a palavra à autora do requerimento para esta audiência, Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores e, mais uma vez, os nossos convidados. Vou procurar ser muito breve, como também foram breves e objetivos os nossos convidados nas suas exposições.

Eu sou de Mato Grosso do Sul. Então, eu não poderia começar sem antes me dirigir ao Dr. Janio, aqui representando o Banco do Brasil e, portanto, o FCO e o FDCO também.

Dr. Janio, em audiência, no primeiro semestre, nós tivemos a presença aqui dos superintendentes das superintendências Sudeco, Sudene e Sudam. À época, foi em abril, o Sr. Cléber, que é o Superintendente da Sudeco, nos informou, como foi aqui também confirmado, que para o FCO de 2015 a expectativa, a estimativa era algo em torno de R$6 bilhões de investimentos.

É claro que nós sabemos que isso é um fundo constitucional. Portanto, há um percentual que tem que ser, todo mês, depositado nas contas dos bancos para serem investidos, mas a pergunta que fazemos é... Em função da diminuição da arrecadação, é óbvio que esses repasses foram diminuídos. A pergunta que eu faço é: nós vamos conseguir chegar a esses 6 bilhões até o final do ano? Se não chegarmos, em função do desaquecimento da economia, isso vai prejudicar projetos ou a economia já está desaquecida a ponto de não termos tomadores de recursos suficientes para chegarmos ao montante preestabelecido anteriormente?

Eu vou fazer... São quatro questionamentos. Eu já vou fazer os quatro, mas, se precisar, nós retomamos aqui para algum esclarecimento.

Nós sabemos que a lei, que é de 1989, trata de toda essa questão da competência, inclusive, do Banco do Brasil e das instituições financeiras federais de caráter regional que visam promover a aplicação dos recursos e implementar toda essa política de desenvolvimento regional, a fim de erradicar a pobreza e a desigualdade, na política de concessão de créditos, de acordo com o que for deliberado pelo Conselho Deliberativo das superintendências regionais.

Nesse contexto, às vezes, nós temos alguns questionamentos por parte de alguns tomadores do setor, tanto do produtor rural quanto do setor industrial, de que, muitas vezes, a seleção desses projetos, depois de passar por toda uma análise técnica e regulamentar por parte dos conselhos, quando esses projetos vão para os bancos – e estou falando especificamente, não posso fazer nenhuma referência ao Banco do Nordeste nem ao Banco da Amazônia –, no caso do Banco do Brasil, outros critérios são escolhidos para serem selecionados.

Nós sabemos que é função realmente do agente financeiro constitucional ter essa análise técnica no que se refere à questão de capacidade de endividamento, de garantia. Portanto, a análise operacional financeira. O questionamento é: o banco analisa, única e exclusivamente, a viabilidade econômica e financeira do empreendimento ou há outro critério, muitas vezes político, ou outros critérios técnicos que são reavaliados pelo banco após a análise das superintendências? Eu acho que essa pergunta pode ser extensiva, de uma forma muito objetiva e clara, ao Basa e ao BNB.

Nosso terceiro questionamento é mais específico e também é fruto de muita reclamação no meu Estado e acredito que em todo o Centro-Oeste. A inadimplência do Centro-Oeste historicamente é muito baixa, comparada à inadimplência de outros Estados, de outras regiões.

Esse é um dado claro, objetivo, concreto e real. Os números estão aí e mostram. Não por acaso, em decorrência disso – claro que empenho do Congresso Nacional, enfim, dos próprios tomadores de setor produtivo – a taxa del credere teve uma redução de 6% para 3%, dos serviços que remunera, no caso Banco do Brasil, acho que extensivo a todos.

Entretanto, para nossa surpresa, foi instituída, sei que não é pelo Banco, pelo Conselho Monetário Nacional, uma nova taxa de custo de análise do projeto. O del credere nós sabemos que remunera os serviços do banco e esse taxa seria para custo de análise que, a meu ver, temos, no mínimo, uma incidência dupla de pagamento de recurso em cima da mesma atribuição. A remuneração do serviço do banco pelo del credere já é uma forma de pagar, inclusive, a meu ver, essa análise de projetos.

A informação que nós temos é que para o tomador, o mutuário, de R$15 mil, a taxa de 0,15% de financiamento; quem toma ou pede o financiamento de R$15 mil a R$200 mil é 0,75% de taxa; acima de R$200 mil até R$1 milhão, é 1% da taxa de financiamento; e acima de R$1 milhão, seria uma taxa de 1,25%. A nossa pergunta é a seguinte: essa taxa foi criada, V. Sª tem conhecimento se foi criada para justamente cobrir essa diminuição da taxa del credere de 6% para 3% ou realmente teve algo a mais que tenha levado a essa decisão pelo Conselho Monetário Nacional? Isso poderia também ser conhecido pelos demais.

Por fim, a última pergunta, peço desculpas aos nossos colegas, sei que são três minutos de questionamentos, mas aceito respostas bem claras e objetivas. No que diz respeito aos procedimentos operacionais, foi colocado aqui que a média de análise dos projetos, pelo menos pelo FCO, a média de contratação a partir do momento em que entra o pedido junto ao Banco do Brasil, é de 34,5 dias.

Nós sabemos que é necessária uma série de documentações. A pergunta é: por que, quando esse prazo é maior, exige-se mês a mês ou normalmente se exige mais de uma vez certidão negativa? Tudo bem que se peçam as certidões e documentos no início, porque não só no início e no final, ainda que se leva um ano para análise de projetos mais complexos, até porque se, no final, ou ao final, o tomador não apresentar a documentação, as certidões não estiverem negativas, simplesmente banco não liberaria ou não libera o recurso. Isso não significa uma medida protelatória? Vamos ganhar tempo ou, ainda, não é só custo a mais para o tomador do recurso?

Então, são essas as considerações, colocando-me à disposição para, se não tiver entendido algum questionamento, poder esclarecer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Consulto os membros desta Comissão, tendo em vista que temos mais oito Senadores inscritos para dirigirem perguntas aos nossos convidados, se não poderíamos formar blocos de três Senadores e, na sequência, os nossos convidados poderiam oferecer suas respostas. (*Pausa.*)

Quatro? Quatro. Então, ofereço a palavra Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nossos convidados, tanto do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste, como do Banco da Amazônia Valmir Pedro Rossi, quero aproveitar aqui e ser mais direcionado à nossa Região Amazônica. Então, peço desculpas, tanto ao Banco do Brasil, que também atua muito bem no nosso Estado de Rondônia, e também ao Banco do Nordeste, uma vez que a preocupação de muitos empreendedores hoje é quanto à questão dos recursos do FNO.

Todo mundo tem acompanhado nacionalmente a crise do Governo Federal, dos Estados e Municípios. Aí vem a primeira pergunta, Dr. Valmir: o Governo Federal, o Banco Central e o Ministro da Fazenda já passaram alguma normativa, alguma resolução que venha diminuir os recursos fundo para os investimentos? Aí tanto faz para a Região Nordeste, como para o Banco do Brasil, como também para o Banco da Amazônia.

Já existe alguma instrução? Porque ontem nós, Senadores, comentando, conversando, já havia um boato aqui de que o Governo Federal estava contingenciando 30% do valor dos fundos. Foram 36%? Então, eu já venho com uma preocupação. Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Parece que não é boato, não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – É verdade. Então, quer dizer, é uma situação. Se nós queremos...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Permita-me, Senador, informar: é a PEC nº 87, de 2015, que está prorrogando. A vigência da DRU se encerra dia 31 de dezembro deste ano. Então, ela está, por emenda constitucional, prorrogando a vigência da DRU, que é a Desvinculação das Receitas da União...

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...para pagar dívida ou superávit, até 31 de dezembro de 2023. E aqui, coisa que não havia antes, agora está permitindo que 30% dos fundos constitucionais para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste sejam, portanto, destinados para este fim, e não mais para os investimentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O Governo pode querer, mas nós podemos não deixar. Normal.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Por isso é que nós temos que fazer um trabalho aqui.

Então, é importante porque, na demonstração que o nosso Presidente do Basa fez e pelo quadro das receitas e a previsão disponível, que seria de R$4,568 bilhões, quando existem projetos em andamento, projetos aprovados, de R$6,699 bilhões. Então, só aí na falta de recurso, Dr. Valmir, nós já temos uma diferença de 32% de investimento para a nossa região. Então, eu tenho uma preocupação. Se há corte, falta recurso e nós temos projetos aprovados, mais projetos em andamento para serem postos em análise, automaticamente estão faltando R$2,131 bilhões.

Por que essa preocupação? É que o empresário, o empreendedor que está na expectativa desse projeto, de repente, precisa acompanhar. Porque, muitas vezes, é fácil ficar xingando o gerente do banco ou o superintendente ou o presidente de uma instituição, quando, na verdade, eles só são a ponta lá, que faz a distribuição e a liberação dos recursos proporcionalmente à sua região.

O que existe na realidade para este ano de 2015? O que temos de real? Porque, se nós formos pelos dados que estão aqui, nós já temos um déficit de R$2 bilhões, um déficit já de 32% dos recursos. Com certeza não é diferente do Banco do Nordeste, como também não é diferente do Banco do Brasil.

Então, é um dado. Outro dado também que eu queria perguntar para o Dr. Valmir é a questão de Rondônia, meu Estado. Aqui o quadro mostra R$583 milhões rural e mais R$293 milhões não rural. Dá um total de R$877 milhões para 2015. E estamos no meio do ano. Qual é o total de recursos?

Bom, se nós temos o total do recurso para o ano, que é R$877 milhões, nesses seis meses, quanto já foi liberado desse recurso? Qual é a expectativa que a gente tem de sobrar alguma coisa em caixa? Ou já foram 80%, 70%. O senhor, em sua exposição, demonstra que há anos que começam com pouco, mas terminam com mais, e vice-versa. Depende dos projetos que são liberados.

Então, só para saber exatamente o que tem de sobra para poder a Região Norte... Quando eu falo de Rondônia, isso serve para o Acre, serva para o Amazonas, serve para o Pará, serve para todos os demais Estados.

E uma outra solicitação também que eu ia fazer aqui, não só para o Basa, mas principalmente também para o Banco do Nordeste. E aqui está o nosso eterno Ministro, nosso Presidente Fernando Bezerra, que era Ministro da Integração Nacional. Eu estive lá. Eu sou um empreendedor de pequenos empreendimentos de PCH. Houve uma decisão do Governo Federal, uns dois ou três anos atrás, de suspender o financiamento de pequenas centrais hidrelétricas. De suspender, só fazer via BNDES.

Todo mundo sabe que o BNDES, entre liberar um financiamento de R$50 milhões e um de R$1 bilhão, ele vai ficar sempre liberando de R$1 bilhão e o pequeno sempre está ferrado. Essa é a realidade. Os caras falam: "Ah, BNDES? Esquece!". É a prática.

É igual ao nosso sistema elétrico brasileiro. Vai fazer um leilão de uma usina de 2GW e uma de 100GW, com certeza vai fazer a de 2GW. Então, quer dizer, a estrutura é a mesma, o tempo de análise é o mesmo.

Então, a minha solicitação aqui é para que nós, desta Comissão, comandada pela nossa Senadora, coloquemos em pauta para que o Governo Federal possa voltar a financiar, liberar recursos não só para PCH, mas também para biomassa e para energia solar. Nós temos várias regiões da Amazônia em que o sistema está isolado.

Eu tenho muitos amigos, empresários, empreendedores, Dr. Valmir, na Região Amazônica, que têm projeto andando e têm dificuldade. Não é dificuldade pelo Basa. Às vezes, o pessoal acha que o Basa é que não quer financiar. Não, existe uma determinação do Ministério da Fazenda. Trabalhei em cima disso para liberar. Aí, acabaram fazendo uma resolução liberando, quando a Aneel faz um decreto de emergência em certos setores. Ou seja, de todo jeito dificulta. E a burocracia brasileira para liberar alguma coisa, meu Deus do céu, é igual a novela: são vários capítulos e vários anos para poder ir para a frente.

Então, eu queria aproveitar essa Comissão, sob o comando da nossa Senadora, para solicitar que a gente tirasse aqui para que esses pequenos empreendimentos na Amazônia ou no Nordeste sejam financiados novamente pelos fundos, e não do jeito que foi feito no passado. Quando eu era Governador de Rondônia, por exemplo, o Governo Federal liberou mais de R$1 bilhão do Basa, do FNO, para os dois empreendimentos em Rondônia, Jirau e Santo Antônio. Eu acho isso um absurdo! O banco e os fundos são para fomentar as pequenas iniciativas, os pequenos negócios, não os grandes. Os grandes dão no couro, eles vão do jeito deles. Eles têm capital, eles têm como se virar. Para quem vai financiar R$10 bilhões, ou vai lá pegar R$11 bilhões do BNDES ou de outra instituição, não faz diferença. Mas quem está lá na ponta, quem mora lá, conta exclusivamente ou com o Banco do Brasil ou com o banco Basa.

Então, é por isso que eu queria aqui fazer a solicitação para que vocês, como presidentes das instituições, levassem essa reivindicação para o Ministro da Fazenda, para o Palácio do Planalto, para que voltassem a financiar os pequenos empreendimentos do setor energético, uma vez que o Brasil vive em uma crise de energia. Está vivendo em uma crise de energia. Então, que voltassem a financiar novamente pequenos empreendimentos, até 30MW no máximo, que tenham incentivo do Governo Federal.

As minhas perguntas são só essas. Desejo sucesso. Que vocês usem esta Casa, que vocês usem esta Comissão, que vocês usem os Senadores, para que a gente possa contrapor o Governo Federal, porque o Ministro da Fazenda só quer enxugar, enxugar, enxugar. Daqui a pouco, não vai ter mais suor nenhum, não vai ter mais água nenhuma para enxugar. Se nós não investirmos o dinheiro ou fizermos o dinheiro circular, nós nunca teremos receita para continuar investindo, especialmente em fundos. Então, o resultado do fundo é dinheiro que gira. Se não tiver dinheiro girando, não vai ter emprego, não vai ter geração nas áreas mais difíceis do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Eu ofereço a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, representantes do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Basa. Meu agradecimento pelas exposições que foram feitas. Cumprimento a colega Simone Tebet pela iniciativa.

Algo que realmente se arrasta há algum tempo é a discussão da aplicação do dinheiro, de restringir o FCO. É lógico que o fato levantado pela Senadora é algo que vem há anos sendo discutido dentro da aplicação da administração do Banco do Brasil em relação ao dinheiro, especificamente. Essa taxa do *del credere*, acrescida de outras exigências no momento da aplicação do FCO, ou seja, da liberação do FCO, é algo que constrange, porque há a obrigatoriedade do seguro de vida, obrigatoriedade do seguro da residência, obrigatoriedade do seguro de saúde, obrigatoriedade de fazer o seguro do automóvel, se vai fazer o trator. É algo que fica até constrangedor, porque é um banco oficial, então não é um banco que tem essa característica. Pelo menos pela formação do Banco do Brasil, esse tipo de comportamento é um comportamento que denigre a imagem de um banco que tem uma história.

O Banco do Brasil é um banco que fez escola e que, de repente, começa nesse processo, a alimentar até outros bancos que não são oficiais. Se o banco oficial do Governo está se comportando dessa maneira, a iniciativa privada diz: "Mas, se eles podem tudo isso, porque eu não posso também?"

Então isso passa a ser um mau exemplo, esse condicionamento. Dizem: "Olha, Senador, o senhor sabe, é aquela tese, o produtor rural vai ficar receoso de vir aqui fazer o depoimento." Há alguns que fazem, mas a maioria tem o receio de vir, porque amanhã eu vou para a lista negra e nunca mais vou ter acesso a esse empréstimo dentro do Banco do Brasil.

Então, isso é algo que realmente constrange. Em relação a essas taxas, eu concordo plenamente com a Senadora. É algo que precisa ser revisto porque, como a inadimplência é mínima, e vocês recebem uma injeção direta. Ou seja, o Banco do Brasil tem a condição que nós, no Centro-Oeste não temos como o Norte e o Nordeste. Não temos um banco nosso. Vocês têm o banco de vocês, têm o Basa, têm o Banco do Nordeste. Você têm um banco próprio, nós não. O Centro-Oeste é a única região que, vamos dizer, à qual não concedida essa luta, e foi uma luta muito grande da nossa bancada.

Eu me lembro, na Frente Ruralista na Câmara dos Deputados, da luta para que nós pudéssemos criar o banco do Centro-Oeste. Foi uma luta enorme, em reuniões em vários Estados, e nós não conseguimos, Presidente. Mas tudo bem, não vamos ficar aqui remoendo essa fase. O que precisamos entender é que o Banco do Brasil recebe diretamente, a custo zero, esse dinheiro todo que vem de uma norma constitucional. Qual é o banco que tem o repasse direto de todo esse dinheiro? É uma garantia de repasse do IPI e do Imposto de Renda, direito. É o que alimenta o banco. Eu garanto que deve ser a fonte dos outros dois bancos. O Banco do Brasil tem um *plus*. O Banco do Brasil deveria dizer: "Eu não vou cobrar del credere porque só o dinheiro que eu recebo..."

Já pensou, aquele dinheiro depositado no caixa, ali, vindo de uma norma constitucional? Então, é algo que nós precisamos rever. É algo com que eu nunca me conformei, com esse método aplicado pelo Banco do Brasil em relação ao repasse aos produtores e também a todos que são beneficiários do FCO.

Outra coisa é em relação ao problema de análise de projeto. Essa análise de projeto precisa de ter uma planilha melhor, aqui apresentada a nós. De que maneira é feita a distribuição desse repasse? Qual é o grau de apadrinhamento que está existindo no processo? Qual é a capacidade que têm as grandes empresas em meu Estado em poder fazer cada vez mais concentração nas áreas da pecuária e da agricultura, com repasses bilionários, enquanto os outros setores ou o médio e até o grande produtor rural ficam excluídos desse processo?

E é enfatizar, Sr. Presidente, o seguinte: lembro-me bem que acompanhei esse momento na Constituinte. O legislador se preocupou, Sr. Presidente, que no momento em que incluiu a criação do Fundo Constitucional foi com um objetivo só: de poder atender à demanda nossa, que nós mostrássemos o que existia entre o investimento que houve no Sul e no Sudeste do Brasil em relação ao Norte e Nordeste e Centro-Oeste.

Então, o legislador foi claro: a criação do Fundo Constitucional tem um objetivo, que é o de diminuir as desigualdades regionais. Esse é o fato determinante do Fundo Constitucional, seja ele de que região for. Ou seja, minimizar essa diferença e essa capacidade de renda *per capita* ou de IDH das regiões carentes que não tiveram o mesmo repasse que as Regiões Sul e Sudeste.

Como tal, é este o lado pelo qual eu aplaudo na iniciativa da Senadora Simone Tebet e realmente aguardo, principalmente por parte do Banco do Brasil, uma maior sensibilidade no repasse dessa verba do Banco do Brasil, que administra o FCO no meu Estado, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, para que possamos ter aí, acredito eu, um volume que possa ser cada vez mais crescente, já que o setor empresarial, seja urbano, seja rural, tem demonstrado que a inadimplência é quase próxima a zero.

Muito agradecido, Sr. Presidente.

Essas eram as perguntas que eu queria formular.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Eu vou devolver a Presidência à Senadora Simone Tebet, porque eu sou o quarto inscrito na ordem de inscrição e agora eu vou fazer as minhas indagações.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – É uma pena, Senador Bezerra, porque esta Presidência estaria muito mais bem conduzida por V. Exª.

Com a palavra, para fazer os questionamentos, o nosso querido Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, parabenizar as três apresentações feitas pelo Presidente Marcos Holanda, Valmir Rossi e Janio Macedo, porque foram muito categóricos no sentido de sublinhar a importância desses fundos constitucionais.

Em regra, nós vimos que esses fundos constitucionais representam mais de 55%, 60% do crédito de longo prazo, nessas três regiões de desenvolvimento do Brasil. Em regra, nós verificamos, pelos números apresentados, que esses fundos constitucionais representam quase um terço dos empregos gerados na região, nos últimos cinco ou dez anos. E em regra, esses fundos se traduzem como o mais poderoso instrumento de promoção de desenvolvimento regional.

Portanto, eu quero, primeiro, congratular-me com os três presidente, os três diretores aqui que representam essas três importantes instituições, em função de que fica demonstrado, de forma cabal, a importância, para o desenvolvimento do Brasil e para o desenvolvimento regional, desses instrumentos que foram definidos ainda no momento da Constituição de 1988.

Mas nós estamos vivendo, agora, Srª Presidente, um momento de grave crise econômica, política, ética. E estamos vivendo um profundo debate aqui, no Congresso Nacional, no sentido de buscar soluções para a superação das crises que nós estamos enfrentando.

No debate travado com o Governo Federal no sentido de se juntar esforços, independente das cores partidárias, mas na busca de encontrar caminhos para superar os problemas, nós aqui priorizamos que chegou a hora de virar a página, encerrar a guerra fiscal, construir uma solução para a questão do ICMS no sentido de que o ICMS possa se transformar num imposto de consumo, e não num imposto de produção, o que vai beneficiar os Estados mais pobres, de menor dinamismo econômico. Nós estamos nessa luta para poder colocar na Ordem do Dia, para poder pautar.

Em troca, os Governadores do Nordeste e as bancadas que representam o Nordeste, também o Norte e o Centro-Oeste, colocaram como condição para isso avançar que, para substituir o instrumento do incentivo fiscal, fosse necessária a criação de fundos de compensação para os Estados que porventura forem perder receita no período de transição, que é um período de oito anos, e um fundo de desenvolvimento regional que possa substituir os incentivos fiscais. Porque os empreendimentos que aqui foram financiados, sobretudo para o setor industrial, para o setor do agronegócio, foram empreendimentos incentivados através da política do incentivo de ICMS.

Nós estamos apostando nesse entendimento, estamos apostando nesse diálogo, estamos tentando identificar novas fontes de recursos, para poder alimentar esses fundos.

Um desses recursos novos pode ser o imposto sobre a repatriação de ativos financeiros, que queremos votar hoje, e aí ontem vem uma ducha de água fria. Ontem, o Congresso Nacional foi informado que o Governo Federal patrocina uma PEC para poder contingenciar, através do mecanismo da DRU, retirar, a partir do ano que vem até o ano de 2023, 30% dos recursos do Fundo Constitucional.

Em nome de quê? Para quê? Nós estamos fazendo que papel aqui? Quando é que o Governo fala a verdade? É quando senta para poder acertar a agenda que foi proposta pelo Senado Federal, pelo Presidente do Senado? É quando procura as Comissões desta Casa para que o Senado possa dar as condições políticas de governabilidade? E agora vem o Governo dizer que vai tirar dinheiro dos Fundos Constitucionais? Não! Eu queria aqui fazer um apelo aos membros desta Comissão, à Presidência desta Comissão, que formule um veemente apelo às bancadas do Norte, Nordeste e Centro-oeste, independente de ser Governo ou ser oposição. Nós não vamos votar nada. Nós não vamos votar nada enquanto o Governo não rever esta decisão. Nós estamos buscando aqui novos recursos para o desenvolvimento regional e o Governo acena para retirar! Não faz sentido!

Aqui o objetivo desta audiência era ajustar, era ver os problemas que estão ocorrendo para que este Fundo Constitucional possa chegar cada vez mais próximo, seja cada vez mais democratizado, possa ser aplicado com menor custo, com menos encargos. Não! Nós estamos participando desta audiência sob o impacto de que o Governo Federal quer retirar um terço dos recursos.

Portanto, Srª Presidente, não é uma pergunta, é um desabafo. É um desabafo porque eu quero ajudar o Governo a encontrar o caminho para superar a crise, mas não é assim. Não é assim! Se o Ministro da Fazenda e se o Ministro da Casa Civil não estão falando tudo para a Presidenta, e é preciso começar a falar, porque, se forem querer tolher, restringir, diminuir os fundos constitucionais, eles não vão ter apoio político para nenhuma das medidas. Nós estamos discutindo recursos adicionais.

E queria, ao encerrar minha intervenção, porque eu não ouvi, sei que a pauta da convocação foi muito específica em cima dos fundos constitucionais, mas as três regiões dispõem de um outro fundo, o Fundo de Desenvolvimento Regional do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, que, há três, quatro, anos, conseguimos financeirizar.

Eu queria uma informação rápida. Como é que estão estes fundos? Como é que está a liberação dos recursos destes fundos? Porque este não é um Fundo Constitucional, é um fundo que depende de recursos do Orçamento Geral da União a cada ano, mas eles, agora, são fundos financeiros. Eles estão sendo capitalizados com os retornos e com os juros.

Eu queria uma informação se esses recursos estão sendo liberados, qual é a programação orçamentária para este ano e para o próximo ano? Ou se, mais uma vez, a gente vai ser surpreendido que esses fundos também estão sendo contingenciados e que o Banco do Nordeste, a Sudene, o Banco da Amazônia, a Sudam, a Sudeco e o Banco do Brasil vão ficar privados de recepcionar esses recursos que já são importantíssimos para financiar o setor privado?

Então, são essas as minhas considerações.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra. Se me permitir, faço minhas as suas palavras.

Acabei de conversar com o Deputado Rocha, aqui, e o Deputado Caiado a respeito dessa questão. Não é primeira vez, inclusive, que nós somos surpreendidos com questões desse porte do Governo Federal. Combinamos uma coisa nesta Casa e somos surpreendidos com outras medidas.

Eu havia, inclusive, também feito um desabafo.

Ontem, ocupei a tribuna do Senado para falar da crise, que daríamos mais uma oportunidade para o Governo reajustar a área econômica e fiscal deste País e que eu daria mais uma parcela de contribuição, votando a favor do fim da desoneração dos recursos da folha de pagamento das empresas. E o faria não porque queria, mas porque sentia que era necessário e importante, desde que – ainda fiz um apelo à Presidenta da República e ao Ministro da Fazenda – eles descontingenciassem, o mais rápido possível, o Restos a Pagar de 2013 e 2014.

Só para ter uma ideia muito singela, Mato Grosso do Sul tem um orçamento muito pequeno, e a fonte financeira que vem da parte da União, das receitas não vinculadas, acho que nós somos a penúltima unidade da Federação em repasse de verbas voluntárias, fruto de emendas, inclusive dos Parlamentares.

Só no nosso Estado, há mais de 200 obras municipais paradas por conta de recursos que não foram pagos de 2013 e Restos a Pagar de 2013 a 2014. Agora, eu sou obrigada, em nome do meu Centro-Oeste e em nome do Mato Grosso do Sul, a também dizer que não vou votar a regularização – chamam de repatriamento, mas na verdade é regularização, porque não se precisa trazer o recurso para cá, os ativos para o Brasil – dos ativos que se encontram no exterior não terá o meu voto. Se for votado hoje, eu vou votar contra, enquanto nós não tivermos uma resposta ou a retirada do anexo da PEC apresentada pela Presidente da República, impondo a DRU na ordem de 30% de todos os fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Mas, sem mais delongas, nosso último inscrito, porque são dez agora, seriam cinco no primeiro bloco, se me permitirem, se for da concordância dos demais Senadores, e cinco no segundo.

Com a palavra, para seus questionamentos, Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Presidente Simone, primeiro eu quero cumprimentá-la por seu trabalho e esta grande oportunidade de trazer aqui mais esclarecimentos, não só para a nossa região, mas para todo o nosso País.

Segundo, rapidamente, gostaria de dizer que precisamos falar mais de pós-ajuste do que de ajuste. Eu acho que o ajuste fiscal é fundamental para o nosso País, mas ele é apenas uma etapa, um pré-requisito para que possamos falar realmente na volta do crescimento.

Terceiro, quero reiterar nosso compromisso aqui. Vejo que é um compromisso não só desta Comissão, mas um compromisso dos Senadores do Brasil de que haja realmente um apoio aos fundos constitucionais. Eu já vi isso aqui e tenho certeza de que nós, Senadores, vamos trabalhar para que isso realmente não seja mudado, alterado.

E dizer que eu acho que as políticas de médio e longo prazos do Brasil precisam ser mais valorizadas. Audiências como estas devem servir para que possamos analisar aquilo que vem funcionando bem e o que não está tão bem para poder consertar.

E, aí, falar especialmente para o Banco do Nordeste, que atende a nossa região de Pernambuco, Caruaru. O Banco do Nordeste tem uma importância fundamental na nossa região. Eu sou, Presidente, da região do Semiárido, mas eu tenho aqui uma colocação que ultrapassa a questão do Semiárido.

Quando nós trabalhamos para dar incentivos a essas regiões, sabemos que elas têm uma dificuldade maior do que regiões que têm, na nossa área, um índice pluviométrico bem melhor. Mas, hoje, nós temos gran-

des diferenças de regiões de Semiárido mais desenvolvidas do que regiões – eu falo na área rural – da mata, por exemplo, em nosso Estado. Infelizmente a mata pernambucana, que é um lugar rico em chuva, hoje possui muitas cidades com o IDH bem mais baixo do que regiões de Semiárido.

Então, eu acho que audiências como esta servem para trazermos propostas de que os investimentos, e aí eu falo especificamente na área rural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – ... sejam muito mais analisados por questões do tipo IDH do que somente por serem do Semiárido. Porque, especialmente na nossa Zona da Mata, nós temos dificuldades de encontrar um caminho de apoio para o pequeno agricultor, que possa realmente agregar valor à sua produção.

Então, deixo aqui essa avaliação para o nosso Presidente, e que possamos realmente, com esse compromisso de valorizar os fundos, ajustar aquilo que é necessário ser ajustado para pensar no desenvolvimento humano de forma mais objetiva.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Douglas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Srª Presidente, permita-me pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro! Com a palavra, pela ordem, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Presidente, eu gostaria de aproveitar, já que há um bloco de cinco, e eu tenho que sair também, porque tenho outros compromissos, para fazer uma pergunta, que é bem simples.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – E V. Exª é o próximo orador. Então, acredito que não haveria problema.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos ganhar tempo.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro.

Se me permitir, Senador Blairo, faltam apenas V. Exª, o Senador José Medeiros e o Senador Raupp. A Senadora Lúcia vai fazer algum questionamento também?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Está bem.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A mãe do Centro-Oeste tem que falar. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Quero saudar os nossos convidados. Sejam bem-vindos. Eu não pude ouvir as suas explanações, tínhamos outros compromissos fora da Casa. A Presidente fez questão de passar um WhatsApp "venha correndo para cá" e estamos aqui na Comissão.

A minha pergunta é bem simples. Sabemos de todas as dificuldades que o Governo está tendo com os recursos disponíveis para a liberação dos projetos que já foram encaminhados para os bancos, através dos fundos. E há nitidamente um atraso no desembolso desses recursos.

Eu gostaria da posição de cada um dos presidentes, dos representantes que estão nessa reunião, uma coisa bem prática, como estamos neste momento e como serão os desembolsos para frente. Porque, na vida real, há investimentos que começaram, foram suspensos; há investimentos que estão sendo conduzidos com recursos próprios das empresas, dos empresários, mas que para tudo isso tem um limite, um fôlego. Vai chegar o momento em que também esses empreendimentos serão parados.

Então, em uma resposta clara para quem está nos assistindo e que está nessa situação, qual é o cronograma de desembolso? Continuaremos tendo atrasos? Vamos colocar em dia? E aqueles que têm empreendimentos aprovados, que estão na fase de liberação, podem contar com os recursos de cada um dos fundos aqui representados por V. Sªs?

Esses são os meus questionamentos. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, o Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Srªs e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar inicialmente a nossa Presidente pela iniciativa brilhante desta oportunidade desta audiência pública.

Quero primeiro fazer uma referência ao nosso Banco do Nordeste, na pessoa do nosso Presidente, Marcos Holanda, em nome de quem cumprimento os demais representantes Presidente do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil.

Sou testemunha, ao longo dos últimos 50 anos, do trabalho do Banco do Nordeste e o que ele representou para o desenvolvimento regional juntamente com outras instituições da Região Sudene, DNOCS, e outras instituições de desenvolvimento da nossa Região.

Eu queria ressaltar, tomando por base a exposição do Dr. Marcos Holanda, o avanço do banco que estava concentrando na Região Nordeste, com relação à aplicação do Fundo Constitucional, quase 70% dos recursos nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Isso há vinte e poucos anos.

E me recordo, eu era secretário de planejamento à época, e lutamos lá no Conselho Deliberativo da Sudene, para que se aplicassem pelo menos 5% dos recursos em cada Estado. Seria um teto mínimo por Estado. E vejo que decorridos 25 anos essa conquista foi realizada. Hoje há uma democratização na aplicação dos recursos, sobretudo com o microcrédito e microfinanças, quando o banco criou o Crediamigo, há uns 15 anos.

Mas eu queria fazer uma pergunta ao nosso presidente sobre a situação hoje. Paralelamente ao crédito, ao financiamento de empresas de todos os setores produtivo, como está o nosso Etene, responsável por estudos, projetos, programas de desenvolvimento econômico e sociais da Região, bem como o Fundeci, na parte de incentivo à tecnologia, à pesquisa, etc.

Uma outra pergunta diz respeito à renovação do excelente quadro técnico que sempre o Banco do Nordeste privou ao longo de sua de sua história, se está renovando este quadro, sobretudo para o Etene?

E, por último, referindo-me a essa PEC que já está nos portais do Ceará, nos Estados do Nordeste, eu queria, antes, porém, somar-me às considerações e ao corajoso pronunciamento do nosso eterno Ministro – posso dizer mais alguma coisa? – lá do nosso País, Ministro da Integração, dizer que nós somos, nossa Presidente, a Região Nordeste com 27 Senadores, a Região Norte com 21 e a Região Centro-Oeste com 12, somos 60 Senadores. Sessenta Senadores!

Aproveitando as considerações feitas pela nossa Presidente Simone, eu tenho a impressão de que nós temos que já sair daqui com essa nossa preocupação, e eu sei que iríamos nos mobilizar agora, antes da votação, resolvida. Não é possível que o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, com dois terços do colegiado, sujeitem-se a deixar uma emenda dessa natureza passar.

O nosso querido Senador Ivo Cassol foi de uma oportunidade muito feliz, secundado pelos dois Senadores.

Então, eu acho que disso daqui poderíamos extrair um resultado contundente em defesa das nossas três regiões, agora, para culminar com a votação, com a Ordem do Dia de hoje à noite.

Isso é uma coisa inconcebível e inaceitável!

Por último, eu queria também ressaltar a importância dada pelo Banco do Nordeste, ao tempo em que faz justiça social em uma região injusta, que sempre foi o Nordeste, na ênfase dada na aplicação desses recursos à agricultura familiar, aos pequenos e micronegócios, especialmente hoje ao empreendedor individual.

Então, ao tempo em que faço essas três perguntas, eu também faço elogios ao trabalho do Banco do Nordeste, que é permanente, em defesa da região, pelo seu desenvolvimento e justiça social.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Elmano Férrer.

Peço aos demais Senadores um pouquinho de paciência, só temos mais três oradores inscritos para os questionamentos. Então, eu vou passar, ao Senador, na ordem de inscrição, José Medeiros, Valdir Raupp e Senadora Lúcia Vânia. E aí abrimos para que, de uma forma mais generalizada, mais geral, os nossos convidados possam esclarecer os questionamentos.

E, apenas para deixar muito claro àqueles que estão nos ouvindo pela TV Senado, o grande debate, neste momento, é que fomos surpreendidos por uma PEC, a PEC nº 87, encaminhada pelo Poder Executivo, pela Presidente da República, que solicita a prorrogação da DRU (Desvinculação das Receitas da União), o que já é de praxe há algum tempo, mas estendendo essa desvinculação até 31 de dezembro de 2023.

Até aí não temos questionamentos a fazer dentro desta Comissão, mas fomos surpreendidos porque, pela primeira vez, está desvinculando a receita dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-oeste, FCO, FNE e FNO, para que esses 30% dos fundos constitucionais, por exemplo, o FCO são R$6 bilhões, 30% possam ser utilizados com outra finalidade como o pagamento de despesas e tudo mais. Isso é o que nos foi colocado. Então, apenas para esclarecer o que foi debatido aqui.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, convidados aqui presentes, como V. Exª bem disse, realmente fomos surpreendidos. Um dos preceitos constitucionais, logo no início da Constituição, é bem claro, que o País possa se esforçar para acabar com as desigualdades regionais. E isso é um retrocesso. Mas, para não me delongar, vou direto às perguntas.

Para 2015, a Secretaria do Tesouro Nacional projetou repasses do Tesouro Nacional para o FCO da ordem de R$2,3 bilhões, o que corresponde a pouco mais de 38% do total de recursos previstos para o desembolso pelo fundo no ano.

Diante do cenário atual de ajuste fiscal e possível redução de arrecadação de tributos, questiono: já existem indícios de que haverá redução dos recursos previstos para o corrente ano? Em caso afirmativo, qual a extensão dessa redução e de que forma isso irá afetar a programação dos financiamentos concedidos com recursos do FCO e dos demais fundos constitucionais de financiamento?

Os agentes financeiros dos fundos constitucionais definem procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária ao concederem financiamentos com recursos dos fundos, assim como submetem as propostas a análises de viabilidade econômica e financeira dos projetos.

Para cumprir os procedimentos operacionais, são exigidos documentos e certidões quando da aprovação do projeto de financiamento. No entanto, a demora em avaliar o pedido acaba por demandar atualizações e renovações dos documentos e certidões, atrasando ainda mais a liberação dos recursos. Para o tomador do crédito parece que são exigências exageradas e desnecessárias que, muitas vezes, acabam por causar prejuízos...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ...pela alteração dos créditos, pela alteração dos cronogramas dos projetos.

Já concluo, Srª Presidente.

Feitas essas considerações, questiono ao Presidente do BB se seria possível simplificar os procedimentos burocráticos no processo de análise das propostas, sem que isso comprometa o controle sobre o risco do crédito. Adicionalmente seria oportuno conhecer a experiência dos presidentes do Basa e do BNB sobre esses aspectos de concessão de crédito em relação ao FNO e FNE.

Para finalizar, Srª Presidente, atualmente quase toda a verba do FCO é gerida pelo Banco do Brasil. Tudo deve ser feito com base na legislação em convênio disciplinado pela Lei nº 7.827. Contudo, em que pese o Estado de Mato Grosso ter absorvido o maior volume do FCO, a disponibilidade de recursos em ampliação de linhas de crédito destinados a financiamento de projetos para investimentos privados não tem crescido na mesma proporção. Com efeito, o que se tem é a concentração da gestão dos recursos no Banco do Brasil e bancos regionais, a quem cabe, inclusive, definir se haverá ou não repasse a outras instituições financeiras, ou seja, são os bancos administradores que definem a participação de sua própria concorrência.

Portanto, o que indago a V. Sªs é se não seria mais adequada a expansão e o aumento da eficiência da política de crédito se o repasse dos recursos fosse definido pelos conselhos deliberativos de cada fundo, em contato direto com as demais instituições financeiras. Falo isso porque existem recursos, por exemplo, Sicredi e outras cooperativas, que poderiam também ser utilizados.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós que agradecemos, Senador José Medeiros.

Com a palavra, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Srª Presidente, Senadora Simone, Srªs e Srs. Senadores, senhores convidados, queria agradecer a presença do Presidente do Banco da Amazônia, Valmir, e, em nome dele, cumprimentar os demais convidados desta audiência pública.

Quero dizer que os fundos constitucionais já dizem tudo: constitucionais. Estão na Constituição. Por isso, precisa-se de uma PEC para poder derrubar ou para poder reduzir. Eu acho sinceramente – conversava, ainda ontem e há pouco, com o Moka – que essa foi uma conquista dessas regiões menos favorecidas – o Nordeste, o Centro-Oeste, o Norte –, para poder ter um pouco de igualdade, porque as desigualdades são muito grandes com as outras Regiões Sul e Sudeste do País. Por isso, foram criados os fundos constitucionais.

No Norte, nós temos o FNO, que, em 13 anos, investiu R$30,8 bilhões, um acréscimo de 400%. O Banco da Amazônia gera em torno de 3 mil empregos, que produzem, porque o Norte tem se desenvolvido através dos investimentos do Banco da Amazônia. Isso corresponde a 59,87% do crédito de fomento na Região Norte, inclusive com o aumento na contratação de empréstimos para a agricultura familiar, que tem também sustentado milhares e milhares de famílias no campo através do FNO.

Diversos setores são beneficiados com os recursos do FNO, agricultura, pecuária, comércio, indústria...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – ...e agricultura familiar, como já falamos. O índice de inadimplência, Srª Presidente, é muito baixo. Por que cortar, por que diminuir em 30%?

Acho que essa PEC, lógico que ainda vai ser discutida, com a união do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dificilmente vai prosperar. Tudo bem que a desregulamentação da DRU, que já aprovamos algumas vezes aqui no Congresso, é uma coisa. Agora, cortar 30% do FNO acho que não podemos aceitar.

O meu Estado mesmo tem sido muito beneficiado com os investimentos do Banco da Amazônia. Agradeço aqui o Presidente Valmir, que tem feito uma gestão profícua junto com a diretoria do Banco da Amazônia.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos o Senador Valdir Raupp.

Confirmamos aquilo que já dissemos. Disse que fazia minhas as brilhantes palavras do Senador Bezerra. No momento em que estamos dando um voto de confiança para o Governo Federal, mesmo não concordando, avançando na unificação das alíquotas do ICMS para acabar com os incentivos fiscais, criando uma fonte financeira, que é a regularização cambial, a medida provisória que cria os dois fundos, para compensar os Estados que vão ter perda nos seus cofres e um outro fundo para o desenvolvimento das regiões, somos surpreendidos com esta PEC, que vem retirar 30% de fundos que são constitucionais. Imaginem os fundos dessa MP, que não são constitucionais e que estão na dependência de um recurso a ser repatriado ou regularizado do estrangeiro? Não tem como!

Vou repetir aqui, infelizmente. Lamentavelmente, enquanto esta PEC estiver tramitando no Congresso Nacional, se o Governo Federal colocar o projeto de lei que está regularizando os ativos no exterior para criar ação desses fundos, vai ter, lamentavelmente, o meu voto contrário. Espero que o Governo nem coloque, porque vai o meu voto contrário.

Quero aqui parabenizar a ideia do Senador Elmano Férrer, mas aqui dizendo que não posso falar em nome da Presidência da Comissão nem podemos tratar dessa questão neste momento na audiência pública, mas acho que a ideia é interessante de fazermos, de repente, uma comissão dos Senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para tratarmos com o Líder do Governo e com o Governo Federal essa questão.

Passo, sem mais delongas, para os últimos dois oradores inscritos, à nossa queridíssima Senadora Lúcia Vânia, que ontem deixou o PMDB um pouquinho entristecido, porque ainda tínhamos uma pequena esperança de que pudesse se somar ao nosso Partido.

Parabéns pela escolha. Espero que seja muito feliz dentro do Partido e que possa continuar contribuindo, não com o Partido, mas com o País e com o seu querido Estado.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Obrigada, Senadora Simone.

Quero cumprimentar o Janio Macedo e, em seu nome, cumprimentar todos os presidentes, o do Banco do Nordeste e o do Banco da Amazônia aqui presentes.

A minha palavra é dirigida ao Janio. Primeiro, teria duas questões a fazer, Janio. Gostaria de saber se esse aporte do Tesouro Nacional no FCO, na ordem de R$2,302 bilhões e retorno de financiamento de R$3,869 bilhões, gostaria de saber se esses R$2 bilhões estão dentro do percentual estabelecido pela Constituição, porque a mim me parece – infelizmente não pude ver a exposição de V. Sªs –, mas me parece que o FCO tem praticamente mantido com o retorno do financiamento e o Governo cada vez mais retirando o percentual constitucional que deveria ser aportado. Essa é a primeira pergunta.

A segunda é em relação à desvinculação dos fundos. Estou perplexa, porque, no momento em que discutimos a reforma do ICMS – que meu Estado, o Estado de Goiás e a Região Centro-Oeste perdem substancialmente com isso –, num gesto de boa vontade, assinamos o Convênio 70, para permitir a convergência de alíquotas, para permitir a criação do fundo – embora o fundo não seja o fundo dos nossos sonhos, nós cedemos para ajudar e procurar modernizar e dar uma finalidade em relação à reforma tributária...

(Soa a campainha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – ...nesse momento, em que esboçamos esse gesto de boa vontade, o Governo praticamente... Eu considero isso uma agressão, porque não existe uma política de desenvolvimento regional. Retiram-nos o ICMS e, agora, querem retirar o único instrumento de desenvolvimento que nós temos! Isso chega a beirar o absurdo! É uma coisa inacreditável! Eu acredito que o Governo, ao elaborar uma PEC nessa direção, praticamente, dá um tapa na nossa cara porque é uma coisa tão absurda que eu não tenho nem palavras para dizer da minha indignação com uma proposta dessa envergadura.

Além de tudo, eu acho que o Governo não teve sensibilidade em relação à DRU, porque eu sei que o Governo precisa da DRU. E essa matéria que ele inseriu na DRU inviabiliza o nosso voto. E eu acredito, Senadora Simone, que preside esta Comissão, que não é só a repatriação de recursos que nós não temos que votar. Nós não temos votar nada, convergência de alíquota nem repatriação de recurso nem formação de fundo, porque isso é um desrespeito à nossa região, é um desrespeito ao trabalho desenvolvido ao longo do tempo por todos os Parlamentares no sentido de ampliar esse aporte de recursos.

E nós, da Região Centro-Oeste, ainda temos a dificuldade na operação do FCO. Foi bem colocado aqui. Eu tenho estado com o Janio constantemente, ele tem tido a maior boa vontade. Eu sei que o Banco do Brasil

tem suas limitações, mas é preciso que a gente deixe muito claro que nós precisamos ter um instrumento que possa não só administrar como operar o Banco do Brasil com os olhos voltados para a nossa região.

Isso aí não é uma agressão ao Banco do Brasil, mas eu acredito que o Banco do Brasil faz o que pode. Mas nós temos que lutar para ter uma agência de fomento que seja capaz de administrar o fundo, porque nós temos aí quase R$30 bilhões de estoque do FCO, que poderiam alavancar recursos de outros fundos.

Essa administração não pode ser retirada da Região Centro-Oeste. Infelizmente, nós não tivemos força política ainda para fazer isso, embora tenhamos um projeto de lei já elaborado, com o apoio da Fazenda, do Ministério da Integração Nacional. O Senador Fernando Bezerra, quando ministro, esteve conosco nessa luta para criar uma agência que possa administrar, e não para tirar do Banco do Brasil a operação, porque tem muito mais capilaridade.

O que nós queremos é um banco de segundo piso, uma agência que possa administrar esse recurso. E o que a gente vê agora é que nós não temos sequer um instrumento para lutar contra essa vinculação. O único instrumento que nós temos na mão hoje para lutar contra essa vinculação é não votar a reforma do ICMS, porque, se ela é importante para o Governo, o Governo tem que entender que esses fundos são o único suspiro que as regiões têm para o seu desenvolvimento.

Era o que eu tinha que dizer. Cumprimento todos os expositores, de forma especial o Janio, que tem sido muito atencioso com o Estado de Goiás e que tem nos ajudado muito através dos empréstimos, através da discussão do próprio FCO. Tivemos a oportunidade, através da sua gestão, de poder, no ano de 2013, dobrar o FCO em uma operação em que a gente transferiu o FDCO para o FCO, em função da falta de projeto no FDCO.

E, no mais, eu gostaria, como eu não ouvi, de saber como é que está sendo o FDCO. Se este ano ele já cumpriu o seu objetivo, que é o investimento em infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Senadora Simone Tebet.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só vou fazer uma consideração, se me permitir, e já passarei a palavra pela ordem, com muito prazer, ao Senador Flexa. Senadora Lúcia...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Agradeço.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidenta. Estou inscrito.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só um minuto, Senador. Já lhe darei a palavra.

Senadora Lúcia, quero parabenizá-la e dizer que V. Exª foi uma das pioneiras nessa questão. Já há algum tempo que trata junto do Governo Federal em relação à questão da unificação da alíquota. Tenho certeza de que terá condições de nos capitanear, de ser a timoneira dessa nossa mais nova batalha.

Quero dizer, inclusive, que a desvinculação das receitas da União, no caso dos fundos, era de 20% e já está passando para 30% das contribuições sociais e das compensações financeiras dos recursos hídricos. Não há necessidade, portanto, de mexer com um fundo que não tem DRU. Já está passando de 20% para 30% das demais compensações. Não há necessidade de mexer com o nosso fundo. Eu acho que o Governo Federal vai ter o bom senso de rever essa questão.

Com a palavra, com muito prazer, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro, e depois o Senador Donizeti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Simone Tebet, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, nossos convidados da audiência de hoje – o amigo Valmir Rossi, Presidente do Basa; amigo Janio Macedo, Diretor do Banco do Brasil; Sr. Marcos Holanda, Presidente do Banco do Nordeste –, quero aqui, na Comissão de Desenvolvimento Regional, apresentar a Senadora Blanca Alcalá, Senadora dos Estados Unidos do México, que preside o Parlatino neste momento. Estamos recebendo três comissões do Parlatino. Aqui no Senado Federal nós temos várias comissões, Senadora Blanca; esta, que a Senadora Simone Tebet tão bem preside, trata do Desenvolvimento Regional. Nós vamos ter aqui as reuniões das Comissões do Parlatino de Assuntos Políticos, de Trabalho e Assuntos Jurídicos e de Educação, que é presidida por um Deputado brasileiro, Deputado Lelo Coimbra. A Senadora Blanca fará uma rápida saudação aos Srs. e Srªs Senadoras do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Será um prazer, Senador Flexa.

Com a palavra, a Senadora Presidente do Parlatino, Senadora Blanca Alcalá.

O SR. BLANCA ALCALÁ RUIZ –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós que agradecemos muitíssimo a presença de V. Exª, Senadora Blanca. É um prazer tê-la aqui, e muito me honra ter na Presidência do Parlatino uma mulher. O México é uma referência e um sonho para nós, mulheres, na política, porque sei que o México tem

pelo menos um terço dos seus agentes políticos do sexo feminino. É mais de 30% do Parlamento composto de mulheres, enquanto nós ainda estamos patinando na casa dos 10%.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Blairo Maggi está dizendo que é muito pouco, que ele inclusive concorda com a PEC que tramita hoje. Talvez por coincidência – ou não –, Senadora Blanca, hoje votaremos aqui na Casa, e contamos com o apoio da maioria esmagadora dos Senadores, uma PEC que estabelece, claro que em um prazo de 12 anos, um percentual mínimo de mulheres para terem cadeiras cativas no sistema proporcional, portanto, nas Câmaras de Vereadores dos Municípios, nas Assembleias Legislativas e na Câmara Federal do Congresso Nacional.

Não vamos chegar, talvez, aos 36% que tem o México. Mas começamos com 10%, 12% e, em seguida, 16%. Depois disso, estaremos discutindo um acréscimo nesse percentual. Mas seja muito bem-vinda.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora, nós estamos muito agradecidos aqui com a sua presença. Quero dizer que pode contar com o meu voto na PEC, já a defendi na Comissão da Reforma Política.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Valmir, a pergunta que a Senadora Lúcia Vânia fez para o Janio, do Banco do Brasil, eu queria repetir para você.

Eu estou com essa informação que você nos trouxe de que, até o mês de junho, houve um repasse de R$1.173.600.000,00 Esse é o repasse para o Fundo Constitucional daquilo que é obrigatório. E ela pergunta: está reduzindo ou se está mantendo o que está na lei?

A outra questão é parabenizar pela apresentação que traz informações importantes neste momento para nós. Foram muito bem colocadas. Ficam essas dúvidas, porque há, às vezes, muito boato, muita conversa, e é bom que você tenham vindo. Parabenizo a Senadora Simone Tebet por ter feito esse requerimento, que eu considero muito importante, como tantos outros. Nós já trouxemos a Sudam, a Sudeco, a Sudene. Isso é muito importante.

Por fim, quanto à PEC, há aquela história de que o bom cabrito não berra, mas eu estou mais para entender, Senadora Simone Tebet, que essa questão dos fundos é só um bode na sala, e nós vamos, sabiamente, retirá-lo no momento certo.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A disputa política é grande, aqui não tem ninguém santo e, certamente, as bancadas do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste têm votos suficientes para retirar essa demanda do Governo, que eu considero não produtiva, que está na contramão, porque nós estamos precisando, não só pela compensação da desigualdade, mas nós estamos precisando desses fundos para investimento, para a retomado do crescimento.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Donizeti.

Agora, o último orador inscrito.

Passarei a palavra, se os demais Senadores concordarem, individualmente a cada um dos convidados para que possam responder de forma generalizada e, se algum Senador não se sentir atendido, poderá fazer aqui a réplica.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Dr. Janio, Dr. Valmir, Dr. Marcos Costa, minha querida Presidente da Comissão, Senadora, minha amiga e conterrânea, Simone Tebet, eu vou ser muito objetivo. Só quero me somar. Não ouvi a exposição, e, portanto, não devo fazer questionamentos e não os farei.

Mas o que me chamou a atenção – e eu não membro desta Comissão, vim apenas participar – foi a impressionante inabilidade política deste Governo. É uma coisa que chama a atenção, porque, meu caro Senador Donizeti, se a intenção do Governo, ao colocar na DRU, diminuindo 30% dos recursos dos fundos constitucionais... Esse bode é o natimorto, porque isso não é possível! Não é possível!

Eu proponho que os Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste não votem matéria alguma enquanto o Governo não retirar esse troço daqui! Porque isso é a única forma que nós temos ainda, que encontramos para fazer o aporte de recursos.

Todos os anos... Eu sou companheiro da Senadora Lúcia Vânia aqui. Quanto do nosso Ministro da Integração? É a forma que nós temos.

Mato Grosso do Sul, por exemplo, está se agroindustrializando. Senador Blairo, Mato Grosso do Sul já está um pouco mais na frente, Goiás também. Mas todo ano há falta de recursos para o setor empresarial.

Agora, há a notícia de que nós vamos diminuir o aporte disso. É um negócio de assustar mesmo. É uma afronta, como disse a Senadora Lúcia Vânia.

Então, eu quero aqui já conclamar os Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para não fazermos uma comissão, não. Vamos todos nós. Não é possível um negócio desses, Senador Blairo Maggi, nós não podemos concordar.

Veja como as coisas são diferentes. Não tenho nada contra. Ali, em São Paulo, no ABC, se dá um espirro lá, um negócio, não sei o quê, todo mundo já dá aporte de R$5 bilhões no Banco do Brasil, para socorrer, blá-blá-blá.

Agora, esse setor, no caso de Mato Grosso do Sul, é um aporte para agroindústria. Nós estamos agregando valor à nossa produção primária. Se nós não tivermos recursos, vamos ser condenados a ser Estados de produtos primários.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, eu não posso, não devo, não vou concordar com isso de jeito nenhum. E haveremos de formar uma grande frente, para que o Governo recue nisso...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Estamos rebelados já.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... que, na minha avaliação, é uma afronta aos Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, principalmente no dia que já se sinaliza...

Não tem nada a ver, acho que é socorro, tudo bem. Mas veja como as coisas são tratadas de forma diferente. É um *lobby* ali e já têm os R$5 bilhões do Banco do Brasil. E, no nosso caso, 30% a menos do investimento. É um absurdo! É um tratamento profundamente desigual, para dizer o mínimo.

Então, meu caro Senador Donizete, eu tenho certeza de que vamos contar com a sua luta. E esse bode aí, pode ter certeza, é um natimorto, nasceu morto já.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador, o senhor já chegou aqui para somar. A turma aqui já está combinada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Moka, muito obrigada.

Não vamos polemizar mais esta questão agora, porque temos que passar a palavra. Mas apenas para acrescentar que nós temos que talvez rever essa questão da medida provisória, de que os fundos, Senadora Lúcia, sejam fundos constitucionais, ainda que temporários, transitórios, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, porque nós não podemos ficar ao sabor dos ventos. E nós não sabemos quem será o próximo governo.

Nós estamos falando aí de um fundo de oito anos, mas este Governo só tem 3,5 anos. E o próximo governo vai cumprir? Vai ter maioria no Congresso a ponto de não colocar recurso orçamentário todo ano para esses fundos? Porque nós não sabemos quanto virá da regularização cambial. Então, eu acho que nós vamos ter que realmente rever, para chegarmos ao resultado final, que é a unificação das alíquotas. Não vamos rever essa questão, não é isso. Mas rever os meios para se chegar a esse fim.

Eu pediria a compreensão dos nossos convidados, mas o Senador Roberto Rocha havia se ausentado para fazer parte de outra comissão e retornou. Então, ele agora passa a ser realmente o último orador inscrito, para que nós possamos abrir aqui às respostas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Muito obrigado, Srª Presidente. Ao cumprimentá-la cumprimento meus colegas Senadores, os Presidentes dos bancos. E eu quero ser bem breve.

Eu ouvi aqui muito atentamente. Cumprimento a iniciativa de V. Exª. Realmente é um assunto muito importante e muito atual.

Eu ouvi aqui vários dos colegas Senadores. Eu tive que me ausentar, eventualmente, para participar de outras comissões, porque sou da CCJ, e também lá há inúmeras votações. Mas eu ouvi aqui o pronunciamento do Senador Fernando Bezerra, meu colega de Partido, inclusive, e quero me associar às palavras do Senador Fernando, como às suas, e dizer que, de fato, ficamos aqui numa agenda frenética, tentando ajudar o Governo, mesmo aqueles que não são da Base do Governo, como é o nosso caso do PSB, Partido de postura independente, que também não é da base da oposição, vota de acordo com os interesses do País.

O País está numa crise talvez jamais vista na sua história. Temos responsabilidade com o País, mas o Governo muitas vezes não tem responsabilidade com esta Casa. Ficamos aqui atirando no escuro, tentando ajudar o Governo sem saber como e o Governo então adota medidas sem nem ouvir o Congresso Nacional, sem nem ouvir o Senado Federal, que representa os Estados.

Estamos aqui buscando formas de ajudar os fundos constitucionais, os fundos de desenvolvimento, como a questão da repatriação de recursos, e de repente vem o Governo num ato isolado e retira um terço dos recursos dos fundos de desenvolvimento das regiões mais necessitadas deste País, que são as que mais sofrem com a crise. Não adianta o Governo só falar em ajuste fiscal, pegar a tesoura e cortar aqui, ali e acolá. Acho que até antes de tentar demonstrar que isso é fundamental, o Governo deveria cortar o número de ministérios em vez de cortar o dinheiro dos investimentos da Região Nordeste. Falo aqui da minha região e também da Região Norte e Centro-Oeste.

Portanto, tem V. Exª, todos os nossos colegas Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, toda a nossa solidariedade, apoio e cumplicidade nessa questão. Tudo aquilo que for preciso fazermos para evitar esse atentado às nossas regiões estamos dispostos a fazer.

Eu sou do Maranhão, que tem como principal banco de fomente o Banco do Nordeste. O Maranhão é um Estado produtor. Com todo o respeito aos demais Estados da nossa região, ele é um Estado produtor, que tem um ativo econômico, um atrativo econômico extraordinário.

Sou muito generoso com o nosso Estado, os recursos naturais são imensos. Temos diante disso alguns problemas, como exemplo, sabemos que metade dos recursos do FNE são dos Municípios do Semiárido. No entanto, o Maranhão não tem Semiárido, pelos critérios adotados pela Sudene. Esses critérios não estão em lei, são atos da Sudene.

Existe um projeto de lei, de nossa autoria, para que esses critérios que a Sudene alega adotar para estabelecer o que é do Semiárido ou não, que é a precipitação, o índice de aridez e o risco de ocorrência de seca, possam ser contemplados em lei.

Creio que dessa forma vamos ao encontro do estudo de um cientista do Ceará, que conhece o Maranhão e demonstra clara e cientificamente que, no Maranhão, a parte mais próxima do Piauí existem Municípios com características reais de Semiárido.

Se por um lado temos essa restrição com o FNE, nosso único banco de fomento, pelo lado do FNO o Maranhão, a despeito de ter 80%, mais precisamente 79%, do seu território na Amazônia Legal, sujeito a restrições de todo tipo, especialmente da reserva legal de 80% para cada mil, somente pode ser explorado 200 hectares na parte mais atrativa do Estado, a parte do Oeste, a parte que tem o maior ativo e atrativo econômico. Tanto que qualquer nordestino de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará que quer investir, sobretudo na área rural, no crédito rural, procura o Estado do Maranhão nessa área, que tem muitas dificuldades.

O FNO não atua no Maranhão, apesar, repito, de 80% do nosso território seja coberto pela Amazônia Legal. Ou seja, isso me parece de uma injustiça muito grande com o Estado, não que eu queira que o Maranhão esteja no FNE e no FNO ao mesmo tempo, apesar de ele ser do meio norte. Ele está numa faixa de transição entre o semiúmido e o Semiárido. Ele não tem os problemas de excesso do Norte e nem os problemas de falta do Nordeste. É um Estado, como eu disse, produtor.

É preciso que aqui... Eu sei que o assunto... Estou apenas dando uma leve pincelada sobre essa questão. Quero oportunamente debater, já estive conversando com o Senador Fernando Bezerra, profundo conhecedor da questão. Sei que talvez precisemos mudar a Constituição para enfrentar a situação.

Vejo aqui o documento feito pelo Banco do Nordeste, que mostra que Minas Gerais, o norte de Minas, faz parte da área de abrangência do FNE.

E, aí, alguém me pergunta: venha cá, mas como é que vocês querem, do Maranhão, participar do FNO se vocês não são do Norte? E eu pergunto: Minas é do Nordeste?

Então, é nesse sentido que a gente quer enfrentar essa questão e fazer justiça fiscal, fazer justiça com o Estado que é, apesar de toda a riqueza natural, o que tem o maior índice de pobreza e de miséria do País, com índices comparados aos da África.

De modo que quero finalizar, Srª Presidente, como iniciei. Cumprimentando V. Exª pela iniciativa, todos os dirigentes do banco, especialmente do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, mas, de igual modo, do Banco do Brasil, e todos os colegas Senadores.

Acho que esse é o assunto que está... Acabei de falar com o Presidente da Casa. Eu lhe disse: "Olha, a Bancada do PSB, adianto a você, está absolutamente inconformada, indignada com essa medida. E nós estamos dispostos a, inclusive, demonstrar essa indignação aqui com a nossa posição no plenário." É o que gente pode fazer.

De modo que quero, cumprimentando, agradecer a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Roberto Rocha. Até por que nós queremos caminhar juntos, em prol do País, mas nós precisamos saber para onde ir. Acho que essa é a grande questão.

Eu vou pedir a compreensão dos demais convidados. Eu preciso passar a palavra ao Presidente do Banco da Amazônia, que tem que sair daqui em exatos sete minutos. Ele vai fazer as suas considerações e, se alguém tiver algo para complementar, eu passo a palavra ao Presidente e depois aos demais.

Com a palavra o Sr. Valmir Rossi.

O SR. VALMIR PEDRO ROSSI – Obrigado, Senadora Simone, eu peço licença ao Marcos, ao Janio e aos Senadores, vou precisar sair logo depois porque se não pegar um voo em seguida, depois, só ao final da noite. Preciso retornar.

Acho que o primeiro aspecto que gostaria de externar é a alegria, a satisfação como brasileiro de participar desta audiência, de ver os nossos Senadores, profundos conhecedores dos fundos constitucionais, de ver os Senadores acompanhando o assunto, defendendo os fundos, o que demonstra que os nossos Senadores estão cumprindo o seu papel de buscar o desenvolvimento de seus Estados, das regiões. Então, fico extremamente satisfeito.

Eu vou tentar passar os principais pontos que foram colocados, e, aí, com certeza, tanto o BNB quanto o Banco do Brasil depois vão detalhas mais especificamente.

Em relação à questão do Senador Cassol, acho que também do Senador Blairo, do Senador Vicentinho, do Senador Fernando, Senador Donizeti, perdão, Senador Donizeti do nosso querido Tocantins, nós temos dois acompanhamentos – estão nesse *folder* coloridinho que entregamos bem no início –, um que se refere a contratações e outro se refere a liberações de recursos.

As contratações no primeiro semestre foram 13% superior ao mesmo período do ano passado. As liberações de recursos, aí, falando especificamente do FNO, foram de mais de 24%, nós saímos do primeiro semestre do ano passado, de R$2,048 milhões para R$2,465 milhões. Tenho aqui já até julho, no ano passado, foram R$2,480 milhões. Este ano já está em R$3,085 milhões.

Então as liberações têm ocorrido normalmente. Aquele déficit que aparece, porque dos três milhões que nós temos, estamos em vias de contratação, a grande maioria não desembolsa neste ano, você desembolsa um pouco neste ano e vai desembolsando ao longo dos anos. Então, esse déficit, teoricamente, não acontece.

De parte do Banco da Amazônia, à medida que as comprovações têm sido feitas pelos técnicos do banco e os projetos estão regulares, a gente tem liberado normalmente, não há atraso nas liberações. Às vezes, uma vistoria, um ajuste de um projeto ou outro, que são necessários.

Em relação à questão de Rondônia, orçamento deste ano em torno de R$900 milhões, já contratamos, no primeiro semestre, R$489 milhões, então, fizemos, metade, percentualmente, está superior aos outros Estados; e, no Tocantins, já fizemos R$510 milhões. Então, foram volumes bastante grandes ao longo do primeiro semestre.

Nós temos a outra pergunta que foi feita em relação aos repasses do Tesouro. Pelo Plano de Aplicação de Recursos, que foi elaborado no final do ano passado, nós previámos receber do Tesouro Nacional R$2,301 bilhões neste ano.

Eu mostrei ali na apresentação, recebemos, no primeiro semestre, R$1,170 bilhão e a previsão para o segundo semestre: R$1,120 bilhão. Então, vai a R$2,290 bilhões. Fica aí, talvez, 1% ou 2% de diferença em relação ao previsto. Então, até o momento, os repasses que nós temos recebido do Tesouro estão dentro da programação e estão ocorrendo com regularidade. Não houve qualquer atraso nesse sentido e tem funcionado normalmente.

Em relação à questão da PCHs, o setor de energia, Senador, nós fizemos no ano passado um trabalho, encaminhamos ao Ministério da Integração, ao Ministério da Fazenda, propondo a possibilidade de atender o Fundo, respeitada aquela questão dos 51% para minis, pequenos e tal, pequenas PCHs, de até 30 megas, de até cem milhões, de financiamento, desde que a linha de transmissão estivesse incluída, para o caso de haver a PCH e não haver a linha. Isso deve estar aí nos Ministérios e, de nossa parte, a gente tem todo o interesse. Entendemos que é uma pauta bastante importante para a região.

Eu gostaria também de destacar... Quando foi falada a questão de Del Credere, remuneração, de parte do Banco da Amazônia... Quer dizer, o nosso retorno sobre o patrimônio, no passado, foi 7%. É um dos mais baixos entre os bancos. Nesse primeiro semestre aumentou para 11, 12%, mas ainda a nossa rentabilidade, comparada com o sistema, é muito mais baixa, porque nós temos uma região com um custo operacional elevadíssimo, nós temos dimensões continentais na Amazônia e colocamos como prioridade o nosso papel, de Banco de Desenvolvimento, de gerar emprego e renda. A rentabilidade do patrimônio é uma consequência do trabalho, mas não é a prioridade principal. É lógico, o banco precisa ser rentabilizado, tem que fazer investimentos, tem que remunerar os acionistas, os empregados, mas, principalmente, a nossa missão é promover o progresso e o desenvolvimento.

Quero agradecer também as palavras do Senador Valdir Raupp, dos demais Senadores... Dois aspectos importantes para concluir: um é a questão do tempo de análise. Eu acho que é um ponto que sempre gera um pouco de polêmica. Muitas vezes o pretenso tomador de crédito não é nem cliente do banco. Aí ele começa

a conversar sobre o crédito sem ter feito o cadastro, sem ter apresentado documentações. E, aí, depois do cadastro pronto é que a gente começa a analisar crédito. Então, essa demora... Por isso é que a gente pede permanentemente, independentemente de ter intenção ou não de crédito: mantenha o seu cadastro atualizado no banco. É igual a viajar. Não adianta você querer fazer o visto na véspera de viajar. Você precisa fazer antes. E o crédito é a mesma coisa.

E as demoras, muitas vezes, estão menos no banco e mais numa série de outras questões. A gente sabe a demora de licenças ambientais. A gente tem Municípios em que um alvará, uma licença, demora meses e meses para ser liberado. A gente sabe as questões fundiárias... Ou seja, o processo de crédito é um processo que exige uma análise, quando você fala em volumes maiores, mas os bancos têm toda a prioridade e, muitas vezes, dependem de outros fatores.

Em relação à preocupação do BNB – mas eu acho que vale para o Banco da Amazônia, Senador Elmano –, da renovação do quadro, nós lançamos recentemente um novo edital público para um concurso. Quanto às inscrições, concluíram agora, na segunda-feira. Já tínhamos mais de 60 mil inscritos. E à medida que forem surgindo vagas no banco a gente estará preenchendo, para com isso manter o banco rejuvenescido, com técnicos preparados, capacitados para cumprir com o trabalho do Banco.

Eu acho que de uma maneira geral eram esses os pontos. Eu gostaria também de reafirmar a disposição... Primeiro, agradecer mais uma vez, Senadora, o convite, a iniciativa, e reafirmar a disposição do Banco da Amazônia de estar sempre à disposição, em qualquer fórum, e voltar a esta Casa tantas vezes quanto forem necessárias.

Somos um banco público. Devemos à sociedade prestação de contas da nossa atuação e fizemos isso com muito grado. Faz parte já da programação do Banco da Amazônia: todo início de ano eu vou a todos os Estados, me reúno com todos os governadores, com todas as entidades e apresento o balanço do ano anterior, o orçamento do ano seguinte, o que nós vamos fazer, o que é que nós podemos fazer, ouvimos as reivindicações da sociedade, e acho que é isso que é o nosso papel, como banco público, de estar presente.

Neste momento de dificuldades da economia, enquanto muita gente está se recolhendo, ao contrário, nós estamos mais próximos, visitando todos os Estados, todas as regiões, conversando com clientes, com produtores, justamente para demonstrar que temos dificuldades, mas não é brigando que nós vamos superá-las, e, sim, unindo-nos.

Eu quero reforçar dois pontos, para concluir. A importância – até porque está sendo transmitido pela televisão – de que os nossos clientes da Região Norte priorizem o Banco da Amazônia nos seus depósitos. Nós precisamos de recursos para continuar emprestando, nós temos R$25 bilhões de crédito e R$4 bilhões de depósito, ou seja, precisamos ampliar a nossa captação e principalmente a qualidade da carteira. Se os recursos que estão previstos retornar nos próximos meses não voltarem, nós teremos dificuldade de continuar atendendo a região. Então, esse é o nosso trabalho e o nosso papel.

Obrigado, mais uma vez, Senador, obrigado, Senadores.

Estamos absolutamente à disposição permanentemente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos, Sr. Valmir Rossi.

Eu pergunto aos Senadores se se encontram satisfeitos com as colocações, porque nós precisamos liberar o Presidente do Banco da Amazônia. Ele tem um voo para Belém do Pará.

Leve ao Norte o compromisso desta Comissão, a Comissão de Desenvolvimento Regional, de continuar lutando pelo fomento e desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas deste País.

Quero, de praxe, dizer que o Brasil, eu estudei nos livros de História, Senador Blairo, na minha infância, era um país subdesenvolvido, hoje nos chamam de país emergente. A grande realidade lamentavelmente é que nós somos um país desigualmente desenvolvido, e nós queremos igualar esse desenvolvimento.

É por isso que nós estamos nesta luta, estaremos aqui reunidos, a Bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por exemplo, para impedir que sejam retirados 30%, a partir do ano que vem, dos nossos fundos constitucionais.

Muito obrigada, mais uma vez, e passo a palavra ao Diretor do Banco do Brasil, Sr. Janio Macedo, para suas considerações.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senadora Simone Tebet, pela ordem.

Eu estava em outras tarefas nesta Casa, nessas correrias doidas, eu queria só fazer um pequeno...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Claro.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar V. Exª pelo acerto desta audiência pública, neste momento difícil que nós estamos vivendo, de crise, de falta de investimento nas áreas atingidas por esses fundos constitucionais; cumprimentar os nossos palestrantes, o nosso querido Presidente do Basa, o representante do Banco do Nordeste – parece-me que é Janio...

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... E o do Banco do Brasil, que administra o FCO.

Quero dizer para vocês o seguinte: para mim, que sou goiano e sou representante de Brasília aqui no Senado Federal – em Brasília, também, nós temos o Fundo Constitucional do Distrito Federal – e Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, é impossível nós admitirmos essa retirada dos 30%.

Para você ter uma ideia, Brasília, dando um exemplo aqui do Fundo Constitucional do DF, que nem está aqui, poderia até estar, nós podemos colocar numa próxima, já não consegue pagar as folhas de pagamento – parte é paga pelo Fundo Constitucional do DF –, porque ficou um débito para nós, aqui no Distrito Federal, de R$1,2 bilhão. Nós temos conversado com a Presidente da República e com o Palácio do Planalto, para ver se nós conseguimos receber esse diferencial. Você imagina se reduzir 30%.

Em Goiás e Brasília, que é o FCO, que atinge a nossa região do entorno, é pior ainda, porque é uma região profundamente carente, profundamente necessitada de investimentos. Inclusive, o meu Partido, que é o PSD, estamos com a ADPF no STF, exatamente para reconhecer uma lei de 1946, que, no seu art. 28, definia que a União teria que fazer toda a infraestrutura dessa região do entorno, dos 30 quilômetros limítrofes ao quadrilátero do Distrito Federal.

Então, eu queria – eu não pude lamentavelmente ouvir a palestra de V. Sª e do Banco do Brasil sobre o FCO, mas, com certeza, vou procurar as notas taquigráficas para poder entendê-la – que V. Sª, nos seus comentários finais, se possível, esclarecesse como é que está essa questão dos financiamentos para a região do entorno, essa região que muitas pessoas falam que é do nem, nem Brasília, nem Goiás e, nós, tanto o Goiás, quanto Brasília temos uma responsabilidade conjunta nessa região que está tão violenta.

Então, concluindo, Senadora Simone Tebet, mais uma vez parabenizo V. Exª. Acho que precisamos amadurecer melhor essa discussão e ver como é que nós, no Senado, vamos rechaçar esse atraso que seria essa DRU de 30% dos nossos fundos, porque do jeito que está já não dá, imagine com 30%.

Quero parabenizar a todos e dizer que estamos juntos nessa luta e dizer para nossa querida Senadora Simone Tebet que ela sempre com sua elegância e com seu acerto de fazer a discussão.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Se me permitir, eu gostaria de agradecer imensamente. O sucesso dessa audiência pública não aconteceria se não fosse a presença dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Nós tivemos aqui utilizando-se da palavra e fazendo os questionamentos mais de 16 Senadores só dos que fizeram questionamentos; alguns passaram e não fizeram. Então, quero agradecer imensamente aos Senadores Ivo Cassol, Ronaldo Caiado, Fernando Bezerra, Douglas Cintra, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Blairo Maggi, José Medeiros, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Waldemir Moka, Donizeti Nogueira, Hélio José e não sei se o Senador Vicentinho Alves vai querer usar também da palavra.

Enquanto ele não se pronuncia, vou passar aos esclarecimentos... Foram 21 Senadores que estiveram presentes. Estamos aqui com a presença também do Deputado Federal Carlos Marun, do Estado de Mato Grosso do Sul, do PMDB. Eu ia deixar por último porque não sei se ele vai também querer fazer algum questionamento. (*Pausa.*)

Não quer.

Então, vamos aproveitar para dizer que nós discutimos aqui, tem uma PEC da Presidência da República – está lá na Câmara – e nós queremos contar com o seu apoio no sentido de procurar fazer uma alteração nessa PEC porque ela está tirando 30%, através da DRU, dos fundos constitucionais inclusive do seu fundo, do fundo do Centro-Oeste. Nós passaremos depois, com calma, para a Bancada de Mato Grosso do Sul a questão.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Srª Presidente, Senadora Simone Tebet a quem parabenizo pela iniciativa desta audiência pública, Dr. Janio Carlos, do Banco do Brasil, diretor de Governo, Dr. Marcos Costa, Presidente do Banco do Nordeste, meus cumprimentos, colegas Senadores, colega Senadora, Senadora Lúcia Vânia, eu primeiro peço desculpa do atraso por muitas atividades hoje fora do nosso Senado Federal, mas não poderia deixar de vir aqui especificamente para falar sobre o Fundo Constitucional do Norte, o FNO, do Banco da Amazônia, mas já pedi desculpa ao Presidente Valmir, do Banco da Amazônia, com quem tenho um bom relacionamento, uma boa amizade.

Inicialmente quero dizer, Senador Elmano, em relação à PEC que pretende o Governo reduzir em 30%, eu acho que isso não vai prosperar no Congresso Nacional. Senadores e Deputados não vão, de forma alguma, concordar após o ganho que tivemos na Constituição de 1988, principalmente nós, do Norte, sabemos da importância do FNO para a Região Amazônica.

Aqui eu tenho dados que já devem ter sido citados, mas vou repetir: o Banco da Amazônia, através do Fundo Constitucional, o FNO, no ano de 2014 atendeu aproximadamente 40 mil operações, R$5,4 bilhões na nossa Região Norte, que inclui o nosso Tocantins.

Com relação ao nosso Estado, o Tocantins, R$1 bilhão aplicado desde o pequeno, os médios e os grandes empresários, em todas as áreas, nos campos, na floresta, nas cidades. O Banco da Amazônia, o Fundo Constitucional tem sido assim de suma importância inclusive nesse momento de crise no País.

Hoje temos lá no Tocantins o nosso Superintendente, Dr. Marivaldo, também excelente servidor de carreira do banco que tem cumprido mais do que a meta prevista pelo Banco da Amazônia, principalmente na questão do FNO.

Portanto, eu venho aqui fazer uma defesa, como um filho do Estado, nascido ali em Porto Nacional, onde o Banco da Amazônia já está há mais de 60 anos. Desde menino, caminho ali nos corredores do Banco, com meu pai. Sou cliente do Banco da Amazônia há mais de 30 anos. Inclusive, tenho um respeito por essa instituição, pelos seus servidores e servidoras, que são uns abnegados ali da causa.

Portanto, eu vim – graças a Deus consegui chegar a tempo, por último. Já justifiquei as razões – para dizer que este Senador, em nome dos tocantinenses e até em nome do povo brasileiro, vai sempre estar em defesa do Banco da Amazônia e dos fundos constitucionais, também do Centro-Oeste e do Nordeste. Porque esses são instrumentos de conquistas, que nós não podemos retroagir. Nenhum Parlamentar, eu acredito... Essa é uma causa suprapartidária, está acima dos partidos políticos.

Portanto, eu espero que o Governo Federal tenha a sensibilidade de recuar nessa intenção, porque, acima dos interesses do Governo Federal – eu sou da Base, tenho votado, tenho apoiado –, há causas que a gente não tem como acompanhar – essa é uma delas. Reduzir fundo constitucional, aqui no Congresso Nacional, com meu o voto, não.

Portanto, solidarizo-me com o Centro-Oeste, solidarizo-me com os nordestinos. Nós, os nortistas, estaremos também em defesa do fortalecimento, inclusive, desses fundos e dessas instituições respeitadíssimas, como o Banco do Brasil, como o Banco do Nordeste e como o Banco da Amazônia.

São essas as minhas palavras de solidariedade e de apoio a essas instituições e a esses fundos constitucionais.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Vicentinho.

Chegou por último, mas foi de uma precisão cirúrgica. Nós não esperávamos outra conduta de V. Exª, de todos nós. Acho que é um princípio republicano, está na própria Constituição: erradicar a pobreza. É um dos princípios básicos de uma democracia, especialmente em um país tão desigual, como o Brasil.

Nós não temos como erradicar essa pobreza, se não diminuirmos as desigualdades regionais. A realidade da população do Sudeste e do Sul é muito diversa, em todos os indicadores sociais, da realidade ou das realidades do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Acredito que uma medida como esta não tem como prosperar e eu tenho certeza de que contará com os votos, inclusive, dos Senadores do Sul e do Sudeste.

Eu passo rapidamente agora palavra, para suas considerações, ao Sr. Janio Macedo, pelo Banco do Brasil.

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – Obrigado, Senadora. Eu vou tentar resumir aqui, mas elencar todas as perguntas, para que elas não fiquem sem resposta.

Eu fico muito satisfeito todas as vezes que a gente, o Banco do Brasil, tem a oportunidade de participar de uma audiência pública como esta. É a oportunidade que nós temos de trazer aos senhores tudo o que vem sendo feito pelo banco na gestão do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Fico mais feliz ainda, porque, numa reunião como esta, Senadora, a gente pode ouvir os anseios dos Senadores, que representam os Estados nos quais têm origem. E a gente pode tentar conciliar os nossos esforços para atender às demandas dos senhores que, com certeza, é a demanda da população, dos eleitores – não só dos eleitores, mas dos Estados que vocês representam.

Então, eu vou tentar fazer aqui, brevemente, algumas considerações. A primeira pergunta que a Senadora Simone Tebet me fez diz respeito à redução dos valores: se, eventualmente, ao longo desse tempo, em função da queda da arrecadação, a gente teve uma redução dos valores repassados pelo Tesouro Nacional. A mesma pergunta foi feita pelo Senador Blairo Maggi, pelo Senador José Medeiros e também pela Senadora Lúcia Vânia.

O que a gente pode dizer, Senadora, é que, ao longo deste ano, proporcionalmente ao ano de 2014, a gente não verificou, até então, uma redução dos valores que nos são repassados pelo Tesouro Nacional.

Hoje, 65% do total previsto para ser repassado no ano de 2015 terão origem no retorno dos próprios financiamentos. Os outros 35% terão origem no Tesouro Nacional. Então, até o momento, os repasses estão sendo efetivados na mesma proporção do que foi realizado ao longo do ano de 2014.

A gente entende que a gente não deve ter um comprometimento, se assim permanecer, em relação ao cumprimento da nossa meta de repasse de R$6,027 milhões para o FCO, até o final do ano.

A outra pergunta foi-me feito pela senhora também e diz respeito à análise dos projetos do Banco do Brasil. A senhora argumentou que o próprio CDE já faz as análises dos projetos que, eventualmente, são de interesse daquela comunidade e, assim, são endereçadas ao Banco do Brasil. A pergunta é: o que o Banco analisa além das colocações que foram feitas pelo CDE? Porque, eventualmente, o CDE pode colocar um projeto como prioritário e, eventualmente, ele pode não ser aprovado pelo Banco do Brasil, porque, quando o banco recepciona esses projetos, cabe depois fazer as análises econômico-financeira daquele projeto, a gente tem que assegurar que esse projeto seja viável, que ele seja viável e consiga se pagar no tempo projetado.

Essa é uma das causas pelas quais a inadimplência do FCO é baixa. Eu digo a vocês que a inadimplência do FCO, se não é a linha que tem a inadimplência mais baixa do banco, eu posso assegurar que é a que tem uma das menores inadimplências do banco, por conta desse cuidado, desse zelo, que é realizado tanto pelo Banco do Brasil quanto pelo CDE.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – A única análise é a econômico-financeira, nada mais. O banco não analisa se aquele projeto é prioritário para a região ou não. Isso não nos cabe, cabe, sim, ao CDE fazer essa análise.

E, nesse contexto, foi feito também uma colocação pelo Senador Ronaldo Caiado, se não me engano, sobre repasse para segmentos, que alguns setores ficam excluídos do atendimento. Só ratificando o trabalho da CDE, não cabe ao Banco do Brasil elencar os segmentos que serão atendidos, é o CDE que prioriza, naqueles Estados, quais os segmentos deverão ser atendidos pelos recursos do FCO. Priorizado dessa forma, o projeto é encaminhado ao banco e cabe ao banco, única e exclusivamente fazer a análise econômico-financeira, o.k.?

A terceira pergunta que a senhora fez foi a respeito da inadimplência. A senhora falou que a inadimplência do FCO é muito baixa. Então, porque que se no passado houve uma redução do *del credere* de 6% para 3%, a gente cobra uma tarifa que, no entendimento de algumas pessoas, foi a contrapartida para que reduzisse o *del credere*, mas o banco continuasse ganhando recurso.

Eu digo à senhora que o *del credere* cobrado hoje pelo Banco do Brasil é de 6% desde o ano de 2001, ele não sofreu alteração, porque o risco todo da operação do FCO hoje é arcado pelo banco. O Tesouro não tem risco nenhum. Se, eventualmente, o tomador não pagar esse recurso, cabe ao banco a obrigação de devolver o recurso ao Fundo Constitucional.

Alguns bancos operam com risco compartilhado, ou seja, o risco parte é do banco e parte é do Tesouro, nesse caso, o *del credere* é de 3%, ele é menor. No caso do Banco, o banco optou por assumir todo o compromisso e a responsabilidade pela devolução do recurso na época pactuada para o Fundo Constitucional e essa norma que traz a cobrança das tarifas pela análise dos projetos que a senhora, inclusive, elencou, ela provém do Conselho Monetário Nacional, é a Resolução nº 4.288, de 22 de novembro, de 2013. Assim, a única coisa que cabe ao banco é cumprir essa Resolução sem fazer questionamentos devidos ou indevidos. A gente simplesmente cumpre a norma que foi elencada pelo Conselho Monetário Nacional.

A senhora falou também do prazo para análise, que, às vezes, a senhora atentou em um detalhe de que, às vezes, o banco solicita algumas certidões que depois tem que ser atualizadas. E foi o mesmo caminho que o Senador José Medeiros nos fez a pergunta: por que às vezes você está analisando um projeto, não espera para pedir a certidão lá na frente, quando for contratar a operação?

Nós sofremos muito ao longo desse tempo, porque, quando se está fazendo uma análise de um projeto, a gente tenta evitar que cada documentação seja enviada a cada tempo. O que a gente cobra muito das agências? Que você procure o cliente e peça todas as certidões de uma vez só. Eu sei que em alguns casos a demora um pouquinho maior da análise do projeto pode fazer com que as certidões tenham que ser reeditadas novamente, mas eu posso assegurar aos senhores que o fato de se pedir tudo de uma vez é que possibilita ao banco cumprir esse prazo de 35 dias de média na análise dos projetos. Se assim não o fosse, a gente ia chegar, na hora do projeto, e falar: agora você precisa de uma certidão. Aí quanto tempo mais iria demorar a certidão? Então, a nossa opção foi por solicitar tudo de uma vez só, com a certeza de que, na grande maioria dos processos, isso traz uma celeridade na análise.

A próxima pergunta me foi feita aqui pelo Senador... Eu até sinto pelo fato de o Senador Ronaldo Caiado não estar aqui conosco. Ele não fez perguntas, ele fez algumas colocações.

A primeira colocação que ele fez diz respeito "à venda casada". Não foi o termo que ele utilizou, mas é o termo que estou utilizando, porque, segundo ele, alguns projetos, alguns processos, alguns financiamentos

só são aprovados se o cliente, que está sendo beneficiado com aquele crédito, fizer alguma compra de algum produto do Banco do Brasil.

Posso assegurar aos senhores, e o faço de alma lavada, que a orientação do banco é para que isso não aconteça. Se isso acontecer, estamos sujeitos a abrir um inquérito administrativo em relação à administradora que fez isso, porque a função do banco é, única e exclusivamente, no caso do FCO, propiciar que o recurso seja colocado àquele cliente que vai, em consequência, trazer benefícios à comunidade em que ele atua.

É claro que nós somos homens e sabemos como funciona, às vezes, a índole de todos nós. Quer dizer, alguns eventualmente até podem estar sinalizando algum pedido, mas como uma forma de, às vezes, estar fidelizando aquele cliente. Mas, de forma obrigatória, asseguro aos senhores que isso não existe no Banco do Brasil. E se por acaso os senhores tomarem conhecimento de que algum caso desse está ocorrendo, estou à inteira disposição para ser acionado pelos senhores para que as providências adequadas sejam tomadas tempestivamente.

Isso não existe no banco. Pode estar ocorrendo, se acontece, eventualmente. Mas, estou à disposição de vocês para que isso seja corrigido tempestivamente. A orientação do banco é que isso não ocorra, não só com os fundos constitucionais, mas com qualquer outra linha de crédito que o banco opere. A gente busca, sim, é a fidelização e a satisfação desse cliente. É o único objetivo do banco nesse sentido.

Vou aproveitar, agora, a Senadora Lúcia Vânia saiu também, o Senador Ronaldo Caiado foi na mesma direção da Senadora Lúcia Vânia, dizendo que o Centro-Oeste precisa de um banco, e usou o termo "banco próprio nosso". Asseguro aos senhores, principalmente do Centro-Oeste, que é de onde vieram os representantes que fizeram essa colocação, que o Centro-Oeste tem um banco. Esse banco é o Banco do Brasil, que vem atendendo às demandas dessa região há muitos e muitos anos. E asseguro aos senhores, tenho a convicção de que os senhores também têm essa convicção, que o banco é responsável pelo desenvolvimento dessa região. Ou seja, fazemos a prestação de contas do FCO e verificamos ali que, ao longo do tempo, todos os recursos foram alocados e emprestados.

Atingimos, no ano passado, mais de 30% de novos beneficiários. O que é isso? É a rotatividade desse empréstimo para mais pessoas. Atingimos 100% dos Municípios do Centro-Oeste com uma inadimplência de 0,4%, propiciando o quê? Não só a rentabilidade, mas a perenidade desse fundo.

Cabe ao banco levar esses recursos à comunidade, mas, muito mais do que isso, exaurir os recursos e assegurar que esses recursos retornem para o fundo como forma de continuar beneficiando as comunidades.

Então, asseguro aos senhores, a região tem um banco que se chama Banco do Brasil e nosso compromisso é estar, cada vez mais, colaborando com os senhores, Senadora, para que vocês possam representar bem seus Estados e contar com a ação do Banco do Brasil.

O Senador Fernando Bezerra e a Senadora Lúcia Vânia também fizeram uma pergunta a respeito do FDCO. Então, eu trouxe aqui um demonstrativo, só para fazer uma breve prestação de contas. Para o ano, estão previstos R$1,1 bilhão de recursos do FDCO. Desses R$1,1 bilhão, já temos três operações que montam R$970 milhões. Ou seja, os recursos do FDCO, só com essas propostas do banco, estão praticamente exauridos.

Além do FDCO, o Banco também tem o privilégio de trabalhar com o FDNE e o FDA. Para o FDNE, já temos cinco projetos num total de R$381 milhões. E, para o FDA, dois projetos, no total de R$600 milhões.

O Senador José Medeiros fez uma colocação – estou acabando, Senadora, é que eu não quero deixar nenhuma pergunta sem resposta – a respeito dos repasses. Ele disse que o banco é que escolhe as demais instituições financeiras operadoras. Eu asseguro ao senhor que não é o banco que escolhe; as outras instituições financeiras é que encaminham ao banco o seu pedido de credenciamento. É claro que mais uma coisa que existe: quando eu repasso esse recurso para outra instituição financeira que vai operar por FDCO, o risco integral de esse recurso voltar para o FCO é novamente, Senadora Simone, do Banco do Brasil. Se uma instituição dessa eventualmente levar R$1 do FCO e não devolvê-lo para o fundo, a responsabilidade é do Banco do Brasil em devolver para o fundo.

Então, com base nisso, a cada agente operador que encaminha uma proposta para o banco, o banco faz uma análise do limite de crédito dessa empresa. Quer dizer, "você tem condições de levar x reais e, ao final do período, nos devolver?" "Tenho." Então, o banco destina esses recursos para essas instituições financeiras sem nenhum outro critério que não seja novamente o financeiro.

Hoje, para os senhores terem ideia, o limite estabelecido com esses repasses é de 7% do valor total do FCO. Eu trouxe aqui na lâmina para os senhores que, no ano de 2015, nós temos R$422 milhões que estão repassados para essas instituições. Quando eu digo isso, esse recurso está congelado. O banco não pode repassar um tostão desse dinheiro que vai ficar por conta das instituições financeiras. Dos R$422 milhões, R$50 milhões foram aplicados, ou seja, a gente entende que, no momento, a quantidade de instituições financeiras que tra-

balham e a quantidade de recursos que é repassada são suficientes para atender à demanda dessas instituições financeiras e das comunidades em que elas atuam.

Senador Hélio José, a última pergunta, Senadora, e a resposta. A região do entorno, que o senhor citou: o que tem sido feito? O Banco do Brasil, junto com a Sudeco, vem realizando ao longo do tempo visitas contínuas a essa região, a todos os Municípios do entorno que são carentes, de tal sorte a levar a esses micros e pequenos – não é nem médios – empreendedores do entorno explicações a respeito de como acessar ao FCO, para que eles possam acessar esse recurso de uma maneira rápida porque esse recurso é mais barato para contribuir para a geração de receita e contribuir para a geração de renda e de emprego dessa região.

Então, a gente tem feito isso já há uns dois anos e a gente quer continuar fazendo isso para que essas pessoas possam... porque não adianta eu ter o recurso se a pessoa não souber que tem esse recurso à disposição e como é que funcionam os critérios de concessão e o que é necessário. Então, a gente tem feito isso continuamente junto com a Sudeco visitando essas regiões carentes do entorno, de tal sorte a veicular o FCO e levar para que essas pessoas possam ter acesso também aos recursos do Fundo Constitucional.

Senadora, era isso. Desculpe-me o tempo tomado, a fala e a emoção.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que temos que agradecer.

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – Às vezes, a gente que tem 34 anos de banco completados, isso faz parte da vida da gente. É uma empresa que está inserida na nossa alma. Vocês podem ter a convicção de que essa emoção e essa vontade de fazer é característica de um banco, como o Banco do Brasil, que é uma instituição que tem uma finalidade pública e tem que atender como prioridade às necessidades do País, que é o que justifica a existência do Banco do Brasil.

Obrigado, Senadora, pela oportunidade e pela chance de poder estar com vocês aqui discutindo, debatendo e levando os conhecimentos e as informações que nossa intenção é melhorar cada vez o apoio a esse Fundo.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós é que temos que agradecer, Sr. Janio, e dizer que a sua emoção só confirma aquilo que todos nós brasileiros temos como convicção: o banco é do Brasil, portanto é o nosso banco e só é nosso banco porque nós sabemos que quem faz a instituição são os servidores como V.Sª e os demais convidados que se encontram aqui presentes.

Eu vou deixar para fazer a minha réplica em outro momento, em outra oportunidade.

Em razão do respeito a nossos colegas Senadores – nós temos praticamente três horas de audiência pública e temos sessão daqui a pouco –, eu vou passar de imediato a palavra ao Presidente do Banco do Nordeste – o Presidente do Banco do Norte, Dr. Rossi, já se ausentou –, mas digo de qualquer forma que essas informações, essas colocações feitas por V. Sªs vão nos auxiliar, auxiliar a todos nós Senadores, nos trabalhos que temos nesta Comissão, inclusive em relação ao *del credere*, às taxas e às certidões que sei que são questões que podem ser resolvidas, negociadas, inclusive com o Conselho Monetário Nacional.

Enfim, nós temos que dizer que essas colocações que fizemos são fruto de solicitações e de reclamações feitas pelos nossos brasileiros sul-mato-grossenses, pela população do Centro-Oeste, que realmente é a dos tomadores do recurso ou daqueles que não conseguem os financiamentos.

De qualquer forma, tudo o que foi colocado aqui vai subsidiar os trabalhos desta Comissão daqui para a frente.

Muito obrigada.

Com a palavra, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É rapidinho.

Janio, eu quero depois ter a possibilidade de me sentar com vocês na Vice-Presidência de que você participa para cuidarmos de um seminário para o pessoal de Brasília e de Goiás, o que pudermos fazer para melhor esclarecer.

O SR. JANIO CARLOS ENDO MACEDO – Estou à disposição, Senador. Será um prazer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado pelas respostas.

Obrigado, Excelência Simone Tebet.

O SR. MARCOS COSTA HOLANDA – Obrigado, Senadora Simone.

Mais uma vez, agradeço o convite e reafirmo a importância para o Banco do Nordeste de participar de reuniões como esta, quando o banco cumpre o seu papel de prestar contas à sociedade.

Vou seguir a orientação da Senadora e tentar ser um pouco mais geral.

Antes de mais nada, o Banco do Nordeste, assim como o Banco do Brasil e o Basa, sente-se honrado com o apoio que os Senadores aqui manifestaram tão bem no depoimento do Senador Fernando Bezerra em relação aos fundos constitucionais. Esse apoio é muito importante para o Banco do Nordeste e é recebido com um aumento do nosso compromisso e da nossa determinação em fazer a gestão do FNE da forma mais aprimo-

rada e eficiente possível, da forma mais efetiva possível. É um apoio importante que o banco toma com essa lógica de aumento de estabilidade e de determinação em fazer essa boa gestão do fundo. E essa boa gestão do fundo passa por alguns temas.

Como a Senadora Simone Tebet colocou, o banco deve procurar ser mais ágil no atendimento ao cliente e na análise das propostas de crédito, sempre com o viés técnico. Isso significa repensar temas importantes para a região, principalmente para a Região Nordeste, como o Senador Cassol colocou em relação a projetos de energia. O banco tem que estar atento, os contextos mudam. Nós temos toda essa nova perspectiva, principalmente a de energia solar, em que o Nordeste certamente tem uma vantagem comparativa importante. Então o financiamento de projetos de energia seria muito importante para o Nordeste. E o Banco do Nordeste está aberto à discussão.

Passa também, como colocou o Senador Caiado, pela questão da maior agilidade em analisar o crédito, desembolsá-lo e fazer a contratação. Passa por uma coisa muito importante que o Senador Douglas Cintra mencionou, que, ao contratar, nós analisemos não só a questão geográfica e climática, mas também as desigualdades que existem nas próprias intrarregiões do Nordeste, considere IDH e indicadores de pobreza. Na hora de aplicar, isso certamente é feito pelo banco, mas é algo que sempre pode ser aprimorado.

Essa melhor gestão do FNE passa por pontos que o Senador Blairo colocou, como estar sempre atento para não só contratar, mas também desembolsar, atento ao cronograma. E felizmente nós estamos cumprindo o cronograma. Este ano, no primeiro semestre, nós contratamos 26% a mais do que no semestre equivalente de 2014. Melhorar a gestão do FNE passa por um ponto muito importante que o Senador Elmano colocou, que é fortalecer a capacidade do banco de melhor entender a região, de melhor analisar a região a partir do fortalecimento do Etene, que é o departamento técnico do Banco do Nordeste.

Eu tenho a satisfação de comunicar, Senador, que ainda este ano nós vamos fazer um concurso para agregar pelo menos 29 técnicos ao Etene, possivelmente mestres e doutores.

Ontem mesmo, aprovamos na Diretoria Executiva a formalização e a criação do cargo de economista chefe do Banco do Nordeste, que vai ser aquele profissional encarregado de gerenciar o escritório técnico para dar uma oxigenação, uma melhor liderança e para melhorar não só a formação de quadros, mas essa capacidade do banco de entender a região e, a partir daí, melhor aplicar os seus recursos, uma coisa muito importante que o banco tem de forma muito clara no seu papel de banco de desenvolvimento.

Também passa por essa preocupação externada pelo Senador José Medeiros de simplificar e agilizar o processo de análise e concessão de crédito.

Passa também pela preocupação geográfica, o próprio Senador Rocha, do Maranhão, externalizando que o Maranhão fica numa situação em que é meio Nordeste e meio Norte. Mas, felizmente, pelos próprios números que colocamos aqui, temos atendido de forma muito proporcional todos Estados do Nordeste em relação à população.

Ou seja, acho que a mensagem básica que queremos colocar é que, realmente, ao reconhecermos e nos sentirmos honrados com o apoio que os Senadores colocam em relação aos fundos constitucionais, nós, como operadores, assumimos essa responsabilidade de, cada vez mais, termos essa perspectiva de gerenciar melhor esses fundos, de atender melhor à população coberta nas regiões em que trabalhamos nessa lógica de que o desenvolvimento só acontece quando o que fazemos chega efetivamente lá, no pequeno produtor, lá, na pequena empresa, na média empresa, na grande, chega realmente na capacidade das regiões em que operamos, realmente melhorando o seu nível de bem-estar.

Então, ficamos à disposição. Mais uma vez, agradecemos aos Senadores. Entendemos que, realmente, momentos como este são nobres para nós, dirigentes de instituições, porque estamos aqui prestando contas daquilo que estamos fazendo para a sociedade através dos senhores.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós que agradecemos.

Pergunto aos Senadores se têm algum questionamento a mais a fazer. (*Pausa.*)

Agradeço a presença dos Senadores... Senador Douglas Cintra com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Cara Presidente, já disse pessoalmente, só para informar quanto a esse processo da MP 87. Naqueles momentos em que saí, procurei falar com os Líderes e ninguém entendeu por que isso aconteceu. Já há um compromisso de todos de que esse aumento possa ser retirado. Afinal de contas, não tem fundamento e a própria expressão do que aconteceu aqui será não apenas dos Senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas será também, tenho certeza disso – assim como a Srª Senadora –, dos colegas pares, que também encamparão conosco e não deixarão isso acontecer. Mas não podemos deixar que isso fique na promessa. Deve haver imediatamente uma ação, uma atitude para que seja retirado dessa MP – considero a palavra mais adequada – esse absurdo de mudar esse fundo constitucional.

Só para trazer esse alento para que possamos ficar mais tranquilos com relação aos investimentos, que são fundamentais na nossa região.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Senador Douglas Cintra. Mas acho que nada é por acaso nesta vida. No momento em que estávamos para votar a regularização dos ativos de brasileiros no exterior a fim de criar dois fundos por medida provisória, um para compensar as finanças dos Estados que vão perder e outro para desenvolver o interior dessas regiões através de uma medida provisória que, como disse, é a criação de fundos legais e não constitucionais, a vinda desta PEC 87, de 2015, que é da DRU, que prorroga a vigência da desvinculação da receita da União para até 31 de dezembro de 2023 e altera alguns dispositivos no sentido de tirar, desvincular a receita em 30% dos fundos constitucionais, eu acho que é um aviso para que esta Casa tenha um pouco mais de responsabilidade ao votar, inclusive, essas medidas. Se formos votar a regularização, se formos votar esses fundos, nós temos que rever para ver se esses fundos não passam a ser os fundos constitucionais.

A preocupação não é apenas com este Governo, os fundos estão previstos para poderem compensar os Estados em até oito anos, este Governo tem três anos e meio. Nós não sabemos se no futuro virão medidas como esta que poderão, no momento em que os Estados mais precisarão de receita, porque sairão de 12% anualmente até chegarem em 4%, quando no sexto ano estiverem tendo apenas 6% de alíquota de ICMS e não mais 12%, 5% e não mais 12%, 4% e não mais 12%, no momento em que mais precisarem de compensação, de repente, serem surpreendidos com medidas como esta.

Mas são questionamentos que estaremos fazendo no momento oportuno. Como eu disse, nada vem por acaso. Queremos crer que o Governo vai retroceder nessa questão. Não haveria sentido nenhum, nós temos fundos constitucionais, eles estão estabelecidos na Constituição com um percentual a fim de... Esses fundos constitucionais têm como princípio básico, as superintendências, a própria Comissão de Desenvolvimento Regional tem um papel fundamental no cenário nacional, que é realmente – acabei de dizer aqui – garantir o princípio republicano que, para mim, é um dos mais sagrados: erradicar a pobreza neste País. E não há como erradicar a pobreza, se nós não diminuirmos a desigualdade social.

Eu agradeço imensamente a sua contribuição, Senador Douglas, que, como sempre, surpreende-nos. Assim que soube, já começou a operar, falou com um dos Líderes do Governo, e o Líder, que não sabia do assunto, comprometeu-se a imediatamente tomar providências. Nós só temos a agradecer, Senador.

Com a palavra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Senadora, V. Exª falou muito bem que as coisas não acontecem por acaso.

Eu fiquei examinando, durante esta audiência, a questão do ICMS de 4% para os Estados. Se a gente está colocando em risco aqui os fundos constitucionais, imagine o risco que a gente está correndo de os Estados receberem investimentos, ou poderem dar incentivos em médio e longo prazo, para que sejam instaladas empresas em suas regiões! Eu estava pensando que está sendo dito que todos os Secretários Estaduais de Fazenda estão concordando com os 4% de ICMS, e eu acho que nós temos que repensar isso, porque, se nós não tivermos uma política efetiva de levar empresas para as regiões menos favorecidas do nosso País, em que os índices humanos são menores, com essa diminuição do ICMS, nós teremos muito mais dificuldade para os governos.

E eu tenho a impressão de que muitos estão concordando, porque, em curto prazo, podem colocar mais dinheiro no caixa. E isso daria um alento em recursos para curto prazo, mas eu fico muito preocupado. E eu tenho certeza de que algumas indústrias já presentes em alguns Estados, na hora em que isso mudar, facilmente serão realocados e sairão desses Estados para Estados que estarão mais próximos do seu consumo.

Então, eu acho que é um alerta, para que nós examinemos melhor, o que, aliás, V. Exª já comentou comigo algumas vezes em plenário.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Senador Douglas Cintra.

Quem sabe, na próxima audiência pública, Senador Elmano, não possamos discutir, na Comissão de Desenvolvimento Regional – por iniciativa, aliás, de V. Exª, porque V. Exª que puxou o assunto. Podemos trazer pelo menos um Secretário de Fazenda de cada região, um do Centro-Oeste... Convidamos a todos, mas, se houver um do Centro-Oeste, um do Norte, um do Nordeste, poderemos passar essas informações.

Até onde eu sei, o meu Estado, de Mato Grosso do Sul, está escolhendo dos males o menor. Entre um ou outro substitutivo que tramita nesta Casa, diz que concorda com um, porque perde menos, mas, na realidade, Mato Grosso do Sul, ainda que os fundos sejam dessa envergadura e dessa ordem, na ordem de 17 bilhões, para diluí-los em oito anos, Mato Grosso do Sul irá receber algo em torno de 60 milhões por ano. Mas terá um prejuízo, na melhor das hipóteses, de 400 milhões por ano e, no pior dos projetos que tramitam nesta Casa, chegará a 1 bilhão de prejuízo por ano.

Então, eu acho que nós temos realmente que analisar com muita atenção. E eu acredito que o foro competente seja realmente esta Comissão de Desenvolvimento Regional.

Eu gostaria...

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB - PE) – Solicito subscrever junto com V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, eu que vou subscrever. V. Exª que é o autor, sem dúvida nenhuma, dessa iniciativa.

Eu gostaria imensamente de agradecer a presença e a participação dos Presidentes dos Bancos do Nordeste e do Norte; do Diretor do Banco do Brasil. Peço desculpas, porque esta audiência tomou outro rumo, tão importante quanto os assuntos que estavam sendo tratados aqui, até porque, se tivermos menos 30% dos fundos, teremos menos 30% de tomadores de investimentos, de geração de emprego.

E eu fico aqui com uma única frase que me chamou muita atenção, que é a frase, para finalizar, do Sr. Janio, representante do Banco do Brasil. Quanto ao quadro histórico, desde 1989 até agora, falou-se em tantos bilhões de investimentos no Centro-Oeste, da mesma forma que no Norte e nos Nordeste – nós não comentamos aqui um dado muito importante. Ele disse que foram criados quase 6 milhões de empregos, nesses últimos anos, só na Região Centro-Oeste, graças a fomentos, a iniciativas, a instrumentos como esses.

Esses fundos constitucionais são, portanto, direito adquirido dos Estados menos desenvolvidos deste País. Nós não deixaremos a DRU absorver ou pegar 30% desses recursos, que são nossos, que são do povo brasileiro, principalmente dos Municípios dos rincões mais distantes deste País.

Muito obrigada, mais uma vez, pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE AGOSTO DE 2015.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência Eventual do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Dalirio Beber, Donizeti Nogueira, Hélio José e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, Davi Alcolumbre, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Randolfe Rodrigues e Elmano Férrer. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública em atendimento ao RDR 20/2015, de autoria do Senador Walter Pinheiro e outros, que requer, nos termos do inciso II art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, com a finalidade de debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco/CHESF – nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho/Bahia, segundo Processo Administrativos NUP 00063.001093/2013-88 e 00063.002363/2013-78. A audiência é realizada com a presença dos seguintes expositores: Senhor Márcio Moreira Ferreira, advogado da OAB/BA (representante de: Luiz Viana de Queiroz, Presidente da Ordem dos Advogado do Brasil - Seção do Estado da Bahia); Senhor Cláudio Sílvio Bastos, Presidente da Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG/BA); Senhor José Gomes de Souza, Presidente da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho (AMOPOABS); Senhor David Wylkerson, Secretário de Política Agrícola (representante de: Alberto Ercílio Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Walter Pinheiro, Donizeti Nogueira e Dalirio Beber. O Senador Wellington Fagundes passa a presidência para o Senador Walter Pinheiro, às onze horas e trinta e três minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Wellington Fagundes
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Inicialmente, quero desejar bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Comunicamos o recebimento de cópia do Ofício nº 131/2015, encaminhado pelo Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Parati, solicitando informações ao Ministério do Meio Ambiente, à Petrobras e ao Ibama sobre quais medidas estão sendo tomadas como contrapartida ambiental e medidas mitigatórias em relação ao empreendimento da atividade de produção e o escoamento de petróleo e gás natural do polo pré-sal da Bacia de Santos.

Cópias do documento encontram-se à disposição dos Srs. Senadores interessados na secretaria de apoio a esta Comissão.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à realização de audiência pública para debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho, Bahia, segundo processos administrativos: NUP 00063001093/2013-88, e também 00063002363/2013-78.

A audiência atende ao Requerimento nº 20/2015-CDR, de autoria do Senador Walter Pinheiro e também da Senadora Lídice da Mata, subscrito pelo Senador Donizeti Nogueira.

Encontram-se presentes na audiência pública o Sr. Márcio Moreira Ferreira, advogado OAB, que já convidamos para estar aqui; também o Sr. Cláudio Sílvio Basto, Presidente da Fetag/BA, nosso convidado para estar aqui presente; Sr. David Wylkerson Rodrigues de Souza, Secretário de Política Agrícola da Contag; e também o Sr. José Gomes de Souza, Presidente da Associação dos Moradores dos Povoados Atingidos pela Barragem de Sobradinho (AMOPOABS). Também já os convidei para estar aqui à Mesa.

Em conformidade com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: cada convidado terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos

a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal www.senado.leg.br e também pelo Alô Senado, 0800-612211.

Antes de passar a palavra ao primeiro expositor, irei fazer a leitura do Expediente encaminhado pela Advocacia-Geral da União no dia de ontem.

> Ofício nº 00130, de 2015.
> A S. Exª o Sr. Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal.
> Assunto: resposta ao Ofício 2006/2015.
> Sr. Senador, faço referência ao convite encaminhado por V. Exª ao Advogado-Geral da União, para participar, como debatedor, de audiência pública desta Comissão com a finalidade de "debater o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf) nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 pela construção da Barragem de Sobradinho-BA, segundo os processos administrativos, NUP 00063001093/2013-88 e também 00063002363/2013-78".
> A propósito dos referidos processos administrativos, empreendeu-se a pesquisa nos sistemas internos, não tendo sido localizada qualquer tramitação no âmbito da AGU.
> Considerando que os processos administrativos em questão foram autuados na numeração da Presidência da República, obteve-se a informação de que o assunto está sendo tratado pela Secretaria-Geral da Presidência da República.
> Caso sejam encontrados processos de competência da Advocacia-Geral da União, teremos a satisfação em receber as partes e fornecer quaisquer informações que forem solicitadas por esta douta Comissão e seus membros.
> Pelas razões expostas, agradecemos o convite e por ora o declinamos.
> Atenciosamente,
> Paulo Henrique Kuhn,
> Procurador-Geral da União.

Isto posto, concedemos a palavra ao Sr. Márcio Moreira Ferreira para fazer a sua exposição. Como já foi dito, V. Sª tem 15 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. MÁRCIO MOREIRA FERREIRA – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador, Presidente desta Comissão.

Gostaria de iniciar as palavras agradecendo o convite que foi feito à instituição OAB/BA, representada pelo seu ilustre Presidente, Dr. Luiz Viana Queiroz, que encaminhou uma resposta ao ofício-convite feito por esta Comissão, cujo teor farei a leitura. Peço vênia a V. Exªs e aos senhores que acompanham para fazer a leitura dessa resposta para, após, fazer uma rápida abordagem sobre o que tem acontecido em relação aos processos de busca das indenizações dessas pessoas que moram na região de Sobradinho.

> Gabinete da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Seção do Estado da Bahia, Gabinete da Presidência.
> Excelentíssimo Senhor, cumprimentando V. Exª, cordialmente, sirvo-me do presente para informar que foi com muita honra e satisfação que recebi o convite para participar, como debatedor, da Audiência Pública promovida por esta Comissão, a fim de discutir "o pagamento de indenizações pela Companhia Hidrelétrica de São Francisco – Chesf nas desapropriações ocorridas no ano de 1976 em razão da construção da Barragem de Sobradinho – BA, segundo Processos Administrativos NUP 00063.001093/2013-88 e 00063.002363/2013-78.
> Entretanto, ao verificar a data para a qual essa Audiência Pública fora designada, deparei com compromisso em cidade do interior do Estado da Bahia, cujo agendamento havia sido feito há mais de dois meses. Foram envidados todos os esforços possíveis para que tais compromissos fossem conciliados de forma a permitir meu comparecimento a ambos, mas, infelizmente, em razão da incompatibilidade de horários de voo na data dos eventos, esse intento não foi possível.
> Gostaria de agradecer pelo convite e me colocar à disposição desta Comissão para quaisquer eventuais dúvidas/esclarecimentos que, porventura, surjam no decorrer da Audiência Pública, ao passo que informo ter designado o Advogado Márcio Moreira Ferreira para comparecer ao referido evento, para que este possa auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos da mesma.

Certos de contarmos com a compreensão de Vossa Excelência e dos demais participantes do evento, apresentamos nossos votos de grande estima e apreço.
Atenciosamente,
Luiz Viana Queiroz,
Presidente da OAB/BA.

Em razão da ausência do Dr. Luiz Viana, eu farei aqui uma breve abordagem sobre o que tem ocorrido nas ações de indenização promovidas nos Municípios de Sento Sé e Remanso, que são cidades circunvizinhas do hoje Lago de Sobradinho. Essas cidades foram criadas a partir da construção desse Lago de Sobradinho, no ano de 1976, da Barragem do Sobradinho, que formou o lago.

Esse lago, na verdade, inundou as cidades de Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, e elas tiveram que ser transferidas para outras localidades, a fim de que, é óbvio, pudessem as pessoas que ali moravam se estabelecerem.

Ocorre que, nessa mudança, nesse deslocamento das pessoas de onde elas viviam durante toda a sua vida para onde foram relocadas, havia a previsão do pagamento de indenização pelos bens móveis e imóveis que possuíam. Entretanto, do que nós temos conhecimento, pelo menos das pessoas que nós temos acompanhado, um pouco mais de 230 famílias não foram indenizadas pela Chesf desde 1976.

Estamos falando de 230 famílias, e muitos dos chefes dessas famílias já faleceram. São quase 40 anos. Foi no ano de 1976, e estamos em 2015. Nesses quase 40 anos, após ter sido ajuizada a ação em 1979, a Chesf, respondendo à ação, defendendo-se da ação, depois de apresentar sua defesa e uma exceção de incompetência para que remetessem os autos do processo para Recife, onde ela é sediada, os autos dos processos, surpreendentemente, desapareceram do cartório dessas cidades, tanto da cidade de Remanso quanto da cidade de Sento Sé.

Passaram-se mais 20 anos, de 1981 até 2002, quando nós, através do Sr. José Gomes, presidente da associação dos moradores que foram atingidos pela criação do Lago, formamos então um novo grupo de pessoas. Quem ainda estava naturalmente vivo – se não estivesse vivo, poderia ser representado – nos deu a procuração, para que nós ajuizássemos ações de restauração de autos, que foram, sim, restaurados. E estamos já numa fase de instrução desses processos. Instrução esta, já dos processos restaurados, que já fez uma avaliação do valor das indenizações que são devidas pela Chesf a esses mais de 230 beneficiados.

Entretanto, em que pese já termos uma avaliação feita por um perito oficial nomeado pelo juiz das comarcas, em que pese ter havido já a juntada desse lado pericial, em que pese todos os nossos esforços, juridicamente falando, no âmbito do processo, para que essa indenização chegasse ao seu cabo e esse pagamento fosse finalmente realizado, infelizmente, não temos até hoje nenhum tipo de resposta da Chesf com relação ao interesse sequer de conversar para fazer esse pagamento.

Portanto, a minha abordagem aqui, muito breve, é em torno exatamente dessa questão do interesse que a devedora Chesf tem ou deveria ter para resolver uma questão que já dura 40 anos, praticamente 40 anos, e muitos, infelizmente, nem mais aqui estão entre nós, mas têm seus representantes.

É uma dívida que, se formos observar pelo aspecto pecuniário, é impagável. Nós estamos falando de pessoas que literalmente passaram necessidade depois que tiveram que ser relocadas, porque não foi dada nenhuma estrutura para que eles pudessem ser relocados para onde foram, nas cidades que foram inauguradas após a formação do lago. E são pessoas que ainda hoje sofrem graves necessidades em razão da impossibilidade, por exemplo, de plantar, de fazer sua cultura na região, porque há uma insegurança muito grande com relação ao Lago de Sobradinho.

Então, minhas palavras são no sentido de tentar auxiliar, na medida do possível, nesta audiência pública, no que for tangente aos processos que tramitam em torno dessas indenizações, e buscar, na medida do possível, uma solução mais rápida para que essas indenizações sejam pagas a essas pessoas que tanto necessitam.

Agradeço pela concessão da palavra e volto a palavra ao Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Em seguida, concedo a palavra ao Sr. Cláudio Sílvio Basto, para fazer também a sua exposição, pelo mesmo tempo.

O SR. CLÁUDIO SÍLVIO BASTO – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar o Senador Wellington Fagundes, Presidente desta Comissão; saudar o Senador Walter Pinheiro, Senador pela Bahia; e também a Senadora Lídice da Mata, pela iniciativa de ter buscado debater este assunto nesta importante Comissão, como também ao Senador Donizeti Nogueira. Eu quero saudar o Sr. José Gomes, presidente da associação que representa aqui as famílias – AMOPOABS; o Márcio Ferreira, da OAB; o David Wylkerson, que é Secretário de Política Agrícola da Contag. E também quero saudar aqui o Vice-Prefeito

de Juazeiro, Sr. Francisco, que prestigia este momento e tem buscado intermediar, de forma permanente, junto às representações nessa região, buscando solucionar essa problemática.

Eu quero parabenizar o José Gomes pela sua insistência permanente como Presidente da AMOPOABS. E junto à Fetag/BA, como Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, também juntamente com a Contag, nós temos, de forma permanente, levantado junto ao Governo Federal, ao Governo do Estado, aos órgãos competentes e também judiciais a necessidade urgente de solucionar esse problema da indenização dessas 230 famílias que são atingidas pela barragem do Lago de Sobradinho. Muitas delas, como aqui foi muito bem dito pelo Sr. Márcio Ferreira, não estão mais entre nós, mas têm seus sucessores.

Este é um debate importante que estamos fazendo hoje na ordem do dia, que é o tema da sucessão rural. Nós sabemos do papel que tem a agricultura familiar na garantia da segurança e soberania alimentar do nosso País, e de forma permanente tem contribuído muito fortemente para garanti-la. Hoje já chega a mais de 75% dos alimentos que chegam à mesa do nosso povo brasileiro. E é para nós muito frustrante, angustiante, ver 200 famílias esperando desde 1976 serem indenizadas por conta da construção do Lago de Sobradinho, que é um instrumento importante para a construção do desenvolvimento da região norte da Bahia, sobretudo do Vale do São Francisco.

As famílias não podem ficar desamparadas, excluídas, com a ausência tanto da indenização como do acesso às políticas públicas para consolidar o desenvolvimento, com inclusão social, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que estão ali naquela região, que produzem e que, de forma muito aguerrida e permanente, têm contribuído com o desenvolvimento daquela região. Mesmo sem terem sido indenizadas, continuam ali resistindo.

Voltando a repetir, é fato que vários companheiros deixaram a região pela ausência tanto da indenização como de políticas públicas importantes para consolidar, de fato, o desenvolvimento daquela região.

Portanto, eu queria aqui registrar a preocupação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, que tem feito um papel permanente em defesa dos agricultores e agricultoras familiares, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso Estado.

Mobilizações grandiosas temos realizado no Estado da Bahia, contribuindo com as grandes mobilizações em nível nacional, para pautar o Governo do Estado e o Governo Federal, também o Congresso Nacional, os principais órgãos, no sentido de enxergar a importância que tem esse valoroso setor, que gera renda, inclusão social e soberania alimentar para o nosso País.

Portanto, agradeço o convite do Senado Federal, sobretudo desta Comissão, e, novamente, volto a parabenizar pela iniciativa o Senador Pinheiro e a Senador Lídice, que têm sido dois grandes Senadores atuantes em defesa do desenvolvimento do nosso Estado da Bahia e, principalmente, dessa região.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Quero agradecer e convidar já, na sequência, o David. É Davi ou David? Porque baiano gosta de colocar nomes sofisticados. Eu sou filho também de um baiano – quero registrar que fui da Bahia para Mato Grosso a pé –, um homem muito simples, sem estudo, que resolveu colocar o nome do último filho Wellington, com tudo o que tem direito. Meu pai não conseguia falar o nome Wellington, e aí foram perguntar para ele por que colocar um nome tão sofisticado. Ele falou: "Porque baiano é assim: se ele não tem dinheiro, pelo menos o nome do filho ele deixa como herança para ser gente grande no futuro".

Então, É David?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Mas seu pai não foi para o Mato Grosso atingido por barragem não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Não, ele foi, na verdade, pela pobreza da região em que ele vivia, Santana dos Brejos.

Wylkerson Rodrigues de Souza. Eu gostaria que você ajudasse a pronunciar o nome, se é David ou Davi.

O SR. DAVID WYLKERSON – Bom dia a todos e todas.

Para descontrair um pouco, quebrando a formalidade, o correto seria David, mas, para mim, tanto faz, eu respondo pelos dois. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Assim como eu respondo por Welton, Welliton e outras coisas.

O SR. DAVID WYLKERSON – E acho que o meu é mais complexo, porque ele tem as três letras: w, k e y.

Bom, eu quero aqui começar cumprimentando o meu colega Cláudio Bastos, Presidente da Fetag/BA, meu conterrâneo, porque eu também, com muito orgulho, sou da região de Irecê, na Bahia; cumprimentar o Presidente da Comissão, Wellington; o Dr. Márcio, representante da OAB da Bahia; e o companheiro José Gomes, que tem sido um guerreiro nesse pleito em favor dessas famílias que têm sido desassistidas pelo Estado brasileiro, lamentavelmente, de forma tão incompreensível de nossa parte.

Também não poderia deixar de valorizar, reconhecer e agradecer o empenho dos Senadores Walter Pinheiro e Lídice da Mata, dois Senadores que, tenho certeza, tanto honram esta Casa quanto também honram seus mandatos, representando muito bem o Estado da Bahia.

Senhoras e senhores, na nossa opinião, a Contag, há muito tempo, vem acompanhando esse processo tanto administrativa, quanto jurídica e politicamente. Muda a direção da Contag, e o processo continua praticamente na mesma situação.

Mesmo reconhecendo toda a legalidade da tramitação processual que tem sido feita e que tem sido argumentada, inclusive, por parte da AGU, há uma insensibilidade do Governo brasileiro enorme em relação a isso, que tem prejudicado e muito essas famílias. É lamentável que, numa situação dessas, 230 famílias que estão desassistidas pelo Estado brasileiro de seus direitos, de serem indenizadas, 60%, ou seja, mais da metade partiram desta para outra sem conhecerem o resultado, sem terem noção do que seria lhes assistido de direito, o que seria recebido. E, pelo que a gente percebe, a preocupação do José Gomes é de que os 40% vão embora também sem conhecer esse resultado e, na nossa humilde avaliação, é incompreensível que se proceda dessa forma.

Nós tivemos, ontem, uma reunião com a equipe da Secretaria-Geral da Presidência, é verdade, como a própria AGU já informou, e o que alegam é que, já que foi judicializado, que se espere a decisão judicial, para que depois se discuta ou não o resultado da decisão judicial.

Isso, para mim, é de uma insensibilidade enorme, tendo em vista que há o princípio também da razoabilidade. É possível, é legítimo e é legal que se retire esse processo judicial para fazer um acordo, e a própria associação já vem se disponibilizando, já vem flexibilizando o que seria de direito para essas famílias, para que possam ter acesso a essa decisão.

O companheiro José Gomes tem sido um guerreiro. Não sai daqui de Brasília, de ministério, já foi na Secretaria-Geral, já foi na Presidência, já foi no Ministério de Minas e Energia, esse processo já tramitou umas duas ou três vezes nas Minas e Energia, mas, quando chega à Secretaria-Geral ou à Casa Civil, trava, para tudo, começa do zero. E aí o Senador Walter Pinheiro se sensibilizou com a situação, mesmo sendo apenas uma situação, desculpem, que parece ser insignificante, de apenas 230 famílias, mas são 230 famílias de uma região que poderia estar num patamar muito maior de desenvolvimento, considerando o trabalho dessas famílias. Trata-se eminentemente de agricultores familiares, que poderiam estar produzindo, contribuindo com o desenvolvimento regional, não só municipal; a partir da vocação dessas famílias, eles poderiam estar contribuindo também para o desenvolvimento, e se não estão, a culpa não é deles, a culpa tem sido eminentemente do nosso Estado brasileiro, que, independente do governante que está no exercício do mandato, tem sido o principal responsável.

Então, na nossa avaliação, principalmente a partir de um governo de origem popular, isso deveria estar como prioridade para que seja resolvido o mais rápido possível, porque há possibilidade e há legalidade para resolver. Há vários pareceres jurídicos e administrativos no processo. O objetivo desta reunião aqui é não só subsidiar os Senadores e Senadoras desta Comissão para que nos auxiliem na resolução desse problema, mas também sensibilizar aqueles que não têm ainda total conhecimento do problema.

Tenho certeza de que o companheiro José Gomes trará maior detalhamento, mais esclarecimento. Ele vai falar com a propriedade de quem vivenciou e de quem está vivenciando o problema na pele. Tenho certeza de que as palavras dele serão expressas do fundo da alma de quem está sofrendo esse problema lá na ponta. E, a partir daqui, a gente espera que saiam, de fato, resoluções, que a gente tire encaminhamentos concretos, para que a gente consiga resolver o mais rápido possível para os poucos que ainda restam, os 40% – são poucos, considerando que 60% já faleceram. Que a gente não espere que mais gerações não tenham esse direito recebido e que a gente consiga, assim, contribuir para o desenvolvimento regional, local e também para satisfazer a própria necessidade dessas famílias, no interesse dos direitos desses trabalhadores e trabalhadoras e dessas famílias que estão lá, à mercê de uma decisão do Governo, para que possam alavancar seu trabalho.

Sem dúvida nenhuma, tenho certeza de que, assim que sair esse resultado, ainda há possibilidade de que haja outros processos – individuais ou coletivos, não sei como vai ser. Mas, se a gente for considerar a irresponsabilidade do Estado brasileiro de não ter ressarcido e não ter indenizado essas famílias, ainda caberão ações por todo esse período danoso de que eles foram vítimas, por não receberem para produzir, para contribuir, para melhorar suas vidas, melhorar a vida de seus filhos. Muitos agricultores padecem de recursos para colocar o filho numa boa escola, numa faculdade, para ter acesso à saúde de qualidade, enfim, tudo isso é responsabilidade do Estado. Independentemente desta ação aqui, caberão outras ações. E haverá também nosso estímulo para que isso aconteça, pois, como eu já disse, na compreensão da Contag, é inadmissível, não conseguimos entender por que tanta insensibilidade para resolver um problema tão grave desse, que não é pequeno.

Se formos colocar em números, na ponta do lápis, tanto número de pessoas, de famílias, como os valores envolvidos, vocês vão ver que é uma economia que daria para alavancar uma região toda, e não apenas um município, no processo de crescimento do Brasil. Nós esperamos contar com vocês para que a gente chegue a um consenso, para que sentem a AGU, a Secretaria-Geral, a Casa Civil e busquem os mecanismos necessários para que seja resolvido o problema.

Então, quero aqui agradecer, em nome da direção da Contag, a oportunidade, porque a gente vem acompanhando esse processo.

Assim, concluo, devolvendo a palavra para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, agradeço ao David e passo a palavra ao Sr. José Gomes de Souza, que dispõe do mesmo tempo.

O SR. JOSÉ GOMES DE SOUZA – Bom dia a todos. Neste momento, eu gostaria de agradecer ao Presidente desta Comissão por nos ter dado esta grande oportunidade de estar aqui hoje. Agradeço também ao nosso amigo, Dr. Márcio, representando a OAB/BA; ao Dr. David, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Cláudio Basto, Presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag/BA); nosso Senador Walter Pinheiro, que nos deu esta oportunidade de estar aqui hoje; Senadora Lídice da Mata e os companheiros Senadores que nos ajudaram e estão aqui presentes; o Vice-Prefeito da cidade de Juazeiro, que está aqui também, nos ajudando, cooperando; e todos que estão aqui; quero agradecer a todos.

Meus amigos, por que estou aqui hoje? Por que estamos aqui hoje? Porque não tivemos direito ao pagamento dos nossos prejuízos. Era bom que o Dr. Luís Inácio Lucena estivesse aqui presente, mas não está. Se o País for diligente... Se não cumprir com seus deveres... É obrigação: os filhos serão iguais. O Estado deve agir cumprindo a lei. Não podemos ser marginalizados, tratados como indigentes, porque, se assim for, assim será seu povo. Ele não tem desculpa para agir como vem agindo contra a população atingida pela barragem de Sobradinho, direta ou indiretamente. A lei é escrita para ser cumprida, e nada mais.

Por que nós temos de receber as indenizações? Por que elas não foram pagas? Porque os processos sumiram do fórum das duas comarcas. Sumiram do fórum das duas comarcas! A Chesf não tinha que pagar se os autores não tivessem o que receber. Os processos estariam lá até hoje. Se o governo militar errou por não pagar essas indenizações, erraram também os outros que passaram e o que está aqui até hoje. Não desculpo.

Infelizmente, meus amigos que estão me ouvindo, 60% dessas famílias já são falecidas. É oficial. São graves problemas do governo. Só receberam do Estado brasileiro a tristeza de tirar o direito às suas terras, a suas moradias, e não indenizar. Esse Brasil não foi roubado por marginal e por bandido, foi roubado pelo Estado brasileiro. Uma vergonha! Quantos mais precisamos morrer? A maioria morreu de tristeza e de abandono. E não existe desculpa para esse argumento.

Neste tempo, a Chesf vem faturando em cima das propriedades, das posses dos seus associados – há mais de 30 anos. Nenhum centavo para os ribeirinhos. Infelizmente, gastam mal, com coisa que eu tenho vergonha de falar aqui.

Para finalizar, quero conclamar os homens de bem, que possam auxiliar para resolver esse problema criminoso. Não podemos esperar mais 30 anos para resolver esse grave problema social!

Eram minhas palavras.

Agradeço a todos os presentes. Estou aqui para receber qualquer pergunta da Mesa e de quem estiver presente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Encerradas as exposições, queremos convidar agora nosso companheiro Senador Walter Pinheiro, autor do requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, meu caro Wellington Fagundes, quero agradecer a V. Exª a colaboração que tem dado, inclusive presidindo esta reunião, também aos Senadores aqui presentes e ao Senador Donizeti, que de pronto subscreveu nossa solicitação.

Quero comunicar que a Senadora Lídice da Mata mandou-me uma mensagem, a Senadora teve que ir a Goiânia hoje de manhã. E o Senador Otto, que está agora numa reunião com nosso Governador do Estado, Rui Costa, na Secretaria de Portos, comunicou-me que, assim que sair da audiência, virá para esta reunião.

Sr. Presidente, eu queria começar com duas coisas. Primeiro, um pouco da minha indignação com o comportamento da Advocacia-Geral da União. Já de pronto, quero avaliar com esta Comissão a possibilidade de produzirmos um documento que seja encaminhado ao Advogado-Geral da União, não só para que ele não cometa esse tipo de absurdo. Não é possível que um ministério responda na noite anterior a uma audiência pública que desconhece o projeto. Esta audiência pública não foi solicitada na noite de ontem. Portanto, a Advocacia-Geral da União deve ter recebido isso, no mais tardar, numa quinzena de maio de 2015, portanto, com tempo suficiente para que seus procuradores, ou melhor, seus servidores pudessem identificar o processo.

É uma completa falta de respeito. É uma situação que acho importante avaliar a partir de como são tratadas essas questões.

Lamento, e mais ainda quando a gente ouve o relato do chamado caminho de volta. Se devolvem as coisas para a Secretaria-Geral, e a Secretaria-Geral vai e comunica, meu caro Wellington, que aquilo está judicializado. Quer dizer, a Advocacia-Geral da União diz que está na Secretaria-Geral da Presidência, tentando tratar isso como se fosse uma questão de mobilização social, uma questão desse tipo. Estamos tratando uma questão de caráter jurídico. Aí, depois, a própria Secretaria-Geral da Presidência informa que o processo está judicializado, e é óbvio que é por isso que a Secretaria-Geral não foi o primeiro órgão suscitado por nós para que este debate pudesse ser promovido, porque a questão está exatamente judicializada.

E lamento mais ainda o desconhecimento do organismo de Governo, levando-se em consideração que isso não é uma matéria nova e isso não é uma matéria inerente só à Bahia. Esse é um processo que se arrasta no Brasil inteiro, temos diversos casos desse tipo. Estamos tratando de uma área que, num período... Inclusive correto, não há nenhum tipo de leitura contrária ao processo de surgimento do Lago de Sobradinho, obviamente que, para aquele período, era muito importante que a gente buscasse a intervenção com várias intenções. A primeira delas era até para regular a vazão do rio. Óbvio que a intenção principal de um lago é promover o armazenamento de água para duas finalidades. Uma finalidade é a de geração de energia. Portanto, você não guarda energia, você guarda água. Na hidroeletricidade, é assim que funciona. E outra era a maior de todas as promessas para o Lago de Sobradinho: que nós teríamos condição efetiva de promoção de toda uma região através do processo de irrigação, portanto, o uso dessa água do lago.

Eu conversava neste instante com o Senador Donizeti e eu dizia que é lamentável que alguém na beira de algo que tem água permanentemente... Então, não podia faltar política de irrigação, política de promoção, inclusive para produção de alimentos.

Uma coisa é ser ribeirinho de um rio que é temporário. Eu conheço essa história da Bahia muito bem. Fui Deputado Federal por quatro mandatos, e uma das coisas que notabilizou meu mandato foi o fato de andar o Estado. Eu chegava a rodar 180 mil quilômetros por ano, meu caro Wellington. Era minha média de quilometragem. E nunca tive avião, portanto, era sebo de carneiro nas canelas, e muita rodagem. Então, por exemplo, caminhei por vários vales. Tive oportunidade, como Deputado, de aportar recursos a um afluente do São Francisco, por exemplo, chamado Rio Santo Onofre, que adentra a cidade de Paratinga e vai até o vale, chegando à serra, próximo à cidade de Macaúbas. Cansei de andar ali, são 70km adentro. Tive oportunidade, por diversas vezes, de aportar recursos para fazer minibarragens. O Rio Santo Onofre é um rio que seca, é um rio temporário.

Então, esses ribeirinhos, naquela época, constituíram como oportunidade de vida usar a beira do rio. E aqui posso citar até o nome de um, para deixar bem a referência, por diversas vezes dormi na casa dele: o velho Vitorino, ou Vitu, como a gente chama. Em 2000, nós já falávamos em usar a energia solar nessa região. Não chegava energia da hidroeletricidade, então, a gente já tinha placa solar, em 2000, com bateria. Vi até um programa do Fantástico, no domingo, mostrando que é possível usar a energia solar para movimentar uma bomba para tirar água do poço. No ano 2000, esses agricultores já me pediam para fazer emenda para isso, numa época em que a gente não tinha tecnologia nenhuma. Só que com uma diferença: esses ribeirinhos do Santo Onofre, esses ribeirinhos de rio de cacimba, de uma parte do trecho do Jacurici, uma região, inclusive, onde meu pai, durante muito tempo, manteve uma propriedade... Quantas vezes fui com meu pai para lugares onde, no período da chuva, a gente passava amarrado numa corda, para não morrer afogado, mas, no período da seca, era tranquilo, não havia nem referência de água de rio?

A estrada é cortada por três ou quatro riachos oriundos do Jacurici, onde se vive uma expectativa das mais complicadas. Daí surgiu o açude da Camandaroba, que era um açude próximo, construído pelo DNOCS na época para permitir que essas pessoas tivessem água permanente, não só o acesso à água para o consumo, mas o acesso à água como um bem para a produção, inclusive para extrair a sua sobrevivência.

Quando o lago de Sobradinho foi projetado, era uma área de 4.200 metros quadrados mais ou menos, 4.200 quilômetros, uma área imensa, que tomou uma região inteira. A população, para se ter uma ideia, da época do lago, se não me falha a memória, era algo em torno de 12 mil pessoas atingidas. Hoje, só a cidade de Casa Nova tem 70 mil habitantes. Os dois poetas Sá e Guarabira cantaram isso numa música muito interessante, que dizia: "Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho. Adeus!" Inclusive é a tese de o sertão virar mar ou o mar virar sertão. E hoje nós temos as grandes contradições.

Semana passada, nós fizemos um debate sobre a questão da cunha salina, lá na Foz do São Francisco. Esse mesmo lago que é formado pelo São Francisco deságua na fronteira entre Sergipe e Alagoas, já no caminho de Carira. E hoje o que se vê é que o rio não chega ao mar. O que se ouve como trajetória e como ditado, meu caro Senador, é que todo rio corre para o mar. O São Francisco não está conseguindo chegar ao mar! A cunha salina, que é exatamente a invasão da água do mar no rio, nesse trecho de que eu falei aqui, da Foz do São

Francisco, atingiu, provavelmente há 15 ou 20 dias, algo em torno de 16 quilômetros, o que significa alteração da fauna e da flora, o que significa mudar, meu caro Donizeti, completamente a vida das pessoas nessa região.

O processo que nós vivenciamos não foi pequeno. Eu acompanhei de perto, por exemplo, os índios tuxás, que hoje estão na beira do São Francisco, na cidade de Ibotirama, mas eram pertencentes à aldeia que resultou no Lago de Itaparica. Os índios fizeram a opção de ir para o oeste da Bahia, portanto saíram do norte da Bahia. A região do Lago de Itaparica, para quem não se localiza muito bem com relação ao que estamos falando, ao norte, é exatamente a região fronteiriça ou até, como brincamos muito lá, a tríplice fronteira entre Bahia, Pernambuco e Alagoas. Ainda tem a parte debaixo, de Sergipe. Nessa região, nós temos Xingó, Itaparica, Paulo Afonso. Os índios saíram dali e foram para Ibotirama.

Quantas vezes eu participei de tentativas de negociação com a Chesf, para os índios ocuparem a Chesf, em Salvador?! Tive a oportunidade de participar, ao longo de toda essa trajetória, dessa luta.

O que nós pedimos aos órgãos públicos não era favor para 240 famílias, mas a aplicação de políticas. Essas pessoas foram remanejadas, saíram do seu *habitat*, foram transferidas para outra região. E se não tivessem condições, eu até admitiria.

Temos outras experiências assim complicadíssimas. Na Bahia, há uma cidade chamada Serra do Ramalho, que foi constituída por agrovilas. Portanto é uma cidade que nasceu sem identidade, porque é uma cidade de remanejados. Tem gente de todo canto do Estado da Bahia, até de Pernambuco. Retiramos as pessoas da beira do rio e levamos para o oeste, meu caro Donizeti, para uma região onde vivem em agrovilas. Então é responsabilidade, sim, do Poder Público e, neste caso particular, da Chesf e da União prover as condições. Ninguém remove alguém de um lugar para outro sem assumir a responsabilidade.

A Chesf poderia tranquilamente adotar políticas de irrigação, trabalhar com a capacidade de estimular e treinar essas pessoas para atividade correlata com o ambiente em que vivem hoje. Essas 12 mil pessoas de que falei, que viviam na região quando da constituição do lago de Sobradinho, elas foram atraídas para a região da Bahia pela mineração. O objeto de deslocamento desse povo na época foi exatamente por ser uma região que possuía minerais. Aliás, o nosso Vereador – está aqui o Vice-Prefeito Francisco –, o nosso ex-Vereador de Sento Sé, Francisco, o Jackson, durante muitos e muitos anos, vivia exatamente da exploração de pedras e de minerais para a sua vida. Sento Sé é uma das cidades...

Para se ter uma ideia da dificuldade desse povo, meu caro Presidente, há um distrito na cidade de Sento Sé que fica a 200 quilômetros da sede. Eu não estou falando de área desse tamaninho, não! O Município de Lauro de Freitas, que fica perto de Salvador, tem 60 quilômetros quadrados. É um Município desse tamaninho. Um cara a 60 quilômetros por hora tranquilamente cruza o Município. O Município de Madre de Deus, que fica na Baía de Todos os Santos, que fica numa região exitosa, que tem uma grande área da Petrobras chamada Temadre, deve ter 25 quilômetros quadrados. Não sei nem se tem tudo isso. É uma nesga. O Município de Sento Sé vai pegar pelo menos milhares de Municípios de Madre de Deus dentro dele. E não tem nenhum Temadre da Petrobras, não tem nenhuma base de operação. Nós estamos falando de Municípios que são gigantescos em termos de estrutura física e diminutos do ponto de vista de suas oportunidades para o seu povo.

Então nós temos uma situação que não é qualquer uma. Se dissessem assim: "Está bom, os caras estão vivendo num lugar para onde eu tenho que deslocar água"... A água está na beira! Todos esses Municípios que foram atingidos por barragem, ou seja, os novos Municípios nasceram à beira do Lago de Sobradinho. Se chegarmos a Pilão Arcado, o Lago de Sobradinho está ali próximo; Sento Sé, idem. A própria cidade de Sobradinho nasceu exatamente em decorrência disso, já no entorno da própria barragem. Portanto são cidades que foram construídas. Nós tínhamos condição de projetá-las. É diferente daquela época de 12 mil habitantes, quando as pessoas se aglomeraram. Essas novas cidades foram projetadas. Agora, que porcaria de projeto é esse que não leva em consideração as alternativas de vida? Se tivesse sido feito por alguém que não sabia fazer projeto, eu até admitiria. Seria possível dizer: "Não, as pessoas foram lá e fizeram casas na base do sopapo".

Então, na realidade, havia toda uma condição para isso ser inclusive modelo. Nós não deveríamos estar aqui reclamando de algo que não funcionou. Nós deveríamos estar aqui comemorando um modelo exitoso de alocação de pessoas em outra atividade, outro tipo de vida, inclusive muito mais condizente do que aquele para onde elas se deslocaram na época.

Volto a dizer, o Lago de Sobradinho, por mais que baixe a sua vazão, por mais que desça o seu volume d'água, melhor dizendo, é difícil de secar. O São Francisco tem uma vazão hoje, sei lá, de 940 metros cúbicos por segundo, muito baixa por sinal. Se analisarmos a vazão do São Francisco, eu não quero nem analisar na época em que o São Francisco foi assim batizado, pois seria covardia, mas tranquilamente nós chegaríamos a algo como duas vezes e meia ou três vezes mais de vazão. Nós estamos falando de uma vazão de 960 ou 940. O São Francisco já bateu 2.400 de vazão; num período crítico, já chegou a 1.700. E estamos falando de 960.

Então há toda uma necessidade de se olharem esses aspectos, de permitir... É intervenção simples, adotando técnicas de energia, adotando novas técnicas de irrigação, adotando técnicas para permitir, por exemplo, que o sujeito possa utilizar aquele pescado. A cidade de Casa Nova, por exemplo, tem uma colônia exitosa de pescadores. Por diversas vezes, eu estive lá para contribuir com isso. À época, com um ex-Deputado nosso, falecido, Paulo Jackson, nós fomos várias vezes para essa região, para ajudar essas colônias. Portanto, trata-se de organizar essas colônias de pescadores, organizar para que as pessoas possam tirar do pescado do lago a sua sobrevivência. O que não se pode é ficar dependente só do pescado se tem condição de irrigar.

Ora, meu caro Wellington, as experiências mais exitosas de irrigação, inclusive com fruta para exportação do Brasil, estão nas cidades de Juazeiro e Petrolina, agora, tudo mantido pelos grandes. Para os ribeirinhos, coisa nenhuma. Se você chegar hoje a um dos principais hotéis de Tóquio – vou dar o nome do hotel -, Hotel Osaka, numa das regiões mais caras de Tóquio, se você tomar o café da manhã lá nesse hotel, em Tóquio, você vai encontrar fruta saída exatamente desse vale. A região hoje se arvora a produzir vinho. Talvez ainda não tenha chegado ao vinho da região de Champagne ou, sei lá, à região do Priorat ou à região de Valladolid. Nós estamos disputando no mundo com uma das regiões exitosas. Por que isso? Porque tem irrigação, está produzindo lá uva de boa qualidade. Se analisarmos friamente, no Priorat, que é uma das regiões exitosas da Espanha na produção de vinho, o solo é igualzinho ao dessa região. A única diferença é que do outro lado tem política, do lado de cá tem opressão.

Então, não dá para entender por que essas coisas funcionam desse jeito. E volto a dizer que a reivindicação desse povo, que se resume a 240 famílias, é para tentar resolver esse impasse de uma geração que já se foi, uma geração que remanesce e a expectativa é de que essa geração comece inclusive a entrar num processo de padecimento. Fala-se em fazer coisa do arco da velha, viajam daqui para acolá. "Ah, vamos implantar não sei o que não sei aonde e não sei aonde." E no lugar que tem todas as condições, não se faz nada! Absolutamente nada.

A região hoje recebe vários projetos de energia eólica. Os projetos mais importantes de energia eólica estão nessa região, como o parque de Sento Sém, investimento altíssimo. No Lago de Sobradinho está sendo experimentada agora toda uma tecnologia para a utilização de placas solares sobre o lago. Estamos falando em experiência... Aliás, tem mais! Tem um Minha Casa, Minha Vida usando energia solar lá em Juazeiro. Então, cheio de coisa exitosa. Para quem, cara pálida? Só para os mesmos de sempre?

O canal de irrigação que alimenta... Eu não quero citar o nome de nenhuma grande empresa, mas as grandes empresas que hoje processam frutas ali na região e outros produtos, todos os seus proprietários estão milionários. Portanto, esses caras vão lá e bancam um canalzinho – bancam, não, perdão; sustentam –, usam o canal, porque foi tudo construído, Donizeti, com recurso público. Agora, para essa gente é mais difícil, não dá para fazer. É mais fácil fazer para um que está cheio de dinheiro do que fazer para 240 que, inclusive, foram remanejados. Esses que foram para lá para explorar fizeram isso para ganhar dinheiro. Quem foi remanejado para lá está ali para sobreviver.

Esse é um negócio que machuca muito, dói na alma. Talvez para quem está aqui em Brasília... É por isso que a frieza de um sujeito que assina um documento desse... Talvez o sujeito que assinou esse documento não saiba nem onde fica Sobradinho. Se derem a ele um mapa, há o risco de que ele dê uma olhada na Austrália e depois nos Estados Unidos tentando procurar.

Eu tenho duas netinhas que, brincando comigo... São duas irmãs. Júlia tem três anos e Luiza vai fazer dois agora, inclusive, na próxima segunda-feira. E Júlia começou a me pressionar muito: "Vovô, vovô, vovô, eu quero um planeta Terra, um planeta Terra!" Eu corri atrás para comprar um globo, tentei comprar inclusive uma peça que eu vi. Um sujeito conseguiu botar o planeta com todos os planetas em volta e, inclusive, o sol. A maior pergunta delas é: "Vovô, por que a Terra roda e vem o dia e a noite?" Aí eu comprei o planeta Terra para ensinar a ela e tal. Cheguei um dia em casa, de viagem, e ela estava o dia inteiro: "Vovô? Cadê vovô? Cadê vovô?" E só mandando pelo celular o recado: "Não esqueça o meu planeta Terra". Eu saí daqui de Brasília semana passada, na quinta-feira, e fui direto, antes de ir para casa, comprar o tal do planeta Terra. E Luiza tem menos de dois anos, vai fazer dois anos segunda-feira. Na sexta-feira, quando eu estava em casa, ela estava brincando lá com o globinho e disse apontando o dedinho: "Vovô, a gente mora aqui". Portanto minha netinha que não tem nem dois anos bota o dedo no globo e já sabe aonde é o Brasil.

O cara lá da AGU talvez bote o dedo ali no globo e não saiba nem onde fica Sobradinho, porque assiste com frieza, não tem nenhum envolvimento, trata isso como quem trata qualquer folha de papel, como qualquer processo que chega. Não identifica que por trás desse processo tem vida, meu irmão. Tem gente que está lá o dia inteiro tentando arrancar vida com a mão. Não é qualquer coisa, não. Não é o sujeito que todo final de mês vai à sua conta e está lá o salário. O cara tem que meter a mão todo dia na terra, tem que correr trecho para chegar ao final da tarde e saber o que bota dentro de casa para comer. Então não é nessa frieza que se analisa um

processo desse. O sujeito analisa, não está aqui, vai lá para a Secretaria-Geral, com um verdadeiro desrespeito, sem ter inclusive a capacidade de cumprir o papel para o qual foi designado. Então é um negócio de estarrecer.

Se essa coisa tivesse um ano ou dois, Wellington, eu até me acomodava. Está bom, nós estamos processando, está novo. Nós não estamos falando de um ano ou dois. Nós estamos falando de gerações. Pelo amor de Deus! Não é possível que ninguém se sensibilize com isso! Depois vai um bocado de governante para lá: "Vou inaugurar não sei o quê!" Aí aperta um botão para jogar água. Para quem? Esses canais vão continuar alimentando só, e somente só, as figuras que vão lá e montam impérios.

Eu conheço essa região, Wellington, de andar muito com o meu amigo Grampão, lá no riacho, na beira lá, até a hora em que um jacaré velho se atrela a uma droga de rede daquela. Quando o cara tira o jacaré, lá vem: "Não pode! Tem que devolver o jacaré para lá!" Como é que eu vou devolver o jacaré para lá? O jacaré vive preso na rede, depois o cara vem lá e diz: "Não, vocês mataram o jacaré". Aí o cara ainda tem que dar um jeito de tirar a rede com o jacaré vivo. Legal, ainda tem isso! Há uma expressão que se usa muito no Acre, não é nem na Bahia, não. Eu estava brincando com o Jorge Viana lá. Quando a coisa está difícil, o cara se agarra no jacaré achando que é tronco.

Portanto é esse tipo de coisa. Não estou de brincadeira, não, porque eu estive lá. Você se lembra, Francisco? Nós estivemos lá numa época inclusive de perseguição. Eu fui lá como Deputado Federal para ver um processo de perseguição. Fui lá com uma comissão de direitos humanos. E no dia, exatamente, tinha morrido um jacaré numa rede dessa e o pessoal estava acusando o povo de ter matado. Se o jacaré morreu, vai ter que comer! Vai fazer o quê? Vai jogar o jacaré no mato?

Esse tipo de vida naquela região não é fácil. Mas para sair de Sento Sé, por exemplo, para Juazeiro, são 200 quilômetros de estrada. E é fim de linha. Agora, no ano passado, por exemplo, a única estrada federal que conseguimos fazer na Bahia, depois de muita insistência... Eu, por exemplo, tenho mais de dez anos botando recurso para fazer a estrada federal que nós chamamos de BR-235. A Bahia, meu caro Wellington, só tem pronta uma estrada leste/oeste. Toda BR que começa com 2 é uma leste-oeste. A Bahia só tem uma, que é exatamente no centro da Bahia, a 242, que sai do Paraguaçu, que é um baita rio, e vai até a divisa da Bahia com o Estado de V. Exª, meu caro Donizeti...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E o Mato Grosso também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E o Mato Grosso, a 242.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Que integra toda a nossa região, o centro-oeste também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É a única estrada pronta.

Então, nós tentamos fazer mais duas: uma leste-oeste ao norte e outra leste-oeste ao sul. Essa leste-oeste ao norte sai de Sergipe e vai até o Piauí, a 235. O único trecho que conseguimos fazer recentemente foi na região de Remanso, e mesmo assim pouca coisa, estamos tentando terminar, estamos tentando chegar com ela lá em Carira, para chegar à foz, e estamos tentando chegar cá no Piauí com a 235. É uma região que padece de estrada.

Agora nós estamos fazendo um projeto ousado para tentar promover o abastecimento de água mais acima, acima do lago, lá na região de Campo Alegre de Lourdes, onde também temos uma reserva mineral muito grande. A região é rica em minério, calcário, pedras preciosas, e água. Se o solo fosse ordinário, não dava uva! Aliás, este é o segredo da uva: quanto mais difícil o solo, meu caro Donizeti, melhor é a uva, porque a raiz se aprofunda para buscar nutrientes. Essa é a tese da uva, que é a mesma tese das oliveiras. É por isso que você vai encontrar no mundo inteiro o seguinte: no lugar onde geralmente o cara planta uma parreira, ele planta uma oliveira. Em alguns lugares do mundo, a oliveira, hoje, é o defensivo agrícola natural da parreira. É por isto que todas as grandes vinícolas viraram grandes produtoras de azeite: porque plantam as duas coisas. Esse terreno é o mesmo terreno que existe na região, o mesmíssimo terreno!

Por que o incentivo não pode ser dado? Não estamos pedindo favor para essas famílias, estamos pedindo condições para essas famílias viverem, e há todos os meios para chegarmos a isso.

Então, quero encerrar pedindo à Comissão que pudéssemos extrair desta audiência pública aqui algumas iniciativas.

A primeira delas... Eu quero, inclusive... Eu não gostaria de me dirigir pessoalmente ao Advogado-Geral da União, eu preferiria que a Comissão fizesse o comunicado a ele, primeiro, da conduta de desrespeito da AGU em nos comunicar... Eu recebi o comunicado ontem à noite no plenário – chegou aqui à Comissão, e a Comissão prontamente levou ao Presidente da Comissão, que estava no plenário ao meu lado e me chamou para mostrar a hora em que tinha chegado o ofício comunicando essa decisão. Você agora se dispõe a conversar? Por que não se dispôs a conversar em abril, ou melhor, no início de maio, quando a Comissão provocou o órgão de Governo para essa conversa? O que é que há? Por que não? Então, cobrar oficialmente... Eu não quero fazer... Até disse ao Davi Alcolumbre ontem que talvez o que deveríamos fazer era convocar o Advogado-Geral da União,

que hoje é Ministro de Estado, portanto, caberia tranquilamente meter um requerimento aqui convocando-o a vir para cá. Mas eu não sei se a presença dele aqui hoje, sincera e honestamente... Eu já cheguei à conclusão de que a convocação do Advogado-Geral da União não resolveria o problema. Significaria eu gastar um instrumento, me chatear para trazer alguém para cá para falar nada de nada, sinceramente.

Então, eu vou optar por um caminho que é um caminho que eu acho que é... Seria importante se a Comissão pudesse notificar, mas eu vou procurar, inclusive, o Supremo Tribunal Federal. Acho que é importante isto: buscar as instâncias do Judiciário para provocarmos, efetivamente, essa discussão, assim como fizemos no caso dos índios, assim como fizemos na questão da demarcação de terras, meu caro Donizeti – envolvemos o Supremo Tribunal Federal –, assim como fizemos nos processos que envolviam novos trechos, novas construções, linhas de transmissão e coisas do gênero, que envolviam barragens, atingidos, áreas, remanejamento. Então, vamos tomar essa providência.

Eu gostaria muito de contar com a aquiescência da Comissão, com o apoio da Comissão desta Casa para que pudéssemos, a partir dessa audiência... Não podemos ficar aqui só na manhã de lamentos. Podemos ir para os encaminhamentos. Isso é importante para que tenhamos condição de fazer dessa questão, talvez, até um paradigma para resolver outras.

Volto a insistir: não estamos falando de nada que não possa acontecer, até porque nós já tivemos várias experiências desse tipo com desdobramento e com desfecho. Não faz sentido a União achar que tem que esperar o resultado de uma sentença judicial para tomar medidas que podem ser adotadas imediatamente pela Chesf ou por qualquer outro organismo, como a própria Codevasf, que atua na região, ou até pelo Ministério do Desenvolvimento Social, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o envolvimento das instâncias de governo para que, de forma combinada e articulada, pudéssemos produzir políticas ali – por exemplo: com a utilização do Pronaf, com a utilização de recursos da pesca, com a utilização de recursos do Bolsa Família.

V. Exª falou há pouco em Santana dos Brejos. Eu me lembro de que uma vez, meu caro Wellington, o pessoal chegou a Santana dos Brejos e convenceu todo mundo lá a plantar cana. Aí, botou o povo lá... "Estamos agora na política da cana" e depois deram um cano em todo mundo. Não adianta chegar lá e dizer para essas pessoas... É modismo! Aí, o sujeito muda de cultura, mas não tem assistência, não tem assistência técnica, não tem acompanhamento, não tem recurso. São fatos e fatos repetidos historicamente, erros cuja continuidade não podemos mais permitir.

Então, eu queria, nessa linha do encaminhamento, que pudéssemos adotar essas medidas e fazer com que efetivamente esses atingidos pelo Lago de Sobradinho possam ter a oportunidade de desfrutar... Nós ganhamos energia de Sobradinho, mas quem está ao lado de Sobradinho a última coisa que ganha é energia. Eu não duvido nada de que ainda possamos ter situações das mais complicadas. Deve haver gente na beira do Lago de Sobradinho que ainda usa, como dizem na gíria lá, alguma luz de fifó – isso diminuiu muito, porque o programa de Lula, o Luz para Todos, terminou conseguindo atingir todo mundo.

Eu me lembro de que uma vez eu passava por Santana do Sobrado, que é uma localidade que quer até se emancipar agora – é na saída de Casa Nova –, e a turma de Santana do Sobrado, todas as vezes que passávamos por lá, o pessoal dizia: "Pinheiro, está aumentando aqui! Agora já há luz para todos em todo canto e agora há mais gente. Por isso agora a gente quer virar cidade!". Essa foi uma das grandes políticas adotadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu estive com o Presidente Lula, Donizeti, quando completamos 150 mil unidades alcançadas pelo Minha Casa, Minha Vida. Isso foi feito lá no Derréis. Derréis é uma localidade que fica entre Santo Estevão e Rafael Jambeiro, no meio lá. Na realidade, cortando um pouco pela 116 adentro, entrando ali, fica o Derréis. Ali, entre o Derréis e o caminho de Rafael Jambeiro, fomos com Lula. Uma das coisas que mais me chamou a atenção foi exatamente uma dona da casa dizer a Lula o seguinte: "Eu agora fico brincando aqui com o interruptor, batendo toda hora no botão" – em Salvador muita gente chamava de "chuíte", termo que vem do inglês e terminou ficando lá, mas no interior chamam de botão, interruptor. Outra coisa que ela disse: "Lula, sabe como é que eu via meus meninos? Eu pegava o candeeiro, olhava a cabeça, depois corria com o candeeiro velho para ver o pé, para ver o que estava descoberto. Agora é só bater aqui no botão e iluminar o menino todo!". E os meninos diziam: "Agora vamos poder estudar à noite, porque com a luz de vela a letra ficava sambando". À medida que o vento velho batia à noite ali, no cordãozinho mergulhado no querosene, um candeeiro, na maioria das vezes, feito de garrafa de vidro ou de zinco, bem produzido o candeeiro... Agora, a letrinha de noite, Wellington, não vai balançar mais.

A minha esperança é de que o povo que está vivendo na beira do Lago de Sobradinho possa ter acesso a essa água, acesso à irrigação e, principalmente, acesso à vida.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência gostaria muito de parabenizar o Senador Walter Pinheiro por ser sempre atuante nesta Casa em vários temas. Hoje, agora há

pouco, estávamos na Comissão de Infraestrutura e S. Exª deu uma aula para todos nós sobre um tema relevante, que é a implantação das torres de telefonia nas cidades, uma área que ele estuda muito. Percebemos que, quando ele vai a um assunto, vai ao fundo, vai buscar na raiz. Aqui ele demonstrou também essa competência na defesa de um caso que, na verdade, é da Bahia, mas temos esse exemplo em muitos lugares do Brasil.

Há até a indignação de muitos ao ver uma obra pública que é feita impactando uma comunidade, que não recebe diretamente nenhum benefício. Isso aconteceu no meu Estado, Senador Walter, com a implantação da ferrovia no meu Estado, na minha cidade, uma cidade pequena, a mais de 2 mil trabalhadores, o que causou um impacto ambiental e social muito grande e a prefeitura pequena teve de cuidar de tudo aquilo. A obra segue, vai para novas cidades e fica o rastro, porque a prefeitura não consegue atender à questão da saúde, enfim, todos os demais problemas se não tem apoio para receber essa população. Os senhores sabem que, desde doenças, prostituição e outras coisas acabam atingindo uma população que não está preparada para aquilo, para uma mudança abrupta, até cultural.

Por sugestão do Secretário da Comissão, Senador Walter, V. Exª poderia fazer um requerimento para ser encaminhado pela Comissão para o Ministro Adams, que teria 60 dias de prazo para responder, cometendo crime de responsabilidade se não o fizer. Então, é uma sugestão que ficaria como encaminhamento: requerimento de informação sobre tudo que foi discutido.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Donizeti, de convidar para assumir a Presidência o Senador Walter, já que tenho uma consulta médica neste momento. Gostaria de pedir que S. Exª assumisse.

Passo a palavra ao Senador Donizeti, que é coautor deste requerimento.

V. Exª tem a palavra pelo tempo que entender necessário.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Sr. David Wylkerson, Cláudio Sílvio Basto, Márcio Moreira, José Gomes, agradeço o atendimento dos senhores em estar aqui, nesta manhã, para debater um tema tão importante, de grande relevância.

Conheço pouco do problema, não tenho o domínio que o Senador Walter Pinheiro tem sobre o assunto e sobre a exposição que vocês e ele fizeram aqui, mas de muito venho debatendo que, se mantivermos essa matriz de energia da água, as hidrelétricas...

Nós precisaremos mudar o modelo que tem sido levado a cabo. Os ribeirinhos têm que ser sócios da hidrelétrica e têm que ser recolocados na margem do lago. Eles fazem parte de uma cadeia que opera e toca a vida, que depende da água, sobretudo da fertilidade que o rio traz, que alimenta ano a ano as vazantes, a extração pesqueira e de outros produtos.

Quando fazem bem – neste caso nem indenizaram –, tiram o cidadão da margem do rio e colocam numa chapada, numa casinha quente, num lugar telado, numa moradia de baixa qualidade e querem que ele dê certo. Não vai dar certo. Se ele está na margem do rio e dependem do rio para fazer a hidrelétrica, no meu ponto de vista, Senador Walter Pinheiro, temos que encontrar um modelo em que ele seja participante do investimento.

Acompanhei o caso da Hidrelétrica de Estreito, na secular cidade de Babaçulândia, onde o cidadão, que está ali há muitos anos, teve a sua moradia avaliada em R$15 mil e querem indenizar, porque lá toma uma parte da cidade, com R$15 mil. Isso não vai resolver o problema dele. Então, nós precisamos fazer com que esses atingidos sejam participantes. Esse investimento vai dar retorno para o grupo investidor. Então, uma parcela desse retorno tem que alcançar, ao longo da concessão de 30 anos, também os atingidos por barragens, principalmente os que estão à margem do rio.

Quanto ao encaminhamento que posso dar, já que a Secretaria-Geral recebeu ontem o grupo e deu essa resposta, Senador Walter, é que esta Comissão também tem que ir, pressionar a Secretaria-Geral e fazer uma mesa dos interessados, da Advocacia-Geral e Secretaria-Geral, urgentemente, para debater o assunto, porque numa mesa que envolva os três: a Advocacia-Geral, a Secretaria-Geral e o grupo dos prejudicados pela construção da barragem de Sobradinho é que se poderá encontrar uma saída. Só dizer: "Está judicializado e agora vamos esperar o resultado" é um ato que não espero deste Governo, do qual defendo e participo desde muito. Então, acho que precisamos conversar com a Secretaria-Geral, com a Advocacia.

O encaminhamento que posso fazer, se for o caso, é que façamos uma outra audiência com os três atores. Podemos propor, não precisa da audiência, marcar uma audiência na Secretaria-Geral para que convoquem o Advogado-Geral e os representantes da parte tão sacrificada, pelo que pude perceber aqui.

Tem histórico. Pelo que entendi da fala do Sr. José Gomes, ele disse que, parece, numa época, os processos sumiram, desapareceram dos cartórios. É um trabalho de má-fé, de má vontade, de maldade para com essas famílias que não tem medida. Já vi no meu Estado cartório incendiado etc. Essas coisas, vira e mexe, acontecem. Penso que estamos modernizando e chegará o tempo em que isso não ocorrerá mais.

Então, o meu encaminhamento, Senador Walter Pinheiro, tenho que ir para a Secretaria de Direitos Humanos, porque o Paim está me convocando, sou titular lá e suplente aqui, mas esse tema me interessa, penso que nós deveríamos fazer esse encaminhamento, colocando a Secretaria-Geral, a Advocacia-Geral e a parte interessada também com a presença da Comissão, para ver se conseguimos tirar o encaminhamento que seja melhor do que essa resposta fria e matemática que o Governo deu neste momento.

Obrigado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ao ouvir a manifestação do Senador Walter Pinheiro, não resta dúvida de que ele trouxe um assunto extremamente relevante que, de fato, não deveria merecer ou estar sendo tratado assim, digamos, nesta oportunidade, uma vez que um assunto tão pequeno deveria ter sido resolvido há muito tempo, especialmente por se tratar de uma questão de humanidade. São 240 famílias apenas que estão ao lado de um lugar que tem água, existe terra, existe sol, existe energia elétrica, uma vez que o próprio lago foi construído com esse propósito, e existe gente que quer trabalhar, que quer ter a oportunidade de reconstruir a sua vida, a sua atividade econômica com dignidade. E é muito fácil. Deveria ter sido resolvido.

Nós esperamos que a própria Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco tenha essa sensibilidade de criar um programa, até por sua responsabilidade social. Se não for, digamos, sob a ótica de indenizar, de reconstruir a vida dessas 240 famílias, que seja sob a ótica da responsabilidade social desse próprio empreendimento, que deslocou essas famílias dos locais onde viviam, onde já tinham criado a sua sistemática de vida, e, em razão disso, estão aí há 30, 40 anos, sofrendo. Eu imagino que os filhos desses que já partiram tenham uma profunda dor no seu peito de saberem que os seus pais partiram sem que tivessem presenciado, vivido uma solução.

Então eu acho que o assunto, até pelos que aqui se manifestaram, é muito oportuno. E sobretudo a indignação do Senador Walter Pinheiro manifesta, em profundidade, esse sentimento que, com certeza, envolve todos aqueles que têm proximidade com o problema, principalmente essas famílias que muitas vezes não têm voz. Portanto, esse instrumento de hoje passa, digamos, a criar alguma expectativa de vez. Tomara que nós sejamos felizes em encontrar, através desta audiência pública, um encaminhamento que possa, no curto prazo, devolver a esperança de uma solução para essas 240 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado.

Bom, eu vou caminhar para o encerramento e fazer esse encaminhamento aqui proposto para que a gente, inclusive, dê desdobramento a esta audiência. Vou pegar a sugestão, inclusive, do Senador Donizeti.

Particularmente acho também que não há necessidade de outra audiência pública. Acho que o correto agora é atacarmos as diversas frentes. De modo próprio, inclusive, vou fazer a provocação no Supremo Tribunal Federal. Já havia conversado com um dos membros daquela Corte e vou procurar agora o Presidente. Tinha procurado um Ministro para conversar sobre esse tema, até porque fizemos isso várias vezes com o Supremo em outras frentes. Há uma frente. Por isso até eu tinha sugerido que aqui na Casa esse debate fosse patrocinado exatamente nesta Comissão, porque aqui tem sido debatido muito a questão do São Francisco. Aprovamos aqui recentemente um projeto da própria Senadora Lídice e há um debate em curso, encaminhado pelo Senador Otto Alencar, que diz respeito à própria questão da revitalização. Eu agora sou relator de uma matéria, inclusive, apresentada pelo Senador Otto, que trata da questão dos ribeirinhos e tem a ver exatamente com a questão da diminuição e do trato dado à questão do imposto territorial à margem do São Francisco. Então a ideia de trazer para cá era exatamente entendendo que esse é o foco que acho importante a gente tratar. Agora, não adianta eu falar em recuperar o rio, retomar a questão da mata ciliar e resolver o problema de vazão quando a gente tem um conjunto de pessoas ali na beira do rio padecendo.

Eu falei muito aqui do Lago de Sobradinho, mas é importante lembrar que a gente tem problema do outro lado também. Temos problema lá na Barra, temos problema lá em Xique-Xique. Em todos esses lugares, se as pessoas fizerem um pouquinho de exame, criarão na cabeça uma imagem. Nós estamos falando de um lugar que tem água que não acaba mais. A Barra do Rio Grande, como é chamado o Município, é inclusive o ponto de encontro de dois rios. Não é só o Rio Grande, não. Ainda tem o velho São Francisco. Portanto nós temos água de sobra. O problema é que está faltando uma atitude para que a gente possa implementar políticas nessa região.

Eu fico, meu caro Francisco, cada vez mais abismado, porque, como a gente anda muito nessas regiões, eu conheço o sofrimento das pessoas, a gente vê o sujeito vivendo lá na ilha, por exemplo, ali em Xique-Xique, no São Francisco, as pessoas passando dificuldade. Hoje, em vários daqueles trechos ali, as pessoas passam a pé, atravessam a pé, saem da ilha no meio do São Francisco para a beira a pé, sem nenhum problema. Não precisam mais pegar o barquinho.

Nós tínhamos trechos navegáveis no São Francisco que eram um negócio assim esplêndido. Hoje há dificuldade. Nós tínhamos uma atividade econômica que era desenvolvida de Ibotirama até Juazeiro que levava o algodão da Bahia para lá. Ali de Juazeiro o algodão ia inclusive para algumas unidades de beneficiamento até no Ceará, uma empresa cearense chamada Icofort. Para quem não sabe, a Bahia produz 95% de todo o algodão

do Nordeste. Noventa e cinco por cento de todo o algodão do Nordeste é produzido na Bahia. E a gente não tem nem como escoar essa produção por hidrovia, problema sério. Uma imensidão de atividades poderiam ser potencializadas para gerar a renda, para gerar oportunidade, para criar condições na região. É inaceitável que isso não seja olhado de forma mais ajustada. Projetos de piscicultura, projetos, eu diria, de beneficiamento, enfim, uma série de outras coisas poderiam ser adotadas.

Então nós vamos tomar essas providências, buscando resolver essa demanda judicial, acatando aqui a sugestão até de levar uma comissão para promover, junto com a Secretaria-Geral da Presidência, uma reunião com todos os órgãos. Mas eu, particularmente, não vou abrir mão. Já que a querela é judicial, então, vamos, como diz a história, na jugular desse negócio, até o fim e ao cabo. Vamos solicitar a entrada do STF para que esse processo possa, inclusive, subir, para que esse processo possa ser agilizado, para que esse processo possa correr e a gente ter uma sentença. Pior do que a negativa é o silêncio. Portanto a expectativa é de que...

Quem está sofrendo mais do que eu já viu inclusive a sua geração ir embora, principalmente os seus, as suas raízes irem embora, e não veem isso resolvido. Esse é um sofrimento.

Eu me lembro muito de uma coisa que eu conversava com meu pai. Minha mãe tem 90 anos, fez agora, este ano, 90 anos. E eu me lembro de que uma das grandes batalhas do meu pai era a legalização da casa. Meu pai foi uma figura que saiu da roça, foi embora para a cidade grande, e eu, como sou já dos últimos, já nasci na beira do trilho, porque o meu pai foi embora para Salvador, virou ferroviário. O maior dilema do meu pai era esse. Ele sempre dizia assim: "Eu vim da roça, eu tinha minha terrinha, vim para a cidade grande e morava numa casa que a gente pagava todo o ano ali". E a briga que nós estamos travando com o Governo Federal hoje, essa história de área de Marinha e não sei o quê, do dono, fulano de tal, famílias e mais famílias que até hoje ainda, na própria Salvador, vivem lá de casa em casa fazendo arrecadação como donos da cidade, essa foi uma briga da posse. Meu pai faleceu, foi embora e não viu a transferência definitiva de uma casinha que ele adquiriu assim que chegou à cidade de Salvador. Obviamente, depois de ter morado anos e anos num subúrbio ferroviário em Escada, depois se dirigiu para uma área que era fruto de aterro e ali comprou uma casinha. Faleceu e não viu a sua casa ser transferida para o seu nome.

Portanto, este é talvez o maior desespero desses atingidos por barragem hoje: o sujeito viu a sua geração ir embora e não vê nenhuma possibilidade de, no curto prazo, resolver as questões para que a próxima geração, dessa geração que restou, tenha oportunidade de viver dignamente no seu pedaço de terra, e não só viver, como dali também produzir.

Quem acompanha de perto essa experiência da agricultura na Bahia, todo mundo sabe que essas famílias tendem a ir distribuindo a sua terra com os filhos. Essa é uma lógica que é extremamente correta. E nem isso hoje a gente tem como um legado, como herança.

O Wellington falava aqui que o pai dele deixou um nome bom, porque não tinha nome bonito e nem tinha o que deixar.

Lá, do jeito que os cartórios estão dando sumiço nesses documentos, daqui a pouco vão dar sumiço até em certidão de nascimento. Extinção pelo registro!

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOIS DE SETEMBRO DE 2015.

Às dez horas do dia dois de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Vice-Presidência do Senador João Alberto Souza, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Simone Tebet, João Alberto Souza, Ronaldo Caiado, Randolfe Rodrigues, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Garibaldi Alves Filho, Dário Berger, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Walter Pinheiro, Gladson Cameli, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço, David Alcolumbre, Dalírio Beber e José Medeiros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas da 20ª e 21ª Reuniões, que é dada como aprovada. Conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião destina-se à Deliberação de Matérias. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 28, de 2015. "Requer, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 10, de 2015, aprovado em 08 de abril de 2015, que seja aprovado o presente Plano de Trabalho de Avaliação da Política Pública (artigo 96-B do RISF) voltada para o saneamento básico, em especial do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 29, de 2015. "Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no desempenho entre escolas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a partir da média das notas apuradas nas provas objetivas e de redação, se compararmos os estados e regiões do País." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Adiado. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 30, de 2015. "Requer seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para reunião de Audiência Pública com vistas a prover os membros da CDR com informações que possam subsidiar as discussões sobre políticas públicas e propostas de redução das desigualdades regionais e de desenvolvimento nacional. Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. Subscreve o Requerimento o Senador João Alberto Souza. Resultado: Aprovado. ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 31, de 2015. "Nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados os Srs. Alexon Luiz Felix Dos Santos, ex-Prefeito de Planaltina-GO; Padre Getúlio de Alencar, Ex-Prefeito de Santo Antônio do Descoberto-GO; Ernesto Roller, Deputado Estadual – GO; Télio Rodrigues de Queiroz, Presidente da Câmara de Vereadores de Luziânia-GO; Fábio Correia, Vereador da Câmara Municipal de Cidade Ocidental-GO; e Cassiano Franco, empresário do ramo imobiliário em Valparaíso-GO, para debaterem a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste." Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. Observações: Aprovado sem a relação de convidados, que serão posteriormente indicados pelos Senadores Ronaldo Caiado, Hélio José e Lúcia Vânia. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2014 - Não Terminativo - "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste". Autoria: Senador Aníbal Diniz. Relatoria: Senador Romero Jucá. Relatório: Pela aprovação com emenda apresentada pela Senadora Simone Tebet. Resultado: Adiado. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319 DE 2015 - Não Terminativo - "Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre (Substituído por Ad Hoc: Senador Hélio José). Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o Relatório. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2015 - Não Terminativo - "Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências." Autoria: Senador Donizetti Nogueira. Relatoria: Senador Gladson Cameli. Relatório: Pela aprovação com 2 emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2011 - Terminativo – "Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos locali-

zados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela Rejeição. Resultado: Lido o Relatório, encerrada a discussão e adiada a deliberação. ITEM 09 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a deliberação. ITEM 10 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, de 2013 - Não Terminativo – "Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta por acordo entre parlamentares presentes. Extra Pauta - ITEM 11 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 32, de 2015. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública com a finalidade discutir o Programa de Aviação Regional. Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados: 1.Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Eliseu Padilha; 2.Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys; 3.Presidente da Azul Linhas Aéreas, Sr. Antonoaldo Neves; 4.Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sr. José Adriano Castanho Ferreira; 5.Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Sr. Odilon Junqueira. Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Resultado: Aprovado. Observações: Aprovado como aditamento ao RDR 26/2015. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Alberto Sousa
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 20ª e da 21ª Reuniões da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Comunicado, convites.

Informamos o recebimento de Ofício da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), de nº 90, de 2015, enviado em 31 de agosto de 2015, relatando as ocorrências no Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, no Estado do Rio Grande do Norte, que podem comprometer a aviação civil naquele Estado.

O documento encontra-se à disposição dos Srs. Senadores interessados em consultá-lo na Secretaria de Apoio à Comissão.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à deliberação de proposições.

Pauta. Item 1. O autor da matéria não está presente. Assim sendo, fica adiada a votação desse requerimento.

Item 2. O autor do próximo requerimento também não está presente, que é o Senador Davi Alcolumbre.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no desempenho entre escolas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a partir da média das notas apuradas nas provas objetivas e de redação, se compararmos os estados e regiões do País.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre.)

Quanto ao requerimento constante do item 3, eu vou subscrevê-lo juntamente com o Senador Davi Alcolumbre, porque já está marcada a data em que o convidado vem prestar esclarecimento a esta Comissão.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 30, de 2015
- Não terminativo -

Requer seja convidado o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República para reunião de Audiência Pública com vistas a prover os membros da CDR com informações que possam subsidiar as discussões sobre políticas públicas e propostas de redução das desigualdades regionais e de desenvolvimento nacional.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre.

Subscrevem o Senador João Alberto e o Senador Davi Alcolumbre.

Em votação o requerimento.

Já antecipadamente, havia-se acertado com o convidado a comparecer aqui no dia 16 de setembro.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 4 é um requerimento de autoria do Senador Ronaldo Caiado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 31, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados os Srs. Alexon Luiz Felix Dos Santos, ex-Prefeito de Planaltina-GO; Padre Getúlio de Alencar, ex-Prefeito de Santo Antônio do Descoberto-GO; Ernesto Roller, Deputado Estadual – GO; Télio Rodrigues de Queiroz, Presidente da Câmara de Vereadores de Luziânia-GO; Fábio Correia, Vereador da Câmara Municipal de Cidade Ocidental-GO; e Cassiano Franco, empresário do ramo imobiliário em Valparaíso-GO, para debaterem a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, se assim o quiser, para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, a apresentação do requerimento decorre de uma situação que, a cada dia, se torna mais grave, necessitando ser encarada por todos nós devido ao grau de fragilidade com que a população da região do Entorno de Brasília vem vivendo nesses últimos anos.

Com o grau de violência, a situação caótica em relação à saúde pública e, ao mesmo tempo, a falta de garantias mínimas de uma segurança jurídica nos Municípios que aqui relacionei, que fazem parte do chamado Entorno de Brasília, estamos diante de uma situação em que essas cidades não apresentam nenhuma condição para que o cidadão ali tenha uma alternativa, seja de emprego, seja de ter uma tentativa de desenvolver a sua pequena ou microempresa. É uma região que passou a ser dependente da economia de Brasília em 100%. Há migração das pessoas para a Capital a cada dia – há cidades aqui cujo deslocamento das pessoas que ali vivem é de mais de 50%. É um quadro preocupante.

Como tal, Sr. Presidente, eu solicito aos pares a votação favorável à aprovação desse requerimento, para que possamos entender que a situação de Brasília é *sui generis*, não temos situação semelhante em lugar nenhum do Brasil. Nós só temos a Capital, que é incrustada no nosso Estado de Goiás, e, como tal, como existe a sede do poder, há uma expectativa de as pessoas migrarem para cá como uma alternativa de melhoria de qualidade de vida.

É lógico que Brasília tem o maior PIB *per capita* do País, Brasília é o maior IDH do País, mas, de repente, as pessoas que para cá vêm, na expectativa de, amanhã, desenvolverem uma atividade ou terem melhores salários, não têm como sobreviver em Brasília, no Distrito Federal.

Elas migram, exatamente, para essas regiões limítrofes do Distrito Federal, onde há um processo de, cada vez, aumentar mais as invasões e a ocupação daquelas áreas, de forma totalmente desordenada, sem que haja ali um saneamento básico, sem que haja ali um tratamento de água, de esgoto. Estamos assistindo a algo realmente deplorável.

Ao mesmo tempo, a criminalidade está atingindo proporções que hoje superam a da Baixada Fluminense. É a região mais violenta do Brasil hoje. O tráfico de drogas hoje na região é explícito, é à luz do dia. Qualquer colega que lá estiver vai ver os jovens consumindo *crack* durante todo o dia. Os mercados ou supermercados, todos, funcionam com a porta baixa, com um pequeno espaço onde fazem a troca da mercadoria, dada a incidência de assaltos no decorrer do seu dia a dia. É normal o cidadão ter sido assaltado 10, 12 vezes; isso é uma rotina lá.

Além disso, o transporte para Brasília está numa situação calamitosa. As pessoas têm que andar quilômetros e quilômetros a fio.

Então, Sr. Presidente, a solicitação que eu faço é de que possamos promover um debate mostrando essa realidade. E, ao mesmo tempo, dizer qual foi a finalidade da criação do Fundo de Desenvolvimento, seja do Centro-Oeste, seja do Norte ou do Nordeste. O Fundo de Desenvolvimento tem uma premissa básica, que é exatamente combater as desigualdades regionais. E é com esse objetivo que eu quero trazer esta matéria aqui à discussão, porque realmente não é justo que não tenhamos aí uma sensibilidade, ou, pelo menos, um gesto de solidariedade com as pessoas que serão responsáveis, amanhã, pelo funcionamento da capital do Distrito Federal.

Essas pessoas normalmente são funcionárias nas casas ou também nos prédios públicos de Brasília, e a vida dessas pessoas é extremamente vulnerável. Vemos a juventude toda caminhar para esse processo de disseminação de drogados hoje, e não temos nenhuma capacidade de promover outras alternativas, seja de desenvolvimento, seja de emprego, porque não há nenhuma indústria capaz de se instalar ali, diante de uma concorrência desleal que existe, pelas condições, que são muito mais propícias em Brasília do que no Entorno de Brasília.

Com isso, Sr. Presidente, eu encerro dizendo que, desde a época da criação de Brasília, a finalidade sempre foi a de se criar uma cidade para sediar os poderes, mas que fosse uma cidade com espírito de gestão, de administração dos poderes constituídos, mas não para ter condições que pudessem, amanhã, criar situações de desigualdade com os Estados que são limítrofes. Lógico que é o Estado de Goiás, é dentro do Estado de Goiás; parte de Minas Gerais também sofre essa influência, mas principalmente nós vivemos uma realidade que nenhum outro Estado do Brasil tem, e é uma realidade única em Brasília.

Ou seja, nós não podemos fazer uma comparação com outra cidade, uma capital de um Estado, porque a capital do Estado está contornada – lá sim – por Municípios que são do próprio Estado. Ali caberá ao governador e aos prefeitos se entenderem. Aqui em Brasília, não; nós temos duas unidades federativas distintas: temos o Governador do Distrito Federal e o Governador de Goiás. E o Governador de Minas Gerais.

Então, o transporte aqui é feito dentro de uma situação totalmente insuportável do ponto de vista da burocracia. Há a ANTT, porque se trata de deslocamento entre unidades federativas, e não na mesma unidade do Estado.

Então, são complexidades, diante de uma realidade que nós vivemos, e esta Comissão tem essa finalidade, que é a do desenvolvimento regional e de buscar contornar esses desacertos ou essas incongruências que cada vez se tornam mais graves, com o comprometimento das pessoas que ali vivem.

Então, Sr. Presidente, eu agradeço o tempo que V. Exª me concedeu. E eu peço aos nobres pares para que possamos ouvi-los. Se qualquer Senador quiser incluir outros nomes para que possam também participar da audiência pública, eu estou inteiramente à disposição para incluí-los no requerimento, mas é uma matéria que eu gostaria que esta Comissão pudesse discutir, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado, para ficar mais claro, o requerimento é basicamente sobre a redistribuição do fundo constitucional, uma nova fórmula.

Para discutir o requerimento, pede a palavra o Senador Hélio José.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Lúcia Vânia também para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senadora.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Bom dia, Senador João Alberto e demais Senadores desta Comissão. Realmente, o Senador Caiado tem plena razão: esta situação do Entorno de Brasília é de calamidade, falta de apoio total. Aqui em Brasília, temos um problema seriíssimo com nossos hospitais, que não suportam atender à população, pois têm que atender toda a população do Entorno o tempo inteiro; não há infraestrutura. A questão do transporte é lamentável. As pessoas demoram até duas horas e meia para chegar a Brasília para trabalhar. Chegam estressados o tempo inteiro. Falta segurança, faltam situações básicas necessárias de transporte, segurança, saúde e educação.

Com o nosso Partido, o PSD, até entramos com a ADPC (Ação de Descumprimento de Preceitos Constitucionais) no STF, solicitando que a lei de 1946, no seu art. 28, seja cumprida, quanto à União ter que dar infraestrutura para os 30 quilômetros limítrofes ao quadrilátero do Distrito Federal. Então, o PSD nacional está com esta ação para ser julgada no STF e aguardamos que realmente haja uma atenção adequada aos nossos vizinhos e amigos, que ficam na terra que se chama "terra do nem", que não é nem Goiás, nem Brasília, nem Minas. Fica aquele pessoal abandonado ali, passando por todo tipo de dificuldade.

Temos consciência da importância do fundo constitucional nessa questão. Brasília tem uma parte do fundo constitucional. Não abrimos mão dessa questão, porque exatamente a infraestrutura toda desse setor vem sobrecarregar nosso Distrito Federal.

Concordamos plenamente com a audiência pública e queremos acrescentar o representante da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal; o representante da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável do DF (SEDS); o representante da Federação do Comércio do Distrito Federal (Fecomércio DF); o representante da Federação da Indústria de Brasília (Fibra); e o representante da Federação de Agricultura e Pecuária do DF. Esses representantes vão demonstrar o quanto esses setores são impactados por essa situação em que se encontra o Entorno, e a necessidade de Brasília manter integralmente seu fundo constitucional.

Gostaria de concluir dizendo para V. Exª que temos plena concordância com a discussão do processo, do procedimento, e gostaríamos da inclusão desses representantes na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – ...cinco pessoas para discutir uma determinada matéria. Ora, só o Senador Ronaldo Caiado elencou aqui seis pessoas. Depois, a Senadora Lúcia Vânia irá falar também, e não sei se irá propor outra pessoa para participar. Eu proporia que se fizesse um acordo, para que pudéssemos diminuir o número de convidados. Está certo?

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Concordo plenamente com o Presidente. Depois, podemos chegar ao entendimento do número e fazermos com V. Exª uma nominata capaz de ser praticada dentro do horário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Mais produtivo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Será mais produtivo para a Comissão.

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de cumprimentar o Senador Ronaldo Caiado pela iniciativa, cumprimentar o Senador Hélio José, que também é um defensor do Entorno do Distrito Federal.

Mas gostaria de dizer que o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste é o maior instrumento que temos para promover o desenvolvimento do Estado de Goiás.

Nós temos acompanhado no Banco do Brasil todo o desempenho do Fundo do Centro-Oeste. Hoje, nós sabemos que grande parte dos recursos do fundo não estão vindo no percentual determinado pela Constituição. Nós estamos praticamente vivendo do fluxo do fundo. Temos um estoque da ordem de R$26 bilhões no Banco do Brasil, que tem a responsabilidade de administrar e operar o fundo. Nós sempre entendemos que o Banco do Brasil teria o papel de operar o fundo e não de administrá-lo. Se nós temos um estoque de quase R$28 bilhões, esse dinheiro, colocado numa agência de fomento, alavancaria novos fundos. Hoje, a demanda pelos fundos da região Centro-Oeste, que é uma região solução, que tem demonstrado ser a responsável pelo equilíbrio da balança comercial – nós temos grande parte do fundo investida na agricultura, outra parte na indústria, outra parte no comércio, outra parte seria para a pequena e microempresa – é muito maior do que o fluxo de recursos que nós temos hoje.

Eu quero saudar esta oportunidade de uma audiência pública, porque, na verdade, nós precisamos tomar conhecimento, no conjunto da região Centro-Oeste, da importância de trabalharmos juntos para fazer com que esses recursos do fundo sejam maximizados. Hoje eles estão praticamente estacionados no Banco do Brasil, que opera e oferece o dinheiro àquela pessoa que tem o melhor cadastro. E esse não é o objetivo.

Portanto, eu sugeriria aos Senadores Caiado e Hélio que nós precisávamos ter aqui a pessoa que opera o fundo em Brasília, que é o Dr. Jânio, Diretor do Banco do Brasil, responsável pela operação do fundo.

Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2013, eu consegui ampliar o Fundo do Centro-Oeste de R$5 bilhões para R$10 bilhões. Foi o único ano em que a gente conseguiu por meio dessa ação do Banco do Brasil.

A segunda pessoa que eu sugeriria é o Secretário Executivo do fundo em Goiás, que é responsável pela distribuição do fundo.

O que tem ocorrido no Entorno do DF é que grande parte do Fundo do Centro-Oeste destinado a Brasília não era demandada. Chegava o final do ano, sobravam recursos, e esse percentual, para Brasília responder, era investido no Entorno. À medida que Brasília foi demandando pelo fundo, a situação do Entorno se complicou, porque o dinheiro e a demanda que nós temos são maiores do que demanda do Entorno. E, hoje, nós não contamos com o apoio de Brasília, porque Brasília hoje demanda todos os recursos do fundo.

Portanto, eu gostaria de sugerir esses dois nomes: o Secretário Executivo do fundo, que poderia mostrar como ele está sendo distribuído, e o Diretor de Operação do Banco do Brasil, Dr. Jânio. Eu tenho ponderado praticamente sozinha essa importância de nós criarmos uma agência de fomento para que a gente possa administrar esse fundo. Esse fundo é hoje administrado pelo Banco do Brasil, que é um banco nacional que não procura administrar, mas operar.

Então, essa é a minha sugestão.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador João Alberto.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu tenho plena concordância com a Senadora Lúcia Vânia. Acho importante a gente ouvir os executivos da área. Gostaria também, até nessa área de executivos, Senadora, que a gente chamasse o superintendente da Sudeco, onde na verdade fica esse fundo, também para poder expor suas ideias.

Senador, como aumentou o número de pessoas... Deixe-me contar: da minha lavra, são 12; contando com os convidados do nosso Senador Caiado, 14. E, se o superintendente da Sudeco vier, são 15.

Qual a sugestão que dou?

Acabei de fazer uma audiência pública em duas etapas para discutir a crise da saúde no Brasil e em Brasília. Foram duas sextas-feiras pela manhã. Foi bem-sucedida a discussão.

A questão levantada pelo Senador Caiado é de altíssima relevância e, com certeza, de altíssima atratividade aqui para nós do Estado de Goiás e Centro-Oeste. Então, eu acho que, em um dia diferente da data normal da nossa CDR, nós poderíamos organizar isso, de comum acordo – numa quinta, sexta, ou segunda –, em duas etapas.

Poderíamos fazer uma coisa mista. Por exemplo, a Senadora Lúcia Vânia sugeriu dois executivos de alta importância e eu acrescentei mais um, que é o da Sudeco. Esses três executivos seriam distribuídos, dois em uma reunião e um na outra. Está certo?

Os meus executivos, que eu sugeri, aqui de Brasília – o Presidente da Fibra, Fecomércio, Secretaria de Fazenda, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Representação da Agricultura–, poderiam ser divididos também: três em uma e dois na outra.

Os representantes mais políticos, que o Senador Caiado relacionou – os vereadores, presidente de Câmara, prefeitos – nós também dividiríamos de modo a ficarmos com oito em uma e sete na outra, para poder fazer... V. Exª quer limitar a cinco, não é? Então, poderíamos convidar cinco ou tentar fazer três audiências públicas seguidas, valendo como a mesma audiência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Ronaldo Caiado.

Senador, diante da intervenção dos dois Senadores, eu gostaria de propor a V. Exª que, no encontro com os três, fosse formulado outro requerimento. Talvez, assim, fosse bem mais interessante, para que os trabalhos pudessem melhor funcionar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu gostaria só por parte de V. Exª que nós pudéssemos aprovar o requerimento, e chegaremos a um acordo facilmente. Aí, nós indicaríamos á Mesa, ainda na data de hoje, quais são... Eu pediria a V. Exª que ampliasse pelo menos para seis, em vez de cinco.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pode ampliar, mas V. Exª não ouviu a proposta do Senador Hélio José. Ele quer que não seja só uma audiência; que seja desdobrada em duas ou três audiências com essas pessoas. A Senadora Lúcia Vânia também apresentou mais dois nomes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sim, mas eu acho que, quanto aos nomes apresentados pela Senadora Lúcia, como também os nomes apresentados pelo Senador Hélio, nós poderemos fazer uma triagem, e apenas seis poderiam participar, dois de cada um. Nós poderíamos tranquilamente fazer essa audiência, Sr. Presidente, porque é algo importante, e eu acredito que dois de cada... Eu abriria mão da prerrogativa, cada um aqui indicaria duas pessoas e pronto. Nós faríamos esse acordo, encaminharíamos os nomes a V. Exª e, com isso, já teríamos o requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aprovamos o requerimento e, depois, os nomes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nesse caso, acho que é editar esse requerimento, com a ideia de suprimir alguns nomes e apresentar outros nomes. Não é isso?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Exatamente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, a combinação seria que alguns nomes seriam suprimidos, e se acrescentariam outros. Então, aprovaríamos o requerimento com a adição desses novos nomes.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É a proposta do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Senador João Alberto, eu queria primeiro cumprimentar o Senador Caiado pela iniciativa e acho que o encaminhamento que ele apresenta aqui é o mais adequado: nós aprovarmos o requerimento sem prejuízo do debate.

Na verdade, nós estamos com uma crise em relação aos fundos constitucionais. Isso atinge o Centro-Oeste, mas também é um debate que tem de se estender ao Nordeste e ao Fundo Constitucional do Norte.

Portanto, Sr. Presidente, como esse debate foi inaugurado aqui, agora, com o requerimento do Senado Caiado, nós poderemos aprová-lo na forma que for melhor compreendido, mas eu quero antecipara V. Exª que vou apresentar um requerimento também para igual debate ocorrer sobre o Fundo Constitucional do Norte.

E até antecipo uma sugestão aqui, se for possível. Obviamente, no caso do Centro-Oeste, esse debate pode ocorrer aqui porque é onde está a região. Mas, no caso do Nordeste e no caso da Amazônia, creio eu que a Comissão tinha que pensar na possibilidade de deslocamento a alguns dos locais mais centrais, ou do Nordeste, ou da Amazônia, para, junto com os governadores e outros protagonistas lá, realizar uma audiência pública, pela gravidade do tema, pela necessidade, pela ameaça que existe a esses fundos, que são indispensáveis para o desenvolvimento das três regiões.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Concordo com a aprovação deste requerimento, que aprecio, e apresentarei um requerimento para a próxima reunião para realização desta audiência pública que estou sugerindo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Donizete.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu também louvo a iniciativa do Senador Caiado, que acho muito importante.

Queria dizer ao Senador Randolfe que, se não houver nenhum óbice por parte dele, eu quero ser signatário também do requerimento.

Pelo que me parece, a Comissão não tem como realizar audiência pública fora daqui. Faríamos uma espécie de um seminário lá na Região Amazônica, na cidade escolhida, para debater essa temática no mesmo formato que temos feito na Comissão de Agricultura, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Evidentemente que vamos aprovar este requerimento, de acordo com os Srs. Senadores. Mas eu quero dizer que esta Comissão, este ano, já recebeu aqui todos os dirigentes desse assunto, inclusive Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste; todos já vieram a esta Comissão.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É que agora existe um fato novo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, nós vamos redimensionar o problema.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Presidente, cumprimentando novamente o Senador Caiado, a Senadora Lúcia Vânia e os demais Senadores aqui, concordo com a proposta.

Acho que poderíamos fazer o debate mais continuado com a sequência de três ou duas audiências. Mas, se os Senadores acham por bem fazermos uma primeiro, então, vamos fazer dessa forma que o Senador Caiado propôs, em que colocaríamos dois representantes de cada um dos três Senadores aqui.

Os meus representantes para esta primeira audiência pública, então, seriam o representante da Secretaria de Economia e Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e o representante da Fecomércio do DF.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A proposta do Senador Ronaldo Caiado é a mais sensata. Depois, os três vão dizer quais são os nomes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exatamente. Eu concordo com ela.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, vamos aprovar o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É. Aprovamos o requerimento e colocamos dois de cada um. Está corretíssimo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – E pode ser que, depois, após esta audiência pública, possamos fazer outra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Tranquilo. V. Exª está certíssimo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o requerimento, com um adendo. Os nomes serão indicados depois pelos três Senadores, seis nomes.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Agradeço aos demais pares, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O Senador Romero Jucá é o Relator do item cinco da pauta e não está presente. É a primeira vez que consta da pauta. Nós vamos adiá-lo.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Autoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação com a emenda apresentada pela Senadora Simone Tebet.
Observações:
- Constou na pauta da 14ª Reunião, em 25/05/2015.
- A matéria segue às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT; e de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Excelência, o item 1 é de minha relatoria, e informo a V. Exª que, no melhor momento, estarei à disposição para relatar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não foi lido porque V. Exª não estava.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, em face do Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 10, de 2015, aprovado em 08 de abril de 2015, que seja aprovado o presente Plano de Trabalho de Avaliação da Política Pública (artigo 96-B do RISF) voltada para o saneamento básico, em especial do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agradeço, Presidente.

Requer, nos termos regimentais, em decorrência do Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 10, apreciação do Plano de Trabalho de Avaliação de Política Pública, conforme pressupõe o art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal.

O art. 96-B do Regimento Interno estabelece que as comissões permanentes selecionarão, na área de sua competência, políticas públicas desenvolvidas, no âmbito do Poder Executivo, para serem avaliadas.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, em 8 de abril de 2015, o RDR nº 10, de 2015, que a política pública a ser avaliada pela CDR será a de saneamento básico, em especial o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

O plano de trabalho aqui proposto segue as orientações constantes do Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal, elaborado pelas Consultorias Legislativa e de Orçamento da Casa.

A Lei nº 11.445, de 2007, definida no Plansab como a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB), determina em alguns de seus dispositivos a obrigação de os titulares dos serviços de saneamento ou as entidades que, por delegação, assumam a regulação desses serviços, procederem a avaliações periódicas dos serviços prestados e de outros indicadores. Exemplos desses dispositivos são o art. 9º, V e VI – que prevê que o titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo para tanto estabelecer mecanismos de controle social e estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – e o art. 23, I, VII, VIII e X, que estabelece que a entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, entre outros, os seguintes aspectos: padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços; avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados; plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação; padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação.

A mesma LDNSB lista o conjunto de atividades que se incluem no conceito de saneamento básico e que se enquadram em algum dos seguintes grandes grupos: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e d) drenagem e manejo das águas pluviais.

Há ainda outras atribuições de competência entre diferentes órgãos em função da especificidade das ações desempenhadas.

É importante considerar, ainda, que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aprovado em agosto de 2012 e disciplinado pelo art. 15 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), não está abarcado no Plansab, embora ambos guardem consistência recíproca. Desse modo, a avaliação da política nacional de saneamento básico deve incorporar o exame do PNRS.

Portanto, Sr. Presidente, considerando as questões metodológicas, o desenho institucional e arcabouço jurídico que envolvem a matéria, proponho, o seguinte plano de trabalho para avaliação a cargo da CDR.

Roteiro do plano de trabalho:

1. Objetos da avaliação

1.1. Ações de saneamento básico a partir de 2007;

1.2. Plano Nacional de Saneamento Básico (2013);

1.3. Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2012);

2. Aspectos metodológicos

2.1. Quanto à avaliação das ações de saneamento a partir de 2007, será utilizada a meta-avaliação. Os materiais de análise serão, preferencialmente, os estudos e as avaliações já produzidas pelos órgãos legalmente encarregados dessa obrigação, como, por exemplo, agências reguladoras e o Ministério das Cidades, ou por instituições públicas e privadas de pesquisa ou, ainda, por instâncias da sociedade civil que se dediquem ao acompanhamento de políticas na área do saneamento básico.

2.1.1. Critérios de avaliação

2.1.1.1. economicidade, eficiência, eficácia e efetividade das ações;

2.2. Para o Plansab e a PNRS será utilizada a análise formativa.

2.2.1. Critérios de avaliação

2.2.1.1. qualidade do diagnóstico, consistência, qualidade e potência dos instrumentos de verificação propostos, tempestividade, entre outros.

3. Etapas da avaliação

3.1. aprovação da proposta metodológica e do roteiro básico – etapa de hoje;

3.2. definição dos materiais já existentes a serem utilizados na meta-avaliação.

3.3. escolha, pelo Relator, com ônus para o Senado Federal, de órgãos e entidades a serem convidadas a apresentarem avaliações e dados para complementação da meta-avaliação e para a crítica do Plansab e do PNRS;

3.4. realização de três)audiências públicas, nos meses de agosto e setembro (obviamente, em agosto não mais possível: então, nos meses de setembro e outubro), para oitiva dos órgãos e instituições representativas convidadas pela CDR;

3.5. realização das diligências que forem necessárias.

4. elaboração e finalização das avaliações pelos técnicos em princípio de outubro, início de novembro.

5. submissão da avaliação à Comissão de Desenvolvimento Regional, editoração, impressão pela gráfica do Senado, de mil exemplares do relatório aprovado nesta Comissão.

Sr. Presidente, é este o roteiro do plano de trabalho, que propomos para a avaliação da política pública de saneamento básico aprovada nesta Comissão.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em votação o requerimento.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vai discutir?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – A Senadora Simone pediu...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, eu não ia discutir, mas não vou perder a oportunidade de, primeiro, parabenizar a Comissão. Tenho certeza de que a equipe técnica foi também responsável pela escolha do tema deste ano, desta Comissão. É um tema da mais alta relevância.

O Plano Nacional de Saneamento Básico realmente é prioritário no País, principalmente porque sentimos, andando por este País, em todos os Estados, que há muita falta de informação por parte da população brasileira do que é o saneamento básico e da importância do saneamento básico para a vida das pessoas.

A maioria das pessoas, se forem perguntadas, vão dizer que saneamento básico é sinônimo de esgotamento sanitário, quando, na realidade, é muito mais abrangente que isso. Além de tratarmos essa questão do saneamento, que é um problema crucial do Brasil, porque temos regiões e Municípios com 80%, 100% de esgoto tratado, enquanto outros Municípios têm zero.

Além dessa questão, trata também a questão do abastecimento de água potável. Esse é um problema que nunca imaginaríamos que o País fosse passar, a falta de água potável à população brasileira, pensando que o Brasil tem a maior quantidade de água doce do mundo.

Então, diante desta situação, parabenizo a Comissão e parabenizo o Senador Randolfe Rodrigues pelo seu plano de trabalho. Não é à toa que, como professor, ele foi escalado nesse sentido. De forma metódica, ele conseguiu incluir todas as questões. Além dos objetivos da avaliação e a metodologia, ele foi na questão crucial no final, que são as etapas de avaliação. Quero parabenizá-lo e me colocar à disposição para que possamos, todos juntos, fazer um bom trabalho em relação a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Muito obrigado, Senadora.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do presente requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Srs. Senadores, o item 6 é de autoria do Senador Roberto Rocha, que está aqui ao meu lado. Em homenagem ao Senador Roberto Rocha, gostaria de destacar...

O Senador Hélio José saiu? (*Pausa.*)

Não, Hélio José. Chame, por gentileza, o Senador Hélio José.

Senador Hélio José, o item 6 da pauta é um projeto de autoria do Senador Roberto Rocha. Gostaria que V. Exª fosse o Relator *ad hoc*.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2015
- Não terminativo -

Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Davi Alcolumbre
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
- A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Para mim, é um prazer, Senador João Alberto fazer o relatório *ad hoc*, que foi feito inicialmente pelo Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não é terminativo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Relatório. Vem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual caberá decisão terminativa. O PLS 319, em seu art. 1º, cria a Zona Franca de São Luís, como área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social, as relações de comércio exterior, na sua área de influência, e de incrementar sua integração com o parque industrial nacional. A área da Zona Franca, segundo o art. 2º, corresponderá à totalidade da Ilha de São Luís e poderá ser aumentada mediante decreto do Poder Executivo.

O art. 3º dispõe que as mercadorias estrangeiras ou nacionais, enviadas à Zona Franca de São Luís serão obrigatoriamente destinadas às empresas autorizadas a operar nessa área.

O art. 4º estabelece que a entrada de mercadoria na Zona Franca será feita com a suspensão do Imposto sobre Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A suspensão poderá ser convertida em isenção na entrada de mercadorias; na saída, a suspensão poderá ser convertida em isenção nos casos especificados no projeto.

Em seu art. 5º, o PLS prevê que as importações de mercadorias destinadas à Zona Franca de São Luís estarão sujeitas, no desembaraço aduaneiro, aos procedimentos normais de importação.

Já o art. 6º estabelece que a compra de mercadorias estrangeiras armazenadas na Zona Franca por empresas estabelecidas em qualquer outro ponto do Território nacional será considerada como importação normal.

De acordo com os art. 7º, os produtos nacionais ou nacionalizados que entrarem na Zona Franca estarão isentos do IPI quando destinados a: consumo e vendas internas na Zona Franca; beneficiamento de pescado, pecuária, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola e florestal; agropecuária e piscicultura; instalação e operação de serviços de qualquer natureza; estocagem para comercialização no mercado externo; industrialização de produtos em seu território.

O art. 8º exclui da suspensão ou da isenção do II e do IPI armas e munições, veículos de passageiros, exceto ambulâncias, carros funerários, carros celulares e jipes, bebidas alcoólicas, fumos e seus derivados.

O art. 9º isenta do Imposto sobre Exportação as exportações de mercadorias da Zona Franca para o estrangeiro.

O art. 10 dispõe que o Poder Executivo regulamentará a aplicação dos regimes aduaneiros especiais para as mercadorias estrangeiras destinadas à Zona Franca de São Luís, bem como para as mercadorias dela procedentes.

Conforme o art. 11, o Poder Executivo estabelecerá, anualmente, o limite global para as importações pela Zona Franca.

O art. 12 prevê que a administração da Zona Franca de São Luís será indicada pelo Poder Executivo quando da regulamentação da lei.

O art. 13 determina o prazo de 25 anos para a manutenção das isenções e dos benefícios.

A cláusula de vigência, que se dará a partir da publicação da lei, está inserida no art. 14.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

Análise.

Conforme dispõe o art. 104-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

A Constituição Federal, em seu art. 3º, *caput*, inciso III, define como um dos objetivos fundamentais do País erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

As zonas francas, como áreas de livre comércio de exportação e de importação, beneficiadas por incentivos fiscais, podem ser adotadas como modelo indutor do desenvolvimento de determinada região, a partir da implantação de áreas de concentração econômica, sobretudo, do setor industrial.

Apesar das inegáveis potencialidades de sua economia, como é o caso dos segmentos de mineração e metalurgia e de agronegócios, o Estado do Maranhão carece de instrumentos para a concretização de investimentos dos empresariados local, nacional e estrangeiro.

A instalação de uma zona franca na ilha de São Luís, com a concentração de empreendimentos em espaço detentor de infraestrutura e logística adequadas, promoveria, certamente, a inserção da economia maranhense de forma mais competitiva nos mercados interno e internacional.

Como destacado na justificação do projeto de lei, São Luís apresenta inegáveis características geográficas, a exemplo do isolamento do território e da logística portuária para importações e exportações, que a credenciam para a instalação de uma zona franca.

Vale ainda ressaltar que, além da diversificação da base econômica e do aumento dos postos de trabalho, da massa salarial e do valor agregado das exportações, o adensamento das atividades econômicas na Ilha de São Luís contribuiria para a conservação dos recursos naturais e para a recuperação de áreas ambientalmente degradadas principalmente na Amazônia Legal maranhense.

Voto.

Diante do exposto – fiz questão de ler tudo, para todo mundo compreender –, recomendo a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2015.

Como bom conhecedor de São Luís, no Estado do Maranhão, onde tive o prazer de trabalhar por três anos e meio, quero crer, Senador Roberto Rocha, que é de altíssima importância esse projeto de V. Exª. É com muita satisfação que dou esse voto pela aprovação do seu projeto aqui, na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação da matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

Parabéns, Senador Roberto Rocha, pela aprovação do seu excelente trabalho!

Agora, vamos passar para o item 8, cujo Relator é o Senador Donizeti Nogueira.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2011
- Terminativo -

Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário.

Autoria: Senador Eduardo Amorim.
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira.
Relatório: pela rejeição.
Observações:
- votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a presente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Vai apenas ler. Se atingirmos o quórum, nós colocaremos em votação.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Certo, Presidente.

Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para decisão de natureza terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 421, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que objetiva alterar as normas que regulam a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida para, segundo a ementa da proposição, "estabelecer o prazo de quinze anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido como condição para o registro do bem em nome do beneficiário".

Para tanto, a proposição acrescenta os §§3º e 4º ao art. 11 da Lei nº 12.414, de 16 de junho de 2011, dispositivo que institui o "cadastro nacional de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo Poder Público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio", com o propósito de determinar que, com base no referido cadastro, "os beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais não poderão figurar como beneficiários de outros programas habitacionais urbanos ou rurais num prazo de 15 (quinze) anos".

A proposição tem como argumento de que a prática, "corriqueira no Brasil", de adquirir um imóvel por meio de programas governamentais de moradia, vendê-lo e novamente inscrever-se em outro programa governamental constitui um ciclo especulativo que deve ser coibido por razões de equidade social.

A matéria foi distribuída à CDR, para decisão terminativa, em conformidade ao art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete a esta Comissão, a teor do art. 104-A do RISF, opinar sobre o mérito do projeto e, por força do caráter terminativo e exclusivo da distribuição, também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O PLS nº 421, de 2011, abriga-se no disposto no art. 21, XX, da Constituição Federal, que atribui à União competência para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação. De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que a proposição atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Lei Maior, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

Do ponto de vista formal, a lei proposta encontra-se em desconformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre técnica legislativa. O enunciado de sua ementa, ao fixar prazo ininterrupto de moradia "como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário", encontra-se em flagrante desacordo com seu comando normativo, que, em contraste, estabelece prazo para que as pessoas atendidas deixem de "figurar como beneficiários de outros programas habitacionais". A proposição, ademais, menciona equivocadamente a numeração da norma legal sobre a qual pretende incidir, qual seja a Lei nº 12.424, de 2011, e não a Lei nº 12.414, de 2011, que versa sobre matéria diversa.

No tocante à juridicidade, a eventual aprovação da proposição em pauta ensejaria indesejável ambiguidade ao ordenamento jurídico vigente, uma vez que, sem alterar ou revogar os dispositivos concernentes à matéria na legislação vigente, introduz prazo para uma nova fruição de benefício que a norma legal em vigor limita a "uma única vez". De fato, nos termos do § 1º do art. 6º e do § 1º do art. 13, ambos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), as subvenções econômicas previstas no Programa, tanto para as habitações urbanas quanto para aquelas produzidas no meio rural, serão concedidas "uma única vez por imóvel e por beneficiário", condição a ser controlada por meio do citado cadastro nacional unificado.

No mérito, constatamos que a proposição se propõe a corrigir uma anomalia constatada no Programa Minha Casa, Minha Vida, qual seja, a revenda de imóveis financiados com subsídios públicos, para subsequente obtenção de novo financiamento. Nesse sentido, institui um interregno de 15 anos para que o beneficiário de programa habitacional possa receber novamente o benefício.

Entretanto, ao fixar o prazo de quinze anos para que os beneficiários dos programas habitacionais possam novamente fruir suas vantagens, a proposição acaba por tornar menos rígida a condição ora vigente de concessão do benefício. Esse resultado é flagrantemente contrário ao objetivo pretendido pelo autor de coibir a revenda do imóvel pelo beneficiário do Programa Minha Casa, Minha Vida, prática considerada por ele como "irregular, antissocial, amoral e, acima de tudo, injusta".

Diante do exposto, voto pela rejeição do PLS nº 421, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O projeto é terminativo. Nós não temos número para votação.

Último item.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento, que pode ser apreciado após esse tema, se houver aquiescência de V. Exª e dos colegas presentes, para uma audiência pública, como item extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Qual é o requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – É o Requerimento nº 26, aditado pelo Requerimento nº 32. Propõe uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – O 23 já foi aprovado; não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – O 26, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Já foi aprovado. Agora é um aditamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeitamente, é um aditamento. É o 32, aditando o 26, que é sobre o mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Convidando cinco autoridades.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeitamente. S. Exª o Ministro da Aviação Civil; o diretor-presidente da Anac; o presidente da Azul Linhas Aéreas; o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas e o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, para realizarmos um debate nesta Comissão sobre o Programa de Aviação Regional, aprovado, no ano passado, aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Randolfe, nós havíamos acertado aqui que nós não convidaríamos mais que cinco pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Aqui, já na pauta primeira, há cinco; mais cinco, dez. Aí extrapola.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Não, não.

Excelência, é o seguinte: na verdade, o Requerimento 32 está acrescendo mais um. É porque nós já aprovamos o Requerimento 26...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Ah, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – ...com o Ministro, a Azul e a Sete. Nós estamos, na verdade, substituindo a Sete e a MAP...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está acrescendo mais um apenas. Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Exatamente. É isso.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, está certo.

Eu coloco em... Não é discussão.

Submeto às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores a aprovação desse aditamento. (*Pausa.*)

Aprovado.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 32, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública com a finalidade discutir o Programa de Aviação Regional. Para a referida audiência, sugiro a presença dos seguintes convidados: 1.Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Sr. Eliseu Padilha; 2.Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys; 3.Presidente da Azul Linhas Aéreas, Sr. Antonoaldo Neves; 4.Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sr. José Adriano Castanho Ferreira; 5.Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Sr. Odilon Junqueira.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Agradeço, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Passemos ao Item 9, que é também terminativo. É de autoria do meu amigo, Senador Roberto Rocha. O Senador Elmano Férrer é o Relator.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o Semiárido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Elmano Férrer, por leitura dinâmica.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

Vem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 249, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha – aqui presente –, que *altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o Semiárido na região de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)*.

O PLS 249/2015, em seu art. 1º, altera a redação do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. De acordo com a redação vigente, dada pela Lei Complementar 125, de 2007, o Semiárido é definido, para fins de aplicação de recursos, como a região natural inserida na área de atuação da Sudene, definida em portaria da autarquia.

A nova redação dada pelo projeto define o Semiárido como a região natural inserida na área de atuação da Sudene, delimitada pelos Municípios que apresentem uma das seguintes características: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez (IA) de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial em 40 anos – quer dizer, uma série histórica de 40 anos; e risco de ocorrência de seca superior a 60%, calculado com base em série estatística não inferior a 40 anos.

O art. 2º do projeto contém a cláusula de vigência.

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Conforme dispõe o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios, assim como sobre as matérias referentes a agências e organismos de desenvolvimento regional.

A proposição está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com as regras regimentais do Senado Federal e atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A definição de Semiárido, para fins de atuação da Sudene, tem implicações no que diz respeito à aplicação de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). O §2º do art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, estabelece que metade dos recursos do Fundo se destinará a financiar atividades econômicas do Semiárido.

O art. 5º da citada lei, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125/2007, que recriou a Sudene, dispõe que compete à autarquia definir a área do semiárido por meio de portaria. Anteriormente, a Lei nº 7.827/1989 definia como semiárido a região inserida na área de atuação da Sudene com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm.

A atual região do semiárido foi definida pela Portaria Interministerial nº 1, de 9 de março de 2005, editada pelos Ministérios da Integração Nacional - MI, do Meio Ambiente - MMA e da Ciência e Tecnologia – MCT, após relatório final do grupo de trabalho, coordenado Ministério da Integração e criado com a finalidade de apresentar estudos e propostas para redefinir a região.

De acordo com a referida portaria, pelo menos um dos seguintes critérios deveria ser observado para que determinado Município integrasse a área:

I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;

II. índice de aridez do solo de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial no período ou numa série histórica de 1961 a 1990; e

III. risco de seca maior do que 60%, tomando-se por base o período de 1970 a 1990.

Assim, o projeto de lei apenas inclui na Lei nº 7.827, de 1989, critérios para delimitação do semiárido já constantes de portaria interministerial que adotou as conclusões de grupo de trabalho interministerial criado para tal fim.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, recomendo a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2015.

Era esse, Sr. Presidente, o nosso relatório.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (Bloco Maioria/PMDB - MA) – Obrigado, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria, para ser votada, precisa de quórum qualificado, que nós não temos.

Ainda temos o item 10. O Senador Wellington Fagundes está presente, que é o Relator.

ITEM 10

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 1, de 2013
- Não terminativo -

Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Resolução do Senado – PRS nº 1, de 2013, encaminhado pela Presidente da República ao Senado Federal, cujo objetivo é modificar as alíquotas interestaduais do ICMS, definidas pela Resolução do Senado nº 22, de 1989.

De acordo com a proposta, as atuais alíquotas interestaduais de ICMS, fixadas em 7% e 12%, seriam reduzidas, gradativamente ao longo de oito anos, até atingirem 4%, com exceções para a Zona Franca de Manaus e a produção do gás natural.

A matéria foi encaminhada à CAE e teve como Relator o Senador Delcídio do Amaral.

Após muitas contribuições, foi aprovado um substitutivo pela Comissão.

O Substitutivo da CAE mantém a regra geral do texto original, mas amplia as exceções às regras presentes no texto encaminhado pelo Poder Executivo.

No entanto, uma inovação no texto CAE que adoto, em linhas gerais, em meu relatório, é a previsão de que a produção de efeitos da nova resolução fica condicionada à aprovação que disponha sobre três assuntos:

1º) a criação de um fundo para a concessão de auxílio financeiro pela União ao Distrito Federal, aos Estados e aos respectivos Municípios, para compensar as eventuais perdas de arrecadação decorrentes da redução das alíquotas interestaduais de ICMS;

2º) instituição e aporte de recursos para fundo de desenvolvimento regional;

3º) definição de regras claras e objetivas para a convalidação dos benefícios fiscais ou financeiros concedidos no âmbito da "guerra fiscal" do ICMS.

A análise que temos aqui é bastante longa, e, para não tomar tanto tempo – esse relatório já foi distribuído a todos os Senadores –, só quero aqui, na conclusão, dizer que, nesse cenário, estamos convictos de que o novo arcabouço legislativo de ICMS, no qual se insere o PRS nº 1, de 2013, constituirá importante caminho para a retomada do crescimento econômico do Brasil.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-CAE e das Emendas nºs 5 e 6, de Plenário, e também pela rejeição das emendas de Plenário nºs 2, 3, 4, 7 e 8, na forma do Substitutivo.

Portanto, o nosso voto é favorável. Gostaria de dizer que há aqui algumas discussões. Vamos agora ao momento da discussão. Assim, poderemos esclarecer algum aspecto. Para não tomar tempo, não quis aqui fazer toda a explicação do voto.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Solicito vista do Projeto de Resolução nº 1, ora relatado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Pela ordem, Presidente. Quero pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva concedida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de registrar que concordo com o pedido de vista, que é regimental e, consequentemente, direito de todos os Senadores.

Eu só quero aqui salientar que já foi pedido pelo Presidente da Casa que remetêssemos esse relatório à Comissão Especial que foi agora montada pelo Presidente, para discutir vários projetos na Casa. É claro que já estamos em processo de leitura e, consequentemente, de votação. Portanto, a princípio, teremos que analisá-lo ainda nesta Comissão.

Eu acredito que o ideal seria que tivéssemos inclusive mais debates sobre esse assunto, mais oportunidades de discussão. Quero, como Relator, deixar bem claro que aceito todas as sugestões e possíveis emendas ainda a serem feitas. Agora, não gostaria de abrir mão de um papel da Comissão, porque eu entendo que criar-se uma comissão especial e tirar o direito de todas as comissões fazerem o seu papel de votar aquelas matérias inerentes às comissões é tirar o papel das comissões que existem aqui na Casa.

As comissões permanentes têm esse papel, e, por isso, muitos projetos – este caso não é terminativo – também são encaminhados de acordo com o tema específico da Comissão, o que eu entendo que é o caso, especificamente, deste relatório.

Então, era isso apenas o que eu gostaria. Já conversei em particular com a Senadora Tebet, e acho que ela pode inclusive explicitar a posição dela.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senadora Simone, não sei se V. Exª tomou conhecimento do ofício do Senador Renan. Já tomou conhecimento?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Tomei conhecimento. Ontem, Presidente, essa foi uma questão levantada na Comissão Especial da qual eu faço parte. O Senador Paim, eu e alguns colegas ques-

tionamos não a importância das comissões especiais, principalmente uma comissão como esta, que vai tratar de todos os temas da Agenda Brasil, aqueles mais relevantes e urgentes, para que retomemos o mais rápido possível o desenvolvimento. Houve a preocupação, de certa forma, da maioria dos membros da Comissão, de que a Comissão Especial não pudesse ter poderes acima das comissões permanentes na Casa.

Então, diante disso e do fato de que há 41 projetos para a Comissão Especial tratar, este projeto específico, que não vai ser votado antes de ser votada a Lei do Repatriamento e antes de ser votada a medida provisória dos fundos, passa a ser secundário na questão de cronograma.

Não vejo nenhum problema. Inclusive, posso me comprometer a falar com o Presidente da Casa, no sentido de exaurirmos a discussão e confirmarmos a relatoria do Senador Wellington Fagundes aqui, na CDR, antes de ir para a Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, concedida a...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu acho que não é momento de discussão, mas eu tenho certeza de que o Senador Caiado também gostaria de falar sobre o assunto, e só para deixar claro que eu acho que essa linha que foi colocada...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – É que foi concedida a vista coletiva, ouviu, Senador Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – A vista coletiva foi concedida. Queria me incluir também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E, nessa linha que a Senadora acaba de colocar, eu creio que é o melhor caminho, até porque não pode uma comissão especial ser montada e praticamente acabar com os projetos que estão tramitando nas comissões.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, pela ordem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de pedir que a Presidência já definisse uma nova reunião da nossa Comissão, específica para tratar desse aspecto. Eu acredito que seria salutar, até para não misturar com a pauta de outros projetos nos quais poderíamos ter prejuízo, como é o caso aqui, por falta de quórum, ou, na hora em que houver quórum, entrar esse projeto. Tenho certeza de que a discussão será muito grande e necessária.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na mesma linha do Senador Wellington Fagundes, eu tenho sentido a preocupação do Senador, que é muito querido por todos nós do Centro-Oeste.

Esse projeto é da mais alta relevância, talvez o projeto mais importante que tenha passado aqui, neste ano, na Comissão de Desenvolvimento Regional, porque atinge as finanças de pelo menos nove Estados da Federação brasileira, de acordo com dados do Ministério da Fazenda de 2013.

Como nós sabemos que a política é dinâmica, e a economia é muito mais, nós não temos hoje uma avaliação real de que o impacto financeiro será negativo apenas para esses nove ou se isso já se estendeu.

Então, eu vejo que, pelo fato de que não vai atrapalhar o cronograma da Comissão Especial, que ainda vai ter que votar a Lei do Repatriamento, os fundos, baseados na medida provisória que ainda tem de passar pela Câmara e Senado e, depois, vai ser objeto de sanção pela Presidente, nós temos aí, tranquilamente, dois a três meses.

Eu sugeriria, nesse aspecto – porque eu sei que vai haver muita polêmica e, provavelmente, o projeto pode não passar por falta de informações – que chamássemos, pelo menos, um secretário de Fazenda de cada região do Brasil, de preferência até dois; pelo menos dois do Centro-Oeste, e dois do Norte e Nordeste. Aí abriríamos, claro, uma exceção, porque são seis, para que pudéssemos ver, efetivamente, quanto cada Estado está perdendo.

Eu vou dar o exemplo do Mato Grosso do Sul, segundo levantamento que acabei de fazer. Os dados do Ministério da Fazenda mostram que Mato Grosso do Sul vai perder quase R$4 milhões por ano e que os fundos da Lei do Repatriamento que vão ser compensados cobririam algo em torno de 20% apenas desses prejuízos.

Dados de 2015 já relatam que a conta não é de R$400 milhões, mas de quase R$1 bilhão, nos moldes do substitutivo do Senador Wellington Fagundes. Então, nesse sentido e proporcionalmente aos outros Estados, eu entendo que não serão apenas nove Estados a perder. Serão mais, e os Estados que vão perder também vão perder o dobro do que está no relatório do Ministério da Fazenda.

Então, diante disso, se puder e se houver o acordo com os demais Senadores, poderíamos apresentar um requerimento na semana que vem, convidando os secretários de Fazenda e também o presidente do Confaz – não há problema nenhum –, para que pudéssemos exaurir essa questão.

O exemplo do Rio Grande do Sul está aí. Nós não podemos errar numa questão como essa, que impacta não apenas os Estados que perdem, mas todos os Estados da Federação Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, eu concordo com o encaminhamento de fazermos uma audiência pública nos moldes colocados. Penso que, além dos Estados, temos que trazer o Governo Federal.

Nesse aspecto, eu queria propor que aprovássemos o requerimento hoje e, em seguida, encaminhássemos o texto, a Comissão tomasse as providências para ver se, semana que vem, é possível fazermos a audiência pública.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, só para concluir, eu gostaria que V. Exª me concedesse 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Pois não.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, dentro daquilo que foi exposto aqui, principalmente pela Senadora Simone Tebet, esse projeto tem tudo a ver com a sobrevivência dos nossos Estados. O problema é que basta uma votação dessas – para aprovar uma resolução jogando o índice ou unificando o índice para 4% – para já ser suficiente para implantar um clima de pânico no meu Estado de Goiás, atingindo 400 mil trabalhadores. Basta isso, mais nada, basta isso aí.

Quer dizer, eu não entendo como o Governo está com tanto problema e quer disseminar o problema para os Estados. Ora, eu não entendo, se nós precisamos de resolver algo maior, por que aquilo que compromete apenas 15% do mercado nacional hoje – são exatamente os produtos incentivados nos Estados – passa a ser meta objetiva para que seja pautada como prioridade no momento em que os Estados estão desesperados no sentido de não perder mais empregos nem investimentos.

Uma votação dessas é simplesmente o afastamento desses empresários do investimento nos nossos Estados ou até a desativação daquilo que eles têm montado lá hoje.

Então, Sr. Presidente, realmente o pedido de vista foi oportuno. Vou apresentar um voto em separado. Temos que acreditar que incentivos fiscais podem ser dados numa metodologia que possa ser aprovada num novo conceito de incentivos fiscais e, como tal, Sr. Presidente, acredito também que a audiência pública para ouvirmos os Secretários de Estado seria importante neste momento.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Eu queria que o Senador Wellington não saísse, por gentileza, porque foi pedida vista coletiva, vai ser feito um requerimento que eu gostaria que fosse feito a quatro mãos. Mas eu quero também prestar uma informação.

Duas audiências públicas foram realizadas para instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 01, de 2013, que trata da fixação de alíquotas do ICMS nas operações e prestações interestaduais.

Foi realizada audiência pública no dia 13 de junho de 2015.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nesta Comissão?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Treze de junho?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Nesta Comissão.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estava presente, Sr. Presidente.

Acontece que o Senador Wellington apresentou um substitutivo ao projeto que veio da CAE.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Treze de junho.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu estava presente, Senador Caiado. Realmente, veio o Presidente do Confaz, que, inclusive, não me convenceu em relação a algumas questões, porque trouxe números muito desatualizados.

Volto a repetir, tratávamos do projeto apresentado pelo Senador Delcídio na CAE. O Senador Wellington fez um substitutivo ao projeto do Senador Delcídio e esse substitutivo causa impactos maiores em alguns Estados e menores em outros. Mudaram-se os valores em relação aos Estados.

Eu gostaria de, na linha do Senador Caiado – acho que aqui vamos ter unanimidade para tratar essa questão com muita cautela – deixar muito claro o seguinte: o projeto de resolução – não podemos esquecer – não passa pela Câmara e muito menos tem sanção o veto da Presidente. Basta uma maioria simples no plenário e esse projeto já passa a vigorar em todo o País. É um projeto que impacta as finanças direta ou indiretamente dos 27 Estados da Federação brasileira e ele só começa a viger a partir de 2017 como está aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Mas vamos fazer o acordo de comportamento aqui.

O que nós faríamos? Haveria um novo requerimento para uma nova audiência pública?

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Audiência pública. Aí teria que se tirar a vista coletiva para não ficar uma semana só de prazo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Então, Donizeti...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu estou de acordo que a gente faça a audiência pública semana que vem e, na semana seguinte...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Semana que vem não dá tempo.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, semana que vem não conseguimos convidar os Secretários de Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Não dá tempo.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nós temos que convidar os Secretários.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o feriado de 7 de setembro na segunda-feira, Sr. Presidente, teremos uma série de dificuldades de mobilizar todo mundo aqui na terça-feira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, eu quero esclarecer que, da minha parte, não tem pressa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Mas na hora que for convocada a audiência pública, a matéria não pode mais transitar, só depois da audiência pública.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Por isso eu quero a definição da data da audiência pública. Pode ser na semana seguinte, então; não na semana que vem, na outra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Sobrestada a discussão da matéria.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – E aí, após a audiência pública, a gente traz o projeto novamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Agora, eu estava fazendo um anúncio aqui: na próxima semana, a CDR realizará audiência pública para debater a demarcação dos terrenos de marinha nos termos do artigo tal, que foi um requerimento já aprovado, de autoria do Senador Dário Berger...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Na semana que vem, não é?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Dia 16.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Aí a gente aprovaria o requerimento... Eu quero o acompanhamento técnico para a gente... Aprovaríamos o requerimento, que pode ser, inclusive, conjunto, nosso aqui, semana que vem, e, com isso, na outra semana faremos a audiência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está certo. Vamos assim proceder.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Regimentalmente está correto?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/PMDB - MA) – Está correto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM NOVE DE SETEMBRO DE 2015.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia nove de setembro de dois mil e quinze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador David Alcolumbre reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores José Pimentel, Donizeti Nogueira, Gladson Cameli, Simone Tebet, João Alberto Souza, Dalírio Beber, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Walter Pinheiro, Hélio José, Dário Berger, e Douglas Cintra. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Rocha, Humberto Costa, Jader Barbalho, Ricardo Ferraço e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 22ª Reunião, que é dada como aprovada. Às nove horas e vinte e seis minutos o Senador Dário Berger assume a Presidência da Comissão. Conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião divide-se em duas partes: a primeira parte é destinada à realização Audiência Pública, em atendimento ao RDR 24/2015, de Autoria do Senador Dário Berger. A audiência é realizada com a presença da expositora Cassandra Maroni Nunes, Secretária do Patrimônio da União. Após a exposição da oradora, fazem uso da palavra os Senadores: Dário Berger, Simone Tebet, Davi Alcolumbre, Gladson Cameli e Dalírio Beber. É registrada a presença à Audiência do Coronel Fernando Bartholomeu Fernandes, Assessor Parlamentar do Ministério da Defesa, Flora Regina Camargos Pereira, 1º Tenente do Exército Brasileiro e Frank Alves Nunes, Tenente Coronel do Exército Brasileiro. Às onze horas e dezenove minutos reassume a Presidência da Comissão o Senador Davi Alcolumbre. Passa-se à 2ª Parte da Reunião para deliberação das matérias constantes da Pauta. ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 29, de 2015. "Requer, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no desempenho entre escolas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a partir da média das notas apuradas nas provas objetivas e de redação, se compararmos os estados e regiões do País." Autoria: Senador Davi Alcolumbre. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 33, de 2015. "Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais. Para tanto convidamos: O Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Retirado de pauta. Observações: o Senador Davi Alcolumbre subscreve o Requerimento. ITEM 03 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 34, de 2015. "Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no próximo dia 16.09.2015, com o objetivo de discutir as consequências, para a economia das regiões menos desenvolvidas do País, e, portanto, para o aprimoramento do equilíbrio federativo, da eventual aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, da Presidência da República, à luz do Relatório e do Substitutivo apresentados nesta Comissão pelo Senador Wellington Fagundes, além de demais assuntos correlatos, com os seguintes convidados:• Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Sr. Afonso Lobo Moraes;• Secretário-Adjunto de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul, Jader Rieffe Julianelli Afonso;• Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro Morais. Autoria: Senadora Simone Tebet. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 04 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – RDR, Nº 35, de 2015 "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 34/2015 – CDR de autoria da Senadora Simone Tebet, a inclusão do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Manuel dos Anjos Marques Teixeira. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 05 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427 de 2014 - Não Terminativo - "Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Autoria: Senador Anibal Diniz. Relatoria: Romero Jucá. Relatório: pela aprovação com a emenda apresentada pela Senadora Simone Tebet. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 06 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324 de 2015 - Não Terminativo - Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatoria: Gladson Cameli. Relatório: pela aprovação com 2 emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o relatório reformulado pelo Senador Gladson Cameli, com alterações em suas emendas. ITEM 07 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2015 - Terminativo – "Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário." Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: pela rejeição. Resultado: retirado de pauta. ITEM 08 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015 - Terminativo – "Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semi-árido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene." Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador Elmano Férrer. Relatório: pela aprovação. Resultado: retirado de pauta. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos o Senador Donizeti Nogueira assume a Presidência da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Bom dia! Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 22ª Reunião da Comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2015, da CDR, de autoria do nobre Senador Dário Berger, com a finalidade de discutir a demarcação de terrenos de marinha, e a segunda parte da reunião da Comissão, destinada à deliberação das proposições em pauta.

Encontra-se presente, para a audiência pública, a Srª Cassandra Maroni Nunes, Secretária do Patrimônio da União, que convido para fazer parte desta Mesa.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pois não.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Exª me esclareceria os procedimentos seguintes? Penso que a nossa convidada deve fazer uma exposição e que depois daremos continuidade ao nosso trabalho. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Seria isso, Senador. Conforme o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: a convidada terá 20 minutos para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

Aproveitando o ensejo, como V. Exª é o autor do requerimento, eu gostaria de convidar V. Exª para presidir esta importante reunião, que irá debater um tema fundamental para todo o Brasil, em especial em atenção ao Requerimento nº 24, de V. Exª, aprovado.

Convido o Senador Dário Berger para presidir a reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito bom dia!

Conforme já mencionado pelo nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, Presidente da CDR, a quem eu quero agradecer, a convidada terá 20 minutos para fazer a sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos.

A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida por ordem de inscrição. Os interpelantes vão dispor de três minutos, assegurado igual tempo para resposta do interpelado.

Antes de conceder a palavra à convidada, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência pública serão recebidas nos seguintes canais: Portal e–Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* do Senado Federal www.senado.leg.br, e Alô Senado, pelo número 0800612211.

Concedo então, agradecendo a presença dos demais convidados, a palavra à Srª Cassandra Maroni Nunes para fazer a sua exposição.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Obrigada, Senador Dário Berger.

Cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Davi, os demais presentes, Senadores, Senadoras e seus assessores, a imprensa.

Creio que o tempo destinado é suficiente. Eu busquei, Senador Dário Berger, sabendo um pouco das suas preocupações, interpretar o seu requerimento e apresentar algumas informações. Naturalmente, se isso não for o que V. Exª tinha em mente, nós estaremos aqui absolutamente à disposição, não só eu, como os nossos diretores. Para tratar de assuntos específicos sobre o Estado que o senhor gloriosamente representa, Santa Catarina, onde essa questão de terrenos de marinha e as recentes demarcações são bastante polêmicas, eu me faço acompanhar aqui do coordenador dessa área que acompanha de perto as demarcações nos vários Estados, mais especialmente em Santa Catarina, que pode me ajudar, com a devida vênia de V. Exª, a dirimir qualquer dúvida.

Eu agradeço o convite e a oportunidade e trago uma saudação do Ministro Nelson Barbosa, que se encontra bastante envolvido na solução dos problemas delicados da questão econômica e que, por isso, não está presente aqui hoje, mas nós buscaremos representar o Ministério do Planejamento a contento, eu espero.

Vamos lá!

Vamos ser bem breves, porque acho que o debate é bastante importante.

Vou buscar abordar, Senadores, uma conceituação básica, só para nivelar as informações, do terreno de marinha e falar de que função, na concepção da SPU, cumpre essa faixa litorânea, destacando o cumprimento da função social dessas vastas áreas do litoral brasileiro. Particularmente, eu gostaria de discorrer sobre dois aperfeiçoamentos do marco legal bastante recentes: a edição da Lei nº 13.139, deste ano, e a MP 691, editada agora, dia 31 de agosto. Portanto, são alterações bastante importantes no nosso marco legal, que regulamenta todas as questões do patrimônio, mas, em especial, sobre terrenos de marinha também.

Inicio falando sobre a conceituação e a função dos terrenos de marinha.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – A primeira definição de terreno de marinha, trazida na época do Brasil Colônia, por Portugal, definiu que as quinze braças, as famosas braças craveiras, que vão da linha do mar e pela sua borda são reservadas para servidão pública. Tudo que toca a água do mar e acresce sobre ela é da Nação, não é do rei, não é da colônia. Esta é a definição inicial.

Em grande medida, esse conceito é preservado. Naturalmente, nós passamos pela Proclamação da República, pela República Velha, pela Nova, pelo Estado Novo, por períodos de ditadura militar, pela redemocratização do País, mas esse conceito permanece e acho que ele é o foco de debate. Essas quinze braças são os 33 metros, pois cada braça equivale a 2,22 metros, mas faço questão sempre de trazer... Mesmo que traga à tona uma visão até um pouco maldita dizer que é coisa do Rei, da Coroa, não, o conceito é da Nação e a República consagrou como da Nação até os dias de hoje. Nós vamos ver que a MP recém-editada faz uma modificação essencial em áreas urbanas consolidadas, mas, pelo menos do ponto de vista da SPU, continuamos fazendo a defesa do instituto do terreno de marinha, ou seja, de se reservar tudo que toca a água em direção ao mar como servidão pública ou como algo que pertença à Nação.

Qual era o raciocínio da Coroa Portuguesa? Para que manter essa faixa dos 33 metros, ou 15 braças craveiras? Era de uma importância estratégica para a economia – naturalmente, para o Império, não para o Brasil – porque é ali que se desenvolve a pesca, é ali que se faz o embarque e o desembarque de mercadorias, e as salinas, que cito como uma das atividades econômicas, são apenas para justificar o nome marinha. Todo mundo acha, às vezes, que é terreno de marinha porque é da Marinha é brasileira. Não, a pobre Marinha brasileira não tem nada a ver com isso. É um termo que os portugueses trouxeram e que dizia respeito, principalmente, à produção de sal, uma das atividades econômicas. O acesso ao mar, para se garantir, preservando como servidão pública, essa faixa de 15 braças craveiras, os 33 metros, que garantia acesso ao mar e uma questão de defesa, que, àquela época, era muito importante. Tanto é que, do Macapá até o Rio Grande do Sul, vamos encontrar fortes colocados estrategicamente em vários pontos.

Essa era a concepção. Eles tinham uma visão estratégica de por que manter essas áreas sob o domínio da Coroa, por que manter como servidão pública.

A grande questão hoje em debate, tanto aqui na Câmara como no Senado, e o Executivo discute também, é se, na República de hoje, ainda é estratégico manter essa faixa sob domínio da União, um domínio que se tem mantido público sobre essa faixa ao longo de cerca de 20 mil quilômetros de costa litorânea. Naturalmente, nós estamos contando as reentrâncias, não os oito mil trezentos e tanto, como apregoou o IBGE, mas nós que temos que medir cada uma delas e fazer a demarcação dos 33 metros do marco de 1831, na verdade, contamos cerca de 20 mil quilômetros. Então, é uma extensa faixa. Esse domínio vem sendo mantido há 337 anos, com uma visão estratégica e uma visão arrecadadora desde a época da Colônia, sim. Por que abriríamos mão hoje?

Então, para responder essa questão, nós temos que responder em que medida deixam de ser estratégicos para a Nação portos, pescas, acesso ao mar, domínio das águas territoriais, atividades econômicas novas que se desenvolveram, como usina eólicas, que se dão em grande medida, não só, mas em grande medida, nessa faixa litorânea e outras atividades que se desenrolam aí? Nós teríamos que defini-las como não mais estratégicas. E a função social, que a nossa Constituição cidadã introduz de forma muito clara, não só da propriedade privada, mas da propriedade pública também.

Então, temos que analisar sob essa ótica, não apenas a ótica arrecadadora, que também mantém a sua importância – fica muito mais claro quando a gente está numa situação delicada como hoje –, mas que não governa as visões, como já houve um período da própria República em que se era governado por arrecadar. Hoje, a gente estabelece uma política patrimonial guiada pelo cumprimento da função social, da função ambiental, do desenvolvimento local e de diminuir desigualdades regionais em harmonia com a questão arrecadadora. Então, há um enfoque bastante grande nos últimos 12 anos sobre essa questão, que se iniciou um pouco antes do governo Lula, quando passa o planejamento à Secretaria do Patrimônio da União, deixando de ser apenas uma questão fazendária.

Mas a grande questão é refletir sobre isso. Se a gente responder que todas essas questões não são estratégicas e nem mais importantes, abra-se mão, pois.

Na concepção da Secretaria do Patrimônio da União, que nasceu há 161 anos para cumprimento da Lei de Terras, para fazer a repartição das terras, hoje, na visão da política nacional do patrimônio, trata-se de um instituto importante, exceto em algumas áreas em que a MP – quando eu falar dela, vocês verão – vai deixar claro onde não há mais sentido a União fazer a gestão dessas áreas, podendo ser alienadas dentro de algumas regras. Então, está aí o fruto dessa nossa reflexão, uma mudança que veremos mais adiante.

Bem, o que a União deve gerir hoje, nos dias de hoje? Atividades econômicas, as praias. No litoral, em grande medida, onde ainda não se dá a ocupação e onde vai se desenvolver, pode ser planejado, pode se orientar em conjunto com gerenciamento costeiro com Estados e Municípios, com a sociedade civil, esse patrimônio que se mantém da União.

Nós continuamos fazendo a gestão em áreas estratégicas, entendendo a função ambiental. Nós temos uma quantidade gigantesca de áreas da União, terrenos de marinha que foram repassados ao Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente, onde se instalam as Resex, as Flonas, as APAs, os parques ecológicos nas ilhas. Apenas como exemplo, no litoral, nós temos uma diversidade, uma geodinâmica tão diferenciada, uma diversidade de fauna e flora, que cumprem um papel extraordinário até para a manutenção da vida das cidades, que precisa ser preservada. E o Brasil tem uma política ambiental bastante sólida construída nas últimas décadas e bastante importante e se desenrola, em grande medida, sob terrenos de propriedade da União.

Cumprimento da função social. Acho que raras vezes na história do Brasil... Eu não ousaria dizer que nunca dantes, mas que desde as capitanias hereditárias, muito recentemente, o povo simples, a população de baixa renda passou a ter acesso às terras públicas da União, nesse cenário de terrenos de marinha. Não só nos nacionais interiores, mas focando no terreno de marinha, onde se desenrolam programas sociais, como, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida, nos vazios urbanos, que têm tem sido destacados para as prefeituras fazerem o Minha Casa, Minha Vida, ou até os movimentos sociais, através do Minha Casa, Minha Vida – Entidades, e outras políticas de titulação da população ribeirinha, de respeito às comunidades tradicionais, às áreas quilombolas, etc.

E, em harmonia com a função arrecadadora, nós temos ilhas utilizadas privativamente. Recentemente, todo mundo viu, foi divulgado em *sites*, a venda, a preços milionários, de algo que é, na verdade, propriedade de todos os brasileiros e brasileiras.

A ocupação de espelho d'água é assunto bastante polêmico para as pessoas do setor portuário, náutico e de diversões náuticas, de esportes náuticos. Porém, isso vem sendo regulamentado, e, em discussão com o setor, hoje se chega a cobranças bastante razoáveis, mas aquilo que é usado em nome de todo o povo brasileiro tem que ser retribuído de alguma maneira. Esse é o conceito da lei, que nós mantemos.

Há grandes áreas com exploração econômica, onde se usam instrumentos de cessão, de arrendamento. As pessoas utilizam, mas pagam por isso. Terminais de uso privado, por exemplo, algumas dessas áreas de usina eólica, e assim por diante.

Bem, entramos um pouquinho mais no detalhe do conceito. Isso aqui é em área urbana, e hoje nós estamos modificando e lançando uma diferença fundamental. Mas, primeiro, para se entender, o que é terreno de marinha? Mediu-se lá em 1831. Por quê? Porque foi um marco estabelecido pela primeira lei e lá ficou. Dizem que esse é um marco muito antigo. É um problema da SPU achar esse marco muito antigo! É difícil? É difícil. Mas saibam que desde 1500 o Brasil tem cartas náuticas extremamente detalhadas que nos permitem sobrepor a várias produções dessas cartas náuticas. E hoje, com o Google Earth, que estabelece uma comparação histórica de evolução da ocupação, evolução da maré média, enfim, e com metodologia até de depoimentos, de coleta de fotos privadas, consegue-se estabelecer, de forma bastante precisa, esses marcos. Não é fácil, mas a dificuldade não é da população, e sim da SPU, que tem enfrentado isso com uma metodologia científica apoiada em conhecimentos de universidade, mas apoiada num marco legal muito claro para se fazer isso. O marco é bem preciso. Estão aí nossos especialistas para discorrer sobre isso.

Por exemplo, nesse caso, detectou-se aqui que a preamar média, a maré alta média chegava aqui. Aí você marca os 33 metros. Esse aqui é o terreno de marinha. Bom, o que é isso aqui, então? Se a preamar média vinha aqui, é porque isso foi acrescido depois, seja por processo natural, o que mais comumente, depois do advento das grandes máquinas, dragas, etc., por ação antrópica, que, na Geologia, chamamos de quinário, não é nem o quaternário, é outra era... Então, natural ou artificial, isso foi acrescido. E lembram que a Coroa já dizia que tudo que era acrescido em direção ao mar era da Nação também, além das águas.

Há um outro eslaide que foi passado rapidinho.

Aqui, há uma superposição. Vejam: marcou-se a preamar aqui. Área fictícia. Aí você marca a linha, faz a demarcação. A partir dessa linha, você marca para dentro do continente os 33 metros. Essa aqui seria a faixa de marinha. Só que o mar regrediu. Aí a definição atual, legal, que é utilizada, de terreno de marinha, seria essa pequena faixa. Entretanto, o mar regrediu, o que é muito possível, do ponto de vista geológico ou do ponto de vista da intervenção antrópica, e instala-se toda uma ocupação, que é o acrescido de marinha. Então, o conjunto acrescido de marinha e o terreno de marinha é que compõem, nessa região, o que é área da União. E está avançando do mar porque, por definição constitucional, as águas são um bem da União e, do ponto de vista patrimonial, sua gestão é um dos encargos da SPU.

Aqui, rapidamente, depois de históricos atrasos na demarcação, finalmente, a SPU definiu, a partir do ano passado, uma metodologia para fazer em seis anos o que não fez em 160, que é o Plano Nacional de Caracterização.

Essas aqui são as metas, por Estado, para cumprimento até 2020. São as metas que temos que cumprir em cada Estado. Depois, cada Senador pode pegar a meta do seu Estado e nos cobrar, ao fim de cada ano, o cumprimento dessas metas, e assim por diante, para que consigamos ter todo esse território demarcado e com novas regras agora, propostas pelo Parlamento, emendadas no Parlamento, que nós já estamos obrigados a exercitar, pela Lei nº 13.309, que aumenta o controle das comunidades e dos indivíduos inclusive sobre essa demarcação.

Depois, se V. Exª quiser, há outro eslaide das áreas que estão em demarcação em Santa Catarina, que posso deixar aqui.

(Soa a campainha.)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Meu tempo está terminando. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Serei rápida.

Cumprimento da função social.

Esse é um trabalho muito importante, especialmente na Amazônia. É o procedimento simplificado de dar um título de autorização de uso para a população que, via de regra, é explorada por atravessadores que se dizem donos de área que, na verdade, é da União e levam a produção, como, por exemplo, de açaí, que é uma produção sustentável. Fornecemos esse título da autorização de uso sustentável, garantindo a eles que poderão continuar exercendo essa atividade, desde que ela seja sustentável, que não danifique o meio ambiente. É uma revolução nessas áreas, pois as pessoas passam a ter endereço e a ter acesso à Previdência e a uma série de coisas.

Então, o que era tratado como conflito à bala, via de regra, em lugares em que o Estado de direito não chega capilarmente, temos tentado apaziguar, resolvendo com a titulação. Já distribuímos uma grande quantidade, e o mesmo tanto está previsto para ser entregue este ano.

Outra função social importante é o compartilhamento da gestão dessas áreas com Estados e Municípios, o que vem sendo feito em grande parte, porque a União não tem interesse direto, a não ser que seja uma atividade estratégica, na gestão de áreas, o que pode ser feito por Municípios e Estados.

Esse é um número bastante significativo. Aliás, enquanto exibimos esse eslaide aqui, isso já está superado, já passamos mais áreas, e isso nós fazemos diariamente, para Estados e Municípios litorâneos.

Bem, aqui, vou dizer rapidamente, mas chamando a atenção para o fato de que isso tudo foi construído junto com o Parlamento, que ocorreu um aborrecimento grande por conta, basicamente, de dois vetos impostos pela situação econômica vigente que desagradaram principalmente os que propuseram as emendas, mas isso não deve empanar os avanços que esse novo marco legal, proposto pelo Executivo e modificado, em grande medida, pelo Parlamento, produziram. Foram mudanças substanciais.

Aqui, está citado, rapidamente, há um eslaide para cada uma das principais delas... Então, eu vou entrar...

Bem, vamos citá-las aqui.

Fim das cobranças retroativas.

Cada vez que reconheço que alguém está ocupando uma área da União, eu falo: "Tudo bem, você está inscrito aqui, sua ocupação é precária, e você vai pagar 2% se você se inscreveu até 1988 ou 5% se depois de 1988. E mais: eu o estou reconhecendo agora, e você já está devendo cinco anos". Com essa alteração, eu posso inscrever já, e a pessoa estabelece a relação, a partir de agora, com a União e não vai ter que pagar aquele retroativo, que era uma coisa ruim para quem ocupa e muito ruim para a gente, que tem que cobrar e regularizar.

O Parlamento atualizou a data para a regularização das ocupações – isso é uma emenda do Parlamento – para 10 de junho de 2014, um ano antes disso.

Dívidas com a União de até R$10 mil, inclusive aquelas inscritas na Dívida Ativa, são perdoadas. Há um rito a seguir para solicitar.

Parcelamento de débitos.

A gente não podia parcelar; só podia parcelar quando entrava na Dívida Ativa. Agora, a própria SPU pode fazer o parcelamento.

Foi aberta a isenção para entidades beneficentes.

Para pessoas carentes, hoje, já existe na lei que quem declara uma renda familiar de até cinco salários mínimos fica isento.

Para aqueles que têm renda de até três salários, ou seja, que estão no Cadastro Único, nós estamos fazendo uma operação, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social, para eles ficarem, automaticamente, isentos, sem precisarem ir à SPU todo ano.

E há o perdão de multas para quem quitar débitos no prazo que a lei estabelece.

Aí, Senador Dário, houve uma alteração no rito legal da demarcação dos terrenos, proposta pelo Parlamento, que dá mais poder àquele que vive na área que está sendo demarcada.

As audiências públicas são obrigatórias, com a participação do Município e da sociedade civil, desde o início do processo. Vai abrir o processo de demarcação, é avisado. O produto tem que ser apresentado antes da homologação. E abre-se um prazo, que era de 10 dias e passou para 60 dias. Tem-se que fazer a notificação dos responsáveis e tal. E agora as impugnações têm efeito suspensivo. Enquanto não resolver, a demarcação fica lá suspensa.

Então, essas são mudanças substanciais no processo de demarcação.

Aí, entrando no detalhe: nós temos um potencial de remissão de dívida de R$265 milhões com esse novo marco legal, só para quem tem dívida pequena, de até R$10 mil.

Deixando de cobrar o retroativo da taxa de ocupação, em algumas situações, como esse caso que nós estamos colocando aqui, se ele teria de pagar R$18 mil no ato de inscrição, vai pagar R$3 mil, uma redução da ordem de 83%, o que permite regularizar mais situações. Isso vai ser muito importante com o advento da MP, porque essas pessoas passarão a ter direito de comprar o domínio e de, de vez, se livrar do foro, do laudêmio etc.

O aforamento passa a ser ato vinculado. Então, se a pessoa já tem uma relação com a União, ela, automaticamente, pode pedir foro. Torna-se uma obrigação da SPU fazer isso. O pedido de remissão...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Está bem, eu vou acelerar.

Eu queria destacar algumas questões.

Eu vou tomar um tempinho só aqui.

Agora, entrando na medida provisória... Aquilo tudo já é lei e entra em vigência agora em outubro. A MP recém-editada abre esta grande novidade: pela primeira vez em 337 anos, pode-se fazer alienação de terrenos de marinha, desde que seja em área urbana consolidada – e a própria MP traz uma definição de quais são as regras para se definir área urbana consolidada – e em cidades de mais de cem mil habitantes, tanto para quem tem foro... Abrindo um parêntese rapidamente, quem tem uma relação de aforamento tem um contrato e já tem direito sobre 83% da propriedade, que já é dele, e ele paga foro e laudêmio por conta dos 17% que ainda são da União. Abre-se a possibilidade de ele comprar aqueles 17%, e com 25% de desconto se ele pedir no primeiro ano que tiver em vigência. E também cuidamos de garantir que as famílias de baixa renda podem ter isso gratuitamente.

Quando é inscrição de ocupação, ou seja, se você está autorizado a ficar lá, você não tem nada, nenhum direito garantido. Então, abre-se a possibilidade de comprar o domínio pleno, a preço de mercado. Há uma outra possibilidade, que é de, como o aforamento é vinculado agora pela outra lei, se aquela pessoa mostrar que sua documentação mostra uma cadeia possessória que remonta a até 1940, ele ter direito ao aforamento gratuito. Se tiver quebra da cadeia, vai ter que comprar o domínio útil ou o domínio direto, neste caso.

Só frisando que sempre foi tido e continua sendo inalienável no restante das áreas do País, mas abre-se a possibilidade em área urbana consolidada em que consideramos que a União, a SPU em especial, tem que concentrar a sua energia em fazer a gestão do restante dos imóveis. Não há por que se manter em área urbana, onde já está tudo consolidado, o domínio dessa área, que já é, efetivamente, ocupada por edificações, enfim, por tudo aquilo que tem uma área urbana consolidada. Abrem-se as regras para isso, e isso é um marco bastante importante nesse instituto do terreno de marinha.

O art. 6º define o que é área urbana consolidada, o 7º estabelece que todo mundo vai ter desconto de 25%... Aí não é só terreno de marinha. Temos áreas fora do terreno de marinha, como condomínios em São Paulo, por exemplo, que também entram na mesma coisa. A ideia é a União se desfazer desse domínio para poder se concentrar em melhorar a gestão em outras áreas e, claro, também levantar recursos.

Essa MP introduz – rapidamente, para concluir, Senador – uma coisa extremamente importante para os Municípios, que é passar a gestão de praias para os Municípios, inclusive com as receitas, submetidos a um plano de adesão ou um contrato de adesão e às regras que nós incluímos na legislação da SPU, mas que são regidas pela Constituição. Por exemplo, é preciso garantir o acesso livre, que as praias sejam públicas e que as atividades econômicas que ocorram sigam determinadas regras. Mas passa a ser gestão patrimonial do Município, porque o Município hoje pode dizer a que horas se pode jogar frescobol ou futebol, pode dizer onde, pode dizer onde se pode ter jet ski e onde tem aula de ginástica, mas ele não pode autorizar, porque a propriedade não é dele. Através dessa MP, pode-se fazer isso. Cada Município tem que fazer um contrato de adesão onde estejam as regras, e a receita auferida passa a ser do Município. Ou seja, é um passo para a SPU se concentrar na gestão. Não teremos que fiscalizar cada metro dos 20 mil quilômetros de praia. Nós vamos acompanhar o que é que as prefeituras fazem. Então, é um foco bastante diferente.

Outra coisa que é importante, um dos focos em que vamos nos concentrar, é a gestão dos prédios da Administração Pública. Introduz-se aí a vinculação de parte das receitas que o Ministro Nelson anunciou, um plano de alienação de imóveis que não tenham interesse para o serviço público – não vamos sair vendendo tudo, vamos vender só aquilo que claramente não tem interesse público –, e os recursos auferidos vão para esse Proap, que é um fundo que já existe, onde vão as multas que a SPU aplica, e esse fundo financiará a construção, por exemplo, aqui, em Brasília, dos anexos, de completar o projeto do Niemeyer e do Lúcio Costa na Esplanada, para tirar os prédios públicos do aluguel, fazer reformas, melhorar a qualidade, garantir acessibilidade nos prédios públicos e sustentabilidade, e tudo isso vai nos fazer viver melhor dentro deles e gastar menos.

Bem, esse era um problema porque, se havia um apartamento que tinha o aforamento, demorava séculos, pois era preciso reconstituir a cadeia de todo mundo. Com esse art. 8º, a gente pega um que já tem e aplica a todos os outros que quiserem, é muito mais rápido. Isso é uma evolução administrativa, digamos. Quem já ficou com pedido encalhado muito tempo sabe que isso é uma solução simples, mas que agora é que está sendo dada.

Termo de adesão.

Aí, estou exemplificando, porque a alienação, segundo a disposição transitória da Constituição, só pode se dar a partir do estabelecimento de uma faixa de segurança. Então, estamos regulamentando essa faixa de segurança, que é de 30m, exatamente o que é necessário ser mantido ainda sob domínio público, e não há a menor necessidade de a União fazer a gestão disso aqui.

É isso. Desculpem-me extrapolar o tempo, mas as novidades são grandes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu agradeço a exposição feita pela Srª Cassandra Maroni Nunes e consulto os Srs. Senadores se desejam indagar a nossa palestrante, nossa expositora.

Antes de passar a palavra para V. Exªs, eu, como autor do requerimento, gostaria de falar, a não ser que os Senadores prefiram falar antes de mim.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O senhor é que coordena.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não, eu quero ter o prazer de ouvi-los. E agradeço, inclusive, a presença dos senhores e da Srª Senadora Simone Tebet, a quem concedo a palavra.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Dário, entendo como fundamental V. Exª iniciar com os questionamentos, até porque V. Exª, além de autor, pode estar norteando e também limitando um pouco nossas dúvidas e questionamentos. Acho que aceleraríamos o processo da audiência com as colocações e os questionamentos de V. Exª. É apenas uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Se os demais Senadores concordam, vou tentar, rapidamente, resumir um pouco essa questão, que se apresenta de forma bastante confusa para todos nós, sobretudo com a emissão, agora, da medida provisória e pela luta que já foi travada aqui no Congresso Nacional, sobretudo pelo Senador Ricardo Ferraço e por outros Senadores, com relação a esse tema.

O objetivo maior desta audiência pública diz respeito a esclarecimentos, pela autoridade competente, das razões e dos métodos utilizados para a demarcação das terras de marinha efetuada, ditatorialmente, na minha opinião, pela SPU, em total desrespeito à Lei nº 9.784, de 1999, que determina que todo processo administrativo, para sua validade, tenha efetiva participação de todos os interessados. Não observada essa normativa, cremos ser nulo o ato administrativo daí decorrente.

Foi exatamente o que ocorreu: nenhum interessado, Poder Público ou pessoa privada que tenha interesse direto nas terras de marinha, participou do processo demarcatório. Ademais, as demarcações foram realizadas, como já dito, de forma arbitrária, não se preocupando a União em admitir que a LPM de 1831, Linha do Preamar Médio de 1831, já foi, segundo a melhor doutrina e fontes históricas a respeito, tomada pelas marés vivas.

Diante do exposto, tenho uma série de perguntas a fazer.

Antes de mais nada, eu queria colocar que, após eu fazer o requerimento, fomos surpreendidos, agora, pela medida provisória que tenta criar um novo arcabouço jurídico com relação aos terrenos de marinha, sobretudo com relação a sua alienação. Isso, na minha opinião, é apagar fogo com gasolina, porque temos milhares e milhares de pessoas que estão hoje nessas áreas, e a grande maioria, penso, seria de proprietários dessas áreas.

Agora, imaginem a surpresa, a indignação e a revolta dessas pessoas, que, no meu Estado, Santa Catarina, especialmente nas áreas litorâneas, estão se apresentando e cobrando de nós, Parlamentares, uma atitude mais firme com relação a esse assunto! E nada toca mais o ser humano do que a insegurança com relação ao seu patrimônio, à sua propriedade, à sua casa, ao ambiente onde, a duras penas, muitas pessoas acabaram construindo, e muitas delas são proprietárias única e exclusivamente dessa propriedade. Florianópolis é um grande exemplo disso.

Eu mesmo sou vítima dos terrenos de marinha, não como proprietário, porque não tenho nenhum terreno de marinha, mas como Prefeito de Florianópolis. Tive, no Patrimônio da União, Drª Cassandra, um entrave impressionante. A burocracia... Foi agora, de 2004, 2005 a 2012. Foi recente. Foi nos últimos oitos anos, nos mandatos que exerci anteriormente ao de Senador.

O que eu pude observar e quero compartilhar com os Srs. Senadores? Os tradicionais vazios urbanos nos centros das cidades ou nos perímetros urbanos. Não quero nem me referir às praias. Na época do verão, há burocracia e falta de definição de competência para que as pessoas possam utilizar aquele bem público. Aí o conflito se estabelecia, com Ministério Público, confusão, etc. E todo ano a mesma coisa. E o Patrimônio da União nunca teve sensibilidade para ser parceiro a fim de que, efetivamente, pudéssemos resolver esse problema.

O que mais eu posso dizer com relação a isso?

Os terrenos da União nos perímetros urbanos, nos centros históricos são terrenos verdadeiramente abandonados, que servem de lixões. Infelizmente, eles não podem ser desapropriados. Se pudessem, também porque a União não paga nada de IPTU sobre isso... E agora o Patrimônio da União e a União estão exigindo o uso oneroso das terras de marinha para os Municípios brasileiros. Então, a lógica está invertida com relação a esse assunto. O Município tem a responsabilidade de cuidar dessas áreas, de manter essas áreas, uma coisa que é absurda! E o que é pior: há também os tradicionais acrescidos de marinha, porque todas as cidades litorâneas, principalmente as grandes cidades, receberam – para não dizer sofreram, vou dizer receberam – um acrescido de marinha, que revitaliza a área, cria toda uma logística de lazer e de deslocamento, etc.

Quando fui Prefeito do Município de São José, em 1997, por oito anos, construí, com recursos próprios, uma beira-mar. Depois de concluído, eu tive que passar isso, automaticamente, para a União. Tive que passar, não; a União toma conta. Depois de pronta, você não consegue fazer mais nada em cima dela, não consegue

nem ocupar aquilo que você fez. É um negócio impressionante. Eu realmente... A senhora me perdoe, mas eu me apresento nessa circunstância com um misto de revolta e de indignação. E o que é pior: a grande maioria dessas áreas, Senador Wellington, Senador Davi, Senadora Simone, está ocupada. Adivinhem por quem! Por órgãos da União. Claro! De frente para o mar, normalmente nos centros históricos urbanos, de fácil acesso, etc. Vá a São José e você verá que a orla está praticamente toda ocupada, pelo Incra, por não sei o que... Eu não quero aqui mencionar os nomes. São órgãos federais. Polícia Federal, Justiça Federal, tudo o que é federal está na orla. Chega a ser uma afronta, vamos dizer assim, quando, na verdade, para requerer uma área – tentei fazer isso – para construir um centro administrativo próprio para o Município, o Município não conseguiu.

Então, vejam que estou levantando questões que são a pura realidade de quem viveu o dia a dia de situações cujos espaços urbanos pertencem à União.

Senador Davi, V. Exª quer contribuir?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dário, eu queria perguntar se essa área que V. Exª, na época, ainda como prefeito, requereu da SPU foi a praia que V. Exª construiu.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pode repetir, por favor?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – V. Exª falou que o Município não conseguiu uma área para construir um imóvel na frente da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não, não foi essa.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – É outro caso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Foi em Florianópolis, onde a área já havia sido construída há muito tempo. Até porque São José já tinha um centro administrativo, e, naquela oportunidade, não foi objeto, vamos dizer assim, mas foi objeto de outros projetos que, efetivamente, não se concluíram.

Aí, fui para Florianópolis, Senador Wellington Fagundes. A duras penas, com muitas dificuldades, construímos uma outra beira-mar, um outro acréscimo de marinha, sem, também, recursos da União, pois foi construída por meio de um financiamento da CAF, recursos do Município, que está pagando o financiamento até hoje. Imediatamente, concluída a obra... Aliás, é preciso pedir autorização para a União, para, depois de concluída a obra, utilizar pelo menos o sistema viário, porque, na verdade, você constrói um acréscimo de marinha e o primeiro objetivo é o do acesso. As cidades cresceram, desenvolveram-se, e a mobilidade urbana, nós todos sabemos, é um grave problema que enfrentamos não só nas cidades litorâneas, mas em todo o Brasil. Então, para autorizar a inauguração e os veículos poderem transitar, deve-se pedir autorização para a União, o que, na minha opinião, é extremamente lamentável.

Mas Florianópolis é muito pior do que São José, porque São José tem uma pequena área litorânea. Para quem não conhece, São José é um Município que faz divisa com Florianópolis. É mais ou menos como São José dos Pinhais e Curitiba. Faz parte, vamos dizer assim, da Grande Florianópolis. É um conglomerado urbano. Hoje, as divisas dos dois Municípios se confundem, e, em determinados momentos, você não sabe se está em São José ou em Florianópolis.

Bem, feitas estas observações, eu queira, mais especificamente agora, perguntar, além disso, à nossa palestrante, à nossa convidada de hoje, se ela pode ajudar, contribuir. Em primeiro lugar, eu queria saber se a senhora participou efetivamente da elaboração da Medida Provisória nº 691, de 2015. Se a senhora participou da medida provisória, quais são os verdadeiros motivos que levaram o Governo a emitir essa medida provisória, a não ser, fundamentalmente, a questão financeira, a questão monetária? Porque, vamos convir, essas pessoas já estão lá há mais de 300 anos e vamos ter um embate com conflitos possivelmente imensuráveis com relação à aprovação dessa medida provisória, uma vez que já existem projetos aqui aguardando... O Senador Ferraço tem um projeto aqui que já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e está aguardando para ser pautado no Senado Federal, para que possamos apreciar, pois, realmente, esse é um problema grave que nós temos.

Bem, com relação à demarcação, qual é a verdadeira intenção...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se V. Exª me permite, Senador Dário, V. Exª está se referindo à PEC 71, do Senador Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Isso.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ela está, neste momento, pautada na CCJ – daqui a pouco eu saio daqui para votar lá –, com relatoria da Senadora Rose de Freitas. Entrou na pauta de hoje da Comissão de Constituição e Justiça. Esse é, inclusive, um dos pontos que quero aqui questionar porque faremos uma votação importante em relação ao assunto na Comissão. Então, já está na CCJ para ser discutida e apreciada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado, Senadora Simone.

Eu vou tentar me apressar para...

Qual é a verdadeira intenção da União a partir de uma demarcação dessas terras sem a participação dos interessados.? Pude perceber que a nova orientação é de fazer audiência pública, mas eu gostaria que a senhora anotasse e, se possível, respondesse de maneira sucinta e objetiva se existe nesse interesse algo relacionado com segurança nacional. Porque segurança nacional, convenhamos, é um entulho autoritário da época do Império. Hoje, não há mais essa a questão de segurança nacional. Eu até me lembro de outro detalhe, mas não vou discorrer sobre isso aqui.

Terceiro: no entender da SPU, quais seriam as consequências econômicas, sociais e jurídicas caso os terrenos de marinha viessem a ser extintos? Esta é uma questão importante, uma pergunta abrangente, sobre as consequências econômicas, que imaginamos quais são, as sociais, sobretudo as sociais, e se o Governo está preparado para as questões jurídicas que, com certeza, vão acontecer, já que talvez essa seja mais uma medida provisória daquelas improvisadas que vai demorar muito tempo para ser concluída e não vai trazer praticamente nenhum resultado prático.

Qual o percentual dos terrenos de marinha que já se encontram demarcados?

Qual o próximo passo a ser tomado pela SPU e em que fase se encontra esse processo de demarcação?

Qual o montante de recursos efetivamente arrecadados até hoje ou arrecadados anualmente dos foreiros e ocupantes dos terrenos de marinha, inclusive laudêmio?

Qual a perspectiva de arrecadação da União com relação à nova demarcação? E qual a perspectiva de arrecadação da União com relação à edição da medida provisória?

Que ações deverão ser tomadas pela União contra os que estavam fora da linha demarcatória e que agora passaram a integrar os terrenos de marinha?

As Gerências Regionais do Patrimônio da União atualmente encontram-se estruturadas e qualificadas para administrar os terrenos considerados terrenos de marinha?

Para onde vão os recursos oriundos dos terrenos de marinha? Isto também é importante saber.

Qual a integração existente entre a SPU e os Municípios para a verificação das interferências, por exemplo, com o meio ambiente e o patrimônio cultural ou a gestão urbana?

E quem cuida – se a senhora puder me responder – dos terrenos de marinha situados nos perímetros urbanos dos Municípios?

Bem, dando sequência, eu acho que seria interessante eu agora passar a palavra aos colegas Senadores para que façam suas manifestações e que a nossa convidada respondesse ao final as perguntas que eu fiz e que tiverem feito os demais Senadores que nos honram com suas presenças nesta audiência pública.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Davi Alcolumbre não estava inscrito antes?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – É, o Presidente da Comissão tem prioridade.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – As mulheres têm prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – S. Exª, gentil como é, concede a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agradeço ao Presidente, Senador Dário e, de uma forma muito especial, ao Senador Davi.

Antes, quero cumprimentar a Drª Cassandra e agradecer a sua presença, que é muito importante para nós. V. Sª tem muitas informações a respeito desse assunto, extremamente complexo e preocupante.

Quero também parabenizar o Senador Dário pela iniciativa e dizer que, neste exato momento, acabaram de me informar que se está discutindo se vai haver uma inversão de pauta para se colocar o projeto de terrenos de marinha como primeiro na CCJ. Eu vou fazer os questionamentos e, se eu não conseguir receber todas as informações a tempo, depois, pelas notas taquigráficas, conseguirei recuperá-las para fazer o meu juízo de valor.

Eu quero começar dizendo que não tenho terreno de marinha no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, apesar de termos rios navegáveis e, portanto, sujeitos a terrenos de marinha pela legislação da época imperial. Somos banhados pelo Rio Paraguai e pelo Rio Paraná. Eu acho que nós temos ali, no máximo, ocupações. Mas a questão de aforamento, de foro, nós não temos, e pode ser que, consequentemente, tenhamos aí alguma coisa... Acho que não temos nem mesmo laudêmio, só mesmo taxas relacionadas a ocupações. E temos lá uma pessoa muito prestativa, que é o Mário, que está sempre atento, sempre conosco nessas questões ligadas ao patrimônio da União, que não se resumem, felizmente ou infelizmente, a terrenos de marinha.

Mas, de qualquer forma, eu me lembro de que a última vez em que eu realmente ouvi falar em terreno de marinha de uma forma mais técnica foi na época da faculdade. Eu fiz faculdade no Rio de Janeiro. É lá que está, provavelmente, o maior número de terrenos de marinha do Brasil e é lá, consequentemente, que está a maior arrecadação também. É um Município significativo nessa questão.

E eu me lembro de que, desde aquela época – isto foi nos idos de 90, início de 90, acho que foi em 1990 mesmo –, já era discutida essa questão da justiça ou da injustiça dos terrenos de marinha, que eram áreas sujeitas a um decreto da época de 46, do período imperial da Coroa, quando havia necessidade de realmente proteger o nosso litoral. Era muito mais uma questão de defesa dos portos, questão de pesca, do que qualquer outro tipo de questionamento.

A realidade é que a legislação permaneceu. A Constituição de 1988 não teve, a meu ver, a coragem de se debruçar sobre essa questão como deveria, e hoje nós temos realmente essas questões para serem solucionadas.

Eu tenho duas dúvidas. Em relação à medida provisória, eu não vou nem mencionar, porque eu não a conheço. Acho que ela foi publicada ontem e ainda não veio para esta Casa e eu não sei se farei parte da comissão mista. Mas há um projeto, que é uma PEC do Senador Ricardo Ferraço, que está para ser votado na CCJ, e eu tenho que dar um voto daqui a pouco em relação a ela. Esse projeto estabelece que continuam bens da União os terrenos de marinha, à exceção daqueles que estão nas ilhas costeiras, nos Municípios que são ilhas, vamos dizer assim, que é o caso de Florianópolis, de Vitória e de São Luís. Acho que são as três únicas.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Já é. Já saiu.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Isso já saiu?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Emenda Constitucional nº 46, de 2005.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, há uma PEC do...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Isso já não é mais propriedade da União. Só são propriedade os terrenos de marinha.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, o que o Senador Ferraço procura é alterar esse inciso VII do art. 20 para retirar do domínio da União os terrenos de marinha e acrescidos. E aí é que vem o meu questionamento.

Foi nos informado que a SPU entende que, mesmo com esse projeto do Senador Ferraço, esses terrenos, já sob domínio do Município, não deixariam de ser terrenos de marinha.

Eu gostaria que V. Sª me confirmasse isso, se tiver informações a respeito dessa PEC, porque eu não vejo inconstitucionalidade e não vejo violação do princípio republicano da isonomia no projeto do Senador Ferraço. Ao contrário, acho que ele resolve grande parte do problema. Pode causar um outro problema para a União, que é a questão de caixa, a questão econômica, num momento em que a União precisa arrecadar. Ao lado, paralelamente, uma medida provisória que visa exatamente isso, pelo que eu ouvi rapidamente, se realmente houver interesse de alienação desses bens.

Em relação ao projeto do Senador Ferraço, pergunto, se V. Sª tiver conhecimento, se pode nos esclarecer.

A segunda pergunta, adiantando e aproveitando a presença de V. Sª, é: na medida provisória que vai garantir a possível alienação, ela será apenas para os ocupantes e foreiros ou ela será feita também para terceiros e, com isso, causaríamos um problema social de despejo em relação às pessoas que já estão no local?

São só esses esclarecimentos, aproveitando a presença de V. Sª, porque, realmente, a medida provisória ainda não chegou a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu agradeço a participação da Senadora Simone Tebet, que traz um relevo todo especial à nossa audiência pública de hoje, e acrescento aqui uma questão importante também que acabei esquecendo.

Pergunto à convidada, Drª Cassandra: o patrimônio da União – acho que há um ou dois anos – aplicou uma multa ao Município de Florianópolis de mais de R$170 milhões. Isso representa 30% da receita do Município. Aplicou essa multa por ocupação, ao longo da história, dos terrenos de marinha, dos acrescidos de marinha. Lá há um centro de convenções que foi construído na década de 80, há uma creche, que podem ser vistos por quem vai para o sul da ilha, para o aeroporto. E há outras áreas que, evidentemente, ao longo do tempo, foram ocupadas. Na minha época, travamos uma discussão ampla em relação a esse assunto e isso culminou, agora, na gestão do Prefeito César Souza Júnior, com essa multa que vem sendo discutida, provavelmente, com o Patrimônio da União. Eu queria que a senhora pudesse também mencionar a quantas anda essa questão e de que forma nós podemos resolver isso.

Para concluir, passo a palavra, então, ao nosso Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Presente!

Presidente Dário, Senadora Simone, Senador Gladson, na verdade, como foi dito por V. Exª, como autor do requerimento desta audiência – a Senadora Simone Tebet também fez referência a isto –, esse é um tema, Drª Cassandra, muito polêmico para todos nós que temos, de certa forma, influência da Secretaria de Patrimônio da União em nossos Estados.

Lá no Estado do Amapá não é diferente. Moramos em frente ao maior rio do mundo, o Rio Amazonas, a capital do nosso Estado, Macapá, tem praticamente toda sua área comercial atingida, até o limite da Rua São José, ou seja, é o centro comercial todo da capital de um Estado, Macapá, e todos os anos os comerciantes, apreensivos, cobram uma solução e uma resposta para esse imbróglio que vem desde 1831.

Qual a minha ponderação? Quanto representa para a Secretaria de Patrimônio da União essa arrecadação, esse valor que a Secretaria recebe todos os anos dos adimplentes e dos inadimplentes, porque há um questionamento muito grande das pessoas que não querem ou não pagam e estão com o nome no Cadin em virtude de não terem recolhidos os impostos que é uma cobrança feita pelo Governo Federal?

E quando a gente vê, no que o Senador Dário Berger coloca, que a Secretaria de Patrimônio da União multa uma cidade em 30% do orçamento dessa cidade, não é possível que a gente esteja falando do Governo multando o Governo, porque é o Governo municipal sendo multado pelo Governo Federal e penalizando a sociedade, porque o Município acaba tendo que contratar, a Procuradoria do Estado fica tendo que estar atenta aos prazos, a recursos, a audiências, e, no final dessa ação judicial, terá que haver o vencedor e o vencido. E, se o vencido for o Município? Se ele for derrotado na ação judicial contra a União, como o Município vai tirar 30% do orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Anual, porque essa multa equivale a, praticamente, duas receitas mensais o que é um negócio impressionante. É fora de qualquer racionalidade, vamos dizer assim, na minha opinião, uma multa expressiva como essa.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Então, eu fico pensando: uma multa de um valor de mais de R$160 milhões para uma cidade... Se, no final, a União for vitoriosa, a União estará tirando do cidadão que vive lá no Município de Florianópolis o poder do Município para fazer creche, para construir escola, pagar merenda escolar, colocar transporte coletivo. Ou seja, no final das contas, a União está tirando do cidadão. E o cidadão não vive na União ou no Estado, mas numa rua, numa avenida, num bairro, num distrito, num Município.

Então, acho que a construção dessa medida provisória – e não temos conhecimento dela toda, pois V. Sª colocou apenas alguns pontos dela – poderia ter sido feita em consenso com esta Casa, com o Senado, com a Câmara dos Deputados, que discutem o tema há muitos anos. E ainda há pouco foi colocado que estamos discutindo uma medida provisória cuja redação ainda não conhecemos e na comissão ao lado está sendo votada uma proposta de emenda à Constituição que também debate esse tema. Então, acho que falta essa comunicação entre o Governo Federal e o Congresso Nacional para construir uma saída que seja boa para o Governo Federal e que também atenda os Estados e Municípios que sofrem com essa questão da cobrança das áreas de marinha.

Então, era uma ponderação que eu queria fazer, não um questionamento, para fazer essa reflexão de que poderia ter sido construída essa medida provisória, que vem, num momento de dificuldade, causar mais dificuldade para o Governo. Quando o Governo constrói uma medida provisória com um tema polêmico desse, que vai, efetivamente, fazer com que as pessoas que estão há anos ali ocupando aquele espaço sejam realmente obrigadas a pagar pela ocupação, com um desconto de 25% ou o que seja, mas tendo que assumir a responsabilidade de todo ano ter que pagar aquilo ali... É uma briga histórica que vem ao longo dos anos.

É essa a ponderação que faço, registrando que esse é um tema muito polêmico mesmo, e é uma missão árdua de V. Sª, à frente dessa Secretaria, tentar cumprir o que está na legislação, o que a legislação determina, mas a senhora está fazendo sua parte.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Realmente, a tarefa não vai ser fácil, até porque, Senador Davi, os terrenos de marinha, invariavelmente, são os mais valorizados dentro do perímetro urbano das cidades.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC. *Fora do microfone*.) – De todas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – De todas as cidades. Então, imagine o valor venal de um terreno de marinha numa beira-mar, ou mesmo numa orla, ou mesmo numa praia...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senador, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois não, Senador Reguffe. Com prazer, ouço V. Exª.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senador Cameli.

Só para concordar com tudo que V. Exªs estão debatendo aqui.

Quando nós falamos de terreno da marinha, nós vamos incluir também Exército, Aeronáutica, todos em todas as cidades brasileiras. Então, é um assunto muito delicado. Eu parto desse princípio. Porque, se você acompanhar, nas principais capitais brasileiras, como V. Exª mesmo já disse, os terrenos que a própria Marinha já tem, e quando você inclui o Exército e a Aeronáutica, você pode ver que são terrenos muito valiosos. É um

assunto que tem que ser debatido com muita clareza, com muita tranquilidade. Acredito que esta Casa está fazendo o bem para o País ao debater esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Cameli, desculpe a nossa falha.

Na verdade, esse é um patrimônio nacional, e não podemos sair vendendo nosso patrimônio num momento de crise. Temos que saber quais são as regras reais disso, para que não incorramos, vamos dizer assim, em prejuízo dessas áreas, que são extremamente valorizadas, importantes, que já se consolidaram como patrimônio em muitos lugares da sociedade local e precisam, de uma certa forma, de um novo olhar, um outro olhar.

Concedo a palavra ao eminente Senador Dalirio Beber.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O Senador Dário foi Prefeito da cidade de Florianópolis e Prefeito da cidade de São José por 16 anos consecutivos. Então, S. Exª conviveu e convive muito de perto com essas questões ligadas às áreas de marinha.

O próprio Deputado Edison Andrino, há muitos anos, pelo menos há mais de 30 anos, vinha sustentando e discutindo essa questão, uma vez que ela cria conflitos e gera dificuldades nessa convivência dos proprietários com o Poder Público tanto na esfera municipal quanto na esfera federal.

Como acaba de ser dito, várias iniciativas nesse sentido estão sendo tentadas, ou seja, estão sendo construídas aqui, no Senado, e na própria Câmara Federal. E há necessidade de que o Ministério do Planejamento e todos os órgãos ligados a essas questões se envolvam no sentido de construir, aí sim... Agora, passados tantos anos, quando as áreas de marinha têm pouco significado para a segurança nacional, em relação ao que tinham no passado, que se resolva e se atribua aos Estados e aos Municípios a competência completa para fazer a gestão dessas áreas públicas hoje consideradas como áreas de marinha. Se significa bastante para o Poder Público Federal, ou seja, para a União, a venda dessas áreas, que parte considerável do produto levantado com a sua alienação seja transferido àqueles que promoveram a sua valorização, que são os Municípios brasileiros. Inclusive, apresentamos emenda nesse sentido, para fazer com que os Municípios, que são aqueles que vão investir na abertura de ruas, em zoneamento, na implantação de infraestrutura, possam se ressarcir daquilo que investiram para promover essa grande valorização das áreas públicas que agora vão significar uma receita extraordinária para a União.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a participação do Senador Dalirio Beber, de Santa Catarina.

Em seguida, vou passar a palavra para a nossa convidada, a Srª Cassandra Maroni Nunes, para responder às perguntas formuladas pelos nossos Senadores. Antes, agradeço a presença dos Senadores que por aqui passaram: Senador Wellington Fagundes, Senador Donizeti Nogueira, Senadora Simone Tebet, Senador Cameli, Senador Dalirio Beber, que se faz presente, e eminente Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, prezado amigo.

Isso posto, enquanto a nossa convidada se prepara, eu quero registrar, com prazer, a presença de representantes do Exército Brasileiro: Tenente-Coronel Frank Alves Nunes, Chefe de Seção de Cadastro e Arquivo, 1ª Tenente Flora Regina Camargos Pereira e assessor parlamentar Coronel Fernando Bartholomeu Fernandes.

Muito obrigado pela presença.

Sejam todos bem-vindos!

Concedo a palavra a V. Sª, Drª Cassandra.

(Interrupção do som.)

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – ... Com relação a ente federado, você não sai multando ou notificando. Primeiro você dialoga. Essa é a orientação.

Existe uma construção de parceria em 96% dos Municípios que estão em terreno de marinha. Em boa parte deles o Projeto Orla está em andamento, e se discute não só a praia como um pedaço dessa área de marinha onde se constrói com o Município e com a sociedade um plano diretor das praias e da orla. É um diálogo bastante avançado em vários lugares. Eu gostaria que os senhores conhecessem um pouco esse projeto e o fortalecessem, porque é muito importante. Falta às vezes poder, recurso e tal para fazer o que é combinado e pactuado nessas regiões entre Estado, Municípios e sociedade civil e vários órgãos federais ambientais. A SPU tem uma participação ativa.

Essa situação específica de Florianópolis... Na verdade, a multa não é de R$170 milhões. Ela nunca foi resolvida. Então, faltou realmente diálogo. É a nossa parte, que nós assumimos de fato.

O nosso Superintendente André Ricardo, recém-empossado, recebeu como missão das primeiras, na entrevista que eu fiz com ele... Eu já tinha tido um contato com o prefeito de Florianópolis, quando ele me apresentou esse problema, e nós estamos trilhando um caminho de transformar isso que é uma dívida numa

parceria onde se trocam esses valores. Vai-se abatendo ali na medida do possível. Isso está sendo feito com acompanhamento da AGU, para que possa ser feito dentro da legalidade, e a gente troque com serviços óbvios que a prefeitura faz e que a União precisa na superintendência e no nosso dia a dia, coisas desse tipo; ou até uma troca de outras coisas que não leve prejuízo nem à população nem à prefeitura como um ente administrativo. Enfim, isso está sendo solucionado dessa forma.

Agora, a causa: parece que foi uma bruxa malvada, que é a União, que foi lá e... Veja: se a União construiu um prédio da Administração Pública Federal em qualquer Município deste País, em uma área municipal ou numa praça, sem autorização da prefeitura, o que a prefeitura vai fazer?

A mesma coisa: vai aplicar – eu não conheço, de fato, as circunstâncias iniciais, porque eu e o prefeito conversamos bastante sobre superar essa falta de diálogo no passado que levou a isso. E eu concordo: entes federados têm de trabalhar juntos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A senhora me perdoe, mas é o seguinte: a prefeitura não pode negar um alvará de construção do terreno.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Não, se construir em cima de um terreno municipal sem pedir autorização, eu tenho certeza de que a prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Não, não é terreno... É terreno de marinha, acrescido de marinha, legalmente constituído...

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Não, não, eu estou dizendo o contrário. Eu estou dizendo o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Pois então?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Eu estou dizendo o contrário: se você tem lá um terreno municipal, e eu vou lá construir um prédio da Administração Pública Federal num terreno que é propriedade municipal. A prefeitura fala: "Espere aí, aqui tem lei, aqui tem regra, não é assim". E me parece que foi o que aconteceu. Agora, isso se supera com uma troca de colaboração entre entes.

Então, hoje, todas as superintendências, superintendentes em especial, têm uma orientação: não se multa ente federado. Isso é último do último recurso.

Aliás, a gente mudou um pouco isso também na Lei nº 13.139, porque a nossa lei já mandava direto você multar e derrubar. Agora, a gente abriu uma escala aí, que permite a regularização. Isso foi uma alteração para a nossa gestão muito importante. Eu nem citei aí, mas atentem quando lerem essa Lei nº 13.139, que muda bastante isso. Mas, enfim, deixa claro que não é uma relação que hoje a política de patrimônio da União acha que seja factível. Tanto é que, deixando bem clara a questão de receita, Senador, o que há de mais belo, mais valioso e mais importante nas cidades litorâneas são as praias, é a orla. E esse é exatamente um dos pontos que essa medida provisória está passando para a gestão do Município com uma receita integral – não é compartilhada, não. No que se referir a exploração econômica – quiosques, atividade artística, *show* da Sangalo, essas coisas que acontecem na praia, coisas do Banco do Brasil, com patrocínio – em todas essas coisas, tudo receita, decisão e gestão do Município.

Então, eu queria dizer o seguinte: longe de apagar fogo com gasolina, essa MP dá um passo na modernização do nosso marco legal extremamente importante. Eu diria que é quase uma pirueta. Mas onde? E não uma pirueta para deixar o País tonto; uma pirueta para dar uma virada em áreas onde não é necessário manter o domínio da União, onde já está ocupado.

Pensem na orla de Copacabana, na orla de Vitória, boa parte da orla de Florianópolis, etc., etc. Não é necessário manter aquele domínio da União. Venda-se, pois. Vender por quê? Porque aquilo é um bem público. O domínio é de todos os brasileiros e brasileiras.

A União não é uma bruxa que fica no Tesouro Nacional. Aproveito para informar que tudo o que é arrecadado com foro, taxa, laudêmio, por conta do terreno de Marinha, é encaminhado ao Tesouro Nacional. É o que subsidia tudo o que País paga com o dinheiro do Tesouro.

Esse fundo criado agora vai pegar os imóveis que forem vendidos. Parte vai para um fundo. Para quê? Para financiar a melhoria dos prédios públicos. E para tirar os prédios do aluguel. Mas hoje tudo vai para o Tesouro, está certo?

Por que se demarca terreno de Marinha? Porque é dever. A Constituição estabelece que os terrenos de Marinha são bens da União, e o órgão prevaricará, como vem fazendo por uma série de dificuldades ao longo dos 160 anos, se não demarcar "daqui até aqui é da União" e estabelecer aí um contrato, uma relação com quem ocupar.

São as áreas mais belas, mais importantes e valorizadas do País, e eu fico até um pouco boquiaberta de ouvir algumas falas, como se fosse um crime a União manter o controle sobre essas áreas e taxar essas áreas, porque não é qualquer um que tem o privilégio de morar nessas áreas. A norma estabelecida pela sociedade mercantil sobre as regras sob as quais nós vivemos hoje – livre concorrência, etc. – é de que quem tem dinhei-

ro paga por elas e vive lá. Por que nós vamos ter que, ou dar de graça, ou privilegiar? Por que todo mundo do País não tem direito de morar de frente para a Praia do Leblon, por exemplo, que eu acho uma das praias mais belas? A mais bela é a de Santos mesmo, de onde eu venho.

Mas, se é propriedade de todos os brasileiros e brasileiras, por que tratar...? Quando se fala que é da União, fica aquela bruxa lá, fica mais fácil o "embruxamento" da coisa. Mas isso é propriedade pública, gente. Portanto, temos que tratar isso, primeiro, com segurança jurídica. Extinguir um instituto vai criar uma bagunça que só interessa a quem tem força no setor imobiliário, alguns setores que têm força e que têm uma capacidade de pressão muito grande e de rapidamente ocupar e impor o seu direito. Isso não vai valorizar Município. Muito mais valoriza o Município a relação que temos estabelecido de repassar a gestão da orla, de repassar áreas para construção da administração de hospitais, de UPAs, etc., de moradias e tudo o mais. É muito mais fácil fazer isso dentro das normas do que sob a pressão direta de um mercado que tem lá as suas dificuldades e a sua importância, mas que é bastante voraz nesse aspecto.

Então, calma lá. É um patrimônio extremamente importante, nas cidades valorizado. Portanto, nós temos de estabelecer o preço.

E o que nós estamos fazendo aqui é muito mais eficiente, que é tirar a inalienabilidade em algumas cidades que já estão urbanizadas e tirar das costas da SPU a gestão dessas áreas: a pessoa compra, vai ter um desconto, vai ter facilidade e nunca mais vai ter que pagar laudêmio, taxa, nem nada; é dono, acabou, registrou num cartório, não tem mais confusão. E esse processo é todo regulado e feito com segurança jurídica, se for aprovada a MP do jeito que está ou com alguma melhoria aqui no Parlamento.

Eu queria dizer também que isso não caiu do céu. Eu participei da elaboração.Óbvio, a SPU foi uma parcela extremamente importante, inclusive um elo entre a nova equipe do Ministério do Planejamento, um elo entre a discussão que foi feita com o Congresso no ano passado – tanto o Senador Ferraço liderou outros Senadores, como a Comissão Especial liderada pelo Deputado Lelo. Isto traduz essas preocupações que foram apresentadas ao longo de toda a discussão: tirar das cidades a pressão do pagamento das taxas.

E olha que há muita fantasia com relação às taxas. Quero dizer que entre taxa e foro, que é o grosso do que as pessoas que ocupam uma área ou parte de uma área pública têm que pagar; 83% pagam até R$500 em sete vezes por ano. Até R$ 500, pode-se pagar em sete vezes, e é uma vez por ano. Isso é escorchante? Para morar nas áreas mais valorizadas e belas, propriedade do povo brasileiro? Eu acho que não. Eu acho que não. Aí nós podemos ser acusados – o Tribunal de Contas nos acusa – de não proceder à necessária valorização de mercado para fazer as cobranças, mas isso também não se faz do dia para noite, e, aí sim, seria promover algo que possa vir a deixar os ocupantes e os foreiros estupefatos.

Mas eu queria repetir esse dado, Senadores, porque há muito mito sobre isso: é uma pequena parcela que está cadastrada, nós temos muito o que demarcar e cumprir o nosso dever como instituição, de garantir a demarcação do que é área pública. Quem não faz isso deixa ao léu, e isso cumpre outros objetivos.

Nós estamos determinados a cumprir o Plano Nacional de Caracterização dos Imóveis, que é a demarcação em cada trecho do litoral. As metas são muito difíceis, a instituição é frágil do ponto de vista de pessoal, de recursos. Nós estamos vivendo um contingenciamento brutal, como todos os órgãos do País, buscando a criatividade para dar conta dessas nossas missões, e essa MP traz o foco.

Qual é o objetivo da MP?

Focar a gestão, em tempos difíceis, onde tem que ser focado e dispensar da obrigatoriedade de se fazer a gestão sobre aquilo que não tem necessidade de se manter sob domínio público: cidades de mais de 100 mil habitantes, área urbana muito claramente consolidada. Oferece-se, e é voluntária a adesão. Ninguém será obrigado, ninguém será posto na rua porque não quis comprar o domínio de 17%; ou, se ele está numa inscrição de ocupação: "eu não quero comprar, eu quero continuar pagando 2%, 5% ou 0,5% ao ano", dependendo do instituto que ele usa. Se não quer, ele vai continuar; mantém-se como está. Está certo?

É voluntária a adesão, porque, na prática, vai-se ver que há muito de alarido nisso para se desovar o resto que não é área urbana ocupada e no qual há um interesse extraordinário. A gente mantém a defesa como um instituto que seja mantido público, porque é estratégico para o País. Aí, desenvolve-se a política portuária moderna, de terminais de uso privado. Quando a Presidenta pôs a Lei de Portos no Congresso Nacional, soltando as amarras para poder desenvolver infraestrutura no País, isso está florescendo, mesmo em momento de dificuldade – tenho sobrevoado portos que estão sendo oxigenados, como Itaqui, no Maranhão, como outros ao longo do Rio Tapajós, etc., e aí desenvolve-se isso.

Se desenvolver uma privatização, os preços serão... Tudo aquilo que se quer abaixar de taxa na situação portuária vocês verão as alturas a que isso irá. Portanto, manter sob domínio público garante planejamento nessas áreas e garante um acesso mais fácil. Eu estou citando portos, mas poderia citar todas as outras atividades.

Aí aproveito, Senador, para esclarecer – ele não está mais aqui mas... É que o Estado dele é longe, e dá para compreender que não é um instituto com que se lide. É uma confusão muito corriqueira: o terreno não é da Marinha brasileira, a gloriosa; é de "marinha", sinônimo de "salina", que os portugueses usavam o termo "salina" para "marinha". Então, é uma faixa litorânea, é melhor dizer assim, uma faixa litorânea de domínio público. Essa é a definição básica.

E também aproveito para dizer, Senador, que alguns consultores, para vender consultoria, usam o seu microuniverso, apresentam suas teses e suas contas no lugar onde a maré varia de 80cm a um metro no máximo; e se esquecem de que nós temos lugares como o Maranhão, com 8m de amplitude de maré; no Amapá – o Senador pode me confirmar, 11m de amplitude de maré. E, ao longo do extenso litoral brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, a geodinâmica dessa região costeira é muito diversa para se simplificar numa simples consultoria de quem definiu no lugar de micromaré e dizer que estar tudo afogado. Isso não é verdade.

De fato, a dinâmica do litoral brasileiro impôs avanços e recuos do nível do mar, às vezes de modo geral, de 1831 para cá. Está em andamento, avançando o mar continente adentro em alguns pontos, recuando em outros, levando à erosão, aí por outros motivos. Não é só aquecimento global, não. Na Geologia, a gente usa o termo "aumento relativo do nível do mar", porque ele é relativo e por vários fatores; não tem só um preponderante. Há mudança de corrente, há erosão aqui. Hoje existe ação antrópica: ao colocar um quebra-mar aqui, quebra-se o mar aqui, mas leva-se o problema para a montante. E por aí vai.

Então, são situações que nós exige medir cada local, olhando as cartas náuticas, olhando as fotos aéreas antigas, conversando com a população. E se, em algum lugar, isso foi feito de forma autoritária, então, a SPU pede perdão, porque não é assim. Isso é dever da equipe técnica, que é nomeada num ato público. A secretária publica uma comissão de demarcação e, portanto, todo mundo fica sabendo quem é.

A gente já vem fazendo audiência pública mesmo antes de a lei nos obrigar, mais recentemente, e todo mundo tem acesso, é bem democrático: se a SPU não aceitou o recurso administrativo, recorre-se à secretária; se não aceitou, recorre-se ao Ministro e recorre-se à Justiça. Portanto, o Estado de direito garante inúmeros mecanismos para isso.

Agora, o dever é de uma comissão que é nomeada para isso, para seguir os ritos da demarcação: buscar o marco de 1831 da preamar média e medir 33m na horizontal. Hoje, a gente trabalha com GPS de precisão – não são esses que a gente usa aqui não. São GPS que dão, já, um referenciamento de precisão. Nós temos uma grande capacidade de marcar isso bastante bem e fazer uma boa pesquisa, já que há uma infinita documentação à disposição.

Podem ocorrer erros, e eles devem ser contestados por uma comunidade, por um indivíduo, por quem é alvo disso. Isso é difícil para a gente, porque há cobrança pelos órgãos de controle – Ministério Público, TCU, CGU –, porque a gente não demarca, e a demarcação anda lenta, mas isso nos faz errar menos, porque a gente é controlado principalmente pelos ocupantes.

Agora, quem mora numa ilha desconhecer que todas as ilhas até 2005 – as ilhas costeiras e oceânicas – eram propriedades da União, aí eu não posso atuar. Não se pode desconhecer. O Brasil adota o princípio de que você não pode alegar desconhecimento da lei. Eu acho que um nenezinho quando nasce já tem nas costas dele milhares de leis municipais, normas estaduais e outras tantas federais, e ele é obrigado a saber todas; ele não pode alegar ignorância da lei. Mas esse princípio foi o Parlamento que consagrou na história brasileira; não somos nós na SPU.

Então, todas as ilhas até 2005 eram de propriedade da União. Hoje, aquelas que são sede de Município por uma emenda constitucional não são mais inteira propriedade da União.

A SPU tem um entendimento, Florianópolis tem outro entendimento, de que – porque os dois institutos eram da Constituição – terreno de marinha, que é constitucional, não está revogado. Mas isso quem vai resolver é o Supremo. No STF, há um recurso de alguns Municípios, e isso está sendo debatido lá. A SPU já contribuiu com o Procurador-Geral, que deu o seu parecer favorável à tese da SPU, e a gente acatará, obviamente, o que for julgado. Isso já está, provavelmente, em fase... Eu não tenho tido muito tempo, por causa da MP, para acompanhar isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A senhora só me permite um minutinho aqui?

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Com relação a essa questão de as ilhas serem patrimônio da União, isso já está superado. Não é isso que eu, pelo menos, pretendo discutir aqui, entendeu? E que não alterou basicamente em nada os nossos problemas com relação aos tradicionais terrenos de marinha.

Quando eu me refiro a terreno de marinha, é o que toda a sociedade brasileira entende como terreno de marinha, embora seja de patrimônio da União, de propriedade da União. Se você chegar lá e disser: "Não, esse terreno aqui é propriedade da União, esse terreno aqui é propriedade da Marinha", a grande população,

a grande média da população que ocupou esses terrenos, que estão nas suas respectivas orlas... Muitos ainda são pescadores artesanais que, ao longo da sua história, principalmente em Santa Catarina, ocupam essas áreas, e as áreas mais valorizadas não.

Eu só queria que a senhora – a senhora, evidentemente, tem um conhecimento muito mais amplo do que todos nós desse assunto; a senhora discute isso ao longo da sua existência... Mas, objetivamente, eu não fiquei satisfeito com algumas perguntas. Objetivamente.

Ainda existe interesse da União com relação à segurança nacional? Esse ponto está superado, não é? Não há mais questão de segurança nacional com relação a esses terrenos.

Quais são os impactos econômicos, sociais e jurídicos que isso pode proporcionar? – como eu perguntei.

Qual o percentual de terrenos que já foram demarcados?

Qual é o valor dos recursos que advêm, que vão para o Tesouro, ou que vão não sei pra onde, mas que vêm...

Eu gostaria de saber o seguinte: que montante total de recursos efetivamente a União arrecada? E, de preferência, se a senhora puder mandar para nós, qual é o total por Estado? Isso é muito importante porque suscita muita dúvida.

E, como representante de Santa Catarina, em todos os momentos em que esse assunto vem à baila, eu sou questionado com relação a isso. Quanto efetivamente se arrecada? Para onde vai esse dinheiro, e etc., etc., etc.?

Bem, e quanto a União espera arrecadar com essa medida provisória? São perguntas que, no mínimo, a gente precisa saber a resposta.

Ademais, eu quero só fazer um contraponto à sua fala, a qual eu respeito, e não poderia ser diferente, porque a senhora faz uma defesa da União. A senhora não poderia fazer uma defesa nem dos ocupantes dessas áreas, muito menos dos Municípios e dos Estados.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES (*Fora do microfone*.) – Eu sou municipalista.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Tudo bem, eu também sou.

Mas eu só quero fazer uma conta para a senhora: 377 anos multiplicados por R$500... E eu confesso – a senhora conhece alguém que pague R$500 de taxas e de laudêmio? – que não conheço ninguém. Mas eu não quero discutir se são R$500 ou se não são R$500. Isso dá R$170 mil. Se pegarmos um valor médio de R$3 mil durante esses anos todos que essas pessoas ocupam essas áreas, isso daria mais de R$1 milhão. Então, as pessoas não estão morando ali de graça. Elas vêm pagando uma taxa e, se isso tivesse sido transformado num parcelamento imobiliário, provavelmente essas pessoas já teriam quitado todas essas dívidas.

No terreno onde eu moro, eu não pago aluguel para a União, eu não pago aluguel para o Município, eu não pago aluguel para o Estado. Eu pago as taxas, os impostos, os IPTUs. No caso dos terrenos da União, as pessoas pagam, sim, taxas, pagam o laudêmio.

A minha opinião – e aí vem a minha defesa e a defesa de quem utiliza esses terrenos – é de que, se eles utilizaram esses terrenos, é porque tiveram autorização da União, em determinados momentos, para utilizá-los mediante condições. Eles tiveram autorização. Eles não estão lá porque simplesmente invadiram. Se invadiram, depois regularizaram, e, para isso, eles pagam uma contrapartida para utilização desse serviço. Se isso fosse transformado numa prestação de pagamento desses terrenos, praticamente todos esses proprietários já teriam pago seus terrenos para a União. É isso que as pessoas questionam.

Então, nós estamos com pontos de vista diferentes. Eu entendo quando a senhora coloca que todos nós gostaríamos de morar em frente ao mar, etc. e tal. É evidente que todos nós gostaríamos disso. Eu também gostaria, mas acho que essa não é a discussão. A discussão, a essência da nossa audiência pública não é absolutamente essa. Essas áreas se consolidaram, elas foram ocupadas, elas estão lá, as pessoas estão de certa forma regularizadas, elas têm a posse do terreno, elas pagam as taxas, elas pagam o laudêmio, que é o imposto, que é o tributo, que é a taxa que efetivamente a União exige.

Francamente, eu acho que essa medida provisória vai trazer muitas discussões aqui no Congresso Nacional. E eu queria entender qual é a expectativa de arrecadação dessa medida provisória, para que eu possa ter uma ideia se isso aí vai resolver o problema do Brasil ou se isso vai ser apenas mais uma medida paliativa para ir buscando recursos para cobrir o déficit orçamentário de R$30 bilhões que agora nós precisamos buscar para aprovar o Orçamento para 2016.

Então, se a senhora pudesse se ater especificamente às perguntas. A senhora me desculpe, mas são perguntas que invariavelmente vão surgir para mim, ainda mais agora com a medida provisória, ainda mais agora com o projeto de lei do Senador Ferraço e outras questões.

Quando eu chegar a Santa Catarina, a primeira pergunta que me vão fazer será qual vai ser a minha atitude com relação a essa medida provisória contra a qual eu tenho lutado desde que cheguei aqui. E me associei a todos os Senadores e Senadoras que debatem este tema para efetivamente buscar uma solução para essas

áreas que, até então, como tudo no Brasil, precisam de uma regulamentação mais objetiva, de tal maneira que as responsabilidades possam ser cobradas tanto dos entes federados quanto das pessoas que as ocupam.

E, no momento, Senador Davi, em que nós estamos discutindo o tão sonhado Pacto Federativo, a Presidente Dilma vetou, por exemplo, o item, numa emenda feita pelo Senado Federal, que destinava 20% desses recursos para os Municípios brasileiros. Todos nós sabemos que os Municípios brasileiros estão numa situação extremamente difícil, bem como os Estados brasileiros. O Estado do Rio Grande do Sul já quebrou. E nós não podemos pensar só na sobrevivência da União. Nós temos de pensar nos entes federados, temos de pensar nos Estados, dos quais nós somos representantes. E temos de pensar também nos Municípios.

O que é a Federação? O que é a União? Nada mais é do que a somatória de todos os Municípios brasileiros. Na medida em que os Municípios brasileiros quebrem, adivinha o que vai acontecer com a União? Vai quebrar também.

Então, se a senhora pudesse responder objetivamente essas perguntas para mim, eu ficaria muito satisfeito, porque acho que esse é o grande objetivo da nossa audiência pública.

E, numa discussão mais ideológica e mais pontual, quer dizer, a gente poderia discutir isso também. A senhora tem um ponto de vista. Eu tenho outro. O Senador Davi tem outro. O Senador Dalírio tem outro. Então, nós precisaríamos de outra audiência pública para discutir essas questões mais doutrinárias e ideológicas do processo de ocupação das áreas do Brasil.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Vamos lá! Objetivamente, em terrenos de marinha, arrecadados em 2014: R$700 milhões, que foram para o Tesouro Nacional. Para financiar o quê? Tudo. Mandamos, sim.

Acharam a planilha por Estado aí, que estava oculta?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Pode encaminhar para a Presidência da comissão, que a gente distribui para os Senadores oficialmente.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Sem dúvida.

Aquela outra apresentação que nós fizemos na Câmara, se alguém procurar para mim... Está aqui...

São R$700 milhões – há a distribuição para o Estado, que a gente manda para vocês tranquilamente. Aliás, nós vamos começar a colocar no *site* isso tudo, porque também era uma demanda de vocês.

Bem, 45% do território que deve ser demarcado no litoral brasileiro estão demarcados. O Plano Nacional de Caracterização pretende completar isso até 2020.

Eu não estou a vida inteira cuidando do patrimônio. Estou aqui há dois anos e oito meses. O restante eu trabalhei na Prefeitura de Santos ou fui vereadora por muitos anos. Portanto, meu municipalismo é bastante arraigado.

Eu estou fazendo a defesa da propriedade da União, porque é o que é propriedade da União. Agora, quando trabalhamos em conjunto com o Município, é porque a nossa Constituição consagrou uma visão municipalista, mas não se revoga o que é propriedade da União. Não posso revogar aquilo que é propriedade.

Há um conceito de propriedade. Se você ocupar uma propriedade – por exemplo, um privado pagando aluguel –, não é porque você pagou aluguel a vida inteira que a casa vai ser sua. A propriedade é da União. Você estabeleceu um contrato para ficar ali. Então, você está pagando pelo contrato de ficar ali. Não quer dizer que já esteja pago. Eu confesso que não entendi direito as suas contas. Mas o conceito da propriedade é esse.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Vou emprestar para a senhora a minha calculadora. É só a senhora calcular.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Não, é que eu realmente não absorvi.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu volto a insistir que a senhora está entrando numa seara que não é o nosso objetivo; senão, nós vamos discutir de outra forma.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Tudo bem! Eu acato, Senador. Mas é que, senão, fica no ar que o que já foi pago está pago. A propriedade da União não está revogada.

E a medida provisória não revoga a propriedade da União.

Aí, a resposta para o que o senhor perguntou: quais seriam as consequências jurídicas, econômicas...?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu sei disso. Eu só estou fazendo uma avaliação de que, caso se transformasse isso num valor que fosse pago a prestação, todos esses imóveis já estariam pagos. Eu não estou dizendo que há legislação para efetivamente fazer isso. Estou fazendo uma simulação e, na simulação, evidentemente, se não estão todos pagos, estariam praticamente quase todos pagos.

A SRª CASSANDRA MARONI NUNES – Eu também queria reafirmar aqui, porque foi contestado, que, entre taxa e laudêmio, 83% de todos os cadastrados – 400 e tantos mil – pagam até R$500. Isso é um dado que está acessível em todos os nossos cadastros, na emissão de Darf.

O que é mais caro – talvez o Senador Dário esteja se referindo a isso – é o laudêmio. Só que o laudêmio você não paga todo ano. Se você morar na mesma casa, no mesmo apartamento à beira-mar a vida toda, você

nunca vai pagar o laudêmio. Você só paga uma vez quando você vende, certo? Esse é um esclarecimento importante.

Então, não duvidem dos R$500, porque os dados estão aí. Nós emitimos os DARFs. Vocês podem olhar a contabilidade da União. Façam requerimento. A gente pode mandar. Isso é dado colhido pelo nosso Diretor de Receita que está aí, Paulo Toncovitch. Realmente é isto: a contribuição anual é ou taxa, se você é ocupante, ou foro, se você tem um contrato. Você já é dono de 83% e sócio da União nos 17%. Você paga pelos 17%.

O laudêmio é outro instituto. É uma retribuição que se faz à União cada vez que você vende, porque está oferecendo para o proprietário, que abre mão do seu direito. Justo ou injusto, eu não estou fazendo a defesa do laudêmio. Eu estou fazendo um esclarecimento.

Nós não temos capacidade de avaliar quanto a União vai arrecadar com esta MP no que se refere a terreno de marinha. Por quê? Primeiro ponto, porque a adesão é voluntária. Ela só se dará onde já há cadastro, onde está demarcado e em cidades acima de 100 mil habitantes. E a adesão é voluntária. Então, nós precisamos fazer em algumas cidades primeiro, para termos uma ideia do grau de adesão, para poder ter um cálculo.

Agora, o Ministro anunciou recentemente, além do que está na MP, um programa de alienação de imóveis e de construção e melhoria dos prédios da administração pública federal. Nesse plano de alienação de imóveis, em conjunto com o que apregoou em terrenos de marinha, está inserido no Orçamento da ordem de R$1,6 bilhão de arrecadação. Vai ser duro para nós cumprirmos todas essas agendas, mas o Ministro colocou lá, e nós vamos tentar.

Então, só para lhe dar uma noção: isso não é tudo em terreno de marinha obviamente. Nós já estamos pondo à venda um lote de 20 imóveis, como o Ministro já publicou. No ano que vem, temos em vista pelo menos mais 120 imóveis e possivelmente outros.

É um processo delicado de depuração. Esses imóveis não têm uma documentação muito fácil de se regularizar. Para a SPU, chega só bola quadrada. Os bonitinhos não vêm para a gente; de órgão extinto, de coisa que ninguém deu para a União de boa vontade, está pagando dívida e tal. Enfim, mas já existe um estoque previsto.

Existem condomínios em alguns Estados do País que não há a menor necessidade de se manter: não são em praia e que a gente pode de imediato colocar à venda; devem estar nesses R$1,6 bilhão anunciados.

Então, essa é a expectativa de que eu posso falar. Pode ser mais, se as vendas derem certo, como pode ser menos, porque a gente lida com o momento, com o mercado, com situações. Portanto, não dá para pegar na minha palavra, mas está no Orçamento de 2016 isso aí que eu estou dizendo como receita dessa forma.

Talvez falte comentar quais as consequências econômicas, sociais e jurídicas de se abrir mão do instituto.

O primeiro problema. Bom, o econômico está aí, não é o mais importante.

É outro mito que quero desmistificar, porque R$700 milhões não é o mais importante, está certo?

Mas há a questão estratégica. Perde-se o controle público, que, no caso, é da União. Estou dizendo que defendo o controle público; não estou dizendo que seja necessariamente da União. Ele tem sido mantido da União.

Eu venho de uma cidade, Santos, que,desde o começo do século, foi uma das que mais se insurgiu contra esse instituto ser da União. Em vários momentos, quase se conseguiu municipalizar, mas perdeu no cômputo geral. Defendo o domínio público sobre essas áreas como uma questão estratégica.

Não à toa, há 337 anos é mantido, e acho que deve continuar sendo mantido. Particularmente, com essas parcerias que essa própria MP apresenta com o Município, repassando a gestão de praias, acho que estamos transitando para uma modernização desse instituto, com o objetivo de compartilhamento da gestão e das responsabilidades, foco da União naquilo que ela tem que de fato gerir e – por que não? – arrecadar no momento que é difícil.

Arrecadar como? Sem criar insegurança jurídica. Você vende aquela parte, dá desconto e, eventualmente, financia por linhas de crédito que estão sendo pensadas aí.

Consequência de se abolir isso: é uma bagunça jurídica absoluta. Onde está o limite da propriedade daquela pessoa? Quem vai arbitrar isso?

Outras pessoas que querem mudar o marco de 1831. O mar é uma coisa muito migrante. Há situações no Nordeste que, em uma semana, levam-se 1,5km de território. Onde está a propriedade daquilo? E 1831 pode estar embaixo d'água ou pode estar bem mais para dentro, porque foi tudo aterrado, roubando ao mar aquilo que era do mar, mas é possível você achar. Isso é o que eu queria que as pessoas entendessem.

Não é porque o marco é antigo que está ultrapassado. Você precisa ter um marco; caso contrário, cria-se uma confusão jurídica.

Vejo que, do ponto de vista do controle estratégico da União, do Estado brasileiro, sobre o litoral brasileiro, perder o domínio público dessas áreas vai ser muito ruim, e o caos jurídico é inevitável.

Por isso, temos de fazer alterações como a MP propõe. Por isso, acho que água, e não gasolina, está sendo lançado. Se olharmos com os óculos de uma modernização do instituto terreno de marinha, vai-se compreender que não estamos jogando fora a água, a bacia e a criança. Nós só estamos trocando uma parte da água suja e vamos focar em melhores condições higiênicas para fazer a gestão – higiênicas, de modo figurado, obviamente.

Espero ter sido objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Nós agradecemos evidentemente a exposição da Drª Cassandra Maroni Nunes, agradecemos a presença de todos os seus assessores e demais convidados.

Agradeço também, de maneira especial, ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Senador Davi Alcolumbre, que me deu a honra e o prazer de presidir esta audiência pública.

Quero, ainda, agradecer a presença de todos os colegas Senadores que aqui estiveram e aqui participaram indagando e fazendo perguntas à nossa expositora.

Então, a Presidência agradece mais uma vez a presença da nossa convidada e encerra este momento, que é a primeira parte da reunião, dando início, então, à segunda parte, na qual passo a palavra ao eminente Presidente da Comissão, Senador Davi Alcolumbre. (*Palmas.*)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, V. Exª poderia abrir os trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Com a determinação de V. Exª, irei fazê-lo imediatamente.

Agradecemos a presença da Srª Cassandra na nossa Comissão, uma audiência pública muito proveitosa, e passamos agora para a segunda parte da reunião, de deliberação de proposições.

Concedo a palavra o Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, queria pedir a V. Exª, devido a um compromisso que tenho em seguida no Ministério, inversão de pauta do item 6, do qual sou Relator.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Pela ordem, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Acho que os primeiros são só requerimentos a serem aprovados. Se pudessem colocar os requerimentos que não dependem de discussão, desde que os autores estejam presentes.

Peço desculpas ao Senador, mas a CCJ também está com 23 projetos em pauta, e os requerimentos não necessitam de muita discussão – são quatro ou cinco requerimentos. Acho que só há dois presentes. Se pudéssemos seguir a ordem só no que se refere aos requerimentos, votaríamos, com muito prazer, o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Os Senadores e as Senadoras que concordam com a inversão da pauta, acrescida da proposição da Senadora Simone, para que pudéssemos votar os itens com a presença dos relatores, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passamos imediatamente para o item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2015
- Não terminativo -

Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatoria: Senador Gladson Cameli
Relatório: Pela aprovação com 2 emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 324, de 2015, com as seguintes emendas:

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015, a seguinte redação:

"Art. 1º As novas edificações comerciais e as residências com área construtiva superior a 300 m2 (trezentos metros quadrados) ou instituídas sob a forma de condomínio edifício serão projetadas e construídas com sistemas de captação e aproveitamento de águas pluviais e de reuso para fins não consultivos.

....."

EMENDA Nº - CDR

Substitua-se no art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015, a palavra "construídos" por "construídas".

Por um acordo que fiz com o Senador Donizeti, no lugar de 300 pedi para alterar para 200 metros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão o relatório do Senador Gladson Cameli, com a proposta acordada com o autor do projeto de alteração de 300 metros quadrados para 200 metros quadrados.

Em discussão.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Se pudesse manter os 300 metros seria melhor, porque 200 metros já é uma residência bastante comum, e isso onera, digamos, a construção com mais todo esse aparato necessário para fazer a captação e a distribuição.

Acho que seria prudente manter os 300 metros.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Senador Dário.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Sr. Presidente, não há dúvida de que o projeto tem seu mérito, é importante, sobretudo no momento em que estamos vivendo, em que os períodos de estiagem têm provocado uma apreensão muito grande, principalmente nas nossas grandes metrópoles. Acho que o projeto vem em boa hora.

Entretanto, parece-me também – quero fazer coro ao que o Senador Dalirio se referiu – que pudéssemos ampliar esse tamanho, essa metragem quadrada, porque isso vai trazer um custo adicional às residências.

Ainda acho que poderíamos começar um projeto dessa envergadura e dessa natureza, Senador Donizeti Nogueira, com os prédios públicos, sejam eles...– no nosso caso, como nós representamos o Senado Federal, o Senado Federal.

Não sei, quanto à constitucionalidade, se poderíamos legislar sobre isso pelos Estados e Municípios. Não sei se não estaríamos ferindo a questão federativa, cuja competência é dos Municípios e dos Estados para legislar sobre essa matéria.

É só uma dúvida que coloco, evidentemente achando que o projeto é meritório, é importante, é fundamental, eu diria até que é vital para sobrevivência das futuras gerações.

Por isso, quero parabenizar e cumprimentar o Senador Donizeti Nogueira pela iniciativa e também o Senador Cameli pela relatoria.

Entretanto, fico com essa dúvida. Gostaria, se fosse possível, que o autor do projeto ou o Relator pudessem me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Donizeti, autor do projeto.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Senador Dário Berger, no levantamento que fizemos em Goiânia e Brasília, os imóveis acima de 200 metros quadrados, residenciais – os públicos já estamos considerando que seriam obrigados... Os residenciais, particulares, cerca de 66% a 68% são imóveis de até 200 metros quadrados.

Existia a disposição do Senador Cameli de colocar 300 metros. Estávamos negociando para 200, senão o alcance seria muito pequeno.

O levantamento feito no mercado de um imóvel de 200 metros quadrados, que custa em torno de R$190 mil, de padrão médio, teria um custo, para cumprir essa determinação, de menos de R$5 mil, o que não significa um encarecimento do projeto.

Por isso, a nossa intenção dos 200 metros e, até 200 metros, ser opcional. Com esse opcional, poderíamos trabalhar a ideia de construir a consciência da necessidade para os menores. Acima de 200 metros, a partir de 200 metros, a obrigatoriedade, uma vez que o imóvel nesse padrão, nesse custo, não teria um ônus tão grande. Aliás, um ônus pequeno de menos de R$5 mil, pelos preços que levantamos no mercado do que existe para esse atendimento.

O segundo ponto é que, se colocarmos esse opcional de até 200 metros, estaremos estimulando as empresas a construírem equipamentos com custos menores para poder atender esse público. Então, seria muito

importante trabalharmos a conscientização para estimular o interesse do mercado, um trabalho de conscientização neste sentido. E, acima disso, não seria um ônus tão grande. Aliás, seria um ônus pequeno para o benefício do aproveitamento, em cidades tão impermeáveis como as nossas, em que a água desce e vai embora para os córregos, lagos, rios e depois para o mar, uma vez que não há capacidade de infiltração ou de percolação dessa água para reabastecimento dos mananciais, digo, do lençol freático e aquíferos.

Estaremos, assim, diminuindo a necessidade de extração de água do solo ou de construção de reservatório, uma vez que aproveitaremos parte dessa água da chuva para utilização nos serviços de lavagem de residências, carros, podendo-se pensar até no aumento do tamanho dos nossos jardins, porque teríamos um custo menor com irrigação.

Então, queria ponderar que essa compreensão dos 200 metros não onera e que a construção da perspectiva do opcional até 200 metros faz parte de um trabalho de conscientização, inclusive pelo interesse empresarial, no sentido de se produzirem equipamentos mais baratos para atender esse público, sobretudo no esforço de garantir melhor qualidade de vida no Planeta, com combate sistemático ao abuso no uso dessa água potável, que é tão escassa, mesmo assim podendo manter aqueles serviços que são tão necessários para as famílias, de manter a assepsia de suas residências, o ajardinamento e o uso para outros fins, como lavagem de carros.

Então, pediria que pudéssemos trabalhar essa questão dos 200, uma vez que nós vimos que não é oneroso esse valor, de acordo com os preços do mercado hoje que nós levantamos.

E aí eu peço aos Senadores que nós pudéssemos aprovar neste sentido, pois não estaríamos onerando e estaríamos dando um grande benefício para a sociedade brasileira e para a população mundial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente Senador Davi, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o autor da proposição. É um projeto da mais alta importância. Realmente, no momento em que nós vivemos aí, de efeitos climáticos e principalmente com essa crise hídrica que o Brasil atravessa, acho que o projeto chegou em boa hora. Ele realmente visa, através do reuso dessa água da chuva e do aproveitamento dos recursos das águas pluviais, utilizar a água, que é o bem mais precioso da humanidade, de uma forma mais adequada.

Eu faço apenas duas considerações. A primeira é uma sugestão. Nos podemos aprovar. Não tenho problema algum em aprovar 200 ou 300 metros, como quiser o autor e com a anuência do Relator. No entanto, como não é terminativo nesta Comissão, até para poder andar com o projeto, nós o aprovaríamos,com a sugestão de que, quando for para a Comissão de Meio Ambiente, o autor possa sugerir, não uma audiência pública, que eu acho até talvez desnecessário, que um técnico possa esclarecer o quanto uma casa ou um bem de 200 metros quadrados consegue captar, de acordo com o tamanho do seu telhado; a média de água, para que efetivamente esse custo de R$5 mil realmente tenha algum retorno inclusive para o meio ambiente.

Às vezes, um imóvel de 200 metros quadrados não tem um telhado suficiente para receber uma quantidade específica de litros d'água suficiente para usar na lavagem do terreno, para aguar uma planta ou para utilizar realmente nessas questões em que não se exige água potável. Essa é uma colocação. De repente, são 200 metros mesmo, e nós vamos conseguir captar muito dessa água de chuva, na média, levando em conta, claro, cada realidade do País. Há lugares em que chove mais; em outros, menos. Quanto a isso, eu acho que pode ser suprida essa dúvida, dirimida essa dúvida em outra comissão. Nós não precisamos atrasar o projeto. Em relação a isso, eu acho que esse projeto já tinha de ser tido aprovado há mais tempo.

A única dúvida que tenho – e peço desculpas ao autor por não ter visto o projeto antes – é que, na emenda do Senador Gladson, não sei de quem foi a emenda, mas enfim, na emenda aprovada, o art. 1º fala das novas edificações comerciais ou residenciais. E a ementa do projeto fala em novas construções residenciais, comerciais e industriais.

Então, a pergunta é se também seria extensivo esse projeto às construções industriais? E aqui fala também, na ementa, público ou privado. Se isso foi retirado posteriormente? Eu não tenho aqui todo o projeto. Então, ficou essa dúvida. Nós estamos aprovando o quê? Novas edificações com área superior a 200 metros, num primeiro momento, de áreas residenciais, comerciais e industriais? E, aí, público e privado também? Porque a ementa diz uma coisa, o art. 1º diz outra, e eu não sei se os parágrafos elucidam essa minha dúvida.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Senadora, são públicos e privados.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É, mas é que a emenda diz respeito à parte privada. Para os públicos, fica obrigatório pela ideia do projeto, porque era tudo obrigatório, mas a emenda do Senador Gladson Cameli, nosso Relator, distinguiu a parte privada como tendo um limite de tamanho. Os públicos serão todos obrigatórios, até para dar o exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Mas, Senador Gladson, o projeto de lei original, do Senador Donizeti, coloca o que foi dito pelo Senador Dário Berger aqui ainda há pouco, porque poderíamos até começar a dar o exemplo dos imóveis do Senado, da Câmara dos Deputados ou dos prédios públicos de maneira geral. E V. Exª na redação do seu relatório, no seu voto, retira ali "industriais", retira "comerciais" e retira o "público ou privado".

Então, a Senadora Simone, de certa forma está certa, porque o que vai valer é o parecer de V. Exª que retirou todos esses outros que o Senador Donizeti teria previsto anteriormente no projeto original.

E há outra preocupação, com o Senador Dalirio também. No meu ponto de vista, eu gostaria que ficasse na questão dos 300 metros, porque, se você for ver também, 200 metros quadrados é um imóvel muito pequeno. Então, apesar de o Senador Donizeti colocar que o custo, feito o estudo, é de pouco mais de R$5 mil, eu não vejo que serão R$5 mil para fazer uma rede de captação. Se fosse tão simples assim, já teria sido feito antes isso pelas próprias construtoras imobiliárias do ramo da construção.

E a palavra está escrita assim: "Institui a obrigatoriedade".

Estamos colocando que, a partir de agora, todos os imóveis terão que ter esse sistema que, lógico, na essência, é uma proposta fundamental para os dias de hoje, como relatou a Senadora Simone.

Mas a minha sugestão era também que saíssemos dos 200 metros...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Ficassem os 300?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Ficássemos nos 300 metros e que víssemos essa redação, Senador Gladson, porque vai retirar aqui "indústrias" e "públicos" também da emenda de V. Exª.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, Senadores, Senadora, talvez a gente possa fazer uma emenda de acordo aqui com o Relator em que se mantenha o art. 1º original e se faça um parágrafo único para essa parte do privado, que alcance todos da iniciativa privada, com esse limite dos 300 metros. E eu trabalharei, seguindo a recomendação da Senadora Simone Tebet, para trazer mais informações, mais dados, para a gente discutir na Comissão de Meio Ambiente o tamanho melhor.

Aí, a gente faria uma emenda de acordo aqui, colocando um parágrafo único no artigo original do projeto, estabelecendo essa questão da parte que são das residências, dos comércios e da indústria até 300 metros.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, é só incluir a emenda da forma como foi acordada aqui por todos os demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Em discussão o relatório do Senador Gladson Cameli com as alterações propostas pelos Srs. Senadores e pelas Srªs Senadoras no que diz respeito ao art. 1º e à criação do parágrafo único, discriminando, digamos assim, a questão do ente público e das indústrias. É isso? E com 300 metros.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É isso. A gente separa a parte residencial da parte que é pública, que é obrigatória, e traz a parte comercial e industrial também para o que é da parte privada, também para o residencial, nesse número de 300 metros. O limite acima de 300 metros.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu entendo que assim eu acho que atendeu...

Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não tenho dúvida de que, com relação aos 300 metros, atenderia.

Eu queria colocar, até em cima do que a Senadora Simone falou, que o ciclo de chuvas varia muito de região para região. E nós estamos estabelecendo uma obrigatoriedade para o Brasil? Não seria o caso de nós transferirmos isso para que cada Município obrigatoriamente legisle sobre as suas questões?

Numa região onde nós temos o privilégio de ter chuvas mais constantes, essa função seria cumprida, digamos, por inteiro, e, em regiões onde chove pouco, com certeza, nem o telhado de 300, nem o de 400, nem o de 500 metros, vai conseguir atender essa finalidade.

Não sei se a gente acrescentaria essa discussão para poder aprofundar, em vez de criar um mecanismo, que é pedagógico, é verdade. Por isso, a gente parabeniza o Senador Donizeti, que tomou essa iniciativa de fazer com que a gente se preocupe com esse bem, que é a garantia da vida no Planeta. No entanto, acho que a função de captar essa água está muito dependente do ciclo das chuvas em cada uma das regiões do Brasil.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Dalirio Beber, nós poderíamos, neste caso, trabalhar para incluir essa sua observação na Comissão de Meio Ambiente.

Hoje, nós tramitaríamos o projeto aqui do jeito que está sendo acordado, e, na Comissão de Meio Ambiente, nós teríamos um bom levantamento sobre isso, um bom estudo. Veríamos, então, a oportunidade e a necessidade de instituirmos essa questão de se observarem as diferenças regionais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Continua em discussão a matéria, fazendo-se a ponderação de que, se a matéria for aprovada nesta Comissão, como colocou a Senadora Simone, ela não tem ainda caráter terminativo. Ela terá caráter terminativo na Comissão de Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e Meio Ambiente.

Continua ainda em discussão.

Submetemos a matéria à votação, com as alterações propostas e que serão encaminhadas pelo Relator com os acordos encaminhados por este Plenário.

Não havendo mais quem queira discutir, submetemos à votação.

Em votação o relatório com as emendas que foram reformuladas pelo Plenário.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado com as emendas de plenário.

O item 7 e o item 8 são terminativos. Então, a Presidência retira de pauta de ofício os dois itens da pauta.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, de 2011
- Terminativo -

Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Donizeti Nogueira
Relatório: Pela rejeição.
Observações:
- Votação nominal.
- Durante a 22ª Reunião, em 02/09/2015, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a deliberação.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989, de modo a conceituar o semiárido na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação.
Observações:
- Votação nominal.
- Durante a 22ª Reunião, em 02/09/2015, foi lido o relatório, encerrada a discussão e adiada a deliberação.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, como eu tenho que voltar ali para a Comissão de Educação, que eu estou presidindo a audiência pública de que sou signatário, eu queria agradecer a contribuição dos Senadores e da Senadora e a compreensão, para que a gente possa aprofundar melhor este debate aqui na Comissão de Meio Ambiente. Mas eu estou muito feliz e agradecido pela oportu-

nidade de estar aqui e poder apresentar a proposta que foi acolhida e muito considerada, dado o que pudemos conversar aqui nesta manhã.

Muito obrigado, e eu vou correr ali para a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Antes de V. Exª se retirar, Senador Donizeti, queria fazer uma sugestão, aproveitando que a Senadora Simone Tebet está aqui e V. Exª também.

O item 2, Requerimento nº 33, o item 3 da pauta, Requerimento nº 34, e o item 4 da pauta, Requerimento nº 35, dizem respeito ao nosso projeto de resolução que tem como Relator o Senador Wellington Fagundes, solicitando a esta Comissão audiência pública para tratar do assunto referente ao Projeto de Resolução nº 01 de 2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações de prestadoras interestaduais.

E aí está a sugestão que a Presidência gostaria de colocar aos Srs. Senadores, autores do requerimento.

Eu subscrevo o item 2, com relatoria do Senador Wellington Fagundes, para justamente nós colocarmos em discussão os três requerimentos de forma conjunta, no sentido de que pudéssemos fazer o entendimento, Senadora Simone e Senador Donizeti, de que alguns convidados já participaram de outra audiência pública para tratar desse assunto. Em virtude de termos acontecimentos novos, o que foi levantado na reunião passada, há essa disposição dos Senadores de novamente realizar esta audiência para debater um assunto importante, que é o Projeto de Resolução nº 01/2013.

Mas, pela lista de convidados dos Srs. Senadores, nós estamos chegando a um número de 12 ou 13 participantes, se não me engano, e eu acho que não conseguiríamos fazer essa audiência com 12 ou 13 participantes em uma única reunião.

Então eu queria sugerir que pudéssemos suprimir alguns nomes.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sr. Presidente, nós temos duas alternativas. Uma é negociar com os indicadores aí, com os Senadores e Senadoras que indicaram os nomes, a redução de nomes. E a outra fazer duas reuniões, uma num dia, e outra, em outro. Dividir em dois momentos.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Na linha do Senador Donizeti, vamos tentar só repassar aqui rapidamente a razão desses requerimentos, e aí chego à conclusão de que a segunda opção apontada pelo Senador Donizeti seja a ideal.

A nossa intenção, num primeiro momento, é ouvir o que pensam os secretários de Fazenda dos Estados. Nós já tivemos aqui, *data venia* do requerimento do Senador Donizeti, a presença do Secretário Executivo do Confaz, e acho que o Senador tem razão. Acho que ele tem de ser ouvido novamente. Mas, como ele já veio sozinho e deu todo o posicionamento como representante do Confaz, acho que, neste momento, seria de bom alvitre nós podermos ouvir pelo menos um representante de cada região do País. Aí, seriam, no máximo, cinco – um do Norte, um do Nordeste e um do Centro-Oeste. Poderíamos abrir para o Sudeste e para o Sul, não sei se é a questão.

E aí, posteriormente, aprovando já o requerimento do Senador Donizeti, nós ouviríamos novamente o representante do Confaz.

Agora, nós não temos mais pressa. Primeiro, dizer que essa data do dia 16 se torna inviável. Nós não conseguimos fazer os convites para trazer.

O Líder do Governo na Casa ontem, já de comum acordo com os Líderes, retirou de pauta o projeto da Lei do Repatriamento, que era o primeiro passo para unificar a alíquota, dizendo que virá uma medida provisória para tratar dessa questão.

Então, também nós já não temos mais essa pressa que a princípio teríamos. Nós podemos agendar para o final deste mês, no máximo para o início de outubro, a primeira audiência e, para até o final de outubro, a segunda audiência. Mas acho muito importante ouvir os secretários de Estado, sejam eles quais forem, de Fazenda, e depois ouvir o representante do Confaz, atendendo requerimento do Senador Donizete, até porque ele já esteve neste ano na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Aí ,volta ao critério que nós iremos adotar, porque, se nós colocarmos o requerimento do Senador Donizeti para a segunda audiência, nós, do mesmo modo, estaríamos tirando apenas um expositor.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu, então, peço a V. Exª, que nós deixemos para votar os requerimentos na semana que vem. Converso com o Senador Wellington Fagundes, que é autor do primeiro requerimento, apresento três sugestões, e ele apresenta uma, que é a mesma que a minha. Ele também fala no Secretário de Fazenda. Então, na realidade, diminuiu um já, e eu veria com ele a possibilidade de nós diminuirmos para termos, no máximo, o quê? V. Exª que determina. São quatro, cinco?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Eu acho que nós já poderíamos definir logo, Senadora Simone.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pelo menos um representante de cada região.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Se nós definirmos, Senadora, um representante de cada região como secretários, de repente, e aí nós faríamos uma audiência com seis, traríamos também o representante do Confaz; daria uma audiência só.

Isso é porque eu também não estou com os requerimentos e não sei se tem mais pessoas além dos secretários. Mas, se for um por região, e há essas organizações regionais, nós faríamos uma audiência só com seis.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu sugiro que nós votemos esse requerimento na semana que vem e nós conversemos com o autor, Senador Wellington Fagundes, até porque ele é o Relator do projeto. Nós não queremos nos antecipar e nem atropelar o processo.

Acho que, agora, nós temos tempo hábil. Nós votaríamos, então, os requerimentos. Faríamos um único requerimento meu junto com o Senador Wellington, propondo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Alteração dos nomes...

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...a restrição do número de autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – E faríamos duas audiências então.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Duas ou uma, de acordo com o que for combinado na semana que vem.

Mas, primeiro, eu acho que é fundamental o Senador Wellington estar presente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Oposição/DEM - AP) – Participar.

Então, foi pedida a retirada dos requerimentos da pauta.

São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 33, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do disposto no artigo 93, inciso I e II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução do Senado 01/2013, que trata da fixação de alíquotas de ICMS nas operações e prestações interestaduais.Para tanto convidamos:
O Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, Sr. André Horta Melo;
Os Secretários Estaduais da Fazenda do Mato Grosso do Sul, Sr. Márcio Campos Monteiro; de Goiás, Sra. Ana Carla Abrão Costa; de Santa Catarina, Sr. Antônio Marcos Gavazzoni; do Pará, Sr. Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha, de Minas Gerais, Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; e da Bahia, Sr. Manoel Vitório da Silva Filho;
Um representante do Ministério da Fazenda;
Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 34, de 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), no próximo dia 16.09.2015, com o objetivo de discutir as consequências, para a economia das regiões menos desenvolvidas do País, e, portanto, para o aprimoramento do equilíbrio federativo, da eventual aprovação do Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 1, de 2013, da Presidência da República, à luz do Relatório e do Substitutivo apresentados nesta Comissão pelo Senador Wellington Fagundes, além de demais assuntos correlatos, com os seguintes convidados:• Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, Sr. Afonso Lobo Moraes;• Secretário-Adjunto de Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul, Jader Rieffe Julianelli Afonso;• Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco, Márcio Stefanni Monteiro Morais.

Autoria: Senadora Simone Tebet e outros
Observações:
Subscreve os Senadores Donizeti Nogueira e Ronaldo Caiado.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 34/2015 – CDR de autoria da Senadora Simone Tebet, a inclusão do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Manuel dos Anjos Marques Teixeira.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.)

Eu gostaria de passar a Presidência para o Senador Donizeti só para eu fazer a defesa do meu requerimento que é o item 1, rapidamente.

Passo a Presidência ao Senador Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Passo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre para defender o requerimento do item 1, de sua autoria, para colocarmos à apreciação dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, de 2015
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o Plenário, a realização de Audiência Pública Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no desempenho entre escolas no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a partir da média das notas apuradas nas provas objetivas e de redação, se compararmos os estados e regiões do País.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre

Concedo a palavra ao Senador Davi Alcolumbre.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Oposição/DEM - AP) – Nós sugerimos sejam convidados para essa audiência pública o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Sr. José Francisco Soares; o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Sr. Antonio Idilvan de Lima Alencar; a Diretora Executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz; e o economista e colunista da Veja, Cláudio de Moura Castro.

A justificação. Ainda que escolas fora do eixo Sudeste tenham-se destacado no desempenho na edição do Enem de 2014, conforme os dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as médias nacionais apontam, ainda, para uma diferença abissal entre Estados, regiões e, sobretudo, entre escolas públicas e privadas.

Conforme se infere do *ranking* das 20 escolas com melhor desempenho, a partir das maiores médias, adotando a mesma metodologia usada pelo MEC para comparar o desempenho das instituições de ensino superior, somente uma escola federal integra o rol na última posição.

O cenário nacional continua inalterado, isto é, "29 das 100 melhores escolas do País são de SP (Sudeste); porém, perdem espaço", e como estampa a manchete de O Estado de S. Paulo, de 6 de agosto de 2015. Ressalta a reportagem, entretanto, que todas são escolas privadas e com predomínio de unidades com poucos alunos.

Nós fizemos um arrazoado de matérias relacionadas à prova do Enem, de 2014, em que só 93 escolas públicas entraram na lista das mais de mil com as melhores notas; ou seja, menos de 10% das escolas que entraram na lista das mil escolas são públicas e, apesar disso, esse número constitui um avanço em relação à edição anterior, quando só 78 escolas públicas, 7,8% do total, constaram na lista das mil escolas com as melhores notas em 2013.

Enfim, fizemos um apanhado, inclusive com o quadro de exposição das notas por Estado, e, infelizmente, aqui, o Estado do Amapá, nosso Estado, ficou com a 27ª colocação. Em virtude disso, nós gostaríamos de pedir o apoio desta Comissão para discutir essa audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, com a finalidade de apurar as causas para as diferenças tão acentuadas no desempenho entre as escolas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

É o apoio que eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Não havendo mais nada a ser tratado, vamos encerrar a presente reunião.

Comunico que, na próxima semana, a CDR irá realizar audiência pública com o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, para que este apresente informações que possam subsidiar as discussões sobre políticas públicas e proposta de redução das desigualdades regionais e desenvolvimento nacional, nos termos do RDR 30/2005, de autoria do Senador Davi Alcolumbre.

Está encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Angela Portela, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Vicentinho Alves, Gladson Cameli e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Alberto Souza, Davi Alcolumbre, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Marcelo Crivella. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública destinada a avaliar a política pública de "Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras", em atenção ao Requerimento n.º 04/2015-CCT, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e ao correspondente Plano de Trabalho, cuja relatoria é do Senador Omar Aziz. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Guilherme de Rosso Manços, Ex-Bolsista do Programa Ciência Sem Fronteiras/Mestrando da Universidade de São Paulo - USP/Representante da Organização Não Governamental Rede CsF; Márcio Venício Barbosa, Secretário de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Hedinaldo Narciso Lima, Vice-Reitor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM; Lucas Mourthé Starling Pinheiro, Ex-bolsista do Programa Ciência Sem Fronteiras; Carlos Vergani, Assessor de Apoio à Cooperação da Assessoria de Relações Externas da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP; e Marcelo José de Mello Rezende, Diretor de Acompanhamento e Integração Acadêmica da Universidade de Brasília – UnB. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Omar Aziz e Lasier Martins. Neste momento, o Senhor Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer " ... a realização, nos dias 27 e 28 de outubro próximo, de Seminário para debater o tema Usinas nucleares – Lições da experiência mundial, com especialistas internacionais e pesquisadores e gestores brasileiros, para tanto devem ser convidados: Senhor Francisco Whitaker – Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz; Dr. Fernando Lavieri – Ministério Público Federal, Brasil; Senhor Sidney Luiz Rabello – Comissão Nacional de Energia Nuclear; Dr. Naoto Kan – Ex- Primeiro Ministro do Japão, em função à época do acidente de Fukushima; Drª. Monique Sené – Presidente do GSIEN (Groupement des scientifiques pour l'information sur l'énergie nucléaire); Dr. Alexey Yablokov – Biólogo, Membro da Academia Russa de Ciências, autor de "Chernobyl: Consequences of the Catastrophe for People and the Environment" e "Nuclear Energy: PRO and CONTRA"; Dr. Alfredo Pena-Veja – Diretor Científico do IIRPC (Institut International de Recherche, Politique de Civilisation); Drª. Emico Okuno – Departamento de Física Nuclear da Universidade de São Paulo; Dr. Luiz Pinguelli Rosa – professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobrás; Dr. Bernard Laponche – membro do GSIEN (Groupement des scientifiques pour l'information sur l'énergie nucléaire), engenheiro (aposentado) do Commissariat à l'énergie atomique (CEA), Co-fundador da Global Chance e membro da ATEE (Association Technique Energie Environnement); Dr. José Goldemberg – Exreitor da USP, Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia, Ex-Secretário do Meio Ambiente; outros especialistas e gestores que forem considerados necessários pelos membros desta Comissão." O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e quarenta e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, nesta data, 25 de agosto de 2015.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Iniciando os trabalhos, informo que realizaremos hoje audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2015, desta Comissão, e também de acordo com o Plano de Trabalho para Avaliação de Políticas Públicas Direcionadas à Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o programa Ciência sem Fronteiras, proposto pelo Exmo Sr. Senador Omar Aziz, Relator da matéria.

Esta audiência, como foi colocado, destina-se a debater o tema da formação de recursos humanos para a ciência, a tecnologia e a inovação. Para tal, tenho a honra de convidar, para compor a Mesa, os seguintes expositores, convidados e selecionados entre grandes nomes e personalidades que se dedicam ao tema: o Prof. Guilherme de Rosso Manços, ex-bolsista do programa Ciência sem Fronteiras; o Dr. Márcio Venício Barbosa, Secretário de Relações Internacionais e Institucionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; o Sr. Carlos Vergani, Assessor de Apoio à Cooperação da Assessoria de Relações Externas da Universidade Estadual de São Paulo e professor da Unesp; o Exmo Sr. Prof. Hedinaldo Narciso Lima, Vice-Reitor da Universidade Federal do Amazonas – o Prof. Marcelo José de Mello teve um problema de agenda, mas vai tentar enviar um substituto –; e o Sr. Lucas Mourthé Starling Pinheiro, também ex-bolsista do programa Ciência sem Fronteiras.

Quero, agradecendo a presença de todos, comunicar que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do nº 0800-612211.

Vamos passar, então, às exposições e, ao final, as Srªs Senadoras, os Srs. Senadores, na ordem de inscrição – com prioridade ao Senador Aziz, que é o Relator da matéria –, poderão participar. Mas os Senadores, a qualquer momento, podem interromper o processo para fazer as suas colocações.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, mas tentarei evitar isso.

Cada expositor terá um tempo de 15 minutos e, no final, cada um terá um tempo para fazer considerações finais.

Eu passo a palavra inicialmente ao Guilherme de Rosso Manços.

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Bom dia a todos, pessoal.

Eu sou o Guilherme. Sou ex-bolsista do Ciência sem Fronteiras. Fui para os Estados Unidos no primeiro edital da Capes.

Só vou esperar a apresentação aparecer ali, começamos. (*Pausa.*)

Quero saudar o Senador, Prof. Cristovam Buarque, e, na pessoa dele, todos os presentes aqui.

Bem, vamos lá: primeiro, eu gostaria mostrar essa foto, na verdade, que é uma lembrança muito boa. Isso foi em dezembro de 99, na minha formatura do ABC. Foi a primeira vez que me lembro de ter segurado um microfone. Então, apesar do frio na barriga agora, isso me traz boas lembranças. E já que estamos falando de formação de recursos humanos, mostro a foto dos meus pais também, Ana e Tarcísio, que são os principais responsáveis pela minha formação. E esse reconhecimento é importante.

Bom, só a título de aproximação, sou natural de Boa Vista, Roraima, filho de pai potiguar e mãe gaúcha. Aos 16, entrei na universidade e me formei em bacharel em Ciências e Tecnologia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; aos 17, saí da casa dos meus pais e fui para os Estados Unidos, como bolsista do Ciência sem Fronteiras no Departamento de Física da Clark University. Voltei ao 18 para o Brasil. Aos 19, junto com outros amigos, fundamos a Rede CsF, que hoje é a principal rede de ex-bolsistas do Ciência sem Fronteiras, a mais representativa. E, aos 20, entrei no mestrado na USP, em Modelagem de Sistemas Complexos, e estou até agora.

Bom, apresentando alguns dados, já de imediato, eu trouxe o comparativo dos BRICS – com dados da Capes – que diz que o Brasil forma 40 mil engenheiros por ano, frente a 650 mil na China, 220 mil na Índia, 190 mil na Rússia. Então, já é uma disparidade bem grande.

A CNI, Confederação Nacional das Indústrias, fala de escassez de engenheiros. Somente 5% dos graduados hoje são formados em Engenharia. A título de comparação, peguei uns dados dos cursos de Direito: o Brasil tem 1.240 cursos, em comparação com 1.100 em todos os outros países do resto do mundo somados. E aí em 2011 já formava 90 mil bacharéis em Direito por ano, e a OAB estima que tenha dois milhões de bacharéis em Direito por ano.

Mais um comparativo aqui: o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Confea, fala em déficit de engenheiros. Então, hoje o Brasil tem estimado um déficit de 20 mil engenheiros por ano, número agravado ainda mais pelas obras do PAC, Minha Casa, Minha Vida, pré-sal, Copa do Mundo, Olimpíadas e outros projetos de infraestrutura, além das atividades normais que as profissões de Engenharia, Ciências Básicas e outras áreas tecnológicas têm demandado.

Na questão de produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, peguei esta notícia do jornal *Brasil Econômico*, que diz que em 2009, em plena recessão, a Toyota registrou sozinha mais de mil patentes no mercado internacional. E o Brasil, com todas as empresas somadas, juntas, não conseguiu registrar nem metade.

E aí, em termos de produção científica, melhoramos – num comparativo de década, de 2001 e 2011 – na quantidade, no número de artigos publicados: saímos da 17ª posição para a 13ª. Entretanto, na qualidade, no impacto dessas publicações, caímos de 31º para 40º. Então, qual foi realmente a melhora e o impacto dessa evolução?

Frente a isso, temos claramente dois problemas identificados: déficit de recursos humanos qualificados, principalmente nas áreas de Ciências Básicas, Engenharia e demais áreas tecnológicas, e uma baixa inserção científica no cenário internacional – falando de Brasil.

Para tratar disso, trago aqui a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação desenvolvida pelo Ministério, pelo MCTI, que fala assim: "Linhas de ação da ENCTI 2012-2015 visam, igualmente, a ampliar e robustecer: 1 - a formação de recursos humanos estratégicos, com foco nas ciências básicas e nas engenharias e o consequente aumento da inserção da ciência brasileira nas redes internacionais de P&D", claramente atacando aqueles dois problemas que os dados mostraram mais atrás, de recursos humanos e de produção científica e desenvolvimento tecnológico.

E aí, com a estratégia nacional, num comparativo com a Ciência sem Fronteiras, se formos lá no *site* do Ciência sem Fronteiras, está dito assim: "Um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional". E aí, complementando: de recursos humanos. Então, novamente, aqueles dois pontos alinhados com a situação do Brasil, com a estratégia nacional.

Então, o Ciência sem Fronteiras surge nesse contexto de solucionar problemas que o Brasil tem.

E aí, voltando lá para o índice, veremos que a estratégia tem dois capítulos: no Capítulo I dá para ver há uma seção no índice que fala: Programas prioritários para os setores portadores de futuro que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação considera para o País. Gravem as palavras chaves:

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
Fármacos e Complexo Industrial da Saúde;
Petróleo e Gás;
Complexo Industrial da Defesa;
Aeroespacial;
Nuclear;
Biotecnologia;
Nanotecnologia;
Energias renováveis;
Biodiversidade;
Mudanças climáticas;
Oceanos e zonas costeiras;
Ensino de ciências;
Inclusão produtiva e social; e
Cidades sustentáveis.

Isso que falei foi na coluna da esquerda; na coluna da direita, estão as áreas prioritárias contempladas pelo Programa Ciência sem Fronteiras. Então vejamos:

Engenharias e demais áreas tecnológicas;
Ciências Exatas e da Terra;
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
TICs (Computação e Tecnologias da Informação);
Aeroespacial;
Fármacos;
Produção Agrícola Sustentável;
Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
Energias Renováveis;
Tecnologia Mineral;
Biotecnologia;
Nanotecnologia ;
Mitigação de Desastres Naturais;
Biodiversidade;

Ciências do Mar;
Indústria Criativa;
Engenharia Construtiva; e
Formação de Tecnólogos.

Alguma semelhança? Várias, não é? Então, o Ciência sem Fronteiras veio, apesar de muito rápido, numa demanda de País, de formação de recursos humanos e de internacionalização dentro de uma estratégia proposta pelo Ministério. Assim, claramente, o programa Ciência sem Fronteiras é um dos catalizadores para a solução desses problemas.

E, falando no Ciência sem Fronteiras, vou tentar trazer, nesse curto tempo, um pouco da minha experiência. Academicamente foi fantástica a experiência de você ter aulas nas melhores infraestruturas de laboratórios, apresentar trabalhos acadêmicos em congressos internacionais, visitar as melhores infraestruturas do mundo – aqui nesse caso, uma visita ao Cabo Canaveral, na Nasa; visitamos também o Centro de Lançamento que lançou o foguete da Apolo XI para a lua –, e, culturalmente, também, porque tivemos a oportunidade de visitar lugares, de conhecer pessoas e novas culturas. Profissionalmente também, porque, por exemplo, demos aulas de robótica para alunos de quinta série e trabalhamos por oito meses em um laboratório com uma equipe de oito pessoas, e, dessas oito pessoas, seis de nacionalidades diferentes. Então, profissionalmente, isso é muito bom.

E, mais do que isso, que acho que perpassa todas as outras, é a experiência pessoal de, por exemplo, encontrar lideranças como o Prêmio Nobel de Física de 2006, Prof. John Mather; o Prêmio Nobel de Economia de 2007, Professor Eric Maskin, lideranças empresariais como o Jorge Paulo Lemann ou a Presidente da República na Escola de Governo de Harvard.

Mas e aí? O que acontece depois que retornamos ao Brasil? Um programa de R$6 bilhões, R$6,5 bilhões – não sei os dados exatos – de investimentos, mas e depois que voltamos? Em 2014, a título de informação, a Capes/CNPQ disse que 40 mil bolsistas já foram e já retornaram, e, para 2015, mais 35 mil então já estão retornando ao Brasil. E agora?

A primeira reflexão foi que o programa Ciência sem Fronteiras é uma demanda do País e é importante que se mantenha o foco na solução desses problemas, seja com o Ciência sem Fronteiras, ou não, mas o Ciência Sem Fronteiras atende bem de qualquer forma.

E a segunda reflexão é o retorno. Eu acho que agora o País, até por cobrança da sociedade, das universidades, das empresas do Governo, se pergunta: como vamos manter esses recursos humanos, esses profissionais aqui no Brasil? E como vamos dar infraestrutura, recursos e um ecossistema capaz de retermos, desenvolvermos e fomentarmos esses talentos?

Por exemplo, a Revista Polytec, do André Sionek, lá do Paraná, é gratuita. Ele vendeu o carro dele para iniciar esse projeto e hoje já distribuiu mais de 120 mil exemplares em mais de 80 universidades brasileiras. Eu estava conversando com ele anteontem, e ele estava preocupado porque estava querendo largar, pois não tinha recursos financeiros. Ele precisava pagar contas, ele está se dedicando à revista e não tem fomento nenhum, nem de empresas, nem de governo, nem de universidade.

Ou o caso da Rede CsF mesmo, da qual eu faço parte. Hoje temos mais de 1,8 mil membros de todas as unidades da Federação e realizamos discussões com o MEC, com as universidades, com empresas, compartilhamento de experiências e até desenvolvimento de novos projetos – aqui neste caso com a embaixada britânica, mas também com as universidades. E projetos sociais também, como a Escola de Verão, que está sendo desenvolvida para levar temas não convencionais para a escola pública, de acordo com a experiência dos ex-bolsistas.

Ou o caso do Daniel Lopes, que é formado no ITA, foi para o MIT, desenvolveu patentes lá, desenvolveu patentes aqui, ganhou o prêmio de robótica espacial da Nasa, hoje trabalha com impressão 3D e tem empresas com tecnologia própria. Como é que podemos fazer com que mais exemplos como o do Daniel se repliquem?

Ou do Pedro Nehme, que é daqui de Brasília, nem se formou em Engenharia Elétrica ainda na UnB, que foi para a Nasa em 2012 pelo Ciência sem Fronteiras e vai ser o próximo astronauta brasileiro, o primeiro astronauta civil. Como fazer para ter mais exemplos como esses e para que os países lá de fora não levem esses talentos daqui do Brasil?

Então, eu acho que essa reflexão do pós-mobilidade é algo bastante importante.

Há o exemplo da Marcela Alves, que veio de Aratuba, uma cidade do interior do Ceará, de 11 mil habitantes, formou-se em Ciências da Computação agora e foi a primeira mulher brasileira a ir para a Wolfram Science Summer School. Agora, recentemente, na semana passada, ela estava pedindo dinheiro, doações no Facebook para ir para o Congresso Internacional Global em Porto Alegre, aqui no Brasil, e ela quase não conseguia ir. Agora ela está vindo neste semestre para São Paulo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Mas ela já fez o Ciência sem Fronteiras?

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Já fez, já fez.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Mas não era para ela estar pedindo dinheiro, era para ela já estar produzindo para o Brasil, não é? Nós pagamos para ela ir e ela volta para cá e quer ainda mais?

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Mas ela vai fazer mestrado na USP agora. Eu sou mestrando e ganho R$1,5 mil por mês.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sabe o que é? É o seguinte: o Brasil faz um investimento para que depois essas pessoas voltem para cá e produzam, correto? E o que eu estou vendo aí é que tem nego querendo ser astronauta. Meu compadre, primeiro temos que resolver o nosso problema básico de tecnologia para, depois, pensarmos mais alto. Temos que subir degrau a degrau. Por isso, essa proposta do Senado para realmente debatermos esse custo/benefício. Nós estamos tendo um custo alto mandando esses alunos e qual é o benefício que o povo brasileiro está tendo?

Até agora eu não vi absolutamente nada. Eu vi um cara que vendeu um carro para fazer uma revista, eu vi um outro que ainda não se formou e quer ser astronauta, quer dizer, absolutamente nada de concreto. Desculpe-me, mas eu quero ser muito objetivo, essa proposta aqui é objetiva. Se for para virarmos sonhadores, aí não dá, aí o Governo está jogando dinheiro fora, porque está bom.

Do ponto de vista pessoal é: "ah, eu fiz um intercâmbio cultural; ah, eu conheci fulano de tal; ah, eu fiz isso", mas do seu ponto de vista pessoal. Você não está lá para ter um ponto de vista pessoal, você está com recursos do povo brasileiro para que você traga tecnologia para nós.

Então se formos, Senador Cristovam, ver do ponto de vista pessoal, é ótimo viajar, é ótimo conhecer pessoas, mas traz o que para os nordestinos, para as pessoas que moram no Norte do País, para as pessoas que querem tecnologia? Há aí uma discussão sobre o que é que temos que formar lá fora primeiro. Por isso, para mim, a inversão é muito maior. Eu acho que formar, trazer pessoas para dar contribuição e ensinar aqui no Brasil é muito melhor do que mandar alguns para fora, porque, realmente, cada um está para lá do ponto de vista do "ah, eu quero isso", mas não é você que quer, é o Brasil que quer.

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Isso, exatamente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Aí nós temos que definir, é para o ponto de vista de... Nós vamos mandar 200 mil jovens que têm interesse em viajar, em fazer intercâmbio, mas sobra o que para o povo brasileiro?

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – É, eu concordo com V. Exª, Senador...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Você já voltou?

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Já voltei e estou fazendo mestrado agora.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – E concretamente o que você fez para o Brasil; concretamente? Você aprendeu alguma coisa, chegou aqui e colocou em prática o quê? É isso o que nós estamos tentando saber aqui para que possamos aprimorar.

Para mim, é um dos melhores projetos educacionais que o Brasil teve o Ciência sem Fronteiras; é para mim um dos maiores projetos. Sou totalmente contrário a você ir para lá ainda se graduando. Não, eu acho que é uma pós-graduação que tem que ser feita. Você está em uma área, então você vai se pós-graduar nisso aqui, vai fazer doutorado ou alguma coisa e vai trazer para cá esse conhecimento. Não é para fazer uma viagem, passar oito meses. Eu vi você visitando a Nasa; "ah, é bonito, olha, eu conheci a Nasa, tirei umas fotos lá legais, bacana". Agora, concretamente, amigo, desse dinheiro que o Brasil gastou contigo, o que você já deu de retorno para a gente?

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Certo, legal. Concordo plenamente com você de que o foco aqui é Brasil. Só a título desses exemplos que dei, o Pedro, que vai ser astronauta, foi para a Nasa, foi estagiário da Nasa durante oito meses e agora que ele voltou para o Brasil...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – É isso o que eu estou questionando, o Brasil não tem que ter astronauta...

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Não, mas não é só para ser astronauta...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Não, mas espera aí, não estamos atrás de astronautas, estamos ainda engatinhando. Do ponto de vista do Pedro, ótimo, se o papaizinho dele quiser bancar o estudo dele para ele ser astronauta, ele pode ir para a lua, mas com o dinheiro dele, não com o dinheiro do povo brasileiro; essa é diferença, Ministro Cristovam, vamos deixar muito claro.

Se o cara quer ser astronauta, eu acho legal, palmas para o astronauta. O último astronauta brasileiro, o Brasil investiu nele e depois ele saiu fazendo palestras pelo Brasil todo e ganhando dinheiro. E o que é que sobrou para o povo brasileiro? Ótimo ele ser astronauta, eu acho legal, bacana. Eu não gosto de avião, não gosto de voar e nem quero ir para a lua, mas se ele gosta é problema dele. Agora que ele faça com o dinheiro dele, não é com o dinheiro do povo brasileiro.

Então, se for para fazer média – o Brasil está fazendo 60 mil, 40 mil formados –; nessa média da Presidente Dilma nós temos que dar um basta.

Nós temos que ser objetivos, pragmáticos: para que serve isso para nós? Para mim, para absolutamente nada, se o Pedro ou o João querem ser astronautas; para o povo do Amazonas não serve para absolutamente nada ele ser astronauta ou não ser. Para nós, não serve. Queremos é que vocês conheçam biodiversidade, que vocês façam o desenvolvimento tecnológico da nossa região, queremos desenvolver sustentavelmente a Amazônia para que gere emprego, dê produtividade para o povo brasileiro. Essa é que é a nossa questão, é isso o que estamos discutindo aqui.

E para quê? Para que não importemos tecnologia por um polo industrial como a cidade de Manaus, em que televisão todinha, 100% dela, é de tecnologia importada da Coreia, coisa que o Brasil não consegue fazer. É disso que estamos atrás. Não é, "ah, olha, o Pedro quer ser astronauta". Parabéns, mas que seu pai e sua mãe banquem essa tua vontade, não o povo brasileiro. O povo brasileiro está atrás de tecnologia para produção agrícola, de tecnologia para produção agroindustrial, de tecnologia para produção na nossa biodiversidade, de tecnologia para exploração de gás e petróleo, de tecnologia para a produção de fármacos, de tecnologia para uma série de coisas que são prioridades para nós.

A nossa prioridade não é ir para a lua, não pode ser ir para a lua, Presidente desta Comissão, meu querido Ministro Cristovam Buarque; não é prioridade do povo brasileiro e não pode ser prioridade do Governo brasileiro mandar um estudante que quer ir para o espaço.

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Senador, o Ciência sem Fronteiras e o projeto dele de ser astronauta são coisas separadas, mas, a título de informação, o Pedro lidera aqui na UnB um projeto de desenvolvimento de satélites suborbitais e, com esse voo, ele vai fazer um experimento, vai reativar o projeto de pesquisa de experimentos em microgravidades da Agência Espacial Brasileira. Então, há três grupos de pesquisas de três universidades brasileiras diferentes vinculadas a isso.

O TCC do Daniel Lopes, que mostrei anteriormente, que está trabalhando com tecnologias de 3D, foi para desenvolver uma impressora 3D com tecnologia própria no ITA, e hoje ele tem duas empresas que fazem impressões em 3D com tecnologia que ele desenvolveu.

A Marcela vai começar um mestrado aqui no Brasil para desenvolvimento de *software*.

O Lucas, que está aqui e vai falar ao final também, desenvolveu motores elétricos – eu vou até adiantar a surpresa, mas ele pode mostrar o *e-mail* que ele recebeu do Inmetro – que superaram em mais de 300 a 500% a eficiência para receber o selo de motores elétricos.

Então, de fato, o pessoal está trazendo, há exemplos. Eu brinco com meus amigos que criticam o Ciência sem Fronteiras e falo: beleza, para cada crítica que você me fizer, eu me comprometo a te dar cinco exemplos bons de desenvolvimento tecnológico ou de coisas que foram trazidas para o Brasil.

Assim, nesse sentido, eu, como bolsista, que conheço as pessoas que foram também, acho que há, sim, desenvolvimento de tecnologia e está se trazendo isso para o Brasil. Quanto ao que o Senador Omar Aziz falou agora, de fato, temos que nos preocupar com o Brasil, e a reflexão é esta: como fazer para que essas pessoas que foram lá para fora tragam isso de volta e como vamos desenvolver isso depois que elas foram e voltaram?

Portanto, eu acho que a crítica do Senador Omar Aziz é pertinente e fica como reflexão de como desenvolver isso, e aí, mais do que reflexão, ação: como fazer com que, de fato, as coisas aconteçam aqui no Brasil?

Dificuldades e aprendizados: é claro, apesar de todas as coisas boas, há as críticas também. Na gestão do programa Ciências sem Fronteiras, as agências sofreram bastante, porque em 2011 mandavam 3 mil e a partir de 2012 passaram a mandar 25 mil estudantes para fora. Mas acho que, depois de quatro anos, adquiriu-se bastante experiência e, com o orçamento do Ciências sem Fronteiras 2.0, com certeza os próximos resultados serão melhores no quesito gestão.

A avaliação de resultados também, que é uma demanda da sociedade e das empresas do Governo, é um pouco tardia, deveria ter começado antes do Programa, mas esta Casa está fazendo, a academia está fazendo e as agências também estão fazendo.

E, de novo, a continuidade dos objetivos após a mobilidade. Ainda não existe um projeto de continuidade desses objetivos depois que voltamos, e eu acho que isso é muito importante, Senador, e nisso é importante pensarmos.

Aqui, quase finalizando, um mapa de alcance do programa Ciência sem Fronteiras. Não fomos para quaisquer lugares.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Fomos, de fato, para os Estados Unidos, para a Europa e para a Ásia. A ideia é de tragamos, sim, tecnologia. Temos exemplos concretos de tecnologias que foram trazidas e de colaboração que continua entre o Brasil e os países de mobilidade.

Para finalizar, o que queremos? Não queremos então, Senador, mudar para outro lugar, a gente quer mudar para um outro Brasil.

Eu termino por aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Guilherme, e eu passo a palavra agora para o Márcio Venício Barbosa.

O SR. MÁRCIO VENÍCIO BARBOSA – Muito bom dia, eu agradeço muito ao convite para estar aqui nesta audiência pública. Saúdo o Presidente desta Comissão, o Senador Cristovam Buarque, na pessoa de quem saúdo todos os Senadores.

Eu vou falar em nome da UFRN, evidentemente, mas também em nome do Conselho de Gestores de Relações Internacionais das Instituições Federais de Ensino Superior, que é um órgão da Andifes, que reúne esses gestores. E a Andifes, como vocês sabem, reúne as 67 instituições federais de ensino superior no Brasil, 63 universidades, mais dois Cefets e dois Ifes.

A minha fala vai seguir esses três pontos, a internacionalização nas instituições federais antes do Ciência sem Fronteiras, o lançamento do programa, os problemas enfrentados, a continuação necessária e as modificações sugeridas pelas universidades.

Antes do Ciência sem Fronteiras, algumas universidades, não eram muitas, já faziam uma internacionalização através de acordos bilaterais das próprias universidades com instituições estrangeiras e de acordos bilaterais da Capes, que acolhe projetos apresentados pelas universidades brasileiras em parceria com universidades estrangeiras, através da participação de professores nossos em grupos de pesquisa estrangeiros e através de alguns programas mantidos pelo MEC, como PEC-G e os projetos desenvolvidos no âmbito do Mercosul. Só para registro, o PEC-G seria a experiência mais antiga de internacionalização nas universidades, que é um programa que já tem 50 anos e recebe alunos de países em desenvolvimento.

A internacionalização sempre aconteceu nas universidades federais em níveis bastante diferentes. Várias universidades, quando aconteceu o Ciência sem Fronteiras, sequer tinham uma área de relações internacionais estruturada, quando havia algum contato com o exterior normalmente era um professor de inglês que ia ajudar o reitor fazendo traduções, mas muitas delas sequer tinham uma política de relações internacionais, uma política de internacionalização.

Isso acontecia, principalmente, porque a predominância da cooperação em pesquisa em projetos internacionais se faz mais pela pesquisa e não pelo ensino. Então, nisso o Ciência sem Fronteiras foi uma inovação porque ele privilegiou as relações de ensino.

O lançamento do programa introduziu repentinamente o tema da internacionalização em todas as Ifes. Aquelas que já tinham uma boa estrutura, as grandes universidades federais, e aquelas que não tinham nunca feito sequer um acordo internacional. Isso foi problemático tanto para um lado quanto para o outro. Para um lado porque as pequenas tiveram de se estruturar repentinamente para dar resposta a uma demanda grande e repentina de trabalho e as grandes porque tiveram de adaptar ao que já tinham e ao que já funcionava a uma nova proposta, que muitas vezes concorria com o que já havia sido organizado por elas. Então, isso exigiu uma adequação de estruturas para responder a esse grande volume de trabalho, exigiu organização interna nas universidades para criar resoluções que permitissem enviar alunos, em que condições, em que critérios e estabelecer, isso tudo aconteceu em todas as universidades sem exceção. Então, esse esforço foi muito grande por parte das agências que trabalham na gestão do programa, sempre se disse isso, elas sempre nos disseram isso, e a gente reconhecia que era um volume grande para elas, mas, também, exigiu das universidades federais. Todos nós tivemos de nos adequar para responder às exigências do programa.

No princípio havia, e isso permanece de alguma forma, uma grande dificuldade de comunicação com a Capes e o CNPq. Não quando há algum problema, quando há algum problema envolvendo um aluno que está no exterior, toda a organização dessas agências, como dos Ministérios envolvidos, o MEC, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e, também, o Ministério das Relações Exteriores, que dá um apoio muito grande a esse programa, o atendimento é sempre exemplar, e temos vários problemas como desde alunos que morrem até alunos que têm surto psicótico, alunos que têm problemas com justiça e vários outros. Então, nem sempre as coisas acontecem como um mar de rosas.

Falta comunicação e esse é o principal problema que nós enfrentamos nas universidades federais e eu acredito que é a mesma coisa para todas as universidades do País. Falta comunicação das nossas universidades com as universidades estrangeiras, a escolha, o contato e os contratos são todos feitos pelas agências e nós não temos participação nisso.

Muito pelo contrário, às vezes, temos problemas com universidades que já eram parceiras e que, agora, diante da possibilidade de terem alunos pagantes, não valorizam mais os acordos que já existiam antes.

Então, neste aspecto, um dos objetivos do programa, que é o da internacionalização do ensino brasileiro, ainda está bastante precário. Não digo que nós não tenhamos contato com as universidades, que isso não ocorra, ocorre sim, mas ocorre depois que as universidades recebem os nossos alunos, veem que nós temos alunos de excelência e vem nos procurar por conta própria. E essa procura não se dá, na maioria das vezes, através das agências, infelizmente. O que é uma coisa que poderia ser institucionalizada.

Um outro grande problema que tivemos desde o início do programa e vários dos nossos especialistas nessa área, porque todas as universidades federais têm, apontavam isso como um problema enorme, já no lançamento, é a proficiência deficitária dos nossos alunos em línguas estrangeiras. Esse é um problema que ainda persiste, mas que já vem sendo atacado com algum sucesso.

Então, ao longo desses quatro anos as universidades federais apreenderam a coordenar localmente o programa de acordo com suas características, mas isso ainda não inclui a possibilidade de enviar alunos inseridos em projetos que tenham uma ação imediata nas realidades locais.

Muitas universidades federais enviaram milhares de alunos, como é o caso da UFMG, da UFRJ, da UFRGS, que enviaram milhares de alunos, mas há universidades que enviaram pouco mais de uma dezena. E o tratamento que elas recebem pelo programa é o mesmo. Elas têm as mesmas regras, mas quando se trata da seleção interna dos candidatos, todas elas criam seus critérios próprios de acordo com o funcionamento de cada universidade, normalmente baseado no rendimento acadêmico dos candidatos e no índice de reprovações que eles tiveram, na tentativa de mandar ao exterior sempre alunos de excelência que possam dar o retorno adequado ao programa.

E quando eles voltam também as universidades tiveram de se adaptar para o reconhecimento das disciplinas cursadas no exterior. Nas grandes universidades, que oferecem mais de 80 formações diferentes, esse trabalho não pode ser centralizado na Secretaria de Relações Internacionais, então, ele passa sempre pela avaliação dos coordenadores de curso que analisam todo o processo acadêmico.

Então, cada aluno que sai, em uma universidade federal, tem o seu plano de estudos analisado e, depois, quando volta, o que ele fez é também acompanhado.

Essa é a única avaliação que nós temos no momento. Não temos, ainda, uma avaliação dos resultados dos alunos depois que eles voltam. Essa avaliação, acredito, deveria ser feita em nível nacional e com regras que partissem das agências gestoras.

As áreas de relações internacionais se estruturaram também, ainda que minimamente em alguns casos, com o apoio de organismos como as CGRIFS, que eu tenho a honra de dirigir, a ABRUEM, que tem um órgão interno que reúne gestores de relações internacionais nas universidades estaduais e municipais, a FAUBAI, que é uma associação de gestores de relações internacionais de todas as universidades brasileiras e algumas outras redes de universidades. Esses organismos nos ajudaram a conhecer melhor o trabalho de relações internacionais, a estabelecer melhor os contatos com relações internacionais de universidades estrangeiras e a organizar a mobilidade nas nossas universidades.

No caso das línguas estrangeiras, o MEC teve a iniciativa de criar um programa, a princípio, chamado Inglês sem Fronteiras, que teve a função muito positiva de parar com uma prática que vinha sendo adotada pelas agências, que era enviar os alunos, por um período anterior ao estudo das disciplinas da área dele, para um estudo de línguas por seis meses, o que onerava demais o programa.

O Inglês sem Fronteiras estabeleceu uma estrutura de núcleos de línguas nas universidades brasileiras.

Isso teve como reflexo uma atuação direta na área de letras, que, atualmente, está se repensando. E o Inglês sem Fronteiras está se ampliando para Idiomas sem Fronteiras, adotando o ensino de outras línguas. E a área de letras, também, está, apesar de não ser uma área contemplada diretamente pelo programa, para poder apoiá-lo, ela também está se reestruturando, o que, na nossa avaliação, é bastante positivo.

Para a continuação do programa a gente reconhece que o Ciência sem Fronteiras não agiu, ou não age ainda, para uma internacionalização ativa, que seria não só o envio de alunos ao exterior, o que nós chamamos de internacionalização passiva, mas, também, o recebimento de alunos.

Muitas das nossas universidades já têm desenvolvimento científico e tecnológico próprio, o que pode ser um instrumento de diálogo importante com outras universidades. Então, nós temos algo a oferecer, sim, para a formação de alunos estrangeiros no Brasil. E isso precisa não só ser incentivado com as nossas relações das parceiras no primeiro mundo, que já recebem os nossos alunos, mas o programa precisa ser ampliado também para os continentes que ficam à margem desse processo. O Ciência sem Fronteiras atua muito pouco na América Latina e na África, por exemplo. E se nós prestarmos atenção a uma característica das nossas universidades, que é a extensão, que nos leva a uma relação direta com as necessidades da sociedade, a exten-

são precisa ser também internacionalizada e, nesse aspecto, nós temos muito a oferecer, sobretudo aos países em desenvolvimento. Os nossos alunos podem aprender e desenvolver tecnologia também em contato com universidades que não estão tão evoluídas, nós podemos aprender ensinando também. É o que nós chamaríamos, hoje, de cooperação solidária.

A contrapartida, o sentido inverso do programa, que também estava previsto, que era a atração de jovens doutores, ou seria a atração de jovens doutores e de pesquisadores seniores, teve pouca repercussão nas universidades. Nós tivemos poucos pesquisadores seniores acolhidos nas nossas universidades, em comparação, claro, com o volume de alunos de graduação enviados.

Entretanto, todo esse processo serviu para que se criasse uma cultura de internacionalização nas universidades federais, o que não é uma coisa muito simples, ter uma cultura de internacionalização reflete diretamente na nossa organização, reflete na nossa cultura local, na maneira como pensamos os nossos cursos, na maneira como acolhemos propostas diferentes e na maneira como olhamos para os nossos próprios problemas com olhares diferentes. E isso fez com que as nossas universidades tivessem um diálogo, ainda que não diretamente com a gestão do programa, mas um diálogo com os diferentes atores desses processos. O diálogo das universidades federais com a Secretaria de Ensino Superior do MEC é muito maior hoje, com o Ministério de Relações Exteriores e até com a Capes e com o CNPq também, mas não diretamente na gestão do programa.

No contexto de crise em que vivemos, as universidades federais têm muito a colaborar com a gestão do programa atuando localmente e com a possibilidade de reduzir custos operacionais para as agências. Muitas das coisas que são feitas nas agências, para a gestão do programa, os setores de relações internacionais, principalmente depois desses quatro anos de experiência, podem muito bem fazer localmente com uma eficiência maior, porque conhecemos os alunos, estamos próximos deles e das famílias, e com uma rapidez e uma economia bastante significativa.

Precisamos, ainda, instaurar um mecanismo de avaliação mais eficiente. Atualmente o que nós temos, por parte das agências, é um questionário que é apresentado quando o aluno volta, que é feito pelos coordenadores de curso, mas que não é suficiente para medir o impacto do programa nas universidades e na sociedade brasileira. Então, é preciso ainda instituir uma avaliação institucional do programa em nível Nacional, considerando, obviamente, os objetivos do Ciência sem Fronteiras.

E precisamos ainda intensificar a relação das ...

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO VENÍCIO BARBOSA – ... universidades brasileiras com as parceiras estrangeiras, no sentido de propor projetos conjuntos e estabelecer uma mobilidade que funcione nos dois sentidos, tanto enviando os nossos alunos como também recebendo alunos dessas universidades.

Nós acreditamos nas universidades federais, e, mesmo com todos os problemas que apresentaram na primeira fase, o Ciência sem Fronteiras deixa um saldo extremamente positivo.

O Brasil ganhou visibilidade no cenário da educação superior, e isso nós constatamos com nossa participação em feiras internacionais de educação superior e com a procura que temos de países das mais diversas regiões, por nossas universidades. As instituições federais estão prontas a contribuir, de forma mais atuante, com o programa e prontas a participar dos debates em torno das regras para uma nova fase. O que não aconteceu na primeira fase não aconteceu ao longo do processo. Nós fomos ouvidos, sim, mas nunca de uma forma decisiva, nunca participando do planejamento.

É isso o que eu gostaria de dizer e agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Prof. Márcio.

Passo a palavra agora ao Carlos Vergani.

O SR. CARLOS VERGANI – Bom dia a todos. Senador Cristovam Buarque e todos os Senadores, eu gostaria de agradecer a oportunidade de contribuir para essa importante discussão sobre o programa Ciência sem Fronteiras.

Vou colocar um pouquinho sobre a experiência da Unesp, que é uma das grandes universidades brasileiras, sob a perspectiva de que possamos, com essa troca de informações, contribuir para a discussão.

Para isso, eu precisaria falar, rapidamente, sobre a universidade. É uma universidade complexa, uma Universidade multicampus. A Unesp se apresenta presente em 24 cidades do Estado de São Paulo com 34 unidades. Nós temos, aproximadamente, 50 mil estudantes, 181 cursos de graduação, 102 cursos de doutorado e 150 mil egressos.

Nossa Universidade, em 2009, fez uma reflexão muito importante que resultou em um Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade. Houve um olhar da comunidade, naquele momento, para os próximos dez anos e, na visão de futuro, naquele momento, a Universidade pretendia, até 2019, ser referência nacional

e internacional de universidade pública multicampus. A comunidade entendia que, em 2019...vejam que a palavra "internacional" já aparece aí na nossa visão de futuro.

Agora, para isso, a Universidade precisou implementar, de fato, esse plano de desenvolvimento institucional com programas e ações para resolver problemas da Universidade. Um dos problemas era a internacionalização. Então, desenvolvemos um programa, que é um dos programas do Plano de Desenvolvimento Institucional, que, desde 2002, já tem investimento da Universidade de, aproximadamente, R$25 milhões.

Estas são as sete ações desse programa. E, como podemos observar, tanto a Ação 1, como a Ação 2 estão em "ampliar e fortalecer a mobilidade de discentes e docentes da Universidade". Obviamente, o que acontece? Ao longo desses anos em que implementamos esse programa, observamos um salto da Universidade nos ranqueamentos internacionais.

Eu trouxe, especificamente, esse *ranking* internacional, que é o QS, porque existe um peso grande nesse *ranking* que é o da reputação da universidade. E, obviamente, o Programa Ciência sem Fronteiras trouxe um impacto nessa reputação e no conhecimento da Unesp internacionalmente.

Vocês podem observar ali que, em apenas quatro anos, nossa Universidade subiu 130 posições nesse *ranking* internacional. Eu acho que muito se deve à questão da visibilidade.

Aí, só para mostrar que, desde 2010, como era a mobilidade de estudante de graduação em nossa Universidade. Em 2014, nós já temos ali um índice que ultrapassa a mil alunos em mobilidade. Com o investimento, principalmente externo e algum investimento interno da Universidade.

Como vocês podem observar aqui o Ciência sem Fronteiras, ele tem um papel fundamental nesse processo de desenvolvimento da mobilidade estudantil de nossos estudantes.

A Unesp, entre as universidades paulistas, é a segunda maior universidade que participa do Programa Ciência sem Fronteiras. Faço uma observação

Observem que 30%, aproximadamente, de nossos estudantes, que foram para o exterior, estão em nível de pós-graduação. Essa é uma das maiores porcentagens que temos no País. A média nacional é de aproximadamente 22%. Então, a Unesp, como é a segunda Universidade que forma o maior número de doutores do Brasil, ela tem uma grande participação no Programa nessa área de pós-graduação.

Agora, eu vou seguir o roteiro dessas perguntas para fazer alguns esclarecimentos e contribuir com a discussão. A primeira pergunta específica é sobre quais os critérios para a seleção das universidades em que os estudantes são enviados pelo Programa.

As instituições são de qualidade, em países com sistema de ensino superior de qualidade, sólidos e bem desenvolvidos. Isso se faz por meio do contrato específico entre as universidades ou associações de universidades e as agências responsáveis pela gestão do Programa.

O Programa é construído a partir de parcerias com organizações dos países de destino que atuam como alocadoras de estudantes. Então, temos algumas associações ou organizações que fazem a alocação dos nossos estudantes no exterior. Essa seleção é implementada em duas etapas. No caso, a Unesp tem critérios próprios para tentar manter a qualidade dos estudantes que são enviados. Então, nós fazemos uma seleção interna e também se faz a seleção pelo Programa Ciência sem Fronteiras. Obviamente, no caso da inscrição interna, existe um sistema que foi desenvolvido só para o aluno fazer a inscrição e mobilidade. Esse sistema também avalia se o aluno preenche todos aqueles requisitos que estão nos editais do Ciência sem Fronteiras.

Obviamente, nossa Universidade tem algumas parceiras no exterior. Essas parceiras vieram conhecer a Universidade, e, quando um aluno se inscreve como primeira opção aquela universidade, essas parceiras, normalmente, aceitam esses nossos estudantes.

Quais os critérios, então, para a seleção dos estudantes? Existe uma diretiva do Programa que é a seleção interna dos melhores estudantes que nós temos na Universidade. Procuramos fazer isso. Cada instituição de ensino superior do Brasil faz isso a sua maneira. No caso da Unesp, nós estabelecemos um rendimento geral médio de maior ou igual a 6.5. Existe uma seleção pelos conhecimentos do idioma do país selecionado. Como eu disse anteriormente, os parceiros estratégicos, quando evidenciam que há uma inscrição em nossa Universidade, por sermos parceiros estratégicos, essa universidade seleciona o aluno.

Uma terceira pergunta é: na volta dos estudantes, como se faz o aproveitamento de crédito? Essa é uma discussão importantíssima. Existem estudos em desenvolvimento para fazer esse tipo de avaliação. Em nosso caso, fazemos uma avaliação do percurso de cada estudante pelos Conselhos de Curso. São mais de 180 cursos que temos. Então, cada curso tem o seu Conselho, que avalia os componentes didáticos, cursados; enfim, toda a análise curricular. Procura-se valorizar a diversidade e o aporte de novas dimensões da formação desse estudante, permitindo que esse estudante tenha reconhecido seu crédito fora daquela área, porém que seja complementar. Isso se dá por meio de reconhecimento por disciplinas optativas.

No retorno dos estudantes, faz-se uma avaliação da aprendizagem? Infelizmente, não é feita nenhuma avaliação de aprendizagem, por quê? Porque essa mobilidade internacional entende-se que ela é fundamentada na confiança dos parceiros. Então, confia-se e considera-se que esse estudante, indo a uma universidade reconhecida, terá ali seu conhecimento avaliado, sua aprendizagem avaliada.

Tem havido muitas dificuldades com o idioma? Eu acho que a gente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Ali embaixo: "Considera-se que...".

O SR. CARLOS VERGANI – Considera-se que as instituições de ensino superior que recebem e enviam os estudantes são capacitadas e competentes, porque existe uma triagem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Faz-se uma nova avaliação...

O SR. CARLOS VERGANI – Vai-se avaliar o conhecimento do estudante.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Veja bem, a mobilidade internacional é fundamentada no mundo todo na confiança entre parceiros.

O SR. CARLOS VERGANI – Isso.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Bom... Essa é a avaliação.

O SR. CARLOS VERGANI – Essa não é a avaliação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – É! Porque você está dizendo, lá em cima: "No retorno dos estudantes, faz-se a avaliação da aprendizagem." Faz? Como? Você já respondeu: "não é feita nenhuma avaliação". Então, não há como avaliar, correto? Não é feita nenhuma avaliação. Aí, embaixo, você coloca: "É fundamentado, no mundo todo, na confiança entre parceiros." Então, está bom. Nós sabemos. "Como a gente confia em você, você foi lá e aprendeu e, realmente, o resultado do que o Brasil investiu em você é satisfatório para a Unesp". É isso o que você está dizendo aí.

O SR. CARLOS VERGANI – Talvez eu deva ser um pouco mais específico, porque é o conhecimento adquirido naquela disciplina, naquele plano de estudo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Não, eu estou falando sobre Ciência sem Fronteiras. Aí, você está dizendo para mim e para a comunidade que a avaliação feita por sua Universidade, sobre o Ciência sem Fronteiras, é uma confiança mútua. Não é? Olha, nós casamos, e eu confio em você e vamos viver o resto para a frente.

O SR. CARLOS VERGANI – Nós confiamos em que a aprendizagem daquele estudante, naquela universidade, se ele foi aprovado naquela disciplina, confiamos em que aquele tutores fizeram uma avaliação. Essa seria...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Eu vou lhe fazer um pedido: você é da segunda universidade que mais alunos manda para fazer o Ciência sem Fronteiras...

O SR. CARLOS VERGANI – Não. No Estado de São Paulo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – No Estado de São Paulo... O Estado de São Paulo é o maior Estado brasileiro...

O SR. CARLOS VERGANI – É, mas há universidades que mandam muito mais que a gente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Pode ser. Mas, da mesma forma que vou pedir para as outras universidades, eu vou pedir uma relação. Nós vamos solicitar uma relação dos alunos que foram, onde eles estão, qual foi o critério e que curso eles foram fazer. Nós queremos ver isso, porque a forma de escolha é muito... "Ah, as melhores notas do curso. Manda esse, não é?" Einstein não foi o melhor aluno, correto? Mas conseguiu ser um gênio. Nem sempre o melhor aluno tem a vocação para fazer isso. Então, essas avaliações é que estamos tentando saber. Esse relatório, a pedido do Senador Cristovam, que estamos fazendo... Às vezes, somos enfáticos e não me leve a mal, porque é minha forma de falar.

O SR. CARLOS VERGANI – Imagine, Senador, com certeza.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Mas estamos tentando construir. Aqui temos de ser parceiros para melhorarmos, não é? Então, queremos ser parceiros e discutir, porque eu, com certeza, não vou usufruir disso. Eu não tenho mais idade para usufruir disso, mas tenho certeza de que os jovens que estão aí vão. As crianças, se a gente fizermos o trabalho direitinho, irão usufruir futuramente do que está sendo feito agora.

Como eu disse no primeiro momento, é um dos maiores programas educacionais; mas, se não houver uma fiscalização, se não houver critérios, se não houver a volta... Porque não adianta o cara ir lá, aprender, chegar aqui e vender um carro para sobreviver. Se a pessoa tem de vir para cá, que vá trabalhar já com um mercado, em um laboratório para levar esse conhecimento adiante, senão pouco ou nada iremos fazer.

Então, as universidades que estão mandando esses alunos têm de se preparar para o retorno desses alunos.

O SR. CARLOS VERGANI – Certeza.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Correto?

O SR. CARLOS VERGANI – Corretíssimo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Senão, para quê?

O SR. CARLOS VERGANI – Com certeza. Esse é esforço.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – É o esforço que tem de ser feito por todos nós. Então, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Amazonas... Esses alunos que estão indo voltam com outra mentalidade, com outro conceito, mas chega-se aqui e são desestimulados pela estrutura oferecida a eles. Então, uma coisa é o cara estar em um laboratório de país desenvolvido e, ao chegar aqui, vai para um laboratório em que não há nada para ele fazer. Aí, para-se e acabou! O projeto acaba ali. No dia seguinte, o cara vai dizer: eu tenho de arranjar um emprego para sobreviver. E todo o esforço feito para mandar esse jovem para lá se acaba nesse dia. Vivemos um certo momento de romantismo, mas romantismo não bota comida na mesa. Para muitos é romântico e bonita essa luta...

Eu era menino e estava na rua e já pedia mais laboratório, mais desenvolvimento de pesquisa. Isso não é de hoje. Essa luta de desenvolvimento de pesquisa e inovação é histórica, não é uma coisa nova, que tenha acontecido ontem no País, não.

O SR. CARLOS VERGANI – Não...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – É muito antiga! Então, Carlos, eu precisaria, meu amigo... Depois, eu vou solicitar, por meio de nossa Secretária...

O SR. CARLOS VERGANI – Será um prazer.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – ... que a gente faça uma avaliação. Será feita uma avaliação para um relatório, e as sugestões de cada um de vocês poderá nos ser enviada.

O SR. CARLOS VERGANI – Com certeza.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Vou pedir, por escrito, essas sugestões para aprimorarmos e fazermos um relatório final e mandá-lo ao Ministério da Educação.

O SR. CARLOS VERGANI – Só para salientar: não colocamos uma nota máxima, os melhores, mas uma nota mínima de rendimento escolar na seleção, isso faz parte do processo.

Há muita dificuldades com idiomas, o que são dificuldades normais, considerando-se a formação de idioma no País, o que é uma questão geral.

Agora, o Programa trouxe um desdobramento, que é a institucionalização da formação em línguas estrangeiras, o que é muito importante. É um desdobramento do Programa que vai fazer com que tenhamos resultado sobre isso no futuro.

No caso da Unesp, desenvolvemos programas próprios para atender essa grande demanda de aperfeiçoamento na língua. Construímos parcerias, por exemplo, com o Conselho Britânico ou com o Consulado da França no sentido de suprir essa deficiência em relação ao idioma. Obviamente, o Idioma sem Fronteiras vem para contribuir e muito.

O Programa Idioma sem Fronteiras tem contribuído. Além de ser pioneiro, é abrangente, eficiente como política pública. Aqui eu dou um exemplo, porque a Unesp foi selecionada como uma aplicadora de teste de proficiência no Estado de São Paulo. Nós já fizemos, aproximadamente, até o momento, mais de cinco mil aplicações. Eu vou só destacar esse quadro, em que 42% dos aprovados no Ciência sem Fronteiras apresentaram testes realizados na Unesp, como aplicadora, à época, do Inglês sem Fronteiras.

Agora, o que é preocupante para nossa Universidade?

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VERGANI – É que 72% apresentam nível intermediário ou avançado, ou seja, precisamos ainda melhorar o desempenho desses estudantes que apresentam nível intermediário.

Existem muitas dificuldades com a burocracia, mas somente no início do Programa. Realmente, nós as tivemos. Uma deficiência, já comentada aqui, é a de que não há contato direto das instituições de ensino superior com a instituição no exterior.

Qual tem sido a opinião dos estudantes? Existe uma percepção bastante positiva, em sua maioria, mas falta uma avaliação abrangente. Então, temos de ter iniciativas nesse caminho.

Aqui, esse eslaide é só para comentar com vocês sobre a percepção dos estudantes de como eles avaliam, entre fraco e ótimo, a universidade onde ele estudou no exterior. Observamos que a maior parte avalia como bom e ótimo. Da mesma maneira, o material didático que lhes foi apresentado nas universidades do exterior. Aqui, em uma amostra de 300 estudantes da Unesp, de como eles avaliam o aproveitamento do curso, foi uma avaliação entre boa e ótima. Mas, aqui, nós temos de olhar para estes 15% e o que aconteceu aqui nesses 15%. Agora, tentamos investigar esses estudantes.

Como você avalia a estadia no exterior e quanto ao suporte oferecido pela universidade? Isso é muito importante. Com base nesses resultados "regular e fraco", entramos em contato com as universidades para verificar o que aconteceu.

Biblioteca, material didático, infraestrutura. Também há uma avaliação bastante positiva. Nós temos aqui uma percepção do estudante muito positiva em relação de ter sido suficiente o recurso. Observamos que o estudante está satisfeito com o recurso. E se essa experiência ajudará em sua carreira profissional? Nós tivemos 100% dos 300 alunos avaliados que disseram que sim.

Aqui, só para dar exemplos – já foram dados outros de alto desempenho –, nós tivemos um aluno, Luiz Henrique Vitti, que esteve no Instituto Limerick, na Irlanda. Esse aluno passou com uma das maiores médias: 75% superior à média da classe, concorrendo com colegas da Irlanda e do Reino Unido. O reitor fez questão de, na universidade, homenagear esse estudante no ano passado.

Nós tivemos outro aluno, nos Estados Unidos, em Minnesota, que teve um aproveitamento superior a 87,5%, no que tange a seu aproveitamento nas suas atividades acadêmicas nessa Universidade de Minnesota. Recebeu menção honrosa ao competir, também, com seus pares do mundo inteiro.

Um último destaque é um aluno que foi o primeiro colocado no exame de proficiência em mandarim. Isso é muito importante para a Unesp, porque a Unesp tem um dos melhores Institutos Confúcio do mundo, que já foi premiado duas vezes, e é um reflexo desse instituto.

Só Questões Gerais. É um programa fundamental na exposição da educação superior, e a internacionalização da educação superior entrou na agenda das instituições brasileiras. Isso é muito importante. Levou a uma participação coordenada de vários organismos e instituições brasileiras na participação – como já foi mencionado – de duas importantes conferências de educação internacional, a Napsa, nos Estados Unidos, e a IE, na Europa.

A existência de problemas. Às vezes, a gente entende que é superdimensionado. A gente vê, às vezes, a mídia apontando para algumas questões, e, se a gente observar, o programa Erasmus, que era então um dos maiores programas de mobilidade do mundo, nós temos de 3 a 4% de estudantes que também apresentam problema, só que é bem menor do que os resultados positivos.

Existiu – aqui já foi dito – um grande fluxo de instituições estrangeiras para o Brasil. Então, se eu recebia, em 2012, 40, 50 delegações estrangeiras na minha universidade, hoje eu recebo mais de 80 delegações estrangeiras interessadas não somente no aluno – como se havia dito algumas vezes –, mas interessadas em parcerias de pesquisa com a universidade.

Eu já estou concluindo.

Aqui, vê-se algumas contribuições evidenciando algumas limitações. Existe uma inexistência de relacionamento direto das instituições brasileiras que enviam os estudantes para estrangeiros que os recebem. Isso traz algumas dificuldades nessa... A gente, às vezes, perde oportunidade de cooperação pela falta de contato. Existe alguma dificuldade na definição de planos de ensino dos estudantes e também de ajustes, quando o estudante já está lá. Existe uma certa dificuldade para o acompanhamento direto dos estudantes em intercâmbio.

Uma outra questão é a ausência de processo de avaliação efetivo. A gente observa, como já foi dito, que é preciso fazer uma avaliação bastante satisfatória; usar ferramentas que possam comparar a experiência daquele aluno – antes e após o programa – e o acompanhamento no mercado de trabalho. Isso daqui é fundamental. Para responder o Senador, vamos ter que acompanhar esses estudantes no mercado de trabalho.

É uma janela de oportunidade. A gente pode usar essa janela para atrair estudantes e pesquisadores estrangeiros, como já foi dito pelo Senador. Um foco em internacionalização do ensino superior, em vez de focar muito o programa somente na formação de recursos humanos. Há possibilidade, eu acho, de incluir outras áreas. Como aproveitar essa experiência dos estudantes? Esses estudantes que vêm de fora podem contribuir muito para uma atualização dos currículos dos nossos cursos.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VERGANI – Só para concluir, como podemos caminhar para o desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos? É uma outra questão que se coloca. E como aproveitar essas experiências? Eu já vou pular aqui para o Ciência sem Fronteira 2. Então, transformar o programa em uma efetiva ferramenta de internacionalização das instituições brasileiras nos moldes do que aconteceu, por exemplo, com o programa Erasmus, na Europa.

Uma ideia interessante que vou deixar aqui para os Senadores é o seguinte: o programa Erasmus faz um consórcio de universidades em que algumas universidades com liderança em uma determinada área contribuem com as demais universidades menos experientes, para o seu desenvolvimento. Nós temos experiências no Brasil, por exemplo, como o Dinter, que são programas de excelência ajudando programas que estão se consolidando.

Então, a sugestão que fica aqui é usar essas parcerias dos membros dos consórcios, para se estabelecer um relacionamento direto entre os parceiros; garantir que essas instituições menos internacionalizadas do

Brasil tenham acesso a parceiros e conhecimentos das mais internacionalizadas; fortalecer o relacionamento institucional entre o Brasil e o exterior; e utilizar essas mais internacionalizadas para capacitar as universidades que têm mais dificuldade ou que ainda não se internacionalizaram.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Nós agradecemos a sua apresentação.

Passo agora a palavra ao Professor Hedinaldo Narciso Lima, Vice-Reitor da Universidade Federal do Amazonas.

O SR. HEDINALDO NARCISO LIMA – Bom dia.

Eu quero cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão; quero cumprimentar o Senador Omar Aziz, do Amazonas, e, em seu nome, os demais Senadores e todos os presentes.

Eu vou falar um pouco, inicialmente, sobre a questão de formação de recursos humanos e sobre a contribuição da Universidade Federal do Amazonas. Quero fazer isso, porque vocês vão perceber, mais adiante, que o programa Ciência sem Fronteiras, para nós, ainda é um programa muito incipiente.

Como está colocado no PACTI 2007-2010, ciência, tecnologia e inovação são, no cenário mundial contemporâneo, elementos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades. Essa formação de recursos humanos, embora ocorra em outros institutos, é feita, fundamentalmente, nas universidades e no nível de pós-graduação das universidades públicas, que atua mais na questão da ciência e da tecnologia. Portanto, a qualidade desses profissionais que atuam ou vão atuar nas atividades de inovação de produtos, serviços e processos está diretamente relacionada ao papel da universidade.

Bom, qual a importância então da Amazônia – eu vou falar um pouco mais no que diz respeito à Amazônia – nesse cenário como um todo? Nós sabemos que a Amazônia corresponde a, aproximadamente, 60% do território nacional; possui cerca de 13% da nossa população brasileira, com algo em torno de 25 milhões de habitantes e 22 mil comunidades isoladas; aproximadamente 50% da população indígena brasileira está nessa região que, como se sabe, possui enormes riquezas naturais: água, biodiversidade, recursos minerais; e que contribui com, aproximadamente, 8% do PIB nacional.

A região recebe, aproximadamente, 4% dos recursos de ciência e tecnologia do País e conta com cerca de 5% dos doutores do País, cerca de 5 mil profissionais. A região tem um desempenho no PISA inferior à média brasileira e, em geral, um IDH também baixo.

A Universidade Federal do Amazonas é, no Estado do Amazonas, a única instituição federal de ensino superior. A única universidade, não a única instituição. Tem dado algumas contribuições ao Estado e à região. O ensino superior, no Amazonas, começou em 1909, no final do período áureo da borracha, com a implantação da Escola Universitária Livre de Manaus, que, mais tarde, foi se transformar na Universidade do Amazonas e, depois, na Universidade Federal do Amazonas.

Atualmente, nós temos mais de 40 mil estudantes na universidade e ofertamos 117 cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento. Além disso, nós ofertamos 46 cursos de pós-graduação, sendo 32 mestrados acadêmicos, 2 mestrados profissionais, e 12 doutorados. Entre as instituições que ofertam pós-graduação na universidade, a universidade de graduação é uma das maiores instituições do Estado, na oferta, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Além disso, nós temos 23 residências médicas e uma residência multiprofissional em saúde. Nós, atualmente, estamos formando mais de 6 mil professores do ensino básico, em primeira e segunda licenciatura, por meio do Parfor.

Como eu falei, precisamos melhorar o ensino básico, na nossa região e no nosso Estado. Tem sido feito um esforço grande para isso. A universidade tem feito esse esforço, porque, muitas vezes, no Amazonas – isto talvez não seja comum em outros locais –, o professor que está dando aula de Física é formado em Biologia.

Então, ele não tem licenciatura ou mesmo ele não tem licenciatura nenhuma, ele faz a sua primeira licenciatura. A universidade forma esses professores, nos diversos Municípios do Estado do Amazonas; é a segunda maior universidade nesse programa, no Brasil, no Parfor. Nós estamos em todos os Municípios do interior do Estado do Amazonas, formando pessoas em Pedagogia, em Química, em Biologia. São professores já da rede estadual e municipal que são formados por meio desse programa da universidade.

Nós temos diversos cursos de licenciatura indígena. O Estado do Amazonas é o Estado que tem a maior população indígena do Brasil. Então, nós temos programas específicos e, atualmente, ofertamos cursos em São Gabriel da Cachoeira, Benjamin Constant, Tabatinga, Parintins e Manaus. Já fizemos isso em Borba, em Manicoré, Tefé e Maués. Nós temos um curso – o único curso do Estado – de Letras-Libras, que é um curso dentro de um programa de inclusão, para a formação de pessoas para trabalharem com essa língua.

E, como apenas um dos exemplos da questão da pós-graduação, este é um programa chamado Rede Bionorte, PPG-Bionorte, um programa de pós-graduação feito em rede com as outras universidades da Amazônia Legal, coordenado pela Universidade Federal do Amazonas, que iniciou em 2012 e já formou sete doutores na área de biotecnologia e biodiversidade e que, atualmente, conta com um grupo de 360 doutorandos.

Nós atuamos no interior do Estado, já faz muito tempo, mas passamos a atuar de forma permanente, criando unidades acadêmicas e implantando cursos permanentes, a partir de 2005. Estamos completando dez anos desse processo de criação de universidades permanentes. Estes são os Municípios nos quais a universidade tem as suas unidades permanentes, começando com Benjamin Constant, na fronteira com o Peru e com a Colômbia, Coari, Itacoatiara, Parintins e Humaitá.

Ao todo, foram 608 vagas em concurso público. São 34 cursos, novos cursos de graduação implantados no interior do Estado; 3 novos cursos de mestrado e mais de 7 mil alunos. Então, esse é um desafio muito grande, não somente por conta da distância, mas por uma série de outras questões de logística do Estado do Amazonas. O Estado do Amazonas tem uma única universidade federal, e eu acho que a gente já tem que trabalhar para, quando as coisas melhorarem, dividir esse trabalho.

Comparação entre indicadores de ciência e tecnologia. Este é um indicador que a gente usa: bolsas de produtividade em pesquisa e tecnologia. No Brasil, existem em torno de 15 mil; na Amazônia, cerca de 400; no Amazonas, 74; na UFAM, 35.

Produtividade, no que diz respeito à percentagem por região: o maior percentual é na Região Sudeste; o menor percentual, como se pode perceber aí, na Região Norte, apenas 2%.

Eu estou dizendo isso, porque a gente pode perceber o quanto esses recursos estão concentrados em algumas Regiões do Brasil e como existe uma assimetria importante que dificulta o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e, também, naturalmente, da formação de recursos humanos na Amazônia; e, também, naturalmente, no Estado do Amazonas.

Estes são números relativos a grupos de pesquisa. Os gráficos são muito parecidos e não vou me deter muito nestes.

Estes são os cursos de pós-graduação no Brasil. Então, no caso de mestrado, cerca de 3,2 mil; na Amazônia, 243; no Amazonas, 46; na UFAM, 32.

No doutorado, os números mostram, 2 mil, aproximadamente, no Brasil; na Amazônia, cerca de 90, dos quais, no Amazonas, 21; na UFAM, 12, como eu já tinha comentado.

E, depois, os dados de mestrado profissional.

Aqui são os nossos alunos de pós-graduação e de iniciação científica.

Esses dados são para mostrar quais são os grandes desafios que a gente tem na Amazônia e, em particular, no Estado do Amazonas. A gente está, como universidade, tentando enfrentar esses problemas e encontrar soluções para eles. Naturalmente, passam pela questão do aporte de recursos.

Quais são os desafios que imagino serem os principais? O primeiro deles é investimento de forma contínua e ampliada, visando a formar, qualificar, captar e fixar recursos humanos. Prover infraestrutura e fomento para pesquisa e tecnologia – científico e tecnológico.

O Estado do Amazonas tem feito um esforço nesse processo, por meio, especialmente, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), notadamente no que diz respeito a fomento para pesquisa e também infraestrutura de pesquisa. Temos também programas específicos de formação de recursos humanos, de apoio a mestrado e doutorado; no entanto, existem problemas importantes ainda básicos, fundamentais, por exemplo, energia, especialmente no interior do Estado, mas também na capital, e acesso à Internet.

Para que vocês possam ter uma ideia, nos nossos *campi* do interior, como em Humaitá, por exemplo, que está à margem da BR, chegou uma Internet melhor, de 100 Mbits/s, para toda a unidade, onde temos seis cursos de graduação e dois de mestrado. Em Itacoatiara, Parintins, Benjamin Constant, Coari – e Coari também vai melhorar –, mas nesses outros, especialmente Itacoatiara, Parintins e Benjamin Constant, a velocidade de acesso é de 10 Mbits/s para cada unidade. Daí vocês podem imaginar a briga que é. Ás vezes, tem que derrubar tudo para fazer os processos administrativos, as licitações etc. Quer dizer, nós temos questões ainda muito mais importantes para discutir e para resolver na Amazônia, em especial no Amazonas. Portanto, vou falar um pouco menos do Ciência sem Fronteiras.

Outro desafio: reduzir as assimetrias regionais na distribuição de investimentos públicos em ciência e tecnologia.

Atualmente, esses recursos são fortemente concentrados – e já mostrei alguns dados, mas acho que os senhores conhecem muito bem isso – e são poucos. Às vezes, os recursos do Capda, por exemplo, que são os recursos resultante do trabalho produzido no Amazonas, são contingenciado e não são colocados à disposi-

ção das instituições de pesquisa e formação de recursos humanos no Estado. Isso é uma luta que temos que continuar travando.

Outra coisa é a incorporação da inovação no processo produtivo. Inovação e pesquisa têm que gerar renda e têm que criar oportunidades de emprego, senão elas não fazem sentido, como comentou o Senador Omar Aziz.

A questão específica é menos tempo, porque, como vocês vão perceber, a UFAM é um número muito pequeno e no Estado do Amazonas como um todo.

Em suma, esses são os dados de que nós dispomos sobre a questão do número de bolsas do Ciência sem Fronteiras, a maior parte, de fato, fica novamente no Sudeste, onde há mais alunos, mais demanda naturalmente, mas a maior parte... Para o Amazonas, nesse período, foram 555 bolsas. Essas pessoas do Amazonas foram especialmente aos Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá e, depois, a alguns outros países da Europa e da América.

No Amazonas, o maior número de bolsas está na Universidade Federal do Amazonas; depois, na Universidade do Estado do Amazonas. As duas concentram o maior número de bolsas, Desse número, na UFAM foram 285 bolsas, portanto, menos de 1% dos nossos alunos tiveram a oportunidade de participar do Ciência sem Fronteira; e na UEA – Universidade do Estado do Amazonas – 181 bolsas.

A distribuição por área entre os alunos da Universidade Federal do Amazonas: as engenharias e demais áreas tecnológicas têm o maior número, com 99 bolsas; depois, na área de biologia, ciências biomédicas e saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. HEDINALDO NARCISO LIMA – ... e, depois, computação, tecnologia e indústria criativa.

Aqui talvez seja a grande questão. Concordo quando se... Grande parte, a maior parte das bolsas – 94% das bolsas – foram para a graduação, quando, na verdade, deveríamos levar muito mais para a pós-graduação, trazer pesquisadores. Esse, eu acho, é o nosso grande problema.

Foram apenas nove bolsas de doutorado sanduíche; nove de doutorado pleno; atração de três jovens talentos e um pesquisador visitante.

Então, precisamos, realmente, melhorar essa distribuição como um todo, focar na pós-graduação, que, talvez, seja o grande desafio, nosso particular, mas do programa Ciência sem Fronteiras como um todo.

Essa é uma questão de número, de gênero, não é mais importante do que isso.

Agradeço a todos pela atenção e pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, só para cumprimentar o meu reitor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Conterrâneo.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Tenho orgulho de ser formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Amazonas.

O SR. HEDINALDO NARCISO LIMA – Também é um orgulho para nós, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Contribuir para a democratização da nossa Universidade. Quando fizemos a primeira eleição para Reitor, foi eleito o Dr. Marcos Barros, que foi Presidente do Ibama. Como Governador, Deus me deu a oportunidade de colocar em construção a Cidade Universitária da Universidade Estadual do Amazonas em uma área de 10 mil hectares.

E faço questão de levá-lo para conhecer, Senador, porque é um negócio de que me orgulho muito. Se há uma área que me deu satisfação, até pelos meus princípios, pelos princípios que norteiam a minha vida pública, essa foi uma área em que atuei bastante, com uma parceria muito grande de dois secretários, o Secretário de Ciência e Tecnologia e o Presidente da Fapeam – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Nós conseguimos fazer parcerias com a Universidade Federal do Amazonas, com a Universidade Estadual e com outras instituições de ensino, para que formássemos doutores, formássemos mestrandos e financiássemos esse trabalho.

Veja que isso ainda é muito pequeno ainda na nossa região, mas tenho certeza de que, se a gente trabalhar um pouco mais, esse fruto poderá ser maior.

Parabéns, Hedinaldo.

Quero aqui cumprimentar todos os dirigentes da Universidade, da minha Universidade, da qual fiz parte, onde estudei e onde tive a oportunidade de meu formar.

Fiz questão que ele estivesse aqui; é bairrismo.

O SR. HEDINALDO NARCISO LIMA – Quero agradecer, Senador, pela oportunidade. É muito importante para nós. Também pelo apoio de sempre.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pelo tamanho do Amazonas, não dá para ser bairrismo; é "planetismo".

Passo a palavra ao Marcelo José de Mello Rezende, Diretor de Acompanhamento e Integração Acadêmica da Universidade de Brasília – e agora chegou a vez da minha universidade, a UnB –, a quem agradeço muito pelo esforço para estar conosco nesta manhã. Sei que havia grandes dificuldades, mas conseguiu vir.

O SR. MARCELO JOSÉ DE MELLO REZENDE – Muito obrigado, Senador.

Bom dia a todos e todas. Em nome do Senador Cristovam Buarque, cumprimento os membros da mesa, professores, colegas, enfim.

Realmente, peço desculpas pelo atraso e pela roupa, porque sei que não é apropriada pela importância. Houve um problema de comunicação na Universidade. Peço desculpa a todos. Mas, enfim, o mais importante é trazer um pouquinho da realidade e da experiência que a Universidade de Brasília tem com o programa Ciência sem Fronteiras e que isso possa servir para ajudar os senhores na reflexão.

Quero adiantar que eu sou defensor do programa, acho interessante, precisa de alguns ajustes, tenho algumas sugestões, mas há colegas na Universidade que até hoje não gostam muito do programa, são críticos, enfim, mas acho que isso faz parte da democracia.

Vamos em frente.

A Universidade de Brasília aderiu ao programa desde o início. O que aconteceu? No início, foi para o Decanato de Pesquisa e Pós-graduação, a pró-reitoria – é que a UnB, ainda, tem essa estrutura e nós chamamos de Decanato. Mas a Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação assumiu o programa, e, no início, historicamente, o que observamos é que eram mais de 200 alunos a participar dessas primeiras chamadas, mas não houve um acompanhamento, um controle desses alunos.

Então, só para se ter uma ideia, parte desses alunos fez a inscrição nos editais, na época, foram homologadas pela Universidade de Brasília e, simplesmente, eles foram, partiram sem um controle acadêmico. Conclusão, depois de um ano participando do programa, houve aluno que foi desligado, porque, na UnB, uma das regras para o desligamento do aluno é não fazer matrícula em dois semestres consecutivos, o que, então, caracteriza o abandono.

Em 2012, o programa, apenas para a categoria de bolsa graduação, foi para a minha diretoria. Realmente, eu peguei o programa e assumi a condução a partir do final de 2012. Então, houve esse problema do controle, mas, hoje, está tudo tranquilo, até em relação à documentações, alterações feitas pelo CNPq, pela CAPES, aquele termo de compromisso. Agora, temos o controle e isso não acontece mais.

Os dados que tenho são a partir de 2012. Há, ainda, um total que vou passar para vocês.

Na Universidade de Brasília, temos aqui essa divisão. Eu só cuido da parte de graduação, das bolsas para a categoria de graduação, e quanto aos alunos de pós-graduação, essas bolsas são no Decanato de Pesquisa e Pós-graduação.

Acho que, como nas outras universidades, não é ainda significativa a participação dos alunos em pós-graduação. Há toda aquela história de que parte dos recursos destinados à pós-graduação o Governo, a CAPES, sei lá, transfere à graduação, enfim.

Pesquisador visitante também não é muito significativo.

Até setembro do ano passado, 2014, quando tivemos as últimas chamadas, os editais, a situação da Universidade de Brasília era essa aí.

No final do ano passado, 2014, havia um total de 43.823 mil discentes, sendo que, na pós-graduação, havia 8.129; e, na graduação, 35.694.

No final do ano passado, fiz uma conta rápida para ver os alunos aptos a participar do programa Ciência sem Fronteira, adotando o critério da posição do aluno no currículo, ou seja, ele tem que ter um mínimo de 20% dos créditos aprovados, máximo 90%. Esse critério é do Governo. Então, se você seleciona nessa faixa aí, vamos ter um total de 24.156 alunos. Na época, nós tínhamos um total 2.656. Isso é o acumulado desde o início do programa, em 2011.

Então, só para ter uma ideia do percentual de alunos da Universidade de Brasília que estavam participando no programa, temos aqui, se formos considerar os aptos, 10,99%, mas o total seria de 7,44%, que é um percentual bem significativo. Existem alguns índices que colocam que o ideal seria de 10% de internacionalização. Então, em termos de mandar aluno para fora em função do programa Ciência sem Fronteira, a Universidade de Brasília até que tem um desempenho satisfatório.

O contrário não; Nós recebemos muito pouco. O que temos lá não chega a 2%, é muito... Pelo último levantamento, como eu estava conversando com a assessora internacional, são alunos do Chile, da Colômbia, enfim, aqui da América do Sul. De língua estrangeira, são muito poucos.

A barreira principal se deve ao fato de que, na Universidade de Brasília – não sei nas outras universidades –, tirando os programas de pós-graduação, as aulas na graduação são todas ministradas em português. Então, precisaríamos começar a implantar, vivenciar aulas em outras línguas, como o inglês, para poder absorver, porque essa é uma barreira, para poder receber esses alunos do exterior, num programa internacional.

Bem; esses são dados do período que falei, de 2012 a 2014, excluindo as primeiras chamadas do ano de 2011. Isso aqui eu gosto de mostrar porque, até hoje, os que criticam o programa falam que é desperdício do dinheiro público, que vai para... Houve um evento em que Portugal teve uma demanda muito grande. Depois redirecionou para outros países. Então, aqui mostra que não. Ouvi dados do professor, do colega ali, de que, em São Paulo, é mais ou menos isso. Vemos que o principal país que recebe os alunos da Universidade de Brasília são Estados Unidos; depois, Reino Unido, Alemanha, Austrália, Canadá, enfim. São os principais destinos.

Vejam: os dez países aqui listados absorvem 87,80% do total dos alunos que participaram do programa Ciência sem Fronteiras.

Então, quanto a esse ponto, está interessante, não há nenhuma crítica.

Com relação aos cursos, listei aqui os dez cursos que mais mandam alunos ao exterior pelo programa Ciência sem Fronteiras, da Universidade de Brasília. Tem essa particularidade da arquitetura e urbanismo, porque, já há alguns anos, o curso mantém convênios com universidades na Europa. Inclusive, na Itália, em Milão, há até com dupla diplomação. Então, já há uma certa rotina, é uma realidade no curso de arquitetura e urbanismo na Universidade de Brasília essa vivência, esse intercâmbio. Por isso, há essa participação maior.

Depois, Engenharia Civil, Medicina, as engenharias, enfim, como era esperado em função das áreas de interesse, Farmácia, Engenharia Florestal e Engenharia de Energia.

Aqui são só alguns critérios dos quais todos os senhores já têm conhecimento. Portanto, acho que não há necessidade de ficar revendo aqui. São critérios do Governo Federal.

O que a Universidade de Brasília adota? Esse IRA é igual ou superior a 3,0 – IRA é o Índice de Rendimento Acadêmico. Existe uma fórmula um pouquinho complexa que analisa o desempenho dos alunos por meio das notas que eles tiram. A Universidade de Brasília tem um sistema de menção. Então, existem faixas: por exemplo, MM vai de 5 a 6,9; depois, MS, de 7 a 8,9. Enfim, a nota que o aluno tirou cai nessa faixa, vê-se a menção, quando ele fez, se ele abandonou, se tirou SR, se reprovou. Então, há uma série de critérios, e, no final, calcula-se esse Índice de Rendimento Acadêmico.

O aluno que, em média, tem até 6,9 está participando do Programa Ciência Sem Fronteiras. Acima disso, ele está participando do Programa Ciência Sem Fronteiras. É o critério que a Universidade de Brasília adota para homologar ou não a inscrição.

Aqui eu faço um parêntese, porque a Universidade de Brasília cobra esse rendimento acadêmico no momento da pré-partida, pois existe um tempo relativamente grande – academicamente, chega, às vezes, a até dois semestres – entre a inscrição que o aluno faz e sua homologação pela Universidade de Brasília. Até a saída na pré-partida, há pelo menos um semestre letivo, ou, às vezes, dois. Foi o aconteceu, por exemplo, em 2014, com os inscritos no último edital das chamadas que nós homologamos no meio do segundo semestre de 2014. O semestre terminou, e veio o primeiro semestre de 2015.

Como nós tivemos três casos de reprovação de alunos, o IRA, que estava próximo de 3,0, caiu e foi para 2,8, 2,7. Aí nós não assinamos o termo de compromisso, porque a Universidade de Brasília entende que o critério de excelência tem que ser mantido, e não apenas no momento da inscrição. O resultado disso é que esses alunos entraram na Justiça. Dois ganharam liminar e foram para o Ciência Sem Fronteiras. Eu assinei porque "manda quem pode, obedece quem tem juízo". Enfim, a Procuradoria está tentando rever isso, mas os alunos foram. Isso é pouco. Dentro do nosso universo, eu acho que não é significativo. Mas a Universidade de Brasília controla essa situação.

A questão da homologação é um processo muito lento, muito demorado. Isso traz um problema, como eu falei, em relação ao IRA. Quanto ao restante, não há necessidade de entrar em detalhes, porque já é do conhecimento de todos.

Esses são alguns cuidados que o aluno tem que ter. Eu só coloquei aqui para registrar que é o aluno bolsista que tem que providenciar.

Nós temos dois problemas aqui que eu gostaria de ressaltar.

Primeiro, a questão do seguro saúde. É muito comum o aluno pegar o seguro mais barato que, muitas das vezes, não tem uma cobertura adequada. Nós já tivemos problema com um aluno que, em função de algumas situações, ficou descoberto. Houve um problema sério, e a família teve que entrar com recurso. Enfim, a gente tenta, na medida do possível, orientar sobre esse assunto.

A questão de passagem também é outro problema. A gente orienta o aluno a comprar passagem de ida e volta, mas existem casos de alunos que vão pensando em ficar mais tempo lá. Então, eles tentam adiar a passagem. Enfim, essa é outra novela.

Eu gostaria só de ressaltar aqui algumas situações que os coordenadores de curso de graduação costumam colocar como problema, até uma orientação.

O primeiro ponto é este: universidade parceira. Eu sei que o programa é muito grande, e acho que é o maior programa com recursos do Estado, se não me engano. Há outros países que têm programas muito grandes, mas uma parte é financiada pelo Governo, e outra parte é custeada pela família, pela iniciativa do próprio aluno. Mas existem muitas universidades que não cumprem o papel que está acordado. Por exemplo, o aluno já está selecionado, sabe que vai para a universidade tal, mas, ao chegar lá, não há a disciplina para fazer, não está disponível para o aluno o que ele vai fazer.

Então, o coordenador aqui vai poder sentar com o aluno, analisar, ver quais as disciplinas interessantes para aquele aluno em função da sua situação curricular, dos conhecimentos que ele tem? Às vezes, ele chega lá e repete disciplinas que já fez. Então, isso é um problema, mas é uma obrigação da universidade parceira. Até hoje, pelo que me parece, acho que é uma obrigação. No acordo com o Governo brasileiro, ela é obrigada a disponibilizar as informações, mas há vários casos assim. Essa é uma situação complicada, além de ser uma crítica constante. Vira e mexe, os coordenadores vão lá e fazem críticas tanto sobre a disponibilidade das disciplinas para o aluno fazer quanto sobre a questão da universidade. Às vezes, uma universidade que o coordenador acha interessante para aquele curso, para aquela área de conhecimento não faz parte. Então, eles normalmente cobram muito.

Eu já passei para os coordenadores do CNPq e da Capes que a universidade gostaria de ter uma interação maior até nesse planejamento da escolha das universidades parceiras. Como eu falei, sei que é um programa muito grande, e são várias universidades. Além disso, parece que Capes e CNPq também têm uma questão-problema de recursos humanos. Enfim, seria uma sugestão interessante essa participação na elaboração, na parceria firmada com as universidades estrangeiras.

Há outra questão: a solicitação de prorrogação do período de intercâmbio. Como nós temos vários alunos que se destacam, é muito comum essa solicitação para o aluno que quer ficar e fazer estágio em alguma empresa ou, de repente, fazer algum projeto de pesquisa no próprio laboratório da universidade. Então, isso tem sido uma constante de vários alunos da Universidade de Brasília.

Quanto à avaliação do relatório final, o coordenador de curso também participa ativamente. Já melhorou muito, porque, pelo volume de alunos que há na Universidade de Brasília, isso já foi um problema. Alguns coordenadores até já se recursaram a fazer isso, e eu fiz pessoalmente. Enfim, hoje está havendo uma participação mais efetiva, e a gente vê um resultado positivo dos alunos, de um modo geral, no desempenho lá fora.

Há ainda algumas considerações importantes. Recebi essas perguntas hoje de manhã, mas algumas coisas já foram contempladas aqui.

No início, quando assumi, em 2012, alguns alunos não levavam muito a sério. Em relação a essa questão do retorno antecipado, houve aluno solicitando até para retornar ao Brasil para participar de casamento de primo, ou de festa familiar.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO JOSÉ DE MELLO REZENDE – Na universidade, sou considerado um pouco chato, porque, se não houver um argumento forte, como questão de saúde, isso não é permitido.

Trancamento justificado de matrícula a gente faz normalmente.

Comportamento ético e social. Houve um caso na Alemanha. Temos uma preocupação muito grande em acompanhar esses alunos, mas nós não temos estrutura para acompanhá-los, para observar a vivência deles lá. Então, já houve caso de aluno com problema de comportamento, achando que estava no Brasil, e não estava. Tomou umas cervejinhas na Alemanha e acabou abusando. Ocorreu um problema sério, e a Embaixada precisou intervir para poder resolver a situação do aluno. Nós tivemos problemas também de alunos com relação à saúde e que foram internados. Nesses casos, a Embaixada sempre atua para poder resolver essas questões. Enfim, pelo volume de alunos, isso faz parte do sistema.

Eu sou favorável ao programa porque um aluno que vai, que participa, principalmente nos Estados Unidos... Quem conhece os Estados Unidos sabe que lá o sistema de ensino é completamente diferente, porque o aluno tem que ter uma postura muito mais ativa do que aquela adotada no sistema brasileiro, em que ele está acostumado a entrar em sala de aula e ouvir tudo mastigadinho do professor. Lá, não. Lá, ele tem que ir atrás, tem que estudar. O aluno que participou aqui da reunião pode dar seu testemunho. A grande maioria vem satisfeita, muda a postura, vem com um senso crítico maior e começa a questionar algumas coisas na Univer-

sidade de Brasília, a postura do professor, a forma como tudo é feito. Isso é extremamente salutar e acho que está até estimulando mais alunos a irem. A tendência vai ser mudar um pouco a postura da universidade, não só a de Brasília, como a de outras, porque nós temos que buscar uma internacionalização maior.

Como eu já falei, o curso de Arquitetura, por exemplo, tem essa vivência de convênio com universidades estrangeiras, até com dupla diplomação. Por que não buscar outros cursos como esse? Acho que o caminho já está aberto. É uma questão de mudar a postura de alguns colegas em relação a isso.

Com relação ao aproveitamento de estudo, esse é um grande problema na Universidade de Brasília. Ainda há aquele professor que analisa a disciplina e diz: "Você fez lá a disciplina A. A minha aqui é A, tem nome parecido, mas lá tem dois créditos – sei lá! – e aqui são seis". Aí, então, ele não reconhece.

Quer dizer, se houvesse uma noção do quanto o aluno se dedica, estuda fora de sala de aula, enfim, mas isso aí estamos contornando, na medida do possível, e conversando com os professores. Isso é um trabalho de formiguinha, mas, aos poucos, estamos conseguindo mudar isso.

Hoje, na Universidade de Brasília, a maioria dos professores já veem o programa com bons olhos, sem grandes problemas, mas ainda há um colega ou outro que ainda tem uma certa dificuldade de fazer isso.

Às vezes, converso diretamente com o coordenador de curso, sentamos juntos, para tentar, com o aval do coordenador de curso, logicamente, porque não tenho essa competência nem o conhecimento acadêmico das várias áreas, facilitar esse aproveitamento de estudos. Mas isso ainda é um grande problema na Universidade de Brasília.

Um ponto que considero muito falho, que não tenho condições de fazê-lo, pelo volume e pela estrutura que tenha lá, é a avaliação desses alunos, dos egressos. Há a comissão própria de avaliação. Já levei esse assunto até lá. Então, lá, eles estão atentos e, de repente, dão uma importância maior e procuram focar um pouco nos egressos da Universidade de Brasília, mas naqueles que participaram do Programa Ciência sem Fronteiras, para ver se há algum diferencial ou não, como é que isso está, enfim.

Bem; já tocou aí a campainha. Não quero que toque de novo.

Rapidamente, era isso que tinha a trazer.

Muito obrigado.

Mais uma vez, é um prazer e uma honra participar aqui desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Muito obrigado, Professor Marcelo. A satisfação é nossa.

Passo a palavra agora ao último da mesa, Lucas Pinheiro.

O SR. LUCAS MOURTHÉ STARLING PINHEIRO – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Cristovam Buarque e também os demais presentes.

O meu objetivo aqui é contribuir, de alguma forma, com o trabalho dos senhores, relatando a minha experiência, como bolsista do Ciências sem Fronteiras.

Basicamente, chamei isso de mudança de perspectiva. Resolvi dar esse nome à apresentação. Basicamente, vou apresentar-me. Sou engenheiro mecânico, formado pela Universidade de Brasília, e fui bolsista pelo Ciência sem Fronteiras, em Cleveland, no Estado de Ohio, na Case Western Reserve University.

Então, o roteiro dessa apresentação que pretendo trazer aos senhores será sobre o meu intercâmbio – vou ser breve, porque muitos assuntos já foram comentados, com mais propriedade do que eu o faria –, minha transformação como recurso humano objetivamente, pontuando principalmente questões que o Senador colocou aqui hoje, e considerações gerais e finais sobre a minha experiência.

Começo com a preparação da viagem. Eu não tive nenhum problema com qualquer burocracia. A seleção da universidade ocorreu da melhor forma possível. As relações com a Capes, com a universidade estrangeira, com a UnB, com o parceiro americano, os contatos com os bolsistas previamente alocados na minha universidade ajudaram muito na minha experiência lá. O visto e as orientações foram suficientes, no meu ponto de vista. Assim, esse "pré-viagem" foi muito tranquilo.

Quanto à minha experiência na universidade, à minha chegada na universidade, tive uma excelente recepção e fui muito bem acomodado lá, do ponto de vista de infraestrutura, de alimentação. Os recursos eram mais do que suficientes para a minha vivência lá, o que me possibilitou focar no que fui fazer naquela universidade, que era estudar e procurar desenvolver-me como recurso humano para o meu País. A infraestrutura que tive lá foi mais do que suficiente para fazer isso.

No meu primeiro semestre, o meu objetivo foi buscar matérias diferentes, matérias que não estavam contempladas no meu currículo na Universidade de Brasília. Foi um semestre de adaptação, o que é natural até. Peguei matérias relevantes, mas mais tranquilas, do final da graduação.

Gostaria de pontuar que a familiaridade com a língua foi um aspecto muito importante para o meu desempenho no programa.

Não só eu, mas os demais estudantes do Ciência sem Fronteiras, nos sentimos preparados. Não deixávamos a desejar perante qualquer outro estudante internacional; pelo contrário, éramos destaques, principalmente com o pessoal da engenharia, com quem tive contato lá, na minha universidade.

Para mim, foi um choque, no sentido de que, apesar de nós, brasileiros, estarmos muito bem preparados, o que observei lá foi uma quantidade de recursos investida em infraestrutura incrível.

Por exemplo, esse laboratório que está ao fundo é, basicamente, um laboratório de inovação, que está sendo fundado na minha universidade, para o qual estão arrecadando cerca de U$25 milhões. A pessoa chega lá com uma ideia e sai com um produto.

Então, há uma forte parceria público-privada desde fornecimento à tecnologia para os estudantes – a parceria com empresas. Isso foi algo que vivi lá. Há um incentivo à inovação sem burocracia, no sentido de que, se o estudante desenvolve uma patente na minha universidade, a patente é dele, o que facilita por ser uma universidade privada. Estou aqui para trazer experiências aos senhores, que vão colocar melhor o que estou dizendo.

O que observei muito lá é a cultura, com relação à inovação, de menos teoria. Não precisamos saber explicar tudo para inovar. Trata-se muito mais de tentar errar.

Estou tentando trazer para o Brasil essa vivência que tive lá – e vou explicar como –, porque ela foi muito forte. Para um engenheiro, isto é fantástico: menos teoria, permitindo-se errar mais. Quem não erra? Acredito que mais temerário é não tentar.

Agora, gostaria de falar do meu período de estágio, que, para mim, foi o mais rico do meu intercâmbio nos Estados Unidos, em que fui selecionado pelo meu professor, gerente de engenharia de uma empresa de prototipagem rápida em manufatura aditiva, para trabalhar com ele. E, lá, tive acesso à mais alta tecnologia nessa área. Tive acesso a tudo: tive a oportunidade de ir a conferências, de viver a realidade industrial americana, de visitar centros de pesquisa que o governo americano está criando para desenvolver a indústria americana e tentar trazer a próxima revolução industrial para os Estados Unidos. Tive a oportunidade de vivenciar isso lá de perto.

Até aqui, a mudança de mentalidade foi completa, e me preparei, nesse segundo semestre, pegando matérias da pós-graduação, gerando trabalhos, de fato, de inovação lá.

Basicamente, durante esse meu período, peguei matérias de biomecânica, em que conduzimos pesquisas, como pesquisadores de referência na área de biomecânica, na *Cleveland Clinic*, um dos cinco maiores hospital dos Estados Unidos.

Tive a oportunidade de trabalhar com essas pessoas constantemente e desenvolver pesquisas nessa área, assim como implementação de gestão também na *Cleveland Clinic*, em que fomos fazer um trabalho de implementação da metodologia *Six Sigma*, num departamento da *Cleveland Clinic*, que era projeto de uma matéria que peguei – de *Business* – e também, o desenvolvimento de, por exemplo, um dispositivo para transporte de bateria de lítio em aviões.

Então, foram experiências que desenvolvi lá. E estou relatando aqui uma experiência que aconteceu com vários amigos meus. Sou um porta-voz. Aqui, quem fala não é o Lucas, mas são todos os bolsistas com quem tive contato e cuja história eu pude conhecer.

Só para finalizar essa parte do intercâmbio, a minha viagem de volta foi tranquila. O meu aproveitamento de créditos foi muito tranquilo. Não tive nenhum problema; pelo contrário. E a prestação de contas também foi muito tranquila.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Em ciências exatas também não dá para dizer que é diferente aqui ou na China; é tudo igual. Se o cara não aproveitar os seus créditos dos Estados Unidos em ciências exatas, também...

Lucas, eu o vejo falar com muita empolgação. Só gostaria de fazer uma pergunta.

O SR. LUCAS MOURTHÉ STARLING PINHEIRO – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Você esteve em laboratórios de primeira geração, não é?

O SR. LUCAS MOURTHÉ STARLING PINHEIRO – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Você chega ao Brasil, e esses laboratórios não existem. Vejo que isso acontece com você, com o Guilherme, bem como com outros alunos em graduação. É isso que estamos debatendo aqui – eu, o Professor Cristovam Buarque, outras Senadoras e outros Senadores.

Só para dar um testemunho, chamei algumas empresas a esta Comissão – a Samsung, a LG e a Semp Toshiba – e disse que queria instalar uma indústria de semicondutores no Amazonas. Perguntei quanto custava essa indústria. Eles disseram que o problema não seria o valor para instalar a indústria, mas, sim, a falta de recursos humanos. Teríamos de ter aqui em torno de mil engenheiros. Não temos essa quantidade de engenheiros no Brasil. A Índia tem.

O semicondutor, hoje, é tudo.

O SR. LUCAS MOURTHÉ STARLING PINHEIRO – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – A pessoa não chega a lugar algum sem eles. Queria instalar essa indústria no Amazonas, porque lá temos o maior parque de produção de televisores, em que é necessário o semicondutor.

Um dia, estou conversando com a Presidente Dilma Rousseff, e ela disse que iria montar uma indústria de semicondutores. Disse a ela que não havia engenheiros para isso em nosso País.

Por isso, Lucas – estou dizendo isso a você, que é engenheiro –, o grande desafio nosso é não deixar essa sua empolgação na sua primeira dificuldade, porque você vai sair de um laboratório, em Cleveland, e vai vir para um laboratório na UnB – nada contra a UnB, pois também todas as nossas universidades... Há uma diferença muito grande!

Quando você fala em parceria público-privada, você é engenheiro mecânico, vamos lá. O Brasil deve ser dos maiores produtores de automóveis, pela quantidade de carros, tanto é que o Governo fica cedendo aos metalúrgicos, coisa e tal. Se você vir o potencial de recursos que essas grandes montadoras tiraram do País, sem tecnologia absoluta nossa aqui, porque não há produção tecnológica nenhuma aqui. Nós a importamos, montamos o automóvel e mandamos para o nosso consumidor. A tecnologia brasileira é quase nenhuma.

Aí, vemos o lucro dessas indústrias que mandaram para a Alemanha, para outros países, a fim de manter lá o *staff* deles, não ficando nada aqui, em termos de produção.

E isso não acontece só nessa área, mas em várias outras de tecnologia, em que se tira o proveito, mas isso vai para um banco. É simples. O País está quebrado, com dificuldade, mas o lucro do Bradesco, no primeiro trimestre... O Pais quebrado, com dificuldade...

A Presidente Dilma disse, ontem, ter descoberto que o Brasil está em crise. Sei lá! Graças a Deus, ela teve o seu *start*. Estávamos esperando isso. Vamos assumir que estamos com dificuldade. Não dá para fazer de conta que não está acontecendo nada!

Só o Itaú teve R$5,9 bilhões de lucro em três meses! Se pegarmos – e estou falando com pessoas relacionadas ao ensino, todos sentados aí, sem exceção alguma, todas estão ligadas a essa área, no meio da mesa, está aí o eterno Reitor da Universidade de Brasília, o Senador Cristovam Buarque –. todos nós sabemos que não vamos chegar a lugar algum com essa dependência tecnológica. Ela nos afeta em todas as áreas, mas há algo que quero perguntar depois. Estou falando disso aqui, Lucas, porque o Senador Cristovam Buarque sabe que estamos aqui há quase duas horas, e existem outras Comissões de que devemos participar. Se não participarmos das Comissões, levamos falta, e, depois, dizem que não estávamos aqui. Veja bem. Estou nesta Comissão desde o primeiro momento. Não é verdade, Senador?

Há algo que me entristece: não é a falta de recursos de P&D, mas, sim, a falta de projetos. Não falta dinheiro para P&D. Se pegarmos a Samsung e analisarmos quanto ela dá de P&D por anos, veremos que ela tem recurso. O que falta é projeto; o que falta são recursos humanos.

Então, a minha luta é no sentido de continuarmos fazendo esse intercâmbio, mas precisamos ter critérios não só para quem se está graduando, mas também para a pós-graduação, doutorado, para quem for lá, assimilar e trouxer para a sala de aula o que aprendeu lá, com a finalidade de ensinar e mudar a mentalidade. Não adianta a pessoa passar seis meses, um ano, fazendo três matérias! Não! Você está me entendendo? Vamos formar pessoas para virem aqui e irem para a sala de aula, a fim de mudar essa mentalidade. Não podemos passar a vida toda fazendo intercâmbio. Com ele vamos continuar, mas não podemos mandar 30, 40 ou 50 mil estudantes. Temos que formar essas pessoas com a finalidade de voltarem e irem para a sala de aula da UnB, da Ufam, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para formar pessoas.

Aí, não se trata de aluno, que está iniciando a sua vida. A perspectiva do Lucas e do Guilherme é a de arrumar um bom emprego, trabalhar. Ele não pode ficar a vida toda – como falei há pouco – no romantismo.

Então, gostaria que os senhores pudessem nos dar sugestões quanto ao aproveitamento do P&D, para que fizéssemos uma inversão: ao invés de mandar, trazer, obrigando, na lei das indústrias, empresas que aqui se instalam a trazer parte do P&D, para que elas tragam recursos humanos para ensinar às pessoas aqui no Brasil. Eles vão chegar ao Brasil e dizer: "Olha, o laboratório de mecânica, nas universidades em que vamos estar fazendo esse ensino, têm de assim, desse jeito". Você está me entendendo? Não somos nós que temos de dizer isso; são eles que têm de dizer pra gente como deve ser feito!

Estou fazendo uma inversão. Utilizar uma parte do grande lucro retirado do Brasil em investimento, como dito por ele há pouco. Ora, uma universidade, através de parceria privada lá, investe U$25 milhões para fazer um laboratório. Se a Universidade Federal de Brasília, ou de qualquer outro Estado, precisar disso, ela não vai ter nunca esse laboratório, não vai aparecer uma empresa que queira fazer essa parceria.

Há uma mentalidade diferente. Sabemos que, lá, uma pessoa deixa toda a sua fortuna de herança para uma universidade, só para ter um nome ali numa sala de aula ou coisa parecida. Você sabe disso. Há uma ou-

tra mentalidade. E os países não são tão velhos... Aliás, o Brasil tem quase o mesmo tempo de independência que os Estados Unidos têm.

Então, não se trata de dizer que os Estados Unidos são mais velhos. Não! Portugal é muito mais velho do que o Brasil; a Inglaterra é muito velha do que o Brasil, mas os Estados Unidos, não. O Japão é muito mais antigo que o Brasil. O Estados Unidos têm idade igual à do Brasil. A independência dos Estados Unidos ocorreu em 1776 e a do Brasil foi em 1822, não é?

A diferença é pouca. Não se trata de dizer que o Brasil se desenvolveu ou foi descoberto depois dos Estados Unidos. Não. A América toda foi descoberta praticamente no mesmo tempo, e cada país teve uma formação.

Então, Lucas, vejo a sua empolgação e quero dizer que fico feliz de ver jovens empolgados, no sentido de ter vindo de lá satisfeito e ter aprendido, mas agora vamos ver eles colocarem tudo o que aprenderam em prática para outros brasileiros.

Lucas, o que você faria hoje para disseminar o que você aprendeu lá no Brasil? É isto que queremos: que o conhecimento das pessoas que estão indo para lá volte para cá e seja passado para as outras pessoas, que não vão ter a oportunidade que vocês estão tendo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Cristovam, antes mesmo que o Lucas responda...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vamos ver se o Senador Omar Aziz concluiu o seu pensamento.

Senador Aziz, conclua, por favor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Não, Sr. Presidente. Já concluí.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Estou acompanhando com o maior interesse a exposição do Lucas, a sua experiência, mas, Senador Cristovam Buarque, como aqui vivemos atarefados em atender várias comissões ao mesmo tempo, e já está começando a reunião da Comissão de Educação, que hoje tem matéria deliberativa – e sei inclusive que V. Exª participará da mesma daqui a pouco –, preciso ir para lá também, mas não queria sair daqui sem uma rápida intervenção e também dirigir uma pergunta ao Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Creio que o Lucas deva precisar de uns dois ou três minutos para terminar. (*Risos.*)

Podemos esperar, Senador Lasier Martins?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, quero emendar a minha pergunta à do Senador Omar Aziz, para saber onde ele está colocado hoje. Esta é uma pergunta genérica, que, depois, pretendo fazer, porque precisamos saber onde foram parar esses nossos estudantes que tiveram esse privilégio de ir para o Ciência sem Fronteiras. Eles trouxeram proveito para o Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – É verdade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Depois, se me permite, gostaria de fazer uma consideração final e geral sobre o que ouvi até agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Aliás, queria dizer que, na última audiência, Senador Aziz, as perguntas do Senador Lasier Martins me fizeram pensar se tudo isso aqui que fazemos não está errado. Será que não deveríamos começar com as perguntas dos Senadores, e, depois, os convidados fariam as apresentações? Ainda não consegui fazer essa inversão por diversas razões.

Lucas, por favor.

O SR. LUCAS MOURTHÉ STARLING PINHEIRO – Agradeço a colocação dos Senadores. Isso casa exatamente com o que vou falar em seguida.

Diante do que os Senadores Omar Aziz e Lasier Martins colocaram, primeiro, gostaria de fazer um convite e um apelo, no sentido de acreditarem mais nos bolsistas e nos recursos humanos que estão sendo formados. Permitam-me continuar. Acreditem mais!

Segundo, o Senador Omar Aziz me perguntou o que estou fazendo hoje, depois de ter ido ao Estados Unidos e ter tido acesso àquela realidade. Ele disse também que, talvez, diante das primeiras dificuldades, pudéssemos desistir.

Bem, já estou, há um ano, trabalhando e dedicando tempo integral da minha vida na criação de uma empresa chamada Genbrape – Geradores de Energia e Motores Brasileiros de Alta Performance. O que essa empresa faz? Desenvolve tecnologia para motores elétricos. Aprendi isso nos Estados Unidos, vim para cá e fui praticamente adotado pelos fundadores dessa empresa, criada em Brasília, e, com o que aprendi lá, consegui dar vazão ao potencial de inovação que eles têm.

Neste primeiro ano, conseguimos desenvolver tecnologias disruptivas, também com o apoio de iniciativas de bolsistas do Ciência sem Fronteiras, o BSB Fab Lab, na área de eletromotricidade, reconhecidas na Universidade de Eindhoven, na Holanda, e na própria UnB. Foi o que fiz com o que aprendi lá.

Ainda mais: na viabilização dessa empresa, já estamos nos movimentando para fazer parcerias com a Universidade de Brasília na criação de um ambiente similar ao que tive lá. Então, dia e noite, noite e dia, estamos trabalhando com muito sufoco e sem apoio nenhum, porque tudo o que fizemos, até então, foi financiado pelo presidente da empresa, sem apoio federal ou estadual nenhum. Pelo contrário, temos dificuldade de ter acesso a uma tecnologia por falta de acreditarem que um brasileiro possa fazer isso.

Provando isso, agora, aplicamos recentemente a tecnologia desenvolvida por nós a motores elétricos de ventilador e levamos à análise nos laboratórios certificados pelo Inmetro, que são de referência mundial na área de certificação de ventiladores. Aponto aos senhores o que obtivemos: 300% de superação de eficiência energética, em comparação aos motores de ventiladores que recebem selos lá.

Então, é isto que estamos trazendo: estamos possibilitando que isso se desenvolva no Brasil, e não encontramos apoio. É esse tipo de tecnologia que está sendo desenvolvida em Brasília. Enfim, já fomos até convidados para ir pra fora, mas os trâmites ainda estão acontecendo. Estamos fazendo algumas iniciativas no País.

É isso que tenho feito e trabalhado diariamente para contribuir com o meu Pais. Tenho papéis que comprovam todas essas informações que aqui trago. Posso disponibilizá-los para quem tiver interesse no final da apresentação.

As considerações finais que gostaria de colocar é que, para mim, este ano que passei fora, foi o mais significativo de toda a minha graduação. Acho que o principal papel desse programa foi gerar inquietação. Não é um programa para trazer profissionais prontos, mas inquietação, porque o que me motivou a fazer algo aqui foi essa inquietação gerada lá em mim.

Agora, a minha concepção não é mais de Brasil, mas de mundo. Qualquer iniciativa que eu venha a ter agora não será apenas no Brasil, mas no mundo, porque vivemos no mundo. Para mim, isso foi muito marcante. Trago comigo uma gratidão ao meu País, ao meu povo e a todos que contribuíram para a existência desse programa, porque amo o Brasil.

Aqui reitero o meu compromisso de auxiliar o Brasil e o povo brasileiro a se tornar uma referência.

Era o que tinha dizer. Essa foi a minha experiência. Aqui estão meu nome e meus contatos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Vou passar a palavra ao Senador Lasier Martins.

Só querer dizer, resumindo um pouco o que o Senador Aziz disse em certo momento, que fico muito feliz que cada um dos bolsistas tenha gratidão ao Brasil, mas quero que, um dia, o Brasil tenha gratidão pelo que vocês estão fazendo pelo Brasil.

É este o desafio: saber se o programa está sendo capaz de gerar uma gratidão do Brasil com relação ao programa e aos bolsistas, e não apenas uma gratidão dos bolsistas ao Governo, que organizou, e ao Brasil, que bancou o programa.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Esses aplausos que o Lucas recebeu agora, no meu entendimento, refletem a consciência que todos temos ou devemos ter com relação à importância deste programa, daqueles que vão ao exterior, qualificam-se tecnicamente e voltam, que é o mais importante. Que bom que o Lucas voltou para o Brasil, porque tem muita gente que vai lá fora e fica, descrentes do momento que nós estamos vivendo, da pouca perspectiva, desta crise profunda que nós estamos vivendo.

Então, Senador Cristovam e Srs. Convidados, pela explanação que fizeram aqui – e pena que eu não tenha conseguido ver desde o início, porque nós aqui temos que nos dividir, um pouquinho em cada comissão –, o programa Ciência sem Fronteiras é uma das coisas boas do Brasil, das melhores que nós temos, trazendo aqui uma mensagem de otimismo neste momento em que nós estamos aí a lamentar o que estamos vivendo no País agora, com essa conjugação de crises econômica, política, ética e uma desconfiança de falta de perspectiva em curto prazo.

Mas é exatamente um programa como esse, embora tenha sido dito aqui por mais de um dos senhores que é um programa que ainda precisa de ajustes, precisa de aprimoramento, que vai construir o Brasil, edificar o nosso País ainda tão atrasado nessas matérias que têm levado os bolsistas lá para fora, principalmente na área das engenharias. E vi ali pelo roteiro que preponderam as engenharias, distantemente das outras. E exatamente porque o Brasil tem poucos engenheiros.

No outro dia, lendo uma matéria da revista *Exame*, constatei, numa das páginas, que, enquanto a China está formando anualmente de 500 a 600 mil engenheiros, o Brasil foram no máximo 40 mil no máximo. E é um País de 200 milhões de habitantes; é um País que precisa de usinas, de estradas, de aeroportos, de casas populares etc. Nós não temos engenheiro, como disse aqui o Senador Aziz.

Então, esse programa é muito interessante e precisamos incentivá-lo. E apesar de termos aqui ouvido explanações regionais — Rio Grande do Norte, São Paulo, Amazonas, Brasília —, é uma síntese do que nós precisamos e estamos vendo.

Então minhas perguntinhas seriam as seguintes: O programa acompanha a trajetória daqueles que foram se qualificaram e voltaram? Onde estão? Ou foram e ficaram? Não sei se algum dos senhores pode me responder essa pergunta. Qual é a verba disponível para este programa, de tal modo que possamos brigar até mesmo aqui dentro do Senado para que seja majorada essa verba? Porque é isso que é importante. Nós precisamos de técnicos altamente qualificados.

Num outro dia, lendo um relatório do SEBRAE, vi que está ali que, hoje, o Brasil tem apenas 9 milhões de profissionais com mão de obra qualificada. Apenas 9 milhões! Isso é muito pouco! E é por isso que os salários são baixos, é por isso que nós não temos maior destaque nessas áreas da engenharia, do urbanismo, da arquitetura, da computação etc. E é o que nós temos discutido aqui nesta comissão, que, no meu entendimento e no meu entusiasmo, é uma das melhores comissões do Senado. Aqui nós discutimos um Brasil melhor, uma comissão que tem esta Presidência tão preparada do Senador Cristovam.

Então, qual é a verba de que dispomos para isso?

E uma pergunta que me tem sido encaminhada ali para o gabinete várias vezes, principalmente pelo meu Estado, que é o Rio Grande do Sul: como fazer para se habilitar, para conquistar uma bolsa?

São as minhas perguntas, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, eu tenho algumas questões a fazer, mas eu vou fazer as questões e vou pedir para a Secretária para que eles possam mandar para a gente por escrito, por favor. Não precisa responder para a gente agora.

São questões técnicas para que a gente depois possa fazer o relatório e possamos contribuir para aprimorar o programa. Há uma divergência entre pessoas – e são pessoas que estão envolvidas – no sentido de que nós temos que dar prioridade à pós-graduação; outros, à graduação.

Então, essa é uma discussão. Acho eu que, no momento, se você tem escassos recursos, é melhor formar alguém que vai ensinar do que formar alguém que está aprendendo.

Então, nós temos que dar prioridade, e esse relatório vai ser nesse sentido.

Todos os senhores, sem exceção nenhuma, me fizeram conhecer um pouco mais e ficar, naquilo que eu era crítico, eu deixo de ser crítico, e naquilo que eu não era crítico, eu passo a ser crítico, até porque é essa contribuição que nós, Senadores, podemos dar, tanto eu, quanto o Senador Cristovam, como o Senador Lasier.

Contribuição nossa, volto a repetir, não é para algo que nenhum de nós aqui vai usufruir. Nós não temos mais idade para usufruir disso. Isso é para as próximas gerações que virão, que vão usufruir. A nossa oportunidade para usufruir já passou há muito tempo. A nossa idade não permite. Jovens como o Lucas, como o Guilherme, como os senhores vão produzir muito para o País e nós não estaremos mais aqui. Com certeza absoluta, não vão inventar, nos próximos anos, algo que possa fazer com que a gente viva 200 anos. Então, não vai.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ainda temos esperança.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – A esperança é a última que morre; não é, Lasier?

Eu tenho aqui algumas questões. Essa é uma pergunta direcionada às universidades aqui representadas e que eu irei também encaminhar a outras universidades.

Desde sua concepção, o Programa Ciência sem Fronteiras tem recebido diversas críticas. São críticas positivas, mas também tem críticas negativas. É normal em qualquer programa como o Diretor de acompanhamento da UnB, o Marcelo, acabou de falar, "olha, havia colegas críticos, agora, estão mudando de ideia". A gente muda e são dinâmicas as coisas.

Em particular, especialmente, acontece o fato de o programa não possuir um indicador de qualidade eficaz e de não haver um controle rigoroso de sua condução. Segundo o Professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo Ocimar Alavarse, especialista em avaliação. "o Ciência sem Fronteiras repete a praxe brasileira de colocar as ideias em prática antes de criar indicadores precisos que possibilitem avaliação criteriosa, quantitativa e qualitativa da ação".

Em sua opinião, quais seriam os melhores indicadores de desempenho do Programa?

Nós vamos fazer outras audiências públicas, com outras pessoas do grau de conhecimento que os senhores têm, para que a gente possa fazer essa análise, e, no final, eu acho, Senador Cristovam, o Governo Federal vai ter que estar aqui para a gente debater com eles, correto?

Não dá para a gente fazer o esforço de chamá-los, tirar vocês dos seus trabalhos e a gente ficar aqui discutindo, para que...

Essa pergunta é para vocês, Lucas Guilherme, e para outros colegas que também possam me dar essa contribuição. Aquela primeira é direcionada aos representantes da Universidade, essa daqui...

É inegável que a experiência internacional agrega substancialmente à formação de estudantes de graduação. Contudo, sempre que destinamos recurso público a qualquer iniciativa, devemos avaliá-la criticamente. Em sua opinião, como o Programa Ciência sem Fronteiras poderia ser aprimorado para gerar o melhor retorno acadêmico para os estudantes e para as suas respectivas universidades?

O que é que vocês poderiam agregar para trazer aqui, para os estudantes que não foram, porque vai uma minoria – normal, não dá para ir todo mundo. O que nós podemos fazer?

Então, eu vou encaminhar para vocês. Eu queria a contribuição de vocês, no sentido de vocês abrirem o jogo mesmo para a gente aqui, porque a gente vai, futuramente, trabalhar.

E tenho mais cinco questões aqui, que eu não vou ler, que é uma contribuição do Senador Cristovam e da sua equipe – Senador, aquelas que o senhor me deu –, algumas delas já estão inseridas nas primeiras duas perguntas, mas outras não, que eu irei entregar, pedindo ao Edísio e à Secretária do Dr. Cristovam que façam com que chegue às mãos deles antes de ele saírem. Assim, se vocês puderem, o mais rápido possível, dar esse retorno para a gente, eu ficaria muito agradecido e esta Comissão ficaria muito agradecida, até porque cada um tem sua opinião.

Se nós formos fazer as perguntas e tivermos que ouvir a opinião de cada um, nós vamos sair daqui amanhã e não vamos chegar a um consenso.

Então, depois, nós vamos, com os nossos assessores, analisar, fazer um relatório e encaminhar aos senhores, porque todos que participaram terão acesso inicial a esse relatório para que, antes de a gente votar o relatório final, vocês possam dar a sua contribuição, se assim acharem necessário.

Correto, Senador Cristovam?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Correto. Perfeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Está bom, meu amigo?

Eu acho que é a forma mais democrática que nós podemos fazer, até porque aqui não há divergências. Ninguém aqui é contra o programa: nenhum de vocês é contra, nem nós somos contra. Nós queremos só melhorar, aprimorar e dar uma resolutividade melhor para a população brasileira.

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Professor Cristovam, eu posso fazer uma rápida consideração?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pode. Eu vou passar a palavra a você em seguida.

Eu quero dizer que eu estou totalmente de acordo, porque essa é a melhor maneira de a gente ter subsídios e também de compatibilizar a nossa agenda. Eu estou com três ou quatro projetos em discussão em três diferentes Comissões – e os outros também têm – e vou pedir a um Senador, como o Senador Lasier sempre faz, assuma aqui a Presidência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Sim; nós temos que estar lá. E ainda tenho uma audiência na CDH e uma sessão solene em homenagem ao seu conterrâneo Getúlio Vargas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Está começando.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Que está começando.

Então, eu acho que é uma boa solução.

De qualquer maneira, eu vou dar a palavra para cada um fazer um curto fechamento da sua participação.

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Certo. Então, eu vou tentar fazer quatro rápidos, aqui.

Sobre o Pedro Nehme, dos exemplos que eu dei, ele foi, pelo Ciência sem Fronteiras, para a Nasa, voltou e, agora, está na AEB (Agência Espacial Brasileira). E a questão de ele ser astronauta é separado do programa: foi uma competição de uma empresa internacional chamada KLM, ele passou por mérito próprio.

O André Sioneki vendeu o carro não para se sustentar, mas para começar um projeto, na verdade, que hoje já atinge mais de 80 universidades e está levando uma revista de divulgação científica e já distribuiu mais de 120 mil exemplares.

O Daniel Lopes, formado no ITA, em outro debate de que participamos. disse o seguinte – e ele é do ITA, engenheiro formado no ITA: "A engenharia, no Brasil, é teórica. As piores aulas, no ITA, eram as de laboratório; as melhores aulas, no MIT, eram as aulas de laboratório". Então, ele explicou – e posso escrever para vocês depois o porquê disso...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Guilherme, eu fazia engenharia civil na década de 80, e a Universidade Federal do Amazonas não tinha laboratório na área de materiais de construção. E o laboratório que a gente tinha que utilizar era o laboratório da Escola Técnica Federal do Amazonas – e eu tinha sido formado, também, em edificações; antes de fazer engenharia civil, eu fui técnico em edificações, que era, na época, o ensino médio; você saía da escola técnica e fazia... Então, não mudou muito a realidade da década de 80 para agora. Eu estou te colocando os laboratórios: é isso aí. O laboratório que o Lucas mostrou aqui...

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Outra realidade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – ... é uma brincadeira, não é? Coisa de outro mundo para a gente. E, olha, que você está falando do ITA!

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Sim, do ITA.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Não está falando numa...

O SR. GUILHERME DE ROSSO MANÇOS – Mas o ITA foi o que mais mandou, proporcionalmente, bolsistas: mandou 40%. E, aí, devido a essa experiência dos alunos, eles voltaram e, como gestores, já estão mudando completamente a estrutura de aulas.

E a outra contribuição, mais para o relatório, é mais técnica. Ou seja, o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos fez, em 2013, uma proposta metodológica de avaliação do programa Ciências sem Fronteiras, que foi entregue às agências – eu já mandei por *e-mail* para o Gláucio e para a secretaria de apoio da Comissão. E eles falam de quatro pontos principais em relação à avaliação do Ciência sem Fronteiras: o que impactou na produção científica, então artigos e patentes; empregabilidade e recursos humanos, então, onde é que estão os bolsistas depois que a gente volta? Se estão na pós-graduação, se estão na empresa, se estão no Governo, onde é que estão?; institucional, então, o que é que mudou nas instituições, nas universidades, nos institutos de pesquisa; e qual impacto desse programa de uma forma geral para a sociedade. Então, eu acho esses que quatro pontos são interessantes e estão no documento do CGEE.

Com relação a aprimoramento, também, Senador Omar, o pessoal da Rede CsF fez uma pesquisa com um mil bolsistas e isso gerou uma cartilha de orientação às universidades, que já está disponível – eu mandei, também, para o Gláucio que acho que é do seu gabinete – não é? Ainda não estão disponíveis os dados, mas vão ficar disponíveis.

E o meu mestrado também: eu estou utilizando dele o conhecimento de redes complexas para avaliar o que o Ciências sem Fronteiras impactou nas redes de coautoria. Então, por exemplo, biodiversidade, bioprospecção: o que mudou na rede? Foi o número de conexões? Foi o número de publicações em coautoria? Então, existem outras técnicas também e outras pessoas fazendo mestrado, doutorado e pós-doutorado avaliando tecnicamente.

Eram essas as minhas considerações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Eu passo...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Eu vou precisar muito da sua colaboração. Eu vou pedir para a minha assessoria entrar em contato com você para que você possa nos dar subsídios, todos. Mas eu acho que quem esteve lá pode me dar mais subsídios do que quem está aqui, não é? Até porque o retorno... No entanto, eu só trouxe alunos nesta audiência. Eu preciso trazer pessoas de pós-graduação também para falar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bem, eu passo a palavra, agora ao Márcio Venício, pedindo que seja tão rápido quanto o Guilherme.

O SR. MÁRCIO VENÍCIO BARBOSA – Bom, eu queria encerrar essa participação apenas ressaltando um ponto que o Senador Aziz levantou que é o da relação público-privado. As universidades públicas, em geral, têm muita dificuldade nesse assunto. E nós dependemos muito desta Casa também para quer isso mude, porque a legislação é muita rígida conosco, principalmente no que tange à autonomia das universidades, que é uma autonomia bastante restrita, como sabem. E nós não temos como atender diretamente o mercado em muitos aspectos. A relação das universidades com as empresas é bastante reduzida: ela não chega nem perto de um percentual ideal. Dessa forma, fica muito difícil nós contarmos com investimentos das empresas para melhorar os nossos laboratórios ou aumentar o volume da formação de recursos humanos.

Reitero o apoio da UFRN, o nosso apoio no CGRIFES, que é o órgão da Andifes que eu dirijo, ao programa Ciência sem Fronteiras. Estamos dispostos a ajudar na melhoria desse programa. E, também, estamos dispostos a atender a esta Comissão sempre que necessário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado.

Passo a palavra, agora, ao Carlos Vergani.

O SR. CARLOS VERGANI – Bom, eu gostaria, também, de finalizar agradecendo a oportunidade. Gostaria, também, de informar aos Srs. Senadores que a Capes fez, na semana passada, um seminário específico sobre a avaliação do Ciências sem Fronteiras e tivemos, ali, presente, um pesquisador da área chamado Uwe Brandenburg, que relatou como ele liderou todo o processo de avaliação de mobilidade do Erasmus na Europa. Então, dizer que existem modelos e instrumentos muito consolidados. São os mesmos instrumentos, inclusive, usados pelas universidades finlandesas para avaliar a questão da internacionalização da mobilidade. E, se quiserem mais informação, eu posso passar, porque eu fui uma das pessoas que insistiu junto à Capes para a realização desse evento.

E, como indicador, Senador Aziz, eu acho que a empregabilidade é um dos principais indicadores de um programa como esse. Acho a empregabilidade, não só em relação ao tempo, mas a qualidade do emprego adquirido, acho que vai ser, realmente, o que vai trazer.

Lembrando que, na década de 60 e de 70, nós tivemos um impacto de mobilidade e de internacionalização no Brasil, onde nós encaminhamos nossos professores universitários para fazerem doutorado no exterior. Quer dizer, naquela época, nós não tínhamos nem programa de pós-graduação no Brasil, ou tínhamos muito poucos. O reflexo foi, exatamente, de que esses indivíduos é que criaram os grandes programas de pós-graduação no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VERGANI – Acho que a gente vai ter um impacto bastante positivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Com a palavra o Professor Hedinaldo Narciso Lima.

O SR. HEDINALDO NARCISO LIMA – Bom, eu gostaria, também, de agradecer pelo convite e dizer que a Ufam se coloca à disposição, Senador Omar, para a gente conversar, inclusive, pessoalmente sobre isso.

Eu acho que, realmente, algumas coisas precisam ser melhoradas no programa. É um valor muito alto que o País investe nesse programa. Então, temos demandas, ainda, em algumas regiões básicas e que, talvez, parte desses recursos pudesse também ser destinada a isso, ou mantido. Mas, também, atender as nossas outras demandas.

Entendo que a pós-graduação deveria ser mais incentivada a participar. E, sobretudo, também trazer gente do exterior para ajudar nesse processo de formação de recursos humanos aqui, porque, sem formar recursos humanos, fica difícil e a gente não avança.

Então, muito obrigado, Senador Cristovam, pelo convite. E nós nos colocamos à disposição deste Congresso.

Eu quero dizer que fiquei muito feliz – muito feliz! – de ver o Senado Federal discutindo esse tema. Realmente, eu acho que é um tema de muita importância. E, sobretudo, ouvir de vocês aqui, Senadores, a preocupação com o tema e a preocupação com o alcance do País nessa área. Naturalmente, a gente já conhece toda a trajetória, mas isso estar sendo discutido e a gente poder colaborar também com nossa visão sobre o problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Preocupação tal que eu aproveito para dizer que, no dia 15 de setembro, vamos ter a presença aqui da SBPC, do CNPq, do CGEE e da Capes para discutir o mesmo assunto.

Passo a palavra ao Marcelo José de Mello Rezende.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Marcelo...

O SR. MARCELO JOSÉ DE MELLO REZENDE – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Quando o Cristovam foi reitor, você já era da...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Ele era menino. (*Risos.*)

O SR. MARCELO JOSÉ DE MELLO REZENDE – Não, não, não. Eu não sou de Brasília, não. Cheguei aqui em 1998. E, aí, um dos grandes problemas foi acostumar com essa seca, igual a que nós estamos. (*Risos.*)

Mas, enfim, foi um prazer. Abraço a causa, abraço a universidade.

Essa iniciativa aqui eu acho importante e agradeço ao Senador o convite.

Eu, como no início falei, sou favorável a esse programa e gostaria de que não fosse um programa de governo e, sim, de Estado, para dar uma garantia de continuidade. Tudo bem: com os ajustes necessários, o Governo hoje está passando por um problema – o Governo, não, o País – passando por um problema grave da economia e a universidade está sentido isso. Tivemos um corte de 30% – não, é, Senador? – só de custeio e na Universidade de Brasília teve impacto.

Mas, enfim, aqui, a mensagem: a preocupação que nós temos são duas preocupações principais, sim, só para tentar contribuir mais um pouquinho. Uma, é a falta de controle que nós temos; essa avaliação que foi colocada; como que o egresso do programa está; a Universidade de Brasília, não tem condições, a gente tem algumas iniciativas daquela comissão própria para avaliar a situação do egresso da UnB como um todo e, em particular, do programa.

E um outro desafio muito grande que nós começamos a sentir foi colocado aqui: o idioma; se o inglês "sem fronteiras" e depois o idioma "sem fronteiras". A Universidade de Brasília, no início, não tinha muito problema. Começou a existir uma demanda por isso. Por quê? A universidade aderiu ao Sisu, aderiu ao sistema de cotas – é pioneira na questão de cota racial e acho que todos aqui sabem disso. Então, assim: hoje, o perfil de aluno que está entrando na UnB está mudando. E eu acho que é um papel social, é questão de política de acesso, é importante, eu concordo com isso, eu acho que a universidade tem esse papel. Só que é aquela história: aí entra um outro desafio: você tem que buscar a meritocracia e permitir um acesso a indivíduos, a brasileiros, que, se fosse pela competição pura e simples, seleção direta, não teriam acesso à Universidade de Brasília. Mas isso acarreta um desafio muito grande para a gente lá.

Então, enfim, eu acho é um programa interessante e que precisa, realmente, ter esse controle. Eu acho que todas essas preocupações são pertinentes. E, infelizmente, hoje, nós não temos, a Universidade de Brasília não tem como fazer essa avaliação, esse acompanhamento e saber como está. Porque, até para poder tirar referência, tem que haver um controle, tem que haver dados, tem que haver informação. E, infelizmente, nós não temos isso daí.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO JOSÉ DE MELLO REZENDE – Mais uma vez, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Marcelo, eu quero dizer que, na próxima semana, vamos ter uma audiência sobre os cortes de verbas nas universidades e nos institutos...

O SR. MARCELO JOSÉ DE MELLO REZENDE – Mais?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não, vamos ter uma audiência aqui para debater a situação das universidades e dos institutos de pesquisa diante do corte de verba.

Finalmente, Lucas.

O SR. LUCAS MOURTHÉ STARLING PINHEIRO – Bem, eu agradeço o convite e me coloco à disposição desta Comissão.

E é isto: como eu fui o último a falar, eu acho que já comentei tudo que eu queria sobre os assuntos.

Eu agradeço, mais uma vez, a participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Eu quero agradecer a todos e dizer que há uma coisa em comum: o Brasil é melhor tendo Ciência sem Fronteiras do que não tendo Ciência sem Fronteiras. Isso aí eu acho que não existe dúvida. Desde o começo, eu fiz questão de manifestar essa minha opinião. Como, também, em relação ao Mais Médicos, do Governo.

No entanto, o que a gente precisa discutir é como fazer com que, de fato, esse programa se transforme num instrumento de transformação, colocando o Brasil no mundo da inovação. E, aí, eu acho que, talvez, o melhor dessa reunião, apesar das excelentes falas, foi a sua pergunta à Presidente Dilma: "Onde estão os engenheiros?" Essa é a pergunta que deve centrar a nossa preocupação. Eu acho que os engenheiros estão no ensino fundamental hoje, porque nós precisamos de um número tão grande que não vai nem ser do ensino médio – muitos do ensino médio não terão condições de serem engenheiros competentes; essa é a verdade. É lá no ensino fundamental que eles estão. Então, mais ainda do que nas escolas de engenharia, é numa boa educação de base que vamos encontrar nossos engenheiros.

E, antes de encerrar, eu quero apenas aproveitar a presença e ler um requerimento que nós temos para uma audiência que vamos fazer, com recursos que estamos conseguindo, não do Senado, para realizar isso, mas graças à articulação de uma figura, que aqui está, que é o Chico Whitaker, que é um batalhador mundial desse assunto.

Então, eis o requerimento, com uma lista que vou ler rapidamente:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 57, DE 2015
- Não terminativo -

Nos termos regimentais, requeiro a realização, nos dias 27 e 28 de outubro próximo, de Seminário para debater o tema Usinas nucleares – Lições da experiência mundial, com especialistas internacionais e pesquisadores e gestores brasileiros, para tanto devem ser convidados:
Senhor Francisco Whitaker – Membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz; Dr. Fernando Lavieri – Ministério Público Federal, Brasil; Senhor Sidney Luiz Rabello – Comissão Nacional de Energia Nuclear; Dr. Naoto Kan – Ex-Primeiro Ministro do Japão, em função à época do acidente de Fukushima; Drª. Monique Sené – Presidente do GSIEN (Groupement des scientifiques pour l'information sur l'énergie nucléaire); Dr. Alexey Yablokov – Biólogo, Membro da Academia Russa de Ciências, autor de "Chernobyl: Consequences of the Catastrophe for People and the Environment" e "Nuclear Energy: PRO and CONTRA"; Dr. Alfredo Pena-Veja – Diretor Científico do IIRPC (Institut International de Recherche, Politique de Civilisation); Drª. Emico Okuno – Departamento de Física Nuclear da Universidade de São Paulo; Dr. Luiz Pinguelli Rosa – professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente da Eletrobrás; Dr. Bernard Laponche – membro do GSIEN (Groupement des scientifiques pour l'information sur l'énergie nucléaire), engenheiro (aposentado) do Commissariat à l'énergie atomique (CEA), Co-fundador da Global Chance e membro da ATEE (Association Technique Energie Environnement); Dr. José Goldemberg – Ex-reitor da USP, Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia, Ex-Secretário do Meio Ambiente; outros especialistas e gestores que forem considerados necessários pelos membros desta Comissão.
Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Eu não vou ler a justificativa.
Em votação.
Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se estão. (*Pausa.*)
Está aprovado.
Com isso, eu dou por encerrada esta audiência, que foi muito útil para nós – nós, eu digo, o Brasil.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)

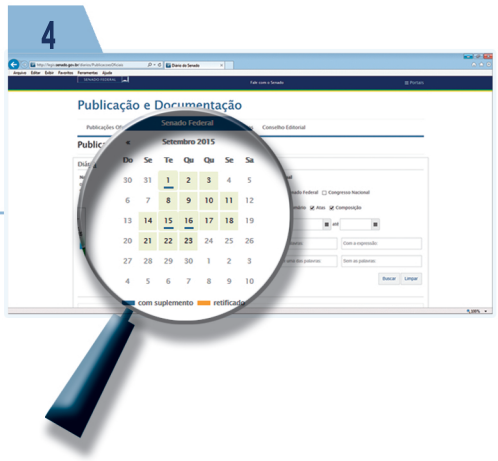
Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211